

**Justiça e Poder na América Portuguesa:
Ouvidores e a administração da justiça na Comarca da Paraíba
(c. 1687-c.1799)**

Yamê Galdino de Paiva

Tese de Doutoramento em História

Versão final corrigida

Junho de 2020

**Justiça e Poder na América Portuguesa:
Ouvidores e a administração da justiça na Comarca da Paraíba
(c. 1687-c.1799)**

Yamê Galdino de Paiva

Tese de Doutoramento em História

Versão final corrigida

Junho de 2020

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História (Especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa) realizada sob orientação científica do Prof. Dr. Pedro Cardim e do Prof. Dr. Nuno Camarinhas.

Apoio financeiro da CAPES, Ministério da Educação – Brasil, no âmbito do Programa de Doutorado Pleno no Exterior (processo 0475/12-2)

Para Geovania e José [*in memoriam*]

Para Yen

Para Arthur

Agradecimentos

Esta investigação contou com o apoio financeiro da Capes através de uma bolsa de doutorado pleno no exterior, pela qual deixo registado aqui meu agradecimento, que me possibilitou um acesso extensivo aos arquivos portugueses.

Meus mais sinceros agradecimentos aos meus orientadores por todo o apoio e incentivo que me deram, além da diligência com que foram lidando com as burocracias advindas do fazer uma tese. A Nuno Camarinhas agradeço especialmente ter acolhido minha proposta de doutoramento quando ainda não nos conhecíamos e ter-me auxiliado com os obstáculos institucionais iniciais para viabilizá-la. Agradeço também por toda disponibilidade, orientação, confiança e incentivo para minhas incertezas sobre a pesquisa apresentada. A Pedro Cardim meu muito obrigada também pela orientação, pela forma como foi levantando questões desafiadoras para o trabalho e pelas conversas encorajadoras.

Também fico grata aos professores que me permitiram iniciar esta etapa. A Regina Célia Gonçalves e Ricardo Pinto, meu agradecimento pelas cartas de recomendação concedidas para a concessão da bolsa e a Mozart Vergetti por acompanhar todo este processo desde o início e pela amizade construída.

Meu agradecimento também aos professores que compuseram o júri das provas públicas deste doutoramento pela criteriosa discussão desta tese e pelas sugestões dadas, as quais procurei acrescentar nesta versão final. Uma menção especial de agradecimento ao Professor António Manuel Hespanha por estar, originalmente, na composição do júri.

Agradeço também aos amigos que me ajudaram a ir *vencendo a distância* e a tornar a estadia mais fácil. A Camila Amaral, Ana Menezes, Ana Lunara, Janna Joceli, Raphael Ricardo, Érica Lopo, Eudes Gomes, Vinícius Dantas, Gustavo Almeida, Cândido Domingues obrigada pela companhia e travessias conjuntas. E à amiga Itacyara por estar presente apesar da distância física. Nesse sentido, também agradeço aos “reinóis” Cristina Silva e António e Jussara Garcia por todo préstimo com que me auxiliaram sempre que precisei.

Meu agradecimento coletivo a todos os professores e investigadores com quem pude estabelecer contato e que contribuíram, de diferentes formas, com questionamentos e sugestões que permitiram que esta tese ganhasse (acredito que melhores!) contornos. Do

mesmo modo agradeço aos funcionários dos arquivos, bibliotecas e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas pelo profissionalismo e presteza nas soluções burocráticas.

Aos meus pais e minha irmã, por sonharem e lutarem comigo. Este trabalho é dedicado vocês! Vocês são e sempre serão o exemplo mais valioso para mim.

Ao querido Arthur, pelo feliz encontro e por todo apoio que me deu. Obrigada pelo carinho, pelas fontes e livros compartilhados, por todas as conversas inspiradoras e por ir vencendo em conjunto os torvelinhos da vida.

RESUMO

Filiando-se à recente historiografia político-institucional, este trabalho tem como objetivo analisar como se administrava a justiça numa comarca secundária como a da Paraíba, entre cerca de 1687, quando é criada até cerca de 1799, quando a Paraíba é desanexada à capitania de Pernambuco, após um período de quatro e quatro anos de subordinação. A distância, em suas várias ocorrências (geográfica, material, processual, social) é considerada neste trabalho como um fator problematizador para se pensar a aplicação da justiça régia em espaços ultramarinos como a América Portuguesa.

Tomando como objeto de estudo os ouvidores da comarca da Paraíba, objetiva-se perceber a criação do aparelho judicial nessa comarca, através da composição do quadro humano dos seus oficiais e da territorialização do poder dos ouvidores nesse espaço. Também se procura compreender a formação do espaço jurisdicional, conjugada com a natureza política do território da comarca, e como esta configuração teve impactos e desdobramentos na administração da justiça através de conflitos jurisdicionais e do deslocamento dos ouvidores pelo território.

Conjuga-se a isto a elaboração do perfil prosopográfico dos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco, através de dados sobre suas origens familiar, geográfica e social, das carreiras e das mercês de nobilitação recebidas, a fim de averiguar a hierarquia dos espaços judiciais na América Portuguesa e como o serviço nesses lugares de letras (ouvidorias da paraíba e de Pernambuco) teve impacto nas carreiras dos magistrados.

Por fim, este trabalho dedica-se, também, a compor uma visão holística da justiça ao procurar mostrar interfaces de interação do direito erudito com outras formas de resolução dos conflitos, como a *infrajustiça*. O principal *corpus* documental utilizado compõe-se, predominantemente, dos registos de Chancelaria, Registro Geral de Mercês e de diversas séries do Desembargo do Paço, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e dos documentos avulsos e códices do Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chave: ouvidores; administração da justiça; infrajustiça; Capitania da Paraíba; séculos XVII/XVIII

ABSTRACT

Following the recent political-institutional historiography, this work aims to analyze how justice was administrated in a peripheral region such as district of Paraíba (*comarca*), from about 1687, when it was created until about 1799, when Paraíba is annexed to the captaincy of Pernambuco, after a period of forty four years of subordination. The distance, in its various occurrences (geographical, material, procedural, social) is considered in this work as a problematizing factor to think about the application of royal justice in overseas spaces, such as Portuguese America.

Taking the *ouvidores* (royal judges) of *comarca* of Paraíba as object of study, the objective is to understand the creation of the judicial apparatus in this region, through the composition of the human frame of its officers and the territorialization of the power of the *ouvidores* in this space. It also seeks to understand the formation of the jurisdictional space, in conjunction with the political nature of the *comarca*, and how this configuration had impacts and consequences on the administration of justice through jurisdictional conflicts and the displacement of the *ouvidores* throughout the region.

It also sought to draw the profile of the magistrates of Paraíba and Pernambuco, considering their families, geographic and social origins, careers and social distinctions such as the admission on Military Orders, in order to inquire the hierarchy of judicial spaces in Portuguese America and how the service in these places (*ouvidoria* of Paraíba and Pernambuco) had an impact on the careers of magistrates.

Finally, this work try to compose a holistic view of justice, demonstrating interfaces of interaction between official law and other forms of conflict resolution, such as *infrajustice*. The main documentary *corpus* consists predominantly from the Chancery and various series of the Desembargo do Paço, in the National Archive of Torre do Tombo, and from the *documentos avulsos* and codices of the Overseas Historical Archive.

Keywords: royal judges; administration of justice; infrajustice; Paraíba's Captaincy; 17th/18th centuries

Lista de quadros e tabelas

Quadro 01: Ouvidores não letrados da Capitania da Paraíba, século XVII	52
Quadro 02: Julgados das Capitâneas do Norte, século XVIII.....	62
Quadro 03: Três momentos da evolução da estrutura eclesiástica da capitania da Paraíba no século XVIII	69
Quadro 04: Alguns concursos de lugares de letras no Brasil, século XVIII	222
Tabela 01: Número de ministros nas Américas hispânica e portuguesa, com especificação da naturalidade (1687-1808).....	100
Tabela 02: Número de feitos despachados a final pelas escrivâneas do judicial da Relação da Bahia	166
Tabela 03: Valor (em réis) das condenações arrecadadas pela Relação da Bahia, primeira metade do século XVIII.....	177
Tabela 04: Valores (em réis) das condenações cobradas e arrecadadas nas comarcas da jurisdição da Relação da Bahia (primeira metade do séc. XVIII)	178
Tabela 05: Formação em Direito dos ouvidores das comarcas da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro.....	218
Tabela 06: Número de nomeações anteriores ao lugar de ouvidor e cargo posterior ocupado (comarcas da Paraíba e Pernambuco, 1687-1799)	229
Tabela 07: Origem geográfica dos ouvidores das comarcas da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, séculos XVII-XVIII	234
Tabela 08: Mercês recebidas pelos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco (1687-1799)	236
Tabela 09: Valores de alguns emolumentos dos ouvidores de Pernambuco e Paraíba, 1687	240

Lista de gráficos e figuras

Gráfico 01: Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1650-1699)	207
Gráfico 02; Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1703-1756)	208
Figura 01: Capitanias do Brasil, século XVII.....	22
Figura 02: Capitanias do Norte do Estado do Brasil, segunda metade do século XVII..	23
Figura 03: Limites aproximados dos sertões da Capitania da Paraíba, século XVIII	38
Figura 04: Vilas de índios criadas nas capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte na segunda metade no século XVIII.....	67

Lista de abreviaturas

AHMCSC – Arquivo Histórico dos Marquês de Cascais
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
CA – Coleção Conde dos Arcos
CHR – Chancelaria Régia
CMCSC – Câmara Municipal de Cascais
Cód. - Códice
Cx. – Caixa
D. - Documento
DHBNRJ – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
DP – Desembargo do Paço
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
LB – Leitura de Bacharéis
Mç. – maço
MCO – Mesa da Consciência e Ordens
MM – Memorial de Ministros
PBA – Coleção Pombalina
RGM – Registo Geral de Mercês
RJDM – Repartição da Justiça e Despacho da Mesa

Normas de transcrição

Os documentos manuscritos transcritos nesta tese foram atualizados na grafia e na pontuação para as normas ortográficas atuais. Nas citações de documentos impressos, entretanto, manteve-se a grafia e a pontuação do original impresso.

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
Lista de quadros e tabelas	IX
Lista de gráficos e figuras	X
Lista de abreviaturas	XI
SUMÁRIO	XIII

INTRODUÇÃO	1
1. De Coimbra ao Reino e Ultramar: a magistratura e o serviço ao rei na comarca da Paraíba....	1
2. Uma comarca e três capitanias	12
3. Fontes e metodologia	16

PARTE 1 - O espaço

CAPÍTULO 1 - A Capitania da Paraíba em diacronia (1585-1799): conquista, ocupação, poderes e jurisdições	19
1.1. Sangue, vidas e fazendas na conquista da Paraíba	21
1.2. A Paraíba restaurada, subordinada e autônoma, 1654-1799	28
1.3. A jurisdicionalização dos poderes e as circunscrições administrativas na capitania	40
1.4. A criação da comarca da Paraíba e o processo de territorialização do aparelho judicial na capitania	50

PARTE 2 - Direito, instituições e agentes da justiça

CAPÍTULO 2 - A administração da justiça régia nas Américas: problemas e desafios aos Impérios Ibéricos (séc. XVI-XVIII)	79
2.1. A administração da justiça régia à distância nas Américas	81
2.1.1. Administração da justiça aos povos indígenas	94
2.1.2. Ministros: número, naturalidade, carreira e mecanismos de controle	99
2.1.3. A justiça em símbolos: o selo régio, a vara e a toga	108
2.2. “Por que é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro”. <i>Derecho indiano</i> e o “direito colonial brasileiro” em perspectiva comparada.....	112
2.3. Os regimentos dos ouvidores de comarca da América portuguesa, séculos XVII e XVIII	116
2.4. Distância e adaptação das leis: alcances e limites	125

CAPÍTULO 3 - A construção do aparelho judicial nas comarcas da Paraíba e Capitâneas do Norte..... 137

3.1. A formação do espaço jurisdicional das Capitâneas do Norte: comarcas e lugares de letras	138
3.1.2. A comarca da Paraíba.....	148
3.1.3. A disputa por Itamaracá e a “compensação” pelo Ceará.....	149
3.1.3. Distância e movimento: os deslocamentos do ouvidor pela comarca e fora dela	160
3.1.4. O aspecto fiscal da justiça	174
3.2. Estrutura e ofícios do aparelho judicial da ouvidoria-geral da Paraíba.....	181
3.2.1. Escrivães da ouvidoria	183
3.2.2. Meirinhos da Correição.....	186
3.2.3. Advogados.....	188
3.3. Um tribunal para <i>índios, bastardos, carijós, mulatos e negros</i> : a Junta de Justiça de Pernambuco (1735)	191
3.3.1. As Juntas de Justiça da segunda metade do século XVIII.....	200
3.4. Comunicação política.....	203

CAPÍTULO 4 - O perfil sociopolítico dos magistrados das comarcas da Paraíba e de Pernambuco..... 215

4.1. O caminho das letras: formação universitária, concursos e exames	217
4.1.2. Concursos para lugares de letras	221
4.1.3. Carreiras	227
4.2. Origens geográfica e social e capitais simbólicos	233
4.3. Remuneração: salários, emolumentos, ajudas de custo.....	237
4.4. Servir com <i>limpeza de mãos</i> e dar <i>boa residência</i> : os mecanismos de controle e a progressão na carreira.....	242
4.4.1. A residência do ouvidor-geral Domingos Monteiro da Rocha.....	249
4.4.1.1 <i>Para chegar à notícia de todos</i> : pregões e editais da residência.....	250
4.4.1.2. Geografia e perfil das testemunhas	251

PARTE 3 - Dinâmicas da administração da justiça

CAPÍTULO 5 - Entre agravos e desagrvos: Conflitos de jurisdição e o mau uso da justiça

5.1. Conflitos de jurisdição	259
5.1.2. Capitães-mores e Governadores.....	265
5.1.2. Ouvidores de Itamaracá.....	274
5.1.3. Ouvidores sucessores	279

5.2. O mau uso da justiça ou a justiça como negócio.....	281
5.2.1. O escrivão da Ouvidoria, Antônio Rodrigues Campos: extorsões e violências do <i>valido</i> do ouvidor	285
 CAPÍTULO 6 - Sem temor de Deus nem das justiças: Violências, infrajudicialidade e formas de resistência	291
6.1. Violências e crimes em números, tipos e réus: um esboço	293
6.2. A infrajudicialidade na resolução dos conflitos	302
6.3. “como a matéria é melindrosa por originada nos sertões...”: o caso da Ribeira do Açu e do bando de Antônio da Rocha Bezerra.....	315
6.3.1. “não carecia de ordem alguma porque só ele governava no Açu e El Rei em Portugal”	319
6.4. Formas de resistência à justiça	327
6.5. O governador como um provedor da justiça?	334
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	339
FONTES E BIBLIOGRAFIA	345
ANEXOS	384

INTRODUÇÃO

1. De Coimbra ao Reino e Ultramar: a magistratura e o serviço ao rei na comarca da Paraíba

Esta tese trata da administração da justiça na comarca da Paraíba, centrando-se em seus ouvidores. Estes oficiais eram nomeados pelo rei e costumavam seguir uma carreira através da ocupação de sucessivos lugares de letras, por meio dos quais o bom serviço ia permitindo sua progressão. Servir no ultramar representava uma aceleração na progressão dos cargos e costumava ser seguida de um lugar nos tribunais de Relação¹. Os ouvidores exerciam jurisdição no território da *comarca* e possuíam além de funções judiciais, decorrentes do cargo de juiz e dos ofícios a ele anexos, como o de Provedor dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos e Auditor da Gente de Guerra, prerrogativas de caráter político-administrativo que variavam de acordo com os lugares ocupados².

Este trabalho, assim como a maior parte da mais recente produção sobre a administração da justiça no império português, é tributário de uma historiografia que começou a se desenvolver na década de 1980, especialmente na Europa do Sul. Conhece-se bem o percurso dos historiadores do direito que contribuíram para a renovação dos campos da História Política e Institucional³. A conjunção de novas abordagens teórico-metodológicas, desenvolvidas por outras áreas das Ciências Sociais, possibilitou a revisão

¹ CAMARINHAS, Nuno, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010, p. 297-305.

² WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, *Direito e justiça no Brasil colonial. O Tribunal de Relação do Rio de Janeiro (1752-1808)*, Rio de Janeiro, Renovar, 2004, p. 77-82.

³ CLAVERO, Bartolomé, *Institucion historica del derecho*, Madrid, Marcial Pons, Ediciones Juridicas, 1992; CLAVERO, Bartolomé, *Temas de historia del derecho: derecho de los reinos*, 2ª ed. revisada, Sevilla, Secretariado de publicaciones de la universidad, 1980; CLAVERO, Bartolomé, «Institucion politica e derecho: acerca del concepto historiográfico de “Estado Moderno”», In *Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)*, nº 19, Janeiro-Fevereiro, 1981, pp. 43-57; SCHIERA, Pierangelo, «Sociedade “de estados”, de ordens” ou “corporativa”», In HESPANHA, António (org.), *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 143-153; COSTA, Pietro, *Iurisdictio. Semantica del potere politico medioevale (1100-1433)*, Milano, Giuffrè, 1969; PUJOL, Xavier Gil, Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios das monarquias europeias dos séculos XVI e XVII», In *Penélope, fazer e desfazer a História*, n. 6, 1991, pp. 119-144, HESPANHA, António, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII, Coimbra*, Almedina, 1994, capítulos 1 e 2.

de temas consagrados, como a formação do Estado, abrindo novos caminhos historiográficos para se pensar a administração no período moderno⁴.

Um dos principais resultados das investigações desenvolvidas foi a emergência de uma chave de leitura para as sociedades europeias de Antigo Regime baseada no modelo *corporativo* e no paradigma *jurisdicionalista* do poder⁵. Isto proporcionava uma aproximação mais precisa dos valores políticos e culturais das sociedades modernas através da historicidade do vocabulário político e da semântica discursiva da época, procurando evitar, destarte, retroprojeções e anacronismos.

Essa historiografia também permitiu uma renovação nos campos da História do Direito e da História das Instituições à medida que se afastou de uma leitura histórica emoldurada pelos textos normativos e pela exegese dos juristas para aproximar-se dos agentes responsáveis pelos quadros político-administrativos, dos indivíduos que a eles recorriam, das tecnologias de poder disponíveis nos territórios e das relações cotidianas em que a administração se estabelecia. Esse esforço se traduziu numa perspectiva integradora das leis, instituições e oficiais com as sociedades nas quais elas foram aplicadas e interagiam.

Outro ramo de renovação que se destacou no campo da História Político-Institucional foi promovido pela *prosopografia*, metodologia que procura estabelecer padrões ou características gerais de um grupo de indivíduos, através da coleta de dados uniformes⁶. No âmbito da América Latina colonial, os trabalhos pioneiros de Stuart Schwartz⁷, de Lohmann Villena⁸ e Burkholder e Chandler⁹ proporcionaram uma visão

⁴ CARDIM, Pedro, «Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime», In *Nação e Defesa*, n. 87, 2ª série, 1998, pp. 129-158.

⁵ Por exemplo, XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel, «A representação da sociedade e do poder», In MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, 121-145.

⁶ Há investigadores que fazem uma divisão entre o léxico (prosopografia) e o método a ele relacionado. Os primeiros trabalhos já sob esta denominação remontam ao final do século XIX, embora tenha sido sempre praticado desde a Antiguidade, e remete à elaboração de dicionários biográficos. Outra corrente considera apenas a prosopografia quando associada à análise dessa informação geral recolhida, através de métodos próprios. Consideramos aqui as duas possibilidades sob o mesmo conceito, dado que os dicionários biográficos, ainda que não apresentem um estudo analítico, permitem a outros acederem à informação necessária para fazê-lo. KEATS-ROHAN, K. S. B., «Camaleon or Quimera? Understanding Prosopography», In KEATS-ROHAN, K. S. B (ed.), *Prosopography approaches and applications. A Handbook*, Oxford, Prosopographica et Genealogica, 2007, p. 1-32.

⁷ SCHWARTZ, Stuart, *Sovereignty and society in colonial Brazil. The High Court in Bahia and its judges, 1609-1751*, Bekerley, Los Angeles, University of California Press, 1973.

⁸ VILLENA, Guillermo Lohmann, *Los ministros de la Audiencia de Lima en el Reinado de los Borbones (1700-1821)*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1974.

⁹ BURKHOLDER, Mark & CHANDLER, D. S., *From impotence to authority, The Spanih Crown and the American Audiencias, 1687-1808*, Columbia, University of Missouri Press, 1977; BURKHOLDER, Mark

geral da magistratura dos Tribunais americanos (Relação da Bahia e *Audiencias*), que tiveram eco em trabalhos posteriores, como os de José Subtil¹⁰, Nuno Camarinhas¹¹, Arno e Maria José Wehling¹², Joana Estorninho¹³, Barrientos Grandon¹⁴ e Tamar Herzog¹⁵, por exemplo¹⁶. Os trabalhos da historiografia portuguesa, juntamente com a obra pioneira de Stuart Schwartz, tiveram grande impacto na recente produção historiográfica brasileira sobre a administração da justiça. Atualmente já se dispõem de alguns trabalhos com cunho prosopográfico acerca de juízes de fora e de ouvidores ou voltados ao estudo do aparelho judicial e dos juízes régios¹⁷.

& CHANDLER, D. S., *Biographical Dictionary of Audiencia Ministers in the Americas, 1687-1821*, Westport, Connecticut, Greenwood Press, 1982.

¹⁰ SUBTIL, José, *O Desembargo do Paço (1750-1830)*, Lisboa, EDIUAL, 2011 [reimpressão da edição de 1996]; SUBTIL, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, EDIUAL, 2010.

¹¹ CAMARINHAS, Nuno, *Letrados e Lugares de Letras, análise prosopográfica do grupo dos juristas letrados em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2000; CAMARINHAS, Nuno, *Juízes e administração da Justiça no Antigo Regime. Portugal e o Império colonial, séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010; SÃO BENTO, Luís; SOARES, António, estudo e transcrição Nuno Camarinhas, *Memorial de Ministros: catálogo alfabético dos ministros de letras*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, São Paulo, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, 2017.

¹² WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, *Direito e Justiça no Brasil Colonial. O Tribunal de Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*, Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

¹³ ALMEIDA, Joana Estorninho de, *A forja dos homens. Estudos jurídicos e lugares de poder no século XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

¹⁴ GRANDON, Javier Barrientos, *Guía prosopográfica de la judicatura letrada indiana (1502-1898)*, Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2000; GRANDON, Javier Barrientos, *La Real Audiencia de Santiago de Chile (1605-1817), La institución y sus hombres*, Madrid, Fundación Mafre, 2000.

¹⁵ HERZOG, Tamar, *Los Ministros de la Audiencia de Quito (1650-1750)*, Santafé de Bogotá, Ediciones Libri Mundi, Enrique Grosse-Luermen, 1995.

¹⁶ Para a historiografia portuguesa, ver o recente balanço de António Manuel Hespanha, «Thirty years of studies on prosopography of Portuguese Early Modern Jurists», In *Rechtsgeschichte Legal History*, nº 27, 2019, p. 22-50.

¹⁷ Alguns exemplos: Souza, Maria Eliza de Campos, *Ouvidores de comarcas na capitania de Minas Gerais no século XVIII, (1711-1808): origens sociais, remuneração de serviços, trajetórias e mobilidade social pelo “caminho das letras”*, Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012; MELLO, Isabele de Matos Pereira de, *Magistrados a serviço do rei: os ouvidores-gerais e a administração da justiça na comarca do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015; SILVA, Evandro Marques Bezerra da, *Mandos e desmandos: os ouvidores da Capitania de Pernambuco no reinado de D. João V (1708-1750)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2010; SILVA, Priscilla de Souza Mariano e, *A justiça no período josefino: atividade judiciária e irregularidades dos ouvidores na comarca de Pernambuco entre 1750 e 1777*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2014; PEGORARO, Jonas Wilson, *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007; CARVALHO, Reinaldo Forte, *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2015; CAETANO, Antônio Filipe Pereira, *Nos confins nas vilas e na Comarca... A construção da autonomia política, administrativa e jurisdicional Alagoana (século XVI-XVIII)*, In IDEM (org.), *Alagoas e o Império Colonial português. Ensaios sobre poder e administração (séculos XVII-XVIII)*, Maceió, Cepal, 2010; ADAN, Caio Figueiredo Fernandes, *Colonial comarca de Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009; SOUZA,

Outro ponto de intersecção entre a *big data* e a história do Direito¹⁸ desdobrou-se nos estudos sobre o acesso aos tribunais pelas comunidades para a resolução dos seus conflitos. Nesse aspeto, o mundo hispânico dispõe de algumas importantes contribuições¹⁹, que ainda aguardam correspondência na historiografia luso-brasileira²⁰. Os estudos sobre a utilização dos tribunais pelas comunidades para a resolução dos seus conflitos revelam fluxos da litigiosidade combinados com uma maior ou menor utilização de formas extrajudiciais de acertos comunitários²¹. Pode-se considerar também nesse campo o atual interesse pelas petições feitas pelos súditos aos seus monarcas. As petições extrajudiciais podem ser entendidas como um meio de recurso diretamente ao rei, que detentor exclusivo da graça, estava apto a aplicar perdões²². As petições poderiam inclusive converter-se em normativas régias, conforme se tem apontado recentemente para a monarquia hispânica²³.

Débora Cazalato de, *Administração e poder local: a câmara de Mariana e seus juízes de fora (1730-1777)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011; ALMEIDA, Gustavo Balbueno, *Os juízes de fora e os conflitos de jurisdição na Capitania do Mato Grosso (1748-1796)*, Mestrado em História, Universidade Federal de Grande Dourados, 2012; VALLE, Stephanie Lopes do, *“Adequar e não inovar”. Implementação da justiça na capitania de São José do Rio Negro*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2015; PAIVA, Yamê Galdino de, *Vivendo à sombra das leis: Antonio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

¹⁸ Sobre este assunto ver o dossiê «Digital Law and History» In *Law and History Review*, vol. 34, nº 4, 2016; LIKHOVSKI, Assaf, «The Intellectual History of Law», In DUBBER, Marjús D; TOMLINS, Christopher (ed), *The Oxford Handbook of Legal History*, New York, Oxford University Press, 2018, p. 151-170.

¹⁹ KAGAN, Richard, *Lawsuits and litigants in Castille, 1500-1700*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1981; MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «Did personal violence decline in the Spanish Old Regime?» In *Memoria y Civilización*, vol. 2, 1999, p. 117-140.

²⁰ Destaca-se aqui a obra de José Inácio de Abranches Garcia para o Tribunal da Relação de Goa no século XIX. GARCIA, José Inácio de Abranches, *Estatística do movimento dos processos na Relação de Nova Goa*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875. Além disso, Arno e Maria José Wehling apresentam algumas estatísticas de processos do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. WEHLING & WEHLING, op. cit., 2004.

²¹ RANIERI, Filippo, «A evolução do recurso ao Tribunal da Câmara Imperial durante os séculos XV a XVII. A “jurisdicionalização” dos conflitos na sociedade moderna», In HESPANHA, António Manuel (org), *Justiça e litigiosidade: história e prospetiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 521-558; BURBANK, Jane, *Russian Peasants go to Court. Legal Culture in the Countryside, 1905-1917*, Loomington, Indiana University Press, 2004; Para uma revisão historiográfica sobre o acesso aos tribunais senhoriais e régios da Europa moderna ver VERMEESCH, Griet, «Reflections on the relative accessibility of law courts in early modern Europe», In *Crime, Histoire & Sociétés / Crime, History & Societies*, vol. 19, nº 2, 2015, p. 53-76.

²² Um artigo precursor é o de Russell-Wood, «Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América portuguesa», In SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura portuguesa em Terra de Santa Cruz*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 215-233.

²³ MASTERS, Adrian, «A thousand of invisible architects: vassals, the petition and response system, and the creation of Spanish Imperial caste legislation», In *Hispanic American Historical Review*, vol. 98, nº 3, 2018, p. 377-406.

A reaproximação da historiografia do direito com a dimensão *espacial*²⁴ também tem contribuído para essa renovação historiográfica à medida que vem auxiliando a repensar a conceção de direito e a construção dos espaços jurídicos em âmbitos transnacional e global²⁵. Isto tem importantes implicações nos recentes debates, para o período moderno, sobre a espacialização do direito²⁶, o pluralismo/normatividade nos espaços de conquista e colonização²⁷, a natureza jurídica dos territórios ultramarinos portugueses e espanhóis²⁸, as diferentes formas de estrutura administrativa estabelecida nas possessões portuguesas²⁹, o número do oficialato régio disponível para administrar a justiça nas conquistas³⁰, o problema do transplante dos direitos castelhano e português³¹ para as Américas e a existência de um *derecho indiano*³². Perpassa também todos estes

²⁴ MECCARELLI, Massimo & SASTRE, María Julia Solla (eds), *Spatial and temporal dimensions for Legal History. Research Experiences and itineraries*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, 2016.

²⁵ DUVE, Thomas, «Los desafíos de la historia jurídica europea», In *Anuario de historia del derecho español*, nº 86, 2016, p. 811-845.

²⁶ ALBANI, Benedetta; BARBOSA, Samuel; DUVE, «Thomas, La formación de espácos jurídicos ibero-americanos (s. XVI-XIX); Actores, artefactos e ideas. Comentarios introductorios», In RINKE, Stefan (ed.), *Entre espácos: La historia latino-americana en el contexto global. Actas del XVII Congreso Internacional de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeus (AHILA)*, Berlín, septiembre de 2014, 1542-1549.

²⁷ BENTON, Lauren & ROSS, Richard J. (ed.), *Legal Pluralism and Empires, 1500-1850*, Nova Iorque, New York University Press, 2013. Para o conceito de *multinormatividade* como uma proposição alternativa a de *pluralismo jurídico* ver DUVE, Thomas, «Global History: a methodological approach», In *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series*, No. 2016-04, p. 1-22.

²⁸ CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana Münch, «A expansão portuguesa e o estatuto político dos territórios», In FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (org.), *O Brasil colonial (ca. 1580-ca. 1720)*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p. 51-106; MAZÍN, Oscar, «La incorporación de las Indias en la Monarquía Hispánica: una lectura comparada», In MOLERO, Juan Francisco Pardo, *El Gobierno de la virtud. Política y moral en la Monarquía Hispánica (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, Red Comnaria, 2017, p. 269-300.

²⁹ HESPANHA, António Manuel & SANTOS, Catarina Madeira, «Os poderes num império oceânico», In MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 395-413. RUSSELL-WOOD, A. J. R., «Padrões de colonização, no império português, 1400-1800», In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs), *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, p. 171-206.

³⁰ CAMARINHAS, Nuno, 2010; SUBTIL, José, «Os poderes dos Juízes no Império português: o caso do Brasil», In FURTADO, Júnia Ferreira; ATALLAH, Cláudia Azevedo; SILVEIRA, Patrícia Ferreira dos Santos (orgs.), *Justiça, governo e bem comum na administração dos Impérios Ibéricos*, Curitiba, Editora Prismas, 2017, p. 33-91; SUBTIL, José, «Os ministros do rei no poder local, ilhas e ultramar (1772-1826)», In *Penélope*, nº 27, 2002, p. 37-58.

³¹ HESPANHA, António Manuel, «Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro» In *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, nº 35, tomo 1, 2006, p. 60-61.

³² DUVE, Thomas & Pihlajamäki, Heikki (orgs), *New Horizons in Spanish Colonial Law. Contributions to Transnacional Early Modern Legal History*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, Global Perspectives on Legal History, 2015.

debates a questão da *distância* como arcabouço conceitual pelo qual se operacionaliza a aplicação do direito e a administração da justiça régia³³.

No âmbito da historiografia brasileira, muito se dialogou com os estudos portugueses, não deixando de colher, entretanto, exemplos de outras experiências coloniais, especialmente as atlânticas e americanas, oferecendo-se assim uma releitura para a administração, sociedade, economia e práticas culturais da América portuguesa³⁴. Até os anos de 1990, predominava na historiografia brasileira uma visão da administração do Brasil no período colonial confusa, desorganizada, ineficiente, engessada e pouco adaptada à realidade do território³⁵.

Aquilo que se conhecia sobre o aparelho judicial e sobre a administração da justiça provinha, especialmente, dos manuais de administração, que procuravam apresentar a evolução da estrutura administrativa do Brasil desde a Colônia até a República³⁶. Nessas obras, costumava-se reproduzir, sem o amparo de uma sólida investigação das fontes históricas, a estrutura político-administrativa existente em Portugal ao lado de modulações mais específicas encontradas em leis e regimentos enviados para a América portuguesa. Ao nível local, da historiografia paraibana, representada nessa altura pelos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), passava-se o mesmo. A transposição dos oficiais e das estruturas do Reino para o espaço da comarca da Paraíba fizeram com que os autores que chegaram a abordar a jurisdição judicial da capitania

³³ GAUDIN, Guillaume Gaudin; LEIVA, Pilar Ponce Leiva, «Introduction au dossier: El factor distancia en la flexibilidad y el cumplimiento de la normativa en la América Ibérica», *Les Cahiers de Framespa* [En ligne], 30 | 2019, mis en ligne le 30 janvier 2019, consulté le 20 novembre 2019. URL: <http://journals.openedition.org/framespa/5553>. E também os demais artigos do dossiê.

³⁴ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.), *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

³⁵ Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro são os autores que melhor contribuíram para disseminação da ideia de uma administração precocemente centralizada (Faoro) e caótica (Prado Jr.), visão esta que predominou e influenciou por várias décadas a historiografia brasileira do século XX. PRADO Jr., Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, 23ª edição, São Paulo, Brasiliense, 2004; FAORO, Raymundo, *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, 3ª ed. Revista, São Paulo, Globo, 2001. Para uma discussão crítica das ideias e da influência desses autores conferir SOUZA, Laura de Mello, *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, capítulo 1; BICALHO, Maria Fernanda, «Entre a teoria e a prática: dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII)», In *Revista de História*, nº 167, julho/dezembro 2012, p. 75-98; ANTUNES, Álvaro de Araújo, «As pararelas e o infinito: uma sondagem historiográfica acerca da história da justiça na América portuguesa», In *Revista de História*, nº 169, julho/dezembro 2013.

³⁶ FLEIUSS, Max, *História administrativa do Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1925; GARCIA, Rodolfo, *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1599-1810)*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Brasília, Livraria José Olympio, Instituto Nacional do Livro, 1975; a coleção *História Administrativa do Brasil*, organizada por Vicente Tapajós. Ver também a síntese feita por ANTUNES, Álvaro de Araújo, *op. cit.*, 2013, p. 34-35.

encontrassem oficiais que não estavam presentes nesta jurisdição, ou pelo menos durante o período colonial³⁷.

A partir da renovação historiográfica iniciada nos anos 2000, mostrou-se como a sociedade construída nos trópicos encontrava-se cimentada numa forte arquitetura político-institucional, religiosa, cultural e social de Antigo Regime, particularmente visualizada na *economia de mercês* e no poder das *redes* políticas e clientelares, mas também na escravidão³⁸. Dessa forma, a construção da autoridade régia no além-mar foi vista como decorrente de um processo dialético que conciliou a imposição de normas com as práticas de negociação entre a Coroa e os grupos políticos locais, sem, todavia, esquecer-se das formas de resistência dos mesmos.

Sob a noção de *autoridade negociada*, procurou-se compreender os limites e alcances das políticas régias para a América. Não fortuitamente, os braços do poder régio foram buscados nas pessoas que o representavam, nomeadamente os governadores e vice-reis, e nas relações estabelecidas entre estes e as câmaras municipais - redutos e expressão dos poderes locais. Nesse conjunto, os juízes de nomeação régia também foram considerados, propondo-se como um dos principais questionamentos o seu papel de agente centralizador, como já havia ponderado António Hespanha para o Portugal Seiscentista³⁹.

Esse momento historiográfico representou uma visível verticalização dos estudos sobre justiça no Brasil. Não obstante, tal crescimento incidiu particularmente sob novas teses e dissertações que privilegiaram estudos de natureza prosopográfica dos magistrados e também conflitos de jurisdição (mas não só) entre juízes e autoridades. Entretanto, há que destacar, ainda, as investigações desenvolvidas, sobretudo para Minas Gerais e Curitiba, sobre outros agentes envolvidos na administração da justiça, como

³⁷ MACHADO, Maximiano Lopes, *História da Província da Paraíba*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, vol. 1, 1977 [1912], vol. 1, p. 277-283; MARIZ, Celso, *Apanhados históricos da Paraíba*, 2ª ed., João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980 [1927], p. 62-63.

³⁸ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; IDEM; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.), *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

³⁹ HESPANHA, António Manuel, 1994, p. 171-172 e 197-199.

advogados⁴⁰, juizes de vintena⁴¹ e juizes ordinários⁴² e também sobre outras interfaces da justiça, como a criminalidade (delitos, condição social e jurídica dos culpados e das vítimas) evidenciada em querelas, notificações, rol de culpados, cartas de seguro e cartas de perdão⁴³, ou ainda relacionados a grupos sociais específicos⁴⁴.

Embora ainda considerando algumas das questões já postas por alguns desses trabalhos, exploramos aqui outros aspetos que acreditamos ainda ocuparem uma posição periférica nas investigações existentes. Um deles, e possivelmente o principal, é o da administração da justiça à *distância*. Exercendo uma das funções mais importantes e principais do rei, representada pelo dar a cada um aquilo que lhe pertencia, que acabava por reforçar as diferenças político-sociais e os particularismos, os juizes letrados, diferentemente dos governadores, que possuíam um campo de ação política mais alargado, deveriam aplicar o direito do Reino nas suas áreas de jurisdição, acumulando com suas funções judiciais, outras atividades de natureza administrativa que lhes iam sendo delegadas.

Ao contrário de outras partes do império português, onde o *pluralismo jurídico* foi mais destacado⁴⁵ e também diferentemente do que se passou para as áreas de

⁴⁰ ANTUNES, Álvaro de Araújo, *Espelho de cem faces. O universo relacional de um advogado setecentista*, São Paulo, Annablume, 2004; ANTUNES, Álvaro de Araújo, *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*, Tese de Doutoramento em História, Unicamp, 2005.

⁴¹ PIRES, Maria do Carmo, «As Câmaras Municipais e as Freguesias: o poder vintenário», In VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (orgs.), *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012, p. 269-290.

⁴² BORGES, Joacir Navarro, *Das justiças e dos litígios. A ação judiciária da câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752)*, Tese, Doutoramento em História, Universidade Federal do Paraná, 2009.

⁴³ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves, *As cartas de seguros: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1830)*, Tese, Doutoramento em História Social, Universidade de São Paulo, 2011; REIS, Liana Maria, *Crimes e escravos na Capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*, São Paulo, Hucitec, 2008; OLIVEIRA, Maria Gabriela Souza de, *O rol das culpas. Crimes e criminosos em Minas Gerais (1711-1745)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

⁴⁴ GONÇALVES, Jener Cristiano, *Justiça e direitos costumeiros apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006; MENEZES, Jeannie da Silva, *Sem embargo de ser femea. As mulheres e um estatuto jurídico em movimento no 'direito local' de Pernambuco no século XVIII*, Tese, Doutoramento em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2010; MENDONÇA, Anne Karolline Campos, *A relação das mulheres com a justiça e o direito: comarca das Alagoas – Capitania de Pernambuco (1712-1798)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Alagoas, 2016; SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho, *História do direito e colonização do Brasil: as mulheres da capitania da Paraíba, 1661 – 1822*, Tese, Doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2018.

⁴⁵ O pluralismo jurídico é ainda uma questão a ser melhor dimensionada para o império português e atualmente vem sendo alvo do interesse do projeto *Pluralismo Jurídico no Império Português (séculos XVIII-XX)*, sob a coordenação das professoras Ana Cristina Nogueira da Silva (FDUNL) e Ângela Barreto Xavier (ICS-UL), sob o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia [PTDC/DIR-OUT/30873/2017]. Para Angola, o pluralismo jurídico foi uma peça importante para a manutenção da

dominação hispânica da América, as soluções jurídicas dos povos indígenas da conquista americana foram, em menor grau, incorporadas pelos agentes do direito. Na prática, todavia, sabe-se que a diversidade dos códigos culturais dos indígenas, quando comparados aos padrões da cultura jurídica letrada europeia, representava uma dificuldade para a aplicação das Ordenações do Reino e de outros pontos do direito comum, obrigando a uma inevitável adaptação das leis e dos procedimentos jurídicos⁴⁶. Acrescente-se, ainda, que apesar do transplante da arquitetura judicial do Reino e do direito europeu para o Brasil, as especificidades das sociedades locais, os condicionantes do espaço e as tecnologias de poder e dos meios materiais disponíveis também contribuíram para a necessidade da adaptação normativa⁴⁷.

Em temporalidades diferentes, Portugal, Espanha, França e Grã-Bretanha enfrentaram os desafios de administrar seus territórios no continente americano à distância, desde os centros políticos europeus. As motivações e os recursos disponíveis a cada uma das monarquias foram moldando o tipo de estrutura administrativa a ser constituído nas suas respectivas possessões ultramarinas. O transplante de instituições e de

presença portuguesa nesse território, visto que o controle desse espaço pelos portugueses, promovido pelo estabelecimento de uma rede de presídios localizados ao longo do rio Cuanza, teve como um dos pilares de sustentação a criação de alianças com os chefes das tribos locais, os *sobas*. Uma das expressões do pluralismo jurídico em Angola foram os tribunais de *mucamos*, que, em sua origem, se referiam a um tribunal de indígenas presidido pelo *soba* e com a participação de chefes locais (macotas), sendo o julgamento oral. Essa estrutura foi incorporada pela administração portuguesa, mas destinou-se a julgar causas envolvendo a liberdade de escravos. O pluralismo jurídico nas sociedades coloniais não se expressa pela manutenção das formas de justiça locais em seu aspecto originário, ou seja, anterior ao contato e ao controle exercido sob o território. À medida que se processam a conquista e a colonização nas suas mais variadas matizes e formas e vai havendo uma maior complexificação dos vínculos estabelecidos entre os agentes extemporâneos e os povos locais, as instituições e direitos indígenas vão sofrendo transformações e afastando-se da sua configuração inicial, a ponto de se instituir um “terceiro grau jurídico e institucional”, que não pertence nem a um lado, nem a outro, mas é fruto da dinâmica do contato e da apropriação discursiva do colonizador. Cf. SANTOS, Catarina Madeira, «O império português face às instituições indígenas (Estado da Índia, Brasil e Angola, séculos XVI-XVIII)», In XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (orgs.), *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada. Dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 271-302, *maxime cit.*, p. 297.

⁴⁶ A adaptação do direito castelhano e europeu à América e a elaboração de um direito indiano já foram amplamente discutidas pela historiografia hispano-americana, ao passo que para o mundo português ainda se aguarda um debate mais amplo. Ver especialmente HESPANHA, António, «Por que é que existe e em que é que consiste um Direito colonial brasileiro», In *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, n° 35, tomo 1, 2006, p. 59-81 e HESPANHA, António Manuel, «O ‘direito de Índias’ no contexto das colonizações ibéricas» In DUVE, Thomas (Coord.), *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional del Derecho Indiano*, Madrid, Dykinson, 2017, vol. 1, p. 43-83. Ver também na mesma publicação WEHLING, Arno, «As variações do direito português no Brasil. A experiência de um jurista na justiça colonial», p. 313-326.

⁴⁷ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, «Sem embargo da ordenação em contrário: a adaptação da norma à circunstância colonial», In VENÂNCIO, Renato Pinto, GONÇALVES, Andréa Lisly, CHAVES, Cláudia Maria das Graças (orgs.), *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012; SOUZA, Marcus Seixas, «A praxe forense e as obras práticas de Antonio Vanguerve Cabral, 1715-1729», In *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 278, ano 43, 2018, p. 547-577.

oficiais existentes nos reinos foi um caminho comum a praticamente todas elas. No entanto, o grau de institucionalização e o número de oficiais régios existentes nas conquistas americanas variaram. Portugal e Espanha conseguiram constituir uma malha administrativa e judicial muito mais densa e extensa do que as existentes nas colônias britânicas e francesas. Em parte, isto se deveu ao papel desempenhado pelas companhias de comércio na exploração e colonização inicial das últimas. Acresce-se ainda, no caso das colônias britânicas, a existência de sistemas jurídicos distintos derivados da natureza político-jurídica de cada uma das colônias⁴⁸.

A expansão geográfica e política das monarquias europeias fez-se também acompanhada e sustentada pelo *direito*. Com um maior ou menor número de oficiais e com uma cobertura jurisdicional do aparelho judicial mais ou menos ampla, as coroas garantiam a aplicação do direito régio e a administração da justiça aos povos sob sua jurisdição. Nesse sentido, é possível pensar numa plataforma institucional móvel, garantida pelos juízes letrados entre o Reino e o ultramar⁴⁹. Apesar da dimensão que esta estrutura pôde atingir, o alcance do direito e da justiça do rei estava também condicionado por fatores alheios ao quadro humano e às instituições. É preciso, uma vez mais, reforçar a existência de outros sistemas normativos que conviviam com o chamado direito erudito. Dentre eles figurava o *costume*, que pode ser entendido como uma prática que pela repetição contínua, pelo caráter imemorial e pela aceitação generalizada da comunidade adquiriu estatuto de lei, e que por isso pode ser considerado como uma fonte do direito e, inclusive para alguns, como uma fonte do direito vinda de baixo (*Law from below*)⁵⁰. É necessário, portanto, dimensionar o lugar da normativa régia e dos seus

⁴⁸ GREENE, Jack, «Britain's Overseas Empire before 1780: Overwhelmingly Successful and Bureaucratically Challenged», In CROOKS, Peter & PARSONS, Timothy H. (ed.), *Empires and bureaucracy in World History. From Late Antiquity to the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016, p. 318-343; BENTON, Lauren & WALKER, Kathryn, «Law for the Empire: The Common Law in colonial America and the Problem of Legal Diversity», In *Chicago-Kent Law Review*, vol. 89, issue 3, p. 937-956.

⁴⁹ Isto é especialmente válido para o caso português. A circulação dos ministros na monarquia hispânica foi mais limitada, como referiremos no capítulo 3. Ver também CAMARINHAS, Nuno; LEIVA, Pilar Ponce, «Justicia y letrados en la América Ibérica: administración y circulación de agentes en perspectiva comparada», In XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Frederico; STUMPF, Roberta (orgs.), *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 351-383.

⁵⁰ GARRÉ, Roy, «The Dynamics of formation in Italian Legal Science during the Early Modern Period: the function of custom», In BLOCKMANS, Win; HOLENSTEIN, André & MATHIEU, Jon (Eds.), *Empowering interactions. Political Cultures and the Emergence of the State in Europe, 1300-1900*, Ashgate, 2009, p. 91-92.

agentes no interior dos espaços coloniais tendo-se em conta as diversas normatividades neles existentes.

Dito isto, a *distância* é, portanto, uma preocupação transversal neste trabalho, mas procura-se pensá-la não apenas na sua expressão mais notória (*geográfica*), com relação ao centro político e no interior da própria comarca. Busca-se, outrossim, observar outras ocorrências, como a distância *intrajudicial*, que se expressa na comunicação jurídica entre as diferentes instâncias judiciais, e as distâncias processual, material e cultural e social.

Para esta discussão valemo-nos das considerações conceituais do historiador Darío Barriera, que refletiu sobre os variados tipos de distância na administração da justiça, discutindo com maior detalhe o da distância social para o caso dos *oidores* americanos⁵¹. Darío Barriera inspirado, por sua vez, em outros estudos que relacionam a proximidade dos juízes às comunidades, identifica cinco tipos de distância. Uma delas é a *geográfica*, que não necessita de maiores explicações. Convém apenas referir que esta distância geográfica é quase sempre percebida em termos temporais. Outro tipo de distância mencionado é a *material*, que diz respeito aos custos necessários para aceder à justiça, tais como traslados, viagens, procuradores e advogados. O tempo transcorrido entre o início do processo judicial e a sua conclusão é identificado como a distância *processual*. Nesse mundo da justiça régia, a utilização do latim na literatura jurídica e nos processos acaba se convertendo num saber específico quase exclusivo dos letrados, gerando um tipo de distância *cultural* entre estes e os não letrados e os indivíduos que recorriam à justiça. A distância *social*, por fim, diz respeito à tentativa de isolamento dos juízes no interior das comunidades onde administravam a justiça, através de uma legislação que proibia o envolvimento com negócios, casamentos com mulheres da terra sem licença régia e recebimento de presentes pelos magistrados, por exemplo. Esta tipologia visa, entretanto, uma estratégia analítica do nosso objeto de estudo, visto que dificilmente elas se apresentam sozinhas e tão bem delimitadas.

A partir dessa preocupação transversal, elencamos questões a elas relacionadas, que dizem respeito às estruturas e oficiais da aplicação da justiça, à territorialização do poder do ouvidores na comarca, à especificidade e formação do espaço político das comarcas na América lusa, à aplicação do direito do Reino no espaço ultramarino, ao

⁵¹ BARRIERA, Darío G., «Entre el retrato jurídico y la experiencia en el territorio. Una reflexión sobre la función distancia a partir de las normas de los Habsburgo sobre la sociabilidades locales de los oidores americanos», In *Caravelle. Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, nº 101, 2013, 133-154.

deslocamento dos ouvidores no espaço da comarca, além de buscar identificar canais de justiça não formais que coexistiam com o direito oficial no território americano.

O espaço de eleição para a averiguação dessas questões é a comarca da Paraíba entre finais do século XVII até o final do século XVIII. Apesar de selecionarmos essa comarca como recorte geográfico, nosso horizonte de observação destina-se a ser mais amplo, incluindo comparações com outras comarcas do Brasil a fim de encontrar respostas mais satisfatórias a alguns questionamentos ou indícios para outros que não conseguimos responder a contento. Nesse sentido, a comarca de Pernambuco ocupa uma posição central de diálogo e de comparação, tanto pela sua contiguidade espacial, quanto pelas jurisdições compartilhadas e ainda pela fluidez das fronteiras territoriais e jurisdicionais que demarcavam esses territórios física e politicamente.

2. Uma comarca e três capitanias

A comarca refere-se a um espaço delimitado, e por isso *com marca*, no qual o corregedor, no Reino, e o ouvidor, no Brasil, exerciam sua jurisdição. As comarcas poderiam ter dimensões territoriais bastante variadas, mas, teoricamente, deveriam permitir o deslocamento (ida e volta) da população sob a jurisdição do corregedor no intervalo de um dia até a cabeça da mesma, sendo 5 léguas a distância idealmente convencionada⁵². Em termos do espaço político, as comarcas poderiam ser compostas por terras de natureza política variada (apenas régias, apenas senhoriais ou ambas). O número de concelhos existentes nas comarcas também era diferenciado embora se observe uma tendência no Reino de uma média entre 10 e 20 concelhos por comarca no início da segunda metade do século XVIII⁵³.

Para o Brasil é mais difícil fazer este cálculo. Entretanto, levando-se em conta que havia, no final da primeira metade do século XVIII, 21 comarcas⁵⁴ e 91 vilas e cidades⁵⁵,

⁵² SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *O modelo espacial do Estado Moderno. Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 107-109.

⁵³ Ver dados apresentados para 1765 por FERRO, João Pedro, *A população portuguesa no final do Antigo Regime, 1750-1815*, Lisboa, Presença, 1995, p. 102.

⁵⁴ CUNHA, Mafalda Soares da & NUNES, António Castro. «Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII». *Tempo* [online]. 2016, vol.22, n.39, p. 10, tabela 1.

⁵⁵ Número retirado da Lista de Vilas e Cidades apresentada por GIL, Thiago Luís & BARLETA, Leonardo Brandão (coords.), *Atlas histórico da América lusa*, Porto Alegre, Ladeira Livros, 2016, p. 9.

e que cada uma delas contabilizava um concelho, a média tende a ser bastante inferior (entre 3 e 4 concelhos por comarca). Sabendo-se que por mais extensas que pudessem ser as comarcas, a atuação dos corregedores e ouvidores dava-se, através da atividade correcional, no interior dos concelhos existentes. Acreditamos que esta é uma das características fundamentais a se considerar no estudo desse espaço judicial, pois ela confere uma ideia do deslocamento dos magistrados no interior do seu território de jurisdição. Isto, ademais, nos dá indícios do alcance espacial da justiça régia, visto que a distância em relação a ela tendia a favorecer e fomentar “práticas informais de disciplina da vida coletiva e de resolução de conflitos”⁵⁶.

Outra característica importante a ter-se em conta é a natureza do espaço político, como dissemos antes. Ao contrário da tendência geral das comarcas do Brasil, em que predominou a coincidência entre os limites das comarcas e o das capitanias⁵⁷, a comarca da Paraíba era formada por três capitanias, a saber, a da Paraíba, a do Rio Grande e a de Itamaracá, chegando, durante alguns anos a incluir a capitania do Ceará. Esta composição revela-se uma configuração bastante particular para o caso do Brasil, porque além de estar fora do padrão geral, permaneceu com esta disposição até a primeira década do século XIX⁵⁸.

Nossa proposta centra-se no estudo da administração da justiça no espaço da comarca da Paraíba entre os anos de 1687, data da sua criação⁵⁹, até 1799, que representa

⁵⁶ HESPANHA, 1994, p. 66.

⁵⁷ Especialmente no século XVIII, pois as primeiras ouvidorias criadas no Brasil tinham comarcas que alcançavam mais de uma capitania, mas, à medida que foram tendo seus territórios desmembrados para a criação de novas, a coincidência entre capitania e comarca passou a ser predominante, mas não a regra, como demonstram os casos da Capitania de Minas Gerais que chegou a ter quatro comarcas (Rio das Velhas, Rio das Mortes, Ouro Preto e Serro Frio) e a de Pernambuco duas (Pernambuco e Alagoas).

⁵⁸ Através do alvará de 30 de maio de 1815, a Paraíba perdeu a correição de Goiana, que passou para a comarca recém-criada de Olinda (a antiga comarca de Pernambuco, cuja cabeça era Olinda passou a ter sua sede em Recife). A perda do Rio Grande do Norte ocorrerá em 1818, quando se cria um ouvidor próprio para a capitania. Cf. «Alvará de 30 de maio de 1815» In *Collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc, promulgadas no Brasil desde a feliz chegada de El Rei Nosso Senhor a este reino*, Tomo II, 1811-1816, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1817. Disponível em: <https://archive.org/details/codigobrasiliens01braz/page/n1>. CAETANO, Antonio Filipe Pereira, «Conflitos judiciais, espaços de jurisdição e estruturação administrativa da justiça na Capitania do Rio Grande (Comarca da Paraíba/Comarca do Rio Grande do Norte, 1789-1821)», In *Revista Espacialidades*, v. 9, nº1, 2016, p. 84-112.

⁵⁹ Encontra-se também na historiografia paraibana (MENEZES, Mozart, 2005a) o ano de 1688 como data de criação da ouvidoria da Paraíba. Isto deve-se ao longo processo de criação desse tipo de instituição, que envolve a consulta ao Conselho Ultramarino, decisão régia, escolha do bacharel pelo Desembargo do Paço e sua formalização com a chegada do ouvidor à capitania. A opção de considerar 1687, como indicamos em outro trabalho (PAIVA, Yamê, 2012, p. 84, nota 45), dá-se pela decisão régia de criação do lugar de ouvidor para a capitania da Paraíba, datada de 12 de dezembro de 1687, mas não consideramos impreciso quem adota o ano de 1688.

o fim da anexação da Paraíba à capitania de Pernambuco. A escolha do final deste recorte cronológico centra-se na intenção de averiguar se houve mudanças de jurisdição para o ouvidor durante o período em que a capitania esteve anexada, que vai de 1755 até 1799.

Nosso objetivo geral é, portanto, compreender como a justiça se organiza e opera à distância num espaço político complexo. A escolha dos ouvidores como objeto privilegiado de observação prende-se à questão fundamental das fontes. A existência dessas costuma estar intimamente ligada às elites e à administração, sendo, por isso, a justiça régia a nossa prioridade. Todavia, tentamos outrossim tomar os ouvidores como um ponto de partida ou um como uma lente para observar outros agentes da justiça e, também, outros modos de resolução dos litígios. Nossa proposta é, portanto, construir uma visão holística da justiça na comarca da Paraíba, sabendo, entretanto, que os ouvidores serão nossos objetos prioritários de observação porque é sobre eles que incide a maior parte da documentação existente.

Os objetivos específicos se desdobram nas três partes em que se encontram estruturada esta tese. A primeira é composta por um capítulo que tem como proposição apresentar e explicar o espaço do qual estamos a tratar. Fala-se, especificamente, da capitania da Paraíba, e não da comarca, por ser ela a principal capitania da comarca e a cabeça da mesma. É a partir da cidade da Paraíba que a maior parte da atividade judicial do ouvidor se desenvolve.

A segunda parte dedica-se ao direito, instituições e agentes da justiça e compõe-se de três capítulos, que procuram abordar cada um desses temas. Nela, o capítulo intitulado *A administração da justiça régia nas Américas: problemas e desafios aos impérios ibéricos (séc. XVI-XVIII)* tenciona compreender o processo de implantação do aparelho judicial no Brasil, em termos de estrutura e de oficiais, fazendo-se uma comparação com a América hispânica. Adentrando também na discussão da existência de um “direito colonial brasileiro”⁶⁰, procuramos perceber e identificar formas de adaptação do direito português no território americano, também aqui fazendo-se um paralelo com o *derecho indiano*, e como os ouvidores contribuíram nesse processo.

O capítulo seguinte, *A construção do aparelho judicial nas Capitânicas do Norte*, reduz mais a escala a fim de verificar o processo de construção da malha judicial nas

⁶⁰ Expressão utilizada por António Hespanha. HESPANHA, António Manuel, «Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro» In *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, nº 35, tomo 1, 2006.

capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande, Ceará e Paraíba, dando especial enfoque à Comarca da Paraíba. Objetiva-se visualizar os arranjos político-institucionais que estiveram no centro da formação da comarca da Paraíba e também perceber os diferentes tipos de distância que condicionavam o acesso à justiça letrada.

Já no capítulo que finaliza essa parte, intitulado *O perfil sociopolítico dos magistrados das comarcas da Paraíba e de Pernambuco*, nos dedicamos a fazer um perfil prosopográfico dos ouvidores de ambas as comarcas. Trata-se de um grupo composto por 22 magistrados para a Paraíba e de 26 para Pernambuco (ver anexo 1), tendo como principais critérios de seleção da informação, a formação universitária (em Cânones ou Leis), o lugar de nascimento, a origem social, as carreiras e as mercês de nobilitação recebidas. A proximidade geográfica entre Paraíba e Pernambuco e a projeção que a última assumiu em termos político, econômico e populacional no espaço das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, torna particularmente interessante este exercício comparativo. Ao elaborar o perfil dos ouvidores da Paraíba, buscamos estabelecer diferenças e/ou semelhanças com os magistrados de outras áreas da colônia, a fim de verificar a existência de uma hierarquia dos espaços judiciais.

A terceira parte, por fim, é formada por dois capítulos que procuram mostrar dinâmicas da administração da justiça na comarca da Paraíba. No capítulo *Entre agravos e desagravos* abordamos alguns conflitos de jurisdição envolvendo os ouvidores e outros oficiais da administração. Não se exploram aqui conflitos com contornos de outra natureza, como os de expressão política ou pessoal. Ainda que estes aspectos possam também estar presentes nas questões jurisdicionais, a preocupação central é priorizar dúvidas e conflitos relativos a pontos de jurisdição. Outrossim, procura-se perceber como o princípio da administração da justiça régia poderia ser maculado pelo *mau uso da justiça* por parte dos juízes e seus oficiais.

Já no último capítulo, *Sem temor de Deus nem das Justiças*, o propósito é identificar outros arranjos encontrados pelas comunidades para as resoluções dos conflitos no seio das mesmas. Para isso, tratamos das formas de justiça negociada, também chamada de *infrajustiça* por alguns autores, que podem ser testemunhadas no interior da comarca da Paraíba, nomeadamente na Povoação do Piancó (futura Vila de Pombal), através de instrumentos notariais de *perdão* e de *composições*. Com isso, procuramos demonstrar que a justiça régia era, por vezes, preterida pelas comunidades a outras formas de solução das disputas e litígios. Os mesmos sertões que elaboravam

formas negociadas de justiça também desenvolviam modos privados da mesma. É assim que abordamos o caso do *bando* de Antônio da Rocha Bezerra na ribeira do Açu, capitania do Rio Grande, comarca da Paraíba. Partindo deste caso, analisamos casos de *resistência* ostensiva e sutil às justiças régia e ordinária, assim como aos oficiais de justiça.

3. Fontes e metodologia

Importa dizer, primeiramente, que praticamente não existem fontes de natureza judicial para a Comarca da Paraíba nos séculos XVII e XVIII, sendo esta, na verdade, uma realidade predominante para praticamente todo o Brasil. Da ouvidoria da Paraíba, dispomos somente de um único livro de registro de ordens régias, que data de 1789 e que corresponde, segundo o seu termo de abertura, a uma transcrição do livro antigo que estava em mau estado. Temos dúvidas, entretanto, se neste livro estão contidos, de facto, todas as disposições normativas que deveriam ficar registados no arquivo da ouvidoria da Paraíba, pois isto representaria a redução de cem anos de seu funcionamento a apenas 221 fólios.

Para executar o que propomos alcançar nos capítulos referidos foi preciso reunir informações dispersas numa constelação de fundos documentais diferentes. O grosso das fontes manuscritas utilizadas encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Do primeiro recorremos aos *documentos avulsos* e aos *códices*. Eles permitiram recompor o processo de formação jurisdicional da comarca da Paraíba, perceber a interação e conflitos entre os poderes e como o poder do ouvidor se territorializa no espaço da comarca.

Os fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo possibilitaram construir o perfil prosopográfico dos bacharéis nomeados para servir na Paraíba e em Pernambuco. Para isto recorremos principalmente às *Chancelarias Régias*, *Chancelarias das Ordens Militares*, *Registo Geral de Mercês*, *Leitura de Bacharéis* e *Habilitações do Santo Ofício*. Para esta etapa também foram fundamentais o *Memorial de Ministros* depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, e recentemente publicado⁶¹, e os *Livros de Atos e Graus*

⁶¹ SÃO BENTO, Luís de; SOARES, António, *Memorial de Ministros: catálogo alfabético dos ministros de letras*, estudo e transcrição de Nuno Camarinhas, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; São Paulo, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura, 2017.

e de *Matrículas* dos estudantes da Universidade de Coimbra presentes no Arquivo da Universidade de Coimbra. Neste arquivo também foi consultado o fundo do Conde dos Arcos, que se refere à documentação do expediente da Secretaria de Governo de Pernambuco. Através dele foi possível encontrar informações mais consistentes acerca do cotidiano da administração da justiça, aspetos que ficavam apenas no plano local.

Para os dados de infrajustiça consultamos os documentos notariais do julgado do Piancó (Vila de Pombal a partir de 1772) atualmente depositados nos Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal, Paraíba) e que cobrem um período desde 1719 até o final do século XVIII⁶². Estes e outros fundos adicionais vão descritos na parte final do trabalho, na secção das Referências Bibliográficas.

Na parte referente à elaboração do perfil dos magistrados recorremos à metodologia da *prosopografia*, ainda que nossa amostra incida sobre 48 indivíduos. Os dados coletados foram dispostos em bases de dados e a partir delas organizamos a informação sobre formação em direito (Cânones ou Leis), origem geográfica e social, lugares servidos na carreira de letras, concursos para os lugares de ouvidor da Paraíba e Pernambuco e mercês recebidas.

Este trabalho centra-se sobre um espaço de dimensões regionais. Para compreendê-lo de forma mais acurada procuramos elaborar comparações com outras comarcas do espaço atlântico, mas, prioritariamente, do Brasil. A comparação com outras áreas de colonização, nomeadamente a América hispânica, também se revelou importante para entender como territórios vizinhos, com uma cultura política e jurídica semelhante lidaram com questões relativas à administração da justiça.

Egressos da universidade de Coimbra, com circulação entre o reino e o espaço atlântico, os ouvidores da comarca da Paraíba ajudaram a costurar uma continuidade do direito no império português através da circulação em lugares de letras no reino e ultramar. As configurações políticas existentes em cada um deles impunham, todavia, desafios à aplicação do direito comum e do reino, que eram solucionadas por adaptações locais, pela convivência de normativas plurais e pelo recurso ao Conselho Ultramarino. Ainda falta dimensionar o quanto (ou se) as experiências dos magistrados com carreira no ultramar pesavam na condução de suas funções na administração da justiça. Nesse

⁶² Agradeço ao professor Rodrigo Ceballos (UFCG-Cajazeiras) por ter-me disponibilizado esta documentação.

sentido, propomos várias questões para se pensar acerca da relação dos ouvidores com a sociedade, o acesso dos mesmos ao saber local quando chegavam, a área de ação efetiva do ouvidor no espaço da comarca, em quais condições materiais (cadeias, cartórios, oficiais, pagamento de ordenado) operavam a administração da justiça, que grupos sociais e oficiais participavam do cotidiano da administração da justiça, que diferenciação o direito aplicava aos rústicos e de que forma os ouvidores e seus oficiais poderiam fazer um mau uso da justiça. Essas são algumas indagações que permeiam o presente trabalho.

CAPÍTULO 1

A Capitania da Paraíba em diacronia (1585-1799): conquista, ocupação, poderes e jurisdições

A formação territorial da Paraíba tem na sua origem a figura de um ouvidor. Apresentado como um herói pela principal narrativa sobre a criação da capitania da Paraíba, o Sumário das Armadas¹, Martim Leitão, ouvidor-geral do Brasil (1583-?), foi uma das lideranças responsáveis pela expedição de conquista que culminou no estabelecimento das pazes com os indígenas da nação Tabajara, cujo acordo permitiu o combate ao grupo Tupi que fazia oposição aos portugueses no litoral setentrional do Estado do Brasil, os Potiguaras.

Nossa intenção aqui não é precisamente desmitificar a notabilidade dada a Martim Leitão pelos cronistas da época, nem pela historiografia do começo do século XX, mas apontar como os ouvidores-gerais, tal qual acontecerá aos ouvidores nomeados para as comarcas, terão uma extensa gama de atribuições que extrapolavam, em muito, a administração da justiça. As obrigações militares dos ouvidores-gerais, assim como as de outras de natureza não judicial “desviavam sua atenção do cumprimento de sua principal função como juízes”, sendo este um dos principais motivos do “fracasso da administração judicial no Brasil”, segundo Stuart Schwartz². Isto, entretanto, é especialmente válido para o século XVI, quando os ouvidores-gerais eram deslocados com maior frequência para a realização de tarefas diversas. Com o crescimento do aparelho judicial no Brasil verifica-se uma menor utilização dos magistrados para a realização de expedientes não judiciais.

A capitania da Paraíba foi fundada em 1585, tendo como sede a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Nessa altura existiam no Brasil somente mais duas cidades

¹ *Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Cristovam de Gouveia visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil*, Campina Grande/PB, Fundação Universidade Regional/Universidade Federal da Paraíba, 1983. A autoria do Sumário das Armadas é atribuída a dois jesuítas, cujos nomes ainda constituem uma questão controversa. Sobre esse assunto, os manuscritos e publicações do sumário e uma análise discursiva deste relato ver BATISTA, Adriel Fontenele, *O Sumário das Armadas: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

² SCHWARTZ, Stuart, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus juízes, 1609-1751*, São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 32.

(Salvador e Rio de Janeiro) e 16 vilas³. Assim como a Cidade de Filipéia figura entre os núcleos urbanos mais antigos da possessão portuguesa na América, a ouvidoria instalada na capitania da Paraíba também estará no conjunto das primeiras estabelecidas nesse território. Sua criação data de finais de 1687, isto é, uma centúria após a criação da capitania. A demora em se estabelecer um oficialato régio para administrar a justiça explica-se, em parte, pelo tardio interesse do Brasil pela Coroa portuguesa no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de povoamento e colonização daquele espaço, que esteve ao longo de quase meio século exclusivamente dirigido por particulares (donatários).

Outro fato que pode ser atribuído à demora do estabelecimento de um aparelho judicial mais amplo, já que a partir de 1549 foi designado um ouvidor-geral para o Estado do Brasil, e em 1609 se estabelecia na Bahia um Tribunal de Relação, era a premência que as Armas e a Fazenda real faziam às Letras numa conjuntura em que as guerras aos povos indígenas, a ameaça da presença francesa, espanhola e holandesa na costa e as preocupações com a matéria fiscal (rendas e contratos) ditavam as principais pautas da governação. Também era preciso garantir, por parte das populações locais, que houvesse recursos suficientes para manter ministros letrados. Sendo assim, ainda que a justiça fosse uma das principais prerrogativas do rei para com seus súditos, estes precisavam custear os representantes da justiça régia, demonstrando que havia rendas suficientes para o pagamento dos ordenados dos juízes.

Uma vez averiguada esta informação para a Paraíba, mandou-se em seguida consultar ministro de letras junto ao Desembargo do Paço. Aprovado no respectivo concurso e nomeado pelo rei em 1687⁴, Diogo Rangel de Castelo Branco embarcou na frota em direção a Pernambuco, tendo, antes, obtido sua ajuda de custo, que correspondia ao adiantamento do seu ordenado de 200\$000 réis, como era costume passar aos ministros que iam para as conquistas⁵.

Chegando na Paraíba, deveria apresentar-se à câmara da cidade de Nossa Senhora das Neves a fim de tomar posse do seu cargo, levando consigo sua carta de nomeação. Embora não houvesse uma sede física para as ouvidorias, sua materialidade institucional precisava ser construída. Fazia parte desse aparelho judicial que estava a ser implantado

³ GIL, Tago Luís; BARLETA, Leonardo Brandão, *Atlas histórico da América Lusa*, Porto Alegre, Ladeira Livros, 2016, p. 9.

⁴ ANTT, DP, RJDM, mç. 1876.

⁵ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 155.

um escrivão e meirinho próprios para os autos judiciais, advogados para a defesa das partes, uma cadeia para a guarda dos presos, soldados para diligências e correições, livros para o cartório da ouvidoria, um cofre para se guardar o dinheiro das condenações entre tantas outras coisas. Não só a materialidade, mas a própria jurisdição do ouvidor ainda estava por se construir, uma vez que ele assumiria funções que eram executadas por outros oficiais régios. O cenário encontrado por Diogo Rangel foi de uma grande defasagem de meios e de uma disputa jurisdicional por lugares de poder.

Quanto ao cenário social, Diogo Rangel, que antes havia servido como juiz de fora de Vila Nova de Cerveira e de juiz dos órfãos de Lisboa com predicamento de correição⁶, deve ter encontrado um ambiente bastante distinto daqueles com que se deparou no seu cotidiano de serviço ao rei. O grande número de indígenas e mesmo de negros, se comparados aos existentes no Reino, seria um desafio a enfrentar, juntamente com outras especificidades dos trópicos, as quais não estavam pontuadas nos regimentos dos ouvidores da Paraíba.

Levando-se em consideração a importância que as vicissitudes locais assumiam na administração e na construção das hierarquias dos lugares, o objetivo desse capítulo é apresentar um breve panorama da capitania da Paraíba, mostrando sua formação histórica e os laços políticos contruídos no espaço das Capitanias do Norte, assim como o intrincado vínculo jurisdicional que envolviam essas capitanias.

1.1. Sangue, vidas e fazendas na conquista da Paraíba

Situando-se na parte setentrional do antigo Estado do Brasil, a capitania da Paraíba não pertenceu ao conjunto dos lotes de terras doados aos capitães donatários a partir de 1534. Não obstante, sua origem é antiga. O território que constituiu quase a totalidade da capitania foi desmembrado da parte norte da capitania de Itamaracá, mas precisamente as 23 léguas que iam desde o rio Goiana, ao sul, até a Baía da Traição, ao norte. A conjuntura que circunscreve a criação da Paraíba envolve situações típicas deste período da conquista e povoamento da América pelos portugueses, nomeadamente o conflito com grupos indígenas rivais e a presença de franceses nesse espaço.

⁶ ANTT, CHR, D. Afonso VI, livro 41, fl. 34; ANTT, CHR, D. Pedro II, livro 18, fl. 75, 75vs.

Figura 01: Capitanias do Brasil, século XVII



Fonte: BLAEU, Joan. *Nova et accurata Brasiliae totius tabula*. [Amsterdam, Holanda]: Abraham Wolfganck excudit, [1680]. 1 mapa, col., 49,7x58,6 em f. 53x62,4cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart164702.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

Figura 02: Capitanias do Norte do Estado do Brasil, segunda metade do século XVII



Fonte: *CAPITANIARUM de Phernambuca, Itamaraca, Paraiba, et Rio Grande noua delineatio*. [S.l.]: [s.n.], [1650?]. 1 mapa, 45x56cm em f. 47,6x58,7cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart529239/cart529239.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

O rio Paraíba, que dá nome à capitania, converteu-se no grande palco das escaramuças envolvendo os portugueses e os Potiguara, índios da nação tupi que habitavam o litoral entre os rios Paraíba e Jaguaribe, no Ceará⁷. À época da chegada dos europeus às plagas americanas, os Potiguara encontravam-se em processo de fixação nessa grande área costeira, após uma fase de confronto com outros grupos, nomeadamente os Tabajara, culminando no desalojamento dos mesmos da região, que acabaram por

⁷ GONÇALVES, Regina Célia, *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630*, São Paulo, Edusc, 2007, p. 38.

interiorizar-se. O processo que levou à ocupação do território do rio Paraíba envolveu principalmente quatro atores: de um lado Potiguara e franceses e do outro Tabajara e portugueses.

Como resultado da expansão e concorrência das nações europeias no século XVI, os franceses chegaram a aventurar-se no Brasil. Na falta de tentativas bem-sucedidas de estabelecimento de um povoado duradouro, nunca deixaram de atuar enquanto corsários e no comércio de pau-brasil. A Baía da Traição tornou-se um dos pontos de ancoradouro dos franceses na Paraíba, que, negociando com os Potiguara que lá estavam, exploravam o lucrativo negócio do pau-brasil. A amizade entre Potiguara e franceses era vista como uma ameaça aos interesses dos portugueses estabelecidos na capitania duartina, não somente pela concorrência que representavam, como principalmente pela aliança estabelecida com os índios Potiguara, os quais continuavam a motivar frequentes preocupações aos moradores de Pernambuco e de Itamaracá pela desorganização e assaltos que promoviam no engenhos e plantações da última.

Itamaracá constituía uma frágil fronteira entre a bem-sucedida Nova Lusitânia e a imensa vastidão de um território senhoreado pelos Potiguara que ainda aguardava a ação da empresa colonial. No mesmo ano em que Duarte Coelho recebia a carta de doação da capitania de Pernambuco, foram doadas a Pero Lopes de Sousa, 80 léguas de terras distribuídas entre as capitanias de Itamaracá (30 léguas), São Vicente (10 léguas) e Santana (40 léguas)⁸. Falecendo quatro anos depois, em 1539, a capitania ficou na posse da família do donatário, mantendo-se por largos anos sendo administrada por mulheres em decorrência da minoridade dos herdeiros. Mesmo contando com capitães nomeados pelos administradores da capitania, o povoamento em Itamaracá foi bastante precário ao longo das décadas iniciais. Já em 1585, quando a Paraíba foi oficialmente conquistada, o autor anônimo do *Sumário das Armadas*, principal relato de conquista dessa capitania, diz que havia apenas 32 moradores em Itamaracá⁹, estando somente 7 léguas da capitania efetivamente ocupadas¹⁰.

⁸ VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho, *Donatários e administração colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 50.

⁹ «Summario das armadas que se fizeram e Guerra que se deram na conquista do Rio Parahyba» In *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil*, Tomo XXXVI, parte primeira, Rio de Janeiro, R. I. Garnier-Livreiro editor, 1873, pp. 42.

¹⁰ GONÇALVES, Regina, 2007, p. 42.

A fragilidade do povoamento e do desenvolvimento de Itamaracá, juntamente com outros fatores, como o acoitamento de assassinos, ladrões e fugitivos do braço da justiça e os ataques feitos pelos Potiguara às plantações e roçados da capitania, colocavam em risco os êxitos logrados pela capitania duartina. Mesmo reconhecendo-se que a manutenção dos sucessos de Pernambuco dependia de conter o avanço Potiguara, de expulsar os franceses e de fixar o povoamento na costa entre Igarassu e o rio Paraíba, o estopim para esta empresa militar deu-se em 1574 com a chamada tragédia de Tracunhaém¹¹.

O episódio de Tracunhaém abriu espaço para a ação da Coroa no processo de colonização do rio Paraíba. No mesmo ano, D. Sebastião ordenou ao governador-geral do Brasil, D. Luiz de Brito d'Almeida “fosse ver, e eleger sitio pera huma forte povoação, donde se pudessem defender delles [franceses], e dos Potiguares”¹², constituindo-se esta a primeira expedição de conquista da Paraíba, que, assim como as três seguintes, malogrou, fosse pelas condições climáticas e de navegação, pela falta de cabedal e de homens, ou por conta das vitórias alcançadas pelos indígenas. Vale dizer também que a situação política pela qual passava Portugal com a crise sucessória que se instalou após a morte de D. Sebastião, desviou a atenção da coroa dos assuntos da conquista atlântica, adiando as ofensivas dos portugueses e colonos na região.

Assim, somente a expedição de 1585, capitaneada pelo ouvidor-geral, Martim Leitão, obteve resultados efetivos. O êxito desta empreitada foi consequência menos do sucesso militar em si do que da paz firmada com os índios Tabajara, cuja aliança foi indispensável para as vitórias que se seguiram no combate aos Potiguara e aos franceses na Baía da Traição. Os Tabajara eram antigos aliados dos portugueses. Após terem sido

¹¹ A tragédia ou massacre de Tracunhaém refere-se a um conflito ocorrido no engenho de Diogo Dias, localizado nas margens do rio Goiana (capitania de Itamaracá), entre os moradores do mesmo engenho e índios Potiguara. O embate, ocorrido em 1574 promoveu o assassinato de todos os moradores do dito engenho e do próprio Diogo Dias. Existem duas versões para as razões que motivaram tal evento. Uma delas, narrada por Frei Vicente do Salvador, está ligada ao rapto de uma índia por um mameluco de Pernambuco, ainda que filho de “homem honrado”. Indo ao seu resgate da índia, seus dois irmãos obtiveram uma provisão do desembargador Antônio Salema, que estava em Pernambuco, para retornarem à aldeia sem impedimentos. Tal provisão foi desrespeitada por Diogo Dias, que ao acolher a família, não permitiu o retorno da índia. Diante deste insulto e do incentivo dado pelos potiguares das aldeias do litoral e dos aliados franceses, deliberou-se o ataque ao engenho. Outra versão da tragédia, encontrada no Sumário das Armadas e em Maximiano Machado, trata o evento como mais um episódio dos embates entre portugueses e potiguares, sem fazer nenhuma menção ao rapto da índia. Cf. SALVADOR, Frei Vicente de, *História do Brasil, 1500-1627*, 4 ed., São Paulo, Melhoramentos, 1954, capítulo 22º; *Summario das armadas...*, op. cit., p. 45; MACHADO, Maximiano Lopes, *História da Província da Paraíba*, vol. 1, João Pessoa, Editora da UFPB, 1977 [1912]; GONÇALVES, Regina, 2007, p. 68-69.

¹² SALVADOR, Frei Vicente do, 1954, p. 98.

expulsos do seu território pelos Potiguara, passaram a ocupar a região entre a zona da Mata e o Rio São Francisco, território este avizinado pelos Kaeté ao sul e pelos Potiguara ao norte. Encontrando-se alguns aldeados na capitania de Pernambuco e outros nos sertões do Rio São Francisco, auxiliavam os portugueses nas guerras a outros nativos e no negócio do cativo de índios¹³.

O rompimento com os portugueses deu-se numa expedição para apresamento de índios nos sertões das Capitanias do Norte. Na década de 1580, Francisco de Caldas, provedor da Fazenda, e Gaspar Dias de Taíde deixaram Pernambuco em direção ao Rio São Francisco e com a ajuda de Piragibe, Braço de Peixe, um principal Tabajara, fizeram guerra ao gentio e capturaram mais de sete mil almas, segundo Frei Vicente do Salvador. Apesar do vultoso número, eles ambicionavam uma quantidade maior de índios, “determinarão pagar ao Braço [de Peixe] com o levarem também amarrado, e todos os seus”¹⁴. Contudo, desconfiando da intenção dos portugueses, Braço de Peixe armou-lhes um ardil. Chamando o irmão Guirajibe, ou Assento de Pássaro, outro principal Tabajara, assaltaram os portugueses, tomando-os de surpresa de modo que não puderam armar-se e organizar resistência e, libertando os índios cativos, não pouparam os brancos¹⁵.

O temor de uma represália pela emboscada que fizeram aos portugueses, levaram os Tabajara a se aliarem aos Potiguara. A notícia da chegada de Braço de Peixe e Assento de Pássaro ao rio Paraíba, em ajuda aos Potiguara, provocou alvoroço em Olinda e Itamaracá. Com prontidão, o ouvidor Martim Leitão foi pessoalmente com reforços ao forte de São Filipe, que havia sido construído na margem esquerda do Rio Paraíba durante a quarta expedição de conquista àquela região. Ao mesmo tempo, tentou recompor a amizade com os Tabajara, dando garantias de que os mesmos não seriam punidos pelo ocorrido na expedição do Rio São Francisco. Sendo a proposta rejeitada pelos principais dos Tabajara, fez-se guerra a este gentio. Mas, sendo Martim Leitão versado nas lógicas indígenas de guerra e alianças, introduziu rumores junto aos Potiguara, “disseminando a versão de que os Tabajara haviam facilitado as coisas para os portugueses, permitindo que os mesmos conquistassem a margem sul do Rio Paraíba e, mais ainda, indicando-lhes os melhores roteiros para chegarem com maior facilidade a Acejutibiró, a Baía da Traição,

¹³ GONÇALVES, Regina, 2007, p. 43 e 81

¹⁴ SALVADOR, Frei Vicente, 1954, p. 94.

¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 93-94.

onde os homens de Martim Leitão fizeram grandes estragos nas aldeias e roçados dos Potiguara”¹⁶.

Aos 5 de agosto de 1585, às margens do Rio Paraíba, foram firmadas as pazes com os Tabajara. O dia de Nossa Senhora das Neves batizou o nome da povoação que ali viria a ser constituída a partir de novembro do mesmo ano. A colaboração dos Tabajara foi decisiva para vencer a oposição dos Potiguara e para desalojar os franceses da Baía da Traição, possibilitando assim o avanço da frente colonizadora. Apesar dessa cooperação, a resistência dos Potiguara não foi de pronto vencida e as lutas contra os mesmos continuaram por mais década e meia. Nas palavras de Varnhagen, o Rio Paraíba era “a paragem onde se vai decidir se a civilização tem de caminhar avante para o norte, ou de retirar-se corrida, como já começa a suceder, do grande teatro fronteiro à ilha de Itamaracá, que não se assegura sem a ocupação da Paraíba”¹⁷.

Varnhagen estava correto em seu vaticínio. A conquista do Rio Paraíba foi indispensável para assegurar e expandir o núcleo populacional e econômico estabelecido em Pernambuco. Em outras palavras, era imprescindível para a sobrevivência do projeto instalado na capitania duartina. O estabelecimento da capitania da Paraíba, que nasceu com o estatuto de real, tendo em vista ter decorrido da associação entre a iniciativa e capital régio e privado, permitiu o avanço da colonização para as paragens boreais do Brasil.

A expansão da presença portuguesa ao norte de Pernambuco e de Itamaracá arrastou para a recém-criada Cidade de Nossa Senhora das Neves representantes das famílias já estabelecidas naquelas capitanias. Tendo sido conquistada sob a conjuntura da união das coroas ibéricas, a participação de particulares, através de recursos humanos, militares e financeiros provenientes dos homens da governança de Pernambuco e do governo-geral do Brasil foi imprescindível para a concretização dos esforços de guerra. Naturalmente, a administração e o núcleo inicial de povoamento da capitania tinham origem nos reinóis, que, procedentes de Lisboa, do norte Portugal e também das Ilhas, singraram o Atlântico e aportaram na Nova Lusitânia.

Sendo assim, as vinculações entre esses espaços, que já eram contíguos, fizeram com que a Capitania da Paraíba funcionasse “em termos populacionais e econômicos,

¹⁶ GONÇALVES, Regina, 2007, p. 82, 83.

¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de *apud* GONÇALVES, 2007, p. 36.

como uma extensão das Capitâneas de donatários suas vizinhas”¹⁸, conforme demonstra Regina Célia Gonçalves na principal tese existente sobre a conquista e os anos iniciais de ocupação da capitania da Paraíba. A influência política também não esteve ausente, conforme afirma a autora, através da participação de Olinda na câmara da cidade de Nossa Senhora das Neves¹⁹.

Migrando, ocupando cargos na administração da capitania e instalando engenhos ao longo da várzea do rio Paraíba, parte da elite de Pernambuco e Itamaracá deslocou-se em direção ao norte, onde também constituiria a *nobreza da terra* desse espaço. Mas não só a elite. Grande parte do núcleo populacional que lá se fixou eram homens que fugindo da pobreza, integraram o grupo dos conquistadores, que por meio do serviço às armas obtiveram mercês na forma de sesmarias²⁰.

Como colonizar significa, além da ocupação e do desenvolvimento econômico de um território, a implantação das estruturas administrativas que viabilizem tal processo, a constituição da capitania da Paraíba fez-se também a partir da montagem do seu aparelho administrativo. Para além da câmara, os órgãos fazendários, alfandegários e de justiça, juntamente com seus auxiliares (escrivães e tabeliães) devem ter sido instalados nesse momento inicial, mas pouco se sabe acerca desse período.

1.2. A Paraíba restaurada, subordinada e autônoma, 1654-1799

As referências anteriores à ocupação holandesa são ainda mais escassas, uma vez que o estado de guerra que se instaurou nas capitâneas do Norte a partir de 1630 devastou boa parte da documentação administrativa dessas capitâneas. Dentre o conjunto das mesmas, a Paraíba foi o último reduto a ser tomado pelos flamengos. A resistência da população só foi vencida no ano de 1634, quando os holandeses venceram a defesa do forte do Cabedelo, adentrando a barra do rio Paraíba e assumindo o controle administrativo da capitania. Como em outras localidades, para a Paraíba também foi oferecido um acordo por parte das autoridades da W.I.C (West-Indische Compagnie) que

¹⁸ GONÇAVES, Regina, 2007, p. 88.

¹⁹ Não é possível saber se a câmara de Nossa Senhora das Neves já estava em funcionamento em 1585, mas como aponta Regina Célia Gonçalves é muito provável que não. O documento mais antigo sobre essa câmara é do ano de 1589, ou seja quatro anos depois do início da fase inicial da conquista e ocupação da Paraíba. *Idem, ibidem*, p. 278, nota 126.

²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 92-93.

garantia a convivência pacífica e o respeito ao credo dos habitantes locais²¹. Contudo, poucos foram os que permaneceram na terra. Segundo Maximiano Lopes Machado, mais de 3 mil homens, mulheres e crianças, religiosos carmelitas e franciscanos e 4 mil índios acompanharam Matias D’Albuquerque Maranhão²², que liderava as forças bélicas portuguesas no Arraial do Bom Jesus, sito na margem do Capibaribe, Capitania de Pernambuco, em direção à Bahia, deixando, assim, as capitanias do norte despovoadas e com suas forças produtivas destruídas.

O período da presença holandesa nessas capitanias postergou-se até 1654. O funcionamento das câmaras municipais foi mantido nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande até 1637, quando foram instaladas as Câmaras dos Escabinos, que passaram a funcionar em substituição à administração municipal portuguesa²³, a qual foi restabelecida no momento das guerras de restauração, ou seja, desde 1645²⁴. As câmaras de escabinos assemelhavam-se a tribunais, com recurso ao Conselho Político, responsáveis por questões de justiça, cabendo-lhes “julgar as causas cíveis e criminais de primeira instância de sua jurisdição, até a soma de 100 florins”²⁵.

Findo o interregno no período de controle português no território das Capitanias do Norte, iniciou-se o trabalho de reocupação, reconstrução e restauração administrativa desse espaço. Processo este que ocorreu com grande confusão, como demonstrou Evaldo Cabral de Mello para o caso dos engenhos²⁶. As guerrilhas²⁷ feitas a partir de 1645, que

²¹ Para os termos/cláusulas do acordo ver MACHADO, Maximiano Lopes, *História da Província da Paraíba*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977 [1912], vol. 1, pp. 167-168.

²² *Idem, ibidem*, p. 172.

²³ LUCIANI, Fernanda Trindade, *Municípios e escabinos. Poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007, p. 99.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 97.

²⁵ LUCIANI, Fernanda, 2007, p. 104.

²⁶ No capítulo “A querela dos engenhos”, Evaldo discute os conflitos ocorridos com o retorno dos luso-brasileiros que haviam deixado suas propriedades no Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco e migrado para Bahia, Rio de Janeiro ou mesmo para o Reino e aqueles que haviam adquirido os mesmos engenhos e casas aos holandeses. Tal querela arrastou-se por quase uma década, quando a Coroa preteriu uma solução ampla e optou por decidir caso em particular. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975, capítulo 8.

²⁷ As guerrilhas foram táticas militares utilizadas na guerra de Restauração que permitiram obter grande êxito frente aos invasores. Ainda em *Olinda Restaurada*, Evaldo aborda como a mudança nas táticas de guerra pelos luso-brasileiros nessa segunda fase de lutas, adotando técnicas indígenas, e incorporando a “camada mais ínfima e economicamente marginalizada da população local, mestiços ociosos, malfeitores, foragidos da justiça d’El-Rei, inábeis para a disciplina das guarnições” (p. 231), foi indispensável para o sucesso das forças luso-brasileiras.

culminaram com a expulsão dos holandeses na década seguinte²⁸, foram sustentadas com o *sangue, vida e fazendas* de portugueses e naturais do Brasil, uma vez que a situação de Portugal não permitia arcar com grandes custos com operações militares.

Na esteira das medidas de reorganização das capitanias do Norte, foi proposto pelo Conselho Ultramarino um novo arranjo político-administrativo ao dividir o Brasil em quatro repartições. Uma delas compreendia o governo de Pernambuco, o qual “se estenderia desde o Rio de S. Francisco até o Rio Grande”²⁹, cabendo a Francisco Barreto de Menezes a sua administração político-militar. A concessão de dilatada jurisdição a Francisco Barreto foi causa de graves celeumas entre os governadores de Pernambuco e os governadores-gerais durante o século XVII, visto que tal jurisdição de Pernambuco sobre as outras capitanias do Norte foi assim considerada também pelos sucessores de Francisco Barreto. Esta má compreensão gerou, evidentemente, descontentamento dos governadores e capitães-mores daquelas capitanias, como também dos próprios governadores-gerais, tendo em vista que tocava no território da jurisdição do Governo-geral do Brasil³⁰.

Acerca da administração da justiça, os conselheiros são do parecer que a mesma “se exercite por um Auditor da gente de guerra, que sirva de ouvidor geral, com jurisdição para todas as causas daquele distrito, dando apelação e agravo para a Relação da Bahia, cabeça do estado”³¹. Interessante observar nesse ponto que a sugestão é para a presença de um auditor de gente de guerra que sirva de ouvidor e não o contrário, como correntemente se observa na documentação. Entendemos com isso, e a partir do que os próprios conselheiros colocam, que o momento é de “reparo, cultura e defesa das terras”. Nesse sentido, não convinha “multiplicar ministros de justiça, por necessitarem mais das armas, contra os muitos inimigos que tem esta Coroa, que das Letras, para decisão dos negócios, que ali se podem oferecer (...)”³².

²⁸ Evaldo Cabral de Mello divide o período de ocupação holandesa nas Capitanias do Norte em três fases: a primeira vai de 1630 com a capitulação de Olinda até 1637 quando as forças de resistência luso-brasileiras deixaram o Arraial do Bom Sucesso, em Pernambuco, e se dirigiram para o sul da capitania; a segunda fase compreende os anos da administração nassoviana (1637-1644) e a terceira refere-se ao “levante luso-brasileiro” que vai de 1645 até 1654 quando se põe fim definitivamente à “presença holandesa no Nordeste”. *Idem, ibidem*, p. 13.

²⁹ ACIOLI, Vera Lúcia Costa, *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – século XVII*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997, p. 61.

³⁰ Sobre este assunto ver ACIOLI, 1997.

³¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 6, D. 466.

³² *Idem, ibidem*.

O auditor com funções de ouvidor não será, desta vez, mais nomeado pelo donatário, visto que a capitania de Pernambuco a partir do pós-restauração passou para a esfera da coroa³³. Assim sendo, os ouvidores deveriam ser nomeados pelo rei após concurso feito pelo Desembargo do Paço. O letrado mais antigo localizado é Luís Marques Romano, nomeado em 1653, recebendo mercê do cargo de desembargador da Relação da Bahia com o bom desempenho do seu lugar³⁴. A partir de então, a presença de ouvidores e auditores de guerra com formação conimbricense na capitania de Pernambuco será constante³⁵.

Embora, conforme foi assinalado, o governador de Pernambuco tenha incorporado, temporariamente, a jurisdição das capitanias do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá, a comarca de Pernambuco, isto é, o território de jurisdição do ouvidor, continuava limitada à área compreendida entre o Rio São Francisco e a vila de Igarassú. A sobreposição de jurisdições foi uma das principais características da estrutura administrativa da América portuguesa, sendo este um caráter intrínseco ao modo de governar do Antigo Regime português. No caso das Capitanias do Norte, ela se constituirá num elemento basilar da governação político-militar e da administração da justiça. Daí faz todo sentido pensar esse espaço de modo contínuo, o que não implica desfazer a divisão administrativa das capitanias.

Desde 1654 e 1701 o Ceará e o Rio Grande, respectivamente, estiveram subordinados a Pernambuco na esfera político-militar. Itamaracá também ficou anexa a Pernambuco nas questões militares desde o pós-restauração e a Paraíba a partir da segunda metade do século XVIII tornou-se também subordinada a Pernambuco. No entanto, no que diz respeito à justiça, a malha judicial vai seguir outros parâmetros. Entre

³³ Segundo Vera Lúcia Acioli, a partir de 1637, quando o último reduto da resistência aos holandeses retirou-se de Pernambuco, pôs-se termo à jurisdição dos donatários sobre a capitania, tendo sido os mesmos indenizados após a restauração. A posse da antiga capitania duartina pela coroa confirmou-se na segunda metade do século XVII, conforme demonstra uma ordem de 1655 dada pelo governador de Pernambuco, Francisco Barreto, ao ouvidor da mesma Capitania, Lino Camelo, para que este reunisse os oficiais da câmara de Olinda a fim de informá-los que naquela capitania “conheçam somente a jurisdição Real, e não nenhuma outra do Donatário D. Miguel de Portugal, nem Duarte de Albuquerque Coelho sogro”. Cf. AUC, CA, Francisco Barreto de Menezes, nº 42, fl. 22vs.

³⁴ ANTT, CHR, D. João IV, liv. 26, fl. 37 e 37vs. Antes de assumir o lugar de ouvidor e auditor da gente de guerra da capitania de Pernambuco, Luís Marques Romano havia sido juiz de Fora de Ponte de Lima e corregedor da comarca de Viana.

³⁵ Haverá, contudo, um intervalo de cerca de sete anos em que não nos foi possível identificar letrados nomeados para a comarca de Pernambuco. A relação de ouvidores presente na *Informação geral da Capitania de Pernambuco*, documento coligido em 1749, apresenta nomes que não puderam ser identificados nas Chancelarias régias, mas que parecem ser de homens locais. Cf. «Informação geral da Capitania de Pernambuco (1749)», In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Oficinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908, pp. 448-451.

1650 e 1687, apenas Pernambuco terá ouvidor régio. Nas demais capitanias do Norte a justiça será administrada por pessoas não letradas, conforme referiremos mais à frente. Geralmente eram homens da terra nomeados provisoriamente pelos governadores ou pelos capitães-mores e, no caso de Itamaracá, por seu donatário.

A cidade da Paraíba constituía o núcleo administrativo da capitania e da comarca. Nela estavam sediados os órgãos da administração régia e local, tais como Provedoria da Fazenda, Alfândega, Provedoria dos defuntos e ausentes, Senado da Câmara e Ouvidoria. Também era sede do governo político e o principal porto de embarque de mercadorias. Apenas na jurisdição religiosa é que ficava dependente do bispado de Pernambuco, sediado em Olinda. Ao contrário do que ocorreu em outras capitanias do Brasil³⁶, nenhuma outra cidade ou vila chegou a polarizar ou rivalizar com a cidade da Paraíba até a segunda metade do século XVIII, momento em que foram criadas novas vilas na capitania. As novas vilas surgiram a partir da política pombalina de reorganização dos aldeamentos indígenas, agrupando alguns e transformando outros em vilas. No caso da Paraíba, Monte-mor, Baía da Traição, Pilar, Alhandra e Conde foram criadas a partir dessa determinação. Note-se que tais vilas localizavam-se na parte correspondente à Mata Sul da capitania, espaço notabilizado pela produção de açúcar e por corresponder à área de ocupação mais antiga. Já o interior da capitania só passou a apresentar esta estrutura administrativa a partir de 1772, com a criação da Vila de Pombal no distrito das ribeiras das Piranhas e Piancó, embora o pedido para a existência de vila nessa parte já se apresentasse desde 1724³⁷.

A ocupação dos sertões da Paraíba se deu a partir de duas principais vias de penetração: o *sertão de dentro* e o *sertão de fora*. A primeira corrente acompanhou a direção longitudinal, partindo do litoral de Pernambuco e adentrando o interior da

³⁶ Exemplo notável é o caso de Olinda e Recife na Capitania de Pernambuco. Enquanto a primeira permaneceu como centro político e administrativo da capitania desde sua fundação, em 1534, o crescimento comercial experimentado por Recife a partir da segunda metade do século XVII retirou, parcialmente, a hegemonia que Olinda possuía no interior da capitania. Embora a sede de governo tenha permanecido em Olinda, o deslocamento para Recife do governador e dos oficiais régios de justiça (ouvidor e juiz de fora) para expedientes de governo passaram a ser cada vez mais frequentes. A própria cadeia de Recife (como se verá mais adiante) tornou-se a principal de toda a comarca, sendo maior e mais segura. Outro caso interessante pode ser observado na capitania de Itamaracá através da disputa entre as vilas de Goiana e de Nossa Senhora da Conceição pelo controle político da capitania iniciada a partir da Restauração e que se prolongou até praticamente o final da segunda metade do século XVIII. Tal questão é explorada por Luciana Barbalho. Cf. BARBALHO, Luciana de Carvalho, *Capitania de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2003. Para o caso de Recife e Olinda, ver MELLO, Evaldo Cabral de, *A fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, 2 ed., São Paulo, Ed. 34, 2003.

³⁷ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 426.

Paraíba, na altura do Cariri Velho, continuando até atingir o Ceará. Esta rota foi inicialmente desbravada pelos “paulistas”, sob o comando de Domingos Jorge Velho, a partir da década de 1670. Já a segunda via percorreu os sertões de fora, ou seja, os territórios próximos ao Rio São Francisco. Partindo do sertão da Bahia sob a empresa da Casa da Torre³⁸, essa corrente de povoamento cortou o interior do Estado do Brasil até atingir a capitania do Piauí. Embora partindo de pontos distintos, as duas rotas acabaram por se encontrar na bacia do rio Jaguaribe³⁹.

Importante referir que o avanço colonizador não se fez sem violência. Se a ocupação do litoral acarretou a dizimação e/ou deslocamento de povos indígenas que não se submeteram ao controle dos portugueses, o combate a elas continuou nas terras áridas dos sertões, provocando um dos maiores embates ocorridos na América portuguesa setecentista, sendo o principal o que teve lugar nos sertões do Assú, capitania do Rio Grande, que ficou conhecido como *guerra dos bárbaros* ou *guerra do Assú*. As tribos indígenas que passaram a integrar o processo de colonização, seja pela via bélica ou de alianças, foram realocadas em arraiais e utilizadas como mão-de-obra em trabalhos diversos (engenhos, obras públicas, fortificações, etc.) e também nas guerras contra outros grupos indígenas. Embora o avanço e a fixação dos colonos luso-brasileiros no interior das Capitanias do Norte tenha garantido o controle da coroa sobre esse espaço, as escaramuças com os grupos indígenas foram uma constante ao longo de praticamente todo o século XVIII, como demonstra Ricardo Pinto de Medeiros através de diversas situações nas quais se fez guerra ao gentio em retaliação a ações de destruição de roças, morte de gado e roubos⁴⁰.

A penetração e o povoamento nos sertões da capitania seguiram o curso das ribeiras dos rios e foram viabilizados através da concessão de sesmarias aos primeiro

³⁸ Os Ávila constituíam uma importante família na capitania da Bahia. Descendentes de Garcia D'Ávila (ca. 1528-1609), a influência econômica e política que auferiram desde o século XVII adveio, principalmente, da posse de grandes propriedades espalhadas pelos sertões da Bahia e outras Capitanias do Norte, derivadas do combate aos índios e destinadas essencialmente ao criatório de gado. A manutenção de tão dilatado patrimônio pelos Dias D'Ávila ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX foi garantida pela formação de um morgado, ou seja, de um sistema de bens vinculados passados aos primogênitos. Para uma perspectiva de longa duração da Casa da Torre ver a tese de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva, *As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial*, Tese, Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2003.

³⁹ PUNTONI, 2002, p. 26.

⁴⁰ MEDEIROS, Ricardo Pinto de, «Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão nordestino no período colonial» In *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 27.1, ano 2009, p. 331-361.

povoadores. Embora houvesse fidalgos donos de terras nesse espaço⁴¹, a ocupação do mesmo foi, principalmente, ação de gente comum, tais como homens e mulheres livres pobres, militares e religiosos⁴² que iam fixando-se através da promoção do cultivo das terras e da criação de gado, converte-se, destarte, no grande motor de ocupação desta área⁴³.

Em pontos privilegiados das ribeiras foram sendo formados os primeiros povoados, que se consituíram nas matrizes das futuras freguesias. A capitania da Paraíba possuía até o final da primeira metade do século XVIII apenas uma cidade e três freguesias: a da própria cidade, a de Mamanguape e a de Piancó. A cidade da Paraíba formava o núcleo administrativo (governativo, fiscal, judicial e eclesiástico) da capitania, como já fizemos referência. Apresentava também a maior densidade populacional, com 2734 fogos e 1050 pessoas de desobriga em 1774⁴⁴. A freguesia de Mamanguape, situada ao norte da capital, não foi uma zona com significativa produção econômica até a segunda metade do século XVIII, quando passou a apresentar uma diversificação de atividades (produção de açúcar, algodão e pecuária) que possibilitou a consolidação de um grupo mercantil que procurou se diferenciar da tradicional elite açucareira da capitania. A elevação desta freguesia ao estatuto de vila (vila de Monte-mor), em 1762, permitiu a esse grupo alcançar a representação política, através do estabelecimento da câmara, necessária para alterar a centralidade exercida pela Cidade da Paraíba⁴⁵.

A freguesia de Piranhas/Piancó representou um estágio superior no desenvolvimento urbano da povoação que teve sua origem no arraial das Piranhas,

⁴¹ GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz, *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*, Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2006, p. 107.

⁴² Paulo Henrique Marques PUNTONI, Pedro, *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2002.

⁴³ Embora a pecuária tivesse atuado como o principal impulsionador da “ocidentalização” da parte norte do Brasil, outros caminhos também levaram aos sertões, tais como, as minas de salitre e o apresamento de índios, que mesmo após a introdução da mão-de-obra/escravidão africana nas atividades de exportação, continuou a ser uma empresa rentável. A diferença essencial, conforme apontou Pedro Puntoni é que somente os currais de gado no Norte/Nordeste e as minas de ouro no centro da América tiveram o potencial de fixar as populações no interior do território. Daí sua importância para a interiorização da colônia. Cf. PUNTONI, 2002, capítulo 1.

⁴⁴ «Ideia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, Agricultura, número de Engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes», In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LX, Rio de Janeiro, Officinas Graphics da Biblioteca Nacional, 1923, p. 16.

⁴⁵ Chaves Júnior, José Inaldo, *“As duras cadeias de hum governo subordinado”: história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c. 1755-c. 1799)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 200-202.

instalado em finais do século XVII com o intuito de servir como ponto de defesa contra os índios não aliados, estímulo à implantação de currais e ao povoamento do interior da capitania. Obedecendo às lógicas da política expansionista, a ocupação dos sertões fez-se sob o signo das armas e da cruz, ou seja, teve um caráter militar, identificado com o combate ao índios inimigos, e um viés religioso, com a presença dos religiosos na tarefa de conversão e catequese aos grupos indígenas que foram reduzidos em diversos aldeamentos⁴⁶.

Situada no oeste da Paraíba, a freguesia de Piranhas possuía um extenso território, indo desde a serra da Borborema até a fronteira do atual Estado da Bahia. Sua importância revelava-se pela atividade pecuária e também por representar um ponto estratégico de interligação de diversas estradas que conectavam o sertão da capitania com o seu litoral, com o Recife e com o próprio interior das capitanias do Rio Grande e Ceará. Era, portanto, um ponto de passagem para o gado que descia dessas capitanias em direção a Pernambuco e às Minas.

Antes mesmo da importância assumida para os caminhos do gado e dos circuitos comerciais no interior das capitanias do Norte, a interligação dos sertões dessas capitanias no complexo Jaguaribe-Assú-Apodi-Piranhas serviu como uma peça fundamental na estratégia política de ocupação do território, uma vez que facilitou a comunicação entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão pelo interior do país⁴⁷.

A necessidade de estabelecer vias de comunicação pelo interior, de combater os indígenas não-aliados e de efetivar a ocupação e o desenvolvimento produtivo dos sertões das capitanias do Norte fez com que a Coroa incluísse este espaço na sua agenda política ultramarina. Embora este interesse tenha ocorrido já no final do século XVII, o enquadramento político e administrativo dessa área demoraria ainda quase meio século para acontecer. A criação de vilas nos sertões significava a institucionalização do poder régio num espaço caracterizado pelo crescimento de formas de autoridade não-oficiais decorrentes do próprio processo de sua ocupação.

⁴⁶ SARMENTO, Christiane Finizola, *Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800*, Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007, p. 56-62.

⁴⁷ CHAVES JÚNIOR, José Inaldo, *As Capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)*, Tese, Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 114.

Conforme analisou Kalina Vanderlei Silva, os levantes dos tapuias, especialmente aqueles decorridos na ribeira do Açú, foram combatidos por expedições organizadas pelo Governo-geral do Brasil e pelo governo da capitania de Pernambuco e envolveram uma diversidade de atores, dentre os quais índios aliados, tropas pagas e particulares (paulistas e sesmeiros), milícias, homens livres pobres, vadios, criminosos e toda uma sorte de categorias sociais que não estavam integradas no sistema produtivo. Eram esses *desclassificados*, juntamente com os indígenas, que conferiam números às expedições. A mobilização de vadios e desocupados atendia a duas necessidades específicas dos governos das capitanias. Uma apresentava caráter militar e consistia na necessidade de combater os “bárbaros” dos sertões. A outra destinava-se a retirar esses grupos “ociosos” das vilas e cidades, uma vez que eles frequentemente envolviam-se em roubos, mortes e outros crimes⁴⁸.

Uma vez terminado este processo, o cenário que se afigura é de possibilidades variáveis a depender dos serviços prestados à Coroa e do estatuto social dos indivíduos. Se as terras dos sertões das Capitanias do Norte vinham sendo loteadas desde a expulsão dos holandeses, foi no momento pós-Guerra dos Bárbaros que este movimento se acentuou, através da concessão de sesmarias como prêmio de guerra aos soldados e paulistas⁴⁹.

Entre finais do século XVII e início do XVIII, os sertões representavam uma porta privilegiada de acesso à terra a indivíduos alijados da estrutura produtiva açucareira das freguesias, vilas e cidades do litoral. Assim, as semarias significavam uma oportunidade de soldados, artífices e homens livres pobres terem um título de propriedade e tornarem-se agentes produtivos.

A diferenciação social que se verificará no sertão decorrerá do tipo de ingresso nesse espaço. Os maiores beneficiados com sesmarias em Pernambuco foram paulistas e militares, segundo Kalina Silva. Nessa capitania, os paulistas liderados por Domingos Jorge Velho assentaram arraial nas terras onde se localizava o quilombo dos Palmares, como recompensa às investidas dos mesmos à resistência dos quilombolas. A fixação dos paulistas no sertão não foi, entretanto, apenas uma compensação aos esforços por eles empreendidos, mas fazia parte da estratégia defensiva da coroa.

⁴⁸ SILVA, Kalina Vanderlei, *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*, Recife, Cepe Editora, 2010.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 196.

Na Paraíba, também os militares tiveram expressividade no pedido de sesmarias desde as últimas décadas do XVII até meados do século XVIII. Os números levantados por Ana Paula Cruz para a o sertão da Ribeira das Piranhas mostram que das 38 sesmarias concedidas entre 1670 e 1712, constam a presença de 48 militares⁵⁰. Nessa primeira fase de concessão, as justificativas mais recorrentes enunciadas nos pedidos de terras eram de terras devolutas ou descobertas a próprio custo, criação de gado e serviços prestados ao rei. Nessa última categoria se inseria a participação nas guerras contra os indígenas. Os militares constituíram parte importante da elite local que se formou nesse espaço, chegando a serem presenças notórias na ocupação de juiz ordinário⁵¹.

Para a Capitania da Paraíba, tanto os combates aos “índios brabos”, quanto as entradas produzidas em direção longitudinal formaram os dois principais caminhos de conquista e ocupação dos sertões da capitania. Nessa empresa ganhou destaque a atuação da família Oliveira Ledo. A sesmaria mais antiga localizada para o espaço do sertão data de 1665 e cita vários indivíduos dessa família⁵². Antônio de Oliveira Ledo foi um dos responsáveis por dar o passo inicial de ocupação do interior da capitania, ao fundar o arraial do Boqueirão, localizado no distrito da atual Campina Grande. Pouco tempo depois, em 1670, aos Oliveira Ledo, juntamente com outras pessoas, foi concedida uma sesmaria junto ao Rio Piranhas, denotando, com isto, um avanço no início da ocupação do território por portugueses e naturais da terra⁵³. Outro membro da família Oliveira Ledo, de apelido Teodósio, também esteve na base de fundação de outro arraial, o de Piranhas, que se constituiria na futura Vila de Pombal, um dos principais centros de comércio dos sertões da Paraíba.

A importância dos Oliveira Ledo para a interiorização da Paraíba ficou expressa na nomeação de seus membros, primeiramente Antônio de Oliveira Ledo (1682), depois os irmãos Constantino (1688) e Teodósio de Olivera Ledo (1694), no posto de capitão-mor das fronteiras dos sertões dos Cariris, Piranhas e Piancó⁵⁴. O distrito formado por

⁵⁰ MORAES, Ana Paula Cruz Pereira de, *Entre mobilidades e disputas: o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará, p. 171 e 173.

⁵¹ Wilson Seixas apresenta uma lista dos juizes ordinários e tabeliães da Vila de Pombal desde 1719 até 1961. Cf. SEIXAS, Wilson, *O velho arraial de Piranhas (Pombal)*, João Pessoa, A imprensa, 1962, p. 293-297.

⁵² FORMIGA, Mayara Millena Moreira, *Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690-c.1772)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2014, p. 116-117.

⁵³ DHBNRJ, Provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc, 1667-1670, vol. 23, 1933, p. 403-405.

⁵⁴ FORMIGA, Mayara, 2014, p. 120-121

esses sertões tinha extensão de mais de 60 léguas e abrangia mais da metade do território da capitania, como se pode ver no mapa abaixo. Em 1724, o rei foi servido dividir este espaço, criando outro capitão-mor para os sertões das Piranhas e Piancó, estabelecendo seu distrito numa área de 48 léguas de largo e 33 de comprido⁵⁵.

Figura 03: Limites aproximados dos sertões da Capitania da Paraíba, século XVIII



Fonte: CARVALHO, Juliano Loureiro de, *Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808*, Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 48.

A institucionalização política no sertão da Paraíba ocorreu de maneira mais tardia quando comparada com as capitanias vizinhas. Grande parte das vilas localizadas no interior do nordeste do Estado do Brasil foram erigidas somente na segunda metade do século XVIII, em decorrência da proposta do Diretório Pombalino que criou vilas a partir de aldeamentos indígenas. Assim, até esta época havia apenas a Vila de N^a S^a da Expectação do Icó (1738) no Ceará e algumas freguesias⁵⁶, que, na dinâmica do

⁵⁵ AHU, Códice 258, fl. 320; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 522.

⁵⁶ As freguesias correspondiam a territórios de jurisdição eclesiástica que também serviam à administração civil.

desenvolvimento dos núcleos populacionais representavam a fase anterior à categoria de vila.

As vilas constituíam um dos meios disponíveis à Coroa para o controle das populações. A criação de vilas era acompanhada pelo estabelecimento de uma câmara municipal com seus oficiais, de uma casa de câmara e cadeia e de um pelourinho. As vilas permitiam um enquadramento jurídico dos povos ao direito do reino por conta da presença do juiz ordinário que atuava nas câmaras e também pela obrigatoriedade de correição por parte dos ouvidores. Nesse sentido, a criação de vilas era pensada como uma solução para combater os delitos e a impunidade dos criminosos⁵⁷.

A instalação de vilas nos sertões costumava ser apontada pelos oficiais da governação como um meio para se alcançar a boa administração da justiça. Alegando esta conveniência, o ouvidor da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, sugeriu, em 1724, a criação de vilas na freguesia de N^a S^a do Bom Sucesso (capitania da Paraíba) e nas ribeiras do Apodi e do Assú (capitania do Rio Grande)⁵⁸. O ouvidor de Pernambuco, também propôs o mesmo para as povoações do Cabrobó, Garanhuns, Tacarátú e Pajeú (capitania de Pernambuco) em 1787⁵⁹.

Outros argumentos comumente evocados nos pedidos de criação de vilas eram os da “‘comodidade’ e a salubridade do sítio urbano, a ‘qualidade’ dos seus habitantes, a ‘nobreza’ de seus templos, a necessidade de se realizarem obras públicas (pontes, calçadas, chafarizes)”⁶⁰. Acolhendo o pedido dos habitantes das ribeiras de Piranhas e Piancó para que no sítio da matriz de N^a S^a do Bom Sucesso se erigisse uma vila, o ouvidor da Paraíba não deixou de pontuar a qualidade da terra, dos seus moradores e da igreja matriz.

(...) achei ser aquela a melhor e mais culta povoação de todas as que encontrei em todo o sertão, que em serviço de Vossa Majestade corri porque se compõem de duzentos povoadores, homens bons e quase todos filhos do reino, e naturais da Província de entre Douro e Minho, que vivem do seu trabalho e cultura, por serem muito aplicados a granjearem com o suor do seu rosto e com que sustentam a vida; razão pela qual não admitem vadios, e por si mesmo os afugentam (...)⁶¹.

⁵⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno, *Arraiais e Vilas del Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas* [e-book], Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011, p. 132-139.

⁵⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 426; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 428.

⁵⁹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 160, D. 11530.

⁶⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno, «*Urbs e civitas*: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas», In *Anais do Museu Paulista*, vol. 20, n. 7, jan/jun 2012, p. 82.

⁶¹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 426.

Embora houvesse uma sobreposição de jurisdições (política, fiscal, eclesiástica e judicial) no território da capitania, elas apresentavam limites diferenciados. Nos tópicos a seguir procuraremos delimitar seus alcances.

1.3. A jurisdicionalização dos poderes e as circunscrições administrativas na capitania

As bases política e institucional do Antigo Regime organizavam-se, grosso modo, pela *iurisdictio*. Ela era a peça-chave da tradição política e da cultura jurídica das monarquias que tinham por lastro jurídico o *ius commune*. Entendida como o poder para dizer o direito e salvaguardar a equidade, a centralidade adquirida pela *iurisdictio* relaciona-se com a forte presença do direito nas sociedades de Antigo Regime. O direito aqui não deve ser reduzido apenas aos atos jurídicos, embora o aspecto judicial tenha grande relevo. Ele refere-se ao instrumento que mantinha a ordem e o equilíbrio entre os corpos sociais. Coordenando este complexo organismo encontrava-se o rei. Identificado com a cabeça e considerado o primeiro juiz do Reino, o monarca detinha com autoridade o poder jurisdicional e era o único que podia delegá-lo a outrem e também era o único autorizado a criar jurisdições⁶².

O ambiente político português do Antigo Regime ficou marcado pela pluralidade de jurisdições, conforme já enunciou António Hespanha. Isto quer dizer que havia uma multiplicidade de poderes, também detentores de *iurisdictio*, que não estavam dispostos necessariamente numa rígida hierarquia. Contudo, nesse quadro plural o rei dispunha de uma *superioritas iurisdictionalis*, decorrente de um longo processo, com raízes medievais, que o alçou à condição de cabeça do Reino. A autoridade jurisdicional do rei residia, portanto, no seu poder de interferência na busca pela harmonização dos corpos inferiores, mantendo-se, todavia, a autonomia dos mesmos⁶³.

Uma vez consolidado o reconhecimento da primazia do poder régio, a Coroa passou a assumir cada vez mais ativamente a prerrogativa da administração. Em termos institucionais, isto significou o crescimento do equipamento político-administrativo, que

⁶² VALLEJO, Jesús, «El Príncipe ante el derecho en la cultura del *ius commune*,» In LORENTE, Marta; VALLEJO, Jesús (coord.), *Manuel de Historia del Derecho*, Valencia, Tirant lo Blanch, 2012, p. 152-157.

⁶³ HESPANHA, António Manuel, «El espacio político» In IDEM, *La gracia del Derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 100-101.

ocorreu predominantemente por via da *iurisdictio delegata*⁶⁴, através da qual o rei poderia criar postos e jurisdições.

Criavam-se jurisdições quando se estabelecia um novo órgão ou posto, por exemplo. A jurisdição ficava delimitada por uma base territorial e pela natureza da matéria que estava destinada a tratar. Não raro, o momento de criação de uma nova jurisdição promovia conflitos entre instituições e/ou oficiais, uma vez que interferia no equilíbrio de suas competências. O Conselho Ultramarino, estabelecido em 1642, foi um desses casos. Ao tratar da gestão dos territórios ultramarinos em praticamente todas as questões, acabava por tocar em matérias de outros tribunais⁶⁵. Se reduzirmos a escala para o âmbito local, também é possível verificar o mesmo tipo de conflitividade. A instalação da ouvidoria da Capitania da Paraíba enquadra-se, por exemplo, nesses termos.

A jurisdição compunha o cerne da atividade política e devia ser exercida no interior de uma circunscrição. Na Paraíba colonial, há basicamente três esferas jurisdicionais responsáveis pelo governo civil e das almas: político-militar, da justiça e eclesiástica. Cada uma delas é acompanhada de um limite territorial e de competências específicas ditadas pela natureza de suas funções. Apesar de tratarem de assuntos específicos, a confluência entre uma e outra matéria criava, por vezes, conflitos de jurisdição, uma vez que a pouca definição entre as fronteiras administrativas contribuía para esse tipo de confusão.

Em Portugal, a institucionalização do poder se realizou a partir da comarca⁶⁶. Esta representava a principal unidade a partir da qual se organizava a administração régia. Nela atuava o corregedor, que possuía funções de caráter judicial, mas também de fiscalização. O espaço jurisdicional das comarcas não era, necessariamente, contínuo. No caso do Reino, o território de uma comarca poderia ser intercalado por uma ouvidoria (jurisdição senhorial), por exemplo. No Brasil, entretanto, isto não é observado. O que ocorrerá no espaço americano é uma tendência para a correspondência entre comarca e capitania,

⁶⁴ HESPANHA, António Manuel, *Como os juristas viam o mundo, 1550-1750. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*, Lisboa, Amazon Distribution, 2015, p. 43-44.

⁶⁵ Uma análise das tentativas de afirmação do Conselho Ultramarino frente aos outros tribunais e conselhos pode ser encontrada em BARROS, Edval de Sousa, *Negócios de tanta importância (1643-1661). O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2008, p. 104-128. Uma querela específica de jurisdição com o Desembargo do Paço foi tratada por CARDIM, Pedro, «“Administração” e “Governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime» In BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX*, 2 ed., São Paulo, Alameda, 2005, p. 45-68.

⁶⁶ HESPANHA, 1993a, p. 120.

embora isto não se verifique como uma regra geral. Poderia haver mais de uma comarca numa capitania (Pernambuco e Minas Gerais são exemplos disso) ou várias capitanias (contíguas) formando uma só comarca, como é o caso da Paraíba e, durante algum tempo, Rio de Janeiro e São Paulo⁶⁷.

No Reino há a propensão para a justaposição entre os limites da comarca com os da provedoria⁶⁸. Na América portuguesa, por sua vez, as provedorias geralmente acompanhavam as fronteiras das capitanias, ainda que tenhamos excessões como o Ceará, que até 1723 pertencia à provedoria do Rio Grande. Já no campo eclesiástico, a gestão administrativa dava-se, localmente, por meio das paróquias, que se reuniam sob a jurisdição de um bispado. As circunscrições das comarcas, das provedorias e dos bispados formavam as bases da administração periférica do Reino e da América portuguesa. É sob a jurisdicionalização desses poderes na Paraíba que passaremos a tratar.

A capitania da Paraíba constituía um território que não se contruiu sob nenhuma outra estrutura antecedente. Não houve nela uma transição entre capitania donatarial e capitania régia como aconteceu em Pernambuco, por exemplo. Isto significa que as estruturas administrativas tiveram que ser criadas “de novo”, conforme expressão da época, isto é, pela primeira vez. Quando ficou formalizada a criação da capitania da Paraíba em 1585, e instituída a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, cujo nome homenageava Filipe II de Espanha e I de Portugal, estavam lançadas as bases para a fixação do núcleo populacional através da instituição das suas bases administrativas.

A Paraíba passou por vários momentos em que foi alvo de tentativas ou projetos de anexação à antiga capitania duartina. Foi assim na década de 1660, quando o governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, quis fazer uso da jurisdição concedida ao seu antecessor André Vidal de Negreiros⁶⁹, repetiu-se nos anos de 1730 durante o governo de Duarte Sodré Pereira, através da sua proposta de anexar a Paraíba a Pernambuco⁷⁰ e, ainda, através do atrelamento da arrematação da dízima da Paraíba e de Pernambuco num só contrato na primeira metade do século XVIII⁷¹. Em resposta às

⁶⁷ A comarca do Rio de Janeiro, por exemplo, perdeu parte do seu território com a criação da comarca de São Paulo e depois do Espírito Santo. A comarca de São Paulo, por sua vez, sofreu diminuição com a criação da comarca do Paranaguá e as da capitania de Minas Gerais.

⁶⁸ HESPAÑA, António, 1994, p. 209.

⁶⁹ Ver, por exemplo, AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 1, D. 47 e sobre o assunto ACIOLI, Vera, 1997.

⁷⁰ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 41, D. 3705.

⁷¹ MENEZES, Mozart, Vergetti de, Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII, In FERLINI, Vera Lúcia & BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 327-340.

primeiras empresas, os governadores e poderes locais sempre salientaram o seu estatuto de capitania *régia e autônoma*⁷², reforçando, nos seus discursos, a *antiguidade* da Paraíba e sua *fidelidade* à Coroa⁷³. E embora anuíssem com a resolução da arrematação da dízima, o tempo veio mostrar que esta medida não foi tão favorável às rendas da capitania como em princípio se acreditava.

Parte da historiografia paraibana via nas intenções de Pernambuco um antigo “desejo expansionista”, apontando este como um dos principais fatores que teria motivado a subordinação da Paraíba em 1755⁷⁴. Mozart Vergetti de Menezes, contudo, contesta a força dada a esse afã de expansão de Pernambuco, alegando que isto se devia a “um princípio natural militar” por parte dos capitães-mores e exemplifica o argumento com o plano de anexação do Rio Grande, Ceará e terço do Açu à Paraíba por parte do governador João da Maia da Gama⁷⁵. Conformando-se também com esta explicação, Inaldo Chaves Junior mostra como o governador da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, articulava a anexação do Rio Grande, Ceará e Itamaracá como meio para a melhoria econômica da capitania⁷⁶.

A anexação ou separação de espaços fazia parte da dinâmica administrativa e tendia a responder a interesses específicos⁷⁷. No caso acima citado “cada um [dos governadores] fala com mais ou menos ponderação o que lhe pareceu ser conveniente ou ao serviço de Vossa Majestade ou para acreditar a sua proposta”, conforme expõe João

⁷² Ver a carta escrita pelos oficiais da Câmara da Paraíba, em 1744, quando da morte do governador Pedro Monteiro de Macedo, que abriu a possibilidade para um possível governo de Pernambuco sob a capitania, como de fato se confirmou através da indicação do Tenente João Lobo de Lacerda para o governo das armas da Paraíba enquanto o Conselho Ultramarino não consultava sucessor para o capitão-mor falecido. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 13, D. 1084.

⁷³ Ver, por exemplo, a carta do governador da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, em AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 41, D. 3705.

⁷⁴ ALMEIDA, Horácio, 1978, p. 73-79; OLIVEIRA, Elza Régis, 2007, p. 109-110.

⁷⁵ MENEZES, 2005a, p. 205.

⁷⁶ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 41, D. 3705; CHAVES JÚNIOR, Inaldo, 2017, p. 168-188.

⁷⁷ Ao longo dos séculos XVI e XVII, as experiências de organização administrativa na América portuguesa se limitaram, basicamente, a criar repartições compostas por uma capitania-geral à qual se anexava a jurisdição sobre outros territórios (veja-se os casos do Estado do Maranhão, do Estado do Brasil e da Repartição do Sul). O mesmo processo repetiu-se, em parte, com algumas comarcas, como a da Paraíba, que tinha esta capitania como cabeça e as de Itamaracá, Rio Grande e Ceará como anexas. Embora tendessem a coincidir territorialmente com os limites das capitanias, no século XVIII a criação de novas comarcas processou-se através do desmembramento do território das mais antigas (da comarca da Paraíba criando-se a do Ceará; Pernambuco com a criação da comarca das Alagoas; Maranhão com a do Piauí; Rio de Janeiro através da criação da ouvidoria de São Paulo em 1700 e depois da do Espírito Santo em 1723 são alguns exemplos). Sobre o processo de territorialização da justiça no Brasil falaremos com mais detalhe no próximo capítulo, mas sobre este assunto ver CUNHA, Mafalda & NUNES, António Castro, «Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII», In *Tempo*, vol. 22, n° 39, 2016, p. 1-30.

da Maia da Gama, ex-governador da Paraíba, a quem foi pedido um parecer sobre ambas as representações⁷⁸. Veremos em outro momento que também se efetuaram ajustes ao nível comarcal, mas, ao contrário do que se passou para as capitanias, poucas foram as proposições dos próprios ouvidores. Em 1749, o ouvidor das Alagoas chegou a solicitar que os limites entre sua comarca e a de Pernambuco fossem demarcadas judicialmente⁷⁹. Pouco tempo depois, o ouvidor da comarca da Jacobina propôs a mudança da cabeça da comarca para a Vila do Rio das Contas⁸⁰. Os casos são bastante escassos e é preciso observar o que motiva o discurso dos ouvidores, pois tanto interesses próprios quanto dos poderes locais podem estar no princípio de tais representações.

Os governadores da Paraíba atendiam à jurisdição político-militar da capitania. Isto significa que eles eram responsáveis pela organização militar, defesa e manutenção da ordem, pela administração política, pelo aumento das culturas e das povoações, pela concessão de sesmarias e patentes, pela nomeação de oficiais da justiça e fazenda, pela conservação das matas reais e exploração de recursos naturais, etc. Residentes na vila/cidade sede das capitanias, os governadores pouco se ausentavam da mesma, ao contrário dos ouvidores, como mostra Arthur Curvelo para o caso das Alagoas⁸¹. A jurisdição do governador da Paraíba alcançava os limites desta capitania, embora tal coincidência nem sempre fosse válida para as demais.

Na hierarquia dos espaços políticos no Brasil havia uma distinção entre capitanias *principais/subalternas* e capitanias *menores*. As primeiras não ocupavam uma posição cimeira apenas por sua importância político-econômica, mas também por exercerem algum tipo de jurisdição sob espaços subordinados. As subalternas, como o próprio nome indica, tinha uma relação de sujeição governativa com as primeiras no âmbito político, militar ou fiscal. No território das Capitanias do Norte, Pernambuco é um exemplo de capitania principal, uma vez que exerceu durante boa parte do século XVIII o domínio político-militar sob o Rio Grande, o Ceará, Itamaracá e a Paraíba. Antes de entrar na órbita de influência de Pernambuco na segunda metade do século XVIII, a Paraíba constituía uma capitania autônoma, ainda que ocupasse a graduação das chamadas

⁷⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 41, D. 3705.

⁷⁹ AHU, Avulsos, Alagoas, Cx. 2, D. 129; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 73, D. 6136.

⁸⁰ AHU, Avulsos, Brasil-geral, Cx. 14, D. 1195.

⁸¹ CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *O senado da câmara de Alagoas do sul. Governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2014, p. 134.

capitanias menores, isto é, daquelas que não alcançavam uma expressão produtiva, mercantil, fiscal, demográfica e militar considerável.

Os governadores da Paraíba eram capitães-mores de capitania nomeados por consulta do Conselho Ultramarino. O mesmo termo «capitão-mor» também se referia ao comandante do corpo de ordenanças que, juntamente com as milícias e as tropas pagas, formavam o conjunto das umas forças militares existentes na América portuguesa. As ordenanças, assim como as milícias, consistiam em tropas “de caráter local, isto é, forças formadas entre os próprios moradores dos lugares, não pagas, que deveriam armar-se e fardar-se às suas próprias expensas e praticar exercícios semanais, sendo mobilizadas em casos de necessidade”⁸². O que diferenciava o capitão-mor de *capitania* do de *ordenança* era que o primeiro possuía o governo das armas de toda a capitania, enquanto que o poder do segundo ficava limitado ao terço que comandava. Mas além das obrigações militares, o capitão-mor de capitania cuidava do governo político do território. Contudo, é preciso aqui fazer uma ponderação, pois o poder político de um capitão-mor variava de acordo com o estatuto da capitania para a qual foi nomeado. O capitão-mor de capitanias como o Ceará e o Rio Grande, por exemplo, não possuíam a mesma autonomia, até à primeira metade do século XVIII, que o capitão-mor da Paraíba pelo fato de aquelas estarem desde cedo subordinadas a Pernambuco, cujo governador agregava à sua patente o título de «capitão-general», representando com isso sua ação política sob as capitanias anexas à sua jurisdição.

Com relação ao governo das armas, o corpo militar da capitania da Paraíba estava organizado, como os demais espaços da América portuguesa, em tropas de 1^a, 2^a e 3^a linhas. As tropas de primeira linha, também chamadas de tropas pagas ou regulares, encontravam-se divididas em 3 companhias, sendo uma alocada na fortaleza do Cabedelo, principal fortificação de defesa da capitania, e as outras duas no núcleo urbano da cidade da Paraíba. Seu efetivo não apresentou diferenças consideráveis até o final do século XVIII, reunindo um total de 166 homens em 1747. As milícias, ou tropas de 2^a linha, estavam dispostas no perímetro das freguesias e contavam com cerca de 565 membros

⁸² GOMES, José Eudes, *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 89.

em 1756. Distribuíam-se, na segunda metade do século XVIII, em 5 corpos: três terços de infantaria (brancos, Henriques e pardos) e dois regimentos de cavalaria⁸³.

Além da principal função de defesa do território, as tropas eram utilizadas para atividades diversas, tais como a coleta de impostos e até mesmo em obras e construções. As ordenanças, como já mostrou Eudes Gomes, atuava na própria governabilidade na medida em que executavam as ordens locais dos capitães-mores, ouvidores e outras autoridades, além de promover a “comunicação política com as comunidades e populações locais”⁸⁴. As ordenanças serão fundamentais para a efetivação da justiça nas diversas localidades, uma vez que a prática da justiça envolvia diligências de devassas, inquirições, prisões e correições que não se faziam sem a presença de oficiais militares.

Em 1755 foi emitida uma ordem para a anexação da Paraíba a Pernambuco. A falência da provedoria da Paraíba é apontada como sendo a principal causa da motivação da anexação. Contudo, entendemos que esta foi o culminar de uma proposta que estava em pauta há muitos anos e que encontrou, na década de 1750, as situações favoráveis a se concretizar. Como já fizemos referência, ela foi apresentada em diversas circunstâncias, como na década de 1730, ou mesmo chegou a se efetivar enquanto uma “anexação branca”, em 1724, quando se decidiu pela arrematação da dízima da Paraíba e de Pernambuco num só contrato⁸⁵.

Conforme explica Mozart Vergetti de Menezes, o imposto da dízima foi criado, na Paraíba e em Pernambuco, em 1711, e tributava a “décima parte sobre o valor das mercadorias importadas que entrassem pelo mar e não tivessem isenção real”⁸⁶. A arrecadação da dízima destinava-se, originalmente, à manutenção das fortalezas, mas a falta de recursos na Fazenda real da Paraíba levou com que esta consignação fosse direcionada a outras finalidades, como o pagamento dos soldos dos militares e dos *filhos da folha*, isto é, dos ordenados dos oficiais de Justiça e da Fazenda que corriam pela Provedoria.

⁸³ SILVA, Bruno Cezar Santos da, *Entre defesa e ordem: os corpos militares da Paraíba na trama da subordinação à capitania de Pernambuco (1755-1799)*, Dissertação, mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2013, p. 82-93.

⁸⁴ GOMES, José Eudes, «As armas e o governo da República: tropas locais e governação no Ceará setecentista» In GUEDES, Roberto (org.), *Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados, séc. XVII-XIX*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2011, p. 194.

⁸⁵ MENEZES, Mozart, 2012, p. 214.

⁸⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 208, nota de rodapé 420.

A insuficiência desta e de outras consignações para o pagamento dos soldados e dos filhos da folha, além do peso que representou o aumento do ordenado do capitão-mor da Paraíba de três para quatro mil cruzados para a Fazenda da capitania⁸⁷, levou à adoção de uma solução fiscal representada pela arrematação da dízima da Paraíba e de Pernambuco num só contrato. Coforme Mozart Vergetti, “no entender da Coroa, em virtude de não ser tão frequente a visita de navios ao porto da Paraíba, que se cobrasse de Pernambuco aquilo que deveria ser recolhido de imposto da dízima da Alfândega na Paraíba”. O cálculo no valor de 20 mil cruzados ou 8 contos de réis era superavitário para a Paraíba, pois este montante não encontrava lastro “quando comparados com outros valores de impostos ou direitos arrematados ao longo dos anos de 1724 e 1756”⁸⁸, o que passou a impressão de que o problema dos pagamentos estaria resolvido.

No entanto, aquilo que a princípio seria um alívio para o sufoco financeiro que passava a capitania converteu-se num desassossego para os governadores, uma vez que o envio dos 20 mil cruzados pela Provedoria de Pernambuco tornou-se cada vez mais irregular. A inconstância deste pagamento, aliada à dúvida se o mesmo deveria ser efetuado anualmente ou por frota, promoveu um descompasso entre as contas do provedor da Paraíba e do de Pernambuco, sendo a defasagem maior para o primeiro⁸⁹.

Tendo-se mostrado uma providência ineficiente para a recuperação das contas da capitania, outras medidas foram apresentadas pelos governadores da Paraíba. Uma delas envolvia uma nova taxação do gado que descia das capitâneas do Ceará, Rio Grande e da própria Paraíba para as Minas Gerais, proposto pelo governador Pedro Monteiro de Macedo, contando com a aprovação da câmara da cidade⁹⁰.

Malograda a ideia, quinze anos mais tarde, o último governador antes da anexação, Luís Antônio Lemos de Brito respondia a uma carta do rei sobre os meios que se podiam empregar para fazer útil a capitania que governava. No entendimento do governador, isto “dependia do rompimento dos laços entre as duas provedorias”⁹¹. Para aumentar as rendas da capitania e findar o atrelamento das provedorias, Lemos de Brito fazia duas proposições. Uma delas era fazer as arrematações dos impostos relativos à Paraíba na própria capitania. Buscava, assim, atrair o interesse dos próprios moradores a

⁸⁷ MENEZES, Mozart, 2012, p. 208.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 214.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 218.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 223-226.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 238.

arrematarem os contratos, uma vez que sendo estes realizados no Reino, acabavam por beneficiar os homens de negócio de Pernambuco, que possuíam seus procuradores na corte. A outra sugestão que fazia o governador era vender os açúcares produzidos em Goiana (capitania de Itamaracá) na Paraíba e não em Pernambuco, como ocorria⁹².

Na avaliação de Mozart Vergetti, as duas propostas pareciam ter resultados positivos, mas não eram de todo exequíveis, como o fez ver o Conselho Ultramarino ao aprovar apenas a primeira medida. A segunda não poderia ser aprovada antes de se fazer uma consulta ao governador de Pernambuco e aos edis de Goiana, como o estilo convencionava. No entanto, a cautela dos conselheiros e do procurador da Fazenda não era somente uma questão de praxe. Antes ocultava uma matéria mais melindrosa que era o monopólio que Pernambuco exercia sobre o comércio da Paraíba, bem como de parte dos vínculos dos próprios produtores dessa capitania com a praça do Recife. A arraigada presença das famílias de Pernambuco na sociedade da Paraíba remontava à formação da sociedade dessa capitania, quando muitos soldados e ramos secundários das famílias abastadas de Pernambuco fixaram-se nas plagas setentrionais. Nada mais natural que as fronteiras entre as duas capitanias cedessem ao vínculos e interesses construídos pelas famílias, proprietários e comerciantes de ambas.

Sob essas vicissitudes locais pairava uma conjuntura marcada por reformas. A anexação da Paraíba a Pernambuco deu-se num momento em que o enxugamento da “máquina” administrativa era não somente bem-vindo como buscado. Nesse sentido, como aponta Mozart Vergetti, ainda que houvesse boas propostas para a saúde fiscal da provedoria da Paraíba, talvez nada impedisse sua anexação tendo em vista a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo como o grande mentor das mudanças administrativas do reinado de D. José I (1750-1777). Ainda que não seja possível provar qualquer inexorabilidade da anexação, acreditamos que este momento histórico conjugou-se para que a mesma fosse efetivada.

A anexação durou quase meio século (1755-1799). As consequências dela foram amargamente sentidas por seus governadores. Dos quarenta e quatro anos de subordinação, trinta e três couberam a Jerônimo José de Melo e Castro. Como governador de uma capitania subordinada, escrevia reiteradamente à Secretaria de Estado e Negócios

⁹² *Idem, ibidem*, p. 238-240.

Ultramarinos acerca das nefastas consequências de seu estatuto. Numa de suas primeiras missivas desse teor, dizia que

A subordinação, que tem este Domínio ao de Pernambuco, que muitos julgam ser em todos os casos, tem feito com que os habitantes desta Capitania recorram a Pernambuco, onde se entende, e se me mandou dizer, que só me estava encarregado o Governo Militar e não o Político e Fazenda, porque a minha patente só recomendava aos oficiais e soldados me obedecessem.⁹³

A intromissão dos governadores de Pernambuco nos assuntos da capitania, inclusive no âmbito militar, nomeando vários postos, foram a tônica de várias cartas de Jerônimo José ao rei, nas quais repetidamente solicitava que se fixassem os limites de sua jurisdição. Tais correspondências parecem ter ficado empoeiradas nos escaninhos da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, dada a falta de resposta ao governador⁹⁴. Faleceu em 1797 sem ver o fim da subordinação, que só se daria dois anos depois.

Assim como se propõe que a anexação correspondeu a uma decisão que deve ser entendida dentro da política josefina, com o fim da subordinação também deve-se ter a mesma postura. Ao ser nomeado para o governo da capitania em 1797, Fernando Delgado Freire de Castilho foi, desde a Corte, incumbido de averiguar as condições para restaurar a autonomia da Paraíba. O relatório favorável que produziu deve ter embasado tal decisão, embora o curto tempo entre seu envio e o decreto real que pôs fim à subordinação a Pernambuco deixe entrever uma nova política régia⁹⁵. Reforçando isto tem-se a decisão por findar a anexação da capitania e também do Rio Grande do Norte, incluída no mesmo decreto.

A historiografia paraibana tratou os limites impostos pela subordinação centrando-se, predominantemente, nas restrições dos atos de governo do governador e da falta de autonomia nas áreas fiscal e militar. Pouco falou-se das outras esferas da administração, nomeadamente da justiça, uma vez que a eclesiástica já estava vinculada

⁹³ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 23, D. 1787.

⁹⁴ Em várias delas lê-se: “Junte-se aos mais papéis” ou “As contas que há deste Governador sobre esta matéria acham-se em poder do Procurador da Fazenda”. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 24, D. 1843.

⁹⁵ MENEZES, Mozart Vergetti & PAIVA, Yamê Galdino de, «Ilustração, população e circuitos mercantis: a Capitania da Paraíba na virada do século XVIII» In OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. (Org.), *Ensaio sobre a América Portuguesa*, João Pessoa, Editora universitária/UFPB, 2009, p. 161-179.

desde finais do século XVII a Olinda, cabeça do Bispado de Pernambuco. A ausência a esta menção pode significar que não houve alterações, que esta questão ainda não foi posta como problema de análise ou ainda que os documentos não permitem esclarecê-la a contento.

Somos levados a pensar que a mesma não foi avaliada pelos historiadores por se tratar de uma mudança bastante sutil, ao contrário do que aconteceu aos governadores. Pretendemos tratá-la no tópico a seguir, dedicado à institucionalização do aparelho judicial na capitania.

1.4. A criação da comarca da Paraíba e o processo de territorialização do aparelho judicial na capitania

As fontes até à segunda metade do século XVII não esclarecem bem o quadro da administração da justiça na Paraíba. Sabemos, por meio do regimento de 1609, dado ao governador da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, que cabia-lhe conhecer “de todas as acções novas, que se processarem entre os moradores e mais pessoas que estiverem nos limites de vossa Capitania”. Nos processos cíveis, o governador poderia julgar, sem apelação nem agravo, causas até 20 mil réis em bens móveis e 16 mil réis nos de raiz⁹⁶.

Não só nas causas cíveis tinha o governador alçada, mas também nos crimes. Nesse caso, tinha “jurisdição e alçada em peões e gente da terra, escravos e gentios, e homens livres, assim para absolver, como para condemnar, até dous annos de degredo e açoutes” e sendo a condenação em morte natural deveria apelar para a Relação da Bahia.

O desconhecimento de regimentos posteriores não nos permite tirar conclusões muito seguras, mas podemos sugerir que a alçada de justiça dada ao governador Feliciano Coelho de Carvalho é um efeito da administração espanhola sob a portuguesa durante o período de união das Coroas ibéricas (1580-1640). Uma das características encontradas na América hispânica é que a administração da justiça não era uma exclusividade de oficiais específicos como ocorria no Brasil. Naquele espaço, *gobernadores* e seus

⁹⁶ «Regimento da Capitania da Paraíba de 09 de maio de 1609» In SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1603-1612*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p. 267-269.

tenientes, algualices, alcaldes e autoridades investidas da posição de *justicias mayores* também tinham alçada para receber causas⁹⁷.

O final do século XVII corresponde ao momento inicial de territorialização do aparelho judicial no Brasil. Nesse último quarto de século propôs-se a criação de lugares de letras para algumas partes da América, tendo sido criadas ouvidorias na Paraíba (1687), Sergipe (1696) e São Paulo (1700) e juízes de fora na Bahia (1696), Pernambuco (1699) e Rio de Janeiro (1701). Antes disso já havia ouvidores no Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e um Tribunal de Relação na Bahia. A Paraíba figura, portanto, entre as ouvidorias mais antigas da América.

O que motivava e o que levava à criação dos lugares de letras? A motivação foi sempre a boa administração da justiça⁹⁸. Sua proposição decorre menos de uma política da coroa do que do pedido das autoridades locais (governadores e câmaras). O Conselho Ultramarino ao receber tais propostas pedia informação a outros agentes da administração régia, nomeadamente os governadores, para que opinassem sobre a necessidade apresentada e se havia rendas suficientes para a manutenção de um ministro. Dificilmente via-se negativamente a vinda de um ministro.

No caso da Paraíba foi a câmara e o governador a pedirem ministro de letras que administrasse a justiça na capitania. A solicitação mais antiga localizada data de 1675 e partiu do senado da câmara da cidade de N^a S^a das Neves. Diziam os vereadores que

Aqueles povos padecem grande detrimento com falta de administração da justiça no judicial e contencioso por não haver ouvidor letrado como na Capitania de Pernambuco, e nas mais daquele estado, resultando desta falta grande prejuízo assim nas fazendas, como no castigo das culpas, e por estar o recurso da Bahia tão distante deixavam muitas vezes as partes o seguimento das apelações e agravos, ficando sentenças injustas persistindo por se não porem ao risco da jornada, *e por terem só um Ouvidor de capa e espada idiota, nomeado pelo Governador*

⁹⁷ BARRIERA, Darío, «Un rostro local de la Monarquía Hispánica: justicia y equipamiento político del territorio al sureste de Charcas, siglos XVI y XVII» In *Colonial Latin American Historical Review*, vol. 15, n. 4, 2006, p. 405-409.

⁹⁸ Argumentos de ordem econômica, fiscal e de defesa também podiam ser apresentados CUNHA, Mafalda Soares da & NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. *Tempo* [online]. 2016, vol.22, n.39, pp.1-30 MACHADO, Alex Rolim, “*PARA SE ADMINISTRAR A JUSTIÇA, CONTER OS CRIMES E MELHORAR A ARRECADAÇÃO...*”: desenvolvimento social e motivações econômicas na institucionalização da Comarca das Alagoas. *Capitania de Pernambuco, 1654-1712*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

Geral do Estado, sem ser da mesma capitania se fazem grandes insolências (...) (grifos nossos)⁹⁹

Esta solicitação nos informa que havia na Paraíba um ouvidor “de capa e espada idiota”¹⁰⁰, ou seja, sem formação universitária, nomeado pelo Governador do Estado do Brasil. A partir de outros exemplos encontrados para a própria Paraíba, como para o Rio Grande, acreditamos que este seria o procedimento para as demais capitanias que não possuíam justiças letrada ou senhorial.

Quadro 01: Ouvidores não letrados da Capitania da Paraíba, século XVII

Ouvidor	Data	Referência
Domingos Carneiro	1622	ANTT, CHR, Filipe III, livro 3, fls. 170vs, 171
Baltazar Aranha de Araújo	c. 1673	DHBNRJ, 1929, nº 10, p. 95
Francisco Camelo Valcacer	1676	DHBNRJ, 1929, nº 10, p. 167-168
Francisco do Rego Barros	1685	DHBNRJ, 1929, nº 10, p. 212-213

Francisco do Rego Barros era fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Santiago e genro do irmão de Duarte Gomes da Silveira, instituidor do Morgado Salvador do Mundo e um dos mais ricos senhores de engenho da Paraíba. Pertencia, portanto, aos principais da terra¹⁰¹. Havia sido também governador da Paraíba entre, provavelmente, 1673 e 1677¹⁰².

⁹⁹ AHU, avulsos, Paraíba, Cx. 1, D. 91.

¹⁰⁰ Uma das definições atribuídas a *idiota* por Raphael Bluteau é a de “homem plebeio, sem officio de Republica, homem do vulgo, &c. E como estes taes de ordinário não tem letras, val o mesmo que Ignorante”. No mesmo sentido aponta Antonio de Moraes Silva: “ignorante, sem estudos, letras, nem instrucção ainda leve, e ordinária”. BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1712-1728, vol. 4, p. 30; SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionario da língua portugueza*, 1813 [1789], vol. 2, p. 127.

¹⁰¹ Couto, Domingos de Loureto, «Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco» In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Oficina tipográfica da Biblioteca Nacional, 1904, vol. XXIV, p. 55.

¹⁰² LINS, Guilherme Gomes da Silveira D’Ávila, *Governantes da Paraíba no Brasil colonial (1585-1808)*, *Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica*, 2 ed (revista e corrigida), João Pessoa, Edições Fotograf, 2007, p. 76-78.

A nomeação de não-letrados locais também pode ser verificada na Capitania do Rio Grande. Em 1677, o capitão Pedro da Costa Faleiro foi nomeado na serventia de ouvidor daquela capitania pelo período de um ano¹⁰³. Do mesmo modo, Lázaro de Freitas de Bulhões também recebeu provisão do governador-geral para ocupar a serventia do dito cargo¹⁰⁴. Ambos ocuparam, juntamente, o ofício de Provedor da Fazenda da capitania, tendo antes servido, o primeiro, como soldado, alferes, ajudante de Ordenança e do capitão-mor de Igarassú e o segundo de alferes e capitão-mor da Vila de Serinhaém e do Rio Grande¹⁰⁵. Nota-se que a maioria desses homens, para além de moradores nas respectivas terras ou nas vizinhas, ocuparam postos de ordenanças e/ou exerceram também outros cargos, como o de provedor da fazenda real.

Apesar de os documentos localizados serem, na sua quase totalidade, posteriores ao período de ocupação holandesa, acreditamos que antes da criação dos lugares de letras, com seus respectivos magistrados letrados, o procedimento habitual encontrado nas capitanias do Norte do Brasil era a nomeação, por parte do governo-geral, de indivíduos que ocupavam posições nos corpos militares e que haviam servido ou desempenhado funções na administração local. Ou seja, eram sobretudo homens versados nas guerras e não nas letras. Isto, contudo, não impede que algum letrado tivesse sido nomeado como ouvidor nas capitanias em que ainda não havia justiça régia, mas os exemplos acima sugerem que esta era uma excessão e aquela a regra. Ainda mais porque a presença de bacharéis no Brasil nesse momento ainda era diminuta.

Além de alegar a necessidade de boa administração da justiça, os oficiais da câmara da cidade de N^a S^a das Neves recorriam ao predicamento daquela capitania, “que em antiguidade e autoridade não era inferior às mais”. Isto, somado ao ordenado de 80 mil réis que a câmara daria ao ouvidor letrado, juntamente com as assinaturas e propinas, atestavam a “boa reputação do lugar”, não devendo faltar, por conseguinte, “bacharéis que fossem servir ocupação tão conveniente”¹⁰⁶.

O ordenado oferecido pela câmara estava aquém dos 200 mil réis que o ouvidor de Pernambuco e do Rio de Janeiro percebiam. O valor de 80 mil réis, portanto, não seria necessariamente um atrativo para os bacharéis. A Paraíba, no último quartel do século XVII, não estava em pé de igualdade com Pernambuco. Tinha uma produção muito menor

¹⁰³ IHGRN, Livro 2º de Cartas e Provisões da Câmara da Capitania do Rio Grande do Norte, fl. 28.

¹⁰⁴ AHU, Avulsos, Rio Grande do Norte, Cx. 1, D. 15.

¹⁰⁵ AHU, avulsos, Rio Grande do Norte, Cx. 1, D. 19.

¹⁰⁶ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 1, D. 91.

de açúcar e uma população inferior. Considerando que a maior parte dos rendimentos dos ouvidores advinham dos emolumentos que recebiam pelas custas processuais e das funções que andavam-lhe anexas, os lugares mais populosos e com uma praça mercantil mais dinâmica eram aqueles mais atrativos, visto que teriam aí não somente mais causas correndo nos seus juízos, mas também processos envolvendo bens e quantias superiores. Isto, no entanto, poderia, de alguma forma, ser compensado na Paraíba pelo território de correição do ouvidor que abrangeria também as capitanias do Rio Grande e Itamaracá, sendo esta última uma importante zona de produção açucareira, passando também a incluir a capitania do Ceará por um pouco mais de dez anos.

O rei, conformando-se com o parecer do Conselho Ultramarino, determinou que fosse feita consulta de um ministro ao Desembargo do Paço, dado que este tribunal era o responsável pela gestão da magistratura do Reino e do ultramar. Por razões que desconhecemos, esta consulta não teve efeito, visto que o pedido para ouvidor letrado voltou a ser repetido em 1685 pelo governador da Paraíba¹⁰⁷. Esta, por sua vez, gerou uma nova consulta à Mesa do Desembargo do Paço para a escolha de um bacharel.

Concorreram à recém-criada ouvidoria da Paraíba três bacharéis: Diogo Rangel de Castelo Branco, João da Rocha e Francisco Lopes da Silva. De todos, Diogo Rangel era o mais experiente, tendo servido como juiz de fora de Vila Nova de Cerveira e juiz dos órfãos da cidade de Lisboa, com predicamento de correição, tendo sido atestadas suas qualidades de ministro nas respectivas avaliações (residências) dos lugares que serviu¹⁰⁸. Nomeado em abril de 1687, recebeu sua carta de nomeação em julho do mesmo ano¹⁰⁹.

Uma das primeiras medidas tomadas ao se criar “de novo” um lugar de letras era delimitar seu distrito. No caso do ouvidor, sua comarca, território onde exerceria a correição, isto é, a visita que os corregedores, no Reino, e os ouvidores, no Brasil, deveriam realizar anualmente pelas vilas e cidades de seu distrito. A jurisdição de Diogo Rangel e dos seus sucessores foi delimitada em provisão régia de dezembro de 1687, conferindo-lhe por território a Paraíba e o Rio Grande e Itamaracá como anexas, capitanias estas que antes pertenciam à jurisdição da Bahia, por entender que agora seria

¹⁰⁷ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 144.

¹⁰⁸ ANTT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, maio 1876.

¹⁰⁹ ANTT, Chancelaria, D. Pedro II, livro 18, fls. 75, 75vs.

“melhor administrada a justiça do que até agora foi, por da Bahia, a quem competiam, não chegarem nunca em correição os corregedores, pela sua muita distância”¹¹⁰.

Por ir criar “de novo” um lugar de letras, foi garantido a Diogo Rangel, desde que desse boa residência do lugar de ouvidor da Paraíba, um assento de desembargador da Relação da Bahia¹¹¹. Essa era uma prática comum aos ministros que eram nomeados para irem criar judicaturas. Sobre essa matéria é muita clara a petição de Roberto Car Ribeiro quando pleiteou o cargo de juiz de fora de Olinda (Capitania de Pernambuco) que estava para se criar¹¹².

(...) e porque Vossa Majestade costuma aos Bacharéis, que no Reino criam de novo qualquer judicatura, *conceder um lugar de primeiro banco, e se deve maior aumento aos que fazem o mesmo nas conquistas*, como é o presente; porque além dos perigos da viagem, e clima, a quem o suplicante se expõem, *há de ter excessivo trabalho na criação do dito lugar, reduzindo a forma os estilos, práticas, cartórios, e processos cíveis*, que a extensão do distrito notoriamente maior que os mais do Brasil, faz quase infinitos, e isto em parte tão remota, e entre gente não facilmente domável, pelo uso licencioso, em que a tem os juizes ordinários, no que, além do trabalho, se requer muita prudência, e talento (...).

Pede a Vossa Majestade que, atendendo a suficiência do suplicante, que mostra em seus assentos e informações de bom estudante, e em ter sido nesta Corte advogado da Casa da Suplicação, e ter dado boa residência, e mais serviços e dificuldades notórias, que na criação deste novo lugar representa, e exemplos que refere, *lhe faça mercê dando dele boa residência, de um dos lugares da Relação da Bahia com preferência, e sem concurso*, vista a grande dificuldade de tornar a requerer nesta Corte, e ir exercitar a aquela cidade sendo provido¹¹³. (grifos nossos)

A criação de uma judicatura exigia uma reorganização da administração local, uma vez que ao novo ministro passariam algumas competências que estavam a ser exercidas por outros oficiais. Não somente as jurisdições anteriores ficavam afetadas, como seria necessário criar-se novos ofícios de escrivães e meirinhos privativos, dividir os cartórios e os processos em curso, como também não raramente surgiam dúvidas acerca das competências que caberiam aos magistrados. Por terem este trabalho

¹¹⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 152.

¹¹¹ ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro II, livro 1, fl. 356vs.

¹¹² O primeiro juiz de fora de Olinda nomeado foi Manuel Tavares Pinheiro, que faleceu após tomar posse do cargo. ANTT, DP, RJDM, Consulta para lugares de letras, maço 1882 [Consulta para juiz de fora de Olinda, criado de novo]. ANTT, DP, RJDM, Cascos de consulta, Maço 948.

¹¹³ ANTT, DP, RJDM, Cascos de consulta, Maço 948.

acrescido, os ministros que criavam novos lugares de letras deveriam ser compensados com seus «melhoramentos», isto é, a progressão na carreira.

Nem sempre esses processos ficam registrados na documentação disponível, mas quando é possível captá-los percebemos como era complexa a criação de uma nova judicatura, ainda mais nos lugares em que estruturas e oficiais mais antigos já estavam há muito consolidados. Nesse sentido, os cartórios são um caso exemplar. Em 1696, por exemplo, foram criados os lugares de ouvidor e juiz de fora da Bahia¹¹⁴ e a cada um foi dada jurisdição sobre a Provedoria dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos, competindo ao primeiro a jurisdição da comarca e ao segundo do termo da cidade de Salvador. A separação entre os cartórios, que antes pertenciam à Relação da Bahia na pessoa do Provedor-mor dos Defuntos e Ausentes, Provedor e corregedor da comarca¹¹⁵, precisou da intervenção de um ministro da mesma Relação para ser efetuada, uma vez que o juiz de fora se negava a dar os livros concernentes à comarca, ao ouvidor¹¹⁶. Situação parecida passou o ouvidor da recém-criada comarca de Paranaguá, Antônio Álvares Lanhas, acusando a demora do ouvidor de São Paulo, a quem pertencia originalmente a jurisdição dessas terras, a entregar-lhe os livros relativos ao território de sua comarca¹¹⁷.

No caso do ouvidor da Paraíba, ainda que não houvesse nenhum outro letrado compartilhando o território da comarca, a criação deste lugar não se fez, necessariamente, sem antagonismos. Nesse caso, a querela ocorreu por jurisdições. Diogo Rangel, além de ouvidor, recebeu a provisão de Provedor dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos, cargo que antes andava anexo ao de Provedor da Fazenda¹¹⁸. Ficavam, com isto, responsáveis por supervisionar as transferências das heranças dos que morriam sem deixar testamentos e daqueles cujos herdeiros se encontravam ausentes, assim como de pessoas coletivas (capelas, hospitais e confrarias). Atuavam também no campo dos resíduos, que se refere às somas deixadas pelos defuntos para obras pias. Este era um

¹¹⁴ AHU, Avulsos, Bahia-Luís da Fonseca, Cx. 31, D. 3985 e 3986.

¹¹⁵ AHU, Consultas da Bahia, Códice 252, fl. 214vs-215.

¹¹⁶ AHU, Avulsos, Bahia-Luís da Fonseca, Cx. 32, D. 4185.

¹¹⁷ AHU, Avulsos, São Paulo, Cx. 1, D. 57 e 58; AHU, Avulsos, São Paulo-Alfredo Mendes Gouveia, Cx. 5, D. 519.

¹¹⁸ Carta de provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, 14/02/1688. ANTT, Chancelaria, D. Pedro II, livro 64, fl. 278vs.

cargo bastante visado porque permitia avultados rendimentos, sendo a maior parte deles sob a forma de salário¹¹⁹.

A retirada da jurisdição dos defuntos e ausentes ao Provedor da Fazenda Real, à época Salvador Quaresma Dourado, significou a perda de 100 mil réis do ordenado deste, que computava 170 mil. Não se tratava, entretanto, de uma simples redução de ordenado, ainda que esta tenha sido significativa. Referia-se, outrossim, à garantia de um direito que havia sido concedido na forma de propriedade a seu pai, Luís Quaresma Dourado, em 1664¹²⁰. Apesar de seus esforços e de contar com um tio bem reputado no Conselho Ultramarino, tendo ele mesmo servido como conselheiro¹²¹, Salvador Quaresma Dourado não teve sua solicitação deferida, obtendo apenas uma compensação de 30 mil réis.

Além da perda da Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Salvador Quaresma também foi limitado na jurisdição das causas dos homens do mar. Pelo fato de a ouvidoria da Paraíba ter sido criada à imitação da de Pernambuco, conferiu-se a seus ouvidores a mesma jurisdição, ordenado e regimento que tinham os da capitania vizinha. O parágrafo 9º do regimento dos ouvidores de Pernambuco facultava-os conhecer das causas dos homens do mar em tudo o que não tocasse à Fazenda real, a qual seria jurisdição do provedor¹²². Encontramos esta mesma referência para os ouvidores do Rio de Janeiro, mas muito possivelmente ela estaria presente em outras capitanias com uma atividade portuária considerável. Por necessitar de “maior expedição e brevidade no despacho”, entendia-se que nas causas dos homens do mar não era possível “haver dilações (...) e que por esse fim se procede por si sempre sumariamente; (...) o que se não pode conseguir sendo seus juízes os Provedores, que como não são letrados necessitam de vagar e tempo para haverem de os consultar no [sic] despachos”¹²³.

Pela perda do juízo das causas dos homens do mar, Salvador Quaresma recebeu apenas 20 cruzados em razão do Conselho entender “não ser de grande importância os

¹¹⁹ HESPANHA, António, 1994, p. 209.

¹²⁰ AHU, Códice 84, fl. 118-118vs; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 162.

¹²¹ Ainda que a folha corrida de Luís Quaresma apresentasse vários feitos militares dignos de retribuição régia, o parentesco com Feliciano Dourado é também levado em consideração, exemplificando como os laços de parentesco e de amizade influenciavam as decisões políticas. Na consulta ao seu pedido de propriedade dos ofícios de Provedor da Fazenda e Provedor dos Defuntos e Ausentes da Paraíba, o Conselho finaliza assim o seu parecer: “(...) julga o Conselho que só por ele ser cunhado do Doutor Feliciano Dourado, que com tanta satisfação serviu a Vossa Majestade nas Embaixadas deste Reino, e atualmente estar continuando o mesmo serviço neste Conselho, com a assistência, satisfação, [ilegível] que é notório é merecedor de Vossa Majestade lhe fazer a dita mercê”. AHU, Consultas de Mercês, Códice 84, fl. 118vs.

¹²² IHGP, Livro Novo 1º da Ouvidoria, fl. 6.

¹²³ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 6, D. 1078.

emolumentos de que se privou ao suplicante”, uma vez que em Pernambuco eram “muito mais as causas por ser mais a gente e as embarcações que vão àquela conquista”¹²⁴.

Outro ponto conflitante de jurisdição dizia respeito à inserção da comarca da Paraíba num território de jurisdições sobrepostas. Como dissemos acima, o distrito assinalado ao ouvidor da Paraíba correspondia às capitanias da Paraíba, Rio Grande e Itamaracá. Estas duas últimas ficaram subordinadas a Pernambuco no governo militar quando da reorganização dos poderes nas Capitanias do Norte no pós-restauração. Em 1711 foi anexada à comarca da Paraíba a capitania do Ceará, permanecendo nela até 1722. Trataremos melhor dessas mudanças no capítulo 3, mas pretendemos fixar desde logo o mosaico de poderes e jurisdições que perpassavam o espaço das Capitanias do Norte, deixando o ouvidor em meio a poderes que nem sempre se ajustavam.

Nesse sentido, Itamaracá apresentará um panorama bastante intrincado, visto que sendo em sua origem uma capitania donatarial, emergiu do *post bellum* como propriedade do monarca, retornando à família do donatário em 1692 e permanecendo nela até 1763, quando passou definitivamente à Coroa, sendo, localmente, incorporada ao governo de Pernambuco¹²⁵. Itamaracá possuía um ouvidor de donatário que era nomeado por este, sendo geralmente pessoas da terra. Este oficial detinha uma jurisdição diferenciada, tendo alçada inferior aos ouvidores régios pela sua condição de não ser letrado e de atuar em terras donatarias. Uma vez retornada à família do donatário, o ouvidor da Paraíba passou a entrar nessa capitania apenas em ato de correição como seu corregedor, salvo nas ocasiões em que havia ordem para fazer algum tipo de diligência. Para João de Abreu de Castelo Branco, capitão-mor da Paraíba, as desordens existentes em Itamaracá advinham da “diversidade de jurisdição que a governam porquanto no militar manda o governador de Pernambuco e no político o Donatário, e no crime vós [ouvidor da Paraíba] e não é fácil que todos se achem sempre concordes”¹²⁶. O quadro era, contudo, mais complexo do que aquilo que descrevemos nestas breves linhas, mas importa-nos, de momento, apenas reforçar como o enquadramento institucional nas Capitanias do Norte estava assentado num arranjo de jurisdições sobrepostas e descontínuas territorialmente.

¹²⁴ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 190.

¹²⁵ VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho, *Donatários e administração colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2016.

¹²⁶ AHU, Códice 258, fl. 297.

Nessa esteira também se inseria a atuação dos ouvidores enquanto auditores da gente de guerra. Isto significava que eles tinham alçada para tomar conhecimento e julgar as causas envolvendo os soldados da milícia paga. Pelo fato do distrito da comarca da Paraíba compreender uma área de jurisdição compartilhada com Pernambuco, tendo esta capitania a jurisdição militar sob o Rio Grande, Itamaracá e Ceará, sua alçada nessa matéria ficava restrita apenas à capitania da Paraíba, pertencendo ao ouvidor-geral de Pernambuco o exercício do cargo de auditor-geral nas capitanias que lhes eram subordinadas¹²⁷. Era justamente sobre esta disposição que esperávamos encontrar alguma alteração durante o período de anexação da Paraíba a Pernambuco, mas, curiosamente, não houve qualquer tipo de alteração¹²⁸. Assim sendo, a subordinação a Pernambuco, em termos de administração da justiça, parece não ter implicado mudanças notáveis. Ainda que nos falte documentos para verificar melhor esta questão, entendemos que o ouvidor ficou apenas sujeito a mais uma autoridade, o governador e capitão-geral de Pernambuco. Em termos de comunicação política, isto implicava que este poderia passar ordens ao ouvidor da Paraíba, da mesma forma que fazia ao ouvidor de Pernambuco.

Para além das funções judiciais que já estavam previstas no momento de criação da ouvidoria da Paraíba, que eram aquelas correspondentes às dos corregedores no Reino, fixadas no Livro 1º, título 58 das Ordenações Filipinas, e daquelas inicialmente anexas ao seu lugar, que poderiam variar de acordo com a comarca¹²⁹, observamos que os ouvidores vão cada vez mais acumulando funções, especialmente ao longo do século XVIII. Ao ouvidor da Paraíba, por exemplo, competirá a Provedoria dos defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos, o juízo das causas dos homens do mar, a auditoria da gente de guerra, a Provedoria da Fazenda para alguns, ser adjunto nas Juntas da Justiça, juiz privativo nas causas de liberdade dos índios, juiz das justificações e juiz inspetor da Junta do Tabaco. O ouvidor do Ceará será também Provedor da Fazenda e juiz privativo das causas dos índios. Já o ouvidor de Pernambuco, por ser a cabeça do Bispado, terá, além dos cargos apontados para o ouvidor da Paraíba, o de juiz dos Feitos da Coroa, o de adjunto na Junta das Missões e alguns deles também serão juízes do Tombo. A execução de todas essas funções, juntamente com outras diligências que lhes eram designadas, os

¹²⁷ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 720.

¹²⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1535; AHU, Códice 262, fl. 19vs.

¹²⁹ Provedor dos defuntos e ausentes foi um cargo comumente ocupado pelos ouvidores no Brasil.

ocuparão sobremaneira, podendo inclusive afetar os procedimentos ordinários da administração da justiça.

Uma das maneiras encontradas para reduzir o excesso de trabalho dos ouvidores foi a criação de novas ouvidorias, como aconteceu a Alagoas (1709) e Ceará (1723), desmembradas de Pernambuco e Paraíba, respectivamente, e de lugares de juízes de fora. Para o espaço das Capitanias do Norte, até o final do século XVIII, haverá apenas juiz de fora em Olinda (Capitania de Pernambuco). Apesar dessas iniciativas, o dilatado tamanho das comarcas acabava por deixar algumas povoações sem acesso, ou com acesso esporádico (através das correições), à justiça letrada. Visando remediar a falta de juízes letrados e a distância que separava os povos dos sertões das sedes das comarcas, foram sendo instituídas estruturas chamadas de *judgados*¹³⁰.

Raphael Bluteau refere-se a *judgado* como uma “povoação que não tem Pelourinho, nem goza dos Privilegios de Villa, mas tem justiças, & juízes, que julgaõ”¹³¹. Dessa forma, o *judgado* correspondia a um juiz ordinário sem vila. Embora fossem encontrados no reino¹³², esse tipo de estrutura parece ter sido muito mais difundido e ganhado mais importância no Brasil. Para Joaquim Romero Magalhães, “se tratou sempre de um expediente para as terras mais distantes” e de um procedimento pontual, atendendo às “áreas de fronteira” e de “expansão ainda incerta”¹³³.

Os juízes ordinários eram juízes que atuavam nos concelhos¹³⁴ e representavam a primeira instância do aparelho judicial. Por serem homens da própria comunidade e por não possuírem, na maior parte das vezes, formação universitária, apresentavam uma alçada inferior ao juiz de fora e outros magistrados régios. Num espaço de baixa institucionalização política como eram os sertões do nordeste do Estado do Brasil até meados do século XVIII¹³⁵, a instituição de *judgados*¹³⁶ converteu-se numa forma de

¹³⁰ A palavra *judgado* não costuma aparecer nas fontes de época, mas ela já consta no dicionário do começo do século XVII (Bluteau) e é entendida como a existência de um juiz ordinário numa povoação que ainda não foi elevado à condição de vila ou cidade.

¹³¹ BLUTEAU, op. cit., vol. 4, p. 221-222.

¹³² HESPANHA, António, 1994.

¹³³ MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Concelhos e organização municipal na Época moderna. Miunças 1*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 161-162.

¹³⁴ As competências dos juízes ordinários estão dispostas nas Ordenações Filipinas, Livro I, título 65.

¹³⁵ Até 1750, só havia uma única vila nos sertões das Capitanias do Norte, situada em Icó no Ceará.

¹³⁶ Ainda falta conhecer melhor esta protoestrutura judicial, identificando-se sua localização e principalmente o tipo de jurisdição que cada um tinha (competência cível, criminal e dos órfãos). Alguns trabalhos que trataram acerca dos *judgados* são: MAGALHÃES, Joaquim Romero, 2011; FONSECA, Cláudia Damasceno da, *Arraiais e Vilas del Rei. Espaço e poder nas Minas Setecentistas* [online], Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011, 188-192; JESUS, Nauk Maria de, *O governo local na fronteira Oeste: A*

garantir o acesso à justiça ordinária em lugares em que não existiam vilas¹³⁷ e onde as justiças leiga ou letrada chegavam com bastante atraso ou quase nunca iam¹³⁸. Embora Antônio Hespanha tenha definido julgado como “terras com autonomia jurisdicional incompleta”¹³⁹, por apresentar apenas a jurisdição cível, os exemplos apresentados a seguir e os estudados por Cláudia Damasceno para Minas Gerais mostram que na América essas estruturas poderiam apresentar variações, conferindo-se uma jurisdição mais alargada¹⁴⁰.

É possível que a matriz normativa para a criação dos julgados das Capitanias do Norte esteja na determinação régia de 1698 que determinou a criação de juiz ordinário a cada cinco léguas nos sertões da capitania de Pernambuco, com “jurisdição de tirar devassas, tomar as denúncias e querelas nos delitos que ali se fizerem e remetê-las por trespasse ao ouvidor geral dessa capitania”¹⁴¹. Esta resolução foi tomada a partir de uma consulta da Junta das Missões dando conta dos graves crimes cometidos no sertão de Rodelas, capitania de Pernambuco, onde a falta de justiça e a distância não possibilitavam a notícia dos crimes cometidos¹⁴².

Pela documentação disponível, verifica-se que a resolução de criar juiz ordinário a cada cinco léguas nos sertões de Pernambuco não se efetivou. Tratava-se de uma normativa de difícil aplicação dada a extensa área a que se destinava e o período em questão, marcado pelo processo em marcha de ocupação e povoamento dos sertões. O julgado do sertão de Rodelas é o mais antigo que se pode localizar para as Capitanias do Norte. Observa-se que essa protoestrutura judicial será replicada em outras localidades dos sertões dessas capitanias, assim como existirá para outras partes do Brasil, como Bahia, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Pará e Piauí¹⁴³, demonstrando ter sido um meio

rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, Dourados, Editora UFGD, 2011; BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves, *A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: Governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017, p. 295-296; MORAIS, Yan Bezerra de, “*E por ser de conhecida nobreza*”: elites locais e redes de reciprocidade no sertão do Piancó. *Capitania da Paraíba do Norte, 1711-1772*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018, p. 79-84

¹³⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno da, 2011.

¹³⁸ Kleyson Chaves mostra que para o caso do Rio Grande do Norte, os juizes ordinários chegaram a fazer diligências em territórios distantes da cidade de Natal, única câmara da capitania até a primeira metade do século XVIII, mas é possível que este tipo de atividade fosse pontual e irregular. CHAVES, Kleyson Bruno, 2018, p. 278.

¹³⁹ HESPANHA, Antônio, 1994, p. 104.

¹⁴⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno da, 2011, p. 190.

¹⁴¹ AHU, Códice 256, fl. 269.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 100, D. 7951; AHU, Avulsos, Pará, Cx. 22, D. 2026; AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 29, D. 2978; AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 40, D. 3933; AHU, Avulsos, Maranhão, Cx.

expedito encontrado pela Coroa para solucionar a ausência da justiça régia e leiga em locais afastados e ainda não capazes de constituir vilas.

Quadro 02: Julgados das Capitanias do Norte, século XVIII

Julgado	Capitania	Data de Criação
Sertão de Rodelas	Pernambuco	c. 1700
Ribeira do Jaguaribe	Ceará	1711
Piancó	Paraíba	1711
Ribeira do Acaraú	Ceará	1740
Sertão do Ararobá	Capitania de Pernambuco (comarca das Alagoas)	Primeira metade do século XVIII
Rio Grande do São Francisco do Sul	Capitania de Pernambuco	Primeira metade do século XVIII
Cariris Novos	Ceará	1751
Ribeiras do Açu e Apodi	Rio Grande	1754
Cariri de Fora	Paraíba e Rio Grande	1759
Caicó	Rio Grande	1777
Garanhúns	Pernambuco	Século XVIII (data desconhecida)
Tacaratú	Pernambuco	Século XVIII (data desconhecida)
Pajeú	Pernambuco	Século XVIII (data desconhecida)
Cabrobró	Pernambuco	Século XVIII (data desconhecida)

Fonte: Sertão de Rodelas (AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 18, D. 1839); Ribeira do Jaguaribe (AHU, Códice 257, fl. 308); Piancó (AHU, Códice 257, fl. 309); Ribeira do Acaraú (AHU, Avulsos, Ceará, Cx.3, D. 204); Cariris Novos (AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 5, D. 350); Ribeiras do Açu e Apodi (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 17, D. 1410); Cariri de Fora (DHBNRJ, nº 92, 1951, p. 70-71); Caicó (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 1993); Garanhúns, Tacaratú, Pajeú e Cabrobró (AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 160, D. 11530).

A capitania da Paraíba também contou com um julgado, localizado nos sertões do Piancó e criado no ano de 1711. A proposição para sua criação veio do governador da capitania, João da Maia da Gama (1708-1717), ao informar acerca das muitas mortes e roubos existentes nos sertões das Piranhas, Paó e Cariris. Acatando tal sugestão, o rei

41, D. 4023; AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 1, D. 59; AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 1, D. 65; AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 4, D. 267; MAGALHÃES, Joaquim Romero, op. cit., p. 158-161; FONSECA, Cláudia Damasceno da, 2011, 188-192.

ordenou que se criasse juiz ordinário com escrivão, que também servisse de tabelião, sendo aquele eleito pela câmara da Cidade da Paraíba e sujeito à correição do ouvidor¹⁴⁴.

No mesmo ano também se determinou a criação de um juiz “com jurisdição para tirar as devassas, tomar as querelas e abrir os testamentos”, juntamente com um escrivão, que fosse também um tabelião de notas, na Ribeira do Jaguaribe, capitania do Ceará¹⁴⁵. A situação do Ceará era ainda mais grave por não existir até 1699 vila na capitania. O governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro (1693-1699), ao descrever o estado da administração da justiça nessa capitania em 1698 disse:

(...) e o que me consta é não haver no Ceará nenhuma justiça mais que a dos capitães-mores cujos despachos se lhes dá inteiro cumprimento e o escrivão da Fazenda é o que serve em todas as diligências que judicialmente se pretendem fazer naquela Capitania¹⁴⁶

Para alguns, como os julgados do Piancó, Acaracú, Cariris Novos, Açu e Apodi e Cariri de Fora, foi dada a jurisdição ordinária na sua forma mais ampla, isto é, no crime, cível e órfãos¹⁴⁷. Já os três julgados da Bahia foram criados na forma de juízes de vintena com jurisdição ampliada no cível, crime e órfãos¹⁴⁸. No julgado da Ribeira do Jaguaribe, haveria um juiz pedâneo “com jurisdição para tirar as devassas, tomar as querelas e abrir os testamentos”¹⁴⁹.

Quanto ao modo de eleição desses juízes, quase todos coincidem na forma, que era através da câmara à qual estava vinculada. Nos casos dos julgados de Acaraú e dos Cariris Novos, pertencentes à capitania do Ceará, ao invés de se eleger um juiz ordinário a mais, além dos dois que eram costumeiramente eleitos para servir naquelas povoações, o que ocorria era o deslocamento de um deles, que em geral era um morador da mesma localidade, para que servisse nela do mesmo modo que o devia fazer nas respectivas vilas¹⁵⁰. Acreditamos que este procedimento só seria viável em casos de relativa proximidade entre o julgado e sua câmara, não se repetindo nos outros julgados das

¹⁴⁴ AHU, Avulsos, PB, Cx. 4, D. 310; AHU, Códice 257, fl. 309.

¹⁴⁵ AHU, Códice 257, fl. 308.

¹⁴⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 18, D. 1756.

¹⁴⁷ Segundo as Ordenações Filipinas (Livro I, ttº 65, §3), os juízes ordinários assumem a jurisdição dos órfãos nas localidades em que não existia juiz dos órfãos.

¹⁴⁸ Parecer de Manuel da Fonseca Brandão em AHU, Avulsos, PB, Cx. 26, D. 1993.

¹⁴⁹ AHU, Códice 257, fl. 308.

¹⁵⁰ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 3, D. 204 e Cx. 5, D. 350.

Capitanias do Norte em virtude da grande distância que os separavam dos seus concelhos. O juiz ordinário da freguesia da Barra do Rio Grande do São Francisco do Sul, situado no extremo sul da comarca de Pernambuco, já na fronteira com a comarca da Jacobina, foi o único caso que encontramos em que a escolha deste oficial recaía sobre o vice-rei do Estado do Brasil ou sobre o governador de Pernambuco¹⁵¹.

A comarca de Pernambuco adentrava fortemente os sertões do Brasil, alcançando o Rio São Francisco e tocando a comarca do sul da Bahia, também chamada de comarca da Jacobina (1734), e o norte da Capitania das Minas Gerais. A freguesia do Rio Grande de São Francisco do Sul ficava, portanto, nessa parte limítrofe, sendo uma área de passagem do gado que descia das capitanias do Norte em direção à Bahia e Minas e, portanto, de intenso comércio. A distância de cerca de 240 léguas que a separava da cidade de Olinda, a tornava praticamente inacessível às autoridades régias, que, embora sediadas em Olinda, acabavam se alternando entre esta cidade e a vila do Recife. Mesmo o ouvidor, que era um oficial itinerante, quase nunca chegava a esses confins. Temos indicação de que até o último quartel do século XVIII, apenas um ouvidor de Pernambuco, Francisco Correia Pimentel, na década de 1740, havia estado nos julgados e vilas dos sertões do Rio de São Francisco, custando-lhe a viagem cerca de um ano¹⁵².

“Eu bem sei que nestes sertões não é fácil aos comandantes poderem acudir a tudo, mas a alguma coisa se deve dar remédio, pelo que Vossa Mercê veja se pode segurar estes matadores, e os mais que entender são prejudiciais nessa capitania”, disse o governador de Pernambuco ao comandante da freguesia de São Francisco do Sul, em 1746¹⁵³. A carta do governador remete à participação dos capitães-mores e dos corpos de ordenança dos sertões da América na manutenção da “boa ordem”. Em povoações sem vilas, eles se converteram nos principais agentes da justiça, ficando responsáveis por prender malfeitores, vagabundos e criminosos e remetê-los às cadeias das cabeças de comarca para serem julgados pela justiça. Nos julgados, inclusive, os capitães-mores das Ordenanças chegaram a servir como juízes ordinários. Esta associação pode ser verificada

¹⁵¹ «Provisão de juiz ordinário e provedor dos defuntos e ausentes do Rio Grande de São Francisco do Sul a Manuel Mota Soares pelo vice-rei Marquês de Angeja (1716)» In DHBNRJ, 1941, nº 51, p. 342-344; «Provisão de juiz ordinário e provedor comissário dos defuntos e ausentes de Rio Grande de São Francisco do Sul a José de Almeida passada pelo vice-rei Vasco César de Menezes (1725)» In DHBNRJ, 1940, nº 47, p. 50-51 e 258-259; «provisão de juiz ordinário do Rio Grande de São Francisco do Sul a Francisco Álvares de Carvalho passada pelo governador de Pernambuco Duarte Sodré (1727)» In AUC, CA, Códice 32, fl. 587, nº 429.

¹⁵² AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 112, D. 8775; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 64, D. 5440; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 152, D. 11015.

¹⁵³ AUC, CA, Códice 35, fl. 175, nº 320.

para o julgado do Piancó, onde a quase totalidade dos juízes ordinários possuíam patentes nas milícias e ordenanças ao longo do século XVIII¹⁵⁴. Além disso, foi comum também nas câmaras do Brasil, uma vez que o cargo militar conferia ao seu detentor prestígio e honra, requisitos estes valorizados nos indivíduos nomeados para a governança local¹⁵⁵.

Um último dado importante a ser mencionado acerca dos julgados é a da obrigatoriedade de correição nos mesmos. Convém sublinhar este aspeto porque comumente a historiografia brasileira apenas evoca as vilas e cidades como espaço de correição dos ouvidores. Em circunscrições como a Paraíba, por exemplo, essa informação é fundamental, uma vez que se tratava de uma comarca que durante muito tempo contou apenas com 3 câmaras (Cidade da Paraíba, Natal e Goiana)¹⁵⁶. O dever de realizar correição, contudo, nem sempre era cumprido por questões de distância e de dificuldade dos caminhos. Para a Paraíba sabemos que o ouvidor ficava obrigado a ir uma vez no seu triênio aos sertões de Piranhas e Piancó, distrito do julgado criado em 1711, mas os intervalos nem sempre foram de fato trienais¹⁵⁷. Já os julgados de Pernambuco, até onde foi possível obter informação, não eram corregidos pelos ouvidores, com exceção de uma única vez no ano de 1743 por Francisco Correia Pimentel¹⁵⁸. A ausência de correição nos sertões de Pernambuco agravava-se pelo fato de o percurso dos instrumentos de recurso nem sempre alcançar a cabeça da comarca. Servindo a ouvidoria de Pernambuco entre os anos de 1751 e 1759 aproximadamente, João Bernardo Gonzaga atestou que durante os sete anos em que esteve à frente da ouvidoria nunca viu “apelações ou agravo cível, ou crime de nenhum dos lugares dos mesmos sertões [da capitania]”¹⁵⁹. Apesar de dificultar, a distância nem sempre foi o único fator a inviabilizar as correições,

¹⁵⁴ MORAIS, Yan Bezerra de, 2018, p. 183.

¹⁵⁵ A maior ou menor presença de militares nos cargos das câmaras municipais (juiz ordinário, vereadores, procuradores, almotacés) variou consoante particularidades históricas e sociais de cada uma localidade. Para Minas Gerais, por exemplo, Mariane Simões informa que dos 33 juízes ordinários da Vila do Carmo entre 1711 e 1730, 30 receberam patentes militares. Em contraposição, na Câmara do Recife, onde o setor mercantil era claramente proeminente, George Cabral localizou apenas 9 militares na composição da câmara num período de mais de um século (1710-1822). Cf. SIMÕES, Mariane Alves, *A câmara da Vila do Carmo e seus juízes ordinários (1711-1731)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015, p. 65-68; SOUZA, George Cabral de, *Elites e exercício de poder no Brasil colonial, A câmara municipal do Recife, 1710-1822*, Recife, Editora UFPE, 2015, p. 282-283, 361-362.

¹⁵⁶ Omitimos aqui a câmara da Vila de Fortaleza porque temos indicação de que o ouvidor da Paraíba só esteve em correição na capitania do Ceará uma única vez.

¹⁵⁷ As menções à correição do Piancó que localizamos datam de 1724, 1729, 1733, 1741, 1749 e 1782. Cf. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 428; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 727; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 11, D. 937; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx.15, D. 1277; Cartório José Queiroga (Pombal), Livro de Notas nº ano 1775 (autos de querela), folha de encerramento (sem numeração).

¹⁵⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 152, D. 11015 [certidão de José Teotônio Cedron Zuzarte].

¹⁵⁹ *Idem*.

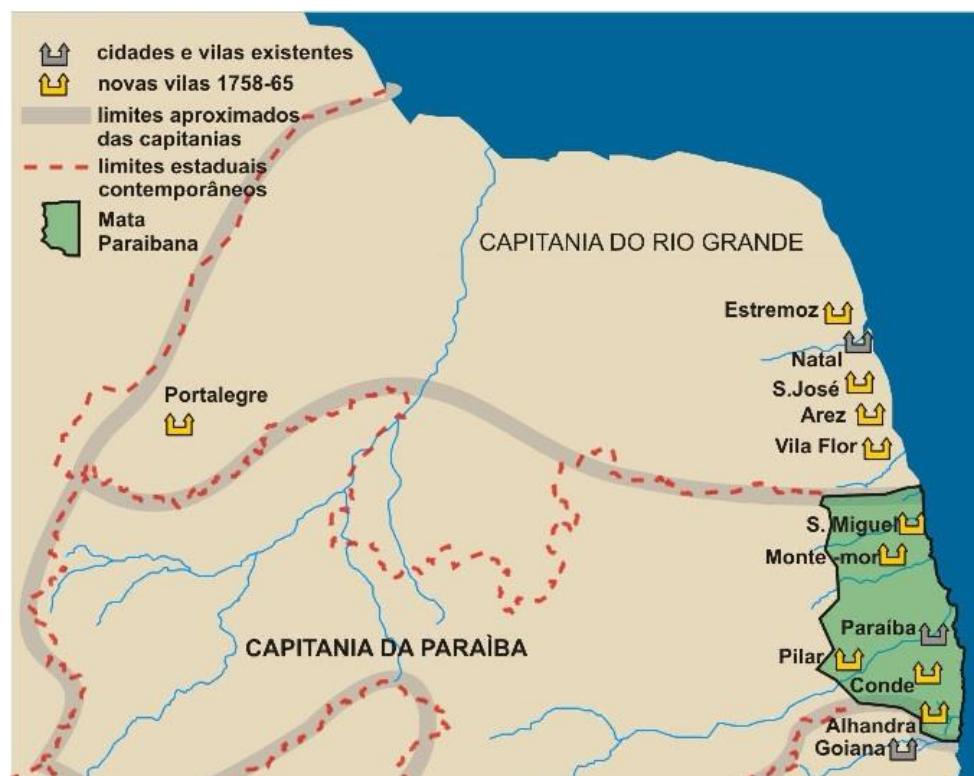
pois, como teremos oportunidade de apontar, mesmo locais muito próximos às cabeças de comarca ficavam sem ser corregidos por anos seguidos.

O quadro do aparelho judicial da capitania da Paraíba ficou composto desde a criação da ouvidoria até o final da primeira década do século XVIII por um único ministro de letras, o ouvidor, e três juízes ordinários (dois na Câmara da Paraíba e um no julgado do Piancó). A partir de 1760 serão erigidas novas vilas na capitania, sendo, conseqüentemente, acompanhadas da instalação de câmaras municipais. Grande parte das novas vilas criadas foram decorrentes da ação do Diretório pombalino, que consistiu num conjunto de políticas voltadas à população indígena durante o reinado de D. José I (1750-1777). Tais políticas preconizavam principalmente a assimilação dos povos indígenas, que se efetivaria, nomeadamente, através da aprovação do casamento entre brancos e índios e da ereção de vilas a partir de aldeamentos indígenas.

Na Paraíba foram criadas 5 vilas de índios: Monte-mor (1762), São Miguel da Baía da Traição (1762), N^a S^a do Pilar (1763), Conde (1764-1765) e Alhandra (1765). Todas elas concentravam-se na Zona da Mata, pertencendo, portanto, à parte litorânea da Capitania, conforme se vê no mapa abaixo¹⁶⁰. A criação de tais vilas exigiu o deslocamento de algumas aldeias sediadas no sertão da capitania. A este movimento de transferência dos aldeamentos do interior deu-se o nome de *descimento*.

¹⁶⁰ A Zona da Mata paraibana constitui uma mesorregião caracterizada pela presença da Mata Atlântica. Durante o período colonial, essa área caracterizou-se, economicamente, pela produção de açúcar. Consideramos, neste trabalho, a Mata Paraibana como *litoral* e tudo o que está além dela *sertão*.

Figura 04: Vilas de índios criadas nas capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte na segunda metade no século XVIII



Fonte: CARVALHO, Juliano Loureiro de, *Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808*, Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 2.

A criação de vilas nos sertões da Paraíba só veio a ocorrer mais tarde, no último quartel do século XVIII: Vila de Pombal (antigo julgado do Piancó, em 1772)¹⁶¹, Vila Nova da Rainha (1790), Vila Nova de Sousa (1800) e Vila Real de São João (1800). Paulo Henrique Marques entende essa demora em criar-se vilas no sertão da Paraíba como uma falta de interesse da Coroa em instituir tais municipalidades, que ia abreviando este momento com a implementação de julgados. Considerando o número de habitantes como um dos fatores que explicavam a instituição de municipalidades, o autor examina os casos de Pilar, Pombal e Vila Real de São João e conclui que as populações existentes nas duas últimas ultrapassavam em muito a encontrada na Vila de Pilar, situada no litoral,

¹⁶¹ A carta régia de criação da Vila de Pombal data de 1766, mas a elevação da Vila e criação de sua câmara só ocorreu em 1772. Cf. SEIXAS, Wilson, *O Velho arraial de Piranhas (Pombal)*, João Pessoa, gráfica A Imprensa, p. 92.

considerando, com isto, que “não havia relação direta entre o número de moradores de uma povoação e a decisão de torna-la vila por parte da Coroa portuguesa”¹⁶².

Os números, de facto, mostram como as freguesias do sertão eram populosas, mas não se deve esquecer que a principal forma de ocupação dos sertões da Paraíba foram os currais de gado, que, por apresentarem uma natureza extensiva, tornavam os povos dispersos num território bastante amplo. Outrossim, se observarmos a criação de vilas nas demais capitanias do Norte encontraremos a mesma tendência: a criação de vilas a partir dos aldeamentos indígenas durante o período josefino e, posteriormente, de outras vilas de brancos. Portanto, o número de habitantes das povoações dos sertões, ainda que seja um dado importante, não nos figura necessariamente como um fator que torne aquelas freguesias aptas à elevação a condição de vila.

Infelizmente, os poucos documentos existentes não deixam muitos elementos para pensar esta questão, mas acreditamos que a redução do termo da câmara da Cidade da Paraíba pode ser levada em consideração para explicar uma pretensa falta de interesse em se criar câmaras no sertão da capitania. Até o início da década de 1730, este fator ganha ainda mais solidez uma vez que a câmara da Paraíba administrava os contratos das carnes dos sertões da capitania e a criação de uma câmara nesse espaço significaria a retirada do dízimo do gado dos seus rendimentos. A instalação de julgados parece, portanto, ter sido a saída encontrada para suprir a falta da justiça ordinária em espaços que não tinham população nem rendas suficientes para se tornarem vilas ou que, por motivos diversos que nos são alheios, os oficiais régios e locais não viam como oportunos¹⁶³.

Além da atuação dos juízes ordinários e dos capitães-mores nos sertões das capitanias do Norte na administração da justiça e na prisão dos criminosos, não se deve olvidar igualmente a ação da justiça eclesiástica. Voltada a questões de comportamentos desviantes e de matérias de fé, a justiça eclesiástica também apresenta um importante mecanismo de controle das populações, conforme se verá a seguir.

¹⁶² GUEDES, Paulo Henrique, 2013, p. 107-109, *maxime* 108 (citação).

¹⁶³ Não estão disponíveis muitas consultas para a criação de vilas nos sertões da Paraíba. A única menção encontrada refere-se a uma carta do ouvidor da Paraíba, em 1724, indicando as potencialidades das ribeiras de Piranhas e Piancó e do Açú e Apodi, essas duas últimas localizadas na capitania do Rio Grande, para se tornarem vilas. O parecer solicitado ao governador de Pernambuco e a resolução final do Conselho e do rei infelizmente não são conhecidos. Ver AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 426; Cx. Cx. 5, D. 428; AHU, Códice 259, fl. 100.

2.4.1. Jurisdição e justiça eclesiástica

Há, ainda, pouca informação acerca da organização religiosa da capitania da Paraíba, principalmente para seus primeiros tempos. Sabe-se que com a instalação do primeiro povoado foi ereta a igreja matriz na Cidade da Paraíba, de invocação N^a S^a das Neves. Das ordens religiosas, os jesuítas foram os primeiros a se estabelecerem na capitania, estando presentes desde a expedição de conquista que promoveu a ocupação definitiva daquele espaço. Em seguida chegaram os franciscanos, dando início aos atritos entre essas duas ordens por questões de concessão de mão-de-obra indígena das aldeias por eles administradas ao governador. Sendo os jesuítas fortes opositores a esse sistema, este acabou por ser um dos principais motivos da expulsão dos inicianos da capitania no ano de 1593, voltando-se a estabelecer-se nela em 1603¹⁶⁴.

Além deles, os beneditinos e carmelitas também estiveram presentes na vida religiosa dos habitantes da capitania, tendo seus conventos ainda por finalizar quando do interstício holandês. Assim, a Paraíba do *ante-bellum* contava com os conventos dos franciscanos, beneditinos e carmelitas, com a Igreja de São Gonçalo construída pelos jesuítas, com a Igreja Matriz de N^a S^a das Neves e a Igreja da Misericórdia, além dos templos mais afastados do perímetro da cidade, como a Igreja de N^a S^a da Guia (fundada pelos carmelitas), e as capelas dos engenhos¹⁶⁵.

No que concerne à presença do clero secular propriamente dito durante a primeira metade do século XVII, havia apenas um vigário com seu coadjutor¹⁶⁶. Situação bastante diversa daquela encontrada em Pernambuco, que possuía um número bem maior de igrejas e clérigos. Para o início do seiscentos contam-se, nessa capitania, onze vigários, cujos ordenados e mais despesas das igrejas totalizavam um gasto de mais de um conto de réis¹⁶⁷, enquanto que a despesa da Paraíba alcançava quinhentos e setenta e sete mil setecentos e oitenta e um réis¹⁶⁸.

¹⁶⁴ MOURA FILHA, Maria Beatriz de Barros Lima e, *Da Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil, séculos XVI-XVIII*, Tese, Doutorado em História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2004, vol 1, p. 161-172

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁶⁶ *Livro 2º do Governo do Brasil (1615-1634)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento do Brasil, Museu Paulista/USP, 2001, vol. 2, p. 42-43.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 37-39.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 43.

No reordenamento das jurisdições pós-1654, o vigário da Paraíba ficou sujeito à vigairaria-geral de Pernambuco, o que provocou grande descontentamento dos locais¹⁶⁹. A vinculação da Paraíba à Pernambuco também no religioso significaria uma maior intervenção pernambucana na capitania dado que a jurisdição político-militar concedida ao governador André Vidal de Negreiros sob as Capitanias do Norte queria ser perpetuada por seus sucessores¹⁷⁰, promovendo assim uma usurpação de poderes ao capitão-mor da Paraíba.

Com a criação do Bispado de Pernambuco em 1676, a Paraíba, juntamente com Rio Grande, Ceará, Itamaracá e Piauí¹⁷¹, passou definitivamente para a jurisdição desse bispado¹⁷². No mesmo ano foi também criado o bispado do Rio de Janeiro e a Bahia foi elevada a categoria de arcebispado e no ano seguinte estabeleceu-se no Norte do Brasil o Bispado do Maranhão, com sede em São Luís. Os dois documentos principais que regeriam a arquidiocese, suas sufragâneas e o bispado do Maranhão¹⁷³ eram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) e o *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia* (1708).

As *Constituições* representaram o pilar do esforço de implantação e adaptação das orientações tridentinas no Brasil, além de ter o mérito de adaptar para a realidade da América as disposições fixadas nas *Constituições do Arcebispado de Lisboa* (1588)¹⁷⁴. Já o *Regimento* cumpria o papel de estabelecer os procedimentos da justiça eclesiástica, elucidando os trâmites dos processos, identificando as ações que incorriam em crimes e desvios, bem como as punições cabíveis, além de determinar a composição do auditório eclesiástico e suas respectivas funções.

No início do século XVIII, o número de igrejas havia crescido, acompanhado pelo quadro eclesiástico. Segundo a visita realizada pelo bispo D. Frei Francisco de Lima, em 1701, o corpo eclesiástico da Capitania continuava concentrado na Cidade da Paraíba, mas já havia se expandido para o norte, na povoação de Mamanguape, e no sertão da

¹⁶⁹ MENEZES, Mozart, 2012, p. 56.

¹⁷⁰ ACIOLI, 1997.

¹⁷¹ O Piauí foi anexado, em 1724, ao bispado do Maranhão.

¹⁷² SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça dos, *A justiça do bispo: o exercício da justiça eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2019, p. 36-39.

¹⁷³ O Bispado do Maranhão ficou subordinado diretamente ao Patriarcado de Lisboa.

¹⁷⁴ LAGE, Lana, *As Constituições da Bahia e a reforma tridentina no Brasil*, In FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales, *Normas e práticas durante a vigência das Constituições do Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo, Unifesp, 2011, p. 147-177.

capitania. No total havia duas igrejas matrizes, a de N^a S^a das Neves com vigário e coadjutor e a de São Pedro e São Paulo que contava com um cura e dois sacerdotes. Nessa área contabilizavam 26 capelas e 3 confrarias¹⁷⁵, sem contar a igreja que se determinou criar no «lugar de entre Piranhas e Piancó», da qual, segundo Wilson Seixas não sobrou nenhum vestígio¹⁷⁶.

No quadro abaixo pode-se acompanhar a evolução da estrutura eclesiástica na capitania, relacionando-a ao número de fogos existentes.

Quadro 03: Três momentos da evolução da estrutura eclesiástica da capitania da Paraíba no século XVIII

Freguesia	1701			1749			1774		
	Nº de igrejas	Nº de capelas	Fogos	Nº de igrejas	Nº de capelas	Fogos	Nº de igrejas	Nº de capelas	Fogos
N ^a S ^a das Neves (Cidade da Paraíba)	1	23	1650	1	32	1720	9	33	2437
São Pedro e São Paulo (Monte-mor)	1	3	50	1	4	498	1	8	1313
N ^a S ^a do Bom Sucesso (Pombal)	1	—	—	1	5	—	1	14	2431
N ^a S ^a dos Milagres (Cariri de Fora)				1	1	—	1	2	410
N ^a S ^a dos Anjos (Taipú)							1	6	780
N ^a S ^a do Pilar							1		249
N ^a S ^a da Conceição (Campina Grande)							1	3	421
N ^a S ^a da Conceição (Conde)							1	2	445
N ^a S ^a de Assunção (Alhandra)							1	—	620
São Miguel (Baía da Traição)							1	—	265

Fonte: Relatório de visita *ad limina* do Bispo de Pernambuco D. F. Francisco de Lima, realizado por seu procurador Dr. Manuel Banha Quaresma e datado de julho de 1701, transcrito em NOGUEIRA, Patrícia Moreira, Considerações sobre os relatórios de visitas *ad limina apostolarum* do bispado de Pernambuco (1680-1746): aspectos históricos e historiográficos, In *Revista de fontes*, n. 2, 1º semestre de 2015, p. 22 e 24; Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749, In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Officinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, vol. XXVIII, 1908, p. 408-410; Ideia da População da Capitania de Pernambuco e de suas anexas, In *Annaes da Bibliotheca Nacional*

¹⁷⁵ Relatório de visita *ad limina* do Bispo de Pernambuco D. F. Francisco de Lima, realizado por seu procurador Dr. Manuel Banha Quaresma e datado de julho de 1701, transcrito em NOGUEIRA, Patrícia Moreira, Considerações sobre os relatórios de visitas *ad limina apostolarum* do bispado de Pernambuco (1680-1746): aspectos históricos e historiográficos, In *Revista de fontes*, n. 2, 1º semestre de 2015, p. 1-50.

¹⁷⁶ SEIXAS, Wilson, *O velho arraial de Piranhas (Pombal)*, João Pessoa, A Imprensa, p. 33

A malha eclesiástica acompanhou o crescimento dos monumentos religiosos. Além dos conventos, mosteiros e igrejas dos cleros regular e secular, as confrarias e irmandades assumiram importante papel de expressão religiosa e cultural dentro da sociedade. Embora não queiramos negligenciar este aspeto, nos preocupamos nessa seção em enfatizar o clero secular por ser este o responsável pela administração eclesiástica na capitania.

Um dos principais agentes da administração episcopal na Paraíba foi o vigário da vara. Este vigário devia ser bacharel formado e correspondia a um juiz eclesiástico, estando habilitado a exercer funções judiciárias como “tirar devassas, receber denúncias e fazer sumários”¹⁷⁷. Tinha como oficiais o meirinho da vara, responsável por prender culpados e outras diligências, e o escrivão deste. Em Olinda, sede do Bispado, localizava-se o Tribunal Eclesiástico, que representava o órgão diocesano responsável por solucionar questões de justiça aos que possuíam foro privilegiado, ou seja, os clérigos, mas também aos leigos no que dizia respeito a crimes contra a religião¹⁷⁸ e a questões de foro misto, isto é, delitos que tanto podiam ser punidos pelos ministros do rei como pelos ministros eclesiásticos. No livro 2º, título IX das Ordenações Filipinas dispõem-se as situações em que cabiam o *mixti-fori*, referindo-se, principalmente, aos casos de adultério, concubinato, incesto, blasfémias, perjúrios, feitiçarias, sacrilégios e tabulagens de jogos em casa. Para evitar o duplo conhecimento das causas pelas justiças eclesiástica e do rei, a legislação estabelecia, através da chamada *prevenção*, que “quando alguém é citado por um foro, o outro não pode perseguir a mesma pessoa pelo mesmo delito”¹⁷⁹.

Esta prescrição não foi de todo seguida nos territórios das capitanias do Norte. Na comarca de Alagoas, capitania de Pernambuco, é possível localizar, por exemplo, no ano de 1721, queixas referentes a condenações aplicadas pelo visitador e pelo ouvidor para

¹⁷⁷ *Código Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação Pinheiro, 1999, vol. 2, p. 127.

¹⁷⁸ SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça dos, 2019, p. 88-89.

¹⁷⁹ CARVALHO, Joaquim Ramos de, «A jurisdição episcopal sobre leigos em matérias de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime», In *Revista Portuguesa de História*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. 24, 1988, p. 142.

crimes de concubinato, o que provocava graves danos aos povos ao onerar duplamente os culpados pelo mesmo delito¹⁸⁰.

As visitas pastorais constituíram importante instrumento de difusão das determinações tridentinas no seio das comunidades. Através delas, os visitantes, que podiam ser os próprios bispos ou um clérigo por este nomeado, percorriam as paróquias de suas jurisdições verificando a estrutura das igrejas e inquirindo acerca do comportamento dos padres e dos fiéis. Possuía, portanto, uma dimensão de fiscalização da aplicação das normas dispostas no Concílio de Trento, tais como questões de “uniformização do culto, doutrina e liturgias”¹⁸¹, e também de normatização, dado que as visitas averiguavam, junto à população, o cumprimento das obrigações dos párocos.

Não raro as visitas eram seguidas de devassas, uma vez que no momento de realização das mesmas o visitador tomava conhecimento de delitos cometidos entre os leigos. Se a infração não fosse grave e o indivíduo reconhecesse seu erro, pagava-se uma multa e assinava-se um termo de confissão. Caso não assumisse sua culpa, ou se fosse reincidente, o processo prosseguia no juízo eclesiástico¹⁸². Por apresentar um aspeto judicial é que Joaquim Carvalho classifica as visitas como atos judiciais¹⁸³.

As Ordenações Filipinas (livro 2º, título VIII) previam o auxílio do braço secular nas diligências eclesiásticas contra leigos. Para tanto, era necessário recorrer ao corregedor, ouvidor ou juiz de fora, os quais, verificando se as ações e autos judiciais estavam “ordenadamente processados” conferiam a dita ajuda. O auxílio da justiça secular dava-se nos casos em que as punições recaíam em penalidades temporais, como o açoite e o degredo¹⁸⁴ ou no procedimento de prisões, e destinavam-se à concessão de reforço militar para a execução das diligências. Tratava-se, portanto, de um meio indireto de obtenção de soldados. A solicitação destes diretamente ao capitão-mor do Ceará, em 1746, pelo vigário-geral da mesma capitania acarretou a denúncia do ouvidor e a repreensão do capitão-mor. Segundo a acusação do ouvidor, o vigário nos casos de prisão de leigos “ou manda imediatamente fazer estas diligências por soldados, ou as vezes vo-

¹⁸⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 258, fl. 181. O mesmo se passou também para Pernambuco em 1729, AHU, Códice 259, fl. 242vs.

¹⁸¹ FEITLER, Bruno, 2007, p. 25.

¹⁸² CARVALHO, Joaquim, 1988, p. 126.

¹⁸³ *Idem, ibidem*, p. 127.

¹⁸⁴ SANTOS, Patrícia Ferreira dos, *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na «confusão de latrocínios» em Minas Gerais (1748-1793)*, Tese em História, Programa de Pós-graduação em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013, p. 155.

los pede [ao capitão-mor], e lhes concedeis prontamente”, promovendo com isso uma “usurpação da jurisdição Real”¹⁸⁵.

Como em outras esferas da administração, os conflitos entre eclesiásticos e outros poderes das capitanias foram recorrentes e poderiam alcançar níveis estratosféricos, como foi o entrevero entre o juiz de fora de Pernambuco, Antônio Teixeira da Mata, o vigário-geral, Manuel Pires de Carvalho, e o Bispo, D. Frei Luís de Santa Teresa. Este caso está exaustivamente documentado e foi tratado por Maria Filomena Coelho. Segundo a autora, o conflito iniciou-se quando o recém-chegado juiz de fora, na qualidade de provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos, assumiu a tutela dos bens de um eclesiástico falecido “que havia deixado a alma por herdeira”¹⁸⁶. Contrariado pela invasão de jurisdição pelo juiz, o vigário-geral queixou-se ao bispo, que decidiu pela excomunhão do ministro. O caso arrastou-se por anos e demandou muitos recursos, tendo sido decidido pelo afastamento do bispo e suspensão do juiz de fora e do ouvidor.

As interferências entre as jurisdições eclesiástica e secular foram corriqueiras e ocorreram tanto de uma, quanto de outra parte. Denúncias como a de comportamentos indecorosos dos padres foram frequentes. Na Paraíba, o padre Pedro Tavares da Silva, sacerdote do hábito de São Pedro, foi expulso da capitania por mandar vender carne publicamente nas ruas¹⁸⁷. Em Itamaracá, o padre Agostinho Álvares Espínola escandalizava ao deflorar uma sobrinha e costumar “comprar causas e solicitar demandas contra os seus opositos, a fim de vingar alguma ofensa verdadeira ou falsa”¹⁸⁸. Já no Ceará, os oficiais da câmara da Vila de São José do Ribamar de Aquiraz acusavam as atitudes dos visitantes de Pernambuco, “indo casar e descasar, quando, como e a quem lhes pareciam; que são mais que Bispos em dispensar, fazendo matrimônios clandestinos e fingindo sacramentos”¹⁸⁹. Como remédio para inibir tais abusos, sugeriam que houvesse Juízo da coroa naquela capitania, tal como havia na Vila da Mocha, no Piauí.

Diante da ausência de fontes do auditório eclesiástico de Pernambuco não é possível avaliar o funcionamento deste tribunal, quantificando os tipos de pleitos que para lá seguiam, as punições aplicadas, a abrangência territorial dos casos e o número de

¹⁸⁵ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 4, D. 269 e Cx. 5, D. 306.

¹⁸⁶ COELHO, Maria Filomena, *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (século XVIII)*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009, p. 23.

¹⁸⁷ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 12, D. 981; Cx. 13, D. 1121.

¹⁸⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 30, D. 2718.

¹⁸⁹ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 5, D. 321.

clérigos e leigos que foram alvo de processos por este tribunal. Mas, diante dos dados existentes para o bispado do Maranhão, pode-se ter uma ideia do que se passava em Pernambuco e, por extensão, no Brasil.

Pollyanna Mendonça analisou 429 processos sentenciados no tribunal eclesiástico do Maranhão para o século XVIII e constatou que desses 254 envolviam leigos¹⁹⁰. Averiguando os tipos de pleitos que eram movidos nesse tribunal, a autora encontrou que os mais recorrentes tratavam-se de ocorrências de concubinatos (57 casos), dívidas (54 casos), adultério (23 casos) e agressão (16 casos)¹⁹¹. Tratava-se, assim, em sua maioria, de denúncias que ofendiam o princípio do matrimônio.

No tocante às punições dessas infrações, Pollyanna Moreira observou que numa amostra de 177 processos-crimes, as principais penas aplicadas foram termos de admoestação¹⁹² (55, sendo 26 casos acompanhados de penas pecuniárias) e prisão (23)¹⁹³. Conforme explica, apesar de ser um número considerável de leigos sentenciados pelo Tribunal eclesiástico, o alvo principal deste tribunal foram mesmo os clérigos, tanto pela vigilância tridentina exercida sob eles, quanto pelo fato de eles estarem próximos às populações, devendo ser reflexos do ideal cristão.

A partir desse cenário é possível ter uma ideia de quais seriam as infrações mais recorrentes processadas nos auditórios eclesiásticos. Ainda que não se disponha de dados para a diocese de Pernambuco, acreditamos que a realidade desse bispado não estaria muito distante daquela encontrada no Maranhão.

De acordo com Bruno Feitler, o número de párocos, no bispado de Pernambuco, era insuficiente para atender às demandas espirituais das comunidades. Em 1700 havia apenas 36 paróquias para uma população de 68.030 pessoas, o que dá uma média de 1890 pessoas para um pároco¹⁹⁴. Na tabela acima apresentada também é possível observar tal discrepância. As freguesias do sertão eram, todavia, as que sentiam mais pesadamente

¹⁹⁰ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia, *Parochos imperfeitos: Justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*, Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 74.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 108. Entre os processados por dívidas, Pollyanna Moreira esclarece que “apenas 10 eram dívidas contraídas por negociação comercial ou por empréstimos feitos a leigos” e as demais derivavam de serviços espirituais realizados pelos párocos, tais como sacramentos, sepultamentos e missas (p. 109)

¹⁹² Os termos de admoestação referiam-se ao comparecimento do réu diante do vigário-geral e seu comprometimento, mediante juramento e assinatura de um termo, de que não iriam mais reincidir no erro (MOREIRA, 2011, p. 110)

¹⁹³ *Idem, ibidem*, p. 110-111.

¹⁹⁴ FEITLER, Bruno, 2007, p. 46.

essa realidade, pois a dimensão dos seus termos e a dispersão da população acabavam agravando esse quadro. A título de exemplo, a extensão da “capitania do Cariri”, no sertão da Paraíba, era de 63 léguas de comprimento (leste-oeste) e 43 de largo (norte-sul), na primeira metade do século XVIII¹⁹⁵. Considerando que uma légua equivale a 6.600 metros, o distrito do Cariri teria, aproximadamente, uma área de 17800 km² e dispunha de apenas uma igreja, uma capela e sete clérigos¹⁹⁶.

Se a presença dos padres era fundamental para o governo das almas, sua importância também será indispensável na própria administração da justiça, uma vez que não era insignificante o número de clérigos que advogavam nos auditórios civis das capitanias, como se verá no capítulo 3. Há que se considerar, outrossim, a participação ativa dos eclesiásticos nos jogos políticos locais, tanto num nível mais global, assumindo, interinamente, o governo de uma capitania, conforme ocorreu em Pernambuco durante os anos de 1688 e 1689 com o bispo D. Matias de Figueiredo e Melo e entre 1710 e 1711 com D. Manuel Álvares da Costa, ou nos interstícios da governação através de padres e vigários que interferiam nas práticas administrativas através de laços de amizade¹⁹⁷, ou ainda, comerciando como testas de ferro de alguma autoridade régia¹⁹⁸.

Ao longo deste capítulo procurámos fazer uma breve descrição do processo de conquista e ocupação da capitania da Paraíba, destacando a importância da aliança com os indígenas aliados (Tabajara) para vencer a resistência colocada pelos indígenas adversários (Potiguara) na região e expandir a fronteira da presença portuguesa para o

¹⁹⁵ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 12, D. 1011. A expressão capitania era utilizada para designar o distrito equivalente à freguesia.

¹⁹⁶ Informação geral da Capitania de Pernambuco, 1749, In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Oficinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, vol. XXVIII, 1908, p. 410.

¹⁹⁷ O governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro (1767-1799) acusava o vigário da cidade da Paraíba, Antônio Soares Barbosa de participar de uma trama com vistas a lhe assassinar. Alegava o governador que o motivo das difamações do vigário derivava de ele lhe “não permitir governar como facultou o Governador Antônio Borges” chegando “a fazer rascunho para as contas que o sincero governador dava a Vossa Majestade” (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 24, D. 1842 e Cx. 24, D. 1873).

¹⁹⁸ O ouvidor da Paraíba, Antônio Filipe Soares de Andrade Brederode (1787- c. 1797), tinha um padre como testa de ferro em Goiana, capitania de Itamaracá, através do qual trazia engenhos arrendados e comerciava gados. PAIVA, Yamê Galdino de, *Vivendo à sombra das leis: Antonio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*, Dissertação Mestrado em História, 2012, p. 117-118.

norte. Salientámos nesse processo a importância da participação de Pernambuco na colonização dos espaços situados ao norte, através de recursos e homens para a guerra, e, posteriormente, com a migração de ramos secundários das famílias lá instaladas. O prêmio pelas lutas contra os grupos indígenas e depois contra os holandeses reverteram-se em mercês na forma de sesmarias e de cargos na administração local, como era prática comum na possessão americana.

Procurámos também dar atenção ao processo de interiorização da capitania, que só se efetivou a partir da saída dos holandeses do território das Capitanias do Norte. Foi nossa intenção, outrossim, apresentar a reorganização dos poderes e jurisdições na Paraíba no período pós-restauração de 1654, mostrando como a estrutura administrativa estava concentrada na cidade da Paraíba, cabeça da capitania. Vimos que a partir da segunda metade do século XVII, Pernambuco vai construindo sua capitalidade no espaço das capitanias do Norte, transformando-se num grande *hinterland* do nordeste do Estado do Brasil ao apresentar-se como principal centro político, econômico, populacional, militar e portuário dessa área e ao expandir seu raio de jurisdição sob as capitanias vizinhas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará.

No tocante à administração da justiça, vimos que o ouvidor detinha larga parcela de poder ao acumular diversas funções, ao possuir uma dilatada área de jurisdição e ao não compartilhar a administração da justiça com mais nenhum outro ministro letrado. Outro aspecto que evidenciámos e que será melhor trabalhado no capítulo 4 é como a comarca da Paraíba estava imersa num quadro de jurisdições sobrepostas e quais implicações isto trazia. Acompanhando o processo de construção do aparelho judicial na capitania, mostrou-se como a criação de vilas na Paraíba foi um processo bastante tardio, o que contribui para transformar a câmara da Cidade da Paraíba, a ouvidoria e o juiz ordinário criado no Piancó como os únicos canais de justiça na capitania até o início da segunda metade do século XVIII.

No que diz respeito à rede de julgados estabelecida nos sertões das Capitanias do Norte, entendemos, como Joaquim Romero Magalhães, que correspondiam a um expediente pontual e destinado a áreas de fronteira e distantes dos centros políticos das capitanias. Compreende-se, assim, o julgado como uma forma de vencer distâncias, dado que foram instalados em povoações que ou por questões de população ou por decisão política não foram logo alçados à condição de vilas. Representaram, portanto, uma

resposta da coroa e dos oficiais régios à falta de administração da justiça em locais distantes.

Apresentando uma cobertura mais ampla do que a administração civil nos sertões da Paraíba, a malha eclesiástica representou um importante meio de controle das populações locais, uma vez que sendo os padres uma presença mais constante junto às comunidades, detinham a possibilidade de corrigir comportamentos considerados ilícitos e denunciar os crimes contrários à fé cristã. Paralelo a isso, a realização das *visitas* pelos bispos ou visitadores tinha também esse papel de vigilância sobre os párocos e fiéis e de punição dos crimes arrolados na categoria de foro misto.

Procurando inserir a Paraíba no conjunto da estrutura de administração da justiça da América portuguesa, analisaremos no próximo capítulo a construção do aparelho judicial no espaço colonial, mostrando as aproximações e diferenças entre os oficiais e instituições portuguesas e espanholas e quais os meios encontrados pelas monarquias ibéricas para administrar a justiça à distância.

CAPÍTULO 2

A administração da justiça régia nas Américas: problemas e desafios aos Impérios Ibéricos (séc. XVI-XVIII)

“As Leis não podem ser observadas se elas não são conhecidas, e por isso a sua publicação é tão necessária como a sua mesma existência”¹. Assim se inicia a carta escrita, em 1794, pelo ouvidor de Pernambuco ao rei pedindo que fossem enviadas para aquela parte da conquista as leis e disposições a ela relativas. As Ordenações Filipinas asseguravam, no Livro 1º, ttº 2, §10, a impressão e publicação da legislação régia pelas comarcas do Reino. Disposição essa que também deveria se estender aos domínios extra-europeus². A difusão do corpo normativo no Reino e suas conquistas não foi, contudo, regular e sistemática, como mostraram recentemente Pedro Cardim e Miguel Baltazar³. Essa circulação deficitária não se dava somente no circuito da legislação derivada das instituições reinóis, mas também nas disposições, ordens, bandos e posturas produzidas pelas práticas da governação local. Isto porque essa memória administrativa dependia de um eficiente sistema de arquivos que nem sempre estavam assegurados localmente.

A divulgação das normas nos territórios ultramarinos foi uma das questões enfrentadas pelos impérios europeus no que diz respeito ao governo à distância. Sem dúvida que o envio e publicação das leis são aspetos importantes no que concerne à gestão dos territórios ultramarinos. Outro aspeto, contudo, também necessita ser realçado e se refere à produção legislativa para esses espaços. Os territórios americanos sob domínio de Castela, também chamados de *Índias Occidentales*, foram alvo da criação de um conjunto de leis que ficaram conhecidas por *Derecho de Índias*. Quando comparado com outros espaços no mesmo continente, o *Derecho de Índias* revela sua dimensão ímpar, visto que não há uma compilação legislativa tão extensiva para outra parte da América.

Este capítulo propõe-se a pensar a estrutura institucional que se estabeleceu na América portuguesa e o quadro normativo nela aplicado. Para explorar essas questões,

¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 186, D. 12924.

² Parecer do Conselho Ultramarino, *idem*, *ibidem*.

³ CARDIM, Pedro & BALTAZAR, Miguel, «A difusão da legislação régia (1621-1808)» In FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.), *Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017, p. 161-207.

optamos por uma abordagem metodológica que pode ser descrita como comparativa. Contudo, preferimos compreender esse esforço mais como uma tentativa de conectar historiografias e experiências coloniais. Se centrássemos nossa análise apenas no caso luso-brasileiro, perderíamos de vista as respostas que outras monarquias deram aos mesmos problemas e situações. Isto, portanto, nos permite perceber o que se configura como especificidades ou padrões nos processos de colonização⁴.

Considerando que os reinos de Portugal e Castela compartilhavam culturas política e jurídica comuns e contavam com uma estrutura social, político-administrativa, institucional e normativa que se tocavam em diversos pontos, acreditamos que o diálogo entre as experiências coloniais portuguesa e espanhola na América torna a discussão mais frutífera, uma vez que confere mais elementos para se pensar a formação da estrutura jurídica desse espaço do que se considerarmos as colonizações portuguesa e espanhola isoladamente. É certo que a comparação com experiências coloniais distintas também contribui para o debate. Entender, por exemplo, a diversidade das instituições existentes nas colônias britânicas na América em comparação com a maior homogeneidade institucional encontrada no Brasil é também, por exemplo, uma questão válida. Todavia, acreditamos que o diálogo com as colônias espanholas é mais produtivo, tanto por dividirem fronteiras, quanto por apresentarem histórias que se cruzam em termos políticos, com a união das duas coroas (1580-1640), e no quadro humano, através do afluxo de espanhóis para terras brasileiras durante o mesmo período, além da circulação de estudantes e professores entre Coimbra e Salamanca⁵, assim como de obras de direito⁶.

⁴ A comparação tem o mérito de permitir perceber o desenvolvimento de fenômenos comuns em sociedades separadas no tempo e no espaço, como fez Barrington Moore ao investigar como a passagem de sociedades agrárias para industriais na Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha e Japão levou ao aparecimento de regimes políticos diferentes (ditadura e democracia). A comparação não se limita apenas a procurar semelhanças e diferenças entre as sociedades, como inferiu Marc Bloch, mas possibilita distinguir a originalidade delas, além de desfazer “falsas semelhanças” que acabam por gerar uma “naturalização” artificial de fenômenos que se apresentam em partes diversas. A comparação, todavia, é uma metodologia que resulta num trabalho de síntese e que exige do historiador o acesso a estudos locais. Cf. MOORE, Barrington, *As origens sociais da ditadura e da democracia*, BLOCH, Marc, *História e Historiadores*. Textos reunidos por Étienne Bloch, Lisboa, Editorial Teorema, 1995, 111-150.

⁵ MARCOS DE DÍOS, Ángel, *Portugueses en la Universidad de Salamanca (1580-1640)*, Tese de Doutorado, Facultad de Filosofía y Letras de Salamanca, 1975; IDEM, *Os portugueses na Universidade de Salamanca desde a Restauração até às reformas iluministas do Marquês de Pombal*, Salamanca, Luso-Espanola de Ediciones, 2001; MARQUES, José, «A Universidade de Salamanca e o Norte de Portugal, nos séculos XV-XVII», In *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n. 0, 2003, p. 87-105. OLIVEIRA, António Resende de, «A mobilidade dos universitários» In *História da Universidade em Portugal*, vol. 1 (1290-1536), Coimbra, Lisboa, Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 339-356.

⁶ Sobre os livros que os juízes deveriam ter, diz Jerónimo da Cunha “são indispensáveis as Ordenações, e textos, com aqueles Autores, cuja opinião se deve seguir na falta de Ley. Os Pegas são muy necesarios. Caldas, Barbosas, Frago, Pinheiro, Castilhos, Fachineu, Menochios, Farinacios, Carleval, Cyriaco,

Para realizar essa análise, partiremos do aparelho judicial que foi estabelecido nesse continente, identificando os principais órgãos e a organização do espaço jurisdicional. A seguir contemplamos o oficialato régio responsável pelo governo da justiça, destacando a escolha dos ministros, sua formação, circulação pelos espaços e mecanismos de ascensão na carreira, além das formas de controle existentes das monarquias das suas magistraturas. Terminamos esse tópico fazendo referência à simbologia da justiça no mundo ibero-americano, evidenciando três símbolos: o selo régio, a vara e a toga. A principal intenção é identificar os objetos visuais da administração da justiça régia com maior impacto na sociedade e averiguar se há uma similar representatividade da pessoa do rei, através dos seus magistrados, em ambos os lados da América.

Em seguida passamos à observação da formação do sistema normativo no Brasil, tendo como ponto de diálogo o caso do *Derecho indiano*. É nossa pretensão pensar a existência de um direito colonial português, questão esta que foi recentemente desenvolvida por António Manuel Hespanha. Para tanto, buscamos casos ocorridos no Brasil, mas especialmente nas capitanias do Norte, para exemplificar e entender o processo de adaptação das leis do Reino no ambiente colonial. Por fim, trazemos à baila o caso dos regimentos dos ouvidores de comarca da América portuguesa como ponto de observação para se entender a difusão das leis régias, os limites de adaptação da normativa do rei às peculiaridades do território e da sociedade americana e questionar tais diplomas como formas de superação das distâncias.

2.1. A administração da justiça régia à distância nas Américas

Se há uma questão transversal aos impérios modernos ultramarinos é a gestão das suas possessões à distância. Apresentando maneiras diferenciadas de lidar com a distância, um denominador comum aproximava os reinos europeus: oficiais e instituições,

Portugal, Phebo, Cabedo, Macedo, Mantica, Salgado, e finalmente, se puder, todos os Regnicolas; e *tenha também as Leys de Castela; por ser subsidiário o Direito do Reyno vizinho*” (grifos nossos). Livros espanhóis concernentes ao direito também estavam presentes na biblioteca do governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos. O governador possuía volumes do jurista espanhol Juan de Solórzano Pereira, como *Política Indiana* e *De Indiarum iure*. CUNHA, Jerónimo da, *Arte de Bacharéis ou o perfeito juiz*, Lisboa, Oficina de São João Batista Lerzo, 1743, p. 103-104. ANTT, Feitos Findos, Maço 26, n° 24, fl. 34vs. Ver também CAMARINHAS, Nuno, 2010, p. 218-228.

ou, em outras palavras, uma estrutura político-administrativa⁷. Este par deveria assegurar o cumprimento das determinações régias, a arrecadação de tributos, a expansão da fé cristã e a manutenção do bem comum entre os povos.

A forma como se operou a criação dos ofícios e das instituições ocorreu de maneira diferente, consoante as configurações políticas dos reinos e os objetivos de ocupação dos espaços. Enquanto Portugal e Castela transferiram e adaptaram a estrutura de governo existente nos respectivos reinos, a Inglaterra deu grande margem de ação/liberdade aos colonos quanto à forma de organização local, pelo menos até finais do século XVII⁸, o que promoveu uma diversidade institucional não presente no Brasil, nem nos vice-reinos da Nova Espanha e do Peru.

Sendo um dos pilares de sustentação dos impérios, o estudo do oficialato e das instituições torna-se fundamental para conhecer os mecanismos de ação das coroas nas partes ultramarinas. Saber seu número e distribuição espacial, as motivações para suas criações, se foram cargos concedidos ou comprados, a participação de nativos no governo e a circulação dos homens nos espaços jurisdicionais são algumas questões que nos

⁷ Alguns autores usam a palavra «burocracia» para se referirem à estrutura administrativa dos impérios modernos ou mesmo da antiguidade. Apesar do termo ter sua aplicabilidade, por permitir abordar o assunto com um conceito transversal e aplicável a diversas temporalidades, optamos aqui por não o utilizar, visto que, ainda que a palavra remonte ao final do século XVIII, se trata de um conceito criado no século XX para designar um corpo de funcionários descomprometidos com objetivos pessoais, que agem dentro de um sistema hierárquico guiado por regras estabelecidas legalmente. Ao nosso ver, os sentidos que essa palavra carrega não a torna adequada para tratar da administração colonial, dado que a coesão que a burocracia adquire na concepção weberiana, não existe para o período moderno. O oficialato que serviu no ultramar português tinha em comum o fato de receber seus ofícios como mercês do rei. Isto é válido em parte para a América hispânica, já que a venalidade de ofícios esteve presente em boa parte do período de ocupação espanhola. Ainda que as qualidades sociais e os serviços prestados tivessem peso nas nomeações para os ofícios, sua concessão na forma de mercê pelo rei reforçava um laço de lealdade para com o soberano, típico da cultura política da época, que acabava por alçar este ofício a um dividendo/compromisso a ser correspondido através do bom cumprimento do mesmo. E esta componente foi indispensável para assegurar a autoridade régia nas partes mais distantes do império.

⁸ Ao contrário dos territórios americanos das monarquias ibéricas, que foram incorporados como «conquistas», as colônias britânicas apresentavam uma situação político-jurídica variável, podendo ser agrupadas em três categorias: colônias pertencentes à Coroa, privadas ou fundadas por Companhias de Comércio. A falta de uma unidade no estatuto político-jurídico das colônias, aliada à fraca intervenção da Coroa até o final do século XVII, explica, em parte, a ausência de uma homogeneidade institucional na América britânica. Assim, cada colônia esteve livre para organizar o seu próprio sistema jurídico de maneira bastante autônoma. Apesar de haver consideráveis variedades locais de instituições e oficiais, os estudos sobre as colônias britânicas são consensuais em apontar que os agentes locais tiveram ativa e importante participação na formulação das normas e leis que regulavam diversos aspetos das comunidades. Ainda que produção normativa tivessem um forte caráter local, os colonizadores baseavam-se nas normas e instituições vigentes nas regiões de onde procediam. Apenas após a Revolução Gloriosa (1688-1689), a Coroa procurou ampliar sua intervenção nas colônias, recorrendo a uma revisão e supervisão mais efetiva das leis coloniais aliada à tentativa de diminuição do pluralismo jurídico e da imposição do *Common Law* como principal referência do Direito. Cf. OFFUTT, William M, «The Atlantic Rules. The legalistic turn in Colonial British America» In MANCKE, Elizabeth & CHAMMAS, Carole (ed.), *The creation of the British Atlantic World*, Baltimore, London, The Johns Hopkins University Press, 2005, p. 160-181.

permitem compreender melhor como o aparelho administrativo, em especial o judicial, foi pensado e executado.

A origem dos cargos, instituições e jurisdições estabelecidas na América ibérica já foi recorrentemente assinalada: derivaram das suas matrizes peninsulares, correspondendo ao estatuto político-jurídico desse território como conquistas e aos objetivos de sua ocupação. A transferência da estrutura administrativa existente nos reinos ibéricos para a América exigiu adaptações à natureza do território e das populações locais. Se Caio Prado Júnior entendia, na década de 1940, que “houve uma falta de originalidade da metrópole no organizar administrativamente a colônia”, patente na “incapacidade por ela demonstrada em criar órgãos diferentes e adaptados a condições peculiares que não se encontravam no Reino”⁹, hoje já ficou evidente na historiografia que o império português demonstrou suficiente plasticidade para se adaptar aos territórios coloniais e, se no caso do Brasil, não houve propriamente uma originalidade, a estrutura administrativa nela implantada não deixou de responder às vicissitudes dessa experiência colonial.

O mesmo se passou para a América hispânica. Vice-reis, *corregidores*, *alcaldes-mayores* e ordinários, *cabildos* e *audiencias* estiveram presentes em ambos os lados do Atlântico. Mas, à diferença do Brasil, lá se criou uma estrutura administrativa para as populações indígenas que não encontra correspondência para a América portuguesa, além de terem desenvolvido uma compilação normativa específica para esse território, que ficou conhecida como *derecho indiano*, o qual teremos oportunidade de melhor detalhar ao longo deste capítulo.

A estrutura administrativa estabelecida nas Américas tem uma origem tardo-medieval. Foi nessa altura que começou a ser estabelecido o esboço das instituições e do oficialato existente na península ibérica que vigorou durante o período moderno. Portugal iniciou esse processo com bastante prematuridade, fato este que permitiu o surgimento de características particulares ao aparelho judicial, como aponta Nuno Camarinhas¹⁰. A formação precoce de um conjunto de oficiais relacionados à administração da justiça aliado à expansão precoce de Portugal no ultramar levou à formação de uma magistratura

⁹ PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, 23 ed., São Paulo, Brasiliense, 2004, p. 301.

¹⁰ CAMARINHAS, Nuno, «Lugares ultramarinos. A construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna» In *Análise Social*, vol LIII (1º), nº 226, 2018, p. 139.

de caráter pluricontinental que foi, desde cedo, impulsionada a circular pelo interior do reino e pelo além-mar.

A configuração político-territorial do império português esteve desde o início marcada pela descontinuidade dos territórios. Tal descontinuidade, aliada à distância entre os espaços, impunha uma questão crucial para a gestão das conquistas: a comunicação. A descontinuidade e a distância não devem ser consideradas, à partida, como um problema de governo, dado que as medidas de mensuração do espaço não são as mais adequadas para tratar a questão da comunicação com os territórios. Esta deve, ao contrário, ser pensada a partir de grandezas de **tempo** e de **custos** de deslocamento, uma vez que a geografia dos terrenos ou das águas poderia facilitar ou dificultar a comunicação¹¹. Foi nesse sentido, por exemplo, que se determinou que o recurso da ouvidoria do Estado do Maranhão seguisse para a Casa da Suplicação e não para a Relação da Bahia, visto que o tempo de comunicação era mais curto com Lisboa do que com Salvador¹².

A distância começou a ser pensada pela historiografia como um problema de pesquisa há pouco tempo. Em boa medida, os estudos sobre a gestão dos impérios impulsionaram o campo, pois esta questão estava diretamente ligada à comunicação e ao controle dos espaços pelos poderes centrais. Algumas obras recentes tocam no assunto diretamente¹³, mas a distância enquanto hipótese de trabalho é um trabalho historiográfico ainda em curso¹⁴.

¹¹ RODRIGUES, Miguel Jasmins, «Descontinuidade e comunicação: o reino e a construção do império» In SANTOS, Maria Emília Madeira & LOBATO, Manuel (coord.), *O Domínio da distância. Comunicação e cartografia*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 15; SELLERS-GARCÍA, Sylvia, *Distance and documents at the Spanish Empire's periphery*, Stanford, Stanford University Press, 2014, p. 1.

¹² “dando appellação [ouvidor do Maranhão] nos casos que não couberem em sua alçada, para a Casa da Supplicação, pela maior facilidade de navegação que ha das ditas partes do Maranhão para este Reino, que para a Bahia, onde está a Relação do Estado do Brasil”. Regimento dado a Sebastião Barbosa, ouvidor do Maranhão (1619) In SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1613-1619*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1855, p. 387.

¹³ SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel (coord.), *O domínio da distância*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006; Sellers-García, Sylvia. *Distance and documents at the Spanish Empire's Periphery*, Stanford, Stanford University Press, 2014; Crooks, Peter & Parsons, Timothy H (eds.). *Empires and bureaucracy in World History: from Late Antiquity to the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016; Banks, Kenneth J. *Chasing empire across the sea: communications and the French State in the French Atlantic, 1713-1763*, Montreal, McGill-Queen's University Press, 2003. Mais recentemente, conferir as publicações do projeto *Vencer la distancia. Actores y practicasdel gobiernode los impérios español y portugués* <https://distancia.hypotheses.org/category/publicaciones/de-los-miembros>

¹⁴ GAUDIN, Guillaume; GÓMEZ, Antonio Castillo; GÓMEZ, Margarita Gómez; STUMPF, Roberta, «Vencer la distancia: Actores y prácticas del gobierno de los impérios español y portugués», *Nuevo Mundo*

Distância e comunicação são duas questões que suscitam outros pontos de diálogo, como os correios, os meios escritos disponíveis pelas autoridades para “falar” às populações, a organização dos documentos e os oficiais que faziam funcionar o império do papel, por exemplo. Essas são, portanto, matérias indispensáveis para se pensar a existência e a organização dos arquivos centrais e locais e, conseqüentemente, a criação de uma memória administrativa¹⁵.

Ainda que haja um relativo avanço no desenvolvimento desses temas na historiografia luso-brasileira¹⁶, a administração da justiça ainda mantém uma posição muito tímida nessa produção, que se torna ainda maior se a compararmos com a historiografia hispano-americana. As investigações relacionadas aos oficiais menores da administração, escrivães, tabeliães, advogados, procuradores, dentre outros agentes ligados à administração da justiça e à atividade da escrita, são indispensáveis para se saber o cotidiano e as formas de comunicação da justiça, a comunicação entre os poderes e a atuação dos juízes e tribunais. Se para algumas localidades dos vice-reinados se é possível reconstituir o dia-a-dia de um escrivão ou de uma audiência¹⁷, para o Brasil ainda não dispomos de algo comparável. Em parte, isto se deve à documentação judicial e camarária que se perdeu para a maioria das vilas e cidades. Por outro lado, entretanto, talvez esse tipo de abordagem ainda careça de atenção entre os historiadores, pois, mesmo que parte substancial dos arquivos judiciais e notariais tenha desaparecido, é possível, ainda que

Mundos Nuevos [En ligne], Débats, mis en ligne le 02 octobre 2017, consulté le 26 junio 2019. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71453>.

¹⁵ HESPANHA, António Manuel, *As vésperas...*, 1994. p. 293

¹⁶ Alguns exemplos são: SANTOS, Maria Emília Madeira & LOBATO, Manuel (coord.), op. cit., VAQUINHAS, Nelson, *Da comunicação ao sistema de informação. O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Évora, Publicações do Cidehus, Edições Colibri, 2016; Mello, Josemar Henrique, *A ideia de arquivo: a secretaria do governo de Pernambuco (1687-1809)*. Tese (Doutoramento), Universidade do Porto, 2006; Puntoni, Pedro, «Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII» In Ferlini, Vera Lúcia & Bicalho, Maria Fernanda (orgs.) *Modos de Governar*. São Paulo, Alameda, 2005; GUAPINDAIA, Mayra, «Comunicação e poder: a implantação do Correio Marítimo de 1798 e as respostas dos governos da América Portuguesa» In *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 11 Dezembro 2017, consultado o 23 Março 2018. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71539>; CURVELO, Arthur, «Os Oficiais da Escrita no Governo de Pernambuco: Governadores, Secretários e Notários na construção da governabilidade - Séculos XVII e XVIII» In *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 02 Outubro 2017, consultado o 23 Março 2018. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71399>.

¹⁷ SCARDAVILLE, Michael C., «Justice by paperwork: a day in life of a court scribe in Bourbon Mexico city» In *Journal of Social History*, vol. 30, n. 4, 2003, p. 979-1007; HERZOG, Tamar, *Mediación, archivos y ejercicio. Los escribanos de Quito (siglo XVII)*, Frankfurt, Vittorio Klostermann Frankfurt am Main, 1996; Aude Argouse, «“Profesión de papeles” y oficios de pluma: escribanos y escribientes, entre auxilio y justicia (Chile, Perú, 1670-1730)» in *Vencer la distancia*, 22/12/2016, disponível em <https://distancia.hypotheses.org/892>, acesso em 23/08/2018.

com doses de dificuldade, reconstituir fragmentos desse universo judicial que é indispensável ao funcionamento da administração da justiça.

Seja do lado português ou espanhol da América, uma panóplia de oficiais estava envolvida na execução dos assuntos de justiça. No Brasil, a primeira instância da justiça era de responsabilidade dos juízes ordinários, que atuavam nas câmaras municipais ou em julgados, como fizemos referência no capítulo anterior. Sua alçada e obrigações encontravam-se estipulados no livro 1º das Ordenações, sob o título «Dos juízes ordinários e de fora». Os juízes de fora eram magistrados letrados nomeados pelo rei. Na origem da criação desse ofício residia a necessidade de maior controle dos municípios por parte de oficiais que fossem oriundos de outra localidade, daí a denominação «de fora», pois à Coroa convinha a desterritorialização do poder da magistratura¹⁸. Esses magistrados presidiam as câmaras e tinham alçada superior aos dos juízes ordinários pelo fato de serem letrados.

Seguindo o caminho processual, na instância seguinte estavam os ouvidores-gerais de comarca. Esses oficiais também tinham formação universitária e recebiam nomeações temporárias (geralmente de 3 anos) pelo rei. Sua jurisdição, a comarca, abrangia várias vilas e cidades. Quanto às suas atribuições, é possível enumerar um rol de funções de caráter judicial e administrativo. A fiscalização de obras públicas, a supervisão da ação e das contas das câmaras (através das correições), o recebimento de ações novas e de segunda instância (provenientes dos juízes ordinários ou dos de fora) e realização de devassas são apenas algumas delas¹⁹.

A figura do ouvidor já estava presente no Brasil desde 1549 quando foi designado um ouvidor-geral para o Estado do Brasil²⁰. Esta experiência se repetiu na Repartição do Sul a partir de 1608 e no Estado do Grão-Pará e Maranhão, que ganhou um ouvidor próprio em 1619²¹. Esses três ouvidores não tinham, entretanto, a mesma jurisdição. Além de possuírem distritos de tamanhos distintos, apresentavam diferenças em suas alçadas.

¹⁸ HESPANHA, António, 1994.

¹⁹ WEHLIN & WEHLING, 2004.

²⁰ Para efeitos de escrita, convencionaremos fazer uma distinção entre os ouvidores do Estado do Brasil, do Estado do Maranhão, da Repartição do Sul e os ouvidores designados para as capitanias, nomeando aqueles por ouvidores-gerais e a estes por ouvidores de comarca, embora todos possuísem comarca e todos fossem denominados ouvidores-gerais na documentação. Como os ouvidores do Estado do Brasil, do Estado do Maranhão e da Repartição do Sul estavam inseridos numa estrutura maior de governo, seus regimentos eram diferenciados dos ouvidores de comarca, apresentando mais capítulos e sofrendo uma atualização mais constante.

²¹ SALGADO, Graça (org.), *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 73-82.

Além disso, enquanto os Estados do Maranhão e do Brasil estavam subordinados diretamente à Casa da Suplicação, em Lisboa, a Repartição do Sul, enviava seus recursos para a Relação da Bahia. Essas ouvidorias acabaram se modificando ao longo do século XVII, tendo sido substituídas ou integradas a outras estruturas, embora este processo não esteja muito claro. O caso do ouvidor do Estado do Brasil, por exemplo, de acordo com Stuart Schwartz foi incorporado à estrutura da Relação da Bahia²². Contudo, a supressão da Relação, em 1626, em consequência da capitulação neerlandesa no atual Nordeste do Brasil, até seu novo estabelecimento, em 1652, parece ter criado um intervalo em que os ouvidores-gerais voltaram a ser nomeados, como atestam os regimentos desses oficiais de 1628, 1630 e 1643.

Os recursos expedidos pelos ouvidores de comarca seguiam para os Tribunais de Relação, que no Brasil só existiram dois, o da Bahia e o do Rio de Janeiro. As Relações eram estruturas colegiadas compostas pelo presidente, cargo ocupado pelo governador-geral na Bahia ou do Rio de Janeiro, por um chanceler, por um ou dois ouvidores (do cível e do crime) e por desembargadores dos agravos. O número de ministros variou de acordo com o regimento recebido ou com o período em questão. Os tribunais de Relação além de receberem os recursos advindos dos ouvidores de comarca, ficavam responsáveis por uma série de matérias de natureza fiscal, administrativa e de investigação²³.

Esta é a estrutura geral do aparelho judicial da América portuguesa. Havia outros oficiais que não foram aqui incluídos, como os juízes de vintena, por se tratarem de oficiais dos quais quase não se tem informação a respeito, tendo em conta que seu modo de julgar era verbal²⁴. Auxiliando os juízes encontramos um conjunto de indivíduos responsáveis por fazer prisões (meirinhos), guardar os presos (carcereiros), afixar editais (porteiros), escrever sentenças e acórdãos (escrivães do judicial), distribuir processos entre os escrivães (distribuidores), contar as custas dos mesmos (contadores), realizar inquirições de testemunhas (inquiridores) e defender as partes (advogados)²⁵.

²² SCHWARTZ, Stuart, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Bahia e seus juízes, 1609-1751*, São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 52.

²³ SCHWARTZ, 1979, p. 127-130; WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, *Direito e justiça no Brasil colonial. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*, Rio de Janeiro, Renovar, 2004, p. 359-377.

²⁴ Para Minas Gerais, há o trabalho de PIRES, Maria do Carmo, «As Câmaras Municipais e as Freguesias: o poder vintenário», In VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (orgs.), *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012, p. 269-290.

²⁵ HESPANHA, António, 1994, p. 173-179.

Do lado hispânico é possível encontrar uma estrutura que se assemelha à luso-brasileira apenas em certa medida. A correspondência mais perfeita fica a cargo das *Audiencias*. Assim como as Relações, elas eram tribunais de recurso. Sua organização também contava com um presidente, que poderia ser o vice-rei, o governador ou um letrado, a depender do território em que ela estava localizada (se na capital do vice-reinado, da província ou de um *corregimiento*). Integravam ainda as audiencias os *oidores*, *fiscales* e *regentes*. Embora a composição fosse relativamente a mesma, o número de oficiais variava de audiência para audiência²⁶.

Se *Audiencias* e Relações se assemelhavam quanto à composição e às funções executadas, diferiam quanto ao número e à distribuição espacial²⁷. A primeira *audiencia* foi criada ainda no início do século XVI, continuando a se multiplicar pelo território conquistado de modo a não deixar espaços sem cobertura jurisdicional. Até o final do século XVIII havia 14 audiências distribuídas entre os vice-reinos de Nova Espanha, Peru, Nova Granada e La Plata²⁸. Se considerarmos que o primeiro tribunal de relação foi instalado num intervalo de quase cem anos após a *audiencia* de Santo Domingo (1526), e que sua jurisdição cobria todo o território ocupado até meados do século XVIII, percebemos como o aparelho judicial hispânico era mais denso e apresentava uma distribuição espacial mais equilibrada.

Assim como as *Audiencias*, os Tribunais de Relação não cuidavam apenas de questões judiciais. Eles também exerciam funções administrativas e de governo. A composição das cortes de justiça da América ibérica é constituída predominantemente por magistrados, ou seja, ministros com formação jurídica nomeados pelos reis. Contudo, tanto nas *Audiencias* como nas Relações participavam os governadores e/ou os vice-reis. Os tribunais hispano-americanos não apresentavam todos o mesmo grau de importância²⁹. Eles estavam hierarquizados em três categorias: *audiencias virreinales*, *pretorianas* e

²⁶ RODRIGUEZ, Antonio Dougnac, *Manual de Historia del Derecho Indiano*, 2ª ed, México, Universidad Autónoma de México, 1998, p. 97-110.

²⁷ Um quadro comparativo entre as *Audiencias* e os Tribunais de Relação, quanto à sua natureza, competências, composição e outros aspectos, pode ser encontrado em WEHLING & WEHLING, 2004, p. 342-343.

²⁸ Santo Domingo (1526), Nueva España (1527), Panamá (1538), Guatemala (1542), Lima (1542), Santa Fé (1547), Nueva Galicia (1548), Charcas (1561), Quito (1563), Chile (1565/1567), Manila (1583), Buenos Aires (1661), Cuzco (1787) e Caracas (1786). Algumas dessas audiências foram suspensas e restabelecidas posteriormente. GARRIGA, Carlos, «Concepción y aparatos de la justicia: las reales audiencias de las Indias», In *Separata de Cuardenos de História*, n. 19, Córdoba, 2009, p. 236.

²⁹ PHELAN, John Leddy, *The Kingdom of Quito in the Seventeenth century. Bureaucratic politics in the Spanish empire*, Madison, Milwaukee and London, The University of Wisconsin Press, 1967, p. 119-120;

*subordinadas*³⁰. A diferenciação estava na «qualidade» de quem a presidia. As *audiencias virreinales* eram, como o nome indica, presididas por um vice-rei. Enquanto representantes da imagem viva do rei, as *audiencias virreinales* (Lima e México) possuíam maior dignidade³¹. Já as *audiencias pretorianas* eram presididas por um governador ou capitán-general e situavam-se na cabeça de uma capitania-general. Por fim, as *audiencias subordinadas* tinham um letrado por presidente e dependiam política e militarmente de outras províncias ou capitanías-generales. Ainda que tivessem *status* diferenciado, cada audiência era independente entre si. Já os tribunais de Relação da Bahia do Rio de Janeiro foram instituídos com o mesmo estatuto jurisdicional, servindo o da Bahia como modelo para o instalado no Rio³².

Os dois tribunais de Relação existentes no Brasil até o final do século XVIII não foram capazes de garantir a uniformização judicial do território, conforme se passou no lado hispanoamericano através das *audiencias*³³. Ao nosso ver, a principal cobertura institucional da justiça letrada na América portuguesa foi garantida pelas comarcas. A criação de comarcas, acompanhadas por seus respectivos lugares de letras, remonta a meados do século XVI, mas sua multiplicação no espaço americano apenas ocorreu num ritmo mais contínuo a partir do final do século XVII. A estrutura comarcã assumiu importância inquestionável na organização política do Reino português, compondo a principal unidade jurisdicional da magistratura territorial. Até o final do século XVI, o território português estava dividido em seis comarcas, que correspondiam, genericamente, aos limites das futuras províncias. As reformas introduzidas durante o reinado de D. João III (1521-1557) reorganizaram esse espaço, de modo a totalizar em 27 o número de comarcas existentes e assim permaneceu até o final do XVIII, quando, em

³⁰ GARRIGA, Carlos, «Concepción y aparatos de la justicia: las reales audiências de las Índias», In *Separata de Cuardenos de História*, n. 19, Córdoba, 2009, p. 230.

³¹ O território da América hispânica foi organizado em dois grandes conjuntos, os vice-reinos do Peru e do Novo México. Estes tiveram, no século XVIII, seu território subtraído para a formação de mais dois vice-reinos: o de Nueva Granada e o do Río de la Plata.

³² Segundo os regimentos das Relações da Bahia (1652) e do Rio de Janeiro (1751) há diferenças no número de ministros, havendo oito na primeira e dez na segunda. Contudo, é possível que o número de desembargadores da Bahia tenha aumentado ao longo do século XVIII. Outra diferença reside na existência de um Provedor da Fazendas dos Defuntos e Ausentes na Bahia, ausente no Tribunal do Rio. «Regimento da Relação do Estado do Brasil (1652)» In MENDONÇA, Marcos Carneiro de, *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo II, 1972, p. 659-670: «Regimento da Relação do Rio de Janeiro (1751)» In SILVA, António Delgado, *Collecção da Legislação Portuguesa (1750-1762)*, Lisboa, Typografia Maignrense, 1830, p. 102-120.

³³ GARRIGA, Carlos, 2009, p. 216-217.

1790, se levou a cabo outra reforma territorial, estabelecendo, dessa vez, 44 comarcas em Portugal³⁴.

Quando comparadas às 23 comarcas existentes até o final do século XVIII no Brasil, pode-se afirmar que no Reino essas circunscrições estavam melhor distribuídas espacialmente do que na América, ainda que houvesse diferenças em seus tamanhos. Naquela, o número de 27 comarcas acabava por ser reduzido quando se considera a dimensão dos seus distritos e os limites do Brasil. Mesmo que houvesse uma propensão para a coincidência entre comarcas e capitanias, o tamanho dessas não favorecia a comunicação e o deslocamento pelo território. A distância criava inconveniências de administração e governabilidade, como tem investigado recentemente Arthur Curvelo para o caso dos governadores de Pernambuco. Através do estudo da comunicação política entre os governadores e diversos atores políticos dessa capitania (militares, capitães-mores, provedores, ouvidores, câmaras, população, eclesiásticos, dentre outros), o autor demonstra como a comunicação com os espaços mais distantes da jurisdição dos governadores ocorria com uma frequência bem mais reduzida, atendendo, de um lado, a padrões gerais de comunicação com os territórios e, de outro, à própria dinâmica peticionária, através de respostas aos requerimentos a eles remetidos³⁵. Para o caso dos ouvidores, que, diferentemente dos governadores, eram oficiais itinerantes, o termo extensivo das comarcas dificultava a execução de suas funções, como tivemos oportunidade de observar para as comarcas da Paraíba e de Pernambuco e que vai melhor detalhado no seguimento dos capítulos.

No Reino, a comarca/correição representava o território onde o corregedor exercia sua jurisdição, enquanto a ouvidoria correspondia ao espaço de jurisdição senhorial em que atuava o ouvidor³⁶. No ultramar americano não havia distinção nominal entre *ouvidores* e *corregedores*. Todavia, distinguia-se entre *ouvidores régios* e *donatarios*. Os primeiros eram sempre ministros de letras nomeados pelo rei e tinham por distrito uma comarca. Aos segundos não era exigida formação em Direito³⁷. Outrossim, suas nomeações ficavam a cargo dos donatários e seu território de jurisdição limitava-se à

³⁴ SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *O modelo espacial do Estado moderno. Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 142.

³⁵ CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *Governar Pernambuco e as capitanias anexas. O perfil social, a comunicação política e as jurisdições dos governadores das Capitanias de Pernambuco (1654-c. 1759)*, Tese de doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2019.

³⁶ CAMARINHAS, Nuno, 2010.

³⁷ No Reino, entretanto, os ouvidores eram sempre letrados.

capitania donatarial. Os limites das comarcas, no reino e no ultramar, poderiam coincidir com, se sobrepor a ou simplesmente tocar em outras jurisdições, de modo que no mesmo espaço territorial, mas em jurisdições diferentes, poderiam atuar outros oficiais régios, tais como os provedores nas provedorias, os juízes de fora nas câmaras municipais, os desembargadores nos tribunais, os governadores de armas nas províncias e os bispos nos bispados³⁸.

Se buscarmos um equivalente jurisdicional à comarca na América hispânica, não encontraremos uma aproximação muito ajustada. A designação *comarca* também existe para o mundo hispânico e guarda, ao mesmo tempo, semelhanças e diferenças com relação a administração portuguesa. Uma fonte lexicógrafa da Castilha moderna, o *Diccionario de la Lengua Castellana*, também conhecido como *Dicionário de Autoridades* (1739) define comarca como o espaço contíguo ou confinado a uma terra³⁹. Assim, o principal sentido que a palavra assume é de «com marca», isto é, «com limites». A mesma acepção também é encontrada na língua portuguesa, sendo este o primeiro significado atribuído por Raphael Bluteau à palavra no seu *Dicionario Portuguez & Latino* (1728)⁴⁰.

Para além desse entendimento, a comarca possuía um significado de organização territorial supramunicipal. Também aqui coincidem as experiências ibéricas, pois a comarca aglutinava e dava coesão político-administrativa a um conjunto de vilas. A principal diferença talvez resida, como aponta António Castro Nunes, na associação dessa circunscrição a um oficial⁴¹. Sendo a comarca o território de jurisdição de um corregedor em Portugal, não se encontra um equivalente para o Reino de Castela, visto que aí a comarca possuía uma noção bastante genérica que envolvia o caráter supra municipal.

António Castro Nunes aproxima a experiência comarcã luso-brasileira aos *corregimientos* encontrados no império espanhol. Os *corregimientos* equivaliam ao território de jurisdição dos *corregidores*. Esses oficiais remontam ao século XIII e

³⁸ Mais detalhes sobre o oficialato periférico da Coroa podem ser encontrados em HESPANHA, António, *As vésperas do Leviathan*, 1994, p.

³⁹ *Diccionario de la Lengua Castellana* compuesto por la Real Academia Española (1726-1739). Disponível em: <http://web.frl.es/DA.html>

⁴⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. In: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

⁴¹ NUNES, António Castro, *Comunicação e prática política nas monarquias ibéricas de Antigo Regime (1700-1750): Évora, Córdoba, Ouro Preto e Quito*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Évora, 2016, p. 71-72.

guardam bastantes semelhanças com os juízes de fora, visto que o objetivo precípua de sua criação ligava-se à fiscalização dos poderes municipais, nomeadamente os *cabildos*. Embora haja similaridades entre essas circunscrições e seus respectivos oficiais na América, a complexidade jurisdicional e a diversidade de variações institucionais encontrada torna simplificada qualquer tentativa de caracterização geral desse espaço.

Exemplo disso são os ofícios de *corregidores* e *alcaldes mayores*. Existentes na península desde período recuado, esses oficiais eram os principais representantes da magistratura territorial no Reino de Castela⁴². A transposição desses oficiais para a América criou uma situação de indefinição jurisdicional que fica patente na historiografia sobre o tema. Os historiadores do direito como Alfonso García-Gallo defendiam a existência de *corregidores* e *alcaldes mayores* como dois nomes diferentes para o mesmo cargo. Assim, no Vice-reino da Nova Espanha atuavam preponderantemente *alcaydes mayores*, enquanto os *corregidores* teriam sido mais comuns no Vice-reino do Peru. Como explica Werner Stangl, esse entendimento nasceu da análise das fontes legislativas, as quais não distinguiam com precisão os dois oficiais⁴³. O próprio Solorzano Pereira, tido como uma autoridade no conhecimento da realidade colonial, tendo ocupado o lugar de *oidor* na *Audiencia* de Lima, tratou-os indistintamente na sua *Politica Indiana*⁴⁴. Contudo, quando se sai do plano teórico do direito e se reduz a escala de observação, percebe-se como o ordenamento territorial da América hispânica foi bastante heterogêneo.

Na base dessa desorganização territorial estão a dificuldade em se separar áreas administrativas, como fazenda, governo e justiça, a não coincidência entre jurisdição eclesiástica e civil, divisões pouco úteis como a de *República de Españoles* e *República de Índios* e a existência de espaços senhoriais com administração própria⁴⁵. A organização

⁴² ROMÁN, Alberto Yalí, Sobre alcaldías mayores y corregimientos en Índias. Un ensayo de interpretación, In *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina*, vol. 9, nº 1, 1972, p. 1-39.

⁴³ STANGL, Werner, «¿Provincia y partidos o gobiernos y corregimientos? Los principios rectores del desordenamiento territorial de las Índias y la creación de un sistema de información histórico-geográfico» In *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de Historia de América Latina*, vol. 54, 2017, p. 160-161.

⁴⁴ SOLORZANO PEREIRA, Juan de, *Politica Indiana*, Libro V, cap. II [*De los Gobernadores, i Corregidores de las Ciudades...*], Madrid, Diego Díaz de la Carrera, 1668, p. 754. Disponível em: <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/3552/814/politica-indianab-sacada-en-lengua-castellana-de-los-dostomos-del-derecho-i-gouierno-municipal-de-las-indias-occidentales-que-escribio-en-la-latina-don-juan-desolorzano-pereira-c-por-el-mesmo-autor-diuidida-en-seis-libros-anadidas-muchas-cosas-que-no-estan-en-los-tomos-latinos-i-el-libro-sexto-con-dos-indices/>. Acesso: 13/03/2018.

⁴⁵ STANGL, 2017, p. 161-166.

da administração territorial hispanoamericana se notabiliza, portanto, pelo seu caráter local. Ainda que a maioria dos oficiais e das instituições tenha sua origem na península, as variações assumidas em áreas diferentes e as adaptações operadas para atender às vicissitudes locais, mostram como a administração territorial da América foi resultado mais das características das localidades do que de qualquer projeto central. Isso também se nota a nível da legislação, dado que esta costuma

responder a litígios, propuestas o quejas de partes interessadas, por lo que muchas veces los términos usados son un reflejo de aquellos usados por las partes interesadas. Por esto, los textos legales no imponen un ordenamento territorial desde arriba, sino que más bien reproducen y refuerzan (o confunden) percepciones de actores coloniales.⁴⁶

Outro ponto que consideramos importante destacar é a da existência de múltiplas varas de justiça nas cidades hispanoamericanas. Aqui nos valem do entendimento de Darío Barrera, compreendendo por varas de justiça aqueles oficiais cuja jurisdição e autoridade administravam a justiça em nome do rei e portavam como “signo del imperio de la justicia del rey” uma vara⁴⁷. Nas cidades e vilas do Brasil colonial, tais autoridades seriam o juiz ordinário, o juiz de fora, o ouvidor e os desembargadores das Relações. Uma demanda judicial poderia ser iniciada em qualquer um dos juízos, desde que correspondesse à respetiva alçada de cada um deles.

No caso da América hispânica, havia um número maior de oficiais a quem caberia iniciar um pleito. Tomando o exemplo de Quito, a *Audiencia*, além de tribunal superior, também poderia conhecer em primeira instância de causas criminais provenientes da capital e de até 5 léguas ao redor da mesma⁴⁸. Já a primeira instância (*juzgado ordinario*) da cidade ficava a cargo do *corregidor*, do *teniente del corregidor* e dos *alcaldes ordinarios*. O *corregidor*, seria um misto entre o ouvidor e o juiz de fora do Brasil. O *teniente* era um tipo de assessor do *corregidor* que o representava em partes mais distantes da cabeça do *corregimiento*. Os *alcaldes ordinarios* equivaliam, por sua vez, aos juízes

⁴⁶ Idem ibidem, p. 161.

⁴⁷ BARRERA, Darío G., «La ciudad y las varas de justicia: justicia, *justicias* y jurisdicciones (ss. XVI-XVII)» In *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, n. 31, 2003, p. 77.

⁴⁸ HERZOG, Tamar, *La administración como un fenómeno social. La justicia penal de la ciudad de Quito*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1995, p. 34.

ordinários da América, e atuavam nos *cabildos*⁴⁹. Conforme informa Tamar Herzog, as causas cíveis e crimes provenientes da cidade e de 5 léguas ao redor poderiam ser recebidas, indistintamente, por qualquer um desses oficiais e aquele que conhecesse da causa primeiro ganhava a jurisdição sobre a mesma⁵⁰. Para além dos oficiais de justiça, outros agentes da administração, intitulados por *justicia mayor*, também entravam nessa conta. Por exemplo, numa cidade periférica como Santa Fé, cabeça da governação do Rio da Prata, o *gobernador* e seu *lugarteniente* eram considerados *justicias mayores* e como tais tinham competências de justiça, inclusive em primeira instância⁵¹.

Percebe-se, portanto, que na América hispânica, para além de mais “varas de justicia”, ou seja, de um número maior de ministros com autoridade delegada pelo rei para administrar a justiça em seu nome, havia um número maior de oficiais a quem também cabiam resolver demandas judiciais, como eram os *justicias mayores*. Este último aspecto não ocorre no Brasil, pois os oficiais responsáveis pela justiça, fosse ela ordinária ou régia, eram sempre juízes.

2.1.1. Administração da justiça aos povos indígenas

Explorando ainda a tipologia do oficialato da administração da justiça, encontramos na América hispânica uma jurisdição privativa para os índios, da qual não há um equivalente proporcional para o Brasil. A expressão *República de Indios*, ainda que se refira a uma divisão artificial entre índios e espanhóis, indicava uma tentativa por parte da coroa de separar e tratar de modo diferenciado as populações indígenas. Isto se efetivou até certo ponto com a criação de *reducciones*, que correspondia a uma tentativa de *hispanização* dos índios através do reagrupamento dos maiores conjuntos populacionais indígenas em territórios específicos, aliado à introdução de padrões de

⁴⁹ Uma boa comparação a nível municipal entre a América portuguesa e a América hispânica pode ser encontrada em MAGALHÃES, Joaquim Romero, «Elementos de história municipal comparada: os impérios português e espanhol no Atlântico» In IDEM *Concelhos e organização municipal na época moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 75-119. Para a administração da justiça, ver CAMARINHAS, Nuno; LEIVA, Pilar Ponce, «Justicia y letrados en la América Ibérica: administración y circulación de agentes en perspectiva comparada», In XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Frederico; STUMPF, Roberta (orgs.), *Monarquías ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 351-383.

⁵⁰ HERZOG, Tamar, 1995, p. 38-39.

⁵¹ BARRIERA, Darío, 2003.

comportamento europeu, incluindo aí a religião e o próprio sistema judicial. A resposta desigual das populações indígenas da América a essa conversão cultural e o alto grau de miscigenação e de presença de indivíduos indígenas nas cidades, no cotidiano dos espanhóis e dos seus descendentes tornaram inviável a construção de uma comunidade de índios totalmente separada de uma *República de Españoles*⁵².

Considerados de natureza inferior dentro da ordem social do Antigo Regime, a coroa procurou garantir proteção jurídica aos índios. Esta proteção revelava o caráter paternal do rei para com aqueles considerados menores, rústicos e inferiores, que estava na origem de alguns cargos, como o de *protector de los naturales* e o de *corregidor de indios*.

A natureza inferior dos índios traduzia-se juridicamente numa menoridade que necessitava da ação de uma tutela paterna, a ser exercida pelo rei e pela Igreja. Com o discurso de proteção às populações indígenas contra qualquer tipo de abusos dos conquistadores, criaram-se cargos e um tribunal específico para atender aos litígios envolvendo índios, fossem eles os requerentes ou os acusados. Dentre os ofícios estavam o de *Protector General de Indios*⁵³, que contava com um representante local nas províncias, o de *corregidor de indios*⁵⁴ e o de *juiz de naturales*. Esses oficiais deveriam atuar como procuradores dos índios, no caso do primeiro, ou como juízes em primeira instância no caso dos últimos. Havia também um tribunal destinado a julgar, sumariamente e sem custos, causas de alçada mais baixa que envolvessem índios. Eram os *Juzgados de naturales* e existiram no vice-reino do Novo México e, depois, no do Peru⁵⁵. No caso do *Juzgado* do México o vice-rei atuava como juiz das causas, acompanhado de um *oidor* da *Audiencia*. Para o Peru o juiz era o *corregidor*. Às sentenças atribuídas por esse juízo cabiam apelação para as *audiencias*.

No interior dessa estrutura, os próprios indígenas também atuavam diretamente ao ocupar ofícios da administração, como o de *alcaldes ordinarios*, escrivães e

⁵² ELLIOTT, John, *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*, Madrid, Taurus, 2006, p. 116-132.

⁵³ NÓVOA, Maurício, *The protector of Indians in the Royal Audience of Lima. History, careers and legal culture, 1575-1775*, Leiden, Brill Nijhoff, 2016.

⁵⁴ LOHMANN VILLENA, Guillermo, *El Corregidor de Indios en el Perú bajo los Austrias*, 2 ed., Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2001.

⁵⁵ Ver BORAH, Woodrow, *Justice by insurance. The General Indian Court of colonial Mexico and the Legal-Aides of the Half-Real*, Bekerley and Los Angeles, University of California Press, 1983; BORAH, Woodrow, «Juzgado General de Indios del Perú o Juzgado Particular de Indios de El Cercado de Lima» In *Revista Chilena de Historia del Derecho*, n. 6, 1970, p. 129-142.

*procurador de naturales*⁵⁶. No caso dos *procuradores de naturales* de Lima, Alcira Dueñas mostra como alguns índios com conhecimento jurídico conseguiram ser nomeados para este cargo depois de um longo processo de denúncia contra os espanhóis que serviam o mesmo ofício (por tirar vantagens dos índios, usando-se de meios para encarecer os processos judiciais) e valendo-se de fortes conexões locais e transatlânticas⁵⁷.

Apesar da instalação do aparelho judicial espanhol no território americano, as formas de justiça local mantiveram-se no interior das comunidades indígenas, especialmente nos *pueblos de indios*, isto é, nas cidades formadas a partir das antigas cidades indígenas. As lideranças indígenas principais, chamadas *caciques* ou *kurakas*, descendentes dos antigos líderes, eram os responsáveis pelas decisões em torno da justiça na comunidade, além de terem importância estratégica para os espanhóis, atuando muitas vezes como *brokers* entre ambos os povos.

O tratamento político dos portugueses para com os indígenas no Brasil não alcançou nem de longe os contornos da estrutura montada para os índios da Mesoamérica e dos Andes. Assim como boa parte dos juristas espanhóis, o direito português também considerava os índios como inferiores, como fica expresso na legislação sobre os mesmos⁵⁸. A legislação diferenciou os indígenas em dois grupos básicos: aqueles que colaboravam e aceitavam a política de evangelização e aqueles que se sublevavam contra os colonos. A estes eram legítimos a guerra e o cativeiro. Aos outros garantiam-se a catequese e a proteção jurídica contra possíveis excessos dos colonos.

Foi nesse sentido que se criou, em finais do século XVI, o cargo de *procurador dos indios*. Esse oficial deveria auxiliar juridicamente os indígenas, ouvindo e encaminhando suas queixas aos juízos responsáveis pelo conhecimento das mesmas. Infelizmente pouco se sabe acerca desses indivíduos, mas alguns exemplos mostram que

⁵⁶ GRAUBAT, Karen B., «Competing Spanish and Indigenous Jurisdictions in Early Colonial Lima» In *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, New York, Oxford University Press, 2016; DUEÑAS, Alcira, «The Lima Indian *Letrados*: Remaking the *República de Indios* in the Bourbon Andes» In *The Americas*, vol. 72(1), jan. 2015, p. 55-75.

⁵⁷ DUEÑAS, op. cit., 2015.

⁵⁸ Um resumo sobre a legislação portuguesa acerca dos indígenas pode ser encontrado em PERRONE-MOISÉS, Beatriz, «Índios livres e índios escravos: os princípios a legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)» In CUNHA, Manoela Carneiro da (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 2 ed., 1992, p. 115-132.

poderiam ser clérigos e mesmo bacharéis⁵⁹. O caminho processual poderia seguir duas vias: a do Juízo das Liberdades ou a da Junta das Missões⁶⁰.

O Juízo das Liberdades estava, conforme Márcia Mello, associado às ouvidorias de comarca e funcionavam como primeira instância. A partir de 1700, os ouvidores de Pernambuco, do Rio de Janeiro e da Bahia foram designados *juízes das causas das liberdades dos índios e tapuias*⁶¹. Diante da distância entre Olinda/Recife e os territórios sob jurisdição da Juntas das Missões de Pernambuco, concedeu-se ao ouvidor dessa capitania a possibilidade de conhecer as causas relativas ao cativo dos índios em ato de correição⁶². Essa função também foi concedida, em 1733, aos ouvidores da Paraíba, Alagoas e Ceará⁶³ e, posteriormente, ao ouvidor do Estado do Grão-Pará e Maranhão⁶⁴. Na década de 1740 o ouvidor de Pernambuco, Antônio Rebelo Leite, colocou algumas objeções à forma processual com que se processava a liberdade dos índios. Alegava o ouvidor que as provisões sobre essa questão “(...) determina que se defira a liberdade dos índios *breve e sumariamente, ouvida uma e outra parte em voz, sem figura, ou estrépito de juízo, sem despesa alguma dos miseráveis índios*”, sendo isto inconveniente “por não ser fácil formar conceito ou juízo certo do que se deve deferir ouvindo as partes somente em voz; principalmente sendo estas *rústicas*, que não sabem expor o direito que lhes assiste (...)”⁶⁵.

A apelação à sentença do ouvidor era encaminhada para as **Juntas das Missões**, tribunais instalados a partir do final do século XVII em algumas capitanias do Brasil, mas também presente em outros lugares ultramarinos, como Angola e Goa⁶⁶. Eram compostas pelo governador da capitania, pelo ouvidor da comarca, pelo bispo, por outros clérigos

⁵⁹ Fabrício Santos traz o caso de Bernardo Germano de Almeida, cônego e procurador dos índios da Bahia em meados do século XVIII. Já Alberto de Almeida e Amaral, procurador dos índios das missões de Pernambuco, era bacharel formado em Cânones. Cf. SANTOS, Fabrício Lyrio, *Da catequese à civilização. Colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1808)*, Tese em História, Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 169-171; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 37, D. 3364.

⁶⁰ MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e, «As apelações de liberdade dos índios na América portuguesa (1735-1757)» In *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005, p. 4-8. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0652.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2018.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 5; AHU, Códice 257, fl. 56.

⁶² AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 40, D. 3667.

⁶³ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 8, D. 691; AHU, Avulsos, Alagoas, Cx. 1, D. 83; AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 2, D. 140.

⁶⁴ MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza, «Desvendando outras Franciscas: mulheres cativas e as ações de liberdade na Amazônia colonial portuguesa», In *Portuguese Studies Review*, vol. 13, nº 1, 2005, p. 8.

⁶⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 56, D. 4879 (grifos nossos).

⁶⁶ No Brasil existiram Juntas das Missões na Bahia, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Pernambuco. Ver MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e, *Fé e império. As Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*, Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

das ordens religiosas e tratava de vários assuntos concernentes à administração dos índios, tais como o regime das missões, descimentos, resgates, guerras, trabalho e cativoiro dos índios. Também se poderia fazer petições de liberdade à Junta em primeira instância⁶⁷. Nesse caso, a petição seria avaliada pelo ouvidor, juntamente com o governador.

Todavia, no que dizia respeito aos delitos cometidos por índios, aplicava-se a justiça comum. Em 1746, por exemplo, alguns índios que estavam presos na Fortaleza do Cabedelo (Capitania da Paraíba), por crimes como excessos nas suas ações, fuga das aldeias e amancebamento foram enviados para cumprir pena na ilha de Fernando de Noronha, jurisdição da capitania de Pernambuco⁶⁸. O grande número de crimes cometidos por alguns grupos, classificados como «índios, bastardos, carijós, mulatos e negros» levou à criação, no século XVIII, da **Junta de Justiça**, um tribunal destinado a tratar de suas culpas. Elas funcionavam como uma instância judicial temporária, destinada a dar maior celeridade aos julgamentos de delitos cometidos por índios, mestiços, mulatos e negros, evitando, com isso, a permanência dos mesmos nas cadeias por demasiado tempo.

Embora ainda sejam poucos os dados quantitativos a respeito do acesso à justiça por parte dos índios no Brasil colonial, alguns estudos sobre pedidos de liberdade mostram que os canais de justiça foram sendo cada vez mais usados por eles⁶⁹. Não seria incoerente esperar também uma considerável taxa de utilização da justiça comum pelos indígenas nas suas diferentes condições jurídicas (aldeados, cativos, administrados e livres), e ainda mais pelos mestiços, que, “diluídos” entre os habitantes, eram numerosos nas capitanias⁷⁰.

O que se observa, portanto, quando se compara os grupos indígenas da América portuguesa e da América hispânica é a existência, em ambas, de uma estrutura particular

⁶⁷ IDEM, 2005, p. 7-9.

⁶⁸ AUC, CA, Cód. 35, fl. 217 e 263vs.

⁶⁹ Ver MONTEIRO, John, «Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo», In *Revista de História*, São Paulo, nº 120, jan./jul. 1989, p. 45-57; BOMBARDI, Fernanda Aires & PRADO, Luma Ribeiro, «Ações de liberdade de índias e índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará, primeira metade do século XVIII» In *Brasiliana – Journal for Brazilian studies*, vol. 5, n. 1, nov. 2016, p. 174-199; BRIGHENTE, Liliam Ferraresi, *Entre a liberdade e a condição particular: a condição jurídica do indígena na Vila de Curitiba (1700-1750)*, Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Federal do Paraná, 2012; MELLO, Márcia, op. cit., 2005.

⁷⁰ Os miscigenados compunham uma categoria populacional bastante ampla na América portuguesa e, a depender dos grupos étnicos envolvidos e da localidade, poderiam ter diferentes nomes (mulatos, pardos, bastardos, mestiços, carijós, mamelucos, etc). Os censos de população além de serem tardios para o Brasil, não refletem toda a variedade de cruzamentos possíveis, sendo esta uma possível razão para o elevado número de mulatos nos mapas de população de finais do século XVIII. Ver os vários artigos de *Anais de História de além-mar*, Lisboa, Ponta Delgada, Centro de História D’aquém e D’além-mar, Universidade dos Açores, vol. XVI, 2015.

destinada à administração dos índios. No entanto, a estrutura encontrada no lado espanhol mostra-se mais elaborada, apresentando mais cargos e instituições específicos para atender as demandas das populações indígenas. Outro ponto de contraste é a maior participação de índios no aparelho judicial hispano-americano tanto pleiteando, como enquanto oficiais, o que indica uma maior integração dos indígenas na administração hispânica do que na portuguesa. Apesar de não atingirem, na última, postos mais destacados na administração, sempre estiveram presentes de modo periférico, mas não menos importante, atuando como guias⁷¹ e correios⁷², por exemplo. O motivo para esta diferença pode estar relacionado ao maior grau de complexidade das populações indígenas da América hispânica, que já contavam com cidades, sistemas de tributação e de escrita, enquanto as populações indígenas encontradas no Brasil no momento da conquista ainda apresentavam um nível menor de sedentarização e uma organização social com um grau menor de hierarquização.

2.1.2. Ministros: número, naturalidade, carreira e mecanismos de controle

Em termos quantitativos, o número de oficiais atuando na América hispânica foi superior àquele que servia no Brasil. Se contabilizarmos apenas os ministros nomeados desde finais do século XVII até o fim da primeira metade do século XVIII, as *Audiencias* superavam em três vezes o número de desembargadores nomeados para as Relações da Bahia e do Rio de Janeiro, como mostra a tabela abaixo:

⁷¹ Por exemplo: “Capitão-mor da capitania do Rio Grande. Ao Desembargador Cristóvão Soares Reimão [ouvidor da Paraíba] tenho encarregado de várias diligências de meu serviço no Assú e Jaguaribe. E porque para elas lhe pode ser necessário gente que o acompanhe me pareceu ordenar-vos lhe deis a este ministro os soldados e índios que o acompanhe que vos pedir para as tais diligências (...). Lisboa a 5 de junho de 1703 =Rei=”, AHU, Códice 257, fl. 129vs.

⁷² Por exemplo: “Francisco de Castro Morais [governador de Pernambuco]. Vi o que me escrevestes em cartas de 8 de janeiro deste ano, em que me dais conta de haver mandado pagar aos soldados a vintém por légua quando são mandados por correios com cartas importantes a meu serviço às partes onde é necessário sendo muitas vezes as distâncias de cem, duzentas e mais léguas e estar em estilo quando vão cartas para o Maranhão levarem-nas os índios do Ceará e vindo com respostas se lhes não dar coisa alguma, e somente aos que vinham do Ceará a essa praça, se lhes dava pataca e cinquenta réis para comerem cada dia que aí se dilatasse. E pareceu-me dizer-vos que à vossa disposição deixo arbitres assim aos soldados que vão como correios, como aos índios que vem do Ceará com avisos, o que entenderdes pode ser proporcionado ao seu trabalho de maneira que assim uns e outros fiquem satisfeitos. Escrita em Lisboa a 7 de outubro de 1706 =Rei=”, AHU, Códice 257, fl. 195.

Tabela 01: Número de ministros nas Américas hispânica e portuguesa, com especificação da naturalidade (1687-1808)

	Ministros das <i>Audiencias</i>				Ministros da Relação da Bahia				Ministros da Relação do Rio de Janeiro			
Naturalidade	Peninsulares	<i>Criollos</i>	Desconhecido	Total	Reino e ilhas	Brasil	Desconhecido	Total	Reino e ilhas	Brasil	Desconhecido	Total
1687-1750	158	139	16	313	94	3	2	99	-	-	-	-
1751-1808	203	62	1	266	*	*	*	*	38	16	30	84

Fonte: Elaborado a partir de BURKHOLDER, Mark & CHANDLER, D. S., *De la impotência a la autoridad, La corona española y las Audiencias en América (1687-1808)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984, p. 203. SCHWARTZ, Stuart, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A Suprema corte da Bahia e seus juízes (1609-1751)*, São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 315-323. Alguns dados de naturalidade que não estão presentes em Schwartz foram acrescentados a partir das informações contidas em SÃO BENTO, Luís de; SOARES, António, *Memorial de Ministros: catálogo alfabético dos ministros de letras*, estudo e transcrição de Nuno Camarinhas, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; São Paulo, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura, 2017; WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, *Direito e justiça no Brasil colonial. O Tribunal de Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*, Rio de Janeiro, Renovar, 2004, p. 268-269.

*O quantitativo dos ministros da Relação da Bahia na segunda metade do século XVIII foi levantado por Nuno Camarinhas, mas a forma de apresentação dos dados pelo autor não nos permite aproveitá-los para este quadro. CAMARINHAS, Nuno, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2010, p. 89.

É certo que a quantidade de *Audiencias*, sendo muito maior do que a de Relações, admitia um número superior de nomeações. Havia 76 lugares nos tribunais hispanoamericanos contra somente 8 no Brasil, em 1660⁷³. Essa constatação, no entanto, só é válida até certa medida por duas razões. Uma é a pouca rotatividade do sistema de nomeações para os lugares letrados das *Audiencias* americanas. O outro motivo refere-se à possibilidade de compra de cargos, o que não acontecia nos tribunais do Brasil. Este fator também ajuda a explicar em parte a maior participação dos naturais da América (*criollos*) nas *Audiencias* em comparação com os nascidos no Brasil.

⁷³ BURKHOLDER, Mark, «Los ministros de las Audiencias del Mundo Hispánico durante el siglo XVIII: un estudio prosopográfico» In BARRIOS, Feliciano (Coord.). *El gobierno de un mundo. Virreinos y Audiencias en la América Hispánica*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Fundación Rafael del Pino, 2004, p. 840; SCHWARTZ, Stuart, 1979, p. 199.

A venda de cargos nas *Audiencias* começou de modo sistemático em 1687⁷⁴. A partir daí até 1750, a coroa espanhola viveu uma «era de impotência» conforme apontam Burkholder e Chandler. Esse período foi marcado por uma crescente venda de lugares letrados nos tribunais da América, levando a um enfraquecimento do poder da coroa e comprometendo a integridade do sistema judicial, uma vez que modificou os antigos critérios de nomeação baseados na antiguidade e no bom serviço.

A venda de cargos aumentou a participação de naturais da América nas *audiencias* e não só entre os *criollos*, mas também entre aqueles nascidos na mesma jurisdição do tribunal para o qual haviam sido nomeados. A coroa procurava evitar este tipo de nomeação, a fim de garantir o isolamento social dos magistrados, mas a venda de cargos e de outros tipos de licença foram minando os antigos critérios pelos quais se regulava o sistema judicial letrado. Segundo dados apresentados por Ángel Sanz Tapia, entre 1683 e 1700, de 147 provimentos, 29% eram de cargos supernumerários ou futuros⁷⁵. Das mesmas 147 nomeações, 59 foram em benefício (comprados), distribuídas da seguinte forma: 21 para cargos em propriedade, 11 para cargos futuros e 27 para supernumerários⁷⁶. O recurso às vendas implicou um aumento de lugares nos tribunais, especialmente dos supernumerários e dos futuros, e entre os providos cresceu a participação dos *criollos*. Dos 59 cargos em benefício anteriormente citados, 41 foram destinados a *criollos*, sendo as *audiencias* vice-reinais de México e Lima as mais procuradas⁷⁷.

Se a possibilidade de compra de nomeação em uma audiência permitiu aos *criollos* ingressar em maior quantidade nos tribunais americanos, outro motivo não pode deixar de ser levado em consideração quando se pensa nessa realidade para o Brasil: a existência

⁷⁴ BURKHOLDER, Mark & CHANDLER, D. S., *De la impotência a la autoridad, La corona española y las Audiencias en América (1687-1808)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984 [primeira edição em inglês de 1977].

⁷⁵ Os lugares letrados nas *audiencias* poderiam ser de naturezas diversas. Os de *número* ou *numerarias*, representavam o quadro fixo de oficiais de cada tribunal. Os lugares *supernumerarios* equivaliam aos ministros excedentes, mas que exerciam funções e geralmente gozavam de todos os privilégios de um ministro numerário. As promessas de assento em um tribunal eram conhecidas como lugares *futurarios*. Apesar de ser o reconhecimento de uma nomeação futura, estes ministros poderiam substituir os numerários em caso de doença ou ausência destes. Havia ainda os lugares *interinos*, os *honorários* e os *en depósito*. Os dois primeiros correspondiam exatamente ao que querem dizer: temporários e que conferiam dignidade. Os lugares de *depósito*, por fim, reservavam-se aos ministros que eram remanejados para outras *audiencias* com finalidade de prevenção ou punição ou, ainda, para aqueles indivíduos que esperavam pela admissão em outro tribunal. GRANDÓN, Javier Barrientos, *Guía prosopográfica de la judicatura letrada indiana (1503-1898)*, Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2000, P. 14-18.

⁷⁶ TAPIA, Ángel Sanz, «La justicia en venta. El beneficio de cargos americanos de audiencias bajo Carlos II (1683-1700)» In *Anuario de Estudios Americanos*, vol. 69, n. 1, 2012, p. 76-78.

⁷⁷ TAPIA, Ángel Sanz, op. cit., p. 84.

de universidades no território americano. Ainda que houvesse uma diferenciação entre os formados nas universidades americanas e nos Colégios Maiores, que correspondiam às universidades de Salamanca, Alcalá de Henares e Valladolid, no ingresso aos postos mais elevados da administração, as universidades americanas foram fundamentais para garantir aos naturais o acesso à formação em Direito, evitando os altos custos de viagem e de permanência na corte. De acordo com Burkholder, dos *criollos* nomeados para as Índias em 1750, 34,2% se formaram nos Colégios Mayores e 36,8% nas duas principais universidades americanas, San Marcos e do México⁷⁸, revelando a importância dessas instituições para os naturais da América.

Para a magistratura luso-brasileira, ao contrário, Coimbra configurou-se como a única opção possível até o século XIX. Para a comunidade de bacharéis, a formação universitária não constituiu um fator de diferenciação entre reinóis e naturais do Brasil. Pelo contrário, ajudou a construir uma identidade comum para magistratura, através da frequência de um quadro comum de disciplinas, ensinado por um corpo regular de docentes. Não seria, portanto, algo surpreendente que bacharéis que tivessem estudado juntos ou em anos próximos se reencontrassem servindo postos na mesma jurisdição ou tribunal, ou ainda em situações mais delicadas, tirando as residências uns dos outros.

Se, por um lado, há mais judicaturas na administração espanhola, por outro, a circulação dos magistrados acontece com menor frequência. A magistratura portuguesa, para entrar no serviço régio, precisava graduar-se em Direito (cânones ou leis), atuar por dois anos num auditório de algum tribunal como advogado, prestar um exame junto ao Desembargo do Paço (tribunal que geria os assuntos relativos à magistratura) e concorrer aos lugares de letras⁷⁹. A rigor, não deveriam ser cristãos novos, nem ter ascendência mecânica, embora o defeito mecânico pudesse vir a ser dispensado⁸⁰. As carreiras dos ministros faziam-se de modo bastante coeso, havendo quatro tipos definidos: as carreiras desenvolvidas exclusivamente em judicaturas periféricas, aquelas com passagem pelo ultramar, um terceiro tipo constituído pelos bacharéis que alcançavam os tribunais de relação e por aqueles que seguiam o caminho do ensino na universidade⁸¹.

Se, idealmente, o propósito precípua dos magistrados era obter um lugar num dos tribunais do Reino, desenvolver parte da carreira no ultramar foi uma opção seguida por

⁷⁸ BURKHOLDER, 2004, p. 851.

⁷⁹ Este processo encontra-se recomposto com detalhes em CAMARINHAS, 2010, p. 234-263.

⁸⁰ CAMARINHAS, 2010, p. 246-253.

⁸¹ CAMARINHAS, 2010, p. 276-312.

muitos. Servir no ultramar correspondia a uma aceleração nas etapas de carreira. Embora se pudesse ter apenas uma nomeação para a Relação da Bahia ou de Goa antes de ingressar num tribunal real, o mais comum foi servir nos lugares de juiz de fora e de ouvidor antes de ascender à Relação da Bahia e daí seguir para o reino. No caso do Estado da Índia, o ascenso era mais rápido, assinalando a dignidade que tinha o serviço nesse espaço.

As nomeações eram, por praxe, trienais para juizes de fora e ouvidores, podendo haver uma recondução aos mesmos lugares, e de seis anos para os desembargadores das Relações. Para disputar essas judicaturas, abriam-se concursos realizados pelo Desembargo do Paço. Embora não se tenha muitos detalhes sobre esse processo, ao que tudo indica colocavam-se editais para boa parte dos lugares vagos, permitindo aos bacharéis disponíveis concorrer⁸². A partir da segunda metade do século XVIII é possível encontrar nomeações de magistrados para o Brasil por via de decretos, o que, a princípio, dispensaria a formalidade da consulta.

A nomeação por decreto foi bastante comum na América hispânica, especialmente em se tratando da obtenção de um cargo por benefício. Quando se nomeava por consultas, estas eram elaboradas pelo *Consejo de Índias* e a forma assumida nesse conselho diferia do realizado pelo Desembargo do Paço nomeadamente com relação à recolha de informação dos candidatos. Para os cargos da administração régia nas Índias, a fixação de editais não foi recorrente. O *Consejo de Índias* dispunha de informações sobre o oficialato que eram obtidas de várias formas, mas especialmente através de memoriais enviados pelos próprios oficiais ao *Consejo*, destacando sua formação e méritos. Era a partir desses dossiês individuais que se elaborava uma lista com os potenciais candidatos a determinado cargo. A consulta subia ao rei, que nomeava. O indivíduo escolhido era avisado da sua nomeação e, aceitando-a, deveria pagar os impostos relativos ao cargo antes de tomar posse⁸³.

⁸² Trataremos com mais detalhe dos concursos no capítulo 4. De acordo com Nuno Camarinhas, até 1759 eram realizados concursos gerais para prover os lugares de letras vagos, iniciando-se pelos mais altos até as judicaturas menores. A partir daquela data, no entanto, por lei régia determinava-se a nomeação dos magistrados à medida que os lugares fossem vagando, a fim dar assim maior celeridade a esse expediente. Ver CAMARINHAS, 2010, p. 265-266.

⁸³ Este processo está descrito em Lejonagoitia, Guillermo Burgos, *Gobernar las Indias. Venalidad y méritos en la provisión de cargos americanos, 1701-1746*, Almería, Editorial Universidad de Almería, 2014, cap. 5.

Sendo os lugares das *audiencias* cargos vitalícios, a rotatividade nesses tribunais era mais reduzida, limitando-se a vacância de um lugar por morte ou por promoção dos seus ministros. A carreira no interior das *audiencias* ocorria tanto a nível do próprio tribunal, passando-se de *fiscal* para *oidor*, ou de uma audiência para outra, por exemplo, ocupando as *audiencias* do México e do Peru o ápice dessa estrutura na América⁸⁴. Para além de ter uma rotatividade menor, a venda de cargos nas *audiencias* acabou prejudicando o sistema de ascenso dos ministros, visto que a nomeação pela via do benefício deixou, muitas vezes, de garantir a promoção de ministro a quem estava destinada por mérito. Isto acabava por comprometer todo o sistema, pois a cada vez que um ministro era promovido outros o acompanhavam, em cadeia. No Brasil, sendo as nomeações de carácter temporário, inclusive as das Relações, garantia-se um fluxo constante de circulação dos magistrados. Isto não impediu, contudo, o problema da relação deficitária entre assentos disponíveis e número de ministros. Uma das maneiras pelas quais se remediou essa desigualdade foi nomeando-se um magistrado, a quem cabia uma promoção, numa judicatura inferior fazendo-se nela o lugar de desembargador do Porto⁸⁵.

A rotatividade dos ministros hispano-americanos não era apenas reduzida no interior dos tribunais americanos, como também entre o espaço americano e o reino. Enquanto para os magistrados luso-brasileiros era praticamente certa a progressão de desembargador da Relação da Bahia, do Rio de Janeiro ou de Goa para algum dos tribunais ou conselhos de Portugal, para os hispano-americanos que serviam nas *audiencias* isto ocorria com frequência reduzida, pelo menos até a década de 1760⁸⁶.

A participação dos naturais do Brasil nas Relações, e mesmo o número de bacharéis formados, foi pequena se comparada com a América hispânica. Os estudantes provenientes do Brasil totalizavam apenas 10,5% de toda a população estudantil de Coimbra entre 1700 e 1771. Apesar de ser um percentual pequeno, correspondia ao segundo grupo mais numeroso, superado apenas pelos continentais, que compunham a participação majoritária de alunos⁸⁷. Em consequência, também formavam o segundo

⁸⁴ BURKHOLDER & CHANDLER, 1984, p. 16.

⁸⁵ CAMARINHAS, 2010a, p. 294.

⁸⁶ BURKHOLDER, 2004, p. 846.

⁸⁷ O valor de 10,5% refere-se à soma dos formados em cânones e leis. O autor ainda apresenta o valor relativo aos nascidos no Brasil formados em medicina, que corresponde a 4,1%. FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra, (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, por ordem da Universidade, p. 170.

grupo mas significativo de magistrados com origem geográfica conhecida que ingressavam nos lugares de letras⁸⁸. As elites *criollas*, por sua vez, tinham a seu dispor mais de quarenta universidades na península e na América até o final do século XVII⁸⁹, cabendo, principalmente, ao cabedal disponível para escolher entre o prestígio de algumas das principais universidades da Europa, e com isso ter melhores garantias de postos na administração, ou permanecer no continente americano mas, ainda assim, poder desfrutar de conceituadas universidades, como eram as de Lima e do México. Isso ampliava enormemente a possibilidade das elites locais de terem um letrado na família.

No que diz respeito ao controle dos magistrados, as monarquias ibéricas dispunham de mecanismos bastante similares. No caso português, as residências constituíram uma das principais formas de avaliação e fiscalização do oficialato régio. Elas correspondiam a um exame da atuação dos oficiais de nomeação régia que acontecia no final do tempo de serviço em determinado cargo. Dar uma boa residência era condição *sine qua non* para a progressão na carreira, pois esta avaliação entrava como critério para a nomeação de cargos futuros. O mesmo se passava para as Índias. Geralmente, em ambos os territórios o procedimento era similar. Um juiz sindicante era nomeado para tirar a residência de um magistrado. Muitas vezes esse juiz era o próprio sucessor do sindicado ou pertencia a uma jurisdição próxima. A residência deveria ser anunciada no território em que atuava o magistrado a fim de que as pessoas que tivessem alguma queixa contra o mesmo pudessem expô-la ao juiz sindicante. Além de abranger uma etapa de inquirição de testemunhas, a residência previa uma averiguação da atividade dos ministros e dos oficiais a eles relacionados⁹⁰.

Conforme discutiremos no capítulo 4, o alcance das residências como forma de controle da magistratura pode ser relativizado, dado que, em sua generalidade, os juízes eram bem avaliados, apesar da existência de várias queixas contra os mesmos. Não se podendo atribuir tudo a denúncias provenientes de inimizades, concordamos com Tamar Herzog quando analisa as residências de Quito como instrumentos que avaliavam mais a

⁸⁸ Ver dados em CAMARINHAS, Nuno, 2010a, p. 140.

⁸⁹ KAGAN, Richard, *Universidad y sociedad en la España moderna*, Madrid, Editorial Tecnos, 1981, p. 107.

⁹⁰ Este procedimento encontra-se detalhado para as Américas hispânica e portuguesa em HERZOG, Tamar, «La comunidad y su administración. Sobre el valor político, social y simbólico de las residencias de Quito (1653-1753)» In *Mélanges de la Casa de Veázquez* [en línea], 34-2, maio de 2010, p. 161-183 e CAMARINHAS, Nuno, «As residências dos cargos de justiça letrada» In STUMPF, Roberta & CHATURVEDULA, Nandini (orgs.), *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2012, p. 161-172.

justiça enquanto corpo social do que os indivíduos em si. Como teremos oportunidade de defender mais adiante, a questão maior era a administração da justiça e não o juiz propriamente e aquela deveria ser sempre imparcial, reta e justa. Assim, as residências se configuram mais como um mecanismo de manutenção da paz social do que de monitoramento dos juízes.

A administração espanhola dispunha ainda de dois dispositivos que se enquadram mais adequadamente à tentativa de se exercer um controle maior sobre a magistratura. Referimo-nos às *pesquisas* e às *visitas*. Ambas eram semelhantes e diferiam, basicamente, no âmbito de ação, apresentando, as pesquisas, questões mais pontuais e incidindo exclusivamente sobre oficiais, enquanto as visitas poderiam ter um caráter tanto individual como coletivo⁹¹. Ao contrário das residências, as pesquisas e visitas não eram regulares, sendo feitas apenas quando havia denúncias que necessitavam de averiguação, sendo normalmente realizadas por um ministro de fora. Produziam um efeito punitivo mais visível, através de multas pecuniárias, desterro para outra cidade ou afastamento temporário do cargo, não sendo comum, entretanto, a suspensão definitiva do serviço régio⁹².

Para o Brasil também ocorreram investigações particulares de magistrados, mas não de Relações até onde temos informação. Contudo, este procedimento não era muito difundido, sendo mais comum que as queixas contra os ministros fossem averiguadas no momento de suas residências⁹³. Embora fosse uma situação rara, os magistrados podiam ser riscados, ou seja, suspensos, do serviço real, mas esta decisão não costumava ser permanente e após algum tempo podiam voltar a ser nomeados para novos lugares⁹⁴.

Outro ponto em que ambas as monarquias ibéricas se preocuparam foi promover certa distância entre os juízes e as sociedades locais, com o propósito de garantir a desterritorialização de seus interesses. Para isso, estabeleceram leis proibitivas de comércio, de receber presentes, de se casarem com mulheres de suas jurisdições, de

⁹¹ HERZOG, Tamar, Ritos de control, prácticas de negociación: pesquisas, visitas y residências y las relaciones entre Quito y Madrid, (1650-1750), Madrid, Fundación Hernando de Larramendi, 2000, p. 5-6.

⁹² GONZÁLEZ, Inés Gómez, «¿Un medio de control extraordinario? Las visitas particulares y secretas a los magistrados de las chancillerías e audiencias castellanas» In STUMPF & CATUVERDULA, *op. cit.*, p. 158.

⁹³ AHU, Códice 261, fl. 108.

⁹⁴ Para a capitania de Pernambuco, há o caso de Francisco Pereira de Araújo, que foi riscado do serviço real por 10 anos. Infelizmente, não foi possível encontrar notícias se este magistrado foi readmitido. BNP, códice 10856, fl. 295vs.

possuírem terras, de apadrinharem crianças, etc⁹⁵. Nesse aspecto, toda a normativa instituída não foi suficiente e os ministros continuaram a observar as proibições. Algumas licenças, como os casamentos, poderiam ser concedidas pelo rei, favorecendo especialmente os casamentos com mulheres da terra. Ainda que não pertencessem às mesmas jurisdições dos magistrados, não deixava de significar um vínculo mais forte com a região.

As licenças para casamentos com mulheres do Brasil precisavam ser pedidas ao rei, que não dificilmente as concedia. O mesmo se passava com os ministros das *audiencias*, com a diferença de ser possível a compra desse tipo de licença durante o período de venda de cargos⁹⁶. O elevado número de pedidos negados entre os hispano-americanos, contudo, dá uma ideia de como a coroa tentou ter algum controle sobre esse tipo de dispensa⁹⁷. Havia, ainda, os que não a pediam e foram de alguma maneira punidos com multas ou transferência, mas dificilmente acontecia de serem suspensos do cargo. Tratou-se, portanto, de uma proibição que em grande parte das vezes era permitida pela coroa ou que simplesmente não se obedecia. Enrique Soria Mesa entende essa exigência da coroa espanhola não pelo imperativo da mera proibição, mas como uma forma de o rei ou o poder central exercerem algum controle, enquanto árbitros, dos casamentos concedidos ou não⁹⁸.

Ainda que não tenhamos uma estimativa de pedidos negados para a magistratura portuguesa, o argumento de Enrique Soria parece-nos perfeitamente aplicável ao caso português. No fundo, não se tratava somente de impedir matrimônios com mulheres da mesma jurisdição, com a finalidade de evitar todos os inconvenientes que isto trazia para a boa administração da justiça, mas de ter meios de regular a relação entre magistratura e sociedade, tendo em vista que havia outras situações em que esse tipo de regulação era mais complicado de se conseguir. A posse de propriedades, o recebimento de presentes e o envolvimento com o comércio eram comportamentos mais difíceis de serem controlados, principalmente no ultramar, tanto porque eles aconteciam num nível mais

⁹⁵ SCHWARTZ, Stuart, 1979, cap. 8; GARRIGA, Carlos, 2006, p. 110-124.

⁹⁶ BURKHOLD & CHANDLER, 1984, p. 51.

⁹⁷ Enrique Soria Mesa não apresenta, contudo, números exatos sobre os pedidos. Nas palavras do autor, “The archives contain countless permissions, but much more petitions, a very great number of which were denied, often on the grounds of their manifest effrontery that the Crown considered unacceptable”. MESA, Enrique Soria, «Family, Bureaucracy and the Crown. The wedding market as a form of integration among Spain elites in the Early Modern Period» In CARDIM, Pedro [et al], *Polycentric monarchies: how did early modern Spain and Portugal achieve and maintain a global hegemony?*, Eastbourne, Sussex Academic Press, 2012, p. 79.

⁹⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 78-80.

íntimo e velado, quanto porque os magistrados ocupavam um patamar privilegiado na hierarquia social de Antigo Regime. Apenas o mecanismo de *check and balance*, juntamente com as denúncias particulares enviadas ao rei, ofereciam informação e meios de se ter alguma fiscalização sobre os oficiais régios acerca desses particulares.

2.1.3. A justiça em símbolos: o selo régio, a vara e a toga

Por fim, para concluir este esquema comparativo entre os aparelhos judiciais e os ministros das Américas hispânica e portuguesa, destacamos o aspecto simbólico que envolvia a justiça. Em ambas as partes do continente americano, os magistrados eram vistos como representantes da justiça régia, que constituía, segundo a teoria corporativa do Antigo Regime, a função primeira do rei⁹⁹. Nesse sentido, os bacharéis nomeados pelo monarca para administrar a justiça em seu nome representavam-no nos territórios onde o rei estava ausente. A manifestação simbólica da justiça régia se fazia por atributos particulares, tais como as vestimentas, as varas e os selos. Estes simbolismos eram essenciais para afirmar a imagem dos magistrados como autênticos representantes da soberania régia junto ao corpo social. A sociedade de Antigo Regime valorizava de forma particularmente acentuada estes símbolos e a forma como se tornam visíveis a toda a comunidade nos rituais públicos, distinguindo, portanto, os seus portadores pela exclusividade de os levarem.

A historiografia hispanoamericana tem destacado o papel das *audiencias* como corporificação do rei nas Índias¹⁰⁰. Isso tanto porque o corpo de ministros nelas presente representavam a pessoa do rei, como por sua condição de portadoras do selo régio. Estudos como o de Margarita Gómez Gómez tem mostrado que o selo cumpria um papel fundamental da representação régia nas partes mais distantes, como o ultramar. O selo dava voz ao rei e imprimia sua autoridade aos documentos administrativos. O uso do selo pelas *audiencias* ficava expresso pelos documentos que estabeleciam suas competências

⁹⁹ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. «A representação da sociedade e do poder», In MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, 121-145; LORENTE, Marta; VALLEJO, Jesús (coord.), *Manuel de Historia del Derecho*, Valencia, Tirant lo Blanch, 2012.

¹⁰⁰ CAÑEQUE, Alejandro, «El simulacro del rey» In AZNAR, Daniel, HANOTIN, Guillaume, MAY, Niels F. (Coords.), *À la place du roi: vice-rois, gouverneurs et ambassadeurs dans les monarchies française et espagnole (XVIe-XVIIIe siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2014, p. 181-201.

e funcionamento, chamadas de *ordenanzas*. O cerimonial de transporte do selo era determinado previamente, revelando-se bastante complexo e ritualístico, consoante a sua condição de importância enquanto representação da pessoa do rei¹⁰¹. O selo real não só conferia autoridade e validade às provisões e cartas passadas pelas *Audiencias*, como era sob a sua presença que se davam os juramentos e posses dos ministros e presidentes, demonstrando também seu valor enquanto presença viva do monarca.

A Coroa portuguesa também contava com um selo régio que validava os atos administrativos emitidos pelo rei que ficavam registrados na chancelaria do Reino. O selo era mantido na posse do Chanceler-mor, que deveria ser pessoa “de boa linhagem e de bom entendimento, virtuoso, letrado e de bom acolhimento às partes”¹⁰². Também tinha a sua custódia o chanceler da Casa da Suplicação, tribunal que dividia juntamente com a Relação do Porto o espaço judicial de Portugal, atuando tanto como tribunal de relação, como corte superior, constituindo a última instância para recursos¹⁰³.

Uma das funções principais do chanceler era verificar se as sentenças dos desembargadores estavam corretas e de acordo com o direito para depois selá-las. Os tribunais de relação do Brasil tinham como modelo a Casa da Suplicação. Nos seus regimentos é comum encontrar a indicação para se seguir o regimento da Casa da Suplicação em tudo aquilo que não estivesse expresso nos seus próprios regimentos. Quando comparamos as normativas sobre os funcionamentos dos tribunais no reino e no Brasil, não encontramos diretrizes tão específicas sobre o uso do selo régio, nem uma simbologia tão forte como a apresentada nas *audiencias* e chancelarias da América e Reino de Castela.

Seguindo o modelo da Casa da Suplicação, as Relações do Brasil também tinham um chanceler, que ficava responsável pelo uso do selo¹⁰⁴. No Estado da Índia passava-se

¹⁰¹ A solenidade para o recebimento do selo régio pela Audiencia do Panamá, criada em 1538, por exemplo, previa que “quando el nuestro sello real entra en qualquiera de las nuestras Audiencias reales destos reynos, entra con la auctoridad que sy nuestra persona real entrase y assí es justo y conuiene que se haga en essa tierra, por ende, yo vos mando que llegado el dicho nuestro sello real a esa tierra, vosotros y las justicias y regimiento dessa çibdad salgáys vn buen trecho fuera della a reçibir el dicho nuestro sello y desde donde estuuire hasta essa çibdad vaya ençima de una mula o de un caualllo bien adereçado y el obispo dessa prouincia y el oydor más antiguo de vosotros le lleuad en medio con toda la beneraçión que se requiere, segund y commo se acostunbra hazer en las Audiencias reales destos reynos”. Archivo General de Índias, Panamá, 235, lib. 7, h. 150 v.-151 r, transcrito por GÓMEZ GÓMEZ, Margarita, op. cit., p. 228.

¹⁰² Ordenações Filipinas, livro 1º, título 2.

¹⁰³ CAMARINHAS, Nuno, «A Casa da Suplicação nos finais do Antigo Regime (1790-1810)» In *Cadernos do Arquivo Municipal*, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª série, n. 2, jul.-dez. 2014.

¹⁰⁴ Regimento da Relação da Casa do Brasil (1652), §27 e Regimento da Relação do Rio de Janeiro (1751), §47.

quase o mesmo. A Relação de Goa dispunha, igualmente, de um chanceler, mas a diferença estava na sua equiparação ao Chanceler-mor do Reino e não ao chanceler da Casa da Suplicação, conferindo-lhe, com isso, maior graduação e autoridade. Ainda no Brasil, no período de supressão da Relação da Bahia, quando retornou o cargo de ouvidor-geral do Estado do Brasil, a posse do selo manteve-se com os ouvidores-gerais, conforme indicam os regimentos de 1628, 1630 e 1643. Além desses, o regimento do ouvidor do Estado do Maranhão de 1644 também faz menção equivalente.

As sentenças que por vós houverdes de passar serão feitas em meu nome, e assignadas por vós, e *seladas com o sello de minhas armas, que para isso levareis, e servireis de Chancellor da Ouvidoria, e tereis em vosso poder o dito sello, e sellareis com elle as ditas sentenças e cartas*, das quaes se pagarão e arrecadarão para mim os direitos, conforme aos que se pagam na minha Chancellaria da Côrte, de que levareis certidão do Escrivão da dita Chancellaria; os quaes direitos se carregarão sobre o Recebedor da Cancellaria, pelo Escrivão della (grifos nossos)¹⁰⁵.

Dessa maneira, à luz da legislação publicada para a América, em meados do século XVII, há referência a selos régios na posse do chanceler da Relação da Bahia (1609-1626/1652), do ouvidor do Estado do Brasil (regimentos de 1628, 1630 e 1643) e do ouvidor do Estado do Maranhão (1644).

Quando observamos as realidades das *audiencias* americanas, fica visível que o selo na monarquia hispânica adquiriu uma importância diferenciada daquela encontrada na monarquia portuguesa. Nesta, o selo parece ter apenas um valor de validação dos documentos através da chancela do rei, enquanto que naquela, para além dessa dimensão, apresentava um simbolismo bastante contundente de representação da pessoa régia. Ainda que compartilhando de uma cultura política semelhante, que no campo da justiça identificava os juízes como personificações da justiça do rei, as formas de representar o soberano admitia variações. Festas, solenidades variadas e procissões foram maneiras de fazer o soberano presente em locais distantes. O lugar ocupado por cada oficial nesses eventos não só constituía um retrato da hierarquia social do Antigo Regime, como demarcava as fronteiras da distância ou proximidade com o rei.

¹⁰⁵ «Regimento dado a Paulo Leitão, ouvidor-geral do Brasil (1628)» In SILVA, José Justino Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1627-1633*, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1855, p. 126, §15.

Se para a América hispânica, o selo figurou como um elemento importante da presença e justiça do rei nas *audiencias*, no Brasil outros símbolos foram mais valorizados, embora não na mesma intensidade, tais como o porte da **vara**, isto é, uma espécie de bastão que, a depender da cor, identificava a justiça régia (vara vermelha) e a ordinária (vara branca). O uso da vara conferia autoridade àquele que a portava, traduzindo, visualmente, a importância social de seu portador. Em 1710, por exemplo, o ouvidor de Pernambuco, José Inácio de Arouche, que também estava responsável pela diligência do tombo das terras da câmara de Olinda, solicitava ao rei oficiais e o “conceder-se-lhe o usar de vara alçada para maior autoridade”¹⁰⁶. Na capitania do Rio Grande, foi o rei informado de que os capitães-mores não consentiam que os juízes ordinários entrassem em sua casa ou na Fortaleza da cidade do Natal com as varas alçadas¹⁰⁷. O mesmo se passou no Maranhão, no ano de 1717, tendo os ouvidores e juízes ordinários que arrumarem suas varas antes de entrarem na sala onde o governador os recebia, sendo isto contra a lei e contra “o que se observa neste Reino, pois os Ministros que vêm à minha presença são obrigados a trazê-las como insígnias dos lugares que ocupam”¹⁰⁸.

Além da vara, o uso da beca ou toga como vestimenta fazia-se indispensável aos magistrados. Estes seriam os símbolos mais impactantes visualmente no meio social, para além do próprio lugar ocupado por esses indivíduos nas liturgias de poder. Embora não se conheçam muitas pinturas de magistrados para o mundo português¹⁰⁹, além da vara e da toga como insígnias de sua função, outros símbolos como a cruz de Cristo para os distinguidos com a mercê de Cavaleiros da Ordem de Cristo cumpriam uma função complementar nesse universo simbólico.

¹⁰⁶ AUC, Conde dos Arcos, Cód. 33, fl. 412vs, nº 81.

¹⁰⁷ IHGRN, Cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal, livro 7, fl. 52.

¹⁰⁸ AHU, Códice 269, fl. 85.

¹⁰⁹ Em parte, isto se explica por um desestímulo da Coroa em permitir o retrato e a exposição pública de pinturas dos magistrados e governadores. Com maior frequência existem pinturas dos vice-reis da Índia, dado o caráter distintivo desse lugar. Em 1688, o ouvidor de Rio de Janeiro, Tomé de Almeida e Oliveira, foi retratado pela câmara de São Paulo “para memória e emulação dos mais sucessores”, pela correição que fez na sua comarca, indo a lugares que nenhum ouvidor ainda tinha ido e dando “forma para os povos se governarem e conhecerem as Leis de Sua Majestade”. A este retrato opuseram-se o Bispo e também o rei, que fez circular uma provisão, que chegou também a Angola, proibindo que as câmaras colocassem retratos dos governadores e ouvidores nas casas das câmaras e outras partes públicas. Outra tentativa foi feita pela Câmara do Rio Grande, em 1703, que pediu autorização para retratarem o governador de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas, porém sem efeito. AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 5, D. 520; *Arquivos de Angola*, Luanda, Repartição Central de Estatística Geral, vol. II, nº 7 e 8, abril e maio de 1936, p. 17-18; AHU, Códice 257, fl. 122.

2.2. “Por que é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro”¹¹⁰. *Derecho indiano* e o “direito colonial brasileiro” em perspectiva comparada.

A discussão em torno da existência de um direito colonial na América foi desenvolvida, particularmente, pela historiografia hispano-americana. A expressão *Derecho de Índias* foi utilizada primeiramente pelo historiador argentino Ricardo Levene (1885-1958) para indicar as leis aplicadas pela coroa castelhana na América. Desde essa época até os dias hodiernos é possível reconhecer três gerações de historiadores que utilizaram e revisaram o entendimento deste conceito¹¹¹, que ainda continua sendo alvo de interrogações¹¹².

Não pretendemos aqui entrar no mérito da discussão em torno da definição do conceito de *Derecho Indiano*. A concepção que adotamos é a do conjunto dos ordenamentos jurídicos que vigoravam na América, que se identifica com a noção de *derecho indiano en sentido amplo*¹¹³. Nesse grupo entram o direito do Reino de Castela, as leis produzidas pela Coroa destinadas às Índias, as normas criadas pelos próprios oficiais locais aprovadas pela Coroa, o costume e os direitos dos indígenas¹¹⁴. Essa

¹¹⁰ HESPANHA, António Manuel, «Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro» In *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, nº 35, tomo 1, 2006, p. 60-61.

¹¹¹ Os que mais se notabilizaram no desenvolvimento da historiografia acerca do *Derecho Indiano* foram Rafael Altamira (1866-1951), Alfonso García-Gallo (1911-1992), Ricardo Zorraquín Becú (1911-2000) e Victor Tau Anzoátegui. Para mais referências sobre outros autores que também tiveram importante influência sobre o tema ao longo das três gerações ver DUVE, Thomas & Pihlajamäki, Heikki, «Introduction: New Horizons of *Derecho Indiano*» In IDEM, *New Horizons in Spanish Colonial Law. Contributions to Transnacional Early Modern Legal History*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, Global Perspectives on Legal History, 2015, p. 1-8.

¹¹² Ver o recente artigo de Carlos Garriga, «¿De qué hablamos cuando hablamos de *Derecho Indiano*?» In DUVE, Thomas (coord.), *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*, Madrid, Dykinson, 2017, vol. 1, p. 223-248 e também DUVE, Thomas & Pihlajamäki, Heikki (orgs), *New Horizons in Spanish Colonial Law. Contributions to Transnacional Early Modern Legal History*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, Global Perspectives on Legal History, 2015.

¹¹³ A distinção entre um *derecho indiano* de sentido *estricto* e *amplo* deu-se na sequência do desenvolvimento do conceito por Alfonso García-Gallo e adotado também por Victor Tau Anzoátegui, para distinguir o conjunto de normas criadas pela coroa espanhola destinada à América (*derecho indiano en sentido estrito*) do sistema composto por toda normativa vigente na América (*derecho indiano en sentido amplo*), incluindo aí o direito de Castela, o *ius commune*, o costume, os direitos indígenas e o direito local. Autores como Ricardo Zorraquín Becú veem nessa separação uma duplicação de conceitos inoperante.

¹¹⁴ ZORRAQUÍN BECÚ, Ricardo, «Nuevas consideraciones sobre el derecho indiano», In *Revista de Historia del Derecho*, nº 25, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997, p. 501-524; TAU ANZOÁTEGUI, «El poder de la costumbre. Estudios sobre el derecho consuetudinario en América hispana hasta la emancipación (2000)», In Andrés-Gallego, José (coord.), *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica: ensayos y monografías*, Madrid, Fundación Ignacio Larramendi, 2011.

pluralidade de direitos reflete também a diversidade de fontes de direito que poderiam ser utilizadas pelos juízes e que estavam disponíveis nos costumes, nas práticas dos tribunais, nos estilos judiciais, nos manuais, no Novo Testamento, além da própria legislação¹¹⁵.

A ideia de um direito das Índias advém de um conjunto de leis elaboradas pela Coroa para os territórios americanos. Essas leis possuíam um forte teor casuístico, legisladas sob pontos específicos de assuntos diversos que chegavam ao *Consejo de Índias*. Durante o reinado de D. Carlos II (1665-1700) elas foram reunidas e publicadas no ano de 1680 em nove volumes sob o nome de *Recopilación de leyes de los reinos de las Índias*. Esse conjunto documental se transformou na principal e mais completa compilação de normas emitidas para a América, mantendo-se vigente até finais do século XVIII.

O texto jurídico se tornou a principal fonte de busca pela definição do *derecho indiano* por parte dos historiadores do direito no começo do século XX. Um dos primeiros a criticar essa visão estruturalista foi Victor Tau Anzoátegui. Na associação entre a norma geral e o particular, o autor procurou desvelar a dimensão fortemente casuísta que marcava o *derecho indiano*. A relação entre *casuismo* e *sistema* buscada por Anzoátegui ajudou a definir o prisma pelo qual se passou a entender o direito aplicado na América. A informação apresentada por C. H. Haring é de que as leis contidas na *Recopilación* foram extraídas de cerca de 400 mil leis enviadas pela coroa espanhola para as Índias¹¹⁶. Tais leis incidiam sobre assuntos de regulação da administração, apresentando um forte teor casuístico¹¹⁷.

O casuismo é frequentemente explicado pela natureza do território e dos grupos sociais existentes na América, que exigiam uma adaptação das leis do Reino ao local de sua aplicação. Recentemente, Heikki Pihlajamäki associou esse fator casuístico às leis de polícia encontradas nos ordenamentos modernos europeus. Essas leis de polícia não devem ser confundidas com o Estado de Polícia que marcou o recrudescimento da ação da coroa na regulação de várias matérias a partir da segunda metade do século XVIII. As leis de polícia (*Policeyordnungen*) correspondiam a toda normativa criada para ordenar o

Disponível em http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1000174. Acesso em 14 de junho de 2018.

¹¹⁵ TAU ANZOÁTEGUI, Victor, «Acerca de la elaboración y publicación de las leyes», In *Anuario de historia del derecho español*, tomo LXXX, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2010, p. 158-159.

¹¹⁶ HARING, C. H., *The Spanish Empire in America*, New York, Oxford University Press, 1947, p. 113.

¹¹⁷ PIHLAJAMÄKI, Heikki, «The Westernization of Police Regulation. Spain and British colonial laws compared», In DUVE, Thomas & Pihlajamäki, Heikki (orgs), *op. cit.*, p. 105.

espaço e a vida, tais como o comércio, agricultura, a ordem e saúde públicas, construções, festividades, etc¹¹⁸. Para Pihlajamäki, a plasticidade do *derecho indiano propiamente dicho*, caracterizado por sua mutabilidade e adaptação local, adequa-se à noção de leis de polícia existentes na Europa.

O casuísmo presente na legislação produzida para as Índias incidia principalmente nos assuntos de governo. As matérias de governo, mais do que as de justiça, eram vistas como mais flexíveis e exigiam maior liberdade de decisão. Elas constituíam uma parte significativa dos assuntos deliberados pelo *Consejo de Índias* e sob elas incidiam um grau maior de intervenção política da monarquia¹¹⁹. Essa característica também é perceptível no caso do Brasil. Embora a questão em torno de um direito colonial brasileiro não tenha sido tão explorada como foi o *derecho indiano*, é na legislação casuística, conforme assinala António Hespanha, que se deve procurar a especificidade daquele direito¹²⁰.

O levantamento quantitativo da legislação produzida pela coroa portuguesa revela que apenas 15% do conjunto total de leis e normas estabelecidas entre 1621 e 1808 destinavam-se especificamente às conquistas, enquanto 68% dos diplomas régios dirigiam-se, concomitantemente, aos espaços do Reino, Ilhas e conquistas, o que aponta para uma uniformidade geográfica na atividade normativa da coroa¹²¹. Quando se observam os assuntos sob os quais incidiam essa legislação, formada por uma tipologia diversa que incluía leis, cartas, alvarás, provisão, decreto, portaria e aviso, fica evidente que os três temas mais legislados correspondiam à «regulação econômica», «assuntos militares» e «fiscalidade», assuntos esses considerados como próprios da governação¹²².

Ao contrário do que se passou na América hispânica, não houve para o Brasil uma compilação de leis semelhante à *Recopilación*. A legislação produzida pela coroa portuguesa teve compilações bastante tardias e não eram exclusivas para a América¹²³.

¹¹⁸ Sobre as leis de polícia ver KOOKTAS, Thomas, *Royal Police Ordinances in Early Modern Sweden. The emergence of voluntaristic understanding of law*, Leiden, Boston, Brill, 2014, especialmente a introdução e PIHLAJAMÄKI, Heikki, op. cit., p. 104-105.

¹¹⁹ TAU ANZOÁTEGUI, Victor, *Casuísmo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho Indiano*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992, p. 125-134.

¹²⁰ HESPANHA, António Manuel, «Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro» In *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, nº 35, tomo 1, 2006, p. 60-61.

¹²¹ CARDIM, Pedro & BALTAZAR, Miguel, 2017, p. 186.

¹²² *Idem*, *ibidem*, p. 168.

¹²³ Dois dos principais conjuntos de leis foram reunidos por António Delgado da Silva (1841-1849) e José Justino de Andrade e Silva (1852-1856). Algumas iniciativas pessoais foram responsáveis por conjuntos parciais e localizados de reunião de documentos da administração. São os casos, por exemplo, de D. Marcos de Noronha Brito, que copiou vários livros das Secretarias de governo de Pernambuco, Goiás e Bahia,

Isto não implica a ausência completa de um corpo normativo voltado para esse espaço. A legislação específica foi frequentemente usada, mas precisa ser buscada num conjunto disperso e volumoso de documentos que conformaram a comunicação política do centro com os agentes da administração régia e local de partes diversas. Expressões do tipo “sem embargo da Ordenação em contrário” são indicativos da flexibilização e adaptação das normas do reino às realidades locais¹²⁴.

Nem sempre a adaptação assumia formas fixas, como a expressão acima. Muitas vezes ela se mostrava de modo mais sutil, isso porque o casuísmo apresentava-se não somente no seu aspecto legal, mas também no jurisprudencial e judicial, ainda que essa separação seja bastante tênue¹²⁵. Porém, eram nos assuntos de governo onde o casuísmo mais se evidenciava, em razão de as matérias governativas, mais do que as de justiça, necessitarem de uma maior liberdade de decisão, coisa que o direito, enquanto força conservadora e mantenedora da tradição, era averso às mudanças¹²⁶.

Um exemplo claro desse aspecto pode ser encontrado nos regimentos dos ouvidores de comarca da América portuguesa, de que passaremos a tratar.

enquanto atuou como governador das duas primeiras capitanias e vice-rei do Brasil. Outro exemplo foi o bacharel Marcelino Pereira Cleto, que atuou como juiz de fora de Santos, ouvidor do Rio de Janeiro e Desembargador da Bahia, tendo coletado documentos diversos sobre assuntos da administração local enquanto serviu de juiz de fora. Essa documentação encontra-se hoje no Arquivo da Torre do Tombo com a referência «Papéis vários» (ANTT/Papéis do Brasil/Códices 1 e 4). Já os documentos compilados por D. Marcos de Noronha Brito estão localizados no Arquivo da Universidade de Coimbra no fundo «Conde dos Arcos». Arno e Maria José Wehling fazem referência, contudo, a uma tentativa de compilação das leis e regimentos das partes ultramarinas por ordem do Marquês de Pombal, nomeando o desembargador Inácio Barbosa Machado para tal comissão. Segundo os autores, a obra contaria com 39 volumes, mas nunca chegou a ser publicada (WEHLING & WEHLING, 2004, p. 325). De acordo com o Memorial de Ministros (SÃO Bento, Luís de & SOARES, António, 2017, vol. 2, p. 821), Inácio Barbosa Machado foi nomeado *Cronista geral de todas as Províncias Ultramarinas* e *Corretor de todos os Decretos, Leis e ordens* da Fazenda e Justiça expedidas para o ultramar. Tem-se indicação de que o a coleta de informações sobre a legislação começou a ser feita, como se percebe a partir de uma carta régia de 1754 ao governador da praça de Santos (capitania de São Paulo) na qual por ter mandando Sua Majestade “formar uma coleção de todas as Leys Regimentos e ordens q^e se tem expedido p^a ultramar” ordenava-se que o governador mandasse um traslado de todas as ordens, alvarás, leis e regimentos que desde o princípio do governo se expediram para aquela parte («Documentos para a História do Paraná» In *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba*, Curitiba, Impressora Paranaense, 1925, vol. 13, p. 33-34). Dado o desconhecimento atual sobre essa compilação, parece não ter chegado a ser concluída.

¹²⁴ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, «Sem embargo da ordenação em contrário: a adaptação da norma à circunstância colonial», In VENÂNCIO, Renato Pinto, GONÇALVES, Andréa Lisly, CHAVES, Cláudia Maria das Graças (orgs.), *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012, p. 45-60.

¹²⁵ TAU ANZOÁTEGUI, Victor, *Casuísmo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho Indiano*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992, p. 125.

¹²⁶ *Idem, ibidem*, p. 124-138.

2.3. Os regimentos dos ouvidores de comarca da América portuguesa, séculos XVII e XVIII¹²⁷

Os regimentos referiam-se a diplomas que continham o conjunto de normas destinadas a orientar o funcionamento dos órgãos e as atividades dos oficiais¹²⁸. Num ambiente político caracterizado por uma pluralidade de jurisdições, os regimentos assumiam um valor informativo ao estabelecer as competências de cada jurisdição, ou, no mínimo, legitimar as áreas de atuação dos organismos a que se destinavam no campo jurídico. Quanto à estrutura, apresentavam a forma de capítulos, cujo teor versava sobre atribuições e competências dos oficiais e o funcionamento das instituições. Apesar de se caracterizarem como instrumentos norteadores, o caráter vago ou muito vasto do conteúdo dos regimentos dava espaço para uma margem aberta de atuação dos oficiais da justiça.

Os regimentos fazem parte de um mecanismo de gestão do império e do oficialato que tinha como base a utilização da pena, da tinta e do papel. Essa tríade foi estruturadora do modo de governar à distância, não sendo propriamente exclusiva do império português, mas constituindo o estilo de governação de outros impérios ultramarinos, conforme destaca John Elliott para o caso espanhol¹²⁹. Segundo António Hespanha, desde o século XVI as monarquias ibéricas passaram a impulsionar “a constituição de bases documentais com finalidades de gestão administrativa”¹³⁰. Além disso, foi durante o período de união das coroas ibéricas, com Filipe II e Filipe III de Portugal, que este modo se amplificou na administração, sendo conservado por D. João IV e seus sucessores.

Analisando os cinco primeiros regimentos dos governadores-gerais, de 1548, 1588, 1612, 1621 e 1677, Marília Nogueira demonstra que a governação por via da escrita foi sendo, cada vez mais, um dos principais pilares de sustentação da administração à

¹²⁷ Boa parte das considerações feitas neste tópico e no seguinte foram publicadas em PAIVA, Yamê Galdino de, «Os regimentos dos ouvidores de comarca na América portuguesa, séculos XVII e XVIII: esboço de análise», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 11 décembre 2017, consulté le 13 juin 19. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71578>; DOI : <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.71578>.

¹²⁸ Para outros significados da palavra regimento no século XVIII conferir Bluteau, Raphael, *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 8 vols. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>.

¹²⁹ Elliott, John, “España y América en los siglos XVI y XVII”, BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII*, vol. 2, Barcelona, Editorial Crítica, 1990, p. 6.

¹³⁰ Hespanha, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituição e poder político, Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 292.

distância na América portuguesa. Através desses cinco regimentos, a autora observa que vai sendo progressivamente maior o número de assuntos que o rei deseja ser informado, assim como aponta o modo de como essa informação deveria ser enviada¹³¹.

Observando alguns dos regimentos dados aos ouvidores-gerais do Brasil, percebemos que esta fixação pelo envio de informações ao rei não esteve presente de maneira tão expressiva, sendo muito poucas as menções em que se faz esse tipo de referência. No regimento de 1643¹³², por exemplo, no capítulo 1º, o ouvidor-geral fica encarregado de, no momento em que fosse visitar as capitanias de sua jurisdição, fizesse uma relação do estado da justiça encontrado em cada uma delas, enviando esta ao rei por meio do Tribunal do Desembargo do Paço.

Outra diferença que pode ser percebida entre os regimentos dos governadores-gerais e os dos ouvidores-gerais no século XVII é que os regimentos dos primeiros foram sempre ampliados significativamente, passando de 46 capítulos em 1548 para 61 em 1677¹³³. Para os ouvidores-gerais temos dinâmicas diferenciadas. Visto que entre a segunda metade do século XVI e a primeira do XVIII vão existir três ouvidorias-gerais (Estado do Brasil, Repartição do Sul e Estado do Maranhão), a frequência de regimentos para esses três oficiais é bastante diferente. Embora não tenha sido possível localizar todos os regimentos recebidos pelos ouvidores-gerais, temos os seguintes disponíveis: para o ouvidor-geral do Estado do Brasil (1628, 1630, 1643)¹³⁴, para o ouvidor do Estado

¹³¹ Santos, Marília Nogueira dos, “O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil”, *Tempo*, vol. 14, n. 27, p. 101-117. Os regimentos dos governadores-gerais também foram alvo de análise por Cosentino, Francisco Carlos, *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*, São Paulo/Belo Horizonte, Annablume, Fapemig, 2009.

¹³² “Regimento dado a Manuel Pereira Franco em 17 de julho de 1643”, Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1640-1647, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 217-221.

¹³³ Regimento dado a Tomé de Souza (1548) in Mendonça, Marcos Carneiro de, *Raízes da Formação administrativa do Brasil*, Tomo 1, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, pp. 35-51. Regimento dado a Roque da Costa Barreto (1677) In *Idem, ibidem*, vol. 2, pp. 745-846.

¹³⁴ “Regimento dado a Paulo Leitão de Abreu em 14 de abril de 1628”, Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1627-1633, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1855, p. 124-127; “Regimento dado a Jorge da Silva Mascarenhas em 2 de abril de 1630”, Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1627-1633, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1855, p. 167-171; “Regimento dado a Manuel Pereira Franco em 17 de julho de 1643”, op. cit.

do Maranhão (1619, 1624 e 1644)¹³⁵, para o ouvidor do Rio de Janeiro e Repartição do Sul (1619, 1626, 1630, 1642, 1647, 1651, 1658, 1669)¹³⁶.

Apesar de não possuímos o conjunto completo dos regimentos, observa-se que a tendência é que a frequência de sua expedição diminua a partir da segunda metade do século XVII, quando passaram a ser meramente replicados aos sucessores no século XVIII sem que houvesse grande inovação nas cláusulas. Isto se deve ao alcance de uma arquitetura institucional mais definida, com o estabelecimento dos principais órgãos, jurisdições, cargos e oficiais que comporão a malha administrativa da América. O crescimento dos núcleos urbanos e o avanço para o oeste irão concorrer para o alargamento e o aumento do oficialato nesse espaço, mas qualquer sinal de especialização só ocorrerá em algumas partes do Brasil, como as Minas Gerais que assimilarão cargos próprios da atividade mineradora, ou sob o reinado de D. José I através das chamadas “reformas pombalinas”, embora, como se dirá adiante, no tocante à administração da justiça as mudanças operadas se mostram mais tímidas.

Quando passamos à observação dos regimentos dos ouvidores de comarca, percebemos que esses constituíram um instrumento pouco frequente até o final do século XVIII. Conforme se exporá, diante da dimensão territorial da América portuguesa e de um período de um século e meio, poucas foram as instruções produzidas para esses oficiais.

Desde a segunda metade do século XVII até final do XVIII existiram 23 comarcas¹³⁷. Os ouvidores nomeados para cada uma delas deveriam possuir um regimento com o qual se orientar, detalhando suas atribuições no espaço onde iriam atuar. Contudo, consultando os catálogos dos documentos avulsos do Arquivo Histórico

¹³⁵ “Regimento dado a Sebastião Barbosa em 7 de novembro de 1619”, Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1613-1619, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1855, p. 387-389; “Regimento dado a Francisco Barradas de Mendonça em 18 de julho de 1644”, Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1640-1647, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 241-245. O regimento dado ao ouvidor do Maranhão em 1624 é uma repetição do de 1619, cf. Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1620-1627, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1855, p. 116.

¹³⁶ Mello, Isabele de Matos Pereira de, *Poder, administração e justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, p. 38 e “Regimento para o ouvidor-geral do Rio de Janeiro, João de Abreu e Silva, em 11 de março de 1669”, *Código Costa Matoso, Coleção das notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & e vários papéis*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, Coleção Mineiriana, vol. 1, p. 330-336.

¹³⁷ Cunha, Mafalda Soares da & Nunes, António Castro, op. cit., 2016, p. 5.

Ultramarino¹³⁸, as fontes históricas do direito português reunidas no site *Ius Lusitaniae*, atualmente incorporada na base do *Governo dos Outros*¹³⁹ e as teses existentes sobre o assunto, conseguimos localizar apenas 4 regimentos¹⁴⁰, sendo dois deles para o Rio de Janeiro (1658 e 1669), um para Pernambuco (1668) e um para São Paulo (1700)¹⁴¹.

Levando-se em consideração a relação entre o número de comarcas do período e o de regimentos localizados, estamos cientes de que os quatro regimentos obtidos tratam-se de um montante aquém daquilo que possivelmente existiu. Sabendo que os regimentos deveriam ser registados nos livros das ouvidorias e das câmaras e sendo estes documentos de caráter local, os quais ou não sobreviveram aos dias atuais ou não nos é possível ter acesso direto, aqueles regimentos funcionam aqui como uma amostragem com vistas a determinar o alcance e a dispersão deste tipo documental.

¹³⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, documentos avulsos, capitanias: Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Negro, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

¹³⁹ *Ius Lusitaniae*. Fontes históricas do direito português (<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>) corresponde a um projeto destinado a disponibilizar um extenso conjunto documental relativo à legislação régia (alvarás, leis, decretos, cartas régias, etc.) do período moderno. Parte das fontes compiladas no site do *Ius Lusitaniae* também pode ser encontrada no site da Assembleia da República de Portugal <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Info/about.aspx>. O projeto denominado *O Governo dos Outros. Imaginários Políticos do Império Português (1496 - 1961)*, desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa e do Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS) da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, ampliou a base de dados do *Ius Lusitaniae*, integrando outras coleções legislativas sobre os territórios ultramarinos. Cf. <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/>.

¹⁴⁰ Na tese sobre as comarcas de São Paulo e Paranaguá, Jonas Pegoraro indica um regimento dado ao primeiro ouvidor do Paranaguá, o desembargador Antônio Lanhas Peixoto, em 1725. Decidimos não incluir este documento junto aos demais regimentos por ele se assemelhar mais à proposta de uma *instrução* dada ao ouvidor, com menção a diligências específicas, como “tomar conhecim.^{to} da descompostura q’ se fes ao D.^o Carvalho da Cunha” ou “procurará saber do Capp.^m da V.^a da Laguna, Fran.^{co} de Brito Peixoto o q’ tem obrado sobre a povoação do Rio Grande de S. Pedro (...)”. Tais proposições particulares aproximam esse documento mais ao modelo de «instruções» do que de «regimentos» em si. Outra característica que o filia àquele modelo é o fato de estar assinado pelo Secretário de Governo da Capitania de São Paulo, Gervásio Leite Rebelo (“Dado na cid.^e de São Paulo nos 12 dias de Novembro de 1725. – O Secretr.^o Gervasio Leyte Rebelo o fes”) e, até onde pudemos apurar, todos os regimentos dos ouvidores de comarca eram expedidos pelo Conselho Ultramarino. Cf. Pegoraro, Jonas Wilson, *Zelo pelo serviço real: ações de Ouvidores Régios nas comarcas de São Paulo e Paranaguá (primeira metade do século XVIII)*, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, 2015, p. 36. “Reg.^o do Regimento q’ levou p.^a Pernagoá o Dr. Ant.^o Alz.^o Lanhas Peixoto Ouv.^{or} geral daq.^{la} Com.^{ca}”, *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*, Bandos e portarias de Rodrigo Cesar de Menezes, vol. XIII, São Paulo, Typographia Aurora, 1895, p. 75-77. Disponível em http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-13_volume_13/#/1/

¹⁴¹ “Regimento do ouvidor geral do Rio de Janeiro (1658)”, Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1657-1674*, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 18-20; “Regimento do ouvidor-geral do Rio de Janeiro (1669)”, *Código Costa Matoso, op. cit.*, p. 330-336; “Regimento do ouvidor de Pernambuco (1668)”, AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 43, D. 3919; “Regimento do Ouvidor de São Paulo (1700)”, AHU, Avulsos, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 45, D. 3538 (também disponível no *Código Costa Matoso, op. cit.*, p. 341-346).

Enquanto instrumentos normativos, os regimentos dos ouvidores tratam de questões ligadas a competências e limites jurisdicionais. Quando comparamos os regimentos localizados podemos perceber alguns pontos em comum: a indicação do local (vila/cidade) da residência do ouvidor, o conhecimento das causas crimes e cíveis, o conhecimento das apelações e agravos dos juízes ordinários ou de fora, a realização de correições, a função de auditor dos soldados pagos e de juiz das causas dos homens do mar, a indicação da alçada das penas nas causas cíveis e crimes, os procedimentos adotados em caso de suspeição dos ouvidores e de substituição do ouvidor em caso de impedimento do mesmo, fosse temporário ou definitivo, e o tirar informações sobre os poderes e jurisdições concedidas aos donatários.

Os regimentos eram nominalmente destinados aos ouvidores e assumiam a forma de capítulos, cujo número poderia variar. Fosse na América portuguesa, em Angola ou nos arquipélagos atlânticos, os regimentos apresentavam formato e conteúdo semelhantes. Os principais pontos de contato, destacados acima, diziam respeito a regulamentação das ações dos ouvidores no espaço das suas comarcas e incidiam, sobretudo, em aspectos da ação judicial. As especificidades apresentadas por alguns deles decorrem da necessidade de adaptação ao local de sua atuação. Isto fica evidente nos limites das alçadas e nos assuntos relacionados à inspeção do ouro, que estão presentes nos regimentos dos ouvidores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar deste exemplo, os regimentos dos ouvidores de comarca nem sempre se acomodavam às especificidades das sociedades locais. Sintoma disto é a ausência, em alguns deles, de referência aos índios e escravos e às jurisdições donatárias¹⁴². Para o regimento do ouvidor de Pernambuco notamos a falta de menção à correição, que consistia num dos pontos essenciais das atribuições desses ministros. A correição referia-se à diligência feita pelos ouvidores, juntamente com seus oficiais de justiça, percorrendo os lugares da sua jurisdição e verificando o estado da justiça, bem como as atividades das câmaras municipais. Mesmo não constando no regimento, tratava-se de uma das atribuições dos corregedores das comarcas do Reino (previstas no livro 1º, título 58 das

¹⁴² Os regimentos dos ouvidores de Pernambuco (1668) e Rio de Janeiro (1658) apresentam a alçada desses ministros para os crimes cometidos por escravos e índios. Já no regimento passado para o ouvidor do Rio de Janeiro em 1669, tal capítulo foi retirado. Da mesma forma, não foi mencionado no regimento do ouvidor de São Paulo (1700). Com relação às jurisdições donatárias, o capítulo 2 do regimento de 1669 do ouvidor do Rio de Janeiro, determina que este deve informar “se os donatários usam de mais poderes e jurisdição do que lhes são concedidos por suas doações, provisões minhas e forma da Ordenação”, contudo, tal resolução não consta nos demais regimentos analisados, ainda que a comarca de alguns deles compreendesse terras donatárias.

Ordenações Filipinas), nas quais os ouvidores de comarca do Brasil deveriam pautar-se em tudo aquilo que não estava disposto nos seus respectivos regimentos.

A partir dos regimentos selecionados, percebe-se que esses documentos eram emitidos pelo Conselho Ultramarino, contudo não temos certeza quanto à participação deste tribunal na sua elaboração. Desde 1642, o Conselho Ultramarino tornou-se o principal canal de comunicação e gestão dos territórios ultramarinos. Apesar de ter ampla jurisdição sobre as terras de além-mar, ao Conselho Ultramarino ficavam interditas matérias relacionadas ao provimento de eclesiásticos, às rendas régias e à nomeação de magistrados para lugares de letras¹⁴³. A dúvida com relação aos regimentos nos foi posta por uma consulta do Conselho Ultramarino, no ano de 1656, relativa a por onde se devia fazer o regimento do ouvidor de Pernambuco, se pelo Conselho ou pelo Desembargo do Paço¹⁴⁴. O despacho do rei foi favorável ao Desembargo, mas como não dispomos de mais informações sobre este assunto, não conseguimos avaliar se se trata de uma questão de ajustamento de jurisdições entre os tribunais do reino ou se os regimentos eram elaborados pelo Desembargo do Paço e enviados ao Brasil por meio do Conselho Ultramarino.

Outra razão que nos leva a acreditar nesse procedimento é o fato de os regimentos apresentarem grande similaridade entre si, ou seja, os capítulos repetem-se para praticamente todas as comarcas, sendo poucas as especificidades, não só entre as comarcas do Brasil, mas também com as ouvidorias existentes em Angola e nos arquipélagos atlânticos.

Embora tenhamos localizado um número reduzido de regimentos, observamos, através dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, que estes diplomas costumaram ser aproveitados para outras comarcas do Brasil. Assim, o regimento encaminhado para o ouvidor de Pernambuco, foi utilizado pelos ouvidores da Paraíba, Alagoas e Ceará¹⁴⁵. Já os ouvidores do Piauí fizeram uso, pelo menos, de parte do

¹⁴³ SALGADO, op. cit., 1985, p. 42, 43; AHU, Avulsos, Secretaria do Conselho Ultramarino, Cx. 1, D. 48.

¹⁴⁴ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 6, D. 556.

¹⁴⁵ Paraíba: “Regimento do ouvidor de Pernambuco concedido ao ouvidor da Paraíba”, Livro Novo 1º do registro da Ouvidoria da Paraíba do Norte (1816), Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IGHP), fls. 5-8; Alagoas: Pedrosa, Lanuza Maria Carnaúba, “Entre prestígios e conflitos: formação e estrutura da Ouvidoria alagoana por intermédio de seus ouvidores-gerais (séculos XVII e XVIII)”, Caetano, Antonio Filipe Pereira (Org.), *Alagoas e o império colonial português: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII-XVIII)*, Maceió, Cepal, 2010, p. 102; Ceará: AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 3, D. 181 e Carvalho, Reinaldo Forte, *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*, Tese de Doutorado em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2015, p. 140.

regimento do Maranhão¹⁴⁶. Já as comarcas de Minas Gerais utilizavam simultaneamente dois regimentos, o do ouvidor de São Paulo e o do Rio de Janeiro, sendo este o único caso encontrado de utilização de mais de um diploma para uma ouvidoria¹⁴⁷. O ouvidor do Espírito Santo, criado em 1732, também fez uso do regimento do Rio de Janeiro¹⁴⁸.

Não se trata, contudo, de um aproveitamento indiscriminado desses diplomas, visto que as comarcas que utilizaram regimentos direcionados a outras áreas faziam parte, originalmente, do seu território. É nesse sentido que, embora não tenhamos encontrado referências documentais para todas as comarcas, acreditamos, por inferência ao processo ocorrido nos casos acima citados, que os ouvidores das comarcas desmembradas receberam o regimento daquelas de que se originaram.

Observando os regimentos numa escala temporal mais ampla, percebe-se que esses diplomas pouco evoluíram ao longo do tempo, ou seja, o quadro mais comum que encontramos é o de apenas um regimento para cada ouvidoria durante todo o final do XVII até o final do século XVIII. Nesse sentido, a principal exceção foi o Rio de Janeiro, que, entre 1624 e 1696, teve 9 regimentos¹⁴⁹. Essa reduzida atualização dos regimentos para as ouvidorias do Brasil gerava dificuldades e dúvidas em questões da administração da justiça. Por exemplo, em 1722, o ouvidor de São Paulo, Manuel de Melo Godinho Manso, em carta para o Conselho Ultramarino, expôs algumas divergências existentes entre o regimento que usava para o seu cargo e aquele existente para o Rio de Janeiro. Alegou o ouvidor que o seu regimento não permitia sentenciar, até à pena de morte, índios e escravos, como acontecia aos ouvidores do Rio, os quais juntamente com o governador e o provedor da Fazenda podiam dar sentença de morte sem apelação nem agravo. Dizia Manuel Melo que esta era uma medida muito necessária para aquelas terras porque, visto ser mais de mil o número de culpados, sendo somente 150 os homens brancos, mostrava-se indispensável para o sossego e quietação daqueles povos¹⁵⁰.

Segundo Mafalda Soares da Cunha e António Castro Nunes, não houve, nos séculos XVII e XVIII, nenhuma “tentativa de reforma generalizada da malha judiciária

¹⁴⁶ Localizamos apenas que os ouvidores do Piauí deveriam praticar o 4º capítulo do regimento dos ouvidores do Maranhão. AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 2, D. 100.

¹⁴⁷ Souza, Maria Eliza de Campos, *Ouvidores de comarcas na capitania de Minas Gerais no século XVIII, (1711-1808): origens sociais, remuneração de serviços, trajetórias e mobilidade social pelo “caminho das letras”*, Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, p. 62.

¹⁴⁸ AHU, Avulsos, Espírito Santo, Cx. 3, D. 223.

¹⁴⁹ Mello, Isabele de Matos Pereira, *op. cit.*, 2010, p. 40.

¹⁵⁰ AHU, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 3, D. 341.

no território brasileiro correspondente a uma reorganização simultânea de todas as ouvidorias”¹⁵¹. De fato, mesmo durante o reinado de D. José I, amplamente conhecido pelas reformas administrativas empreendidas pelo Marquês de Pombal¹⁵², o campo da administração da justiça motivou poucas modificações. As mudanças operaram-se mais em termos da legislação do que das instituições em si¹⁵³.

De acordo com Andréa Slemian, o modelo jurisdicional de administração acabou por ser reforçado ao ampliar-se a participação dos juízes nos quadros institucionais, conferindo-lhes funções extrajudiciais na “resolução de conflitos interinstitucionais, fiscalização sobre a administração de aldeias, minas, bens eclesiásticos, alfândega, contrabando, etc.”¹⁵⁴. Ainda segundo a autora, as modificações realizadas na administração da América portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII conservou o modelo pluralista característico do Antigo Regime e o modo de julgar dos juízes.

A instalação de mais um tribunal de Relação, em 1751, desta vez no Rio de Janeiro, é vista, por alguns autores, como um ato de centralização e racionalização administrativa do período josefino¹⁵⁵. Acrescentaríamos ainda para este período a difusão de Juntas de Justiça em todas as comarcas, a partir de 1765¹⁵⁶. Nesse sentido, a utilização de soluções jurisdicionais já existentes na América portuguesa corrobora o argumento de Andréa Slemian ao sugerir que a busca por uma maior racionalização na administração não modificou as bases do sistema jurídico existente, visto que as medidas executadas

¹⁵¹ Cunha & Nunes, op. cit., 2016, p. 19.

¹⁵² Paquete, Gabriel (Ed.), *Enlightened reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*, England, Ashgate, 2009; Maxwell, Kenneth, Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

¹⁵³ A Lei da Boa Razão (1769) e a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra (1772) faziam parte da estratégia da coroa de valorização do direito pátrio em detrimento do romano. Em termos da administração periférica do Reino há que ressaltar a “montagem paulatina de uma nova administração, de tipo comissarial, formada por pouco mais de meia centena de altos funcionários com os cargos de intendentes, superintendentes e inspectores”. Subtil, José, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, EDIUAL, 2011, p. 197. Ver também Costa, Mário Júlio de Almeida & Marcos, Rui Manoel de Figueiredo, “Reforma pombalina dos Estudos Jurídicos”, Araújo, Ana Cristina (Coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000, p. 97-125.

¹⁵⁴ Slemian, Andréa, “A primeira das virtudes: justiça e reformismo ilustrado na América portuguesa face à espanhola”, *Revista Complutense de História de América*, vol. 40, 2014, p. 76.

¹⁵⁵ Wehling, Arno & Wehling, Maria José, op. cit., p. 124. Importante pontuar que apesar do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro ter sido instituído em 1751, a discussão acerca da criação de mais um tribunal de Relação com jurisdição no centro-sul, remete, pelo menos, à década de 1730. Idem, ibidem, p. 125-129.

¹⁵⁶ As Juntas de Justiça correspondiam a estruturas colegiadas compostas pelo ouvidor (como presidente e juiz relator) e dois ministros adjuntos. “Alvará para se formarem Juntas nas Ouvidorias do Brasil, que conheção dos Recursos à Coroa (18 de janeiro de 1765)”, In SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa, 1763-1774*, Lisboa, Typogarfia Maigrense, 1829, p. 141-142; SALGADO, Graça op. cit., p. 81

valorizaram a abertura de “espaços jurisdicionais contenciosos” nas instituições e não propriamente a mudança de paradigmas¹⁵⁷.

Por último, vale destacar, dentre as medidas que buscavam maior eficácia da administração, a elaboração de um novo regimento para os oficiais de justiça. Regimento este que vai se diferenciar dos anteriores por seu caráter unificado, tendo sido enviado a todas as comarcas do Brasil¹⁵⁸. Este novo regimento, que data de 1754, desdobrou-se na verdade em dois, ao ser direcionado às comarcas do litoral e interior do Brasil e outro destinado especificamente ao distrito das Minas, que correspondia à área das comarcas de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Cuiabá e à comarca de Jacobina, localizada ao sul da Bahia, também ela região aurífera¹⁵⁹. Este regimento incluía o quadro dos oficiais de justiça existentes na América portuguesa: ouvidores, juízes de fora e órfãos, escrivães e tabeliães do judicial, tabeliães das notas, escrivães dos órfãos, distribuidores, inquiridores, contadores, meirinhos, alcaides, porteiros, partidores dos órfãos, escrivães da câmara, escrivães da almotaçaria, advogados, requerentes e carcereiros.

Os dois regimentos de 1754 uniformizam, portanto, no aspecto dos salários, o aparelho judicial americano, uma vez que diluíram qualquer especificidade do território e da estrutura administrativa nele presente, excetuando-se, como já se disse, a região de produção e arrecadação aurífera, que ganhou um diploma próprio. Os regimentos de 1754 atualizam e aplicam os mesmos salários, emolumentos e alçadas dos oficiais e ministros de justiça para todo o Brasil, segundo a tipologia das comarcas mencionada.

Esta medida provocou reação em algumas capitanias. A de São Paulo, não obstante ser litorânea, acabou por receber o regimento destinado às Minas Gerais. Embora no passado seu território albergasse minas auríferas, o desmembramento de parte do seu território, destinado à criação da capitania das Minas Gerais, reduziu significativamente

¹⁵⁷ Slemian, op. cit. p. 77-78.

¹⁵⁸ Para além dos regimentos dos ouvidores das comarcas, havia um regimento de salários dos oficiais de justiça. Como o próprio nome indica tratava-se de um documento que estipulava os emolumentos e propinas que cada oficial podia receber. Não sabemos ao certo como eram elaborados esses regimentos, mas alguns documentos indicam que eram os próprios ouvidores, no momento de criação das ouvidorias, juntamente com duas pessoas idôneas, que os elaboravam. Ver AHU, Avulsos, Pará, Cx. 29, D. 290; AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 1, D. 12; AHU, Brasil-geral, avulsos, Cx. 10, D. 873; AHU, Mato Grosso, Cx. 1, D. 57.

¹⁵⁹ “Alvará em Forma de Lei, pelo qual Sua Majestade é servido declarar os salários, assinaturas e mais proes e percalços que devem haver os Ouvidores, Juízes e mais Oficiais nos seus Domínios” (1754), “Regimento geral para as comarcas do litoral e sertão, exceto as Minas” (1754), *Collecção das Leis, Decretos e Alvarás que compreendem o feliz reinado del Rei fidelíssimo D. José o I*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797, p. 76-90.

a área mineradora daquela capitania. A razão pela qual a câmara de São Paulo protestou contra a utilização do regimento das Minas foi por conta dos elevados salários aplicados nela, promovendo um aumento abusivo do valor das ações judiciais¹⁶⁰. Do mesmo modo, e também sem sucesso, os oficiais da câmara de São Luís do Maranhão, alegando excessivos emolumentos, fizeram solicitação para que pudessem seguir o regimento antigo¹⁶¹.

2.4. Distância e adaptação das leis: alcances e limites

Os regimentos devem ser inseridos no conjunto de extensa tipologia documental produzida no reino. Nesse sentido, apesar dos regimentos dos ouvidores de comarca do final do século XVII e de todo o século XVIII não serem numerosos, nem captarem a totalidade do complexo arranjo jurisdicional das ouvidorias do Brasil, eles foram complementados por outras ordens régias, alvarás e provisões, que, aos poucos, permitiram ir ajustando as mais variadas situações da administração da justiça, assim como os conflitos e dúvidas de jurisdição que eram tão frequentes.

Ao pensar os regimentos enquanto produção normativa da coroa temos também que considerar as diversas distâncias presentes nesse tipo de documento. Para além da própria distância física entre os espaços de produção e destino, que é uma das mais evidentes, e que impõe questões de transporte, publicação e difusão dos documentos, temos que considerar também as distância cultural e social¹⁶².

Com relação a essas referimo-nos à cultura jurídica do período moderno. Embora o quadro administrativo estabelecido no Brasil encontre seu lastro no conjunto normativo existente no reino, a legislação produzida para o ultramar, além de ser limitada, nem sempre considerou as características das sociedades dos espaços ultramarinos. Era habitual que os órgãos da administração central consultassem governadores e outras autoridades régias antes de darem algum parecer sobre determinado assunto, contudo a

¹⁶⁰ AHU, Avulsos, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 22, D. 2158; AHU, Avulsos, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 23, D. 2182; AHU, Avulsos, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 27, D. 2512,

¹⁶¹ AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 40, D. 3883.

¹⁶² Para uma reflexão sobre os diferentes tipo de distância na administração da justiça ver Barriera, Darío G. “Entre el retrato jurídico y la experiencia en el territorio. Una reflexión sobre las sociabilidades locales de los oidores americanos”, *Caravelle. Cahiers du Monde Hispanique et Luso-brésilien*, n. 101, dez. 2013, p. 133-154.

participação dos oficiais da administração e de outros agentes na produção legislativa foi algo desestimulado pela coroa, detentora desta prerrogativa¹⁶³.

O fato de o espaço normativo americano ter sido formado a partir do paradigma jurídico europeu criou uma distância que se mostrou acentuada em muitas situações enfrentadas pelos ministros no ultramar. Formados em Coimbra e detentores de uma bagagem jurídica baseada no *ius commune* e no direito régio, os magistrados, uma vez no Brasil, viam-se diante de circunstâncias que não estavam previstas nas Ordenações do Reino, nem nos manuais de prática da época. Os regimentos deveriam constituir, nesses casos, um instrumento para vencer distâncias uma vez que continham instruções do modo de administrar a justiça nos espaços onde os magistrados iam servir. Contudo, entendemos que esses mesmos dispositivos, em muitas situações, ao invés de aproximar espaços, acabavam por distanciá-los¹⁶⁴.

Um claro exemplo pode ser encontrado numa carta do ouvidor do Ceará, Vitorino Pinto da Costa Mendonça, sobre diversas dúvidas a ele postas em relação ao regimento que seguia, dado originalmente ao ouvidor de Pernambuco em 1668. Vitorino Pinto discorre acerca de vários pontos que lhe geravam incompreensões em 8 dos capítulos do dito regimento. Dizia que “(...) por não me saber bem determinar, em algumas disposições, e determinações deles, parecendo-me estão equívocos, e confusos, e que enquanto a mim necessitam de explicação para eu os poder observar, e saber o que hei de

¹⁶³ Uma das poucas exceções, nesse sentido, foram os bandos e editais formulados pelos governadores das capitanias. Embora não correspondessem propriamente a leis, os bandos e editais eram formulações com valor normativo uma vez que possuíam força de lei e previam punições ao descumprimento dos mesmos. As posturas produzidas pelas câmaras também possuíam efeito parecido. Seu propósito era “adaptar os costumes locais ou suprir as omissões deixadas pelas Leis do Reino” (CHAVES, 2012, p. 235). As posturas da câmara de Mariana (Capitania de Minas Gerais), por exemplo, relativas ao mercado local foram atualizadas quatro vezes ao longo do século XVIII. Algumas das novas formulações entravam em desacordo com alguns itens das Ordenações, mas conscientes dessa dissonância, os camaristas reconheciam a impossibilidade de cumprir os exatos termos da lei naquele espaço. Cf. CHAVES, Cláudia Maria das Graças, «Mercado e costumes: um estudo das reformas da legislação da Câmara de Mariana - século XVIII» In VENÂNCIO, Renato; GONÇALVES, Andréa; CHAVES, Cláudia, *op. cit.*, p. 235-247.

¹⁶⁴ Importante frisar que nossas considerações partem dos regimentos concedidos aos ouvidores que atuaram nas comarcas. A análise dos regimentos dos ouvidores-gerais ou de outros oficiais pode engendrar conclusões diferenciadas, pois se olharmos o conjunto de regimentos de todos os ofícios no Brasil perceberemos bastantes assimetrias. Enquanto os ouvidores-gerais e os governadores-gerais receberam regimentos que foram sistematicamente atualizados, pelo menos até a primeira metade do XVII, os ouvidores e governadores das capitanias não. No que diz respeito à adaptação local, também é preciso fazer uma ressalva. Quando nos referimos à pouca acomodação do conteúdo dos regimentos aos territórios a eles destinados não deve ser feita uma generalização. Os regimentos dos salários dos oficiais de justiça e fazenda é um exemplo de como isto ocorria. Outrossim, pode-se, ainda, citar o caso da falta de um regimento da Fazenda e Alfândega do Rio Grande em condições até 1724. A cópia que lá existia “não tinha uma forma rigorosa e lhe faltavam muitas folhas”. Ordenou o rei ao governador de Pernambuco que enviasse o regimento daquela capitania e que, juntamente com o ouvidor, conferisse “o que se deve acrescentar ou diminuir nele acomodando-se ao estado da terra” (Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 259, fl. 3).

fazer”¹⁶⁵. Alegava, ainda, o ouvidor que em várias matérias de direito “nestes Brasis pelos longes são mais rigorosas as leis que no Reino, e necessitam de maior ampliação”.

O que se depreende deste e de outros casos é que se a forma de julgar na América portuguesa encontra suas raízes no direito europeu, a sociedade gestada nesse espaço impôs, em algumas circunstâncias, condicionantes para o não exato cumprimento da lei. A distância física e a pobreza dos habitantes dos sertões foram algumas delas, conforme a exposição do ouvidor da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, em 1725. Este ministro deixou de apelar algumas causas quando foi em correição ao Ceará e justificou sua decisão esclarecendo que assim o fez porque o

obrigavam ou necessitavam as circunstâncias do tempo e do lugar; porque as daquele eram de uma estranha seca; e as deste a distância de quatrocentas léguas daquela Capitania à Relação do Estado, por cuja causa nunca os apelados procurariam melhoramento, e julguei fazia a Vossa Majestade serviço grande em os deixar livres, por não ficarem toda a vida criminosos e hábeis para cometerem outros delitos¹⁶⁶.

Pensamento semelhante orientou o ouvidor de Pernambuco, Inácio de Moraes Sarmiento, quando foi em correição pela capitania. Nas vilas do Rio de São Francisco e na de Porto Calvo, o ouvidor encontrou despesas com salários dos oficiais da câmara (escrivão, meirinho, alcaide, carcereiro) sem que seus regimentos o permitissem, nem houvesse ordem do rei para isso. Inácio de Moraes Sarmiento não reprovou tais despesas

*assim por ver que sempre se mandaram fazer sem nunca meus antecessores as encontrarem, nem a respeito delas deixarem provimento algum como por me constar que pelo pouco rendimento dos ditos ofícios não havia de haver pessoa que com capacidade os quisesse sem os ditos salários servir (grifos nossos)*¹⁶⁷

O rei anuiu com a resolução do ouvidor, dizendo que tolerasse esse comportamento (do pagamento dos salários) até que o mesmo resolvesse o contrário ou

¹⁶⁵ AHU, Ceará, Cx. 3, D. 181. Também citado por CARVALHO, Reinaldo, op. cit, p. 139-141.

¹⁶⁶ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 2, D. 82.

¹⁶⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 17, D. 1719.

até que as povoações crescessem de modo a tornar os ofícios mais lucrativos, fazendo dispensável esses pagamentos¹⁶⁸.

Os salários dos oficiais de justiça são um exemplo bastante sensível de adequação da normativa presente nas ordenações ao âmbito local. Os valores dos salários levados pelos juízes e oficiais dos juízos da fazenda, órfãos e justiça eram regulados por regimentos que tinham como parâmetro os valores estabelecidos nas Ordenações. Tais regimentos podiam ser feitos pelos próprios ouvidores, juntamente com as câmaras, tendo em conta os preços locais dos mantimentos. Admitia-se, de uma forma geral para as capitanias do Brasil, que os oficiais de justiça, juízes ordinários e dos órfãos levassem os salários em dobro aos fixados na Ordenação quando faziam diligências fora da povoação¹⁶⁹. Esses valores poderiam, entretanto, ser ajustados de acordo com o «estado da terra» e as despesas necessárias às diligências judiciais, tal como era o papel.

Indispensável ao expediente da administração, o papel apresentava custos diferentes nas capitanias, chegando com mais dificuldade, e com um preço mais elevado, àquelas situadas no sertão. No Piauí, os escrivães chegavam a lucrar de dezoito a vinte mil réis em emolumentos por uma resma de papel¹⁷⁰. Mesmo capitanias principais e litorâneas poderiam vir a sofrer com sua falta, fazendo com que seu preço chegasse a ser tão caro que “nem o dito salário da Lei em dobro, nem para o papel chega, quanto mais para os oficiais”¹⁷¹. No começo do século XVIII, a falta de papel na capitania de Itamaracá levou o seu ouvidor a tomar medidas para remediar a situação, obrigando aos ministros a despacharem as petições em meias folhas e quartos de papel e mandando pôr termos nos livros de protocolo dos escrivães para que esses só corressem o tempo às partes quando houvesse abundância de papel, ou se elas os dessem. Tendo o cuidado de registrar essa decisão para que na posteridade se praticasse da mesma forma, o ouvidor de Itamaracá mandou

Escrever [este assento e termo] nos partacolos dos Escrivães, para ficar na lembrança do que pudesse em algum tempo suceder, & me parece se mandou registrar nos livros da Camera; & assim se observou em quanto

¹⁶⁸ AHU, Códice 256, fl. 253vs [Sobre tolerar as despesas que fizeram os oficiais da câmara do Rio de São Francisco sem ordem de Sua Majestade].

¹⁶⁹ AHU, Códice 257, fl. 162vs, 303; Códice 258, fl. 9

¹⁷⁰ AHU, avulsos, Piauí, Cx. 1, D. 51.

¹⁷¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 25, D. 2313.

não chegou a frota, que levou papel; & deste assento dey parte à Relação da Bahia, que o aprovou¹⁷².

Ainda sobre a especificidade do território e a necessidade de adaptação da lei, escreveu o juiz de fora de Pernambuco ao rei, no começo do século XVIII, relatando que

dando a lei o tempo de um mês para tirar e fenecer as devassas, e suposto que em muitas partes se não reparasse no excesso deste termo, como também achareis praticado, como não estava a disposição da lei relaxada, se podia dar ocasião a alguma nulidade prejudicial ao justo castigo dos criminosos: e como nessa capitania era impossível praticar-se a respeito das *excessivas distâncias*, de que se compõem o termo chegava muitas vezes tarde aos ouvidos dos ministros os casos neles acontecidos, e os *invernos* impediam também a ida do ministros e a *ocorrência dos muitos negócios ao tempo das frotas*, embarçavam tirar as devassas, que a este respeito *se devia ampliar o tempo da lei a um ano nessa capitania*, e que os escravos comumente armam muitas dependências de que resultam feridos, que são casos de devassas, e que era pouco o tempo para tantas devassas perguntando-se em cada uma delas, ainda que em crimes de pouca entidade as trinta testemunhas que ela introduziu, e que *parece-se bastava, se tirasse e perguntassem as testemunhas porque contasse do delito* (grifos nossos)¹⁷³

Sobre este particular negou-se o rei a alterar a lei, respondendo que o juiz de fora deveria seguir “as leis e as interpretações recebidas, ou o estilo longamente praticado”. O mesmo ministro foi, outrossim, repreendido por incidir em uma questão já estabelecida pela legislação (“e se vos estranha dares-me conta de semelhantes matérias, em que tem provido de remédio a Lei”)¹⁷⁴. O ouvidor da Paraíba também propôs uma questão de ordem semelhante, argumentando que o tempo de, no máximo, 30 dias para realizar correição numa povoação era demasiado limitado para aquelas capitâncias¹⁷⁵, pedindo que pudesse permanecer por mais um ou dois meses para além dos 30 dias já previstos. O rei chegou a anuir com a solicitação por aquela vez somente, mas com o propósito do

¹⁷² CABRAL, Antônio Vanguerve, *Pratica judicial, muyto útil, e necessaria para os que principiaõ os officios de julgar, & advogar, & para todos os que solicitaõ causas nos Auditorios de hum, & outro foro*, Coimbra, Oficina de Antonio Simões Ferreira, 1730, parte II, cap. 26, §10, p. 222-223.

¹⁷³ AHU, Códice 257, fl. 190vs-191 [Sobre ampliar-se a lei que se passou de se fenecerem as devassas dentro de um mês].

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ As Ordenações Filipinas estabeleciam o tempo de até 20 dias para os “lugares pequenos” e de até 30 dias para os “lugares grandes”, a não ser que houvesse uma determinação do rei que permitisse ultrapassar esse tempo ou que fosse preciso a bem da justiça. Ord. Filipinas, livro 1, tít. 58, §53.

ministro realizar uma diligência específica em Itamaracá¹⁷⁶. Uma vez mais, evitava-se alterar os termos da lei.

Com relação ainda ao tempo processual, desde a criação da Relação da Bahia, o estilo praticado para o envio dos agravos e apelações da capitania de Pernambuco era o de seis meses. Uma inovação introduzida, em momento que não conseguimos identificar, diminuiu esse período para três meses. Diante do prejuízo causado às partes por esse novo estilo, o ouvidor Francisco Lopes de Carvalho determinou, juntamente com os advogados dos auditórios da capitania, que se comesçasse a contar os três meses não a partir da expedição dos agravos e apelações pelo ministro, mas sim do dia em que esses se embarcavam para a Bahia. Essa adaptação feita pelo ouvidor foi desconsiderada pelo monarca, que determinou que não se alterasse o estilo antigo, admitindo, inclusive, prorrogar-se os seis meses em caso de legítimo impedimento¹⁷⁷.

A documentação manuscrita, ao mesmo tempo que é fecunda em exemplos de adaptação ou que mencionam sua necessidade, a traz de maneira sutil e bastante dispersa. O jurista Antônio Vanguerve Cabral, que serviu como ouvidor na Capitania de Itamaracá nos anos iniciais do século XVIII, apresenta algumas das suas experiências como juiz num manual de prática judicial escrito por si¹⁷⁸. Vanguerve relata que em Itamaracá viu praticar-se a citação por meirinhos e alcaides, quando cabiam apenas aos porteiros, tabeliães do público, juízes ou oficiais de vintena, conforme as Ordenações Filipinas, livro 3, título 1, §§1-4, pois aqueles oficiais não eram credíveis de fé. Buscando pôr fim a este tipo de prática, deu parte à Relação da Bahia. Todavia, o tribunal determinou que Antônio Vanguerve observasse o estilo que havia encontrado¹⁷⁹.

Sobre a forma de se fazer os testamentos, Vanguerve informa que estes deveriam guardar os costumes dos lugares onde eram feitos e a razão era que “o costume legitimo tem grande força, & que o que he feito segundo a sua forma se hade observar, & guardar, como se fosse feyto na forma que o direyto ordena”. O ouvidor de Itamaracá ilustra esse instituto com o que se passava no Brasil.

¹⁷⁶ AHU, códice 260, fl. 15vs-16.

¹⁷⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 31, D. 2851; AHU, Códice 258, fl. 350vs-351; AUC, Códice 707, fl. 10-10vs.

¹⁷⁸ CABRAL, Antônio Vanguerve, *Pratica judicial, muyto útil, e necessaria para os que principiaõ os officios de julgar, & advogar, & para todos os que solicitaõ causas nos Auditorios de hum, & outro foro*, Coimbra, Oficina de Antonio Simões Ferreira, 1730.

¹⁷⁹ *Idem, ibidem*, parte I, capítulo 6, §11, p. 6.

E daqui nasce, que nos campos, & certoens do Brasil costumaõ os Escrivaens, & Juizes de Vintena aprovarem testamentos, & se lhe dá validade, *como vi praticado, & julgado, & julguey em alguns*, dando-lhe validade como se fossem tabeliaens públicos, pelas *grandes distancias dos lugares, onde não há tabeliaens*. E o mesmo se deve praticar em outra qualquer parte onde não haja tabeliaens, ou distancia de muytas legoas, onde não possaõ hir chamados, & a necessidade for urgente da aprovação (grifos nossos) ¹⁸⁰

Ainda a distância e as condições materiais impunham necessidades de adaptação da lei ao local. Mais uma vez, Vanguerve fornece exemplos dessas situações para o Brasil. Referindo-se ao modo de proceder a execução de sentença de pena de morte em lugar fora do tribunal de Relação, onde não pode ir o executor da pena (algoz) do mesmo tribunal, o juiz “obrigará a hum homem dos que costumaõ matar no curral as rezes; o que vi praticar em Pernambuco” na execução da morte que fez um sapateiro a um amigo em 1702, “onde se obrigou a hum negro forro, que matava rezes no curral, a servir naquela occasião de algos”, que o fez forçadamente, sendo-lhe pago o estipêndio do costume, a cama e vestidos pertencentes ao condenado¹⁸¹.

Sobre os instrumentos materiais da justiça, Antônio Vanguerve alertava aqueles que iniciavam a prática judicial para uma situação que lhe ocorreu. Escrevendo sobre a forma como se deveriam preparar e expedir as apelações para os juízos superiores, o jurisconsulto lembrava que as sentenças só tinham validade se passadas pela chancelaria. Mas como proceder numa vila que, como Itamaracá, não possuía selo próprio? A validação se daria pela fórmula «valha sem selo *ex causa*». Ter despachado papéis para a Relação da Bahia sem a expressão acima foi motivo de repreensão do mesmo tribunal ao então ouvidor de Itamaracá¹⁸².

São diversos os exemplos colhidos por Antônio Vanguerve, para ilustrar sua obra, extraídos de casos acontecidos em Itamaracá, Pernambuco, Ilha da Madeira e Reino, enquanto oficial da administração da justiça¹⁸³, observador participante («assim o vi praticar em...»), ou simplesmente de casos de que tinha conhecimento. Aqui vale destacar o caráter público dos processos judiciais. Antonio Vanguerve, como outros praxistas, trazem frequentemente exemplos de decisões judiciais de vários foros, tivessem sido eles

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*, parte IV, capítulo 5, §44, p. 416.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*, parte I, capítulo 44, §10, p. 54.

¹⁸² CABRAL, 1929, parte II, capítulo 27, §12, p. 225.

¹⁸³ Em Itamaracá, Antônio Vanguerve atuou como ouvidor, mas antes havia advogado na Capitania de Pernambuco e servido como juiz comissário na Ilha da Madeira.

seus juízes ou não. Já não cobertos pelo segredo de justiça, eles eram usados como um meio pedagógico para instruir os novatos ou os sem letras na inteligência da ciência jurídica. Para os casos em que foi juiz, seria interessante saber se Vanguerve conservava consigo cópias das sentenças dos processos relatados, pois além de citar os nomes das partes, dar detalhes da causa (transcrevendo algumas na íntegra inclusive) e do seu percurso, trazia também a informação do cartório do escrivão no qual se conservava o registo das mesmas.

Os exemplos trazidos por Vanguerve e outros aqui citados, retirados da documentação manuscrita, demonstram a necessidade de adaptação da normativa do reino ao Brasil, que, seja pelas especificidades da sociedade ou do espaço físico ou pela distância do centro político, exigiam saídas próprias. Essa flexibilidade e adaptação do ordenamento jurídico europeu tem sido analisada recentemente através das noções de *local law* e *localization of law*¹⁸⁴. Não se quer dizer que essas duas dimensões tivessem sido negligenciadas até então. Quando Tau Anzoátegui, por exemplo, abordou o peso do casuísmo no chamado *Derecho de Índias*, estava também a se referir às leis locais que regiam as comunidades, bem como à localização da lei, isto é, o processo dinâmico de interpretação e adaptação das leis hispânicas aos territórios americanos. A conhecida fórmula *obedezco pero no cumpro* também aponta nessa direção. O que a atual historiografia do direito pretende é, através da interação entre os vários níveis de sistemas jurídicos (local, regional e supranacional), reforçar a existência de um pluralismo normativo e jurisdicional no qual leis locais coexistiam num enquadramento normativo mais geral (*ius commune, iura propria*) a que estavam submetidos os povos.

Esse fenômeno foi ainda pouco explorado para o caso do Brasil. O fato de não haver uma *Recopilación* na forma que se conhece para a América hispânica, justamente com a pouca documentação judicial que nos chegou, dificulta esse processo. Como bem disse António Hespanha, se há um direito colonial brasileiro, ele se encontra nomeadamente na legislação extravagante que se produziu para esse espaço. Embora esta talvez seja a parte mais visível de um direito colonial, também podemos complementar que ele, outrossim, se encontra na forma como foi interpretado e implementado (*localization of law*), na produção normativa local, ainda que residual, por parte das

¹⁸⁴ AGÜERO, Alejandro, «Local law and localization of law. Hispanic legal tradition and colonial culture (16th-18th centuries)» In MECCARELLI, Massimo & SASTRE, María Julia Solla (eds), *Spatial and temporal dimensions for Legal History. Research Experiences and itineraries*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, 2016, p. 101-129.

câmaras (posturas) e dos governadores (bandos), nos costumes, na jurisprudência encontrada e nos estilos dos auditórios e tribunais. Por isso, ao invés de pensar num direito colonial **do** Brasil, talvez seja mais apropriado pensar num direito **na** América, ou, em outras palavras, num *direito colonial português* ao invés de um *direito colonial brasileiro*, dado que a normativa produzida localmente não parece ser sido especialmente abundante, ocorrendo com maior frequência a adaptação do direito comum e do Reino ao ambiente colonial e por abranger costumes e práticas locais existentes no Reino que foram acomodadas à realidade colonial pelos colonos.

Os exemplos aqui citados e outros sugerem que a Coroa evitava revogar as leis instituídas (a recusa em alterar o tempo das devassas, a manutenção dos seis meses para recurso ao Tribunal de Relação), ainda que se evocasse a especificidade dos lugares. Quando isso ocorria, optava-se pela alteração temporária, válida apenas para uma determinada vez somente. Segundo Arno e Maria José Wehling, a situação de casuísmo mais comum no Brasil foi a de “admissão da excepcionalidade, sem revogação da Ordenação em contrário”. A autorização de casamentos dos ministros com mulheres da terra, que era concedida sem muita dificuldade no Brasil, se enquadra nessa categoria, por exemplo¹⁸⁵.

De certa forma, isto explica o volume reduzido de normativa produzida pela Coroa para as conquistas, como identificam Pedro Cardim e Miguel Baltazar, preferindo-se legislar para o espaço do reino e das conquistas, uniformemente. A adaptação, portanto, mostrava seus contornos mais nítidos na adaptação da lei localmente do que na própria legislação extravagante produzida. Esta costumava incidir, mais densamente, sobre assuntos fiscais, dos povos indígenas, mineração e escravidão. As matérias processuais criminais e cíveis não eram, recorrentemente, alvo de leis especiais, o que não significa dizer que não havia uma flexibilização na sua aplicação. O recurso a um negro que cuidava de currais na execução de uma pena de morte, as citações realizadas por meirinhos e alcaides, a admissão de salários não prescritos na lei por oficiais das câmaras de Porto Calvo e do Rio de São Francisco por parte do ouvidor, são situações de materialização dessa flexibilização. Por fim, a adaptação das leis na América nem sempre foram codificadas, nem precisavam ser necessariamente permanentes. Poderiam variar de

¹⁸⁵ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, 2012, p. 57.

um lugar para outro e ter uma disposição temporária (válida para uma determinada vez somente ou até o rei não mandar o contrário).

Foi nossa pretensão, nesse capítulo, apresentar brevemente a estrutura judicial e a normativa estabelecida na América portuguesa através da sua comparação com aquela implementada na América hispânica. As aproximações que estabelecemos indicam-nos a existência de um elevado grau de semelhança no que diz respeito a instituições e oficiais letrados da administração da justiça.

Fica perceptível que as culturas política e jurídica que envolviam a península ibérica permitiram que os reinos de Portugal e Castela encontrassem pontos em comum no desenvolvimento das suas administrações e soluções parecidas no processo de colonização da América naquilo que diz respeito ao aparelho judicial, pois em outras matérias de governo, as diferenças são maiores do que as aproximações. Ficou claro que em termos da organização da jurisdição territorial, as comarcas, no Brasil, foram as unidades político-jurisdicionais capazes de conferir homogeneidade ao espaço jurisdicional do território, enquanto que nos Vice-reinos espanhóis, essa cobertura jurisdicional do espaço ficou a cargo das *Audiencias*¹⁸⁶.

Os ministros que ocupavam lugares nessa estrutura apresentavam percursos similares quanto à formação e a necessidade de ocupação de diferentes cargos letrados que, sendo bem servidos, permitiam ir alcançando melhores posições. Peninsulares ou naturais das Américas circulavam entre lugares de letras e tribunais dos Reinos e do além-mar. Entretanto, a movimentação dos magistrados portugueses nesses espaços foi maior devido ao caráter temporário das nomeações e a não existência da venalidade desses ofícios. No que diz respeito ao controle das coroas ibéricas sobre seus magistrados, também fica perceptível a existência de mecanismos similares de fiscalização das ações dos ministros, especialmente as residências, e de tentativa de isolamento social dos mesmos, buscando garantir, com isso, a execução de uma justiça isenta de parcialidades.

¹⁸⁶ GARRIGA, Carlos, op. cit., 2009, p. 217.

A atuação dos ministros era regulada por leis existentes na península e que foram transferidas para as partes americanas. Essa transferência não ocorreu sem uma adaptação e sem uma “tradução” por parte dos oficiais locais às vicissitudes de suas realidades. A necessidade de resolver as situações de casuísmo que iam aparecendo ao longo do processo de colonização ajudaram a produzir um corpo de leis extravagantes que, na historiografia hispanoamericana, ficou conhecido como *Derecho indiano*. Importa ressaltar que a ideia em torno de um direito específico para a América hispânica não deixa de estar relacionado também ao momento em que este conceito foi enunciado, marcado pela valorização das histórias nacionais e vinculado à ideia de *Hispanidad*, surgida em finais do século XIX, que buscou construir uma unidade entre o antigo reino de Castela e seus territórios americanos através da língua, cultura, história e também do direito. A ausência de uma discussão parecida para a historiografia portuguesa do século XX deve-se à escolha de outros elementos que procuravam evidenciar a identidade luso-brasileira, como a ideia de uma atitude amorosa da colonização, cara ao luso-tropicalismo de Gilberto Freire¹⁸⁷.

A falta de uma compilação de leis ao modo da *Recopilación de Índias* não significou a ausência de um direito direcionado ao Brasil. Como procuramos demonstrar, as correspondências enviadas às capitanias estão repletas de determinações régias de tipologias diversas que fazem parte desse *corpus* legislativo direcionado especificamente à colônia. Como muitas das leis de polícia europeias, essas ordens incidiam sobre assuntos relativos à tributação e arrecadação, utilização dos espaços comuns, comércio, assuntos militares e de saúde pública. No concernente, especificamente, ao universo judicial também houve adaptações, mas nota-se que a coroa portuguesa evitava modificar pontos relacionados aos procedimentos processuais, ainda que os dispositivos presentes nas Ordenações não fossem muito praticáveis no cotidiano das populações. A adaptação convivia, igualmente, ao lado da força do costume e dos estilos praticados, os quais, embora por vezes fossem contrários aos termos da lei, eram tolerados temporariamente ou simplesmente aceitos.

Assim, entre a aplicação da lei, sua adaptação ou o seguimento das normas locais ia-se construindo o tecido normativo que regia os assuntos judiciais no Brasil. Os

¹⁸⁷ HESPAÑHA, António Manuel, «O ‘Direito de Índias’ no contexto da historiografia das colonizações ibéricas» In DUVE, Thomas (coord.), *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano* (Berlín, 2016), Madrid, Dykinson, 2017, vol. 1, p. 43-83.

magistrados precisavam ir costurando esses fios para desenvolver suas funções. O desenvolvimento das carreiras em diferentes lugares do império possibilitava o aprendizado das práticas locais, ainda que o direito fosse entendido como um saber de aplicação generalizada nas diversas partes da monarquia. De certa maneira, pode-se assumir que a magistratura e o direito tiveram um papel integrador no império, ao permitir a construção de um universo jurídico, que, ainda que fosse plural, estava conectado pela normativa régia e por seus executores, os ministros e oficiais da justiça.

A adaptação das leis foi uma das formas encontradas pelas coroas ibéricas para compensar o inconveniente da distância entre as partes ultramarinas e os centros políticos das monarquias. Todavia, as distâncias internas mostravam-se, outrossim, de difícil superação. Utilizando-nos, ainda, deste par tempo/distância, passamos, a nos dedicar à construção do aparelho judicial na Capitania da Paraíba, verificando os aspectos materiais da justiça, o oficialato ligado à execução dos assuntos judiciais, a mobilidade dos ouvidores por sua jurisdição e os custos monetários do acesso à justiça letrada.

CAPÍTULO 3

A construção do aparelho judicial nas comarcas da Paraíba e Capitanias do Norte

“Hacer la historia de la división administrativa es hacer la historia de las relaciones entre el poder y el espacio”¹. Esta sentença dará o norte do presente capítulo, que abordará a formação do espaço político-administrativo da comarca da Paraíba. A criação da ouvidoria da Paraíba representou o surgimento de um novo poder na capitania, dotado de jurisdição e de base territorial. Este poder foi estabelecido pela Coroa, embora tenha sido solicitado pelas autoridades locais da capitania. O aparecimento desta nova unidade político-administrativa demandou a reorganização dos poderes locais e régios já existentes naquele espaço. Ainda que o alcance territorial da jurisdição do ouvidor estivesse delimitado geograficamente no momento de criação da ouvidoria, os ajustes de suas atribuições, a delimitação das jurisdições e a montagem do equipamento administrativo só foi acontecendo aos poucos, muitas vezes, ao passo em que situações foram exigindo o esclarecimento do modo da atuação desse oficial na sua comarca.

Em termos práticos, o que era a ouvidoria e o que fazia o ouvidor? As Ordenações Filipinas oferecem uma noção global dessas questões, mas trata-se de um texto notadamente preso à realidade do Reino. É certo que as ouvidorias dos contextos extraeuropeus guardam semelhanças fundamentais com as suas originárias, mas a natureza dos territórios e das populações locais impuseram adaptações à essa estrutura. Dado que essas questões já foram tratadas em vários trabalhos sobre este tema, nossa pretensão é respondê-la utilizando maioritariamente exemplos documentais. Ainda que algumas questões já tenham sido postas por trabalhos sobre administração da justiça, muitas ainda ficaram de fora. O ordenado do ouvidor poderia ser pago *in natura*? Onde ficava o cartório da ouvidoria? Como a população tinha conhecimento das correições? Quem transportava os presos para as cadeias ou para os tribunais de Relação? Como se dava o pagamento das penas pecuniárias e quais os usos das mesmas? Qual o papel dos negros, mulatos e índios no funcionamento da administração da justiça? Estas são algumas questões, que podemos classificar como “miúdas”, mas que dizem muito da materialidade e funcionamento da justiça e que não foram devidamente abordadas para o

¹ HESPANHA, António Manuel, «El espacio político» In IDEM, *La gracia del Derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 85.

caso do Brasil. Em suma, tentaremos perceber **como, por quem e quando** a justiça régia operava.

Quando compulsada a documentação, percebe-se que a justiça régia não agia totalmente separada de outras formas de justiça, nomeadamente a ordinária. Também fica evidente a participação de outros oficiais régios, como o governador, na execução de alguns atos judiciais. Portanto, ainda que nosso objeto sejam os ouvidores e a justiça por eles promovida, uma visão cerrada nesses oficiais deixa incompleto nosso estudo, ainda mais se tratando de um território de grande complexidade jurisdicional, de baixa institucionalização política e de limites espaciais abrangentes como era a comarca da Paraíba.

A comarca corresponde a uma unidade de organização política do território e estava na base da divisão político-administrativa do reino. No espaço americano, a comarca precisou se adaptar à dimensão geográfica do território e assumiu, na maior parte das vezes, grandes proporções. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, observa-se que a criação de novas comarcas levou, quase sempre, à diminuição de outras. A comarca da Paraíba, entretanto, manteve a mesma dimensão territorial até o início do século XIX, sendo, portanto, um caso de exceção.

Neste capítulo abordaremos a formação jurisdicional da comarca da Paraíba, sua criação, desenvolvimento e disputas territoriais e jurisdicionais. Além disso, destacaremos a composição humana da ouvidoria, identificando os oficiais que auxiliavam as atividades do ouvidor. Também é nossa intenção pontuar a movimentação dos ouvidores pelo território, o tempo de ausência da cabeça da comarca e as questões advindas desse afastamento. Procuraremos também analisar a Junta de Justiça de Pernambuco, seu funcionamento e verificar como essa estrutura difundiu-se nos espaços ultramarinos. Por fim, damos destaque à comunicação política estabelecida entre os ouvidores e o Conselho Ultramarino.

3.1. A formação do espaço jurisdicional das Capitanias do Norte: comarcas e lugares de letras

Difícil compreender a criação da ouvidoria da Paraíba separada do conjunto das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Essas capitanias estavam tão intrinsecamente

interligadas por jurisdições, famílias, caminhos e atividades comerciais que torna difícil tratar esse espaço como unidades político-administrativas separadas². Não se trata de tentar desfazer essas divisões, mas de admitir que este espaço, apesar dos seus marcos territoriais, apresentava fronteiras muito fluidas, especialmente quando se adentrava para os sertões³.

Os contornos territoriais das capitanias estabeleceram os limites de jurisdição de boa parte dos poderes. Os governadores, capitães-mores, provedores e ouvidores geralmente tinham como base territorial de sua jurisdição a capitania, mas isto não pode ser generalizado, nem facilmente esquematizado. No caso das capitanias do Norte do Estado do Brasil, por exemplo, as jurisdições desses oficiais no território sofreram ajustes ao longo do processo de conquista e colonização. A partir de 1548, todas as capitanias ficaram subordinadas ao governo-geral do Estado do Brasil, mas outras relações de poder foram sendo estabelecidas. A capitania de Pernambuco tinha a jurisdição militar sobre o Ceará desde 1654. A capitania do Ceará fazia parte da jurisdição da Provedoria do Rio Grande até 1723. Esta, por sua vez, entrou na órbita de influência de Pernambuco em 1701 nos campos políticos e militar.

A Paraíba foi, talvez, a principal exceção no conjunto das Capitanias do Norte, pois foi criada como capitania régia e manteve sua autonomia política até o final da primeira metade do século XVIII, quando também passou para o grupo de capitanias anexas à Pernambuco. Já a capitania de Itamaracá possivelmente vem a ser o exemplo mais destacado de jurisdições partilhadas num mesmo espaço, pois mantendo-se como um território donatário até avançado século XVIII, estava subordinada a Pernambuco na jurisdição militar e à Paraíba na jurisdição judicial, além de responder à Bahia, como as demais, nas questões políticas e, naturalmente, ao donatário nos provimentos dos ofícios e na recolha dos impostos a ele pertencentes.

A jurisdição, portanto, não precisa de um espaço contínuo para ser exercida, mas é imprescindível que esteja aderida a uma base territorial. Em termos práticos, isto significa que o território determinava os limites espaciais do poder⁴. Tendo isto em

² HESPANHA, António, *op. cit.*, 1993a.

³ Em 1736, o capitão-mor da Paraíba alertava ao rei para a necessidade de demarcar os limites da capitania com as de Pernambuco (ao sul) e Rio Grande (ao norte), alegando que “a falta de marcos é causa de muitos furtos, principalmente dos Dízimos, que para se livrarem de os pagar já são de uma parte, e já da outra, sendo semelhantes lugares asilo de todos os criminosos”. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx.10, D. 800.

⁴ HESPANHA, António Manuel, *La gracia del derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 102-103; VALLEJO, Jesús, *Ruda equidad, ley*

consideração, o território deve ser pensado para além da sua dimensão geográfica. Fazendo uso da concepção de Charles Maier, podemos entendê-lo como uma porção de terra que contém limites fronteiriços, características físicas, valores culturais, mas também que possui um uso político que permite aos povos serem governados e taxados⁵. Nesse sentido, o território cumpre a função de “definición de ámbitos de ejercicio de las potestades que la iurisdictio confiere a su titular”⁶.

A partir desse pressuposto, a comarca pode ser entendida como o espaço de jurisdição dos ouvidores, no caso do Brasil, África Oriental e Ocidental e Macau, e dos corregedores no caso do Reino, ilhas, arquipélagos atlânticos. Esse território não era, necessariamente, contínuo. Em Portugal, por exemplo, o espaço da comarca poderia estar intercalado por terras senhoriais. No Brasil isto não se verificou. O que encontramos é apenas a inclusão de capitanias donatárias numa comarca, sem que isto promovesse uma fratura territorial.

O transplante da estrutura comarcã para o Brasil deu-se com algumas alterações dignas de nota. Uma delas reside no fato de as comarcas existentes em Portugal, entre o século XVI e finais do XVIII, terem sido criadas a partir de uma reforma ocorrida no começo do Quinhentos. As seis comarcas que antes existiam passaram para 27 e assim se mantiveram até a reforma ocorrida na década de 1790. Todo o território foi dividido em comarcas de uma só vez. As divisões não seguiram critérios de aplicação geral, mas, em grande medida, guiaram-se pelos limites hidrográficos e fatores geográficos e populacionais⁷. Na América o processo foi diferente. Não houve uma política da Coroa direcionada à criação das comarcas. Estas foram surgindo gradualmente e como resposta a solicitações locais.

O segundo ponto diz respeito à amplitude territorial das comarcas e à distância entre as cidades, vilas e freguesias e sua respectiva cabeça. A distância convencionalizada pelo Direito estabelecia em cinco léguas essa separação, medida esta que equivaleria a um dia de viagem (ida e volta). Essa prescrição do direito ainda que fosse considerada

cosumada: concepción de la potestad normativa (1250-1350), Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1992, p. 128-129.

⁵ MAIER, Charles S., *Once within borders. Territories of power, wealth, and belonging since 1500*, Cambridge, Mass, Belknap Press of Harvard University Press, 2016, p. 1-2.

⁶ VALLEJO, *op. cit.*, p. 130.

⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero, «O enquadramento do espaço nacional», In MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal. No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 39.

apenas uma convenção ideal e não tivesse sido de todo cumprida no Reino, não chegou a ser propriamente uma consideração muito relevante para as características do Brasil. Geralmente a escolha da cabeça da comarca recaía na cidade ou vila mais antiga ou naquela mais importante política e economicamente. Poucas vezes colocava-se alguma dúvida sobre qual vila deveria ser a cabeça da comarca. Alagoas parece ter sido um desses casos. O atual Estado de Alagoas correspondia, durante o período colonial, à parte sul da Capitania de Pernambuco, que foi jurisdicionalmente institucionalizada em comarca nos primeiros anos do século XVIII. Esse espaço possuía, quando da criação da comarca, três vilas: Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo do Rio São Francisco. A sua criação demorou praticamente uma década para se efetivar, não nos sendo possível, reconstituir com pormenor as discussões que levaram a esse atraso⁸.

Desde 1699 se é aventada a possibilidade de criação de mais um ouvidor em Pernambuco, com jurisdição em Alagoas e Penedo⁹. Como de praxe, a Coroa ouviu os pareceres das câmaras locais, do governador de Pernambuco e também do Desembargo do Paço acerca da matéria¹⁰. Percebe-se, pela documentação, que inicialmente a cabeça da comarca seria nas Alagoas¹¹, mas uma decisão régia de 1710 elegeu Penedo como sede da comarca, onde seria “mais precisa a administração da justiça por ser nela o domicílio ordinário dos delinquentes por estar metida ao sertão”¹². Contudo, esta questão arrastou-se até 1715, quando ficou definido que a cabeça da comarca ficaria na Vila das Alagoas “não só por ser mais populosa, mas também por ficar no meio de todo o distrito”¹³, distando, aproximadamente, 27 léguas entre ela e as demais vilas anexas (Porto Calvo e Penedo do Rio de São Francisco)¹⁴. Ainda que não se saiba com detalhes as razões que moveram esta dúvida, a questão da população, da centralidade e da equidistância da vila

⁸ A formação do espaço institucional e econômico da comarca das Alagoas foi recentemente estudado na tese de doutoramento de MACHADO, Alex Rolim, “*PARA SE ADMINISTRAR A JUSTIÇA, CONTER OS CRIMES E MELHORAR A ARRECADAÇÃO...*”: desenvolvimento social e motivações econômicas na institucionalização da Comarca das Alagoas. Capitania de Pernambuco, 1654-1712, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

⁹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 18, D. 1792.

¹⁰ ANTT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Maço 1882. Sobre a consulta inclusa do Conselho Ultramarino sobre ser conveniente criar-se um ouvidor geral da Capitania das Alagoas (26 de setembro de 1709).

¹¹ AHU, Códice 257, fl. 195vs-196.

¹² Arquivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice 707, fl. 91 [Ordem Real pela qual determina Sua Majestade separa-se da Ouvidoria de Pernambuco as vilas e capitanias das Alagoas, Rio de São Francisco e Porto Calvo, unindo-as à Ouvidoria das Alagoas, que se criou de novo, 08 de agosto de 1710]

¹³ AHU, Códice 258, fl. 94-94vs.

¹⁴ AHU, Avulsos, Alagoas, Cx. 1, D. 10.

das Alagoas com relação às demais da comarca foram os fatores decisivos para instituí-la como cabeça.

O terceiro ponto relaciona-se ao número de vilas e cidades por comarca. A quantidade de câmaras existentes no interior de uma comarca do reino era, quase sempre, muito superior àquela encontrada no Brasil. Isto tinha uma implicação prática nos ganhos pecuniários do corregedor/ouvidor. A este competia percorrer as vilas e cidades de sua jurisdição anualmente (correição). Um dos principais objetivos desse ato era fiscalizar as rendas e as atividades das câmaras municipais. Por isto entendia-se averiguar os contratos arrematados pelas câmaras, verificar as correições feitas por seus oficiais e as penas impostas nas mesmas, revisar as posturas municipais e as eleições dos munícipes. Cada um desses atos gerava rendimentos para o ouvidor, pagos pelos bens da câmara. Portanto, quanto mais câmaras uma comarca possuía, maiores os emolumentos e propinas recebidos pelo ouvidor. O anexo 2 mostra um resumo dos gastos que os concelhos da comarca da Paraíba tinham com seu ouvidor no ano de 1779. O pagamento das propinas dos ouvidores em épocas de seca ou de poucos rendimentos também sufocavam as câmaras. O “miserável estado dos moradores”, por exemplo, foi o argumento utilizado pela câmara de Natal para que o ouvidor da Paraíba demorasse alguns meses para ir fazer correição naquela cidade no ano de 1713¹⁵.

A criação das ouvidorias envolvia a escolha de um magistrado, o estabelecimento dos limites da comarca e a identificação da vila ou cidade que seria cabeça da mesma. A transferência de jurisdição para o ouvidor ocorria através da carta de nomeação, que ficava registrada na chancelaria da Torre do Tombo, no Reino. Quase sempre também se pode encontrar as nomeações no Registro Geral de Mercês, pela razão de esses ofícios serem considerados mercês régias concedidas como uma retribuição aos bons serviços prestados pelos ministros no serviço régio. As cartas de nomeação indicavam o tempo de ocupação dos cargos (trienais, mas sempre seguidos da fórmula «e além deles o mais que [o rei] houver por bem»). O documento também fazia menção aos cargos já ocupados, se deram boa residência e determinava que fosse servido segundo a forma das ordenações do Reino e também “da maneira que o serviram as mais pessoas que antes dele o

¹⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Cartas e provisões da câmara de Natal, Livro 5, fólio s/n. Registro de uma carta que escreveram os oficiais da câmara ao Doutor Corregedor Jerônimo Correia do Amaral, 01/09/1713.

ocuparam”¹⁶. Continha, ao final, a menção ao pagamento dos novos direitos que deveria ser feito pelo ouvidor. Com esta carta de nomeação, assinada e selada com o selo pendente do rei, o bacharel nomeado apresentava-se à câmara da cabeça da sua comarca e tomava posse do cargo, sob juramento aos Santos Evangelhos. Poderia haver um ou outro aspecto adicional a essas informações, como a promessa de um lugar na relação da Bahia ou do Porto ou alguma especificação sobre poderes, alçada e emolumentos¹⁷.

Os ministros que «criavam de novo» ouvidorias no Brasil¹⁸, quase sempre recebiam a promessa de um lugar na Relação da Bahia, na condição de darem boa residência. Esta promessa de mercê futura era entendida como uma recompensa pela dificuldade representada pela criação dos lugares de letras, como fizemos menção no primeiro capítulo, ou como incentivo para irem servir em lugares mais distantes, pouco atrativos ou considerados perigosos. Também era prática comum pedir-se uma ajuda de custo para a viagem. Esse tipo de ajuda foi amplamente solicitado por praticamente todos os juízes que serviram na América e também em outras partes do ultramar¹⁹, inclusivamente nas ilhas²⁰.

A criação de ouvidorias, assim como de lugares de letras, foi um fenômeno tardio no Brasil. Como já fizemos referência, as primeiras tentativas de divisão administrativa do espaço colonial conferiam uma dilatada circunscrição territorial aos juízes letrados (Estado do Brasil, Estado do Maranhão e Grão-Pará e Repartição do Sul). A necessidade de criação de outros lugares de letras começou a ser discutida apenas no final da segunda metade do século XVII.

¹⁶ ANTT, CHR, D. Pedro II, liv. 63, fl. 120vs. Carta de nomeação de Gonçalo de Freitas Baracho como ouvidor da Paraíba, 26/04/1705.

¹⁷ “e terá a mesma jurisdição e alçada que tem o ouvidor do Rio de Janeiro assim nos casos cíveis como crimes e além da dita jurisdição lhe concedo mais que ele junto com o governador de São Paulo e com os dois ouvidores gerais do Rio das Velhas e Ouro Preto possa condenar até a morte inclusive aos negros e índios e fora destes apelarão por parte da justiça para a Relação da Bahia nos casos em que as leis põem pena de morte natural e com o dito cargo haverá o ordenado seiscentos mil réis em cada um ano e as assinaturas e mais emolumentos que lhe pertencerem levará em dobro do que se costumam levar os mais ouvidores das conquistas”. ANTT, CHR, D. João V, liv. 47, fl. 312. Carta de nomeação de Jerônimo Correia do Amaral a ouvidor do Rio das Mortes, 23/10/1718.

¹⁸ A expressão «criar de novo» não quer dizer novamente, mas remete à criação do lugar de letras pela primeira vez.

¹⁹ AHU, avulsos, Angola, Cx. 5, D. 499. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o requerimento do ouvidor-geral nomeado para Angola, Bento Teixeira de Saldanha, solicitando ajuda de custo, à semelhança da que se dera aos seus antecessores e da que se dava aos corregedores do crime e aos ouvidores de Cabo Verde (03, agosto, 1651).

²⁰ VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2000, p. 248.

Em 1681, dois relatórios de desembargadores da Relação da Bahia apontavam que o aumento da população, a distância dos povoados e o número diminuto de juízes constituíam as principais razões que justificavam a criação de novos lugares de letras²¹. É do último quartel do século XVII, portanto, o debate sobre a criação de judicaturas letradas em partes diferentes do Brasil, ainda que isto não possa ser visto necessariamente como um projeto da Coroa. Nesse momento foram criados lugares de juiz de fora para a Bahia (1696), Rio de Janeiro (1700) e Pernambuco (1701) e de ouvidor para a Bahia (1696) e Sergipe del Rei (1696), e também foram discutidas possibilidades de criação de juiz de fora para o Rio Grande e para o sertão do Rio de São Francisco²² e de ouvidor para Alagoas²³.

O final do século XVII e a primeira metade do século XVIII correspondem ao momento de expansão das judicaturas letradas no Brasil. É nesse período que se criam várias ouvidorias e lugares de juízes de fora, tanto no litoral, quanto nas capitanias do interior. Depois de 1750 ainda se estabelecem mais alguns lugares de letras, sobretudo em terras senhoriais que passaram para a Coroa²⁴. A propagação de ministros letrados no intervalo acima referido não foi ao acaso. Tratou-se de um período marcado pelo avanço da conquista para o interior do continente e também pelo aumento numérico e demográfico dos núcleos populacionais. O argumento demográfico quase sempre esteve presente nos pedidos de juízes letrados.

Os lugares de letras iam sendo criados mais ao ritmo dos pedidos individuais, por parte das autoridades régias e locais das capitanias, do que como resultado de uma política da Coroa para enquadrar juridicamente as populações²⁵. Dificilmente esses pedidos eram negados e quando o eram prendiam-se mais a razões financeiras, ligadas ao ordenado dos ministros, pois nem sempre as capitanias tinham como arcar com um ministro de letras. Este é o caso da capitania do Rio Grande, que solicitou ouvidor em 1702, mas as fontes de rendimentos sob as quais poderiam incidir o ordenado do magistrado não foram

²¹ Os desembargadores são Sebastião Cardoso de Sampaio e Cristóvão de Burgos. AHU, Avulsos, Bahia, Luiza da Fonseca, Cx. 24, D. 2972 e Cx. 25, D. 3018.

²² AHU, avulsos, Pernambuco, Cx. 17, D. 1743;

²³ AHU, avulsos, Pernambuco, Cx. 18, D. 1792; Cx. 18, D. 1827.

²⁴ São os casos da comarca de Cairú e Porto Seguro, na Bahia (1763) e da comarca de Santa Catarina, em 1749. No caso de Santa Catarina não se tratava de uma capitania senhorial.

²⁵ CAMARINHAS, Nuno, «Lugares ultramarinos: a construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna» In *Análise Social*, nº 226, v. LIII (1º), 2018, p. 153-154.

consideradas suficientes²⁶, ainda que se tivesse proposto a anexação desse lugar com o de provedor da fazenda, e, posteriormente, a incorporação do Ceará à comarca²⁷.

Os casos existentes mostram que a criação de um lugar de letras era um ato irrevogável. Dificilmente também se pedia pela sua extinção. O único exemplo que conseguimos localizar foi o da Paraíba, que teve uma solicitação para a extinção de sua ouvidoria pelos oficiais da câmara cerca de cinco anos depois da sua criação²⁸. Outra situação incomum era a mudança da cabeça da comarca. No Brasil isso ocorreu na comarca do Cuiabá. Quando criada, em 1728, a comarca de Cuiabá, cuja cabeça se localizava na Vila Real do Cuiabá, fazia parte da capitania de São Paulo. Em 1748 o território da comarca passou a pertencer à recém-criada capitania de Mato Grosso e teve sua sede transferida, na década de 1760, para a Vila Bela, cabeça da capitania²⁹. A comarca de Pernambuco pode ser tomada como um exemplo para mostrar, ainda que não tenha havido uma transferência oficial, como Recife acabou ofuscando a importância administrativa de Olinda, cabeça da comarca e da capitania. Recife e Olinda estavam bastante próximas geograficamente e podia-se, com facilidade, ir e voltar no mesmo dia de uma à outra. A importância portuária e comercial de Recife acabou por exigir uma presença contínua do governador, do ouvidor e do juiz de fora nessa cidade. A necessidade de resolver questões administrativas em Recife acabou sendo, contudo, extrapolada por conveniências e interesses pessoais das autoridades régias, que passavam mais tempo nela do que em Olinda. Essa “desobediência” rendeu algumas advertências do rei para que o governador e os ministros de justiça residissem em Olinda, com exceção do período de expedição da frota³⁰, por demandar mais trabalho, tanto pela inspeção das mercadorias quanto pela necessidade de responder às cartas que chegavam do Reino. Já o Ceará é um exemplo de comarca cuja cabeça (vila do Aquiraz) não coincide com a sede política da capitania (Vila de Fortaleza).

Percebe-se pela cronologia da criação dos lugares de letras no Brasil, que os ouvidores precediam aos juízes de fora. Com isso entendemos que os juízes de fora acabavam sendo solicitados para dividir com o ouvidor a sobrecarga da administração da

²⁶ AHU, Códice 257, fl. 120 e 159vs.

²⁷ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 1, D. 61.

²⁸ AHU, Códice 256, fl. 162.

²⁹ JESUS, Nauk Maria de, «A administração da justiça: ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa», In GUEDES, Roberto (org.), *Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados, séc. XVII-XIX*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2011, p. 177-179.

³⁰ AHU, Códice 258, fl. 250.

justiça e também para conferir imparcialidade e ciência jurídica aos atos judiciais, que não estavam plenamente garantidos pelos juízes ordinários, visto serem naturais da terra e quase sempre leigos. Além disso, podiam ser criados visando um maior controle na fiscalização das rendas das câmaras e nos descaminhos, como é o caso do juiz de fora do Rio de Janeiro³¹. Da mesma forma que o estabelecimento de uma ouvidoria impunha a necessidade de ajustes de jurisdição com os poderes já instalados, como referimos no capítulo 1, a criação de um lugar de juiz de fora obedecia ao mesmo princípio. Era preciso separar cartórios, delimitar jurisdições, individualizar funções, criar ofícios e instruir oficiais. Embora a atuação de ambos os oficiais estivesse discriminada nas Ordenações, na prática algumas situações não pareciam estar tão claras.

Um exemplo bastante sintomático das dúvidas que poderiam existir entre ouvidores e juízes de fora ocorreu na comarca de Pernambuco e refere-se ao conhecimento das ações novas. O regimento do ouvidor, de 1668, garantia a este ministro o conhecimento das ações novas no crime e no cível nas terras onde o mesmo estivesse e até dez léguas ao seu redor. Pouco depois da chegada do juiz de fora, no início do século XVIII, isto foi posto em causa³². Esta matéria foi levantada intermitentemente até a década de 1780. A questão principal consistia na possibilidade de escolha, pelas partes, entre os juízos da ouvidoria ou do juiz de fora para iniciar seus pleitos. O que passou a ser questionado pelo juiz de fora e pela câmara de Olinda foi que o ouvidor só deveria receber ações novas no perímetro de 10 léguas apenas quando estivesse em ato de correição³³. Também se argumentou o fato do ouvidor estar ausente da cabeça da comarca por demasiado tempo, por questões relativas à sua própria função, fazendo ficar paradas as causas ordinárias, algo que ficaria evitaria se apenas o juiz de fora ficasse autorizado a receber as ditas ações novas, já que sua atuação estava circunscrita apenas a Olinda e Recife³⁴.

Sem dúvida se tratava de uma matéria de jurisdição, pois estava em questão a autoridade de ambos os juízes em executar uma função a que estavam autorizados. Mas o lado monetário não escapava às premissas dos ministros. A maior parte dos

³¹ MELLO, Isabele, 2015, p. 82.

³² Arquivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice 707, fl. 8-8vs [Ordem Real pela qual se determina que os ouvidores em observância do seu Regimento geral do ano de 1658 no 2º § possam conhecer de ações novas nos lugares de sua residência e dez léguas ao redor, 28 de março de 1708].

³³ Arquivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice 707, fl. 9-9vs [Ordem Real pela qual Sua Majestade determina que os ouvidores conheçam das causas por ação nova dez léguas ao redor de toda a parte onde estiverem, 06 de setembro de 1719].

³⁴ AHU, Códice 258, fl. 345vs.

emolumentos da ouvidoria eram provenientes das ações novas e quase todos os pleitos de Recife finalizavam ainda na primeira instância, segundo o ouvidor de Pernambuco, o que significava que não havia ganhos para o ouvidor nas apelações ou agravos³⁵.

Esta mesma dúvida também esteve presente em Angola quando foi criado o lugar de juiz de fora, em 1721. A ordem passada em 1708 para o ouvidor de Pernambuco, que deixava ao arbítrio das partes a escolha do juízo, foi tomada como jurisprudência para o imbróglio lá ocorrido. Estas e outras questões que se levantavam advinham em boa parte de “haver nos lugares de ultramar Regimentos particulares, e muitos estilos que se observam, aprovados por especiais decretos de Vossa Majestade”³⁶. A forma casuística assumida pela normativa e o fato de uma nova ordem por vezes não derrogar a anterior, gerava o inconveniente das dúvidas, que poderiam estar na base dos conflitos de jurisdição.

A criação de uma ouvidoria, a despeito de ser sempre solicitada pelos povos ou pelas autoridades régias, poderia promover alguma resistência por parte da população local. Em São Paulo, por achar que a falta da justiça régia facilitava os delitos e que a presença da mesma poderia dificultar às partes os seus livramentos, “por ser termo muito alheio da liberdade em que viviam e para que se não irrite, sentindo-se tão repentinamente oprimidos, quando voluntariamente se sujeitam a ter Ministro, com o qual se receberem alguma vexação poderá ser não consintam outro ou se afugentem mais agrestes, quando se pretende domesticá-los”, o ouvidor recém-nomeado solicitou ao rei um indulto aos moradores da capitania para os crimes sem parte cometidos até o momento da sua chegada³⁷. O exemplo de São Paulo pode ser considerado como uma forma de negociação com os habitantes e poderes locais para evitar hostilidades e enfrentamentos à chegada da justiça régia. Exemplo que acabou sendo utilizado em situações semelhantes nas comarcas das Alagoas e do Piauí³⁸. Apesar disso, pelo que se percebe a partir dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, não foi habitual haver oposição à chegada dos primeiros ministros de letras nas capitanias. As queixas que ocorreram, quase que sistematicamente em todas as capitanias, contra os magistrados foram motivadas por ações específicas dos mesmos. No entanto, o entendimento dos magistrados como

³⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 160, D. 11492.

³⁶ AHU, Avulsos, Angola, Cx. 22, D. 2303.

³⁷ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro- Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 1, D. 52.

³⁸ AHU, Avulsos, Alagoas, Cx. 1, D. 10; AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 1, D. 19.

imagem da justiça do soberano não chegava a ser contestado, pois os indivíduos podiam ser corrompidos, mas o corpo político permanecia imaculado³⁹.

3.1.2. A comarca da Paraíba

A comarca da Paraíba apresenta como peculiaridade frente às outras o fato de incorporar mais de uma capitania e manter esta configuração desde a sua criação até o início do século XIX. As comarcas que inicialmente compreendiam mais de uma capitania em seu termo acabaram sendo desmembradas entre finais do século XVII e meados do XVIII, mantendo-se, entretanto, a Paraíba os mesmos limites desde a sua criação, com uma curta exceção representada pela anexação e desanexação do Ceará à comarca.

A ouvidoria da Paraíba foi oficialmente criada em 1687, tendo passado a funcionar a partir de julho de 1688, quando seu primeiro ouvidor começou a exercer suas funções⁴⁰. A cabeça da comarca situava-se na Cidade da Paraíba. Nesse momento, a capitania contava só com uma cidade e três freguesias. Alguns trabalhos consideram o espaço da comarca da Paraíba como pertencente originalmente à jurisdição da ouvidoria de Pernambuco⁴¹, mas na verdade fazia parte da jurisdição da Bahia⁴². Esta confusão parece ser decorrente de uma ampliação de jurisdição recebida pelos ouvidores de Pernambuco na década de 1670, concedida em virtude da falta de ministros de letras nas capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande e da distância à Relação da Bahia⁴³. Dessa forma, o distrito da comarca da Paraíba foi assinalado como a Paraíba, Itamaracá e Rio Grande. Este dilatado termo pode ser entendido como uma forma de compensar os poucos concelhos existentes na recém-criada comarca e de tornar o lugar atrativo aos ouvidores que fossem nela servir⁴⁴. Se assim não fosse, a comarca da Paraíba se restringiria apenas à cidade de mesmo nome.

³⁹ ROMEIRO, Adriana, *Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

⁴⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 172.

⁴¹ SILVA, Evandro Marques, 2010, p. 65; CUNHA, Mafalda Soares & NUNES, Antônio Castro, 2016, p. 10.

⁴² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 153; IHPG, Livro Novo 1º da Ouvidoria da Paraíba, fl. 4-4vs; DHBNRJ, vol. 68, 1945, fl. 64-65.

⁴³ VELEZ, Luciana, 2016, p. 185.

⁴⁴ Os concelhos eram: Cidade da Paraíba, na Capitania da Paraíba, Cidade de Natal, na Capitania do Rio Grande e a Vila de Goiana, na capitania de Itamaracá.

Infelizmente, não é possível mensurar a frequência do deslocamento do ouvidor entre a Cidade da Paraíba, a Cidade de Natal e a Vila de Goiana. Fica notório, entretanto, a atuação mais intensa na capitania de Itamaracá. Um dos motivos que nos leva a explicar essa maior participação do ministro nessa capitania é a menor distância (10 léguas) entre a Cidade da Paraíba e a vila de Goiana, em relação às mais de 50 léguas que separavam a cabeça da comarca de Natal. Outra razão que apontamos é o fato de Itamaracá ser uma capitania donatarial e por isto ser necessária uma maior fiscalização sobre seus oficiais, a presença na arrematação dos contratos, arrecadação dos impostos e cumprimento dos termos de doação.

Itamaracá foi um centro de sobreposição de jurisdições no espaço das Capitânicas do Norte. Ao conselheiro do Conselho Ultramarino parecia “muito incoerente e encontrado com a boa ordem natural e política que uma Província esteja sujeita a três governos, como ao presente está a Capitania de Itamaracá”⁴⁵. O domínio completo de Itamaracá foi por diversas vezes proposto por parte dos governadores da Paraíba e de Pernambuco. Vejamos com mais detalhes a disputa entre as capitânicas vizinhas sobre o controle de Itamaracá.

3.1.3. A disputa por Itamaracá e a “compensação” pelo Ceará

A Capitania de Itamaracá foi concedida a Pêro Lopes de Sousa, em 1534, mas pela fraca povoação acabou se transformando num domicílio para criminosos e para o avanço dos índios inimigos, como apontamos antes. Perdendo 23 léguas para a recém-criada Capitania da Paraíba, em 1585, ficou reduzida a uma pequena faixa de terra, ainda pouco desenvolvida economicamente e administrada localmente pelo concelho da Ilha de Itamaracá e pelos oficiais nomeados pelo donatário.

Após a retomada do atual nordeste do Brasil aos holandeses, Itamaracá passou ao domínio da Coroa, mas não sem os embargos interpostos pelos herdeiros do primeiro donatário. O litígio com a Coroa arrastou-se por quase meio século e apenas em 1692, a doação de Itamaracá foi confirmada ao Marquês de Cascais⁴⁶. Com isto, o marquês estava

⁴⁵ AHU, Códice 266, fl. 2, parecer do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa.

⁴⁶ A tomada de posse da Capitania de Itamaracá ao donatário, após quase quatro décadas sob o domínio da Coroa, foi interditada por um levante dos moradores da capitania. A posse só foi realizada algumas semanas depois, através da ação do governador de Pernambuco. Este episódio foi tratado por Evaldo Cabral de Mello e, mais recentemente, por Luciana de Carvalho Barbalho. Um levante com o mesmo propósito também

apto a nomear os principais cargos de justiça e os capitães-mores da capitania, ainda que precisassem ser confirmados pelo rei. Interessante notar que mesmo após a incorporação de Itamaracá à Coroa, manteve-se a estrutura da ouvidoria donatarial⁴⁷, admitindo-se ouvidores nomeados por provisão do governador de Pernambuco. Seriam, portanto, ouvidores como os encontrados nas capitanias da Paraíba ou do Rio Grande, isto é, homens da terra geralmente sem letras⁴⁸. Já em Pernambuco é possível encontrar ouvidor letrado de nomeação régia em 1653⁴⁹.

Quando foram doadas, as capitanias do Brasil estavam isentas de correição pelos ministros do rei. Esta disposição foi sendo aos poucos revogada com a criação do governo-geral do Estado do Brasil, que permitiu ao ouvidor-geral entrar nas capitanias de donatário, e à medida que os termos de doação eram revistos e confirmados aos novos herdeiros. Segundo António Vasconcelos Saldanha, esse adendo foi incorporado tardiamente a algumas cartas de doação, como no caso da Capitania de São Vicente, apostilado apenas em 1676⁵⁰.

No momento em que Itamaracá passava para a Coroa, seus ouvidores eram nomeados pelo governador de Pernambuco ou pelo governador-geral do Estado do Brasil⁵¹ (ver anexo 3). Uma vez retornada ao patrimônio da casa de Cascais, ficavam providos pelo donatário. O imbróglio com o ouvidor da Paraíba, que entrava como corregedor em Itamaracá, se deu após a retomada de Itamaracá à família do seu donatário, visto que na confirmação passada ao Marquês de Cascais só se havia acrescentado a possibilidade de entrada do corregedor apenas com ordem do rei, da mesma forma que se passou à Capitania de São Vicente.

Por conta da indefinição jurídica que se criou ao não se conceder “jurisdição regular para fazer correição” em Itamaracá, mas apenas quando houvesse “algum caso,

ocorreu em 1727 na Capitania da Paraíba do Sul do Campo dos Goytacases, também uma capitania donatarial. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de, 2003, p. 89-96; VELEZ, Luciana, 2016, capítulo 2. PENNA, Patrícia Ladeira, *Benta Pereira: mulher, rebelião e família em Campo dos Goytacases, 1748*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

⁴⁷ VELEZ, Luciana, 2016, p. 186.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ Carta de ouvidor da Capitania de Pernambuco a Luís Marques Romano, em 04 de novembro de 1653. ANTT, Chancelaria de D. João IV, liv. 26, fl. 3.

⁵⁰ SALDANHA, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, 2 ed., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 374-377. “§25 - E, no tocante à cláusula que diz que na dita capitania [de São Vicente] não entrará corregedor nem alçada nem outras justiças, hei outrossim por bem que eu e meus sucessores sem embargo da dita cláusula possamos mandar corregedor com alçada a dita capitania quando nos parecer necessário cumprir a meu serviço e a boa governança da dita capitania (...)”, In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, vol. 79, 1948, p. 315.

⁵¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 70, D. 5931.

ou casos que se deviam emendar ou correger” aos quais devia primeiro o ouvidor comunicar ao rei para que este, usando de sua “jurisdição e regalia”, pudesse enviar-lhe ordens para tal⁵², e ter dado ao ouvidor da Paraíba a capitania Itamaracá como território de sua jurisdição, seus ouvidores foram impedidos de entrar nessa capitania, como aconteceu a Diogo Rangel de Castelo Branco em 1693, repetindo-se logo depois com seu sucessor, Cristóvão Soares Reimão⁵³. Dessa maneira, os primeiros ouvidores da Paraíba chegaram a fazer correição em Itamaracá, mas apenas munidos de ordem régia.

Ainda que os ouvidores pudessem entrar em Itamaracá por via extraordinária, essa limitação era vista como nociva pelos próprios ouvidores e pelos ministros do Conselho Ultramarino. Para o desembargador José de Freitas Serrão, em resposta à carta de Cristóvão Soares Reimão acerca dos grandes inconvenientes promovidos por não haver correição regular em Itamaracá, o ministro, mencionando a retirada do privilégio dos coutos no Reino, defendia que “o bem, e tão grande bem público prefere a qualquer outro particular” ainda mais naqueles domínios distantes e os ministros sem letras. Aconselhava o rei a permitir que o ouvidor da Paraíba fizesse correição anual em Itamaracá, da mesma forma que o do ouvidor do Rio de Janeiro, que “por virtude do seu regimento, entra a fazer correição na do Espírito Santo, e nas mais, cujos donatários tem em suas doações a mesma apostilha”⁵⁴.

A falta de um regimento próprio para a Paraíba poderia evitar tal embaraço. Tendo recebido o regimento passado ao ouvidor de Pernambuco de 1668, não havia nele, como constava nos regimentos do ouvidor do Rio de Janeiro (1669) e do de São Paulo (1700), um parágrafo que autorizasse o ouvidor a averiguar se os donatários usavam de mais poder do que permitiam as suas doações⁵⁵. A correição regular e anual à Itamaracá só foi autorizada pelo rei em 1707⁵⁶. Ainda assim, os ouvidores ficavam limitados em outras prerrogativas, como a de tirar devassas de morte⁵⁷. A jurisdição do ouvidor de Itamaracá era igual no criminal ao do ouvidor da Paraíba, sendo sua única limitação não poder passar cartas de seguro⁵⁸. Já no civil sua alçada era inferior, mas não foi possível determiná-la.

⁵² AHU, Códice 257, fl. 11vs.

⁵³ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 219; AHU, Códice 265, fl. 131-132vs.

⁵⁴ AHU, Códice 265, fl. 132-132vs.

⁵⁵ «Regimento dado ao ouvidor-geral do Rio de Janeiro, João de Abreu e Silva, em 11 de março de 1669», In *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 330-336; «Regimento dado ao ouvidor-geral de São Paulo, Antônio Luís Peleja, em 04 de janeiro de 1700» In IDEM, p. 341-346.

⁵⁶ AHU, Códice 257, fl. 207vs; AHU, Códice 265, fl. 202.

⁵⁷ AHU, Códice 265, fl. 218, 218vs.

⁵⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 4, D. 314; AHU, Códice 265, fl. 242, 242vs. A carta de seguro era um dispositivo jurídico passado pelos corregedores que permitia ao réu permanecer em liberdade até à

Itamaracá esteve repetidas vezes nos planos de ambição dos governadores de Pernambuco e da Paraíba. Quando retornou para o donatário em 1692, Itamaracá se manteve sob a jurisdição de três capitanias: a da Bahia, no plano político, a de Pernambuco, nos assuntos militares e a da Paraíba, no judicial. Além disso, pertencia à casa donatária dos Marqueses de Cascais, que a governavam através de procuradores, os quais muitas vezes serviam também como capitães-mores da capitania⁵⁹. Diversas esferas de jurisdição se sobrepunham nesse espaço, tornando-o alvo de conflitos e de disputas.

A proposta de anexação de Itamaracá, e também do Rio Grande, à Paraíba é antiga e chegou a ser colocada por alguns governadores ao longo do século XVIII, mas ganhou força sob o argumento de Itamaracá e do Rio Grande serem espaço de jurisdição do ouvidor da Paraíba. A anexação dessas capitanias foi tomada como uma solução para tornar a Paraíba mais rentável. Entretanto, por trás desse discurso econômico, entrevê-se o desejo “natural” dos capitães-mores em ampliar sua jurisdição⁶⁰. Pode-se também arriscar dizer que se viam incomodados em razão do ouvidor ter uma jurisdição espacial muito mais ampla do que os governadores. Esta “incoerência”, como posto por Fernando Delgado Freire de Castilho, chegou a alcançar o ano de 1799 no discurso dos governadores⁶¹.

Em meio aos caminhos e às ambições dos governos da Paraíba e de Pernambuco estava Itamaracá, esta capitania em que todos intervinham, mas que pertenceu à Casa dos Marqueses de Cascais e Louriçal até a primeira década da segunda metade do século XVIII. Como outras capitanias de particulares, as queixas que subiam ao Conselho Ultramarino relativas a Itamaracá incidiam na parcialidade dos oficiais nomeados pelo donatário, na violência exacerbada, na quantidade de facinorosos domiciliados na capitania e na inação das justiças da terra, que muitas vezes deixavam de punir os delinquentes por razões de parentesco com os mesmos. Em 1746, segundo informação do ouvidor da Paraíba, havia na capitania “mais de mil criminosos sendo a maior parte de seus delitos furtos, roubos, ferimentos, e de mortes mais de trezentos sendo a maior parte delas, e os ferimentos com armas de fogo e algumas das proibidas pela lei novíssima”.

finalização do processo. Ver *Ordenações Filipinas*, livro 1, ttº 58, §40 e HESPANHA, António Manuel, *Como os juristas viam o mundo, 1550-1750. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*, Lisboa, Amazon Distribution, 2015, p. 553-554.

⁵⁹ VELEZ, Luciana, op. cit., 2016, p. 159-177.

⁶⁰ A discussão das propostas de anexação de Itamaracá e Rio Grande por parte da Paraíba, e de Itamaracá e Paraíba, por parte de Pernambuco é tratada por CHAVES JR., Inaldo, 2017, p. 168-188.

⁶¹ PINTO, Irineu Ferreira, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977, vol. 1, p. 213.

Na sua avaliação, as correições anuais eram insuficientes para evitar tais delitos, visto que no tempo em que ela ocorre “os criminosos se ocultam e escondem pelos matos sem se poder efetuar prisão alguma, e depois de finda a correição se tornam todos a recolher à mesma capitania”⁶².

A cada vez que era chamado a opinar sobre a situação de Itamaracá, o Conselho Ultramarino não perdia a oportunidade de reforçar a necessidade de aquisição da capitania ao seu donatário, ainda que este não o quisesse, dando-lhe a devida compensação monetária, pois somente esta saída poria fim à desordem e violências ocorridas.

Aparentemente, uma carta dos oficiais da câmara de São José do Ribamar (capitania do Ceará), no ano de 1707, motivou um jogo de forças entre Pernambuco e Paraíba pela correição de Itamaracá. Os camaristas de São José do Ribamar denunciavam os excessivos salários que levavam os oficiais de justiça naquela capitania, quadro este que se agravava por “não haver quem tome disto conhecimento por via de correição”, além do “recurso das apelações e agravos ficarem em Pernambuco” distante 250 léguas daquela capitania⁶³. Sobre a necessidade de correição no Ceará também já havia alertado o desembargador Cristóvão Soares Reimão, ex-ouvidor da Paraíba e juiz demarcador de terras no Ceará e Rio Grande⁶⁴.

Seguindo os trâmites da administração, deliberou sobre esta matéria o Procurador da Coroa, ponderando que fosse logo o ouvidor de Pernambuco fazer correição no Ceará e que se consultasse o governador da mesma capitania a fim de saber se seria mais conveniente passar a correição do Ceará para Paraíba, ao invés de Pernambuco, por ser mais próxima⁶⁵. Respondeu a esta informação o governador Sebastião de Castro e Caldas, dizendo que seria mais conveniente ficar o Ceará na comarca da Paraíba pela menor distância, mas sugeriu que passasse Itamaracá, que era contígua à Pernambuco, para o distrito do ouvidor dessa capitania⁶⁶.

Sendo matéria que afetava as jurisdições dos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco, cada um deles foi consultado acerca da proposta de Sebastião de Castro e Caldas. As respostas não foram diferentes daquilo que se podia esperar de ministros que há tempos disputavam a jurisdição sobre a capitania de Itamaracá. O ouvidor de Pernambuco, José Inácio de Arouche, respondeu que era muito grande o incômodo para

⁶² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 14, D. 1145.

⁶³ AHU, Códice 265, fl. 215; AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 1, D. 53.

⁶⁴ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 1, D. 53.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ AHU, Códice 265, fls. 240vs-241vs.

se deslocar até o Ceará, tanto pela intrepidez do clima, quanto pelo tempo de um ano que levaria entre ir e voltar a Pernambuco, e posto que o ouvidor da Paraíba “tivesse menos ocupações” e pela razão de já ir fazer correição no Rio Grande, que era vizinho ao Ceará, ficava-lhe mais conveniente, ao mesmo tempo que ficava compensado aquele lugar com Itamaracá⁶⁷.

Concordando com José Inácio de Arouche quanto ao primeiro ponto, o ouvidor da Paraíba, Jerônimo Correia do Amaral, alegou “ser quase impossível que os ouvidores de Pernambuco possam ir em correição ao Ceará pela grande distância”, mas que seria igualmente difícil aos da Paraíba realizar esta correição. Quanto à matéria de passar Itamaracá para a correição de Pernambuco, argumentou que isto significaria deixar a ouvidoria da Paraíba “muito diminuta no rendimento por ser a correição de Itamaracá a melhor e mais perto, que a do Rio Grande era de despesa e trabalho por distar cinquenta léguas e ser terra pequena e pobre; e a do Ceará de muito maior despesa, vindo a ficar aquele lugar miserável e incapaz de nele poder sustentar-se nenhum ouvidor”⁶⁸.

Tendo em consideração que os ouvidores aumentavam seus ordenados com os emolumentos que obtinham, derivados do exercício de sua função (dando livramentos, recebendo querelas, passando cartas de seguro e alvarás de fiança, fazendo devassas, executando dívidas, etc.), Itamaracá, por ter maior população e uma dinâmica comercial mais forte, representava um número maior de demandas judiciais e, conseqüentemente, de emolumentos. É importante sublinhar este aspecto econômico das correições, pois o pagamento dos salários do ouvidor, dos oficiais de justiça e dos soldados que o acompanhavam saíam dos bens dos culpados. Uma certidão do meirinho geral da correição da Paraíba e do seu escrivão, no ano de 1725, permite sabermos que a correição feita no ano de 1723 na Vila de Goiana cobraram-se 27 mil réis, “os quais mal chegaram para satisfazer a um só oficial os 30 dias da correição a 700 réis por dia”. No ano seguinte, de 1724, cobraram-se dos culpados 12 mil réis e no de 1725 não houve cobrança alguma⁶⁹. Esta pode ser apontada como uma das razões que levavam ao “desinteresse” pelo Ceará.

O pedido por uma compensação de ordenado, quando se suprimia um território, ou quando se diminuía a jurisdição a um oficial era uma prática comum, mesmo que a supressão não alterasse significativamente os emolumentos ou a área de jurisdição do mesmo. Veja-se, nesse sentido, o caso do distrito do Rio de São Francisco, que situava-

⁶⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 23, D. 2067.

⁶⁸ AHU, Códice 265, fls. 240vs-241vs.

⁶⁹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 30, D. 2713.

se no limite ocidental entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia, mas que estava localizado na jurisdição da comarca da Pernambuco. Tratava-se de um espaço da comarca ao qual muito poucas vezes os ouvidores foram em correição, pela distância e dificuldades de lá se chegar. Apesar de quase nunca lá irem, quando a possibilidade de passar o distrito do Rio de São Francisco para a comarca de Sergipe foi levantada, o ouvidor de Pernambuco anuiu com a transferência (fosse para a comarca de Sergipe ou das Alagoas), mas alegou que com a separação “fica diminuta esta [comarca] de Pernambuco”, podendo-se “recompensar adjudicando-lhe a do Itamaracá com a vila de Goiana e seu distrito”⁷⁰.

O mesmo princípio pode ser aplicado ao Ceará. Não foi possível identificar quando essa capitania passou para a correição de Pernambuco, mas segundo informa o ouvidor em 1710, seus antecessores não fizeram correição nessa capitania, podendo-se presumir que nunca a ela foram⁷¹. Mesmo sem irem, ou indo muito pouco, a subtração do Ceará corresponderia a uma diminuição espacial da jurisdição do ouvidor, que ficaria bem compensada, segundo sua consideração, com a correição de Itamaracá, pertencente à Paraíba.

O final desse imbróglio ocorreu com a incorporação do Ceará à comarca da Paraíba, mas sem a perda de Itamaracá⁷². O ouvidor da Paraíba deveria ir, ao menos, uma vez no seu triênio em correição ao Ceará. A transferência do Ceará para a comarca da Paraíba não garantiu, entretanto, a presença regular do ouvidor naquela capitania. Entre a decisão régia (1711) e a primeira correição de que temos conhecimento (1723), passaram-se 12 anos⁷³. Ao que tudo indica, também foi a única realizada por um ouvidor da Paraíba, pois data de 1723 a ordem para a criação do lugar de ouvidor na Capitania do Ceará⁷⁴.

As jurisdições exercidas no espaço das Capitanias do Norte quase sempre são confusas, mesmo para os historiadores da atualidade. Não é tão simples compreender Itamaracá, tanto porque os documentos não respondem a muitas das questões postas, como porque se trata de um espaço com intervenções de diferentes agentes. Foi possível perceber que durante as primeiras duas décadas de funcionamento da ouvidoria da Paraíba, os ouvidores iam a Itamaracá, com autorização régia, para corregger e para tratar

⁷⁰ Escrevendo em 1785, diz o ouvidor que não se fazia correição no São Francisco há 39 anos. AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 155, D. 11227.

⁷¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 23, D. 2124.

⁷² AHU, Códice 257, fl. 296vs.

⁷³ DHBNRJ, nº 99, 1953, p. 28-30; AHU, Códice 257, fl. 296vs-297.

⁷⁴ AHU, Códice 258, fl. 298vs-299.

de diligências específicas e somente a partir de 1707 autorizou-se a realização de correição anual, ainda que este tópico, aparentemente, não tenha sido introduzido nas confirmações da doação.

Como donataria, Itamaracá possuía seu próprio ouvidor, nomeado pelo donatário. Não causa surpresa que boa parte deles fossem homens da terra, sendo esta a causa de diversas queixas ao Conselho Ultramarino. Mas surpreende que o número de letrados não seja propriamente inexpressivo quanto se poderia, à princípio, imaginar⁷⁵. Estando Pernambuco tão próximo e havendo em Olinda e, sobretudo em Recife, uma dinâmica mercantil tão forte, Itamaracá constituía um local disputado por bacharéis formados e por “práticos” em direito. Não seria tão difícil, portanto, encontrar um bacharel ou um licenciado interessado em assumir a ouvidoria donatarial. O ordenado, contudo, era bastante reduzido (40 mil réis anuais)⁷⁶, mas havia a compensação proporcionada pelos emolumentos e pelo próprio poder conferido pelo cargo. Como se disse acima, a jurisdição crime do ouvidor de Itamaracá era a mesma da do ouvidor da Paraíba, a diferença residia apenas na alçada cível, sendo a do ouvidor de Itamaracá inferior por se tratar de uma jurisdição senhorial⁷⁷. Isso é o que se depreende dos documentos, mas visto mais de perto, as coisas não parecem tão bem arrumadas.

A cada vez que o donatário falecia, e enquanto se pedia uma nova confirmação da doação à Coroa, Itamaracá passava para a posse desta, mantendo-se a estrutura judicial com os ouvidores nomeados pelo governador de Pernambuco. Nessa circunstância parece que a jurisdição do ouvidor alterava-se, porque não se tratava mais de um oficial de donatário. Ao menos é isto que alega Antônio Vanguerve Cabral. Bacharel formado por Coimbra⁷⁸, Antônio Vanguerve atuou como juiz comissário na Ilha da Madeira e advogado em Pernambuco antes de ser ouvidor de Itamaracá nos primeiros anos do século XVIII. Em sua *Prática Judicial*, deixou registrado que “não estava por ouvidor de

⁷⁵ VELEZ, Luciana, 2016, p. 190-192.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 191.

⁷⁷ Não se pôde localizar a carta de doação original da capitania. Encontramos apenas uma carta de confirmação do ano de 1617. Nela lê-se que “E ele [donatário] porá ouvidor que poderá conhecer de ações novas a dez léguas donde estiver e de apelações e agravos conhecerá em toda a dita capitania e governança, e os ditos juízes darão apelação para o dito seu ouvidor nas coisas que mandam minhas ordenações e do que o dito seu ouvidor julgar, assim por ação nova como por apelação e agravo sendo em causas cíveis não haverá apelação nem agravo até a quantia de cem mil réis e daí para cima dará apelação a parte que quiser apelar e nos casos crimes hei por bem que o dito capitão e governador e seu ouvidor tenham jurisdição e alçada de morte natural”. Arquivo Municipal de Cascais, PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/MCS, Cx. 76, Pasta 67.

⁷⁸ ANTT, DP, LB, maço 26, nº 12, letra A.

Donatário, mas em nome de Sua Majestade, provido pelo Governador [de Pernambuco], por o Donatário não ter nomeado Ouvidor havia mais de dois anos, e que atualmente estava guardando a Ordenação dos Corregedores das Comarcas”⁷⁹. Isto poderia ser válido para bacharéis formados, como Antônio Vanguerve. Também chegou a ocorrer de o próprio ouvidor da Paraíba ser nomeado ouvidor de Itamaracá pelo donatário⁸⁰. Nesse caso, sua jurisdição na capitania donatarial corresponderia àquela definida nas cartas de doação/confirmação.

No movimento de recuperação das terras senhoriais do Brasil pela Coroa, ocorrido ao longo do século XVIII, com particular aceleração no reinado josefino (1750-1777), Itamaracá foi transferida para o patrimônio régio na década de 1760. Primeiramente sua Provedoria foi extinta. Três anos depois, em 1763, a capitania passou oficialmente à Coroa, tendo sido incorporada a Pernambuco. Essa nova situação não alterou, entretanto, a jurisdição do ouvidor da Paraíba naquela capitania até, pelo menos, o final do século XVIII⁸¹. Deixaram, todavia, de existir os ouvidores locais, mas as circunstâncias da organização do aparelho judicial em Itamaracá não ficam muito claras. O que a documentação parece indicar é a assunção dos ouvidores da Paraíba como ouvidores de Itamaracá, através de nomeação provisória dos governadores de Pernambuco⁸². Não conseguimos encontrar explicações razoáveis para esta situação. Os termos de transferência de Itamaracá para a Coroa não são conhecidos. Da mesma forma, não se sabe ao certo como foi sua incorporação a Pernambuco, mas pode-se asseverar que se tratou de uma anexação diferente daquelas ocorridas com o Ceará, o Rio Grande e a Paraíba. Para já, Itamaracá teve sua provedoria extinta, unindo “suas funções e encargos ao de Provedor da Fazenda dessa Capitania de Pernambuco”⁸³, não se verificando o mesmo com as demais capitanias. Mesmo a Paraíba, cujas razões alegadas para a anexação a Pernambuco estiveram relacionadas às rendas insuficientes, teve sua provedoria preservada. Nesse sentido, a extinção do cargo de provedor e sua transferência para o provedor de Pernambuco parece indicar algo mais próximo a uma expansão dos limites territoriais de Pernambuco para o norte do que a incorporação de um espaço, como se deu com a Paraíba, Rio Grande e Ceará. Além do domínio político e militar que

⁷⁹ CABRAL, Antonio Vanguerve, *Pratica judicial...*, Parte VI, capítulo 14, §8-9, p. 56-57.

⁸⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 723.

⁸¹ O ouvidor de Itamaracá “é há muitos anos o mesmo Ouvidor e Corregedor da Paraíba, que tem o mesmo Regimento e alçada que o de Pernambuco” (Antônio Soares Brederode, 1789). AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 172, D.12105.

⁸² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 2040; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 177, D. 12374.

⁸³ AHU, Códice 583, fl. 34.

Pernambuco já exercia sobre Itamaracá, agora detinha o controle sob seus contratos e rendas. A Paraíba só perderá a correição na vila de Goiana no início do século XIX, quando foi transferida para a recém-criada comarca de Olinda⁸⁴.

Para melhor determinar a situação jurisdicional de Itamaracá, seria fundamental a comparação com outras capitanias sub-rogadas pela Coroa. Ilhéus e Porto Seguro, por exemplo, foram incorporadas à Bahia em 1761 e criadas comarcas nesses territórios em 1763⁸⁵. A capitania da Paraíba do Sul do Campo dos Goitacazes é outro interessante ponto de comparação, dado que sofreu a intervenção constante dos governadores de Rio de Janeiro e passou, a partir de 1741, para a correição da ouvidoria do Espírito Santo⁸⁶. Estava, portanto, numa embrulhada de jurisdições sobrepostas, como Itamaracá. Esse tipo de informação está bastante dispersa ou ainda em processo de investigação histórica, o que torna difícil realizar esse tipo de comparação.

Um último aspecto sobre a confusão de jurisdições nas Capitanias do Norte diz respeito à Auditoria da Gente de Guerra⁸⁷. Os auditores eram juízes dos militares em causas crimes e cíveis em primeira instância. Tratava-se de um foro privativo aos soldados pagos que estivessem servindo. Os privilégios do foro apenas não podiam ser aplicados em casos de crime grave e escandalosos, tais como lesa-majestade, rebelião, sodomia, moeda falsa, assassinatos, estupros, resistência à Justiça, sacrilégios, “furtos de mais de uma marco de prata, ou feitos em lugar ermo com violência” e “de levarem dinheiro nas conducções, e reconducções por escusarem soldados”⁸⁸.

Na América, os ouvidores exerciam a função que no Reino ficava encarregada aos corregedores ou juízes de fora⁸⁹. Os ouvidores da Paraíba, conforme seu regimento, eram

⁸⁴ «Alvará de 30 de maio de 1815» In *Collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc, promulgadas no Brasil desde a feliz chegada de El Rei Nosso Senhor a este reino*, Tomo II, 1811-1816, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1817.

⁸⁵ ADAN, Caio Figueiredo Fernandes, *Colonial comarca dos Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*, Dissertação, Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2009, p. 59-61.

⁸⁶ ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo, «Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Assecas» In *Tempo*, vol. 24, nº 1, 2018, p. 161.179.

⁸⁷ «Gente de guerra» referia-se ao conjunto de militares aptos a fazer guerra. Isto incluía as tropas pagas, auxiliares e ordenanças.

⁸⁸ «Regimento que haõ de usar os Governadores das Armas de todas as Provincias, seus Auditores, e Accessores, na maneira que nelle se declara» In *Systema os collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo V, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, p. 170.

⁸⁹ O capítulo 24 do Regimento do Conselho de Guerra e o capítulo 45 do Regimento dos Governadores das Armas estabeleciam que os juízes de fora costumavam servir como auditores particulares e os corregedores como auditores gerais. No Brasil, os ouvidores quase sempre eram os auditores, podendo ser substituídos pelos juízes de fora quando ausentes, como se verifica em Pernambuco (AHU, Códice 257, fl. 263). Algumas desinteligências, no entanto, surgiram movidas pelo fato dos lugares de juízes de fora só serem

auditores-gerais “dos soldados dos presídios, que atualmente servirem na milícia pagos, e ocupados nella” e deveriam julgá-los, no criminal, junto com o capitão-mor⁹⁰. A confusão ocorre quanto ao espaço de jurisdição dos auditores da Paraíba, pois esse se restringia à própria capitania da Paraíba e não à toda a comarca, como se poderia supor. Em Itamaracá e Rio Grande eram auditores os ouvidores-gerais de Pernambuco. Isto porque essas capitanias estavam sujeitas na jurisdição militar ao governo de Pernambuco e, segundo parecer do Conselho Ultramarino, “deve ser seu auditor o ouvidor que reside junto do general”⁹¹. Com isso, os militares acusados de crimes deveriam ser remetidos, junto com suas devassas, para Pernambuco.

Eram consideráveis os delitos cometidos pelos soldados. Deserções, fugas, roubos, assassinatos, defloramentos, injúrias, omissão no serviço eram alguns dos mais comuns⁹². A difícil condição de vida dos soldados, com soldos reduzidos e quase sempre atrasados pode ser apontada como uma explicação para os crimes cometidos pela soldadesca, como assinala Eudes Gomes⁹³. Cabiam aos ouvidores, como auditores, tirar devassas desses casos e sentenciá-los. Os recursos eram remetidos à Auditoria-geral da Relação da Bahia⁹⁴.

A anexação da Paraíba a Pernambuco, em 1755, não implicou a perda da Auditoria particular pelo ouvidor da capitania anexada⁹⁵. O mesmo parece ter passado com o Ceará, que, a despeito de estar subordinado a Pernambuco, seu ouvidor continuou sendo auditor dos soldados do presídio de Fortaleza⁹⁶. Assim, na segunda metade do século XVIII, o quadro que se pode esboçar é dos ouvidores de Pernambuco como auditores da gente de guerra do Rio Grande e Itamaracá e dos ouvidores da Paraíba e do Ceará como auditores nas suas respectivas capitanias.

criados depois dos de ouvidores, como ocorreu na Vila de Santos (capitania de São Paulo), entre o ouvidor da comarca de São Paulo e o juiz de fora da Vila e também na Bahia, entre o ouvidor-geral do crime da Relação e o juiz do crime novamente criado em 1746. Cf. AHU, Avulsos, São Paulo, Alfredo Mendes Gouveia, Cx. 5, D. 628; Cx. 21, D. 2078; AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 74, D. 6184; Cx. 77, D. 6370.

⁹⁰ «Regimento do ouvidor de Pernambuco concedido ao ouvidor da Paraíba», In Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Livro Novo do 1º Registro Geral da Ouvidoria da Paraíba do Norte (1816), parágrafo 8, fl. 6.

⁹¹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 720.

⁹² Alguns casos em BNP, Códice 115, fl. 101, nº 189; fl. 179, nº 350; fl. 374, nº. 344

⁹³ GOMES, José Eudes Arrais Barroso, *As milícias d'el Rey: Tropas militares e poder no Ceará Setecentista*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 197-199.

⁹⁴ AHU, Códice 258, fl. 181-181vs.

⁹⁵ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1535; AHU, Códice 262, fl. 19vs.

⁹⁶ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 3, D. 181 (comentário ao parágrafo 8 do Regimento do ouvidor).

A jurisdição da auditoria completa, portanto, esse intrincado panorama das jurisdições nas Capitanias do Norte. Pretendemos mostrar como a construção dos poderes e da jurisdição dos ouvidores foi um processo lento, que se embateu com jurisdições já concedidas e poderes já instalados. Pernambuco foi o ponto central desse processo, pois essa capitania passou a exercer parcela dilatada de poder sob o território das capitanias a ela anexas. Em contraposição, a jurisdição do ouvidor, fixada inicialmente no seu regimento, ganhou uma dimensão territorial dificilmente igualável com outros ouvidores. Entretanto, o espaço, por si só, não simboliza necessariamente uma maior parcela de poder no caso dos ouvidores, pois estes só atuavam basicamente sob populações administrativamente organizadas em cidades, vilas e julgados, dado que tinham a obrigação de visitar tais lugares em correição. Ainda há muito para se saber sobre esses oficiais régios. A comunicação entre eles e as câmaras de sua jurisdição é uma delas, pois ainda que só visitassem tais lugares uma vez por ano ou uma vez no triênio, a depender da distância, não se põe dúvidas que havia uma comunicação entre esses agentes fora desses momentos. Sobre os indícios dessa relação e sobre as distâncias e mobilidades dos ouvidores em suas comarcas é que passaremos a tratar a seguir.

3.1.3. Distância e movimento: os deslocamentos do ouvidor pela comarca e fora dela

Diferentemente dos governadores, os ouvidores deslocavam-se pelo território de sua comarca. As distâncias eram quase sempre uma questão problemática, pois tinham implicações materiais sob o pagamento de salários aos ouvidores e seus oficiais e no afastamento dos ministros da cabeça da sua comarca, onde corriam a maior parte dos pleitos. Nossa intenção nesse tópico é averiguar (até que ponto ou se) o discurso da distância é um argumento de natureza mais retórica do que real, tentar mapear os deslocamentos realizados pelo ouvidor da Paraíba e com que finalidade se moviam no interior da comarca.

As correições representavam um dos tipos de deslocamento mais constantes e prolongados dos ouvidores. Quanto mais vilas e cidades na comarca, maior o tempo gasto nessa diligência. A correição, segundo determinavam as Ordenações, deveria ser feita num prazo de 30 dias, mas sabe-se por alguns casos, que este tempo às vezes era

extrapolado, tanto por excessos dos próprios ministros⁹⁷, como pelos largos territórios e dificuldade dos caminhos.

Este segundo motivo pode ser representado pela correição realizada pelo ouvidor da Paraíba na capitania do Ceará. As moléstias sofridas por Francisco de Abreu Pereira, juntamente com a distância “de 200 léguas com várias passagens de rios perigosos”, que exigiam “consideráveis despesas com bestas de aluguel como em matalotagens necessárias para todo o caminho”, cujos gastos “não se podiam suprir com o salário de 16\$000 réis por dia” foram os motivos alegados para não ter dado imediata execução à ordem régia de se fazer correição no Ceará⁹⁸.

O argumento da distância, das dificuldades dos caminhos e dos custos da viagem não nos parece mera retórica. Segundo relata o ouvidor da Paraíba Manuel da Fonseca e Sousa na correição que realizou no Ceará, a primeira de que temos conhecimento, gastou-se quase um ano. Não sabemos o tempo de viagem gasto entre a Cidade da Paraíba e a capitania do Ceará, mas iniciando nesta a correição em 13 de janeiro de 1723, deteve-se 3 meses e três dias na vila de Aquiraz por conta de uma grave seca. Saindo de lá para a ribeira do Jaguaribe, sertão daquela capitania, a 16 de abril, iniciou naquela ribeira a correição a 10 de maio, finalizando-a em 10 de agosto. Nessa paragem, “era frustrante qualquer diligência; porque a falta de água e pastos para as cavalgadas não permitia fazer-se operação alguma da justiça” relatava o ouvidor. Em 14 do mesmo mês, passou para o Apodi (capitania do Rio Grande) para tirar uma devassa de morte que havia sido ordenada pelo Vice-rei do Estado do Brasil. A seca, castigando novamente, fez perder 7 cavalos, pelo que “foi preciso fazer vir do mato os tapuias daquela aldeia, que por ele andavam a casa, para se sustentarem, por não haver com a seca rês alguma capaz para matar-se”. Finda a devassa, em 28 de agosto, marchou para a cidade de Natal, chegando nela a 20 de setembro, devendo, ainda, dar início a correição nessa capitania, a que não deu prossecução pelas moléstias que lhe achacavam⁹⁹.

O relato do ouvidor é particularmente interessante pela cronologia que vai fazendo e pelos problemas que enfrentou ao longo da viagem. Para além das privações impostas pela seca, a que nos referimos, há outras relacionadas a questões da desistência dos soldados e de possível perda de papéis. Para além disso, ficamos a saber que, ainda

⁹⁷ O governador de Pernambuco deu conta ao Conselho Ultramarino que o ouvidor das Alagoas gastava “de seis a oito meses em cada correição”. AHU, Códice 259, fl. 206vs.

⁹⁸ DHBNRJ, vol. 99, 1953, p. 28-29.

⁹⁹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 398.

distante, o ouvidor recebia correios com informações sobre a chegada da frota e de notícias da cabeça da comarca, dadas principalmente pelo ex-ouvidor da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, que passou a residir na capitania após os serviços prestados ao rei. Entre as correspondências há notícias sobre ministros que haviam servido no Brasil e de outros recém-nomeados. Diz Reimão,

sou de parecer que Vossa Mercê se venha logo logo; assim porque Vossa Mercê não pode estar seis meses em correição em uma vila, e porque estão de partidas para esse Ceará dois ouvidores, para aí e para o Piauí; (...) no Porto aposentou El Rei seis desembargadores e 8 (?) riscados do serviço e um corregedor do crime preso em casa até segunda ordem: proveu (privou?) El Rei por lentes da universidade, Manuel Velho de Miranda [ex-ouvidor da Paraíba], José Inácio de Arouche [ex-ouvidor de Pernambuco]; o Bacalhau [João Marques Bacalhau, ex-ouvidor de Pernambuco] reconduzido com Beca, e findos os 3 anos Desembargador da Casa da Suplicação Bernardo Pereira lente falecido; o marquês de Gouveia.¹⁰⁰

Isto nos dá um vislumbre de como a magistratura portuguesa era um grupo hermético, no qual circulavam notícias de vários ministros e professores. Algumas dessas informações eram veiculadas na *Gazeta de Lisboa*. As notícias da nomeação de desembargadores da Relação do Porto e da morte do lente em Leis, o Doutor Bernardo Pereira da Silva, foram divulgadas nos exemplares de março e abril de 1723 do periódico, ou seja, poucos meses antes da carta de Cristóvão Reimão, datada de 24 de junho de 1723¹⁰¹. Já as nomeações dos ex-ouvidores de Pernambuco e da Paraíba, assim como as dos que iriam assumir as ouvidorias do Ceará e do Piauí nos parecem ser informações que se difundiriam mais proximamente no círculo dos letrados conimbricenses e nos canais da administração peninsular e ultramarina¹⁰².

Situação semelhante se passou na Capitania de Pernambuco, onde consta ter sido feita apenas uma única correição nos julgados do Sertão de Rodelas e vila da Barra do São Francisco do Sul, distante de Recife cerca de 300 léguas. Segundo se verifica em

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ MASCARENHAS, José Freire de Monterroio, *Gazeta de Lisboa*, nº 9, 4 de março de 1723, Lisboa, Oficina Pascoal da Sylva, p. 72; Idem, *ibidem*, nº 13, 01 de abril de 1723, p. 104. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>. Acesso em 26/12/2018.

¹⁰² O *Memorial de Ministros* nos permite confirmar a informação da nomeação de Manuel Velho de Miranda como Desembargador da Relação do Porto, com posse em 08 de janeiro de 1723; de José Inácio de Arouche com posse em 6 de abril de 1723; e a recondução de João Marques Bacalhau, p. 951-952. *Memorial de Ministros*, vol. 2, p. 951-952, 1147, 1419.

certidões emitidas pelos ex-ouvidores, gastou o ouvidor que fez essa diligência, Francisco Correia Pimentel, mais de um ano, ganhando, por esta razão a qualidade de “singular e inimitável”¹⁰³.

As dificuldades em fazer correições em vilas ou julgados de grande distância e o tempo gasto em tais diligências é um lugar comum. Além dos casos já relacionados, podemos ainda mencionar um outro que ultrapassa as dimensões de tempo mostradas. Trata-se da correição realizada pelo ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, às vilas do sul da sua comarca, Rio de São Francisco, Santo Antônio da Laguna, Curitiba e Paranaguá.

Dous annos há, Senhor, que ando ausente da Cidade de São Paulo, e os tenho gasto em fazer correição nestas quatro vilas penultimas povoações do Estado, ou para melhor dizer em as criar, como de novo, no que entendi fazia a Vossa Magestade o maior serviço, e bem a estes povos, que vivem em tão grande distancia: porque sendo esta a primeira correição, que nellas se fez, e onde não he fácil fazerem-se a miude, vir e passar por ellas, em pouco tempo se não podia atender ao muito de que necessitavam, para em parte se emendarem os erros, e abusos passados, e se reparar aos futuros¹⁰⁴.

A distância geográfica motivava um outro tipo de distanciamento, de tipo material, que se relacionava, por sua vez, ao acesso à justiça. Recorrer à justiça letrada implicava diversos tipos de gasto de natureza material (procuradores, traslados, viagens), que poderiam ficar ainda mais onerosos se os processos se arrastassem por mais tempo do que deveriam. Quanto mais longe a instância de recursos, maiores os custos implicados.

A concentração da instância superior em um só tribunal (Relação da Bahia) por quase um século e meio trazia implicações operacionais para a administração da justiça. Uma delas era a possibilidade de se recorrer ao tribunal. Dada a grande cobertura jurisdicional da Relação da Bahia, muitas capitánias ficavam gravemente prejudicadas no recurso superior em virtude da dilatada distância a Salvador. Mesmo capitánias que pertenciam ao Estado do Brasil queixavam-se da grande distância que ficava a Relação, sendo essa, inclusive, uma das razões que foram alegadas para a criar lugar de ouvidor

¹⁰³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 152, D. 11015 [certidão de João Bernardo Gonzaga].

¹⁰⁴ «Carta do ouvidor geral de São Paulo Raphael Pires Pardinho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721», In *Monumenta*, vol. 3, nº 10, Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2000, p. 26.

letrado na capitania da Paraíba. O autor do livro *Diálogo das Grandezas do Brasil* (1618)¹⁰⁵, expõe, através da conversa entre um reinol (Alviano) e um colonizador (Bradonio) a demora sentida em enviar papéis à Bahia. Dizia Bradonio que

Porque a mim me aconteceu já (não uma, sinão muitas vezes) *mandar alguns papeis a despachar à Bahia, e no mesmo tempo que os mandava para lá, mandar outros semelhantes para o Reino, e virem-me os do Reino muito antecipados dos da Bahia*; porque, como toda essa costa se navega por monções, sucede encontrar-se com alguma contrária, o que dilata muito o despacho dos negocios. *De mais que não há nenhum morador em todo êste Estado, tão desamparado, que não tenha no Reino algum parente ou amigo, a quem possa mandar seus papeis dirigidos por apellação, e mandando juntamente com elles um caixão de assucar, basta para a sua despesa; o que não acontece na Bahia, porque nem todos teem lá parentes ou conhecidos, e, em falta dos taes, lhes fica sendo forçoso haverem de seguir pessoalmente suas causas com muita despesa que fazem na jornada, sendo-lhes necessario levarem para isso dinheiro de contado, que custa muito a ajuntar-se no Brasil*, o que não sucede, como tenho dito, nos papeis que se mandam ao Reino, porque basta encomendarem-se a parentes ou amigos e para sua despesa um caixão de assucar; pelo que tenho considerado que devera Sua Magestade (neste negocio de justiça) tomar outro meio mais util, e que redundara em commum benefício do Estado¹⁰⁶. (grifos nossos)

Para além de evocar o fator distância, Bradonio traz dois elementos para se pensar a comunicação com a Bahia. A impossibilidade para muitos de se ausentarem dos seus negócios ou plantios para viajar até Salvador tornava indispensável recorrer a um procurador para tratar dos seus assuntos. E se há algo que abunda nos livros dos tabeliães de notas são procurações, revelando que esse era um mecanismo muito difundido entre os habitantes¹⁰⁷. Portanto, pode-se esperar que grande parte dos recursos que chegavam à Relação fosse através de procuradores.

¹⁰⁵ A autoria de *Diálogos das Grandezas do Brasil* continua a ser uma questão nebulosa. Uma das possibilidades mais seguras é a de que se trata de Ambrósio Fernandes Brandão, possuidor de engenhos na Paraíba, tendo também ocupado alguns cargos da administração em Pernambuco, como o de cobrador de dízimos. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolpho Garcia, Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 56-57.

¹⁰⁷ Ver, por exemplo, os números apresentados por Rodrigo Ceballos em «Entre procurações e escrituras: fontes cartoriais para a História do Alto Sertão Paraibano (Arraial de Piranhas, 1720-1750)» In *Revista Ultramares*, nº 2, vol. 2, jan-jul/2012, p. 71-90. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxyZXZpc3RhZWx0cmFtYXJlc3xneDoxNGUyMTM3ZTFjNTE4NGZi> (acesso em 26/03/2018). Conferir também SANTOS, Raphael Freitas, «A vila, a comarca, a capitania: conjunturas econômicas e políticas a partir da análise de escrituras registradas em cartório» In *Anais do XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História*

O caráter geral e coletivo da maioria das procurações, não especificando para qual finalidade estavam destinadas e passadas normalmente para vários indivíduos, não permite saber para quais assuntos elas foram utilizadas especificamente. Quanto aos assuntos judiciais, a fórmula notarial das procurações era bastante abrangente, permitindo a representação do outorgante nas mais diversas etapas e tipos processuais.

(...) para que os ditos seus procuradores todos juntos e cada um de por si *in solidum* (?) donde com essa procuração se acharem e necessária lhes for como ele próprio em pessoa possam (...) citarem e demandarem os devedores levá-los a juízo, proporem ações, libelos, dá-los e oferecê-los e os das partes contrariarem, alegando e mostrando e defendendo todo o seu direito e justiça em todas as suas causas e demandas cíveis e crimes movidas e por mover assim nas em que for autor como réu em todos os auditórios ouvirem despachos e sentenças e nas dadas a seu favor consentirem e fazerem tirar do processo e darem a sua devida execução e das contrárias apelarem e agravarem virem com embargos assinares e desistirem em todos os termos que for necessário fazerem escrituras e todo o mais que for necessário a bem da justiça dele outorgante jurarem na alma dele constituente todo o legítimo (?) juramento tudo seguirem e renunciarem até mor alçada fazerem protestos, pedimentos, embargos, sequestros, lanços, penhores, arremates de bens e neles lançarem de posse tomarem de tudo o que eu for e lhe possa pertencer darem e passarem quitações públicas e [ilegível] deixarem jurar as partes porem suspeições tirarem instrumentos de agravos, cartas testemunháveis cumprindo de tudo suas cartas de avisos (...).¹⁰⁸

Não raramente encontram-se licenciados e bacharéis como procuradores, o que parece apontar para a procura de uma assistência jurídica especializada. Dado que nem sempre se especifica algum parentesco, torna-se difícil saber se todos os procuradores faziam parte da rede familiar ou social dos outorgantes. Yan Moraes refere como as procurações passadas no sertão de Piancó alcançavam uma abrangência territorial que incluíam as capitânicas da Paraíba, Pernambuco, Itamaracá, Ceará, a cidade de Salvador e até Portugal¹⁰⁹. Nesse universo notarial, os advogados também tinham algum destaque, especialmente como procuradores e testemunhas¹¹⁰. A outorga de poderes a um

Económica e Social, Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_6c/raphael_santos_paper.pdf (acesso em 26/03/2018).

¹⁰⁸ Cartório de 1º Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livro de Notas, ano 1730. Procuração bastante que faz Francisco da Cunha de Carvalho a pessoas, 19/06/1736, fl. 66.

¹⁰⁹ MORAIS, Yan Bezerra de, 2018, p. 74-76.

¹¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 116-118.

procurador letrado ou com conhecimento jurídico pode indicar mais do que qualquer tipo de vínculo, uma preferência por indivíduos habilitados nos assuntos de direito.

Devido à perda de boa parte da documentação da Relação da Bahia torna-se difícil saber e quantificar a origem geográfica dos indivíduos que procuravam o tribunal para dar seguimento a seus recursos ou para outros expedientes de justiça. A partir dos números apresentados por Roque de Oliveira Filho para a segunda metade do século XVIII, percebe-se que a grande parte dos indivíduos que buscavam a Relação para tirar alvarás de fiança ou de prorrogação de fiança pertenciam a Salvador e ao Recôncavo baiano. Para a Paraíba, o autor localizou 7 referências e para Pernambuco, 43 num universo de 498 ocorrências¹¹¹. Estes dados por si só não podem ser tomados como um reflexo perfeito da utilização do tribunal, visto que só incide sob um tipo de documento, os alvarás de fiança. É mesmo possível que grande parte da atividade do tribunal se destinasse aos moradores de Salvador e de seu entorno, mas diante do volume de feitos julgados pela Relação (tabela 02¹¹²), pode-se esperar uma participação mais expressiva de outras localidades de sua jurisdição.

Tabela 02: Número de feitos despachados a final pelas escriturarias do judicial da Relação da Bahia

Escrivancias	Out. 1690- Jun. 1692	Dez. 1748- Dez. 1749	Mar. 1750- Dez. 1750	Dez. 1752- Mar. 1754	Dez. 1765- Dez. 1766
Ouvidoria-geral do crime	76	60	69	110	80
	68	66	57	77	47
Ouvidoria-geral do cível	392	386	332	322	305
	367	306	421	Não consta	814
Apelações e agravos crimes e cíveis	349	372	387	358	224
	244	422	Não consta	346	226

¹¹¹ Para a Paraíba consideramos as localidades de Paraíba, Paraíba do Norte e Pombal e para Pernambuco, a soma foi feita a partir de Alagoas, Pernambuco, Garanhuns, Recife e Olinda. O número de 498 ocorrências corresponde à soma de todos os valores da tabela 17. Conferir os dados em OLIVEIRA FILHO, Roque de, *Crimes e perdões na ordem jurídica colonial. Bahia (1750-1808)*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, 2009, p. 105 e 178.

¹¹² O governador-geral do Brasil deveria enviar todos os anos uma relação do total dos feitos despachados até ao final pela Relação da Bahia. Os números apresentados no quadro apenas mostram as escriturarias do judicial. Constam também dados para as escriturarias da provedoria dos órfãos, dos defuntos e ausentes, dos feitos da coroa entre outras mais. Também há números para os feitos despachados diante dos tabeliães do público, judicial e notas. Não incluímos estes na contagem por não ter ficado claro se os mesmos atendiam aos ouvidores da Relação ou da ouvidoria da comarca. Cf. «Regimento da Relação da Bahia, de 7 de março de 1609» In MENDONÇA, Marcos Carneiro de, *Raízes da formação administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, Tomo I, p. 389, item 17.

Total	1496	1612	1266	1213	1696
--------------	------	------	------	------	------

Fonte: AHU, Avulsos, Bahia (Luiza da Fonseca), Cx. 30, D. 3732; AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 102, D. 8056; Cx. 108, D. 8424; Cx. 119, D. 9296; Cx. 159, D. 12111; Cx. 159, D. 12113; Cx. 159, D. 12114; Cx. 159, D. 12131; Cx. 159, D. 12136; Cx. 159, D. 12137.

Interessante ressaltar que os números do quadro não parecem indicar uma diminuição dos feitos julgados pelo tribunal, como seria de se esperar, a partir da criação da Relação do Rio de Janeiro (1751) e a consequente divisão do espaço judicial do Brasil entre os dois tribunais. Ainda que os números não nos permitam respostas conclusivas, pode-se lê-los como indicadores de um crescimento da litigiosidade entre as populações da jurisdição da Relação da Bahia e da procura do tribunal como mediador dos conflitos. Outro modo de compreender os dados é pensá-los como um produto da rotina administrativa do tribunal e da capacidade média anual de despacho dos ministros. Convém lembrar que o número de ministros nem sempre foi constante e que alguns deles poderiam ser destacados para diligências fora da cidade de Salvador, o que levaria a uma alteração no ritmo de trabalho da Relação.

O deslocamento dos juízes letrados para diligências demoradas gerava o inconveniente do pagamento de salário a si e aos oficiais que o acompanhavam. Os custos de tais diligências saíam, na maior parte das vezes, da Fazenda Real, já que eram diligências delegadas pela Coroa. Muitas delas referiam-se a residências de magistrados, devassas de casos de maior gravidade ou que tivessem juízes letrados como parte envolvida. A comarca das Alagoas foi um espaço que proliferou diversos conflitos com seus ouvidores. Um deles ocorreu entre João Vilela do Amaral e Manuel de Almeida Matoso, ambos ouvidores das Alagoas. Para tirar as residências desses ministros foi destacado o desembargador da Relação da Bahia, Antônio do Rego e Sá Quintanilha. A viagem entre Salvador e Alagoas foi feita por sumaca e demorou 13 dias. Por terra teria custado entre 25 e 30 dias, conforme informação do desembargador. Acompanharam-no o escrivão da residência, um meirinho e sete homens da vara. O salário previsto em diligências semelhantes era de 2\$500 réis por dia para o desembargador, 2\$000 réis por dia para do escrivão e meirinho e 320 réis por dia para os homens da vara. A execução desse serviço demorou 6 meses e 9 dias. Se nos basearmos nos valores apresentados, o custo dessa diligência foi vultoso, devido ao tempo gasto na mesma¹¹³.

¹¹³ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 26, D. 2334.

O mesmo vale para a correição realizada pelo ouvidor da Paraíba no Ceará, cujo salário deveria ser de 2\$000 réis por dia para o ouvidor, estando também prevista uma ajuda de custo de 120 mil réis ao mesmo e de 60 mil réis a seus oficiais¹¹⁴. O estilo praticado determinava que os salários diários saíssem dos bens dos réus, mas parte das vezes acabavam sendo pagos pela Fazenda Real, dado que não raramente os homens e mulheres culpados nas devassas ou residências eram indivíduos pobres e sem bens. Um caso ilustrativo da pobreza dos habitantes, especialmente dos sertões do Brasil, ocorreu quando um desembargador da Relação da Bahia foi ao Ceará realizar diversas diligências. Procedendo-se a execução dos bens dos culpados para o pagamento dos salários do desembargador e de seus oficiais, não havia “pessoas, que com dinheiro à vista pudessem arrematar a maior parte dos ditos bens penhorados” tendo sido “preciso fazer essas arrematações fiadas por largo tempo a vários moradores”. Esta solução não se mostrou, entretanto, completamente eficaz, pois foi preciso cobrar, por meio do procurador do ministro, as quantias a serem saldadas, visto o tempo que já se havia passado¹¹⁵.

Apesar de estar prevista a ausência dos ouvidores da cabeça de comarca para a realização das correições, que eram anuais, ou trienais no caso dos locais mais distantes, não temos como afirmar que as mesmas eram realizadas com a frequência determinada, pois nos falta os livros do seu registro. A dúvida, entretanto, se coloca quando nos deparamos com informações sobre a falta de correição em localidades próximas à cabeça da comarca. Essas notícias vêm, sobretudo, de Pernambuco. As correições nas vilas ao sul de Pernambuco, correspondente à futura comarca das Alagoas, não chegaram a ser realizadas com a periodicidade esperada, pois para o intervalo de 12 anos, entre 1668 e 1680, realizaram-se somente cinco correições (1668, 1669, 1671, 1676, 1677 e 1679) na vila das Alagoas¹¹⁶.

Para as vilas ou cidades da cabeça da comarca é de se esperar que a periodicidade das correições fosse anual, como mostra ser no Rio de Janeiro¹¹⁷. Para aquelas próximas, é possível que as diversas atividades que os ouvidores possuíam comprometessem a regularidade das correições. Para a ouvidoria da Paraíba, infelizmente nos falta qualquer

¹¹⁴ AHU, Códice 258, fl. 182vs.

¹¹⁵ AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 4, D. 257.

¹¹⁶ CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *O Senado da Câmara de Alagoas do Sul. Governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2014, p. 179.

¹¹⁷ No século XVIII foram realizadas 86 correições na cidade do Rio de Janeiro. MELLO, Isabele de Matos, *op. cit.*, 2015, p. 149.

tipo de registro das correições realizadas e dos provimentos feitos por seus ouvidores, informação esta que mostra a intervenção desses oficiais na administração local, pois os provimentos tratam de coisas a serem corrigidas ou de proposições feitas pelos ouvidores sobre assuntos específicos¹¹⁸.

Uma interrogação que isto suscita é a de como se estabelecia a comunicação entre ouvidores e populações locais fora do exercício das correições. A documentação camarária seria uma fonte para se responder parcialmente a esta questão, pois nos livros das câmaras pode-se encontrar o registro da troca de correspondência entre ouvidores e senados. Nos livros de cartas e provisões da câmara de Natal encontramos rudimentos da comunicação dessa câmara com o ouvidor da Paraíba. Os atos comunicativos entre o ouvidor e câmara da cidade de Natal mostram que boa parcela das cartas trocadas entre o ouvidor e os oficiais camarários relacionavam-se às eleições da câmara (abertura dos pelouros, cartas de usança), à obra e reparos da cadeia e questões fiscais ligadas a contratos¹¹⁹.

Outra atividade que retirava por largo tempo o ouvidor da Paraíba da cabeça da comarca refere-se a sua participação nas *Juntas de Justiça*. Essas juntas podem ser entendidas como uma espécie de tribunal temporário destinado a julgarem *índios, bastardos, carijós, mulatos e negros*. Formavam-se em Recife e reuniam o juiz de Fora de Olinda, o governador de Pernambuco e os ouvidores da Paraíba, de Pernambuco e mais um magistrado próximo que estivesse disponível¹²⁰. No ano de 1742, a Junta de Justiça prolongou-se de maio até novembro, sendo novamente repetida em janeiro do ano seguinte. Por sua presença na mesma, levou o ouvidor da Paraíba um salário de 2 mil réis por dia. Para corrigir este excesso, o Conselho Ultramarino fixou em 15 dias apenas o tempo máximo para as sessões da Junta e decidiu que as mesmas ocorressem apenas uma vez por ano, a exceção da existência de casos graves¹²¹.

Outro momento de intenso trabalho dos ouvidores, especialmente das ouvidorias de grande atividade portuária, era ao tempo da frota. A chegada e a partida da frota era particularmente atribulado para os ouvidores e governadores de Pernambuco, pois fazia-

¹¹⁸ Um dos exemplos mais extensivos de provimentos é o deixado pelo ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardini, para as vilas de Curitiba e Paranaguá, contendo mais de cem itens. Cf. *Monumenta*, vol. 3, nº 10, Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2000.

¹¹⁹ CHAVES, Kleyson Bruno, 2018, p. 289-290.

¹²⁰ Há um tópico dedicado à Junta da Justiça neste capítulo.

¹²¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 59, D. 5082.

se preciso julgar as causas dos homens do mar e, a partir da segunda metade do século XVIII, inspecionar a carga recebida e enviada, pois os ouvidores assumiram o cargo de presidentes da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco, estabelecida em 1752¹²².

Na capitania da Paraíba, a Mesa de Inspeção foi instalada em 1755 e funcionava no cais do Varadouro por ser lá o trapiche onde se guardavam as caixas de açúcar, sendo depois constituída casa própria para o funcionamento da Mesa¹²³. O trabalho do ouvidor, enquanto juiz inspetor, era razoavelmente menor do que o de Pernambuco, dado que só chegavam cerca de três navios na capitania¹²⁴, enquanto a frota de Pernambuco poderia chegar a um número superior a 20 navios¹²⁵.

Referindo-se a esta atividade a câmara de Olinda nos confere uma espécie de calendário das atividades judiciais referentes ao juízo da ouvidoria da capitania de Pernambuco.

(...) tanto que chega a frota se dão férias nas causas ordinárias da terra e ficam impedidas parte do o (sic) tempo delas, que de ordinário são três para 4 meses por se não poderem aviar com menos tempo e depois disto se dão férias em todo o mês de agosto e de 11 de dezembro até 13 de fevereiro que são dois meses e 22 dias com 15 da semana Santa e de *Pastor Bonus* (?) e vem a fazer com a frota sete meses e com dois que gasta o ouvidor nas correições nas vilas de Igarassú e Sirinhaém fazem nove ficando somente três meses para as audiências nos quais se diz contam também os dias santos e de Patriarcas e DD da Igreja oitavários de espírito santo e defuntos e vem a ficar muito poucas audiências nas quais não é possível que se dê bom expediente às causas novas pelo ouvidor porque também tem que deferir as apelações e agravos do juiz de fora e ordinário das vilas e agravos da coroa e do juízo dos órfãos que continuamente lhe vem (...) ¹²⁶.

As férias religiosas e seculares estavam já previstas nas Ordenações Filipinas (livro 3, tit. 18). Os tribunais do Reino também possuíam o período de férias determinado

¹²² A Mesa de Inspeção visava regular e fiscalizar a produção e comercialização do açúcar e do tabaco. Sobre a Mesa de Inspeção de Pernambuco e da Bahia ver, respectivamente, CONTI, Paulo Fillipy de Souza, *A casa das qualidades, pesos e preços: a Mesa da Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco (1752-1777)*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco; NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira, *A Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco da Bahia, 1751-1808*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2016.

¹²³ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 19, D. 1519; Cx. 21, D. 1598.

¹²⁴ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 19, D. 1486; Cx. 20, D. 1565.

¹²⁵ Em 1757, por exemplo, a frota de Pernambuco saiu com 26 navios do porto do Recife. AHU, Avulsos, Cx. 84, D. 6997.

¹²⁶ AHU, Códice 258, fl. 345 vs.

em seus regimentos. O mesmo se passava para as Relações do Brasil. A relação da Bahia iniciava suas férias em dezembro e voltava às atividades em fevereiro¹²⁷. Em 12 de janeiro de 1714, respondendo à carta do governador de Pernambuco, Félix Machado, o governador da Bahia refere que “no particular das devassas em que Vossa Senhoria me fala não respondo agora, porque como são férias, estão quasi todos os Ministros fora da cidade; em elas se acabando os ouvirei”¹²⁸. A Relação do Rio de Janeiro, sendo homóloga à da Bahia, também tinha dois meses de “férias grandes”, que em 1760 foi reduzida para apenas um mês, sendo 15 dias quando da chegada da frota e outros quinze dias quando da saída da mesma¹²⁹.

As férias, pelo menos as seculares, não significavam propriamente dias de descanso para os ouvidores. O que se depreende é que não havia despachos de feitos da ouvidoria, mas poderia haver em outras instâncias (Junta das Missões, Juízo da Coroa, Junta de Justiça, por exemplo). Diligências específicas e devassas também poderiam ser realizadas.

Estas pausas e a ausências dos ouvidores das cabeças de comarca acarretavam outro inconveniente: o da sua substituição. O regimento do ouvidor da Paraíba, que era o mesmo do de Pernambuco, e a legislação extravagante trataram dessa questão, concedendo ao juiz mais velho a primazia da substituição do ouvidor¹³⁰. No caso de

¹²⁷ Segundo o Regimento de 1609, esses dois meses ficavam ao arbítrio do Governador do Estado do Brasil, levando em conta, todavia, “as ocupações e necessidades dos Lavradores”, o que nos parece estar em consonância com a determinação do Livro 3º, título 18, §3 das Ordenações Filipinas no que refere às férias da colheita do pão e vinho. Cf. «Regimento da Relação da Bahia, de 7 de março de 1609» In MENDONÇA, Marcos Carneiro de, *op. cit.*, p. 389, item 18.

¹²⁸ DHBNRJ, 1938, vol. 39, p. 347-349.

¹²⁹ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 57, D. 5526 e Cx., 61, D. 5815.

¹³⁰ “Sendo doente o ouvidor letrado posto por mim, ou impedido de maneira que não possa servir, o juiz mais velho servirá o dito cargo de Ouvidor, e servirá durante seu impedimento; e falecendo, ou tendo o seu impedimento de sorte que haja de durar mais de seis meses, proverá o Provedor Geral do Estado a pessoa que mais suficiente parecer, e durará o seu provimento enquanto durar o dito impedimento; e o capitão mor dará logo ao Governador conta, para que parecendo-lhe mandar prover o faça, e também me dará conta no Conselho de Ultramar, para eu mandar o que houver por meu serviço; e o Ouvidor que servir de serventia usará da mesma jurisdição e alçada, e sendo o impedimento do proprietário justo levará ele o ordenado por inteiro, e não o sendo, ou faltando em todo levará somente o serventuário a metade do ordenado, como se faz em Angola” (grifos nossos). «Regimento do ouvidor de Pernambuco, 1668», In «Regimento do ouvidor de Pernambuco concedido ao ouvidor da Paraíba», In Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Livro Novo do 1º Registro Geral da Ouvidoria da Paraíba do Norte (1816), §20, fl. 7vs-8. Ver também o alvará de 02 de julho de 1712: “Eu El Rei faço saber aos que este meu Alvará virem que por não estar provido na Ordenação o que se deve observar nas conquistas deste Reino – em que não há Juiz de fora, mas somente ouvidor geral; no caso em que falte o tal ouvidor geral, quem há de servir o seu cargo para administrar justiça aos povos e confirmar as vereações (...). Hei por bem declarar /como por este declaro/ que no referido caso de faltar o ouvidor geral nas terras em que não há juiz de fora, sirva o juiz ordinário da cabeça da comarca de ouvidor geral e em lugar de juiz ordinário o vereador mais velho” (AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 25, D. 2300).

Pernambuco, que possuía juiz de fora, deveria este servir como ouvidor¹³¹. Os oficiais que substituíam temporariamente o ouvidor eram chamados de «ouvidor pela lei», «ouvidor pela Ordenação» ou ainda «ouvidor serventuário». As dúvidas motivadas pela substituição decorriam da jurisdição que caberia ao oficial que ficasse no lugar do ouvidor. No caso de Pernambuco, por o juiz de fora ser um oficial letrado, não haveria grandes perturbações. O problema principal se dava com os juízes ordinários, em razão de não serem letrados na maior parte das vezes. A normativa que trata da substituição dos ouvidores da Paraíba não esclarece os pontos de jurisdição a que estavam admitidos os juízes ordinários responder ou agir como ouvidores letrados. Segundo o Regimento, o ouvidor serventuário teria a mesma jurisdição e alçada que os letrados providos pelo rei. No entanto, era praticamente consensual a consideração de que algumas matérias de justiça ficariam prejudicadas com esta determinação, dada a “rusticidade” dos juízes ordinários e vereadores.

Foi com esse argumento que impediu o governador de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas, de servir como ouvidor o vereador mais velho de Olinda. Tanto o governador quanto o ouvidor entendiam que estes homens eram “indoutos, aparentados, nacionais e apaixonados”, pelo que seria “menos prejudicial às partes retardarem-se-lhe os despachos, e as sentenças, do que serem apaixonada, ou parcialmente deferida”¹³².

Esta questão foi também levantada na ocasião da ida do ouvidor da Paraíba ao Ceará. O ouvidor questionava se o juiz ordinário teria toda a autoridade de ouvidor tanto na sua jurisdição quanto nas propinas recebidas.

(...) é certo, que fez o ouvidor serventuário correição naquela cidade [da Paraíba], tirou devassas, e ainda aquelas que não podia tirar, como dei tudo conta, por notícias que me deu o Desembargador Cristóvão Soares Reimão, que o tem; e é mais que público vendeu o dito ouvidor quantas causas despachou (...) e levou as assinaturas que só tocam aos ouvidores letrados; *nascendo tudo de não se expressar a jurisdição que tem os serventuários*¹³³ (grifos nossos).

¹³¹ AHU, Códice 257, fls. 58 e 102. O juiz de fora não acumularia seu cargo com o de ouvidor, mas substituiria este e seria, por sua vez, substituído pelo vereador mais velho. O acúmulo poderia chegar a acontecer, mas decorria de situações específicas, como aconteceu em Pernambuco, no ano de 1713, por conta do falecimento do juiz de fora e de diligências realizadas fora da capitania pelo ouvidor. Nesse caso, o vereador mais velho da câmara de Olinda passou a servir de juiz de fora e de ouvidor (AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 26, D. 2350).

¹³² AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 18, D. 1822.

¹³³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 32, D. 2886.

Ao que parece, o ouvidor serventuário valia-se da assessoria de um letrado para realizar estes atos de jurisdição¹³⁴. Utilizando-se do auxílio jurídico de um bacharel ou sendo o próprio juiz ou o vereador um letrado, o certo é que a jurisdição concedida pelo rei a um determinado ministro, *pela boa informação das Letras e mais partes que concorriam* no mesmo, acabava sendo provisoriamente exercida por outrem, que podendo ser natural da terra ou morador na mesma por muitos anos, teria vínculos e interesses pessoais que mais dificilmente seriam postos à parte, colocando em risco o equilíbrio da justiça que se buscava administrar. Isabele Mello também identifica, para o Rio de Janeiro, problemas ligados à substituição dos juízes de fora pelos vereadores com relação ao recebimento de valores de emolumentos e assinaturas pertencentes apenas aos letrados¹³⁵.

O regime de substituição nos tribunais do Reino previa a escolha de “juízes substitutos com as mesmas ‘letras e partes’ que os desembargadores ausentes ou impedidos”. Para as instâncias inferiores (corregedores e juízes de fora), seguia-se o mesmo princípio que se aplicava ao ultramar (juízes de fora substituíam os corregedores e os vereadores mais velhos os juízes de fora)¹³⁶.

A existência de documentação judicial seria condição essencial para que pudéssemos averiguar estatisticamente esta questão. Como exemplo do tipo de dados que conseguiríamos obter/extrair podemos citar as notificações judiciais na Vila de Mariana, capitania de Minas Gerais. A notificação refere-se a um aviso para comparecimento em audiência para tomar conhecimento da queixa ou denúncia que se movia contra o notificado. Correspondia a uma das primeiras etapas do processo judicial, podendo se desdobrar em um processo ou não. O levantamento das notificações de Mariana (154 notificações no juízo ordinário entre 1751 e 1808) mostra, que a primeira audiência foi conduzida pelo juiz comissário (42,7% entre 1751-1780 e 36,3 entre 1781-1808), seguido pelo juiz de fora (37,7% entre 1751-1780 e 34,5 entre 1781-1808) e, em terceiro lugar, pelo juiz pela Ordenação (8,2% entre 1751-1780 e 22,7% entre 1781-1808)¹³⁷.

¹³⁴ Carta de Cristóvão Soares Reimão ao ouvidor da Paraíba, Manual da Fonseca e Silva, de 14 de abril de 1723. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 398.

¹³⁵ MELLO, Isabele, 2015, p. 152.

¹³⁶ HOMEM, Antônio Pedro Barbas, *Judex Perfectus*, p. 487.

¹³⁷ COSTA, Wellington Júnio Guimarães da, *A trama dos poderes: as notificações e a prática da justiça nas Minas Setecentistas. Comarca de Vila Rica (1711-1808)*, Dissertação, Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011, p. 64.

As notificações de Mariana revelam que havia elevada alternância dos juízes nas audiências do juízo ordinário. A substituição do juiz de fora, nesse caso específico, não ficaria prejudicada, em termos da dignidade das *letras e partes* dos substitutos, pois os juízes de comissão eram em grande maioria bacharéis, que também atuavam como procuradores no auditório¹³⁸. Nesse sentido, a capitania de Minas Gerais apresentava uma realidade que não pode ser generalizada para todas as capitanias. A afluência de bacharéis formados nessa capitania era um caso singular e, talvez, somente equivalente à Bahia e Rio de Janeiro, sedes dos tribunais de Relação.

3.1.4. O aspecto fiscal da justiça

A historiografia administrativa, institucional e da história do direito ainda deu pouca atenção ao aspecto fiscal da justiça. É certo que nem sempre as fontes auxiliam a abordagem deste tema, mas, para além disso, acreditamos que se trata de um assunto que não ocupa um lugar central nas atuais tendências historiográficas do campo político-institucional¹³⁹.

Ainda que houvesse uma aura sacra em torno da justiça régia, que tendia a identificar a justiça divina com a justiça do rei, a administração da justiça, como qualquer outra área da governação civil, ao mesmo tempo que necessitava de rendimentos para seu funcionamento, gerava algum tipo de receita. Quase sempre, no caso do Brasil, o aparelho judicial era financiado pela Fazenda real das capitanias. Como fizemos referência quando tratamos da criação das ouvidorias/lugares de letras, era necessário garantir que as capitanias tivessem rendas suficientes para sustentar um ministro de letras. Mostramos que o Rio Grande pediu, intermitentemente, ao longo do século XVIII um ouvidor ou juiz de fora. Independente de qualquer outra motivação política que possa ter justificado a não criação de lugares de letras nessa capitania, o argumento que preponderou foi a falta de rendas para pagar um ordenado que sustentasse e, ao mesmo tempo, fosse atrativo aos ministros. Ainda que outras fontes de renda fossem aventadas para a manutenção dos

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p. 67.

¹³⁹ Recentemente, o historiador Bruno Lopes tem contribuído para essa discussão através do estudo sobre as fontes de receita dos tribunais do Santo Ofício de Évora e de Lisboa. Cf. LOPES, Bruno, «Os dinheiros da Inquisição portuguesa: o exemplo dos tribunais de Évora e Lisboa (1701-1755)», In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16, 2016, p. 189-215. Há que referir também a pesquisa realizada por Fernando Taveira da Fonseca sobre as fontes de receita da Universidade de Coimbra e as despesas aplicadas. Cf. FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1995, capítulos VII, VIII e IX.

juízes letrados e de seus oficiais, como impostos sobre alguns produtos, os exemplos das capitanias do Norte mostram que a Fazenda Real foi a principal fonte dos rendimentos destinados ao pagamento dos ordenados dos juízes régios.

Sobre o pagamento dos ouvidores trataremos no próximo capítulo. Interessa-nos, neste tópico, fazer algumas breves e gerais considerações sobre as receitas que advinham das atividades judiciais. Sabe-se que a procura pela justiça ordinária ou letrada para a resolução de litígios apresentava custos financeiros. O *contador* era geralmente o oficial responsável por contabilizar as custas de um processo. As Ordenações Filipinas traziam o valor que os oficiais do papel e de justiça poderiam levar em diferentes operações. No Brasil, admitia-se o recebimento em dobro desses valores devido à carestia de alguns lugares. Esses emolumentos destinavam-se, contudo, ao ganho pessoal dos tabeliães, escrivães e meirinhos. O aspecto fiscal da justiça que desejamos abordar é o das receitas geradas pelos procedimentos judiciais. Um deles provinha da expedição de instrumentos judiciais, como as cartas de seguro e alvarás de fiança. Cada um deles gerava emolumentos para os ouvidores, mas também instituíam algum tipo de receita para o juízo em que eram emitidos. O rendimento que entrava poderia ter aplicação diversa. A gestão das constas do aparelho judicial ainda é bastante difícil de ser feita, mas ficamos a saber algumas possibilidades. No caso da ouvidoria do Pará, os alvarás de fiança não tinham aplicação certa nem arrecadação formal até 1754, pedindo o ouvidor para que fosse aplicada na instituição de um hospital público¹⁴⁰. Outra fonte de receita provinha das condenações.

Quase sempre as condenações dos réus envolviam uma pena pecuniária, nem que fossem apenas as custas processuais, que correspondiam às despesas feitas “no seguimento da demanda, e devem ser pagas pela Parte vencida comndenada nellas à Parte vencedora”¹⁴¹. Pelas sentenças dadas cobrava-se o imposto da dízima da chancelaria. As penas pecuniárias estabelecidas nas condenações deveriam ser recolhidas num cofre, porém as condições materiais das vilas e cidades poderiam contrariar esta disposição. Em Pernambuco, o cofre dos depósitos judiciais só foi criado em 1754. Até então, os

¹⁴⁰ AHU, Avulsos, Pará, Cx. 36, D. 3349.

¹⁴¹ PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano, *Esboço de hum diccionario jurídico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas e extravagantes*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825, Tomo I, verbete «Custas».

depósitos eram confiados aos escrivães ou a terceiros, que acabavam por valer-se dos bens dos réus em benefício particular, retardando as execuções dos mesmos¹⁴².

Das sentenças passadas pelas chancelarias da Relação da Bahia incidiam 10% do valor fixado pela condenação¹⁴³. O Regimento da Chancelaria do Reino, de 1589, estabelecia o pagamento da dízima da chancelaria também aos juízos inferiores¹⁴⁴, entretanto, isto não se praticava nas capitanias do Norte. Quando se tentou cobrar as dízimas das demandas sentenciadas na Ouvidoria e Juízo de fora de Pernambuco, tanto atuais como pretéritas, o ouvidor e o governador recusaram-se a cumprir a decisão régia, alegando que nunca se tinha pago esta dízima pelas sentenças passadas pelos ouvidores e juízes de fora, e assim permaneceu até o final do século XVIII. Pagava-se, portanto, a dízima pelos pleitos que subiam à Relação. A partir do início do século XVIII este rendimento passou a ser arrendado em contratos trienais, com vistas a melhor garantir sua arrecadação¹⁴⁵.

Também era enviado à Relação da Bahia o dinheiro pertencente às condenações dos culpados na mesma Relação. O dinheiro das condenações deveria ser depositado num cofre e remetido para o tribunal na forma de dinheiro ou de letra segura (de câmbio)¹⁴⁶. Parte dessa quantia podia, entretanto, ter aplicação local. A quarta parte das condenações referentes a Pernambuco e a Paraíba destinavam-se, desde 1699, ao pagamento de gastos com as Missões¹⁴⁷. Já no Maranhão, o alvará de 6 de fevereiro de 1691 instituiu que metade das condenações ocorridas nos sertões fosse aplicada para os resgates de índios¹⁴⁸.

A arrecadação proveniente das condenações destinava-se ao cofre das despesas da Relação, de onde saíam pagamentos diversos, principalmente propinas dos ministros do tribunal. Em 1723, determinou-se um maior cuidado na cobrança das condenações aplicadas à Relação da Bahia, ordenando-se ao seu chanceler que desse “conta distinta das condenações e sua importância e havendo algumas incobráveis dareis a razão porque

¹⁴² AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 76, D. 6351; Cx. 80, D. 6631.

¹⁴³ Por exemplo, João da Silva Pereira foi condenado na Relação da Bahia em cento e vinte e quatro mil novecentos e oitenta réis. De dízima da Relação deveria pagar 10% desse valor, que contabilizava doze mil quatrocentos e noventa e oito réis. AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 9, D. 762, certidão do escrivão da chancelaria Francisco Fernandes Ferreira.

¹⁴⁴ “Das sentenças dadas pelos corregedores das cômarcas, provedores, contadores, almoxarifes, juízes das Sizas, ou pelos juízes ordinários, nas matérias de Sizas de que conhecerem, e Juízes das Alfandegas, se pagará dízima”, «Regimento da Chancelaria de 16 de janeiro de 1589» In *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo V, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, §3, p. 33.

¹⁴⁵ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 5, D. 424.

¹⁴⁶ DHBNRJ, vol. 85, fl. 102-103.

¹⁴⁷ BNP, PBA, Códice 115, fl. 326, nº 684.

¹⁴⁸ AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 5, D. 445.

cada uma se não cobrou”¹⁴⁹. O vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, desempenhou um papel bastante ativo nessa cobrança, advertindo constantemente aos ouvidores para o seu envio¹⁵⁰.

A provisão de 05 de julho de 1723 instaurou um controle maior sobre a receita proveniente das condenações. Associado a isto impôs-se aos ouvidores a necessidade de apresentarem certidões do chanceler da Relação constatando a cobrança das condenações de suas comarcas para poderem pedir suas progressões¹⁵¹. A tabela abaixo mostra os valores correspondentes a seis períodos de arrecadação das condenações.

Tabela 03: Valor (em réis) das condenações arrecadadas pela Relação da Bahia, primeira metade do século XVIII

Comarca	15/out./1728 16/set./1729	06/set./1729 05/ago./1730	08/out./1731 15/jan./1733	01/nov.1733 01/jun./1735	29/jun./1735 13/abr./1737	26/set./1739 31/mai./1741
Rio de Janeiro	2:000\$000	1:910\$730	565\$280	-	-	-
Pernambuco	270\$000	-	216\$820	-	-	-
Alagoas	73\$000	915\$260	262\$500	-	629\$000	-
São Paulo	237\$000	-	-	-	-	-
Sergipe	40\$000	283\$840	60\$160	-	-	-
Piauí	-	-	550\$000	-	-	-
Rio das Mortes	-	-	200\$000	-	-	-
Ouro Preto	-	-	-	2:066\$000	-	-
Serro Frio	-	-	-	-	-	1:146\$552
Rio de São Francisco*	-	-	-	-	-	2:107\$736
Goiás	-	-	-	-	-	1:800\$000
Ilhéus	-	-	-	-	-	50\$000
Salvador e sua comarca	-	-	-	-	5:093\$953	6:909\$060
Total	2:620\$000	3:109\$830	1:854\$760	4:000\$000	5:722\$953	12:013\$348

Fonte: Elaborado a partir das certidões dos escrivães das despesas da Relação. AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 34, D. 3109; Cx. 37, D. 3360; Cx. 45, D. 3967; Cx. 51, D. 4496; Cx. 58, D. 5011; Cx. 71, D. 5949.

*O Rio de São Francisco só será comarca em 1820 À época do quadro esse território pertencia à comarca de Pernambuco.

¹⁴⁹ AHU, Códice 247, fl. 388.

¹⁵⁰ Há várias cartas do vice-rei para os ouvidores e provedores de Pernambuco e Paraíba no volume 85 dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁵¹ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 74, D. 6192.

Os dados da tabela anterior são, entretanto, melhor entendidos em conjunto com a tabela abaixo.

Tabela 04: Valores (em réis) das condenações cobradas e arrecadadas nas comarcas da jurisdição da Relação da Bahia (primeira metade do séc. XVIII)

Comarcas	Data da ordem	Valor a ser cobrado	Valor arrecadado	Data da remessa
PERNAMBUCO	15 nov.1735	7:845\$000	300\$000	24 abr. 1737
			499\$980	16 fev.1739
	29 mai. 1738	1:210\$000	-	-
PARAÍBA	15 nov. 1735	200\$000	-	-
ALAGOAS	15 nov. 1735	3:975\$000	459\$000	06 abr.1737
				09 ago.1737
PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS	28 nov. 1740	2:020\$000	-	-
CEARÁ	7 jun. 1739	387\$000	-	-
	20 nov. 1741	3:350\$000	-	-
MOUCHA	06 jun. 1739	6:745\$000	215\$000	4 set. 1741
RIO DE JANEIRO	14 jun.1740	4:249\$000	877\$282	Não informado
	2 abr. 1741	Não informado	-	-
SÃO PAULO	5 nov. 1735	27:346\$000 (inclui condenações antigas)	3:041\$000	21 jul. 1737
			2:528\$400	8 de jul. 1738
			1:146\$562	01 set. 1738 (?)
			450\$000	23 ago. 1741
	7 dez. 1740	2:045\$000	-	-
VILA RICA	17 mar.1736	7:904\$000	1:290\$000	25 jun. 1737
			1:010\$000	26 jun. 1738
	27 mar. 1740	Não informado	-	-
SERRO FRIO	24 ago.1736	3:360\$000	1:800\$000	2 nov. 1740
SABARÁ	Mar. de 1737	6:056\$000	-	-
CUIABÁ E GOIÁS	3 set. 1740	Não informado	-	-
VILA RICA, RIO DAS MORTES, SABARÁ E SERRO FRIO	14 jun. 1740	Não informado	-	-

SERGIPE D'EL REI	4 out. 1738	1:230\$000	130\$000	Não informado
		Valor total cobrado	Valor total arrecadado	
		77:922\$000	12:586\$224	

Fonte: AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 73, D. 6123

A tabela 04 foi elaborada a partir da certidão emitida pelo escrivão da ouvidoria-geral do crime e das despesas da Relação, em 10 de janeiro de 1742. Contrapondo-a com a tabela 03 fica perceptível que as certidões emitidas e registradas nessa tabela deixam intervalos de tempo vazios nos quais poderiam chegar remessas das condenações. Este é o caso da comarca de Pernambuco, não contemplada na certidão do período de 29 de junho de 1735 até 13 de abril de 1737 e nem na do período seguinte, pois suas remessas foram enviadas em 24 de abril de 1735 e em 16 de fevereiro de 1737. O mesmo se passou para São Paulo. Isto demonstra, portanto, que as certidões, por deixarem lacunas de tempo, também deixam de registrar condenações que chegaram no intervalo entre uma e outra.

Por não se indicar o período de tempo referente a essas condenações (se anual ou por mais tempo, como parece-nos mais plausível, visto a demora para se fazer tais cobranças), podendo-se incluir condenações antigas que não haviam sido cobradas, como se faz referência para São Paulo, não é possível avaliar possíveis dinâmicas de utilização do tribunal pelas populações das comarcas. Ainda assim, a expedição de poucas ordens para algumas delas, como Paraíba, Alagoas, Moucha, Sergipe, Cuiabá e Goiás pode indicar um volume menor de processos que chegavam ao Tribunal por essas localidades.

Na tabela 03, a diferença entre o valor total e o valor arrecadado pela comarca de Ouro Preto na coluna do período de 01 de novembro de 1733 até 01 de junho de 1735, é explicada pela inclusão da cidade de Salvador no cômputo geral e da cobrança paga na própria cidade pelos condenados de outras partes através de seus procuradores¹⁵².

Percebe-se pela tabela 4 que o valor que se conseguiu arrecadar é quase seis vezes menor do que a quantia total cobrada. Os chanceleres da Relação ao explicarem a pouca arrecadação das condenações alegavam a falta de bens dos condenados, a ausência dos

¹⁵² AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 51, D. 4496.

mesmos das capitâneas e ainda a omissão dos ouvidores nessas diligências¹⁵³. Essas razões são apontadas como as principais justificativas para o não recebimento das condenações pelas comarcas de Minas Gerais¹⁵⁴. Atesta-se que o ouvidor do Rio das Velhas, José Teles da Silva agiu com desordem e pouco zelo na cobrança das condenações de sua comarca, deixando de cumprir algumas e impedindo a execução de outras, do que resultou uma repreensão por parte da Relação¹⁵⁵.

Diante da dificuldade em se fazer esta cobrança e da falta de resposta dos ouvidores das comarcas às ordens emitidas, a Relação da Bahia instituiu

*caminheiros, cobradores e procuradores delas [comarcas] a quem se arbitraram salários e foram remetidos com as ordens acima ditas, cada um expedido para a capitania que se lhe assinou, e tem sido muitas as queixas que estes tem feito da maior parte dos ouvidores, assim por lhe defraudarem os salários, como por lhe deferirem com menos afeição demoradamente, no que se tem experimentado falta nas cobranças*¹⁵⁶.
(grifos nossos)

A estratégia da Relação da Bahia para obter maior eficácia na arrecadação dos valores das condenações não deixa também de indicar uma tentativa de maior ingerência sobre os ouvidores, na medida em que tais oficiais acima indicados ficariam responsáveis pela diligência que antes cabia aos ouvidores.

A cobrança das condenações pela Relação da Bahia, juntamente com os valores apresentados na tabela 3 mostram uma procura pelo tribunal na solução de pleitos. A falta de outros dados, principalmente de processos ou de livros de registro de entrada e de distribuição dos mesmos não nos dá parâmetros suficientes para saber o quanto representa esta procura. Através dos dados das quatro escriturarias do judicial (duas pertencentes à ouvidoria-geral do crime e duas à ouvidoria-geral do cível), dispostos na tabela 3, e pelos

¹⁵³ “(...) os ouvidores gerais das capitâneas desse estado as não cumprem por contemplação dos condenados e seus valedores (?), publicando que estas cobranças são umas ladroíces, para o que não hão de concorrer maltratando de palavras as pessoas que levam as ordens, *fiados talvez em que pelas distâncias em que residem não há de haver contra eles coativo procedimento, estando também certos hão de ser despachados como o foram seus antecessores sem lhe ser precisa a certidão desta Relação de que tem cumprido as ordens que se lhes passaram (...)*” (Francisco de Campos Limpo, chanceler da Relação da Bahia, 1742, grifos nossos). AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 72, D. 6056.

¹⁵⁴ “Consta que nas Minas e principalmente na Vila Rica do Ouro Preto se cuida nesta cobrança e que já há alguns dinheiros para se remeterem, e que muitas das ditas condenações são incobráveis, ou pela pobreza dos condenados, ou por terem mudado de terra, e não se saber onde assistem” (Luís Machado de Barros, chanceler da Relação, 1730). AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 37, D. 3360.

¹⁵⁵ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 73, D. 6123.

¹⁵⁶ *Idem*.

dados apresentados por Roque Filho, parece sugerir uma utilização maior do tribunal por parte da própria cidade de Salvador e recôncavo baiano, porque os processos sentenciados por esses juízos poderiam ser de primeira instância ou de recurso às instâncias inferiores, mas locais. Ainda assim, sendo Salvador um centro de grande afluxo de bens e pessoas, é possível que esses números também contemplem moradores de fora que estivessem em trânsito pela cidade, ou ainda representados por seus procuradores. Vê-se, outrossim, que os processos cíveis são, em disparada, os mais numerosos. Esta deveria ser uma constante em todos os juízos das comarcas também, porque envolvem um leque muito maior de assuntos.

3.2. Estrutura e ofícios do aparelho judicial da ouvidoria-geral da Paraíba

Uma das matérias às quais os ouvidores eram chamados a arbitrar dizia respeito ao provimento dos cargos de justiça. Eram a eles que o Conselho Ultramarino pedia informações sobre aqueles que solicitavam o provimento em algum cargo de justiça. Este representava um dos tipos de *saber local* que ultrapassava a possibilidade de conhecimento por parte dos conselheiros e mesmo a todo tipo de “memória” administrativa que pudesse estar registrada nos arquivos do Conselho.

A constituição do aparelho judicial na comarca da Paraíba ocorreu de forma lenta e gradativa e os meandros deste processo nem sempre ficaram bem documentado nas fontes que nos alcançaram. Delimitar a comarca e nomear ouvidor letrado foram os passos iniciais para a criação da ouvidoria. Uma vez tomada posse, o ouvidor deveria estabelecer as bases materiais e humanas para o funcionamento da administração da justiça na comarca. Isto significa ter livros para o expediente, assegurar uma estrutura adequada para as audiências públicas, verificar as condições da cadeia, solicitar a criação de ofícios (escrivães e meirinhos), dentre outras medidas.

A ouvidoria não possuía uma sede física própria. Os ouvidores utilizavam a casa da câmara para os despachos. Depreende-se, com isso, que seu cartório deveria ficar depositado no próprio edifício da câmara. Assim pelo menos deveria ser. Entretanto, não conseguimos conferir demasiada certeza sobre esses aspectos dado não termos informações suficientes para a ouvidoria da Paraíba e também em razão de em outras comarcas encontrarmos situação bastante diversa. Na vila do Recife, o ouvidor de

Pernambuco fazia as audiências em sua casa, por ser este um costume antigo que se iniciou quando ainda não havia casas do concelho na dita vila, mas que assim permaneceu até meados do século XVIII¹⁵⁷. O mesmo se passou no Pará¹⁵⁸. Seria de esperar, nesses casos, que os livros dessas ouvidorias, com exceção daqueles que estavam na posse dos escrivães, ficassem nas próprias casas dos ouvidores. Em Alagoas o cenário não parecia diferente. Já na segunda metade do século XVIII, o ouvidor informa sobre o estado lastimável das casas das câmaras da comarca, não havendo salas de audiência decentes e faltando cadeiras, arquivos, sino e Ordenações¹⁵⁹.

Outra pergunta que fica por ser respondida é se o ouvidor e o escrivão da ouvidoria transportavam os livros do cartório da ouvidoria (ou ao menos parte dele) durante sua locomoção pelo território. Pode parecer inconcebível, mas isto ocorria com os governadores das capitanias de Pernambuco e do Maranhão. Esses governadores e seus secretários ao se deslocarem transportavam consigo os livros da Secretaria de Governo. Numa das viagens entre São Luís e Belém, o secretário de governo do Pará perdeu simplesmente todos os registros do governo daquele Estado pelo acidente de terem afundado na Baía de Japerica¹⁶⁰. Outro exemplo semelhante pode ser encontrado na capitania do Rio Grande. Cristóvão Soares Reimão, ex-ouvidor da Paraíba, depois de servir como juiz demarcador nas capitanias do Ceará e do Rio Grande, deixou o cartório desse juízo em casa de um particular, o coronel Manuel Gomes Torres, distante 15 léguas da Provedoria do Rio Grande¹⁶¹.

Mesmo vários anos depois da chegada de ouvidor letrado na Paraíba, a estrutura administrativa ainda não estava plenamente instituída. A cadeia continuava precisando de reparos, havia falta de escrivão privativo da ouvidoria e correição e de outros oficiais menores. Era comum que os oficiais intermédios da administração acumulassem várias funções, especialmente no período inicial de construção do aparelho judicial. Em razão de não terem ordenado, e de levarem baixos emolumentos, esta foi uma forma encontrada de tornar tais funções mais atrativas e de compensar a falta de nobilitação por servi-los. Não sendo muito fácil rastrear e acompanhar ao longo do tempo esses ofícios da

¹⁵⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 63, D. 5356; Cx. 65, D. 5534.

¹⁵⁸ AHU, Avulsos, Pará, Cx. 25, D. 2322.

¹⁵⁹ DHBNRJ, 1951, nº 92, p. 38-40.

¹⁶⁰ AHU, Avulsos, Pará, Cx. 9, D. 776.

¹⁶¹ AHU, Códice 258, fl. 241vs-242. Sobre informar na representação que fez o provedor da fazenda do Rio Grande acerca do cartório estar fora daquela provedoria (03 de setembro de 1722).

administração, vamos nos deter àqueles que se pôde ter mais notícias: os escrivães da ouvidoria, os meirinhos da correição e os advogados.

3.2.1. Escrivães da ouvidoria

Até o ano de 1700 ainda não havia escrivão da ouvidoria na Paraíba, servindo o expediente da justiça os escrivães e tabeliães que existiam na cidade¹⁶². Sua criação foi proposta pelo segundo ouvidor da comarca, Cristóvão Soares Reimão e, após consulta aos oficiais locais da escrita, houve autorização régia para a criação deste ofício¹⁶³.

Uma das distinções básicas que se fazia ao regime dos ofícios no Antigo Regime era o de serem, ou não, de propriedade. Um ofício passado em propriedade garantia ao seu titular a sua posse em vida. A transmissão aos herdeiros não ocorria de forma automática, mas requeria uma confirmação régia, que quase sempre era dada¹⁶⁴. Por não desejarem servir ou por motivos de saúde, os proprietários de ofícios solicitavam ao rei a mercê de poderem nomear serventuário. A serventia era, portanto, uma espécie de arrendamento do ofício ao serventuário, que poderia tanto ser um familiar, quanto alguém sem laços de parentesco, que o servia e pagava a terça parte dos rendimentos obtidos ao proprietário, que poderia ser, inclusive, a própria Coroa.

A criação do ofício de escrivão da ouvidoria da Paraíba ocorreu no regime propriedade, sendo concedido a Paulo de Almeida, natural da Paraíba, cuja folha de serviço incluía ter servido como soldado pago por mais de nove anos e como capitão de uma companhia de auxiliares¹⁶⁵. Posteriormente (possivelmente por morte do proprietário) este ofício passou para a posse da Coroa, que ficou responsável pela nomeação dos serventuários por um período trienal, que poderia ser renovado, sucessivamente, por mais um ano ou três anos. Dos indivíduos que nos foi possível

¹⁶² No ano de 1700 havia, na Cidade da Paraíba, 2 tabeliães do Público, Judicial e Notas, todos de propriedade, um escrivão dos órfãos (sem proprietário), um escrivão da Fazenda Real, Alfândega e Almoxarifado (de propriedade), um escrivão da Câmara da Cidade da Paraíba (de propriedade), um escrivão da vara de meirinho de correição (sem proprietário), um escrivão da vara de meirinho do campo (sem proprietário) e um escrivão da vara do Alcaide (sem proprietário). AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 237 e também Cx. 3, D. 188.

¹⁶³ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 237.

¹⁶⁴ STUMPF, Roberta, «Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime Português», In *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, jul./dez. 2014, p. 620.

¹⁶⁵ Através de Consulta ao Conselho Ultramarino nomeou-se Paulo de Almeida, em 1702. O cargo de escrivão da ouvidoria foi criado anexo ao de Provedor da Fazenda, sendo estes posteriormente, mas em data incerta, separados. AHU, Consultas Mistas, Códice 19, fl. 343vs-348vs.

localizar, Manuel Rodrigues da Fonseca foi o que mais tempo passou no cargo, obtendo diversas nomeações que o permitiram servir o cargo por quase cinquenta anos consecutivos¹⁶⁶.

Em 1761, entretanto, encontramos esse ofício sendo arrematado em propriedade a Antônio Rodrigues Campos pelo valor de 12 mil cruzados (4:800\$000 réis), tendo sido, anteriormente, concedido em serventia ao mesmo no ano de 1757¹⁶⁷. As acusações dirigidas contra este escrivão imputavam-lhe diversos crimes de ofício, como o cometimento de violências, de abuso de poder e de parcialidade com o ouvidor. Diz-se, inclusive que foi o próprio ouvidor João Rodrigues Colaço que lhe deu o dinheiro para arrematar a propriedade do ofício na Bahia¹⁶⁸.

Alguns escrivães da ouvidoria serviram, antes ou depois, outros cargos e ofícios da administração na capitania. Manuel Rodrigues da Fonseca atuou como escrivão da Abertura das Fazendas¹⁶⁹, Antônio José de Foios serviu como advogado e procurador da Coroa e Fazenda¹⁷⁰, e Francisco Gaia da Rocha como advogado, procurador da Coroa e Fazenda e tabelião do Público Judicial e Notas¹⁷¹.

Os escrivães podem ser considerados, junto com outros oficiais da escrita e responsáveis pela organização dos arquivos e armazenamento da informação, como guardiães de uma “memória burocrática” da administração local¹⁷². Escrivães como Manuel Rodrigues da Fonseca ou a família Velasco Távora, que serviu na escrivania da ouvidoria e correição do Rio de Janeiro por quase todo o século XVIII¹⁷³, podem ser vistos como importantes fontes de conhecimento da administração local e, conseqüentemente, detentores de um *background* fundamental aos ouvidores recém-chegados.

¹⁶⁶ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 497; Cx. 8, D. 685; Cx. 9, D. 779; Cx. 10, D. 857; Cx. 11, D. 907; Cx. 15, D. 1253. Os outros indivíduos que serviram a escrivania da ouvidoria até o final do século XVIII foram Francisco Gaia da Rocha (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 8, D. 664), Antônio Monteiro Correia (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 13, D. 1128), Antônio José de Foios (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 16, D. 1314), Luís José de Figueiredo (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 17, D. 1417), Antônio Rodrigues Campos (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1585), Antônio Gaudêncio Pereira de Carvalho (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 2010) e Luís Vicente de Melo (AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 28, D. 2126).

¹⁶⁷ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1585 e AHU, Avulsos, Bahia-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 31, D. 5895-5909. É um valor demasiado alto se levarmos em consideração a avaliação dos rendimentos desse ofício (anexos 4 e 5) e para o qual não encontramos por ora uma explicação razoável.

¹⁶⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.

¹⁶⁹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 7, D. 591.

¹⁷⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 18, D. 1459; C. 24, D. 1844.

¹⁷¹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 440; Cx. 13, D. 1095; Cx. 18, D. 1458

¹⁷² HESPANHA, *As vésperas...*, p. 293.

¹⁷³ MELLO, Isabele, *Magistrados a serviço do rei...*, p. 58-62.

A presença de secretários de governo experientes em diversas conquistas¹⁷⁴ ou à frente da secretaria por muitos anos, ou mesmo décadas¹⁷⁵, aponta para a criação de um saber especializado que se revela de grande importância para cotidiano dos governadores ultramarinos. Sabendo-se que este conhecimento *in loco* é fundamental para a governação, como se dava para os homens de letras na administração da justiça? Ainda que o Direito aplicado por esses oficiais fosse o mesmo em todo o império, resguardadas as adaptações locais existentes, o conhecimento acerca de práticas e estilos locais praticados tornava-se um saber essencial para o cotidiano da administração da justiça. Ainda é difícil responder a esta questão para a América portuguesa. Entretanto, uma informação presente numa carta de um ouvidor de Angola sugere-nos meios para pensar sobre esta questão. Diz João Álvares de Melo,

“Eu sei estas circunstâncias [de confusão de jurisdições e diversidade de formas de julgar em Angola] pelo que *tenho visto em papéis*, pelo que *ouvi a Letrados antigos*, que ainda encontrei neste Reino [de Angola], e pelo que *me disseram dois dos meus antecessores que tomaram o trabalho de me instruir nas coisas de Angola*”¹⁷⁶ (grifos nossos)

Isto permite evidenciar o papel exercido pelos oficiais da escrita e por letrados antigos, com exercício na advocacia ou mesmo ex-ministros que ficaram pela terra, como também de antecessores na transmissão de conhecimento local sobre a administração da justiça. É muito provável que Cristóvão Soares Reimão, residente na Capitania da Paraíba após seu último serviço como juiz demarcador de terras, funcionasse como uma valiosa fonte de informação acerca de questões de justiça e da sociedade local. O caráter hermético da magistratura portuguesa também endossa este argumento pela divulgação de informações que parece ter circulado entre os juízes letrados, conforme referimos neste trabalho.

¹⁷⁴ Gouvêa, Maria de Fátima Silva. «Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730» In FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.), *Na trama das redes: política e negócios no mundo português, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p. 157-202.

¹⁷⁵ CURVELO, Arthur, *Governar Pernambuco...*, p. 100-114.

¹⁷⁶ AHU, Avulsos, Angola, Cx. 87, D. 61 (14 de abril de 1798).

3.2.2. Meirinhos da Correição

O ofício de meirinho da correição da Ouvidoria da Paraíba foi concedido em propriedade a Luís Queixada de Luna, ainda em finais do século XVII e andava anexo ao de contador, distribuidor e inquiridor dos auditórios da cidade¹⁷⁷. O meirinho da correição era acompanhado, nas diligências que fazia, pelo escrivão da vara do seu ofício, que na Paraíba também foi concedido em propriedade no ano de 1700, sendo antes provido pelo governador-geral do Estado do Brasil e pelo capitão-mor da Paraíba, percebendo 30 mil réis de emolumentos¹⁷⁸.

Os oficiais menores da administração são, por vezes, mais difíceis de rastrear. Quanto aos ganhos pecuniários, sabemos que são relativamente baixos (ver anexos 4 e 5). Com relação aos indivíduos, não conseguimos avançar muito na sua caracterização, entretanto, um dado que aproveitamos para destacar é a presença de negros, mulatos e índios no cotidiano da administração da justiça, fosse pela ocupação desses ofícios menores, fosse de modo menos visível, através da sua presença em situações diversas das diligências judiciais.

Em Pernambuco, o meirinho da correição dispunha de dois negros alabardeiros dados pela Fazenda Real¹⁷⁹ e nas diligências de justiça informava o governador da capitania que “qualquer oficial leva um negro que ganha um tostão”¹⁸⁰. No Rio de Janeiro, o meirinho do campo também dispunha de dois negros que o auxiliavam nas execuções da Justiça¹⁸¹. Na Bahia, os seis homens da vara do meirinho da Relação eram escravos, pois não havia homem branco ou mulato forro que quisesse servir esta ocupação, dado ser um costume “muito antigo no Brasil, e tão teimosamente observado”¹⁸². O mesmo exemplo se passava na Relação do Rio de Janeiro¹⁸³. Ainda na Bahia, dois pardos serviam

¹⁷⁷ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 16, D. 1317.

¹⁷⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 232.

¹⁷⁹ O proprietário do ofício de Meirinho da Correição da Ouvidoria de Pernambuco apresentou queixa ao rei, por duas vezes, em razão de os negros dados pelo Almojarife serem velhos e incapazes para algumas diligências de “maior suposição”. O cirurgião-mor da capitania descreveu os negros como: “um se chama João o qual é muito velho e cego do olho direito, e os pés inchados (...) e o outro preto por nome Domingos padece uma obstrução no estômago o qual necessita de cura”. AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 50, D. 4426 e Cx. 58, D. 4969.

¹⁸⁰ AHU, Códice 257, fl. 361.

¹⁸¹ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 12, D. 1354.

¹⁸² AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 86, D. 7075 e Cx. 93, D. 7496.

¹⁸³ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 46, D. 4691.

como procuradores das causas no Tribunal de Relação¹⁸⁴. Nesse mundo letrado também encontramos Antônio Ferreira Castro, mulato e bacharel formado pela Universidade de Coimbra ocupando o lugar de Procurador da Coroa e Fazenda na capitania de Pernambuco¹⁸⁵. No Maranhão, os oficiais da câmara chegaram a nomear um mulato como porteiro do concelho, o qual serviu durante algum tempo até descobrirem que se tratava de um escravo fugido¹⁸⁶. Em 1697, o ouvidor da Paraíba informava ao Conselho Ultramarino a existência de um único porteiro para a Câmara, juízes dos órfãos, Provedoria da Fazenda e Ouvidoria, que por ser um só e por não haver sino no concelho para tocar as horas das audiências, ficava muito prejudicada a administração da justiça, e por estas razões

lhe fora precisamente necessário obrigar a um homem velho e pobre, *mas branco*, que havia sido soldado em Pernambuco, e chegara a servir de sargento conforme a sua notícia para que servisse na ouvidoria, e como um vintém de cada pregão era tão limitado para se sustentar lhe prometera dar um vestido cada ano para ir com ele a correição *por na do Rio Grande se servir com um negro cativo por porteiro* que era o que havia, e lhe dissera serviria de corredor das folhas daquela cidade (grifos nosso)¹⁸⁷

Os indígenas também participavam das atividades da justiça, mas, ao que parece, diferentemente dos negros e escravos, eles não ocupavam uma posição específica, como acontecia aos homens da vara dos meirinhos. A documentação não explicita que indígenas eram esses, mas supomos que se tratavam de índios aldeados que costumavam ser solicitados pelos governadores aos administradores das aldeias¹⁸⁸. As prisões consideradas mais difíceis consistiam num dos tipos mais frequentes de participação dos indígenas nas diligências de justiça. O caso anteriormente mencionado da prisão dos mulatos Eugênio Gomes e José Gomes, o Cabeleira, é bastante sintomático disto. Sendo uma prisão considerada perigosa, o juiz de fora pediu ao governador de Pernambuco o

¹⁸⁴ A situação que envolve os pardos Miguel Mendes de Vasconcelos (pai e filho) e que nos expõe a sua condição miscigenada deve-se à suspensão que tiveram da Relação depois da redução do número de solicitadores supranumerários feita pelo chanceler da Relação, sob o fundamento de serem pardos. AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 77, D. 6412.

¹⁸⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 42, D. 3803.

¹⁸⁶ AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 30, D. 3035.

¹⁸⁷ AHU, Códice 265, fl. 120vs-121.

¹⁸⁸ Por exemplo: “Para o capitão-mor do Rio Grande. Ao Desembargador Cristóvão Soares Reimão tenho encarregado de várias diligências de meu serviço no Assú e Jaguaribe. E porque para elas lhe pode ser necessário gente que o acompanhe me pareceu ordenar-vos lhe deis a este ministro os soldados e índios que o acompanhe que aos pedir para as tais diligências cujas despesas hão de ser da Fazenda Real. Escrita em Lisboa a 4 de junho de 1703. Rei”. AHU, Códice 257, fl. 129vs.

habitual auxílio militar de que era costume, ao que ele fez expedir ordens para que o acompanhassem “não só as Tropas Auxiliares, e das Ordenanças, mas também a dos índios que são os mais ativos e próprios para semelhantes desempenhos”¹⁸⁹. Também fizemos, anteriormente, referência ao auxílio dado pelos índios ao ouvidor da Paraíba quando foi em correição ao Ceará.

Poder-se-ia questionar se a pouca visibilidade desses sujeitos nas fontes não se deveria à sua fraca participação no cotidiano da administração. A isto responderíamos que se assim o fosse, seria possível identificar mais frequentemente os homens brancos que ocupavam os ofícios menores e intermédios, mas quase nada sabemos dos porteiros, carcereiros, alcaides, inquiridores, distribuidores e contadores, solicitadores, escrivães dos meirinhos e dos alcaides, procuradores dos presos, etc. Acreditamos que a presença de negros, livres ou escravos, e indígenas pode ser ainda superior aos pequenos indícios que fomos capazes de apresentar, especialmente em capitanias onde sua presença era notória e numericamente elevada.

3.2.3. Advogados

Os advogados finalizam o grupo dos oficiais da administração da justiça dos quais foi possível obter maiores informações. Trata-se de um grupo ainda pouco estudado na historiografia luso-brasileira, especialmente os advogados provisionados, isto é, os que não possuindo formação em Direito, necessitavam de uma provisão do rei para exercer a advocacia nos auditórios do ultramar¹⁹⁰.

¹⁸⁹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 156, D. 11235.

¹⁹⁰ Sobre advogados no Brasil colonial, um dos principais trabalhos continua a ser o de Álvaro de Araújo Antunes. Muito pouco ainda se produziu depois da sua tese de doutoramento, relativa a alguns bacharéis que atuaram em Minas Gerais, especialmente trabalhos que fujam de uma perspectiva de estudos de caso individualizados. Atualmente há uma tese de doutoramento em curso sobre os advogados e a prática da advocacia nas Capitanias do Norte no século XVIII, desenvolvida por Juarlyson Jhones Santos de Souza. Para a parte asiática do império português, destacamos a produção de Luís Cabral de Oliveira sobre os advogados provisionários em Goa. A produção para o império espanhol é um pouco mais generosa. Ver diversas referências em DRAGOSSA, Noberto, *Bibliografía de Historia del Derecho Indiano*, Madrid, Fundación Ignacio Larramendi, 2011, p. 76-81. Disponível em: http://www.larramendi.es/v_centenario/i18n/consulta/registro.do?id=1129. Para os anteriormente citados ver: ANTUNES, Álvaro de Araújo, *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*, Tese de Doutoramento em História, Unicamp, 2005; OLIVEIRA, Luís Cabral, «Goa oitocentista, terra de letra e terra de juristas. O caso dos advogados provisionários», in Matos, Artur Teodoro de e Cunha, João Teles e (coord.), *Goa: Passado e Presente*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Centro de História de Além-Mar, 2012; IDEM, «Magistrados letrados ou provisionários? O caso de André Francisco de Bragança (Goa, 1832-1836)», In *Revista Teoria e História do Direito*, Nº1,1/2016, p. 95-108.

A partir dos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, fizemos um levantamento do número de advogados existentes nas Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá. Trata-se de um valor aproximado, pois, como já fizemos aqui menção, os documentos avulsos compõem um conjunto documental lacunar. Pôde-se localizar 32 advogados formados e 76 advogados não letrados entre finais do século XVII até o final do século XVIII, sendo Pernambuco o principal centro de absorção dos advogados¹⁹¹.

¹⁹¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 67, D. 5665; Cx. 76, D. 6390; Cx. 77, D. 6407; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 74, D. 6225; Cx. 82, D. 6823; Cx. 86, D. 7063; Cx. 92, D. 7372; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 433; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 51, D. 4491; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 66, D. 5621; Cx. 79, D. 6602; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 69, D. 5861; Cx. 71, D. 5997; Cx. 82, D. 6858; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 36, D. 3247; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 107, D. 8339; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 66, D. 5621; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 62, D. 5281; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 49, D. 4328; Cx. 49, D. 4330; Cx. 58, D. 4987; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 51, D. 4480; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 41, D. 3708; Cx. 48, D. 4304; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 48, D. 4259; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 184, D. 12767; Cx. 189, D. 13060; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 44, D. 3948; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 181, D. 12634; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 96, D. 7555; Cx. 98, D. 7687; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 82, D. 6861; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 33, D. 3000; Cx. 34, D. 3139; Cx. 37, D. 3335; Cx. 42, D. 3741; Cx. 50, D. 4441; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 773; Cx. 10, D. 809; Cx. 10, D. 876; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6439; AHU, Avulsos, Pernambuco, AHU, PE, Cx. 40, D. 3615; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 49, D. 4341; Cx. 49, D. 4371; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 111, D. 8602; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 107, D. 8340; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 40, D. 3572; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 148, D. 10781; Cx. 158, D. 11408; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 48, D. 4296; Cx. 49, D. 4372; Cx. 60, D. 5096; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6422; Cx. 92, D. 7339; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6418; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 34, D. 3124; Cx. 36, D. 3302; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 181, D. 12628; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 31, D. 3769; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 179, D. 12504; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 45, D. 4092; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 179, D. 12503; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 196, D. 13481; Cx. 207, D. 14130; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 158, D. 11419; Cx. 196, D. 13464; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 106, D. 8235; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 48, D. 4278; Cx. 66, D. 5575; Cx. 71, D. 5954; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 60, D. 5123; AHU, Avulsos, Pernambuco, AHU, PE, Cx. 39, D. 3496; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 103, D. 7982; Cx. 137, D. 10202; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 192, D. 13221; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 32, D. 2989; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 34, D. 3086; Cx. 35, D. 3183; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 178, D. 12462; Cx. 194, D. 13346; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 209, D. 14236; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 76, D. 6398; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 80, D. 6633; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 110, D. 8501; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 16, D. 1320; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6493; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 103, D. 7983; Cx. 104, D. 807; Cx. 109, D. 8417; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 114, D. 8775; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 49, D. 4389; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 91, D. 7272; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 105, D. 8172; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 43, D. 3899; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 74, D. 6218; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 68, D. 5765; Cx. 80, D. 6653; Cx. 80, D. 6672; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 69, D. 5864; AHU, Avulsos, Cx. 42, D. 3743; Cx. 57, D. 4937; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 69, D. 5852; AHU, Avulsos, Pernambuco, AHU, PE, Cx. 40, D. 3584; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 57, D. 4951; Cx. 69, D. 5868; Cx. 71, D. 5952; Cx. 82, D. 6853; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 29, D. 2649; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 82, D. 6810; Cx. 86, D. 7050; Cx. 97, D. 7593; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 33, D. 3055; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 36, D. 3275; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 205, D. 14007; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 69, D. 5795; Cx. 75, D. 6282; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 30, D. 2736; Cx. 32, D. 2888; Cx. 33, D. 3010; Cx. 41, D. 3707; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 82, D. 6802; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 76, D. 6396; Cx. 115, D. 8849; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 200, D. 13696; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 39, D. 3527; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 0, D. 3664; Cx. 42, D. 3803; Cx. 47, D. 4232; Cx. 52,

Alguns dos advogados sem formação em Direito eram padres ou possuíam curso de Filosofia ou Artes pelo Colégio dos Jesuítas de Olinda, sendo, por isso, chamados de *licenciados*¹⁹². Tanto este, quanto aos demais não letrados precisavam pedir uma autorização para exercerem a prática forense. Como acontecia para quase todos os outros ofícios, o governador passava uma provisão temporária enquanto se solicitava a provisão régia. O rei, através do Conselho Ultramarino, costumava antes pedir informações sobre o indivíduo ao ouvidor, juntamente com o número de letrados que havia na capitania. Somente depois dessa averiguação passava-se a provisão, que tinha duração de 1 ou 3 anos.

Nos pedidos de provisão percebemos que o solicitante poderia pedir para exercer a advocacia nos auditórios de mais de uma vila ou cidade. Recife e Olinda eram, diversas vezes, sempre requeridos juntos¹⁹³. Também se encontram pedidos para Paraíba e Pernambuco ou Paraíba e Goiana/Itamaracá¹⁹⁴.

Uma das formas de se adquirir a prática forense era através da assistência a outros advogados nas capitanias¹⁹⁵. Pela informação dos ouvidores, a Paraíba não chegou a ter um grande número de advogados formados. Por certidão de 1755, o escrivão da ouvidoria

D. 4589; Cx. 55, D. 4804; Cx. 66, D. 5626; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 34, D. 3124; Cx. 36, D. 3302; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 60, D. 5123; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 69, D. 5864; AHU, Avulsos, Pernambuco; Cx. 76, D. 6396; Cx. 115, D. 8849; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 82, D. 6861; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 83, D. 6922; Cx. 86, D. 7093; Cx. 106, D. 8212; AHU, Avulsos, Pernambuco, 102, D. 7918; Cx. 211, D. 14374; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 115, D. 8828; Cx. 135, D. 10091; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 151, D. 10937; Cx. 154, D. 11144; Cx. 157, D. 11317; Cx. 160, D. 11545; Cx. 183, D. 12729; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 184, D. 12785, Cx. 151, D. 10956; Cx. 206, D. 14077; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 186, D. 12915; Cx. 233, D. 15709; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 193, D. 13260; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 4, D. 276; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 495; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 16, D. 1314; Cx. 18, D. 1459; Cx. 21, D. 1630; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 7, D. 618; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 726; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 10, D. 819; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 17, D. 1377; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 17, D. 1377; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 18, D. 1458; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 22, D. 1653; Cx. 27, D. 2052; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 27, D. 2056; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 29, D. 2165; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 30, D. 2183; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 32, D. 2313; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 32, D. 2314; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 35, D. 2533; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 10, D. 870; Cx. 11, D. 906; Cx. 15, D. 1286; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 21, D. 1622; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 22, D. 1671; Cx. 27, D. 2046; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 2012.

¹⁹² FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra, (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1995, p. 143144, nota 16

¹⁹³ Alguns exemplos em AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 36, D. 3247; Cx. 48, D. 4304; AHU, PE, Cx. 49, D. 4328; Cx. 49, D. 4330; Cx. 49, D. 4389; Cx. 58, D. 4987.

¹⁹⁴ Alguns exemplos em AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 433; Cx. 9, D. 773; Cx. 10, D. 809; Cx. 10, D. 876; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 41, D. 3708; Cx. 48, D. 4304; Cx. 77, D. 6439; Cx. 97, D. 7593; Cx. 105, D. 8172.

¹⁹⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 39, D. 3496; Cx. 48, D. 4296; Cx. 50, D. 4441; Cx. 106, D. 8235; Cx. 114, D. 8775.

da Paraíba atesta a existência de apenas dois advogados formados atuando nos auditórios da capitania¹⁹⁶. Pernambuco, em compensação, conseguiu alcançar uma média de 16 letrados em meados do século XVIII. Em alguns momentos, os letrados fizeram requerimento ao Conselho Ultramarino contra os provisionados¹⁹⁷. Em 1754, os 16 letrados que advogavam em Olinda e Recife admitiam que havia número suficiente de bacharéis na capitania para se permitir a atuação de advogados provisionados, pois a falta daqueles consistia num dos principais argumentos para a admissibilidade dos práticos em Direito¹⁹⁸. Para além deste argumento, podemos questionar se os advogados provisionados não poderiam possuir uma clientela superior, devido, talvez, a valor mais módico dos serviços prestados.

Além da advocacia, os bacharéis se habilitavam a servir outros ofícios, como o de Procurador da Coroa e Fazenda e Provedor da Fazenda¹⁹⁹.

3.3. Um tribunal para *índios, bastardos, carijós, mulatos e negros*: a Junta de Justiça de Pernambuco (1735)

A menção à incidência de crimes cometidos por índios, mulatos e negros era frequente e alcançava diversas partes do Brasil. Para conter tão grande número de violências, assaltos e outros delitos, o remédio sugerido pelos governadores, câmaras e ouvidores foi quase sempre o mesmo. Fazia-se necessário ver o “horror do castigo” para haver respeito à justiça²⁰⁰.

Foi com o intuito de punir com rapidez os crimes cometidos por *índios, bastardos, carijós, mulatos e negros* que se criou a Junta da Justiça em Pernambuco no ano de 1735²⁰¹. Entretanto, a motivação imediata para a criação da junta foi a tentativa de sublevação dos índios da Bahia da Traição (Capitania da Paraíba), que chegaram a convocar outras aldeias da Paraíba e também de Pernambuco, “sendo a sua ideia a de

¹⁹⁶ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 18, D. 1459.

¹⁹⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6428; Cx. 170, D. 12004.

¹⁹⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6428.

¹⁹⁹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 773; Cx. 10, D. 809; Cx. 10, D. 876; AHU, PB, Cx. 26, D. 2012; Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6439

²⁰⁰ Carta de Fernão de Souza Coutinho, governador de Pernambuco, de 01 de junho de 1671. AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 10, D. 915.

²⁰¹ Fundação Biblioteca Nacional, [PARECER do Conselho Ultramarino tratando da violência na capitania da Paraíba e sendo favorável à união do ministro da referida capitania com a de Pernambuco para resolver os problemas]. Lisboa, Portugal: [s.n.], 18/02/1735. 4 p. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428114/mss1428114.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

senhorearem da terra, para o que convidaram aos negros, a que matassem seus senhores”. O perigo da dimensão que tal levante adquiriu exigia uma rigorosa e exemplar punição, no entendimento do governador da Paraíba. Mas como esta não podia ser executada naquela capitania, devido à necessidade de se apelar para a Relação da Bahia por se tratar de um crime grave e também por não haver meios de enviar os cabeças e envolvidos na sublevação à Bahia, pela falta de embarcações e pelos caminhos por terra requererem uma grande escolta de soldados para a condução dos presos, o governador sugeriu que, à maneira do que ocorria no Reino com a formação de conselhos nos regimentos militares, os ministros daquelas capitanias pudessem se reunir e julgar sumariamente os réus de crimes graves, sem se dar apelo à Relação e permitindo a punição no próprio local do delito, para exemplo dos demais²⁰².

Antes da Junta de Justiça de Pernambuco, já havia as juntas do Rio de Janeiro, de São Paulo (1723) e de Minas Gerais (1731)²⁰³. Ao que parece, o embrião da ideia de se sentenciar em junta sem recurso provém do Regimento dos ouvidores do Rio de Janeiro (capítulos 6 e 7) do ano de 1642, que se repetiu nos regimentos seguintes (1651, 1658 e 1699), sendo este último usado também pelos ouvidores de São Paulo e de Minas Gerais²⁰⁴. Nele os ouvidores deveriam sentenciar os crimes de morte de índios e escravos e os crimes graves de brancos juntamente com o provedor e o governador. A Relação da Bahia, entretanto, reagiu em 1675 a estes capítulos apontando prejudiciais consequências para a jurisdição daquele tribunal e para a própria justiça das partes por se tratar de uma “Junta de homens sem letras interessados nas suas afeições”²⁰⁵. Por ora não foi possível saber a resolução régia tomada sobre o pedido de derrogação desses capítulos pela Relação da Bahia, mas a sua manutenção no regimento do ano de 1699 parece mostrar

²⁰² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 769; LISBOA, Breno Vaz de Almeida, *Uma das principais dos domínios de Vossa Majestade: poder e administração na Capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V*, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 247-249.

²⁰³ São Paulo: «Alvará de 23 de setembro de 1723» In AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 55, D. 4756 (anexo); DHBNRJ, nº 94, ano 1951, p. 31-33; Minas Gerais: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Vol 09, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1904, p. 347-348.

²⁰⁴ Capítulo 6: «Nos casos-crimes dos escravos e índios, tereis alçada em todas as penas, degredos e açoites que aos malfetores pela Ordenação são postos; e nos casos de morte julgareis com o governador e provedor da Fazenda, até morte inclusive, e no que em que dois conformarem poreis a sentença e a dareis a execução sem apelação nem agravo»; Capítulo 7: «Nos casos dos peões brancos livres em que pelas Ordenações é posta pena até cinco anos de degredo, despachareis por vós só; e havendo de ser // condenados com pena [vil], como açoites ou baraço e pregão, ou em caso que, provado mereça pela lei morte natural ou civil ou cortamento de membro, despachareis com o governador e provedor da Fazenda, e sendo todos conformes poreis a sentença e dará a execução sem apelação nem agravo, e não sendo conformes as partes poderão apelar, e não tendo parte apelareis pela Justiça». Regimento dado a João de Abreu e Silva, ouvidor do Rio de Janeiro, de 11 de março de 1669, In Códice Costa Matoso, op. cit., 1999.

²⁰⁵ AHU, Códice 252, fl. 12.

que não deve ter tido efeito. Além disso, documentos subsequentes atestam o funcionamento da junta de justiça no Rio de Janeiro.

O regimento do ouvidor de Pernambuco (1668) também contém os mesmos parágrafos, porém com uma diferença: o ouvidor tinha jurisdição para punir até pena de morte, mas dando apelação e agravo para a Relação da Bahia. Nos regimentos do Rio de Janeiro admitia-se o julgamento sem recurso com a presença do governador e do ouvidor.

Por duas ocasiões na década de 1670, a câmara de Olinda pediu a equiparação à jurisdição do ouvidor do Rio de Janeiro na alçada de pena de morte a brancos peões, índios e negros, através da formação de uma junta²⁰⁶. Em 1689, Francisco Berenguer de Andrade²⁰⁷, fazendo algumas “advertências” acerca de particulares da capitania de Pernambuco, denunciou o excessivo número de crimes cometidos por mulatos e mamelucos contra os principais daquela capitania dos quais não tinha rigoroso castigo. Propunha, então, que o juiz sindicante que fosse àquela capitania tivesse, juntamente com os ouvidores de Pernambuco e Paraíba como adjuntos, alçada e pena ordinária para punir os delinquentes. Conclui que seria muito útil se os moradores vissem “pelas estradas as cabeças e quartos destes delinquentes”²⁰⁸.

Consultando este papel, o conselheiro João de Sepúlveda e Matos, que havia servido como ouvidor de Pernambuco, considerou que se devia conceder jurisdição aos ouvidores de Pernambuco para que nos casos de homicídios voluntários e assassinatos cometidos por negros, mulatos, mestiços, mamelucos, índios e caboclos, sentenciassem a final com dois adjuntos e dessem execução das penas sem apelação para a Relação da Bahia, “como se observa no Rio de Janeiro com mais ampla jurisdição”²⁰⁹.

A resolução régia, entretanto, acompanhou o voto do desembargador Valentim Gregório de Resende, decidindo pela manutenção das jurisdições, mas procurando dar maior expedição aos processos ao garantir que os embargos²¹⁰ fossem recebidos apenas pela Relação através dos procuradores dos réus e não ao ouvidor como se fazia, de modo a tornar mais rápida a expedição da sentença. Determinava-se também a emissão da

²⁰⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 11, D. 1059.

²⁰⁷ Francisco Berenguer de Andrade era um rico lavrador de canas que lutou na guerra de restauração contra os holandeses e chegou a ocupar cargos na administração local e postos militares na capitania de Pernambuco no pós-restauração. ACIOLI, 1997, p. 167.

²⁰⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 15, D. 1468.

²⁰⁹ *Idem*.

²¹⁰ Os embargos (ou agravos) se referem ao “recurso feito perante o juiz da causa, pedindo a reforma da sentença, interlocutória ou definitiva”. HESPANHA, 2015, p. 625.

sentença à ouvidoria de Pernambuco para que o ouvidor desse execução à mesma e os crimes tivessem punição nos locais onde eram cometidos²¹¹.

O processo de instalação da Junta do Rio de Janeiro não fica muito claro. O que se pode entender até o momento é que ela surgiu no regimento dos seus ouvidores e a partir de 1716 foi ampliada a “qualidade” dos réus a serem julgados nas mesmas juntas, passando-se a incluir os “negros, mulatos e carijós”, por conta dos muitos delitos praticados por esses indivíduos²¹². Esta junta teria sido o modelo para a criação nas capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

Os ministros adjuntos das Juntas de Justiça poderiam variar consoante os juízes letrados existentes em cada comarca. Em Pernambuco, eram formadas pelo juiz de fora, pelos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco e por mais um ouvidor que tivesse servido nessas ouvidorias, ou nas do sertão, e se encontrasse ali disponível, além do governador, que presidia as sessões e votava em caso de empate²¹³. Em Minas Gerais, a Junta de Justiça foi estabelecida com a presença dos quatro ouvidores das comarcas de Minas, o juiz de fora de Ribeirão do Carmo, o procurador da Coroa e o governador²¹⁴. Devido a dificuldade de reunir todos os ministros, o número foi reduzido para quatro, representados pelo ouvidor de Vila Rica, o juiz de fora de Ribeirão do Carmo e mais dois ministros que estivessem disponíveis²¹⁵.

As sessões da Junta aconteciam na casa do governador e seguiam a seguinte formalidade: o governador sentava-se à cabeceira da mesa e em bancos de espaldar, posicionando-se os ministros em disposição estabelecida na provisão régia. À direita do governador sentava-se o ouvidor de Pernambuco e à sua esquerda, o ouvidor da Paraíba seguido do juiz de fora de Olinda e do ministro que estivesse disponível²¹⁶. Esta disposição revelava a hierarquia dos ministros nas Juntas. O ouvidor de Pernambuco, com lugar à direita do governador, era o juiz relator dos casos. À esquerda estavam os juízes adjuntos, mas a precedência do ouvidor da Paraíba ao juiz de fora e ao ministro disponível também mostra o grau hierárquico existente entre eles.

²¹¹ *Idem*.

²¹² AHU, Códice 233, fl. 93vs-94.

²¹³ LISBOA, Breno, 2017, p. 250.

²¹⁴ OLIVEIRA, Maria Gabriela Souza de, *A força e a pena: a Junta de Vila Rica (1731-1832)*, Tese em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2018, p. 150.

²¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 26.

²¹⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 222, D. 15001.

A Junta de Justiça de Pernambuco tinha jurisdição sobre as comarcas do Ceará, Paraíba, Alagoas e Pernambuco²¹⁷. Podemos entendê-la como uma espécie de tribunal temporário que reuniam ministros de várias partes e destinava-se a julgar os *crimes atrozes* cometidos por *índios*, *bastardos*, *carijós*, *mulatos* e *negros*. Por crimes atrozes entende-se aqueles cometidos com violência, sendo frequentemente acompanhados por ferimentos ou morte, ou ainda os crimes capitais²¹⁸. Os indivíduos a serem sentenciados na Junta apresentavam uma classificação de matriz étnica bastante ampla pois remetia a uma variedade extensa de sujeitos mestiços. Tais denominações poderiam incluir possibilidades muito variáveis de mestiçagem, mas, em geral, *mulatos* eram os descendentes de brancos e negros, *carijós* remetiam aos filhos de índias com negros (também chamados de mestiços) e *bastardos* nesse caso não se aplicava apenas aos filhos ilegítimos, mas à descendência de indígenas miscigenados com brancos ou africanos²¹⁹.

Ao que parece, a identificação dos indivíduos nas categorias étnicas dos réus a serem julgados nas Juntas era feita pelos próprios juízes. Todavia, poderia ser autodeclarado em caso de dúvidas, como fez José Pereira da Silva ao escrivão do crime e cível da cidade de Olinda e da vila do Recife, Francisco Antônio de Brito

Certifico [Francisco Antônio de Brito, escrivão] que fui à grade da enxovia do crime da cadeia deste Recife para poder dar cumprimento ao despacho retro e falando com o réu José Pereira da Silva o achei convescido das bexigas que teve porém *com o rosto em forma que mal pude divisar sua qualidade de branco ou mameluco* porém perguntando-lhe pela sua qualidade *me disse ter casta da terra*²²⁰. (grifos nossos)

²¹⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 64, D. 5445.

²¹⁸ Para o caso de Angola, em 1798, o ouvidor define como crimes atrozes os crimes capitais de traição, Lesa Majestade, homicídio voluntário, furtos com coação, arrombamento, furtos nas estradas com violência, ferimentos feitos pelos escravos aos seus senhores e aqueles insertos nas Ordenações Filipinas, livro 5º, títulos 3, 13, 17, 18, 19, 24, 25, 32, 45, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59 e 66. Completa que “nestes [das Ordenações] porém, que não atacam diretamente a existência e tranquilidade do Estado, ou pública segurança já hoje raras vezes se impõem pena de morte, segundo os princípios mais favoráveis que seguem os mesmos Tribunais Supremos”. AHU, Avulsos, Angola, Cx. 87, D. 61 (14 de abril de 1798), parágrafo 5º.

²¹⁹ RESENDE, Maria Leônia Caves de, «Brasis coloniales: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas», In VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia (Orgs.), *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*, 1ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2007, v. 1, p. 227-229. *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, 1749, p. 483.

²²⁰ Tribunal de Justiça de Pernambuco, Memorial de Justiça, Comarca de Flores, Cx. 317, fl. 4-4vs [Sentença de livramento e absolvição que a seu favor alcançou neste régio Tribunal da Junta das Justiças de Pernambuco Antônio Pereira da Silva réu seguro para se lhe dar baixa nas culpas que lhe resultou da devassa e querela que tirou o juiz ordinário do sertão do Pajeú e Paracatú pela morte acontecida a Clemente Ferreira de Amorim contra o dito juiz daquele julgado como abaixo se declara].

Neste mesmo processo que envolveu o réu José Pereira da Silva, seu pai, Antônio Pereira da Silva, também saiu culpado pela morte feita a Clemente Ferreira de Amorim no sertão do Pajeú, capitania de Pernambuco, e fez petição ao ouvidor de Pernambuco “para justificar ter casta da terra e pertencer por ela o dito livramento ao Tribunal da Junta desta praça”. Para essa justificação, Antônio Pereira apresentou três testemunhas, que sob o juramento aos Santos Evangelhos, disseram que os pais do suplicante eram mamelucos, acrescentando uma delas que ouviu dizer que os mesmos eram “filhos de índios e caboclos de língua geral”²²¹.

Os processos dos presos de todas as comarcas da jurisdição da Junta de Justiça que estivessem contemplados na distinção étnica apresentada deveriam ser remetidos para a vila de Recife. Os presos de crimes de maior gravidade costumavam ser enviados, juntamente com suas culpas formadas, para a cadeia do Recife, que era mais segura. Entretanto, a falta do envio desses papéis, especialmente pelos juízes dos sertões de Pernambuco, acabava por dilatar o tempo dos réus na prisão, onde padeciam pela falta de alimentação e de indumentária, acontecendo inclusive de morrerem no cárcere²²². Por serem, grande parte das vezes, pobres, esses presos contavam apenas com esmolas e com o auxílio das Misericórdias, que além de mantimentos poderiam cuidar também do livramento dos mesmos. Quando faleciam e não tinham bens, os padres não se empenhavam em realizar seus sepultamentos. Nesse caso, “eram forçados os carcereiros a mandá-los atá-los em um pau, pôr nas portas da Igreja, para que o horror daquele espetáculo os obrigue a que lhe deem [os padres] sepultura eclesiástica”²²³.

Diante desses infortúnios, determinou-se que os presos permanecessem nas cadeias das suas comarcas, onde seriam executadas as sentenças proferidas nas juntas²²⁴. Entretanto, parece que a remessa dos presos continuou a ser feita, como se depreende de um precatório do ouvidor da Paraíba para a câmara de Natal, ordenando o envio dos

²²¹ *Idem*, fls. 20, 21-22.

²²² AUC, CA, Cód. 37, fls. 34-36vs.

²²³ AUC, CA, Cód. 37, fl. 36-36vs.

²²⁴ IHGP, Livro Novo 1º da Ouvidoria, fl. 68vs; Fundação Biblioteca Nacional, [ORDEM régia ao capitão da capitania de Pernambuco tratando dos procedimentos necessários para que se remetam presos de outras Ouvidorias para a Junta de Justiça desta capitania]. Lisboa [Portugal]: [s.n.], [26/01/1751]. 3 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_28_42/cmc_ms618_28_42.pdf. Acesso em: 10 fev. 2017.

presos e dos seus livramentos (e na falta desses dos presos apenas) para a cadeia da cidade da Paraíba, de onde seguiriam para a cadeia do Recife²²⁵.

Não sabemos ao certo a frequência de reunião dessas juntas, embora a provisão régia de criação determinasse sua realização anual. Elas se iniciavam mediante convocação do governador de Pernambuco, que enviava aviso aos seus integrantes²²⁶. Referimos neste capítulo, que no ano de 1742, a reunião da Junta de Justiça ocorreu entre os meses de maio a novembro, repetindo-se no mês janeiro do ano seguinte. A fim de evitar a grande demora dos ouvidores da Paraíba na praça de Recife, estipulou-se, por decisão régia de 27 de fevereiro de 1745, que as juntas se realizassem somente uma vez por ano, “quando se não ofereça caso tão urgente, que seja preciso repeti-las no mesmo ano”. Determinou-se, outrossim, que todas as causas fossem sentenciadas no intervalo de 15 dias²²⁷. Para isso fazia-se preciso que o juiz de fora e os ouvidores da Paraíba e de Pernambuco tivessem os autos processados até a final para, depois disso, poderem se formar as juntas²²⁸.

Diante de tal determinação, a atitude do governador de Pernambuco é a de *obedecer pero no cumprir*. Em resposta ao rei, D. Marcos de Noronha argumentou²²⁹:

Antes de o por em execução devo representar a Vossa Majestade que nas Juntas feitas no ano passado houve sessenta e seis criminosos que se sentenciaram como mostro pelas relações dos escrivães (...) e no tempo de quinze dias não é possível sentenciarem-se a imensidade de feitos que se ajuntam (...) estar recorrendo livramentos vinte e oito, e haverem mais dezesseis que ainda o não principiaram além de alguns criminosos que se acham na prisão que vem das capitâneas de fora, e se lhe esperam as devassas.

O turno que corre nestes feitos é irem conclusos ao Juiz Relator, e este depois de os ver mos manda a mim como Presidente da Junta, e depois de eu os ver vão para a mão do Ouvidor da Paraíba, e vistos por este vão para a do Adjunto e depois para a do Juiz de Fora, seguindo-se esta série por todos os Ministros e depois de vistos de faz a Junta, donde saem uns sentenciados outros se mandam fazer perguntas aos réus, e outros com vários acórdãos em segredo.

²²⁵ [Registro de uma precatória geral do Doutor Corregedor desta comarca para se remeterem os presos para a cabeça da comarca, 17 de abril de 1764] in IHGRN, Cartas e Provisões da Câmara de Natal, livro 12 (1760-1762), fls. 63-65.

²²⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 65, D. 5505. No Rio de Janeiro, esta formalidade foi causa de conflitos entre o governador, Luís Vahia Monteiro, e o ouvidor, Manuel da Costa Mimoso. O governador acusava o ouvidor de avisá-lo sobre a realização da Junta, quando quem deveria decidir era ele por ser o presidente. Ver MELLO, Isabele, 2015, p. 127-128.

²²⁷ LISBOA, Breno, 2017, p. 251.

²²⁸ AUC, CA, Cód. 35, nº 51, fl. 32-33.

²²⁹ AUC, CA, Cód. 35, nº 51, fl. 32vs-33.

De muitas destas sentenças se pede vista e vem com embargos, e corre os mais termos como é estilo nos livramentos, a que se lhe não pode faltar de justiça e todos estes processos não é possível caberem em tão limitado tempo. E também é digno de se pôr na presença de Vossa Majestade que se dentro nos dias determinados se não sentenciarem os réus, é de consequência ficarem estes no vexame da prisão, esperando o ano vindouro, padecendo tais misérias que se fazem dignas de compaixão e *se acrescenta o número dos presos na prisão de que resultam arrombamentos dela.*

Além desta razão há outra de que o *ouvidor desta Capitania e o Juiz de fora fazem as audiências em dois dias da semana* donde gastam tempo em ver os feitos, e despachá-los, restando-lhe pouco tempo para o mais expediente da Junta. O ouvidor faz a audiência de manhã e o Juiz de fora de tarde. O ouvidor da Paraíba gasta três e quatro dias em vir a esta Praça, e outros tantos em ir (...) [grifos nossos].

A resposta do governador expõe alguns dos ritos processualísticos que se seguiam nas juntas, como o recebimento dos feitos pelo Juiz Relator, que em geral era o ouvidor de Pernambuco, seguido pelo governador e pelos demais ministros adjuntos. O elevado número de réus, a falta de devassas por parte de alguns que vinham de outras comarcas, a interposição de embargos e recursos e as audiências ordinárias feitas pelo ouvidor e pelo juiz de fora de Pernambuco nos seus juízos faziam impossível o exato cumprimento da determinação régia de reunir a Junta por 15 dias. Nesse último ponto, vale destacar que fica claro a continuidade do expediente da justiça nos juízos de fora e da ouvidoria de Pernambuco mesmo com a realização da Junta.

O calendário das sessões da Junta de Justiça realizada no governo de Luís Corrêa de Sá (1749-1756) mostra que a determinação dos 15 dias não foi de todo cumprida (ver anexo 6). As reuniões aconteceram entre junho e dezembro nos anos de 1751 a 1754, havendo entre 13 e 17 encontros. O governador relata alguns indivíduos que tiveram pena de morte ou de degredo.

A lista dos réus sentenciados na Junta da Justiça de Pernambuco no ano de 1745 apresenta 56 nomes (anexo 7). A maior parte são homens pretos escravos. O mesmo se verificou para os réus provenientes do termo de Mariana julgados na Junta de Justiça de Vila Rica. Maria Gabriela Oliveira localizou 55 escravos, 8 forros e 18 sem informação entre 1731 e 1780²³⁰. Para o ano de 1746 já havia nos livros dos tabeliães e escrivães de Pernambuco 28 réus “de qualidade” correndo livramento para serem sentenciados na próxima Junta de Justiça e mais 16 outros sem livramento iniciado²³¹. As listas desses

²³⁰ OLIVEIRA, Maria Gabriela, 2018, p. 125 e 126.

²³¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 67, D. 5673.

anos de 1745 e 1746 indicam que a maior parte desses réus pertenciam à própria comarca de Pernambuco. Há apenas a indicação de dois provenientes da Paraíba, um do Rio Grande, um de Alagoas e sete do Ceará. Ainda que seja uma amostra pontual dos réus julgados pela Junta, podemos questionar o alcance geográfico da jurisdição da Junta da Justiça de Pernambuco. É possível que o sistema de transporte dos presos ou dos processos tivesse frequência irregular e também que houvesse falhas, por parte dos ouvidores, em enviar as apelações dos processos para a Junta²³².

O governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha, chegou a referir em 1749 que não havia memória de nenhum réu da comarca das Alagoas ter sido julgado na Junta, sendo prática comum os ouvidores dela soltarem os réus de crimes sem parte e darem apelação para a Relação da Bahia naqueles com parte, sendo os mesmos réus indivíduos com a distinção contemplada para serem julgados nas juntas²³³. A razão de haver mais presos do Ceará do que das outras capitanias pode estar ligada com o sistema de troca dos soldados e oficiais da tropa paga daquele presídio, chamada de “muda”, enviados anualmente de Pernambuco por barco²³⁴. Não nos parece incoerente considerar que a embarcação que retornava com os soldados para Pernambuco levasse também alguns presos.

A lista dos réus julgados pela Junta de Justiça também refere os crimes e a punição aplicada. Os crimes mais comuns foram morte, furto e arrombamento de cadeia. As sentenças mais rígidas eram para os crimes de morte. Punir com açoites pelas ruas públicas ou mesmo com a morte natural (forca), não representava somente a aplicação do Direito aos delitos cometidos pelos réus, mas destinava-se também àqueles que assistiam tais punições públicas, visando-se mostrar à multidão que assistia o lado impositivo da justiça do rei.

A bulha ocorrida durante a execução dos réus Eugênio Gomes e José Gomes, conhecido como Cabeleira, permite reconstituir um pouco do ritual das execuções de morte natural sentenciadas pela Junta. Eugênio e José Gomes foram presos na freguesia

²³² Por exemplo, para as apelações dirigidas à Relação da Bahia, dizia o vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, ao ouvidor da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, em 1724, que constava-lhe “por documentos públicos e certidões autênticas que Vossa Mercê tem sentenciado muitas causas sem apelação sendo dos casos mais graves”. DHBNRJ, 1949, vol. 85, p. 181. Este ouvidor, entretanto, dizia-se vítima de maquinações do governador da Paraíba, que o acusou, dentre outras coisas, de não dar apelações nos casos graves. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 405.

²³³ AUC, CA, Cód. 37, fls. 34vs. 35.

²³⁴ GOMES, José Eudes, *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 170.

do Cabo, capitania de Pernambuco, por uma diligência executada pessoalmente pelo juiz de fora e por terem “castas de mulatos” foram sentenciados na Junta de Justiça²³⁵. Ambos foram condenados à pena de morte natural na forca. A execução desta sentença ficava a cargo do juiz de fora na qualidade de juiz executor da Junta, devendo por isto acompanhar e assistir à execução.

A forca, no Recife, ficava localizada no areal em frente ao Forte das Cinco Pontas. Os réus iam acompanhados por oficiais de justiça e uma escolta militar ao som do toque de tambores, além dos padres que exortavam e ajudavam “a bem morrer”. O juiz de fora, com a vara alçada e montado a cavalo, observava à certa distância do patíbulo. Não poderia faltar o “muito grande concurso de gente” a quem os rituais de execução deveriam exercer um efeito pedagógico, ao mostrar as graves consequências aos que cometiam crimes, devendo, destarte, evitar o cometimento de futuros delitos²³⁶.

3.3.1. As Juntas de Justiça da segunda metade do século XVIII

Por alvará de 18 de janeiro de 1765 estabeleceu-se a criação de Juntas de Justiça para todas as partes do Brasil onde houvesse ouvidores²³⁷. O alvará com força de lei que determinava a criação dessas juntas apresenta diferenças quanto às Juntas já existentes nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Estas Juntas destinavam-se a sentenciar crimes atrozes cometidos por índios, mulatos, negros, carijós e bastardos, ou seja, das populações nativa, africana e miscigenada e eram compostas por ministros, bacharéis e governadores. Já as novas Juntas de 1765 seriam formadas pelo ouvidor, como presidente e juiz relator, e mais dois adjuntos ocupados por ministros ou bacharéis de letras na ausência destes e deveriam receber e deferir os recursos que se interpunham dos juízes eclesiásticos. Esse alvará com força de lei de 1765 foi enviado para todas as comarcas do Brasil e percebe-se, pelos avisos de recebimento dos governadores, que chegaram pelo menos em boa parte delas²³⁸. As juntas de justiça criadas

²³⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 156, D. 11235.

²³⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 156, D. 11281.

²³⁷ SILVA, Antonio Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*, Legislação de 1763 a 1774, Lisboa, Typografia Maigrense, 1829, p. 141-142.

²³⁸ Piauí (AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 9, D. 538 e D. 574); Minas Gerais (AHU, Avulsos, Minas Gerais, Cx. 85, D. 57); Pernambuco (AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 103, D. 7989 e D. 8013); Pará (AHU, Avulsos, Pará, Cx. 58, D. 5237); Rio de Janeiro (AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 76, D. 6888); Bahia (AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 154, D. 11754 e Cx. 157, D. 11959); Porto Seguro (AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 155, D. 11838); Goiás (AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 22, D. 1363); Mato Grosso (AHU, Avulsos, Mato Grosso,

pelo alvará de 1765, apesar do nome recebido, não devem ser consideradas como uma ampliação das anteriormente existentes por conta da sua natureza enquanto instância de recurso dos juízos da Coroa, que antes estavam centralizados nos tribunais de Relação da Bahia e do Rio de Janeiro²³⁹.

Na década de 1770, contudo, baixaram-se determinações régias para a criação de novas Juntas de Justiça no Mato Grosso e Minas Gerais, em 1771, e no Piauí e Maranhão, em 1777²⁴⁰. Os textos normativos dessas juntas tinham como base as cartas régias de 1758, enviadas aos governadores do Maranhão e Grão-Pará e do Mato Grosso e Cuiabá, também determinando a criação de Juntas de Justiça²⁴¹. O que diferenciavam as Juntas dos anos de 1770 era que elas ampliavam consideravelmente os tipos de indivíduos e de crimes a serem sentenciados por esses tribunais²⁴². Outrossim, estabelecia que os processos fossem sumários e verbais, dispensando-se para isso as formalidades do Direito, como o número de testemunhas para as devassas, e que não se desse nem apelação nem agravo às sentenças passadas em Junta²⁴³. Essas juntas guardavam bastante semelhança com a que foi instituída em Angola no ano de 1761, tanto pelos crimes e réus que compreendiam, como pelo tipo de processo que se deveria seguir, sumários e sem custas para as partes²⁴⁴. Cabe, por último, também referir que as Juntas de Justiça foram instituídas em 1761 em Moçambique²⁴⁵ e em 1803 na cidade de Macau²⁴⁶.

Cx. 13, D. 765), São Paulo (*Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, 3 ed., São Paulo, Typografia Cardoso Filho, 1913, vol. III, p. 48-51).

²³⁹ AHU, Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 37, D. 6975-6977.

²⁴⁰ Mato Grosso (AHU, Avulsos, Mato Grosso, Cx. 15, D. 944); Minas Gerais (AHU, Avulsos, Minas Gerais, Cx. 101, D. 27), Piauí (AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 9, D. 538) e Maranhão (SILVA, Antonio Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*, Legislação de 1775 a 1790, Lisboa, Typografia Maignrense, 1828, p. 139-140).

²⁴¹ SILVA, Antonio Delgado da, *Suplemento à Collecção da Legislação Portuguesa*, Legislação de 1750 a 1762, Lisboa, Typografia Maignrense, 1842, p. 560-563.

¹⁷⁰ “(...) sejam sentenciados todos os réus que cometerem delitos que por eles mereçam não só as penas arbitrárias mas até a última (...) nos casos de desobediência formal dos soldados, e oficiais aos seus superiores na matéria do Meu Real Serviço, ou sejam Pagos, ou de Auxiliares, e Ordenanças; de deserção dos mesmos soldados, e oficiais; de Sedição; de Rebelião; e de todos os crimes de Lesa Majestade Divina, e Humana; e daqueles, que são contra o Direito Natural, e das Gentes, como Homicídios voluntários, rapinas de salteadores, que grassam nos caminhos; e lugares ermos, infestando-os para impedirem o Comércio Humano, e resistências às Justiças estabelecidas para conservarem a Paz pública; possais fazer apreender, processar, e sentenciar os Réus de tais abomináveis crimes (ou sejam Europeus, ou Americanos, ou ainda Africanos, ou livres ou escravos) (...)”. AHU, Avulsos, Mato Grosso, Cx. 15, D. 944.

²⁴³ *Idem*.

²⁴⁴ AHU, Avulsos, Angola, Cx. 44, D. 74 e SANTOS, Catarina Madeira, *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800)*, Doutorado em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 359.

²⁴⁵ *Boletim do Governo da Província de Moçambique*, nº 5, ano 1817, p. 9-10.

²⁴⁶ SILVA, Antonio Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*, Legislação de 1802 a 1810, Lisboa, Typografia Maignrense, 1826, p. 162-163.

A constituição de juntas ganhou impulso durante a administração pombalina e pode-se compreender a criação das diversas Juntas de Justiça no Brasil como resultado da procura por uma maior dinamização e eficiência da administração. As juntas parecem também corresponder a uma resposta à demanda pela maior rapidez nos negócios da justiça. De certa forma, elas supririam parcialmente a distância dos Tribunais de Relação, possibilitariam maior celeridade nos julgamentos e a execução das penas no próprio local em que eram cometidos os crimes, aproveitando-se, para isso, dos ministros já existentes nas ouvidorias.

A distância física continua, aqui, a ser um fator importante para se analisar a administração da justiça e as Juntas. O ouvidor de Goiás, em 1743, queixava-se que “era impraticável poderem-se remeter [os escravos, mulatos e índios presos] à Relação do estado, por não haver quem se encarregasse de semelhante remessa; e para se fazer leva com soldados, além da grande distância resultava em considerável despesa das rendas públicas”²⁴⁷. O mesmo requeria, um ano antes, a instalação de uma Junta de Justiça, tanto por ser muito necessário devido às razões depois apontadas, como também por ele utilizar o mesmo regimento dos ouvidores do Rio de Janeiro, onde isto estava assegurado²⁴⁸. O governador da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha Brito, quase dez anos mais tarde, relatava os mesmos problemas, acrescentando que nunca se tinham remetido “os desta qualidade [índios, bastardos, carijós, mulatos e negros] para a Relação do estado”. D. Marcos de Noronha, que havia servido anteriormente como governador de Pernambuco, levava consigo a experiência das Juntas de Justiça realizadas nessa capitania e pedia sua instalação naquelas Minas de Goiás²⁴⁹.

Entendemos como Maria Gabriela Oliveira²⁵⁰, que as Juntas de Justiça constituíam, portanto, uma forma de acelerar os processos e de superar os empecilhos geográficos que se colocavam para o acesso aos tribunais de Relação por parte desses grupos, que compunham, em praticamente todas as capitanias, a maioria numérica da população e eram aquelas, segundo os oficiais da administração, os que mais cometiam delitos. Esse tipo de junta, já existente com este nome no Reino em algumas casas senhoriais²⁵¹, foi implementada ainda relativamente cedo no Brasil (começo do século

²⁴⁷ AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 3, D. 222.

²⁴⁸ AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 2, D. 162.

²⁴⁹ AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 10, D. 622.

²⁵⁰ OLIVEIRA, Maria Gabriela, 2018, p. 221.

²⁵¹ LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *A Casa e o Estado do Infantado, 1654-1706*, Lisboa, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 114-140; FARRICA, Fátima, *Poder sobre as periferias. A*

XVIII) e expandiu-se, com modificações, para quase todas as comarcas da América, sendo, outrossim, difundida para outras partes do império²⁵². Questionamos, por fim, se as Juntas de Justiça (principalmente as primeiras, destinadas a índios, bastardos, mulatos, carijós e negros) poderiam representar uma solução normativa que endossava uma construção jurídica da diferença ao criar uma instância judicial direcionada a grupos sociais específicos que, em graus variados, eram considerados como *rústicos*. Acreditamos que esta característica revela a face visível das políticas da diferença no Atlântico português.

3.4. Comunicação política

O envio de uma série de tipologias documentais, como cartas, petições, ordens, alvarás, portarias, etc., entre o centro político das monarquias ibéricas e os territórios a elas associados, foi um dos meios mais eficazes para vencer distâncias²⁵³. Nesse sentido, nas monarquias ibéricas qualquer súdito poderia escrever diretamente ao rei para manifestar algo do seu interesse, como pedir uma mercê, ou fazer uma denúncia. Cada administração possuía um organismo apto a recepcionar esse tipo de documentação. Em Portugal era o Conselho Ultramarino e em Castela o *Consejo de Índias*, os quais elaboravam consultas sobre as matérias expostas ao rei. Situação diversa podia ser encontrada na América inglesa. A comunicação entre a coroa e as colônias britânicas acontecia pelo topo da hierarquia institucional, sendo os governadores um dos principais canais de informação. A nível da comunicação judicial (*legal communication*), o trâmite processual operava de maneira bastante diferente. O *Privy Council*²⁵⁴ não recebia

Casa de Bragança e o governo das terras no Alentejo (1640-1668), Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS, 2001, p. 142-146.

²⁵² Muito recentemente foi defendida uma tese sobre a Junta de Justiça de Vila Rica. Cf. OLIVEIRA, Maria Gabriela Souza de, 2018.

²⁵³ Na esteira desse fluxo documental estabelece-se o conceito de *comunicação política*, compreendido como toda espécie de suporte informacional e de informação concernente ao poder político. Vivo, Felippo de, *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

²⁵⁴ O *Privy Council* fazia parte de um conjunto de conselhos e tribunais existentes na monarquia britânica, consistindo numa espécie de corpo consultivo do monarca sobre matérias administrativas, legislativas e judiciais. A partir do final do século XVII, este conselho passou a receber apelações dos tribunais americanos e também ficou responsável por supervisionar as leis coloniais. BILDER, Mary Sarah, «English settlement and local governance» In GROSSBERG, Michael & TOMNLINS, Christopher L. (ed.), *The Cambridge History of Law in America. Early America (1580-1815)*, vol. I, New York, Cambridge University Press, 2008, p. 88-90; O'CONNOR, Sharon Hamby; BILDER, Mary Sarah, «Appeals to the Privy Council before American Independence: an annotated digital catalogue» In *Law Library Journal*, vol. 104, no.1, 2012, p. 83-97.

apelações de instâncias inferiores ou intermediárias, mas apenas dos tribunais superiores americanos²⁵⁵. Além disso, não era permitido peticionar a esse conselho, nem ao rei, constituindo assim situação distinta daquela encontrada na realidade brasileira²⁵⁶.

Em artigo recente, Mafalda Soares da Cunha, Fernanda Bicalho, António Castro Nunes, Fátima Farrica e Isabele Mello fizeram um balanço do fluxo e das temáticas da comunicação dos ouvidores das capitanias do Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Angola com o Conselho Ultramarino, a partir da documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, comparando com a correspondência recebida pelos magistrados das comarcas/ouvidorias de Vila Viçosa, Évora, Viana, Faro e Ponta Delgada²⁵⁷. O fundo dos documentos avulsos relativo ao ultramar americano apresenta fragilidades para este tipo de abordagem, uma vez que é bastante irregular para alguns anos e décadas, sendo mais confiável, nesse caso, o cômputo da comunicação política a partir dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino. Apesar dos problemas que as fontes apresentam, da qual os autores são cientes, tem-se aí uma primeira tentativa de contabilizar o fluxo comunicacional desses oficiais com a administração central. Uma das conclusões a que chegam os autores é a da existência de uma grande diversidade no comportamento dos fluxos comunicacionais²⁵⁸.

A análise da correspondência recebida pela magistratura territorial periférica das comarcas/ouvidorias do Reino deixa evidente o variado número de emissores das comunicações com os ouvidores e corregedores, situação não encontrada no ultramar, que tinha o Conselho Ultramarino como o interlocutor quase que exclusivo. Um fato que se constata a partir dos dados apresentados pelos autores é a importante comunicação que o

²⁵⁵ ROSS, Richard J., «Legal communications and imperial governance: British North America and Spanish America compared» In GROSSBERG, Michael & TOMNLINS, Christopher L. (ed.), *The Cambridge History of Law in America. Early America (1580-1815)*, vol. I, New York, Cambridge University Press, 2008, p. 118-120. A estrutura judicial reservava à Relação da Bahia e à Casa da Suplicação as últimas instâncias de recurso no Brasil e em Portugal, respectivamente. Contudo, era possível fazer uma petição para tirar um processo que corria num nível inferior ou intermediário, como as ouvidorias de comarca, e transferi-lo para a Relação da Bahia ou para a Casa da Suplicação. Ver exemplos em AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 58, D. 5000; AHU, Avulsos, Bahia-Castro e Almeida, Cx. 114, D. 22393-22394.

²⁵⁶ ROSS, Richard, *Legal communications...*, p. 120.

²⁵⁷ CUNHA, Mafalda Soares da; BICALHO, Maria Fernanda; NUNES, António Castro; FARRICA, Fátima; MELLO, Isabele, «Corregedores, ouvidores-gerais e ouvidores na comunicação política», In FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.), *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017, p. 335-370.

²⁵⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 346.

Desembargo do Paço mantinha com as vilas e cidades do Reino escolhidas para análise, principalmente com as terras régias²⁵⁹.

Ainda não se sabe com minudência como se dava o trâmite de informações entre os tribunais e conselhos existentes em Portugal. Para a área da justiça, temos conhecimento que o Desembargo do Paço ficava responsável pela gestão da magistratura do Reino e do ultramar e que todos os demais assuntos relativos aos domínios do além-mar, inclusive os problemas de administração da justiça, criação de ofícios e nomeação de alguns oficiais menores, passavam pelo Conselho Ultramarino. A consulta à documentação existente no fundo do Desembargo do Paço, depositada na seção da «Repartição da Justiça e Despacho da Mesa» na série chamada «Cascos de Consulta», nos revela algumas dinâmicas institucionais desse tribunal e aponta para uma comunicação indireta do mesmo com o Conselho Ultramarino, através da mediação do rei. Este fundo documental reúne consultas relativas às comarcas do reino e do ultramar. Sobre o último, é possível encontrar petições de magistrados sobre progressão na carreira e sobre nomeações para lugares de letras. No que se refere às consultas que chegam através do Conselho Ultramarino, verificamos a presença de assuntos que são originalmente remetidos para este órgão e que, para a resolução da questão, pede-se o parecer do Desembargo do Paço. Chamou-nos atenção, os pedidos sobre assuntos relativos ao cotidiano da administração da justiça, que, quando observados através dos documentos avulsos do Conselho Ultramarino, a consulta feita ao Desembargo acaba por ficar omitida.

Os documentos presentes na série «Cascos de Consulta», como o próprio nome sugere, são fragmentos. Neles lê-se somente um resumo do assunto («Veja-se no Desembargo do Paço a consulta inclusa do Conselho Ultramarino sobre...») e o parecer da mesa desse tribunal. Um exemplo é a carta escrita pelo ouvidor da Paraíba, em 18 de julho de 1699, para a criação de mais um escrivão na capitania²⁶⁰. Em 3 de setembro do mesmo ano, o rei determina que o ouvidor ouvisse os escrivães da cidade a respeito dessa criação. A resposta do mesmo foi encaminhada em 4 de julho de 1700. O Conselho Ultramarino preparou o parecer para consulta ao rei em 19 de outubro de 1700. A apreciação sobre o assunto foi pedida pelo rei ao Desembargo em 29 de janeiro de 1701²⁶¹

²⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 345, tabela 9.3.

²⁶⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 237.

²⁶¹ ANTT, DP, RJDM, Cascos de Consulta, maço 941.

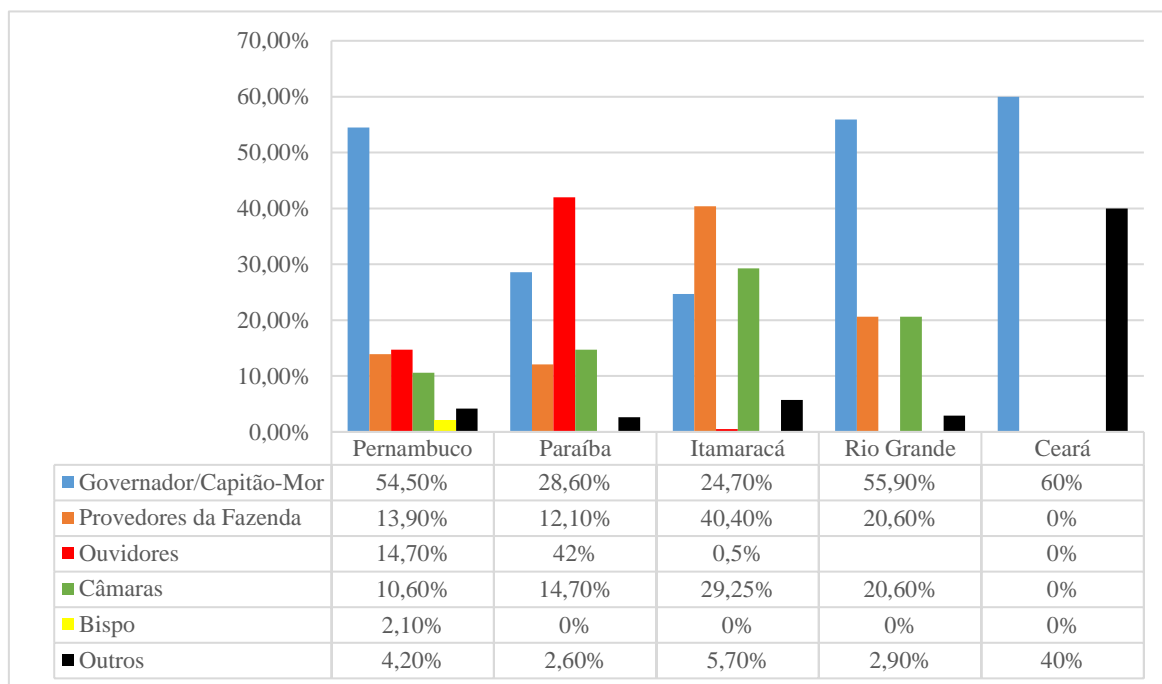
e o despacho régio, emitido em 05 de fevereiro do mesmo ano. O documento final produzido pelo Conselho Ultramarino deixa de fora este nível de comunicação do rei com o Desembargo do Paço para opinar sobre a questão.

O que este fundo dos Cascos de Consulta acaba por mostrar é um certo nível de participação deste tribunal na gestão das conquistas no tocante aos assuntos de justiça que passa despercebido nas fontes produzidas pelo Conselho Ultramarino, gerando a impressão da atuação exclusiva desse conselho na resolução dos assuntos do ultramar. Para perceber melhor essa participação do Desembargo do Paço seria importante um levantamento exaustivo desse fundo, que compreendesse um intervalo de tempo largo para verificar esse comportamento na longa duração.

O Conselho Ultramarino era o principal centro receptor da documentação produzida no ultramar português. Em sua composição encontramos um presidente (marquês ou conde), dois conselheiros de capa e espada (membros da aristocracia terra tenente ou militar) e um conselheiro letrado. Apesar de se valorizar a experiência ultramarina dos letrados e também dos presidentes quando das suas nomeações, é certo que o conhecimento das vicissitudes de todas as partes ultramarinas escapava ao *know-how* dos conselheiros. Uma prática que passou a ser ainda mais frequente no século XVIII foi o pedido de parecer dos oficiais régios locais nos requerimentos que subiam para o Conselho.

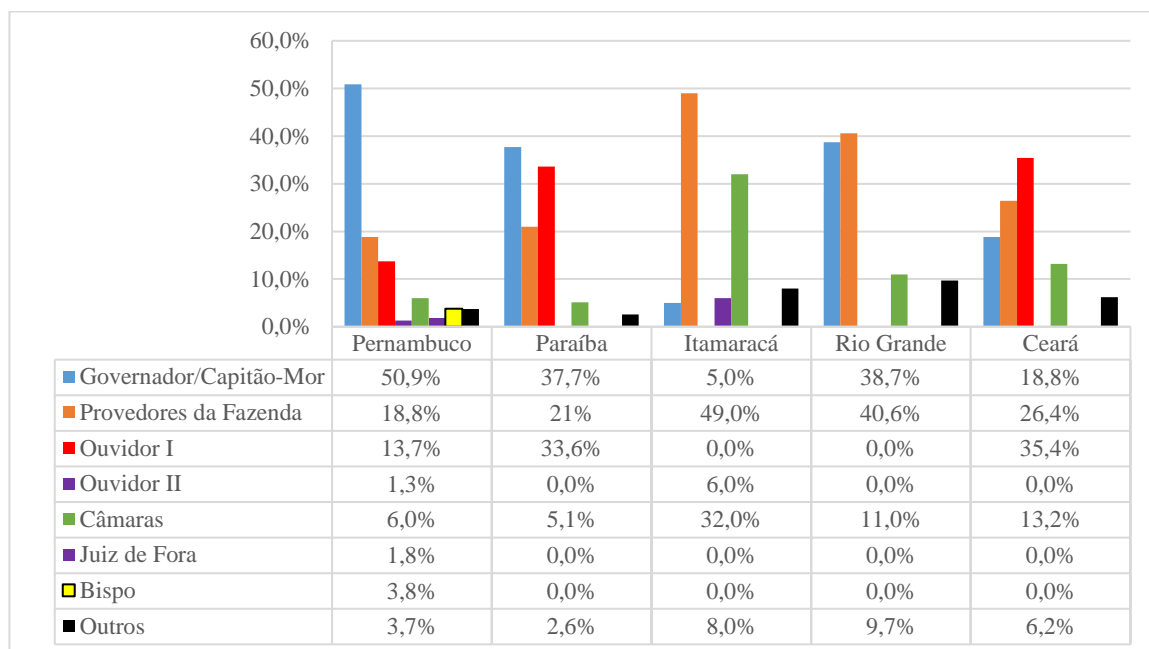
Sobre este assunto tem tratado recentemente Arthur Curvelo para o governo de Pernambuco e demais Capitanias do Norte. Os dados que a seguir reproduzimos mostram a participação de cada agente na comunicação com a Coroa, através do Conselho Ultramarino.

Gráfico 01: Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1650-1699)



Fonte: CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *Governar Pernambuco e as “Capitanias anexas”*: o perfil social, as práticas governativas e o perfil político dos governadores 1654-1756, Tese, Doutorado em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, p. 261.

Gráfico 02: Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1703-1756)



Fonte: CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *Governar Pernambuco e as “Capitanias anexas”: o perfil social, as práticas governativas e o perfil político dos governadores 1654-1756*, Tese, Doutorado em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, p. 262.

Nos interessa aqui, fundamentalmente, os fluxos comunicacionais estabelecidos pelos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco com o Conselho Ultramarino. Estes dados, que foram computados a partir dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino relativos a Pernambuco, os quais incluem também as capitanias da Paraíba, Itamaracá, Rio Grande e Ceará, nos mostram que o ouvidor da Paraíba era um importante interlocutor com a Coroa no interior do seu espaço jurisdicional. Entendemos que o elevado percentual apresentado no recorte temporal de 1650 a 1699 coincide com o período inicial de funcionamento da ouvidoria da Paraíba. A partir de 1688, quando o ouvidor chega efetivamente à capitania, a Coroa passa a contar com mais este interlocutor no espaço. Para além das questões iniciais que envolvem os ajustamentos de jurisdição promovidos pela criação da ouvidoria, os 42% também podem ser explicados por assuntos que antes pertenciam a outras autoridades e que passaram a ser canalizados para este oficial.

O gráfico 2 mostra, por sua vez, um decréscimo na participação do ouvidor na comunicação com a Coroa, com relação ao período anterior, ao passo que o governador da Paraíba ganha maior expressão. Acreditamos que este crescimento está relacionado à própria intensificação da comunicação entre o Reino e as capitanias durante o século XVIII e também à interiorização da ocupação portuguesa na Paraíba. Para melhor explicar

esses dados seria importante o seu cômputo por alguns intervalos de anos, a fim de captar se este aumento é, de fato, um volume constante ou se coincide com algumas conjunturas locais. Seria, outrossim, fundamental saber as matérias sobre as quais estes agentes respondiam. Entretanto, é preciso destacar aqui que o governador e o ouvidor da Paraíba constituíam, numa quase igualdade, para a primeira metade do século XVIII, os dois principais protagonistas da Coroa no espaço da capitania da Paraíba. Se observarmos o que se passa com o governador e o ouvidor de Pernambuco (ouvidor I nos gráficos) percebemos que o primeiro absorve, em disparada, o maior volume das comunicações, não somente em comparação com o ouvidor da comarca de Pernambuco, mas também com os demais oficiais. Isto evidencia, em números, o peso que o ouvidor da Paraíba possuía no espaço da jurisdição da sua comarca, servindo-nos como indícios para se pensar que em áreas periféricas como a Paraíba e o Ceará, os ouvidores pudessem representar o principal protagonismo no interior das relações de poder estabelecidas. Para o Ceará isto fica ainda mais notório em razão do ouvidor também ocupar o cargo de provedor da Fazenda²⁶².

Muito recentemente, o historiador Bruno Chaves vem investigando a comunicação política estabelecida pela Câmara da cidade de Natal, capitania do Rio Grande do Norte, com os poderes que se relacionavam com esta instituição a partir dos livros de Cartas e Provisões, que inclui uma tipologia documental muito diversa, como ordens, alvarás, bandos, mandados, cartas, portarias, provisões. Entre 1702 e 1760, o território com o qual a câmara mais se comunicou foi a capitania da Paraíba (30%). Nesse espaço, o contato mais expressivo estabeleceu-se com ouvidor, em razão da capitania do Rio Grande fazer parte da comarca da Paraíba. Para o período em questão, a câmara de Natal enviou 78 cartas ao ouvidor e recebeu do mesmo 69²⁶³. Ainda não se sabe, entretanto, os assuntos mais comumente tratados e o quanto das cartas enviadas pelo ouvidor correspondem a respostas de cartas escritas pela câmara, porque um olhar geral aponta que o ouvidor é um agente pouco ativo no fluxo comunicacional, atuando mais como um oficial responsivo, pelo menos neste tipo de documentação, que apresenta a

²⁶² Apesar de ser ocupado pelo mesmo magistrado, a distinção entre provedor e ouvidor é preservada nas correspondências.

²⁶³ BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves, «A Câmara de Natal na arquitetura de poderes das Capitânicas do Norte (1701-1759)» In SANTOS, Fabiano Vilça dos; RIBEIRO, Mônica da Silva (Orgs.), *Impérios ibéricos no antigo regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2019. p. 127-155.

limitação de apenas permitir conhecer aquilo que se considerou importante que se registrasse nos livros camarários ou que foi determinado fazer-se.

Um dado final acerca da comunicação política entre a Câmara de Natal e os ouvidores que gostávamos de acrescentar à análise de Bruno Chaves corresponde à identificação do local de onde escrevem os ouvidores. Para nós este é um dado particularmente importante porque funciona como um vetor de informação acerca do deslocamento dos ouvidores pelo território. Pelos livros de Cartas e Provisões da Câmara do Natal de 1702 a 1760, contabilizamos 65 atos comunicativos (61 cartas, 3 mandados e 1 ordem)²⁶⁴. Deste montante, 44 foram assinados na capitania da Paraíba, sendo 42 na Cidade da Paraíba, cabeça da comarca, 1 no Engenho Tibiri, localizado no entorno desta cidade e 1 no Piancó, sertão da capitania e sede do julgado do Piancó, onde o ouvidor efetuava correição. Seis atos comunicativos foram assinados na cidade de Natal, muito provavelmente durante o período de correição do ouvidor, 2 em Recife, 5 em Goiana e 8 sem informação.

Esses dados apontam para a centralidade, já esperada, da Cidade da Paraíba como sede a partir da qual se administrava a justiça ao território da comarca. As correspondências emitidas em Recife, Goiana e Piancó revelam, entretanto, que pelo menos alguns assuntos da administração da justiça chegavam ao conhecimento dos ouvidores quando se ausentavam da Cidade da Paraíba, fosse em correição, como parecem ser os casos do Piancó e de Goiana, fosse durante as sessões de Junta da Justiça, como é provável ser para Recife.

Desta forma, apesar das deslocções do ouvidor dentro e fora da sua comarca, como fizemos referência ao longo deste capítulo, é possível que notícias diversas da câmara de Natal e do julgado do Piancó, e na segunda metade do século XVIII das mais vilas criadas no território da comarca, assim como petições individuais pudessem chegar ao ouvidor fora da Cidade da Paraíba, mas que o despacho das mesmas (ao menos dos assuntos menos urgentes) fosse feito na sede da comarca, onde o ouvidor teria de forma

²⁶⁴ IHGRN, Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, Livro 4 (1702-1707), fls. 29, 41, 67vs, 69, 77vs-78; Livro 5 (1708-1713), fls. 55, 56vs, 60vs-61, 76vs-77, 104; Livro 06 (1713-1720), fls. 23vs, 43vs-44, 47vs-48, 66vs-67, 67, 73-73vs, 101vs-102, 130-130vs, 135-135vs; Livro 07 (1720-1728), fls. 3vs-4vs, 4vs-5, 14vs-15, 54vs, 84; Livro 08 (1738-1743), fls. 9, 15-15vs, 25-25vs, 32vs-33, 33-33vs, 37-37vs, 71vs, 81vs-82, 83, 83vs, 86vs, 90-90vs, 110, 114-114vs, 117vs-118, 124-124vs, 130-130vs, Livro 09 (1743-1754), fls. 20vs-21, 22-22vs, 22vs-23, 57, 57-57vs, 120, 136vs-137, 149vs-150, 158-158vs, 158vs-159, 159, 194vs, 254vs-255, 268, 276; Livro 10 (1755-1760), fls. 29-29vs, 39, 53vs-54, 96-96vs, 104-104vs, 107vs-108, 110-110vs, 117, 158-158vs, 162-162vs. Agradeço a Carmen Alveal e Ana Lunara Morais pela disponibilização desta documentação.

mais acessível os registros da ouvidoria ou da Secretaria de Governo²⁶⁵ para a expedição dos assuntos de justiça.

Neste capítulo procuramos mostrar a formação do aparelho judicial e do espaço jurisdicional da comarca da Paraíba. Tentamos destacar a singularidade dessa comarca, decorrente da sua extensão territorial que se manteve até início do século XIX. A constituição dos quadros materiais e humanos da ouvidoria ocorreu gradualmente. A relativa demora na criação do ofício de escrivão da ouvidoria, cerca de doze anos, exemplifica como o aparelho judicial demorou a formar-se no interior da comarca e, especialmente, na sua cabeça. As cadeias, sempre a precisarem de reparos, as frequentes fugas de presos²⁶⁶, a falta de livros das Ordenações e de uma organização adequada dos arquivos locais, também nos dão ideia de como o aparelho judicial era materialmente frágil e precário. Sobre o quadro de oficiais da ouvidoria, procuramos destacar a participação de negros e índios no funcionamento da justiça e esperamos que futuras pesquisas possam trazer mais dados sobre esse aspecto, pois ele é revelador da presença ativa dessas populações na administração da justiça.

Também procuramos sinalizar como a jurisdição do ouvidor era ambicionada pelos governadores da Paraíba, cujos planos de aumento das rendas da capitania passavam pelo igualamento entre suas jurisdições. Nesse sentido, Itamaracá foi um território bastante cobiçado, tanto pelos governadores da Paraíba, quanto pelos de Pernambuco, apesar de estar reduzida a apenas 7 léguas de costa.

Além disso, Itamaracá era o epicentro de um torvelinho de jurisdições de natureza senhorial e régia que nem sempre estavam bem definidas. A correição realizada pelo ouvidor da Paraíba nessa capitania constitui um desses exemplos. Estando já expressa quando da criação do lugar de ouvidor da Paraíba, os primeiros ouvidores tiveram dificuldade em realizá-la em virtude de a carta de doação e as confirmações da capitania

²⁶⁵ Não se sabe a partir de quando o governo da Capitania da Paraíba passou a possuir uma Secretaria. Luís Vilhena, entretanto, informa que os primeiros livros da secretaria são do tempo de Antônio da Silva Barbosa (1684-1687). VILHENA, Luís dos Santos, *Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas* [1802], Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, Tomo III, p. 841.

²⁶⁶ Ver capítulo 6.

ao donatário e seus herdeiros isentarem-nos do ato de correição, situação esta resolvida somente em 1707. Aliado a isto temos os períodos em que Itamaracá passava para a posse da Coroa e seus ouvidores eram nomeados pelo governador de Pernambuco ou do Estado do Brasil. A depender de suas letras, sua jurisdição poderia se alterar, como alega Antônio Vanguerve Cabral ao dizer que seguia a disposição das Ordenações Filipinas relativas aos corregedores das comarcas.

A disputa pela jurisdição judicial de Itamaracá foi solucionada em 1711 quando se passou a correição do Ceará para a Paraíba, mantendo-lhe também a de Itamaracá, que, para complicar um pouco mais, permaneceu na correição da Paraíba mesmo depois da sua incorporação à Coroa e ao governo de Pernambuco. O território de jurisdição do ouvidor se alargou ainda mais com esta incorporação, que durou até 1723, quando foi criada a ouvidoria do Ceará. A incorporação do Ceará forçou o deslocamento do ouvidor da Paraíba àquela capitania para a realização da correição, que deveria acontecer ao menos uma vez no triênio. Até onde se conseguiu identificar, só houve uma correição feita pelo ouvidor da Paraíba naquela capitania. A viagem e o tempo da correição duraram quase nove meses. Em termos práticos, isto implicava praticamente a paralisação do juízo da ouvidoria, que apesar de ser assumida pelo juiz ordinário, não ficavam claros os limites de jurisdição que este possuía ao substituir o ouvidor.

Acreditamos que as correições à cidade de Natal e à vila de Goiana causavam menos inconveniências dessa natureza em razão do deslocamento ser mais rápido porque também mais perto. Já a correição feita ao julgado do Piancó, distante cerca de 120 léguas da cidade da Paraíba em direção ao interior, deveria comprometer um pouco mais as atividades do juízo da Ouvidoria, mas, em atenuação, só eram realizadas a cada três anos. A partir da década de 1730 uma nova função fez com que o ouvidor se ausentasse anualmente da cabeça da comarca por períodos que poderiam ser bastante dilatados. Trata-se da realização da Junta de Justiça em Pernambuco, na qual servia como juiz adjunto.

A Junta de Justiça consistia numa instância judicial e numa estrutura colegiada destinada a sentenciarem réus de “qualidade”. Sua dimensão jurisdicional, que abrangiam as quatro comarcas das Capitânicas do Norte (Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará) pode ser posta em causa pela lista de réus de 1745 de que fizemos menção. A presença pouco expressiva de presos de outras comarcas nos permite questionar a dinâmica da justiça no espaço dessas capitânicas. A pequena presença de réus das outras comarcas deve-se a uma

questão de transferência de presos? Ou será que as justiças locais deixavam de apelar para a Junta? Ficam as interrogações à maneira de suposições.

Esta possível falta de articulação entre instâncias e espaços judiciais pode também estar na raiz da explicação da pequena arrecadação da dízima da chancelaria da Relação da Bahia. Os valores arrecadados das condenações dos réus pelo tribunal mostram a presença de poucas comarcas, num momento em que a Relação ainda detinha a cobertura jurisdicional de todo o Brasil. A distância aqui, muito presente nos discursos dos administradores (ouvidores, desembargadores, governadores e vice-reis), nos parece ser um problema real, que fica demonstrado nos diversos exemplos que apresentamos.

A questão da distância também está na base da comunicação política estabelecida entre os ouvidores e o Conselho Ultramarino. Ainda que nos falte dados sobre as matérias e o volume por décadas das correspondências emitidas, os dados apresentados revelam a importância dos ouvidores no espaço jurisdicional da capitania e da comarca da Paraíba. Isto aponta para a hipótese de que em comarcas periféricas, como a Paraíba e o Ceará, os ouvidores poderiam assumir o protagonismo político que em outras capitanias cabiam aos governadores, como é o caso de Pernambuco. A participação do ouvidor desta capitania era, proporcionalmente, menos expressiva do que o da Paraíba para a sua respectiva comarca, dado que o governador acabou por ser o principal interlocutor da Coroa nesse espaço.

Outra informação importante remete à comunicação interna entre os ouvidores e a câmara de Natal, pois permite visualizar a frequência de comunicação estabelecida entre esses interlocutores fora dos momentos de presença física dos ouvidores durante os atos de correição, ou de devassas que eventualmente pudessem ser tiradas naquele espaço. Apesar destes dados estarem sendo atualmente explorados por Bruno Chaves, a documentação aponta para uma ação mais responsiva do que a ativa dos ouvidores. Este comportamento também fica evidenciado para os governadores de Pernambuco na comunicação estabelecida com as partes mais distantes do eixo Olinda-Recife. Nesse caso, a ação do governador dava-se, principalmente, através da resposta a cartas e petições das câmaras e de outros oficiais das mesmas ou da expedição de normas de abrangência geral²⁶⁷.

²⁶⁷ CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *Governar Pernambuco e as “Capitanias anexas”: o perfil social, as práticas governativas e o perfil político dos governadores 1654-1756*, Tese, Doutorado em História, Instituto de Ciências Sociais, 2019, capítulo 6.

No caso dos ouvidores, é possível que este comportamento responsivo, manifestado a partir de cartas e demandas colocadas pela câmara de Natal, derivasse tanto da distância existente entre esta cidade e a cabeça da comarca, quanto do próprio caráter da administração da justiça que operava principalmente a partir de um estímulo inicial, que poderia ser uma petição, uma carta ou uma ordem.

No próximo capítulo trataremos do perfil prosopográfico dos ouvidores das comarcas da Paraíba e de Pernambuco. A análise prosopográfica em perspectiva comparada buscará responder se a hierarquia dos espaços judiciais tem reflexos diretos no concurso para esses lugares e também na carreira dos ouvidores nomeados para essas ouvidorias.

CAPÍTULO 4

O perfil sociopolítico dos magistrados das comarcas da Paraíba e de Pernambuco

Através da construção do aparelho judicial nas Capitanias do Norte, observamos que a capitania de Pernambuco apresentou um peso importante nesse espaço. Não obstante ser, na sua origem, uma capitania donatarial, sua importância foi, desde cedo, sentida em termos econômico, populacional e político¹. Do ponto de vista judicial pouco sabemos do período anterior ao da ocupação holandesa, mas é possível que esta proeminência da capitania de Pernambuco possa ter sido representada pela existência de um ouvidor letrado, algo assaz invulgar para a primeira metade do século XVII, e que fica enunciado no Regimento de 1609 da Relação da Bahia².

É em Pernambuco que encontramos o ouvidor letrado de nomeação régia mais antigo que nos foi possível localizar³. O ouvidor de Pernambuco permaneceu como o único letrado no território das Capitanias do Norte até 1687, quando se criou a ouvidoria da Paraíba. Conforme demonstramos no capítulo anterior, a jurisdição do ouvidor da Paraíba cobria parte da jurisdição pertencente à Relação da Bahia, compreendendo as capitanias da Paraíba, Itamaracá e Rio Grande, mantendo-se esta dilatada jurisdição até final do século XVIII. Os lugares de ouvidor das Capitanias do Norte foram criados tendo como modelo o de Pernambuco. Os ouvidores da Paraíba, Alagoas e Ceará receberam o mesmo regimento, ordenado e prós e percalços dos ouvidores de Pernambuco. Portanto, todos eles eram semelhantes desde o ponto de vista formal.

O principal objetivo deste capítulo é identificar as principais características dos ouvidores da Paraíba, verificando se, ou até que ponto, eles acompanham o padrão de

¹ A bibliografia a referir é bastante extensa, mas as várias obras de Evaldo Cabral de Mello desenvolvem todos esses aspectos. Ver principalmente MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda restaurada, Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975; IDEM, *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, 1666-1715*, 2ª ed. Ver., São Paulo, Editora 34, 2003; IDEM, *O bagaço da cana*, São Paulo, Penguin & Companhia das Letras, 2012.

² “Na capitania de Pernambuco, por ser grande a povoação, e de muito comércio, haverá um Ouvidor nomeado por mim; para o que me consultará o Conselho da Índia Letrados aprovados pelo Desembargo do Paço”. Cf. «Regimento da Relação da Casa do Brasil (1609)», In MENDONÇA, Marcos Carneiro de, *Raízes da formação administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, tomo I, p. 391, §24; ASSIS, Virgínia Almoêdo de, *Palavra de rei...Autonomia e subordinação na Capitania de Pernambuco*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 91.

³ Carta de ouvidor da Capitania de Pernambuco a Luís Marques Romano, em 04 de novembro de 1653. ANTT, Chancelaria de D. João IV, liv. 26, fl. 3.

carreira traçado por Nuno Camarinhas para o grupo dos magistrados que serviu no ultramar. A razão de comparar as trajetórias dos ouvidores da Paraíba com os de Pernambuco prende-se a uma interrogação que colocamos e que está ligada a uma equação política que vincula a hierarquia dos territórios e o perfil dos seus governantes. Este aspecto já foi tratado, para os territórios ultramarinos, pelo projeto de investigação *Optima Pars II – A Elites da Sociedade do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99)⁴. Resumidamente, mostrou-se que para os governos das capitanias do Brasil, o peso político dos territórios diferenciava-se através do tipo de governo (governo-geral, governo principal e capitanias subalternas) e do lugar social dos indivíduos que ocupavam estes postos. Também se mostrou que o serviço em alguns lugares dava lastro para a nomeação a um posto mais alto na administração⁵.

Nossa proposta baseia-se na averiguação desta associação no interior do universo da magistratura, utilizando, para tanto, uma escala regional, formada pelas comarcas da Paraíba e de Pernambuco, acrescidas também de comparações com outros lugares de letras do Brasil e do ultramar. Com este propósito, elaboraremos uma análise prosopográfica do grupo de ouvidores da Paraíba e de Pernambuco, recolhendo dados sobre origem geográfica, social, carreiras e obtenção de mercês por remuneração de serviço. Outrossim, exploraremos os concursos para esses lugares de letras, realizados pelo Desembargo do Paço, buscando apreender a existência de possíveis mecanismos utilizados para a escolha dos indigitados. Pretendemos, com isso, avaliar se os lugares de letras no Brasil seguiam a mesma lógica para a nomeação dos governos ou se, ao contrário, a hierarquia dos lugares de letras expressava-se somente através do predicamento das judicaturas (1ª e 2ª entrâncias, correição ordinária, primeiro banco e tribunais de Relação) como apontou Nuno Camarinhas⁶.

⁴ A principal publicação do projeto corresponde ao livro de mesmo nome. MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.), *Optima Pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

⁵ CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII», In MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.), *Optima Pars*, op. cit., p. 191-252.

⁶ CAMARINHAS, Nuno, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, século XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010, p. 266-318.

4.1. O caminho das letras: formação universitária, concursos e exames⁷

O crescente interesse da historiografia luso-brasileira pelo grupo dos magistrados já nos confere um sólido conhecimento a respeito da sua formação e das carreiras que assumiam após a passagem pela Universidade de Coimbra⁸. Diante de considerável bibliografia, nos restringiremos apenas a expor os pontos mais relevantes sobre a formação dos ministros que elegemos como fundamentais para a discussão.

A Universidade de Coimbra canalizava a formação de todos os bacharéis, pois permaneceu, até o final do século XVIII, como a única instituição com curso de Direito em todo o reino e império. A passagem por Coimbra tornava-se, dessa forma, obrigatória a todos os bacharéis. A formação em Direito permitia duas possibilidades: Cânones ou Leis. A primeira opção geralmente era a preferida pelos estudantes e uma das causas radicava nas maiores chances de atuação na prática judicial, porque permitia a ocupação de cargos seculares e eclesiásticos⁹. Esta tendência confirma-se também para o caso da Paraíba e de Pernambuco (ver anexo 8). Todavia, a tabela abaixo mostra um comportamento diferente para as comarcas de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

⁷ Resultados parciais da investigação feita para este capítulo foram publicados em PAIVA, Yamê Galdino de, «Ouvidores e administração da justiça no Brasil colonial. O caso da comarca da Capitania da Paraíba (c.a. 1687-c.a.1799)», In *Revista Jurídica*, Universidad Autónoma de Madrid, nº 33, 2016, p. 79-95.

⁸ Ver principalmente as diversas publicações de Nuno Camarinhas e José Subtil a propósito do grupo da magistratura no Reino e ultramar, os trabalhos de Stuart Schwartz, Maria José Wehling e Arno Wehling, Isabele Mello e Maria Eliza Souza, que seguem uma abordagem prosopográfica para o Brasil e de Joana Estorninho de Almeida e Fernando Taveira da Fonseca direcionado aos estudantes da Universidade de Coimbra. Cf. CAMARINHAS, Nuno, 2010; SUBTIL, José, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1996; IDEM; «O protagonismo dos professores e dos graduados», In *História da Universidade em Portugal*, vol. 1, tomo II (1537-1771), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Universidade de Coimbra, 1997, p. 943-964; SCHWARTZ, Stuart, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Bahia e seus juízes, 1609-1751*, São Paulo, Perspectiva, 1979; WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, *Direito e Justiça no Brasil colonial. O tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*, Rio de Janeiro, Renovar, 2004; MELLO, Isabele de Matos Pereira de, *Magistrados a serviço do rei: os ouvidores-gerais e a administração da justiça na comarca do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015; SOUZA, Maria Eliza de Campos, *Ouvidores de comarca na capitania de Minas Gerais no século XVIII (1711-1808): origens sociais, remuneração de serviços, trajetórias e mobilidade social pelo “caminho das letras”*, Tese de doutoramento em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012; ALMEIDA, Joana Estorninho de, *A forja dos homens. Estudos jurídicos e lugares de poder no século XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004; FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1995.

⁹ ALMEIDA, Joana, 2004, p. 42, 46-47; FONSECA, Fernando, 1995, p. 126-136.

Tabela 05: Formação em Direito dos ouvidores das comarcas da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro

Formação	Paraíba (1687-1799)	Pernambuco (1687-1799)	Ceará (1723-1801)	Minas Gerais (1711-1808)	Rio de Janeiro (1710-1790)
Cânones	77%	65%	77%	38,2%	50%
Leis	23%	35%	23%	61,8%	50%
Total de ouvidores	22	26	13	68	22

Fonte: Os dados da Paraíba e de Pernambuco fazem parte da nossa base de dados e foram predominantemente retirados das Leituras de Bacharéis. As informações das demais comarcas pertencem aos seguintes trabalhos: Ceará: Adaptado de CARVALHO, Reinaldo Forte, *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2015, pp. 191-192. Rio de Janeiro: Adaptado de MELLO, Isabele Matos Pereira de, *Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores-gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015, p. 34. Minas Gerais: Adaptado de SOUZA, Maria Elisa Campos, *Ouvidores de comarcas na capitania de Minas Gerais no século XVIII (1711-1808)*, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, p. 107.

Para entender melhor os dados relativos ao Rio de Janeiro e Minas Gerais seria importante verificar se há uma concentração de formados em leis para o final do século XVIII, pois esta é uma tendência que se verifica para os juízes do reino e do império a partir da década de 1770¹⁰. Este período coincide com os Novos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), que valorizavam o Direito pátrio, tendo sido um momento de crescimento dos matriculados em leis. Para Minas, Maria Eliza Souza vê uma preferência laica nas comarcas dessa capitania¹¹. Entretanto, parece-nos difícil assegurar uma escolha nas nomeações baseadas no parâmetro da formação jurídica. Acreditamos, como viremos a expor, que outros critérios serão mais importantes na escolha dos ministros.

O início da vida universitária ocorria com a frequência na cadeira de *Instituta*, correspondente ao primeiro ano. A conclusão media-se através dos cursos, ou anos letivos, frequentados e finalizava com os atos, que conferiam diferentes graus. Seis anos no curso de Direito e lição de ponto de 24 horas davam acesso ao grau de *bacharel formado*. Era possível permanecer mais tempo na universidade para obter o grau de *licenciado* e de *doutor*. Todavia, a maior parte dos estudantes de Coimbra finalizavam seus estudos com o grau de bacharel, pois os demais, especialmente o de doutorado,

¹⁰ Ver os dados apresentados por FONSECA, Fernando, 1995, p. 128 e CAMARINHAS, Nuno, 2010, p. 240.

¹¹ SOUZA, Maria Eliza Campos, 2012, p. 106-107.

consistiam em títulos honoríficos que eram pré-requisitos para ocupar um lugar de lente na universidade¹². Para a nossa amostra, apenas localizamos um licenciado e dois doutores¹³.

Através dos anos de matrícula na disciplina de *Instituta*, pode-se observar que mesmo não tendo sido colegas de aula, a proximidade entre as matrículas leva a crer que vários dos ouvidores que serviram na Paraíba e em Pernambuco se conheceram na Universidade. Este é um dos indicadores que evidenciam o caráter endógeno da magistratura, que fica reforçado em outros momentos, como os atos de formatura, nos quais participa um padrinho, que comumente era um lente ou um ministro.

Aos 28 de fevereiro de 699 na sala da universidade estando presente o Doutor Roque Ribeiro de Abreu padrinho neste auto; e os desembargadores DD^{res} lentes juristas em presença de todos leu Jerônimo Correia do Amaral natural de Vila Real a sua lição de ponto que lhe foi assinada em que lhe argumentaram os doutores seus Mestres; e votaram fechadas as portas sobre a penitência e por AA e RR e regulados os votos não foi penitenciado e foi por todos aprovado *nemine discrepante* [por unanimidade]. Bernardo (?) Correa o escreveu¹⁴.

Roque Ribeiro de Abreu, padrinho de Jerônimo Correia do Amaral, teve uma carreira que chegou a alcançar a Casa da Suplicação e o Tribunal do Santo Ofício¹⁵. Isto acabava por reforçar os laços entre a magistratura, que embora fique subjacente em diversas circunstâncias, nem sempre é fácil ser detetada.

A obtenção de um grau de bacharel acarretava custos consideráveis, que passavam pelo deslocamento e acomodações em Coimbra para os não naturais da cidade, pagamento das propinas e aquisição de livros e indumentária dos estudantes. Tais gastos tornavam-se mais vultosos para os estudantes do ultramar¹⁶. Tratava-se, portanto, de um elevado

¹² FONSECA, Fernando, 1995, p. 56-65.

¹³ O licenciado é Inácio de Moraes Sarmento (Pernambuco) e os doutores são Gregório José da Silva Coutinho (Paraíba) e José de Lima Castro (Pernambuco). BNP, Códices 10856, 10857, 10858; AUC, Matrículas e exames [Gregório José da Silva Coutinho].

¹⁴ AUC, Atos e Graus, 1698-1701, vol. 50, fl. 30vs.

¹⁵ *Memorial de Ministros*, 2017, vol. 2, p. 1550-1551.

¹⁶ Russell-Wood exemplifica alguns desses gastos através da correspondência do estudante Antônio Álvares Pereira, natural da Bahia, com o pai, em finais do século XVII. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R., «Educação universitária no Império português: relato de um caso Luso-Brasileiro do século dezessete», In *STVDIA* (Separata), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º. 36, julho 1973, p. 7-38.

investimento, sendo o serviço nos lugares de letras um dos principais retornos almejados, embora houvesse também outras vias possíveis, como o exercício da advocacia.

Depois de concluído o curso de Coimbra, os bacharéis que desejassem iniciar uma carreira de letras deveriam realizar o exame no Desembargo do Paço, chamado Leitura de Bacharéis. O exame em si constitui a última fase de várias etapas que inclui o requerimento pessoal, o envio das informações gerais dos bacharéis ao Desembargo do Paço¹⁷, a certidão de prática nos auditórios do Reino (um ano para letrados e dois para canonistas), a realização das provanças de limpeza mecânica e de sangue, por fim, o exame propriamente dito, que versava sobre a avaliação de uma lição de Direito sorteada no dia anterior. Correspondia a um processo demorado e dispendioso decorrente do baixo ritmo de realização dos exames e dos tempo e custos da realização das inquirições de limpeza de sangue e falta de mecânica¹⁸. A realização do exame em Lisboa também aumentava os gastos daqueles que não moravam na cidade ou no seu entorno¹⁹.

A etapa seguinte correspondia à concorrência aos lugares de letras vacantes. Trata-se de um aspecto da seleção dos indivíduos que ingressavam no aparelho judicial ainda pouco explorado²⁰. Procurando compreender melhor os critérios de seleção e de hierarquização dos opositores aos cargos, acedemos à documentação referente aos concursos para lugares de letras. Para a Paraíba identificamos 12 concursos e para Pernambuco 8 (ver anexo 9).

¹⁷ “Senhor. Pela provisão junta me manda Vossa Majestade lhe remeta as informações do bacharel António Ferreira Gil, provendo o livro das informações gerais, nele achei o assento do teor seguinte. António Ferreira Gil filho de Manuel Ferreira Gil de Lisboa = bom estudante = formado na faculdade de cânones no ano de mil e setecentos e vinte e nove para trinta e não se continha mais no dito assento a que me reporto. Coimbra 13 de setembro de 1730. Francisco Marques de Andrada e Silva a escrevi // Francisco Carneiro de Figueiredo – reitor”. ANTT, DP, RJDM, Informação dos Bacharéis, Maço 1798.

¹⁸ Para o caso dos estudantes do ultramar, poder-se-ia amparar no princípio da Pátria Comum e solicitar que sua inquirição fosse realizada em alguma parte do Reino. “Senhor. Por carta do Secretário de Estado se serviu Vossa Majestade mandar que vendo-se nesta Mesa uma petição do bacharel Domingos Monteiro da Rocha (...) na qual representava ele suplicante feito depósito para se lhe tirarem as suas inquirições se passaram ordens para se lhe tirarem as inquirições aos Ministros deste Reino, e só se não tinham feito pelo que respeitava a ele suplicante, de sua mãe e avó materna por pertencerem essas ao Reino de Angola; e porque pela distância de se lhe irem lá tirar, se lhe seguia grave prejuízo na demora. Pedia a Vossa Majestade lhe fizesse mercê dispensar com ele Suplicante para que nesta Corte, como pátria *comum* se lhe tirassem as inquirições pelo que respeitava somente à naturalidade dele suplicante, de sua mãe e avó materna, cuja graça tinha Vossa Majestade em semelhante caso praticado com muitos bacharéis” (ANTT, RJDM, DP, LB, letra D, mç. 6, n.º 39, fl. 15, grifos nossos).

¹⁹ CAMARINHAS, Nuno, 2010, p. 253-SUBTIL, José, 2011, p. 298-304; HOMEM, António Pedro Barbas, 2003, pp. 539-543

²⁰ José Subtil e Nuno Camarinhas trataram dessa questão. Cf. SUBTIL, 2011, p. 274-276; CAMARINHAS, 2010, 264-266.

4.1.2. Concursos para lugares de letras

Desde 1653, o Desembargo do Paço ficou responsável pela escolha dos ministros para os lugares de letras²¹. O provimento dos lugares processava-se por meio de concursos, que ocorriam através da elaboração de uma lista (tríplice ou com mais candidatos) pela Mesa do Desembargo. Os opositores aos concursos eram dispostos hierarquicamente pela Mesa, podendo também os desembargadores que não concordavam com a escolha ou a disposição dos bacharéis feitas pela Mesa apresentar sua própria lista.

As listas continham basicamente a data e a classificação na leitura de bacharéis, os lugares servidos e se deram boa residência. A avaliação do exame feito pelo Desembargo revelou-se num dos principais critérios utilizados pelo tribunal para a escolha e colocação dos ministros, segundo José Subtil. Isto encontra respaldo nos concursos localizados para Paraíba e Pernambuco. Em muitos casos, o opositor com melhor avaliação na Leitura aparece em primeiro lugar. Mas esse critério conjugava-se com outros, como a antiguidade na carreira e a promessa de alguma mercê.

António Barbas Homem esclarece que desde meados do século XVII os concursos eram abertos de acordo com hierarquia dos lugares, iniciando pelos de primeiro banco e seguindo até os de menor importância, como os juizados de fora²². O decreto de 23 de outubro de 1759 trouxe, entretanto, modificações quanto ao processo de abertura dos editais para o provimento dos lugares de justiça. Ao invés de “se mandar abrir um concurso geral para todos os lugares vagos”²³, os editais passaram a ser publicados à medida que os lugares fossem vagando. Mantinha-se, contudo, a sequência da prioridade das entrâncias²⁴: lugares de primeiro banco, depois de segunda entrância e por último de primeira entrância.

Todavia, é preciso verificar o alcance desta resolução, especialmente para os lugares do ultramar. Um rápido olhar pela documentação é suficiente para perceber que

²¹ Este item constituiu um ponto de disputa de jurisdição entre o Desembargo do Paço e o recém-criado Conselho Ultramarino, estabelecendo-se, em 1653, que os provimentos dos ministros para os lugares de letras deveriam correr pelo Desembargo do Paço. AHU, Códice 15, fl. 75.

²² CAMARINHAS, Nuno, 2010, p. 265.

²³ HOMEM, António, 2003, p. 546.

²⁴ Os lugares de primeira entrância eram aqueles exercidos em vilas que não correspondiam a cabeça de comarca. Os de segunda entrância, por sua vez, correspondiam aos cargos exercidos em cidades e vilas de cabeça de comarca.

a periodicidade nem sempre se confirmou. Há momentos em que os editais se acumulavam, apresentando, às vezes, apenas a diferença de alguns meses entre uns e outros.

Quadro 04: Alguns concursos de lugares de letras no Brasil, século XVIII

Data do concurso*	Lugares de letras
09/05/1714	Ouvidor do Maranhão Ouvidor do Rio das Mortes Ouvidor de Ouro Preto Ouvidor das Alagoas Ouvidor de Sergipe del Rei Ouvidor de Pernambuco Ouvidor da Paraíba
19/04/1747	Ouvidor de Pernambuco
11/12/1747	Ouvidor do Piauí Ouvidor de São Paulo Ouvidor de Ouro Preto Ouvidor do Sabará Ouvidor do Paranaguá Ouvidor da Alagoas Ouvidor do Espírito Santo Ouvidor de Sergipe del Rei Intendente do Ouro de Goiás Intendente do Ouro de Cuiabá Ouvidor da Paraíba
11/04/1750	Ouvidor Goiás Ouvidor Pará Ouvidor da Bahia da Parte do Sul
14/04/1750	Ouvidor do Maranhão
15/04/1750	Ouvidor Rio das Mortes Intendente das Minas do Sabará
14/05/1751	Ouvidor do Piauí Ouvidor do Ceará Intendente das Minas do Cuiabá Ouvidor de São Paulo Ouvidor do Espírito Santo
04/06/1760	Ouvidor do crime da cidade da Bahia Ouvidor da Ilha de Santa Catarina Ouvidor de São Paulo Ouvidor da cidade da Bahia Ouvidor de Sergipe del Rei Intendente do Ouro de Goiás

*Consideramos aqui a data da elaboração das listas com os opositores.

Fonte: ANTT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Maços 1897, 1907, 1908, 1911

Pelos exemplos acima percebe-se que os editais para os lugares de letras no Brasil poderiam, ao menos em alguns anos, abrir muito próximos uns dos outros ou de uma só

vez. O impacto prático disto mostrava-se na demora para a ida dos sucessores e o inevitável prolongamento dos triênios ou sexênios daqueles que lá serviam. Entretanto, os concursos mencionados e outros que consultamos permitem entrever algumas dinâmicas desses eventos. É habitual encontrarmos o mesmo bacharel concorrendo a vários lugares diferentes, que poderiam ser tanto ultramarinos quanto do Reino. Dois exemplo de cada uma dessas ocorrências são os que se passaram com José Lima de Castro e Francisco Pereira. O primeiro foi nomeado ouvidor de Pernambuco, em 1715, mas chegou a concorrer, nos concursos realizados em 1714, além do de Pernambuco, a ouvidor da Paraíba, do Maranhão, do Rio das Mortes e de Ouro Preto (capitania de Minas Gerais)²⁵. Francisco Pereira, por sua vez, na mesma altura em que disputou o lugar de ouvidor da Paraíba, para o qual foi nomeado, também concorreu ao de juiz de fora de Benavente, Aldeia Galega, Sesimbra e Penela, todos no Reino²⁶.

Apenas uma investigação mais exaustiva dos concursos, incluindo judicaturas do Reino e do ultramar, será capaz de esclarecer o processo envolvendo sua abertura, elaboração das listas e nomeação dos indigitados. António Barbas Homem refere que os magistrados deveriam esperar pela chamada do Desembargo do Paço para uma nova nomeação²⁷. Este tribunal tinha algum controle sobre os lugares que vagavam à medida que eram (ou deveriam ser) os ministros a indicar a aproximação do fim do seu tempo e pedir o envio de um sucessor, conjugado ao pedido de residência. Todavia, os casos que consultamos nos levam a acreditar que eram os próprios magistrados os principais responsáveis pelo pedido de habilitação a novos lugares de letras.

Nesse sentido, um exemplo é o do serviço “forçado” no ultramar, que ocorria aos *dispensados*, ou seja, aos bacharéis que foram perdoados pela mecânica dos pais ou avós. Em 1738, a Mesa do Desembargo propôs três nomes para ocupar o cargo de ouvidor de Cabo Verde, tendo em comum o fato de serem todos dispensados. No despacho ficou registrado: “E não propõem a Mesa para este lugar a Vossa Majestade bacharel dispensados com um lugar servido por não haver quem o peça com este requisito, nem para os obrigar se sabe deles”²⁸.

²⁵ ANTT, DP, RJDM, Maço 1897.

²⁶ Idem.

²⁷ HOMEM, António, 2003, p. 546.

²⁸ ANTT, DP, RJDM, Maço 1904.

Cabo Verde, juntamente com o Maranhão e o Piauí, no Brasil, constituíam alguns dos principais destinos dos dispensados²⁹. As ouvidorias de Cabo Verde e de São Tomé eram dois lugares onde com mais frequência faltavam bacharéis que se habilitassem a servi-los, ou apareciam indivíduos sem nenhum lugar anterior. No concurso de 1702 para ouvidor de Cabo Verde apenas se apresentou Manuel de Azevedo Soares³⁰. O concurso de 1743 para ouvidor de São Tomé não teve efeito porque os opositores não tinham servido outras judicaturas³¹. No de 1721 apareceram apenas dois interessados, ao que diz a Mesa do Desembargo do Paço:

E propõem a Mesa a Vossa Majestade estes sujeitos sem embargo de não terem servido lugar algum, porque *estando posto o edital por muito tempo para o provimento deste lugar não houve mais opositores que os dois* que a Mesa propõem em primeiro e em segundo lugar, e pedir a necessidade provesse logo esta ocupação por estar aquela Ilha muitos tempos sem ouvidor, e ser este lá necessário para se cobrar o que se deve à Fazenda Real de Vossa Majestade como se representou a Vossa Majestade por consulta do Conselho Ultramarino (grifo nosso)³².

Em 1723 procedeu-se um concurso para Cabo Verde, para o qual só houve opositor sem lugar servido, ao que responde a Mesa que

será muito conveniente ao Real Serviço de Sua Majestade esperar mais algum tempo para que se ofereça algum outro bacharel com lugar servido, do que mandar este ou outro que não tenha servido, *maiormente quando este lugar tem ascenso para Desembargador da Relação da Bahia*; e será mais tolerável a falta de ouvidor naquela terra por alguns meses do que mandar um Ministro sem experiência nem prática alguma³³. (grifo nosso)

Nesse caso, os desembargadores Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, Miguel Fernandes de Andrade, Sebastião da Costa e o Duque Presidente sugeriram e votaram o nome de Manuel do Monte Fogaça

sem embargo de que ele não pede este lugar, mas porque entendem que desempenhará o Real Serviço de Vossa Majestade, que sendo *servido o poderá convidar com o prêmio de servir na Bahia para donde tem ascenso*, três anos somente, *ou outro qualquer prêmio* que Vossa Majestade for servido dar-lhe e concorda a Mesa toda neste mesmo

²⁹ CAMRINHAS, Nuno, 2010, p. 251.

³⁰ ANTT, DP, RJDM, Maço 1892.

³¹ ANTT, DP, RJDM, Maço 1905.

³² ANTT, DP, RJDM, Maço 1875.

³³ ANTT, DP, RJDM, Maço 1875.

parecer *quando este bacharel se acomode a aceitar este lugar*³⁴. (grifos nossos)

Manuel do Monte Fogaça já havia concorrido em 1716 ao mesmo lugar e esta informação poderia ter ficado, de algum modo, registrada e com base nela ter sido proposto o seu nome³⁵. Acompanhando a trajetória do ministro, percebe-se que ele se escusou de servir em Cabo Verde, seguindo, em 1725, para a ouvidoria de Pernambuco³⁶.

Os documentos consultados e aqueles aqui selecionados dão algumas pistas sobre os procedimentos assumidos pelo Desembargo para a seleção dos magistrados aos lugares de letras. Nota-se que a vacância destes tornava-se pública mediante a divulgação de editais e que os bacharéis concorriam aos cargos do seu interesse, ou compatíveis com o seu estágio na carreira. A escolha múltipla era uma maneira de garantir maiores chances de nomeação. Uma vez encerrado o tempo de apresentação dos papéis, poder-se-ia, ainda, concorrer interpondo-se uma petição ao Desembargo³⁷.

A colocação de cada um dos pleiteantes não fica, todavia, muito claro. A classificação obtida na Universidade e, especialmente, na Leitura de Bacharéis, consistia num dado importante e, em alguns concursos, consegue-se perceber que a colocação dos opositores está consoante sua avaliação. Os lugares servidos e as residências são também informações constantes, pois tratam da “folha de serviço” dos magistrados. Apesar de isto constituir fatores sempre presentes nas seleções, outros nos escapam e podem estar ligados a redes de contatos existentes no interior da magistratura. Não nos foi possível apontar diretamente um caso nesse sentido, mas ela existia de forma subjacente, sendo referenciada também por alguns autores³⁸.

Esse universo relacional dos contatos familiares e pessoais fica bem expresso em fontes epistolares, que muito falta para a magistratura. Um pequeno adendo a esta questão parece importante para demonstrar como este aspecto poderia promover implicações de

³⁴ Idem.

³⁵ ANTT, DP, RJDM, Maço 1898.

³⁶ ANTT, CHR, D. João V, liv. 65, fl. 244.

³⁷ Consulta para Desembargador da Relação da Bahia (1738), para Corregedor das Ilhas (1714) e para juiz de fora de Olinda (1752). ANTT, DP, RJDM, Maço 1875 e 1897, Ministério do Reino, Consultas do Desembargo do Paço, Maço 333, Caixa 446, respectivamente.

³⁸ António Barbas Homem menciona que o sigilo dos procedimentos dos concursos aliado a uma possível influência de “padrinhos” estava na base de denúncias contidas na literatura política do Antigo Regime. Além disso, Russell-Wood, ao analisar as cartas do jovem estudante de direito, natural da Bahia, ao pai, relata a importância desta rede de contatos para “ter êxito na Universidade e da necessidade de ter Mecenas para conseguir uma boa recomendação ao rei e a nomeação régia para algum posto na hierarquia eclesiástica ou burocrática”. Cf. HOMEM, António, 2003, p. 545; RUSSELL-WOOD, 1973, p. 31.

ordem prática no bom convívio e na colaboração entre os oficiais da administração, fosse para fins privados ou para a governação. Um livro de cartas e respostas do governador da Paraíba, Francisco de Abreu Pereira (1700-1703), descortina algumas dessas relações e é capaz de mostrar como esses conhecimentos tinham importância nas práticas administrativas. Destacamos aqui apenas um trecho de uma carta escrita pelo ouvidor de Pernambuco, Inácio de Moraes Sarmento ao referido governador.

Senhor Francisco de Abreu Pereira meu Senhor. Depois que soube as razões que Vossa Mercê tinha com o Senhor Doutor Baltazar Pereira e com o Senhor Doutor Gonçalo Mendes de Brito [irmão do governador] com quem meus tios André de Moraes Sarmento e Bento da Cunha Malheiro se trataram sempre com a particular amizade que eu tive na Universidade com o dito Doutor Baltazar Pereira desejei sempre muito ocasiões de me oferecer no serviço de Vossa Mercê e agora faço particular estimação do que me ofereço a minha fortuna para me poder ir lançar aos seus pés e a eles merecer-lhe os seus favores (...) ³⁹.

Não encontramos razões para não achar que a força do patrocínio e do favorecimento não pudesse influenciar algumas nomeações da magistratura. O sentido do préstimo e dos favores estava na matriz da sociedade portuguesa de Antigo Regime, sendo este um dos motores da economia de mercês ⁴⁰.

Além disso, a dinâmica dos concursos admitia outras situações, como a possibilidade de dispensa de uma nomeação para concorrer a outro lugar, de declinar a mercê de um lugar proposto (aparentemente o caso do Manuel Fogaça), de ser nomeado para lugares não solicitados ⁴¹, da nomeação compulsória, como ocorria a alguns

³⁹ ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1797, fl. 58vs. Este manuscrito se encontra atualmente em fase de transcrição para publicação.

⁴⁰ GANDELMAN, Luciana. «"As mercês são cadeias que se não rompem": liberalidade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português», *In*, SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista Bicalho; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs.), *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*, Rio de Janeiro, MAUAD, 2005, p. 109-126.

⁴¹ Jorge Salter de Mendonça para a Paraíba e Bento da Silva Ramalho e João Bernardo Gonzaga para Pernambuco (ver anexo 9). É provável que, para esses casos, houvesse alguma indicação por parte dos próprios bacharéis, como fica perceptível no pedido feito por Antônio Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem, futuro ouvidor de Pernambuco. “Senhora. Diz o Bacharel Antônio Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem, da Vila de Mirandela, comarca de Moncorvo, que ele se habilitou para os lugares de letras, lendo no Desembargo do Paço em 7 de setembro de 1779 = e como se acham a concurso alguns lugares da Coroa, recorre a Vossa Majestade para haver de ser despachado em o lugar de juiz de fora do Porto, ou de juiz de fora de Coimbra ou em juiz de fora de Lamego, ou da Cidade de Mariana, funda-se o suplicante para pedir um lugar de segunda entrância em ser filho de Martinho Teixeira Homem Desembargador da Relação do Porto que serve a Vossa Majestade há mais de 50 anos. *Pede a Vossa Majestade se digne o despachar o suplicante em um dos lugares ou em outro qualquer dos que se acham a concurso* atendendo a ser filho de um Desembargador” (grifos nossos). ANTT, DP, LB, letra A, maço 42, nº 20.

dispensados⁴² e do privilégio que os filhos de ministros tinham nas nomeações (“porque sempre os filhos dos Ministros tiveram preferência aos mais nos lugares a que estiveram a caber”⁴³).

4.1.3. Carreiras

No seu trabalho sobre os juízes de Portugal e ultramar entre 1620 e 1800, Nuno Camarinhas descortinou os caminhos mais comumente trilhados pelos bacharéis. Havia, basicamente, duas grandes possibilidades: uma composta pelo percurso em diferentes lugares, em que o bacharel ia vencendo vários postos até chegar a ser desembargador, e outra restrita aos lentes da Universidade de Coimbra, que representavam 9% dos desembargadores⁴⁴, e que não apresentavam uma carreira de letras⁴⁵.

A primeira via encerrava várias possibilidades. A mais comum, no entanto, com incidência de 57% dos casos de bacharéis que chegavam a desembargador⁴⁶, era a do ingresso nas judicaturas de primeira entrância, representadas pelos postos de juiz de fora em concelhos menores. Daí costumava-se seguir para um lugar de segunda entrância, que também poderia ser como juiz de fora, porém, desta vez, em vilas ou cidades que eram cabeças de comarca. Continuava-se, então, com uma nomeação para um cargo intermediário (ouvidoria, provedoria, corregedoria ou superintendência). Em seguida, alcançava-se um ofício de primeiro banco, o qual abria caminho para um lugar de desembargador num dos Tribunais de Relação, sendo a sequência Relação do Porto/Casa da Suplicação a mais frequentemente adotada.

Havia, entretanto, outras possibilidades de carreira. Aqueles que serviam no ultramar, por exemplo, encurtavam o tempo de acesso aos tribunais do Reino, uma vez que o serviço em uma das comarcas do Brasil era seguido por nomeações para os tribunais de relação da Bahia e do Rio de Janeiro e destes para os congêneres reinóis. Para além de

⁴² Apesar de os dispensados terem que assinar um termo comprometendo-se a servir no ultramar, os dados apresentados por Nuno Camarinhas mostram que na prática isto pouco se efetivava, pois, de um contingente de 329 bacharéis, menos de 8% iniciaram a carreira no ultramar e somente 38% serviram, em algum momento da carreira, fora do Reino. CAMARINHAS, Nuno, 2010, p. 251.

⁴³ O ser filho de desembargador ou os anos de serviço de pais e parentes era, por exemplo, motivos de reconhecimento pela graça régia, sendo convertidos em promoções ou na eliminação de etapas intermediárias da carreira. CAMARINHAS, Nuno, “Os desembargadores no Antigo Regime (1640-1820)”, In SUBTIL, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, EDIUAL, 2010, p. 19.

⁴⁴ Camarinhas, Nuno, *Juízes e administração...*, 2010, p. 305.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 266 e ss.

⁴⁶ CAMARINHAS, Nuno., 2010a, p. 289.

um lugar de desembargador da Relação do Porto ou da Casa da Suplicação, poder-se-ia alcançar também posições no Conselho Ultramarino, no Conselho da Fazenda ou ainda na Mesa de Consciência e Ordens, embora a incidência dos que lá chegaram seja bem mais reduzida⁴⁷.

Assim, “no conjunto dos cargos que compunham o aparelho judicial português, existiam uma série de lugares, em cada nível, que funcionavam como aceleradores”, uma vez que “a experiência nesses lugares habilitava os magistrados a lugares mais elevados”⁴⁸. O ultramar representava, uma dessas plataformas de mobilidade dos bacharéis. Os lugares de justiça coloniais não exigiam elevada especialização por parte dos magistrados. É certo que para alguns deles, ou em determinadas situações, a Mesa do Desembargo do Paço tinha o cuidado de escolher um indivíduo que já tivesse um histórico de serviços anteriores e que apresentasse boa residência. O momento de criação dos lugares de letras, consistia numa dessas ocasiões, especialmente aqueles localizados em áreas de relevância política e econômica. No concurso de criação do lugar de juiz de fora do Rio de Janeiro, por exemplo, a Mesa recomendava que “sendo este lugar novamente fundado em uma terra de tanto comércio como o Rio de Janeiro necessita de julgador de letras e experiência”⁴⁹.

A carreira de letras atingia seu ponto máximo com a nomeação para desembargador. Tratava-se de um título definitivo, ao contrário dos demais cargos, que eram, na maior parte das vezes, de nomeação trienal. Além disso, representava um “reconhecimento, por parte da coroa, da qualidade demonstrada e da experiência adquirida ao longo da carreira”⁵⁰. Para os bacharéis que almejavam esse objetivo, os diferentes percursos seguidos culminavam, com maior ou menor velocidade, na nomeação para desembargador dos tribunais coloniais e/ou reinóis.

Nuno Camarinhas mostra que para a magistratura periférica, que representava a maior parte dos casos dos futuros desembargadores, a obtenção desse estatuto ocorria,

⁴⁷ Camarinhas (*idem, ibidem*, p. 304) identificou em 8% o volume dos bacharéis com passagem pelo ultramar que alcançaram os conselhos e em 2% os que chegaram a desembargador na Casa da Suplicação.

⁴⁸ CAMARINHAS, Nuno, 2010b, p. 19.

⁴⁹ Consulta para o lugar de juiz de fora do Rio de Janeiro, criado de novo, 1702. ANTT, DP, RJDM, Maço 1882.

⁵⁰ CAMARINHAS, Nuno, 2010b, p. 15.

com mais frequência, entre a terceira e a quinta nomeação. Em contraposição, aqueles que iam servir no ultramar conseguiam-no já entre a segunda e a terceira⁵¹.

Observando o caso dos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco, percebemos que a grande maioria serviu entre um e dois cargos antes de assumir a ouvidoria dessas capitânicas. Mas há aqui duas tendências contrárias. Enquanto há um equilíbrio entre a proporção de ouvidores que receberam uma ou duas nomeações (46% e 42%, respectivamente), antes do lugar de ouvidor de Pernambuco, a maior parte dos que assumiram a ouvidoria da Paraíba serviu apenas um lugar. Importa destacar que 14%, que representam 3 ouvidores, tiveram a ouvidoria da Paraíba como sua primeira nomeação, situação que se restringe a apenas 1 caso dentre os de Pernambuco. Já nas comarcas de Minas, isso aconteceu a 12 ouvidores, que, num universo de 84 homens, também representa 14%⁵².

Para aqueles que receberam a ouvidoria da Paraíba como primeira nomeação, dispomos do concurso de apenas um deles, que mostra a ausência de opositores com experiência anterior⁵³. É possível que o mesmo se repita para os outros dois indivíduos nomeados nesta situação.

Tabela 06: Número de nomeações anteriores ao lugar de ouvidor e cargo posterior ocupado (comarcas da Paraíba e Pernambuco, 1687-1799)

	Nº de nomeações anteriores ao lugar de ouvidor				Cargo posterior ao de ouvidor						
	Nenhuma	1 nomeação	2 nomeações	3 nomeações	Ouvidor	Relação da Bahia	Relação do Porto	Outro cargo	Faleceu	Sem informação	Outro destino
Paraíba	14%	59%	27%	-	27%	27%	-	9%	9%	27%	-
Pernambuco	4%	46%	42%	8%	-	35%	11%	15%	8%	19%	11%

Fonte: Elaborado a partir dos dados levantados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (fundos das Chancelarias Régias, Registro Geral de Mercês, Assentos de Leituras de bacharéis) e na Biblioteca Nacional de Portugal (Memorial de Ministros e Assentos de Leituras de Bacharéis).

⁵¹ CAMARINHAS, 2010b, p. 21.

⁵² SOUZA, Maria Eliza, 2012, p. 161.

⁵³ Concurso de 1715 (ver anexo 9).

Assim como mostrou Nuno Camarinhas para o conjunto dos magistrados do império português e confirmado para as ouvidorias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e Alagoas⁵⁴, também os ouvidores da Paraíba e Pernambuco seguem a mesma tendência de terem o lugar de juiz de fora como uma das primeiras nomeações, equivalendo a 77% dos indivíduos para ambas as ouvidorias.

Com relação aos cargos imediatamente assumidos, percebe-se que os ouvidores de Pernambuco conseguiram, com maior sucesso, obter uma nomeação para a Relação da Bahia, ou do Porto e são eles também, na sequência das suas carreiras, a alcançarem os cargos mais altos na hierarquia judicial (desembargador da Casa da Suplicação, por exemplo) e também de maior importância política (conselheiro do Conselho Ultramarino, do Conselho da Fazenda e deputado da Mesa de Consciência e Ordens). Na tabela acima apenas contabilizamos aqueles que obtiveram um lugar de desembargador com assento nos Tribunais. O déficit entre número de lugares de letras disponíveis e o crescimento da magistratura ao longo do século XVIII, conjugado com a necessidade de premiar os magistrados com bom serviço, tornou forçoso encontrar outras formas de acrescentamento. Dois modos que passaram a ser frequentes foram o da nomeação de desembargador com o serviço em outro lugar e a nomeação para lugares extravagantes das Relações. Portanto, se tomarmos em conta esta forma de compensação, os valores apresentados crescem para as duas ouvidorias.

Nota-se também um relativo percentual de ouvidores (36%) que assumem outra ouvidoria ou outro lugar após o serviço na Paraíba, cujo índice fica reduzido praticamente à metade para os que passaram por Pernambuco. Para aqueles que receberam mais uma nomeação como ouvidor após a Paraíba (27%), 4 permaneceram no Brasil (Rio das Mortes, Ceará e São Paulo) e 2 foram para ouvidorias ultramarinas (Angola e Mazagão). Os 11% relativos a outro destino no quadro de Pernambuco representam dois casos de ouvidores riscados do serviço régio⁵⁵ e um que se tornou monge⁵⁶.

Isabele Mello e Maria Eliza Campos avaliaram o exercício nas ouvidorias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais como “trampolins” para o alcance de lugares mais

⁵⁴ MELLO, Isabele, 2015, p. 37-38; SOUZA, Maria Eliza, 2012, p. 160-161; CAETANO, Antonio Filipe Pereira, A comarca das Alagoas: justiça, trajetórias e conflitos (1712-1817), In CAETANO, Antonio Filipe Pereira, (Org.), *Das partes sul à comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: Ensaio sobre justiça, poder e defesa (século XVII-XVIII)*, Maceió, Viva editora, 2015, p. 189.

⁵⁵ Francisco Pereira de Araújo, riscado do serviço régio por 10 anos (BNP, Códice 10856, fl. 295vs) e João Marcos de Sá Barreto (AHU, PE, Cx. 106, D. 8217).

⁵⁶ Francisco Correia Pimentel (*Memorial de Ministros*, 2017, vol. I, p. 619).

importantes, com destaque para o de desembargador. Não acreditamos que a ouvidoria por si só possa explicar o ascenso ou não dos ministros. Metade dos ouvidores da Paraíba que serviram em mais uma ouvidoria, por exemplo, foram aqueles que tiveram a Paraíba como primeira nomeação. Seria natural, portanto, assumirem outro lugar de igual ou maior graduação. Da outra metade, dois tinham servido uma judicatura de 1ª entrância e o último possuía já duas nomeações, mas deixou a Paraíba para ir criar o lugar de ouvidor do Rio das Mortes, recebendo juntamente o predicamento de vestir a beca⁵⁷.

Não se trata de desconsiderar o papel do capital político que tais comarcas possuíam, mas apenas de chamar a atenção para a múltipla variedade de fatores existente no processo de ascensão nas carreiras. A importância da classificação na Leitura de Bacharéis, a graduação dos lugares de letras servidos, as boas residências, o parentesco com ministros, a execução de diligências específicas do serviço real eram alguns dos principais fatores que entravam no cálculo político para as remunerações dos ministros de letras. É preciso, portanto, conjugar a hierarquia dos espaços com esse conjunto de variáveis.

Tomando-se em conta estas considerações, percebemos que as comarcas da Paraíba e de Pernambuco podem ser classificadas como lugares equivalentes, mas com pesos políticos distintos. Fica claro que a Paraíba é, em grande parte, o segundo destino dos seus ouvidores, enquanto Pernambuco divide-se entre a segunda e a terceira nomeações. Em consonância com esses padrões, o tempo de permanência nas ouvidorias também era diferente. Para a Paraíba tem-se uma tendência de permanência de 6 anos, através da recondução no cargo⁵⁸, e em Pernambuco é mais comum o triênio, com um possível prolongamento por mais um ano, decorrente do tempo de espera para a chegada do sucessor⁵⁹. O fato de serem lugares com mesmo regimento, ordenado e emolumentos, os coloca, em teoria, hierarquicamente no mesmo patamar. Pensamos que a principal diferença se observa no número de cargos anexos ao de ouvidor, que permitiam o recebimento de rendimentos mais elevados, sendo, por isso, mais disputados.

⁵⁷ Gonçalo de Freitas Baracho (ANTT, CHR, D. João V, liv. 35, fl. 275).

⁵⁸ Nem sempre fica registrado na Chancelaria ou no Registro Geral de Mercês a carta de recondução.

⁵⁹ Esta conta deve ser vista como uma estimativa, feita a partir da data de nomeação e dos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, pois é difícil estabelecer com precisão o tempo exato de serviço dos magistrados nos lugares de letras. Para Pernambuco, dispõe-se de informações mais precisas, que parecem ter sido retiradas da própria Secretaria de Governo da capitania, presentes na *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, de 1749 (p. 450-451) e na obra de Domingos Loureto Couto, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, de 1759 (edição de 1981, p. 228-231).

As comarcas mais periféricas, como a de Alagoas, apesar de apresentarem um nível mais baixo de rendimentos do que a de Pernambuco, apresentavam, em compensação, uma característica, que pode ter sido considerada como vantajosa para os coevos: a monopolização do espaço político e o estarem mais distantes das “vistas” de outras autoridades. Antonio Filipe Pereira Caetano aproxima o ouvidor das Alagoas a um governador, em decorrência da parcela de poder detida por este oficial, ao que poderíamos acrescentar o menor grau de institucionalização política da comarca e, em consequência, de mecanismos de *checks and balances* menos constantes⁶⁰. Talvez não seja incoerente associar este aspecto às numerosas denúncias e conflitos envolvendo os ouvidores de Alagoas e também os do Ceará, cuja configuração política conferia demasiado poder aos seus ouvidores⁶¹.

As etapas finais das carreiras dos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco coincidem com a tendência geral dos magistrados com passagem pelo ultramar. A maior parte finaliza suas trajetórias com ofícios ultramarinos, seguido por lugares nos Tribunais de Relação do Brasil e do Reino, de ofícios no Reino e de cargos em Conselhos⁶². Para uma amostra razoável de ouvidores, não há informação das carreiras após o serviço na Paraíba e em Pernambuco, o que pode sugerir a desistência da carreira de letras. Em alguns casos isso está associado a casamentos com mulheres da terra⁶³. Ainda que não fossem bem vistos, o casamento com mulheres de famílias locais era relativamente comum entre os magistrados e precisava de uma licença real para ser realizado. Para a Paraíba localizamos 5 ouvidores que tomaram estado de casado com mulheres da sua

⁶⁰ CAETANO, Antonio Filipe Pereira, «Nas brenhas da Comarca das Alagoas, que é ouvidor é governador? Poder, Conflitos de Jurisdição e Administração (1712-1817)», In LISBOA, Breno Almeida Vaz [et al] (orgs.), *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades e Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*, Recife, UFPE, 2016, p. 289-325.

⁶¹ Ver CAETANO, Antônio Filipe Pereira... e CARVALHO, Reinaldo Forte, 2015.

⁶² Ver a tendência geral para a magistratura com passagem pelo ultramar em CAMARINHAS, Nuno, 2010, p. 303-304.

⁶³ Manuel José Pereira Caldas, ouvidor da Paraíba, declaradamente abdicou da continuação de sua carreira para casar e residir no Recife. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 29, D. 2138.

comarca ou da comarca de Pernambuco⁶⁴. Entre os ouvidores de Pernambuco, pode-se identificar 2 casos, também com mulheres da sua jurisdição⁶⁵.

A ascensão na carreira poderia ser conjugada com a obtenção de mercês de nobilitação, como os hábitos das Ordens Militares, a ocupação de Familiar do Santo Ofício e o recebimento de tenças.

4.2. Origens geográfica e social e capitais simbólicos

Os estudos sobre bacharéis e juízes letrados do império português⁶⁶ verificaram a posição das comarcas de Lisboa, Coimbra e Porto como os principais núcleos de origem desses indivíduos⁶⁷. É certo que se tratavam das áreas mais populosas de Portugal. No entanto, sendo as referidas comarcas sedes das principais estruturas de poder do reino, transformaram-se nos centros de saber por excelência do ensino de latim, conhecimento indispensável para o ingresso nos estudos jurídicos.

Lisboa sempre ultrapassou os demais territórios, sendo o local de nascimento de 1 em cada 5 magistrados entre 1620 e 1800⁶⁸. Nuno Camarinhas assinala, ainda, o crescimento do Brasil no volume de bacharéis a ocuparem lugares de letras. Trata-se de um caso bem sinalizado, coincidindo com a segunda metade do século XVIII, quando a América chegou à “condição de principal fornecedor de magistrados logo à seguir à capital”⁶⁹.

⁶⁴ Tomás da Silva Pereira casou com D. Isabel de Melo (FONSECA, Antônio Borges da, Nobiliarquia Pernambucana, 1748, vol. 1, p. 228), Antônio Ferreira Gil com D. Teresa Josefa da Costa (ANTT, CHR, D. João V, livro 119, fl. 188), João Rodrigues Colaço com Maria Teresa Salgado (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Habilitações, João, mc. 69, doc. 1289), Manuel José Pereira Caldas casou com a filha do mestre de campo José Timóteo Pereira de Bastos (AHU, Avulsos, PE, Cx. 148, D. 10816) e Gregório José da Silva Coutinho com Dona Francisca de Moraes de Aragão (ANTT, Ministério do Reino, Registo de Consultas e decretos do Conselho Ultramarino, livro 179, fl. 40vs).

⁶⁵ José de Sá de Mendonça casou com a viúva D. Joana Cavalcante d’Albuquerque (FONSECA, Antônio Borges da, Nobiliarquia Pernambucana, 1748, vol. 1, p. 320) e João Bernardo Gonzaga, enquanto Intendente Geral do Ouro na Capitania da Bahia, com D. Madalena Tomásia, de Pernambuco (AHU, Avulsos, Bahia-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 31, D. 5799-5804).

⁶⁶ CAMARINHAS, Nuno, 2010a. ALMEIDA, Joana Estorninho de, 2004.

⁶⁷ Nuno Camarinhas destaca a importância de se verificar também a origem dos pais dos magistrados, uma vez que “o facto de ser nascido em Lisboa esconde, frequentemente, uma origem mais remota noutra região do reino”. Na amostra estudada pelo autor, são numerosos os bacharéis filhos de pessoas de outras províncias mais afastadas. Cf. CAMARINHAS, 2010a, p. 139.

⁶⁸ Idem, ibidem, p. 139.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 144.

Tabela 07: Origem geográfica dos ouvidores das comarcas da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, séculos XVII-XVIII

COMARCAS	Nº ouvidores	Lisboa	Outras comarcas (Portugal)	Ultramar	Não identificados
Paraíba (1687-1799)	22	45,4%	36,4%	18,2%	-
Pernambuco (1687-1799)	26	11,6%	73%	15,4%	-
Ceará (1723-1810)	18	22,2%	55,6%	11,1%	11,1%
Rio de Janeiro (1710-1790)	23	26,1%	69,6%	4,3%	—
Minas Gerais (1711-1808)	86 ⁷⁰	24,4%	52,3%	21%	2,3%

Fonte: Os dados da Paraíba e de Pernambuco fazem parte da nossa base de dados e foram predominantemente retirados das leituras de bacharéis. As informações das demais comarcas pertencem aos seguintes trabalhos: Ceará: Adaptado de CARVALHO, Reinaldo Forte, *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2015, pp. 191-192. Rio de Janeiro: Adaptado de MELLO, Isabele Matos Pereira de, *Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*, Tese de Doutorado em História, UFF, 2013, pp. 35-36. Minas Gerais: Adaptado de SOUZA, Maria Elisa Campos, *Ouvidores de comarcas na capitania de Minas Gerais no século XVIII (1711-1808)*, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, pp. 73-74.

Os números disponíveis permitem perceber a tendência geral apontada por Camarinhas. Os bacharéis que serviram nas ouvidorias da Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais provinham predominantemente do Reino, cabendo ao ultramar um percentual de contribuição muito aquém aos nascidos nas comarcas de Portugal.

Todavia, um dado que se faz notório é o peso de Lisboa entre os ouvidores da Paraíba. Quando comparada às demais comarcas, a Paraíba revela um percentual de destaque, contabilizando quase metade dos seus ouvidores originários dessa cidade. Os ouvidores provenientes de outras áreas de Portugal também possuem a particularidade de serem todos de comarcas do Norte (Porto, Lamego, Pinhel, Valença e Esgueira). Já os magistrados das ouvidorias de Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentam uma maior dispersão geográfica.

⁷⁰ Maria Elisa Campos apresenta a origem geográfica dos ouvidores das comarcas de Minas Gerais. Contudo, o valor de 83 indivíduos indicado no título do quadro que a mesma traz às páginas 73 e 74 não corresponde à soma individualizada (86) dos bacharéis nele apresentados. Consideramos, portanto, para efeito da tabela aqui mostrada o valor de 86 indivíduos. SOUZA, 2012, pp. 73-74.

No grupo do ultramar consideramos os nascidos em África, Brasil e Ilhas. O Estado da Índia ficou de fora por não haver nenhum bacharel que o contemplasse. Entre os ouvidores da Paraíba provenientes do ultramar, um pertencia à Ilha de Santa Maria, nos Açores, outro a Angola e outros dois eram de Pernambuco. Os que serviram em Pernambuco, nessa categoria, eram todos do Brasil (dois da Bahia, um das Minas e um do Rio de Janeiro).

Com relação à origem social dos ouvidores da Paraíba, do grupo de 22 indivíduos que constituem nossa amostra, apenas 3 não tiveram a ocupação dos seus pais e avós localizada. Assim, do conjunto dos dezenove ouvidores identificados, três tiveram seus requerimentos para o serviço nos lugares de letras reprovados pela mecânica⁷¹, mas nenhum no quesito limpeza de sangue. Os demais eram pessoas que viviam nobremente das suas fazendas⁷².

Do grupo dos ouvidores de Pernambuco, só não se dispõem de informações para 5 indivíduos. Assim, dentre 21 ouvidores, 5 apresentaram suas provanças reprovadas por mecânica do pai ou avós. A mecânica desse grupo incidia nas ocupações de sangrador, sirgueiro, celeiro, pedreiro, ourives e possuir loja de mercearia. Os bacharéis procuravam mitigar o peso da mecânica através da menção à pertença do familiar a corporações de ofício, como a Casa dos Vinte e Quatro, ao exercício do ofício mecânico por um período curto de tempo, ou ainda o apenas ser proprietário do estabelecimento⁷³.

Outra forma possível de ofuscar a mecânica e de buscar nobilitação foi através da obtenção de mercês nobilitantes. Os Hábitos da Ordem de Cristo eram os mais procurados, seguidos da Familiatura do Santo Ofício e dos títulos da Casa Real. Essas mercês só costumavam ser obtidas após algum tempo de serviço e conferiam ao seu beneficiário um grau a mais de distinção social.

A tabela abaixo mostra que mais da metade dos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco receberam algum tipo de mercê de nobilitação. Acompanhando a tendência global dos magistrados do império português, os hábitos das ordens de Cristo tinham

⁷¹ Desses três, dois eram irmãos. Seus pais e avós serviram o ofício de sapateiro, homem de negócio e feitor dos contratos do pescado. A mecânica não inabilitava por completo os recém-bacharéis. Nesses casos solicitava-se ao rei a dispensa, que frequentemente era concedida. Os dispensados da mecânica eram, preferencialmente, destinados a ocuparem cargos no ultramar. Camarinhas, 2010a, p. 252. Um exemplo em ANTT/Desembargo do Paço/Leitura de bacharéis/Mç. 16, nº11, letra A.

⁷² Há uma grande variedade de classificações: nobres e dos principais da terra, tidos e havidos, que viviam à lei da nobreza, etc.

⁷³ CAMARINHAS, 2010, p. 190.

primazia. A seguir vinha o de Familiar de Santo Ofício e, logo depois, mas com bastante diferença, as titulações de fidalguia.

Tabela 08: Mercês recebidas pelos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco (1687-1799)

	Paraíba	%	Pernambuco	%
Ordem de Cristo	11	50,00	14	53,85
Santo Ofício	3	13,64	4	15,38
Casa Real	-	-	4	15,38
Total	14	63,64%	22	84,62%

Fonte: ANTT, Registo Geral de Mercês, Chancelaria da Ordem de Cristo e Habilitações do Santo Ofício.

O hábito de Cristo poderia ser obtido mediante os serviços de letras ou através da renúncia feita por algum familiar. No caso das renúncias, a mercê havia sido originalmente concedida como remuneração de serviços militares. A concessão do hábito era acompanhada ainda de uma tença no valor de 8 mil ou 12 mil réis, pagos por um dos Almojarifados do reino⁷⁴.

A dignidade de Familiar do Santo Ofício estava principalmente associada ao estatuto de limpeza de sangue. Isto ajuda a explicar porque a partir do fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, em 1773, a procura por esse tipo de distinção declinou na sociedade portuguesa⁷⁵. Já o foro de fidalgo, que corresponde ao tipo de mercê da Casa Real recebida pelos ouvidores-gerais de Pernambuco, correspondia a uma titulação hereditária grande parte das vezes. Dois dos ouvidores que a receberam eram filhos de fidalgos⁷⁶. João Marques Bacalhau, entretanto, foi tomado por fidalgo em decorrência dos seus serviços nos lugares de letras⁷⁷.

Além do recebimento de hábitos das Ordens Militares por parte dos próprios magistrados é interessante também indicar como o serviço dos mesmos na carreira de letras era passado para outras pessoas, nomeadamente parentes. Em 1703, o Conselho

⁷⁴ CAMARINHAS, Nuno, 2010a, p. 192-193; OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001.

⁷⁵ TORRE, João Veiga, «Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil», In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº40, 1994, p. 133.

⁷⁶ Inácio de Moraes Sarmiento (ANTT, RGM, D. Pedro II, livro 8, fl. 355vs) e José Marcos de Sá Barreto Soutomaior (ANTT, RGM, D. José I, livro 3, fl. 273).

⁷⁷ ANTT, RGM, D. João V, livro 21, fl. 333vs.

Ultramarino consultou um requerimento de Cristóvão Soares Reimão no qual solicitava que considerasse os seus mais de doze anos no serviço real, dentre eles como ouvidor da Paraíba, com boa satisfação e limpeza de mãos para conceder o hábito de Cristo com tença ao seu sobrinho, juntamente com uma ajuda de custo em razão do mesmo passar para o Estado da Índia como soldado⁷⁸. Fazendo lembrança de um alvará de mercê de um ofício de justiça ou fazenda no valor de 60 mil réis passado ao seu pai, o Doutor Gregório Gomes Madeira⁷⁹, pelo serviço em vários lugares de letras, Antônio Gomes Madeira concorreu e foi nomeado na propriedade do ofício de tabelião do Público, Judicial e Notas da Paraíba⁸⁰. Estes são exemplos de como a carreira de letras, assim como acontece aos que seguem a das armas, poderiam premiar os ministros com mercês ou alvarás de promessa de mercês futuras para os mesmos ou para seus descendentes.

Outra possibilidade de distinção social, mas de impacto apenas local, correspondia à eleição para provedor das Misericórdias. Trata-se de um universo de distinção muito restrito às elites locais, mas com possibilidade de abertura para os juristas, como mostra Nuno Camarinhas para a Misericórdia de Guimarães⁸¹. Numa escala menor, também se encontram ministros como Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia⁸² e, no nosso caso em particular, da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Para esta, apenas dois: João Nunes Souto (1728) e Tomás da Silva Pereira (1732 e 1733)⁸³.

4.3. Remuneração: salários, emolumentos, ajudas de custo

Uma das primeiras condições necessárias à criação de lugares de letras era assegurar a existência de rendas suficientes para o pagamento dos ordenados dos ministros. Aparentemente, é esta a principal razão de não haver sido criado lugares de juiz de fora e de ouvidor na capitania do Rio Grande. Esta preocupação é explicada pelo fato de ser a Coroa portuguesa a responsável pela manutenção do aparelho judicial nos

⁷⁸ AHU, Códice 52, fl. 28.

⁷⁹ ANTT, RGM, D. Pedro II, liv. 11, fl. 152.

⁸⁰ AHU, Avulsos Paraíba, Cx. 4, D. 286.

⁸¹ CAMARINHAS, Nuno, 2010, p. 201-204.

⁸² RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Fidalgos and Philanthropists. The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, London, Macmillan, 1968, p. 372-375.

⁸³ SEIXAS, Wilson Nóbrega, *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, 385 anos*, João Pessoa, Gráfica Santa Marta, 1987.

seus territórios, divergindo de outras monarquias europeias que delegam às comunidades locais a remuneração dos seus juízes⁸⁴.

A questão do pagamento aos ministros de letras está vinculada, na literatura jurídica, ao debate sobre a justiça distributiva. Ao contrário dos ofícios de natureza honorária, como os juízes ordinários e vereadores, os cargos letrados estavam inscritos numa categoria de ofícios de caráter profissional, que a despeito da honra que imputavam aos seus ocupantes, não poderiam trazer-lhes prejuízos⁸⁵. A fim de evitar essa situação e também de garantir as condições materiais necessárias à independência dos ministros com relação às partes, os ofícios de justiça deveriam ser pagos de acordo com o tipo de atividade exercida⁸⁶.

As remunerações eram compostas por tipos diferentes de ganhos. O ordenado correspondia à quantia anual fixa recebida pelo magistrado, ao qual acresciam valores incertos derivados de propinas e espórtulas, provenientes do exercício da atividade profissional, como as assinaturas, cartas de usança, sentenças, alvarás de fiança, diligências *ad hoc*, assistir arrematações de contratos, etc.

O ordenado do ouvidor da Paraíba foi fixado em 200 mil réis no momento de criação deste lugar, tendo como modelo os ordenados recebidos pelos ouvidores do Rio de Janeiro e de Pernambuco. A este montante iam-se somando os emolumentos provenientes de funções anexas, a exemplo do de Provedor dos Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos, de juiz das causas dos homens do mar e de presidente da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco, esta última apenas a partir de 1777.

Não se torna tarefa simples calcular os efeitos percebidos pelos ouvidores, uma vez que as avaliações dos ofícios da capitania são tardias e não incluem os rendimentos incertos. De acordo a avaliação do ano de 1756, os ouvidores percebiam 330\$000 réis pelas ocupações de ouvidor e provedor dos defuntos e ausentes (ver anexo 4). Com o novo regimento de salários enviado a todas as comarcas do Brasil, em 1754, esses valores

⁸⁴ HOMEM, António, 2003, p. 743;

⁸⁵ HESPANHA, António, 2015, p. 180-181.

⁸⁶ HOMEM, António, 2003, p. 745-747.

sobem para 550\$000 réis⁸⁷. Posteriormente, acrescenta-se a isto cem mil réis pela função de presidente da Mesa de Inspeção⁸⁸.

As avaliações de ofícios eram feitas visando-se a atualização da cobrança dos *novos direitos*, um imposto que incidia sob o rendimento anual dos ofícios de Justiça e Fazenda. Os ouvidores deveriam pagar o valor correspondente à quarta parte dos seus rendimentos (ordenado, prós e percalços) à chancelaria do Reino⁸⁹. Os valores que encontramos nas cartas de nomeação presente nas Chancelarias régias refletem a evolução dos rendimentos dos ouvidores. Em 1695, Cristóvão Soares Reimão, segundo ouvidor da Paraíba, pagou apenas 540 réis de novos direitos, uma quantia bastante baixa, mas explicável em razão de corresponder ao período inicial de funcionamento da ouvidoria, e também de as avaliações dos ofícios ainda não serem muito frequentes. Esta quantia sobre para 20 mil réis em 1705, 55 mil réis em 1730 e 75 mil réis em 1750⁹⁰. Caso a nomeação não representasse melhoramentos nos rendimentos percebidos pelos ministros, os mesmos ficavam isentos do pagamento de tal imposto⁹¹.

Ainda que oscilassem bastante, os novos direitos pagos pelos ouvidores da Paraíba não se aproximavam a alguns valores existentes para as comarcas de Minas Gerais. Como demonstra Maria Eliza Campos de Souza, o cômputo dos novos direitos para as comarcas mineiras chegou a variar entre duzentos mil e seiscentos mil réis⁹². Este é um dos indicadores, portanto, da diferença de rendimentos auferidos entre os ouvidores no ultramar.

As ajudas de custo constituíam um valor pago pontualmente. Eram comuns os pedidos de ajuda de custo para os deslocamentos para o ultramar, justificados pelos gastos

⁸⁷ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1542. Na sequência do aumento concedido aos ministros de justiça do Reino (Alvará de 7 de janeiro de 1750), determinou-se, por resolução régia de 27 de novembro de 1750, o acréscimo, em terça parte, dos ordenados dos ouvidores dos lugares mais pobres do ultramar (São Tomé, Cabo Verde, Sergipe, Espírito Santo, Paranaguá, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro). Não foi possível localizar se os ouvidores da Paraíba beneficiaram-se de tal aumento. Para vencê-lo, fazia-se necessário pedir provisão régia, comumente pedida antes do embarque. AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 17, D. 1373 e D. 1410; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 103, D. 7954 e D. 7961.

⁸⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 1944.

⁸⁹ «Regimento dos Novos Direitos da Chancelaria (1642)», In SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção da Legislação Portuguesa copilada e anotada, 1657-1674*, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 50.

⁹⁰ ANTT, CHR, D. Pedro II, liv. 59, fl. 269, 269vs; ANTT, CHR, D. Pedro II, liv. 63, fl. 120vs; ANTT, CHR, D. João V, livro 78, fl. 138vs-139; ANTT, CHR, D. João V, livro 119, fl. 172.

⁹¹ É o caso do ouvidor Inácio Jácome de Sousa Coutinho que havia servido de juiz de fora do Rio de Janeiro e depois passou para a Paraíba. ANTT, CHR, D. João V, livro 94, fl. 293-293vs.

⁹² SOUZA, Maria Eliza, 2012, p. 170-172.

decorrentes da viagem, reforçado, às vezes, pela “pobreza do solicitante”⁹³. Outras ajudas de custo admitidas aos ouvidores da Paraíba destinavam-se às correições feitas em lugares distantes, como o Ceará, sendo concedida ajuda de trezentos mil réis⁹⁴, e como o julgado do Piancó (sertão da Paraíba), para onde ofereciam-se 80 mil réis ao ouvidor e 40 mil réis aos seus oficiais⁹⁵.

Os emolumentos dos ouvidores são efetivos mais difíceis de calcular. Os valores de ordenado, assinaturas, prós e percalços do ouvidor de Pernambuco, no ano de 1687, pelos quais os ouvidores da Paraíba deveriam se regular eram os seguintes:

Tabela 09: Valores de alguns emolumentos dos ouvidores de Pernambuco e Paraíba, 1687

Assinatura de mandado	20 réis
Assinatura de sentença	100 réis
Aposentadoria	40 mil réis
Assinaturas das testemunhas	80 réis cada
Alvarás de fiança e assinaturas dele	420 réis
Assinaturas das certidões como juiz das justificações	40 réis

Fonte: AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 152.

Essa lista certamente não inclui todos os emolumentos percebidos pelos ouvidores. Faltam, a título de exemplo, as propinas das procissões e das faturas dos pelouros, ambas sob o encargo das câmaras. Esses e outros valores foram atualizados com o regimento dos salários de 1754, relativo às comarcas do litoral⁹⁶.

Pertencentes aos filhos da folha, os ordenados dos ouvidores da Paraíba eram pagos pela Fazenda Real da capitania em quartéis, ou seja, a cada três meses. Esses pagamentos chegaram a atrasar em alguns momentos. Aconteceu a Diogo Rangel, primeiro ouvidor, em razão de não haver dinheiro para realizar o seu pagamento, ter recebido 106 mil réis em açúcares, circunstância desaprovada pelo rei, que passou

⁹³ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 155.

⁹⁴ AHU, Códice 258, fl. 319.

⁹⁵ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 13, D. 1093.

⁹⁶ Capítulo 2.

provisão para que o pagamento dos ordenados dos ouvidores tivesse prioridade aos demais filhos da folha e a mesma ordem de preferência que a do capitão-mor da Paraíba⁹⁷.

José Ferreira Gil, com dois anos de lugar servido, só havia percebido seis meses de ordenado, propinas e aposentadoria. Precisou solicitar ao rei para que passasse ordem para receber o que mais lhe deviam, porque de outra maneira não teria como se alimentar⁹⁸. Domingos Monteiro da Rocha vivenciou situação semelhante, “sem ter mais do que ou com que me possa parcamente sustentar” devido ao atraso do pagamento de seu ordenado⁹⁹.

Esse tipo de circunstância era desaconselhável, pois comprometia a esperada isenção com que os juízes deveriam administrar a justiça, além de possibilitar “valerem-se de meios ilícitos, ou se obrigarem das partes pedindo empréstimos”¹⁰⁰. Difícil pensar que isto não abrisse espaço para o envolvimento dos ministros com negócios, apesar da legislação em contrário, como o alvará de 27 de março de 1721¹⁰¹. Esse tipo de comportamento estava na base de inúmeras queixas envolvendo os magistrados no Brasil. Segundo Stuart Schwartz tratava-se de um procedimento comum entre os ministros de letras, que passava a se tornar odioso aos povos à medida que ultrapassava os limites do socialmente aceitável¹⁰².

Conforme dissemos no capítulo 2, as monarquias ibéricas estabeleceram diversas normas destinadas a impedir o envolvimento dos magistrados com as sociedades locais e a manter o controle sob a magistratura. O alcance de tais mecanismos mostrou-se bastante limitado. Não faltam exemplos de casamentos com mulheres da mesma jurisdição, de negócios feitos em nome próprio ou de terceiros, de recebimento de presentes, de apadrinhamento de filhos das elites e de favorecimentos de partes¹⁰³. Argumentamos que para alguns desses aspectos o controle que se buscava não era propriamente o de um enquadramento normativo dos indivíduos, mas a da criação de formalidades jurídicas que

⁹⁷ DHBNRJ, n° 58, 1948, p. 231-233.

⁹⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 16, D. 1326.

⁹⁹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1536.

¹⁰⁰ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 27, D. 2420.

¹⁰¹ BICALHO, Maria Fernanda, «“Possuidores despóticos”: Historiografia, denúncia e fontes sobre a corrupção na América portuguesa», In *Revista Complutense de América*, vol. 43, 2017, p. 130.

¹⁰² SCHWARTZ, Stuart, 1979, p. 263-264.

¹⁰³ SOUZA, Laura de Mello e, *O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006; PAIVA, Yamê, Galdino de, *Vivendo à sombra das leis. Antonio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*, Dissertação, Mestrado e História, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

delegavam ao rei a prerrogativa de decidir sob determinadas questões, de conceder licenças, de perdoar ou comutar penas e de premiar os bons servidores da República.

Mais do que buscar exemplos de punição ou da falta de condenações, é preciso observar como os mecanismos institucionais facilitavam tais tipos de comportamento e em que medida a própria magistratura facultava ou reforçava a impunidade de bacharéis envolvidos em conflitos de natureza diversa.

Com relação a este ponto, passamos a apresentar um dos mecanismos tidos como centrais no controle da magistratura: as residências.

4.4. Servir com *limpeza de mãos* e dar *boa residência*: os mecanismos de controle e a progressão na carreira

A residência correspondia a uma averiguação do serviço dos oficiais por parte de um juiz sindicante no final dos seus mandatos. Eram submetidos a residência os ministros de letras, governadores e capitães-mores de capitanias e de vilas. O procedimento de como deveria ser tirada a residência encontra-se no livro I, título 60 das Ordenações Filipinas.

O processo principal ocorria, resumidamente, da seguinte forma. Os ministros deveriam avisar ao Conselho Ultramarino, no caso das conquistas, a proximidade do fim dos seus mandatos. Nomeava-se, a seguir, o juiz sindicante e este escolhia um escrivão de sua confiança. Chegando à localidade em questão, ficavam suspensos os ministros e seus oficiais. O sindicato deveria afastar-se seis léguas da localidade em que servia, a fim de evitar algum constrangimento às testemunhas que fossem apresentar alguma queixa contra o mesmo. A residência tinha a duração de trinta dias, ao longo dos quais se iam recolhendo o depoimento das testemunhas. Sua finalização ocorria com o envio dos autos e da avaliação do juiz sindicante ao Conselho Ultramarino, que remetia ao Desembargo do Paço para serem vistas por um juiz relator. Do parecer deste juiz, elaborava-se uma certidão final que o sindicato deveria apresentar, junto com outras certidões de estilo, ao Desembargo para obter novas nomeações¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Este processo está descrito com mais detalhes nas próprias Ordenações (livro I, título 60) e em CAMARINHAS, Nuno, 2012; HOMEM, António, 2003, p. 676-688; SUBTIL, José, 2011, p. 311-318.

Para a América portuguesa, os juízes sindicantes deveriam ser os desembargadores da Relação da Bahia, mas o aumento do número de lugares de letras, os elevados custos na execução destas diligências e a falta promovida pelos desembargadores nos despachos da Relação tornaram cada vez mais impraticável esta resolução. O levantamento dos juízes sindicantes dos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco mostra que as residências eram tiradas pelos sucessores, pelos ouvidores das comarcas vizinhas, ou ainda pelos ministros recém-chegados à terra que se dirigiam a outras capitanias (ver anexo 10)¹⁰⁵. Poucas foram tiradas por desembargadores da Relação da Bahia ou de outros tribunais do Reino. Para o Rio de Janeiro no século XVIII, entretanto, a tendência verificada foi dos juízes sindicantes serem ouvidores em São Paulo e Minas Gerais e, com a instalação do tribunal de Relação do Rio de Janeiro, os desembargadores deste tribunal¹⁰⁶.

A partir de meados do século XVIII, é possível encontrar a indicação de dois juízes sindicantes para as residências. Constituía uma maneira de evitar demoras decorrentes de suspeição ou da impossibilidade do primeiro sindicante nomeado realizar a diligência. Embora mais raro, permitia-se tirar a residência de ouvidores que faleceram no serviço. O caso identificado foi o de Manuel Ferreira da Costa, que faleceu em Pernambuco, mas seu filho, o bacharel Luís da Costa Ribeiro assim o solicitou, muito possivelmente para pedir mercês através dos serviços do pai¹⁰⁷.

A nomeação de sindicantes pertencentes a outras comarcas poderia coincidir com relações pessoais, favoráveis ou não, previamente estabelecidas entre os juízes e seus sindicados. Antevendo que algumas diferenças existentes com o ouvidor da Paraíba pudessem prejudicar sua residência, Antônio Rebelo Leite solicitou ao Conselho a nomeação de outro sindicante¹⁰⁸. O ser natural da terra ou os muitos anos nela passados intensificavam laços familiares e arranjos sociais. São exemplos, os ouvidores da Paraíba, Gonçalo de Freitas Baracho e Gregório José da Silva Coutinho que eram naturais de

¹⁰⁵ Isabele Mello verifica o mesmo para os casos que investigou. Mello, Isabele, «Sindicantes e sindicados: os magistrados e suas residências na América portuguesa (século XVIII)», *Revista Historia y Justicia* [En línea], 8|2017, p. 45-46.

¹⁰⁶ MELLO, Isabele, 2015, p. 155.

¹⁰⁷ AHU, Códice 258, fl. 180vs-181. Outro caso ocorreu com o governador de Pernambuco, Manuel de Sousa Tavares, falecido na capitania, cuja viúva solicitou que tirasse sua residência para que os filhos pudessem requerer os serviços do pai. AHU, Códice 258, fl. 298vs.

¹⁰⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 57, D. 4930.

Pernambuco¹⁰⁹. João Rodrigues Colaço passou da comarca de Pernambuco, que serviu como juiz de fora, para ouvidor da Paraíba e estava contratado para se casar com uma mulher de Pernambuco¹¹⁰. Luís de Moura Furtado solicitou a nomeação de outro sindicante visto o ouvidor de Pernambuco, que estava nomeado, ser seu parente¹¹¹. Antônio Ferreira Gil e José Ferreira Gil eram irmãos e ambos foram ouvidores na Paraíba, estabelecendo-se o primeiro na capitania duartina no fim de sua carreira. Essas circunstâncias estabeleciam e/ou reforçavam parcialidades ou antagonismos entre magistrados e ajudam a mostrar como suas relações ultrapassavam os limites das próprias jurisdições.

As *certidões de residência* localizadas espelham a tendência identificada por Nuno Camarinhas de serem positivamente avaliadas. De uma amostra de 343 residências, o autor identificou que apenas 3 receberam condenações e que 43% chegaram a ser avaliadas pelo tribunal de Relação por conterem alguma denúncia contra os magistrados. Desse montante, 38% foram avaliados como tendo servido bem e a pequena parcela que recebeu algum tipo de condenação costumava ser normalmente absolvida após recurso¹¹².

As dezesseis certidões de residência identificadas (9 para a Paraíba e 7 para Pernambuco) reputam os ouvidores como bons despachadores, com limpeza de mãos, desinteressados e afáveis às partes. Apenas para quatro ouvidores, faz-se menção a capítulos e queixas formados contra os sindicados, que foram, todavia, considerados como falsos por falta de provas ou por terem sido originados de inimizades¹¹³.

As certidões de residências não fazem menção a boa parte dos conflitos que envolveram os magistrados nas suas comarcas, que nos são conhecidos por terem subido ao Conselho Ultramarino. Casos como o de João Vilela do Amaral, ouvidor das Alagoas, sobre quem pesavam graves queixas não transparecem na sua certidão de residência. O ouvidor foi acusado de beneficiar-se do seu cargo, fazer audiências em casas de criminosos, extorquir as partes e viver em amancebamento. Depois, não quis passar o

¹⁰⁹ SÃO BENTO, Luís de; SOARES, António, *Memorial de Ministros: catálogo alfabético dos ministros de letras*, estudo e transcrição de Nuno Camarinhas, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; São Paulo, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura, 2017, Vol. 1, p. 758-759; PAIVA, 2012.

¹¹⁰ ANTT, MCO, Habilitações do Santo Ofício, letra J, Mç. 69, n.1289.

¹¹¹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 2007.

¹¹² CAMARINHAS, Nuno, 2012, p. 169.

¹¹³ São os casos dos seguintes ouvidores: Fernando Luís Pereira (ANTT, DP, RPDM, Maço 1806), Jorge Salter de Mendonça (ANTT, DP, RPDM, Maço 1816), João Nunes Souto (ANTT, DP, RPDM, Maço 1811) e João Marques Bacalhau (ANTT, DP, RPDM, Maço 1803).

cargo para o seu sucessor¹¹⁴. O retrato feito pelos desembargadores do Paço, no entanto, o aponta como

(...) muito limpo de mãos bom letrado despachador e expedito em deferir as partes as quais tratavam com bom acolhimento e agrado muito amigo dos pobres e ativo contra os delinquentes zeloso em tudo o que respeitava ao serviço e fazenda Real de sorte que não podia haver contra ele queixa justificada e suposto fora capitulado toda a matéria dos artigos era suposta e falsa arguidas por seus inimigos que eram muitos, e se mostram convencidos pelo que todas as testemunhas dispõem (...) ¹¹⁵.

Mesmo nos casos em que, a princípio, se provavam as acusações, as contrariedades e embargos de sentença acabavam colmatando as punições. Luís de Valençuela Ortiz, juiz de fora de Pernambuco no começo do século XVIII, foi acusado de prevaricação, atitudes desonrosas contra mulheres, posse de bens de defuntos, dentre outras imposturas. Por tudo isso deveria ser condenado e riscado do serviço real, segundo a Mesa do Desembargo. Após a apresentação da contrariedade do réu, no entanto, os desembargadores entenderam que as acusações não faziam prova suficiente. Passou-se a certidão para o bacharel pedir seus melhoramentos e determinou-se que pagasse os salários a mais que havia cobrado das devassas.

Ainda que se tenha livrado da maior parte das acusações, a trajetória de Luiz Valençuela Ortiz mostra que ele caiu numa espécie de ostracismo por três anos, sem conseguir obter nova nomeação. Através dos concursos para lugares de letras, pode-se acompanhar sua participação nos concursos para ouvidor-geral do Maranhão, Alagoas e Sergipe, no ano de 1714¹¹⁶ e para ouvidor-geral do Rio das Velhas, Pará, São Paulo e Angola em 1716. Obteve nomeação apenas em 1717 para ouvidor de São Tomé, com a garantia de que dando boa residência seria deferido com lugar que requeresse no futuro¹¹⁷.

Caso ainda mais trágico é o do ouvidor do Serro Frio (Minas Gerais), Joaquim Manuel de Seixas Abranches (1779-1783), citado por Maria Eliza Campos de Souza. Este ouvidor teve uma atuação bastante turbulenta na comarca do Serro Frio, marcada por

¹¹⁴ PEDROSA, Lanuza Maria Carnaúba, «Entre prestígios e conflitos: formação e estrutura da Ouvidoria Alagoana por intermédio de seus ouvidores-gerais (séculos XVII e XVIII)», In CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.), *Alagoas e o império colonial português*, Maceió, Cepal, 2010, In p. 81- 123.

¹¹⁵ ANTT, DP, RJDM, Maço 1806.

¹¹⁶ ANTT, DP, RJDM, Maço 1897.

¹¹⁷ ANTT, DP, RJDM, Maço 1898.

atitudes arbitrárias e por conflitos com o governador da capitania que resultaram na sua prisão¹¹⁸. A despeito desses abusos e da prisão sofrida, a certidão de residência de Joaquim Seixas constata que teve uma atuação ilibada. Entretanto, assim como Valençuela Ortiz encontrou dificuldade em obter novas nomeações no serviço real. Sete anos depois de ter servido em Minas pode-se encontrar Joaquim Seixas peticionando para ser nomeado para lugares de letras. Entretanto, ao contrário do ex-juiz de fora de Pernambuco, o antigo ouvidor de Serro Frio não obteve nova nomeação¹¹⁹.

Ainda nesse quadro, Ronald Raminelli compreende a nomeação de Balthazar da Silva Lisboa, que havia servido de juiz de fora do Rio de Janeiro, como ouvidor da comarca de Ilhéus e juiz conservador das Matas como uma forma de punição pelas acusações de má administração da justiça e de conflitos envolvendo outras autoridades. Balthazar Lisboa ambicionava o melhoramento da sua carreira através da nomeação para o lugar de ouvidor de Pernambuco com o predicamento de primeiro banco ou ainda de desembargador da Relação da Bahia ou do Rio de Janeiro. O fato de ter ido para uma comarca secundária é avaliado pelo autor como uma possível punição ao bacharel¹²⁰.

Portanto, a dilação na espera por uma nova nomeação ou uma nomeação sem melhoramentos podem ser entendidas, nestes e possivelmente noutros casos, como uma maneira de punição não formal aos maus juízes. O ser riscado, ou seja, afastado do serviço real também constituía noutra forma de punição. Ainda que em menor número, a aplicação de pena de prisão também acontecia. Maria Eliza Campos identificou dois ouvidores das comarcas de Minas Gerais que foram presos e faleceram na prisão¹²¹.

Se as residências são compreendidas como um mecanismo de controle da magistratura, por que, então, revelavam-se tão frágeis e evasivas em punir o mau comportamento dos ministros? Um argumento que ajuda a explicar essa característica é o do sentimento corporativo dos magistrados, que descambava na proteção aos companheiros de ofício visando também ser atingida por ela. Outra razão que pode entrar na lista é o do suborno, embora se apresente bastante encoberto nas fontes. Este é um dos

¹¹⁸ ANASTASIA, Carla Maria Juno, *A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005, p. 115-128.

¹¹⁹ SOUZA, Maria Eliza Campos de, 2012, p. 213-214.

¹²⁰ RAMINELLI, Ronald. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista, In VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos & NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.), *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, Niterói, EDUFF, 2006, p. 279-295.

¹²¹ SOUZA, Maria Eliza de Campos, 2012, p. 208-209.

pontos de acusação do ouvidor do Ceará, Antônio de Loureiro Medeiros, ao seu sucessor e juiz sindicante, o bacharel Pedro Cardoso de Novais Pereira.

Possuindo ordens para tirar as residências do ouvidor de Pernambuco, Manuel do Monte Fogaça, e do juiz de fora de Olinda, Lourenço de Freitas Ferraz, o juiz sindicante recebeu diversas dádivas em troca de dizer bem dos magistrados, segundo o ouvidor do Ceará. Teria recebido de Manuel Fogaça um negro, cem mil réis em dinheiro e um espadim de prata. Já o juiz de fora, Lourenço Freitas, o teria presenteado com “vinte e quatro colheres e vinte e quatro garfos de prata, outras tantas facas com cabos da mesma, um serviço para chocolate, e outro para chá de todo o necessário tudo de Macau, além de vários feixes de açúcar”, tudo “para lhe paliar alguns crimes com que nas ditas residências os queriam acusar”¹²². Dos presentes recebidos, só conseguimos saber a partir da parte que acusava, mas da certidão de residência do juiz de fora, ficou registrado que o bacharel serviu com todos os bons predicamentos que se poderiam apontar, sem nenhuma menção a capítulos contrários¹²³. Para Minas Gerais, Maria Eliza Campos também cita o caso de uma negociação na residência do ouvidor Bernardo Pereira Gusmão, na qual este comprou do seu juiz sindicante vinte escravos¹²⁴.

Esta é uma via já explorada em outros aspectos da administração da justiça, evidenciando-se o recebimento de presentes em troca de algum favorecimento pessoal, mas ainda não muito pouco nos casos de residência. Parece-nos uma possibilidade real, ainda mais plausível para os juízes sindicantes recém-chegados, por não se encontrarem integrados nos círculos sociais e da vida comunitária, podendo inclusive ter sido uma prática recorrente, visto que se trata de uma sociedade baseada no estabelecimento de relações de mercês em vários níveis. Ainda que proibidos por lei, o envio de presentes a autoridades régias, ao modo de cortesia ou de boas-vindas, chegavam a ser quase um *modus operandi*.

Outra explicação possível, ou complementar, é a da compreensão das residências como mecanismos de ação disciplinar ser muito mais um entendimento atual do que das culturas política e jurídica da época. Decerto que esta dimensão estava presente, pois o

¹²² AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 2, D. 134.

¹²³ ANTT, DP, RJDM, Maço 1811.

¹²⁴ SOUZA, Maria Eliza Campos, 2012, p. 207.

instituto do sindicato provinha do direito romano e fez-se presente em diversas partes da cultura jurídica de *ius commune*¹²⁵, mas pode ter perdido força ao longo dos séculos.

Pretendemos reforçar aqui uma compreensão colocada por Tamar Herzog para o caso hispano-americano, que acreditamos adequar-se à realidade luso-brasileira. A autora defende que a historiografia tratou as residências a partir de três perspectivas. A primeira centrou-se nos aspectos jurídico e formal dos eventos, tendendo a compará-los com outras formas de controle, como as *visitas* e as *pesquisas*. A segunda utilizou esse tipo de fonte essencialmente para recolher informações sobre testemunhas. Já o terceiro modo privilegiou a construção do processo das residências, apontando-as como “*construcciones sociales altamente dinámicas*”, cujos resultados “*aunque veraces, no representaban necesariamente «la verdad», o no toda la verdad*”¹²⁶.

A partir de 36 residências de Quito, Tamar Herzog procura mostrar que a importância das residências estava mais fortemente calcada nos ritos de recriação social que promoviam do que no caráter fiscalizador que lhes associam. Para a historiadora, as residências não representavam um processo de avaliação das ações dos magistrados, mas sim da justiça enquanto um *corpo*. Isto porque os ministros não eram os únicos a sofrerem sindicâncias. Estas também incluíam os oficiais que serviam com os juízes. Todos eles compartilhavam responsabilidades comuns e, a despeito de serem esporadicamente trocados, mantinham-se no tempo enquanto *corpo* da administração integrado à pessoa do rei¹²⁷.

Apesar da constância da realização das residências, trata-se de um tipo de fonte que pouco sobreviveu ao tempo, talvez por uma questão de organização do arquivo pelo tribunal do Desembargo do Paço que parece não ter tido uma prática de mantê-las. Ainda assim, é possível localizar algumas nos documentos do Conselho Ultramarino. Da nossa amostra de 48 ouvidores das comarcas de Pernambuco e da Paraíba, só foi possível identificar uma residência. Acha-se com maior frequência o sumário da avaliação feita pelo juiz sindicante que era enviado ao Conselho junto com o traslado dos autos das residências.

¹²⁵ HOMEM, António, 2003, p. 665.

¹²⁶ HERZOG, Tamar «La comunidad y su administración. Sobre el valor político, social y simbólico de las residencias de Quito (1653-1753)», In *Mélanges de la Casa de Velázquez* [En línea], 34-2|2004, 2010, p. 162-163.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p. 167.

A partir da residência do ouvidor da Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha, passamos, a seguir, a identificar alguns aspectos relacionados aos ritos instituídos pela residência e seu alcance territorial.

4.4.1. A residência do ouvidor-geral Domingos Monteiro da Rocha

Domingos Monteiro da Rocha foi ouvidor da comarca a Paraíba, tendo sido nomeado no ano de 1753 e exercido apenas um triênio, que findou em 26 de fevereiro de 1757¹²⁸. O ouvidor alcançou um período de mudanças políticas na capitania e na comarca. Foi nessa altura que a Paraíba ficou subordinada a Pernambuco e que a donatária de Itamaracá, a Marquesa de Lourical, faleceu.

Acerca da subordinação, aparentemente pouco mudou na jurisdição do ouvidor. As principais alterações que conseguimos perceber são que caberá ao governador de Pernambuco a fazer as nomeações dos ofícios de justiça da capitania e que os ouvidores terão na sua pessoa mais uma autoridade a se submeter. Com relação a Itamaracá, devido ao falecimento da Marquesa de Lourical, essa capitania ficou sob a posse da Coroa até que se confirmasse sua doação a um novo herdeiro. Sobre este particular, alguns conflitos surgiram entre o ouvidor Domingos Monteiro da Rocha, o governador de Pernambuco e o ouvidor de Itamaracá¹²⁹.

Durante o mandato de Domingos Monteiro da Rocha, não houve situações de grande monta. Destacam-se, apenas, o conflito acima e alguns outros envolvendo oficiais da justiça, acusados pelo ouvidor de cometerem irregularidades.

A residência de Domingos Monteiro ficou a cargo do juiz de fora de Olinda, João Rodrigues Colaço, que assumiu a ouvidoria da Paraíba na sequência. A avaliação feita por João Colaço foi a de que resultaram algumas culpas ao sindicado. Dos seus oficiais da ouvidoria e da Provedoria dos Defuntos e Ausentes, apenas o tesoureiro desta, Antônio José de Foios, saiu culpado.

A residência foi tirada relativamente aos cargos de ouvidor-geral e de provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos e foram enviadas separadamente ao Conselho

¹²⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1567.

¹²⁹ Trataremos desta questão no próximo capítulo.

Ultramarino. Dispõe-se apenas da residência do lugar de provedor dos defuntos e ausentes¹³⁰. Para a do lugar de ouvidor, conhecesse somente seu sumário, contendo o resumo das principais acusações e a avaliação do juiz sindicante¹³¹. Para além de nos dar a conhecer algumas acusações feitas contra o ouvidor sindicado, o que a residência de Domingos Monteiro da Rocha pode nos dizer acerca do rito jurídico que a acompanhava?

4.4.1.1 *Para chegar à notícia de todos: pregões e editais da residência*

O primeiro passo para a realização da residência, assim está nas Ordenações e assim se verifica no caso analisado, é sua publicização. O anúncio das residências ocorria através de pregões e editais afixados nos lugares mais públicos das vilas e cidades.

A residência do ouvidor Domingos Monteiro foi iniciada em 17 de janeiro de 1759 e estaria aberta por trinta dias, para que qualquer um que tivesse alguma queixa contra o ouvidor ou contra seus oficiais fosse fazê-la perante o juiz sindicante. Para que os moradores das diversas partes da comarca fossem avisados da residência, o escrivão da mesma enviava cópias dos editais da sua realização.

Uma vez recebidos, deveriam ser pregados e afixados nos locais públicos (praças, pelourinhos, igrejas, etc). Esta forma de comunicar os eventos permitia às pessoas iletradas tomar dela conhecimento. Os editais da residência do ouvidor foram enviados para a Vila de Goiana, Cidade de Natal, Cidade da Paraíba e para os lugares de Taipú e Tibiri, pertencentes a essa capitania. Receberam-nos, o tabelião do público, judicial e notas da Vila de Goiana, o porteiro do concelho da Cidade da Paraíba e o escrivão do alcaide da mesma¹³². A certidão passada pelo escrivão do alcaide informa ter recebido os editais dia 15 de janeiro, ou seja, dois dias antes da abertura da residência.

Os editais enviados permitem perceber que, a despeito do largo território da comarca da Paraíba, a residência só foi anunciada nos três principais povoados da comarca (Cidade da Paraíba, Cidade de Natal e Vila de Goiana) e em mais dois lugares da Paraíba, Taipú e Tibiri, que acreditamos dever-se em razão de serem a localização de diversos engenhos. Ficou de fora a povoação de Piancó, sede do julgado localizado no

¹³⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 21, D. 1594.

¹³¹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 2036.

¹³² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 21, D. 1594, fls. 5vs-8vs dos autos.

sertão da capitania, onde o ouvidor deveria fazer correição a cada três anos, e importante centro de passagem e comércio do gado.

4.4.1.2. Geografia e perfil das testemunhas

Nos autos de residência do ouvidor Domingos Monteiro da Rocha constam 122 testemunhas que foram ouvidas ao longo de 16 dias¹³³. Os indivíduos que testemunham sobre as ações do ouvidor foram ouvidos na cidade da Paraíba e pertenciam maioritariamente à mesma cidade e seus arrabaldes. Da Vila de Goiana compareceram 7 testemunhas e da cidade de Natal apenas uma.

Os depoentes estavam representados por oficiais da administração, oficiais das Ordenanças, homens que viviam de suas lavouras ou negócios e alguns oficiais mecânicos. Importa dizer que muitas testemunhas eram previamente escolhidas pelo juiz sindicante¹³⁴. Como entende Tamar Herzog para o caso de Quito, elas constituíam um retrato das vozes de autoridade das comunidades¹³⁵. Há, portanto, uma clara diferença entre as testemunhas convocadas e aquelas que espontaneamente quisessem apresentar alguma queixa. Faz-se notoriamente ausente a menção a índios, negros, mulatos e mulheres¹³⁶. Considerados inferiores e rústicos na forja que moldava a hierarquia social do Antigo Regime, os testemunhos desses grupos tinham menor credibilidade jurídica e, por isso, não eram chamados a depor, nem se registou, igualmente, nenhuma acusação por parte deles.

Se as residências eram oportunidades para a apresentação de queixas contra os ministros, como explicar que alguns que se tornaram notáveis pelas numerosas denúncias recebidas, como o caso do ouvidor das Alagoas, João Vilela do Amaral, anteriormente

¹³³ A residência decorria ao longo de trinta dias, mas nem todos os dias faziam-se assentadas. Os depoimentos foram recolhidos nos dias 17, 18, 20, 22, 25, 26, 27, 29, 30 e 31 de janeiro e 01, 03, 07, 08, 10 e 12 de fevereiro.

¹³⁴ Na residência de João Rodrigues Colaço enquanto juiz de fora de Olinda, o ministro apresentou um rol de pessoas que considerava suspeitas para jurarem na sua sindicância por considerá-las suas inimigas. Listas como esta funcionavam como filtros para a avaliação do Desembargo do Paço em caso de serem apresentados capítulos contra o magistrado. AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 88, D. 7141 e SILVA, Priscilla de Souza Mariano e, *A Justiça no período Josefino: atividade judiciária e irregularidade dos ouvidores na Comarca de Pernambuco entre 1750 e 1777*, Dissertação, Mestrado em História, 2014, p. 111.

¹³⁵ HERZOG, Tamar, 2010, p. 179.

¹³⁶ A descrição das testemunhas é feita, basicamente, com a indicação do local de morada, idade e ocupação. Para muito poucos, o escrivão traz a menção a “homem branco”. Todavia, como a idoneidade dos indivíduos estava diretamente associada à sua posição social e a características étnicas, acreditamos que os homens que fugissem ao modelo de branco com mais de vinte anos estariam devidamente distinguidos.

citado, recebessem certidões impecáveis do Desembargo do Paço? Acreditamos que há três explicações possíveis. Uma está ligada à escolha das testemunhas por parte dos ministros sindicantes, pois este procedimento poderia favorecer os sindicados¹³⁷. O outro motivo parece residir numa leitura por parte das populações locais de ineficácia da residência como motor de denúncias contra os magistrados. As queixas que subiam ao Conselho Ultramarino podem sugerir uma maior confiança dos súditos no rei do que nos seus juízes, aliado ao anonimato garantido por esse meio. Uma terceira via parece residir também no próprio alcance geográfico das residências. Ainda que as informações circulassem verbalmente, a publicação dos editais a poucos dias da ocorrência dos eventos e a falta de publicação em locais mais distantes, como os povoados dos sertões, parece ser um fator a se considerar.

Dar boa residência era condição *sine qua non* para a progressão da carreira. Vale lembrar que os concursos para lugares de letras faziam-lhe menção, como ponto a ser considerado na avaliação dos candidatos. Com isto não se estava somente a averiguar os procedimentos dos juízes, mas parece ter sido um meio adicional destinado a garantir bons serviços dos ministros, dado que os condicionavam a seus melhoramentos nas carreiras. Também é provável que as residências sejam um mecanismo de controle que perdeu, ao longo dos séculos, especialmente no XVIII, parte da sua eficácia, através do uso de práticas cada vez mais generalizadas de favorecimentos recíprocos.

Além disso, parece-nos mais acertado pensar as residências menos a partir do resultado que elas poderiam oferecer do que de um meio que ficava disponível à Coroa para manter uma fiscalização sobre os magistrados, utilizando-as eventualmente para puni-los. A existência de algumas penas pecuniárias e o ser riscado do serviço real são demonstrações disso. Além disso, acreditamos que a Coroa dispunha de meios diferenciados de “punir” os maus juízes. Uma consulta do Conselho Ultramarino do ano de 1725 refere problemas ocasionados por ouvidores de quatro comarcas do Brasil¹³⁸. A partir da gravidade dos casos há uma resolução diferente.

Um dos ouvidores referidos na consulta é Manuel da Fonseca e Silva, ouvidor da Paraíba. A consulta menciona apenas atitudes despóticas do ouvidor, das quais não pudemos saber com exatidão. Menciona também os absurdos cometidos pelo ouvidor das Alagoas, que pela cronologia deve referir-se a Manuel de Almeida Matoso, e também os

¹³⁷ MELLO, Isabele, 2017.

¹³⁸ AHU, Códice 254, fls. 14vs-16. Agradeço a Cândido Domingues a indicação deste documento.

de Sergipe d'el Rei e de São Paulo. Refere ainda o caso do ouvidor de Rio de Janeiro, Antônio de Sousa de Abreu Grade, acusado de ter se casado com mulher natural da terra e de sua jurisdição sem licença régia. Diante dos casos dos ouvidores da Paraíba, de Sergipe, Alagoas e São Paulo, o procurador da Coroa afirmou que “são da qualidade que se podem reservar para as suas residências”, mas advertia que “não convém que sirvam por mais tempo que os três anos porque foram providos”. A falta cometida pelo ouvidor do Rio era punida com a suspensão do cargo, segundo as Ordenações. Assim determinou o rei, através do Conselho Ultramarino, acrescentando, “em castigo da sua culpa e para exemplo de outros ministros se não atreverem abusarem mal das leis de Sua Majestade” devia ser riscado do serviço régio¹³⁹.

A situação mais grave, entretanto, era a do ouvidor do Ceará, José Mendes Machado, e é sobre ele que a consulta se desenvolve mais longamente. José Mendes Machado foi o ouvidor nomeado para criar a comarca do Ceará. Segundo Reinaldo Carvalho, este ouvidor esteve envolvido em uma sucessão de conflitos envolvendo alianças e parcialidades entre duas das principais famílias da Ribeira do Jaguaribe, sertão do Ceará, os Montes e os Feitosa, e os poderes locais (capitão-mor e Câmara). Tais conflitos levaram a um grave levantamento dos moradores e à ordem de prisão do ouvidor por parte do capitão-mor. Entretanto, José Mendes Machado fugiu e as ordens para a realização da devassa do caso, bem como de sua residência, ainda não haviam sido executadas passados cinco anos desde os acontecimentos¹⁴⁰. Para Reinaldo Carvalho, os distúrbios ocorridos no Ceará envolvendo o ouvidor José Mendes Machado estavam ligados ao processo de institucionalização do aparelho judicial nessa capitania. A chegada de um oficial régio para administrar a justiça teria esbarrado na autonomia política usufruída pelo capitão-mor da capitania e pelos oficiais da câmara¹⁴¹.

Diante da iminência de um motim na capitania do Ceará, o procurador da Coroa foi do parecer que “o *remédio* consiste em o depor [ao ouvidor] do lugar”, porque “os avisos inclusos todos concordam em que o ouvidor geral deu causa a todas”, tirando devassa do caso¹⁴². Os conselheiros acompanharam o voto do procurador da Coroa, apontando que o remédio era a remoção do ouvidor e a nomeação de outro de grande

¹³⁹ AHU, Códice 233, fl. 323 vs.

¹⁴⁰ CARVALHO, Reinaldo Forte, 2015, p. 105-121.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*.

¹⁴² AHU, Códice 254, fls. 14vs-16 (grifos nossos).

inteireza e prudência para que “reduza aqueles vassallos a uma firme união, de sorte que se esqueçam dos ódios que tem havido entre uns e outros”¹⁴³.

Nesta consulta podemos, portanto, observar algumas respostas da Coroa à prevaricação dos juizes. Percebe-se que as denúncias menos graves eram deixadas para serem verificadas durante as residências e determinava-se a não recondução ao lugar quando terminado o tempo da nomeação. É o caso dos ouvidores da Paraíba, Alagoas, Sergipe e São Paulo. A falta cometida pelo ouvidor do Rio de Janeiro era considerada mais grave por ter desobedecido a lei régia e sua punição baseou-se nas leis do Reino (através da suspensão), mas acompanhado do afastamento do ouvidor do serviço real, como uma maneira de dar exemplo para os demais ministros. O caso de maior gravidade foi, entretanto, o do ouvidor do Ceará por perturbar o equilíbrio da República. A solução através da remoção do ouvidor adequava-se à ideia de que a “demonstração de o tirarem do seu lugar antes do tempo findo servirá de satisfação aos povos que dele se queixam”¹⁴⁴. A remoção do elemento perturbador seria indispensável para a restauração do bem comum. A utilização da palavra *remédio* por parte de vários conselheiros não nos parece fortuita. Ela coaduna-se à ideia do corporativismo político e também da teoria política que associava o corpo humano ao corpo místico da República, entendendo, com isso, a corrupção do corpo social como uma desorganização do equilíbrio e do funcionamento dos sistemas orgânicos por um determinado agente¹⁴⁵. Dessa forma, o expurgo deste agente seria o remédio para o retorno à harmonia do sistema.

À vista disso, entendemos que é preciso matizar a ideia de uma pretensa falta de punição aos maus juizes. As certidões de residência parecem dar esta impressão e por isso a compreendemos mais como um dispositivo à disposição da Coroa para manter uma fiscalização sob os magistrados do que propriamente como um mecanismo de controle. As punições podiam assumir formas variadas, desde as mais graves, como a prisão, a suspensão antes do final do tempo de nomeação ao ser riscado do serviço régio, até formas mais sutis como a demora para uma nova nomeação, ou mesmo uma pena pecuniária. É preciso, portanto, compreender todas essas possibilidades de castigo aos juizes, pois não se pode esperar dos homens da época modernos rígidos controles sobre os desvios e os

¹⁴³ *Idem, ibidem*, fl. 15.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, fl. 15vs.

¹⁴⁵ ROMEIRO, Adriana, *Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII*, Belo Horizonte, Autêntica editora, 2017, p. 22-25.

maus comportamentos dos agentes da administração que existem nas sociedades contemporâneas e que mesmo nessas falham.

A consideração de Stuart Schwartz acerca do envolvimento dos desembargadores da Relação da Bahia com negócios parece-nos ser a chave analítica mais acurada para compreender o período. Segundo Schwartz o limite para os negócios ou para os abusos cometidos pelos magistrados era variável e dava-se por um indicador do que a sociedade era capaz de tolerar¹⁴⁶. De certa forma isto mostra que as próprias comunidades atuavam no controle dos oficiais régios. O que poderia começar como apenas um murmúrio entre os grupos tinha possibilidade de avançar para uma situação de “por ser público e notório” e posteriormente para queixas formais perante os tribunais régios.

Neste capítulo nos propusemos a construir o perfil dos ouvidores que passaram pelas comarcas da Paraíba e de Pernambuco. A comparação entre os dois grupos visava responder uma questão de fundo mais ampla. Os lugares judiciais apresentavam uma hierarquia à maneira dos governos? Buscamos resposta para esta questão nos elementos prosopográficos, nos concursos para lugares de letras e nas carreiras dos ouvidores.

Os ouvidores que serviram na Paraíba e em Pernambuco apresentavam características comuns ao do conjunto dos magistrados que seguiam uma carreira no serviço régio. Eram todos formados por Coimbra, tendo a maioria optado pela formação em Direito Canônico. Grande parte deles era cristão velho de bons costumes, provenientes do Reino e agraciados com o Hábito de Cristo. A distinção entre os ouvidores da Paraíba e de Pernambuco ocorre, principalmente, no número de nomeações anteriores a esses lugares. Como vimos, a Paraíba representava a segunda nomeação para a maioria dos seus ouvidores, enquanto Pernambuco dividia-se entre a segunda e a terceira nomeação na carreira dos seus magistrados.

No concernente ao lugar posteriormente serviço, há também alguma diferença. Uma parcela maior dos ouvidores com passagem por Pernambuco seguia para um tribunal de Relação no Brasil ou no Reino. Argumentamos que esta ascensão não deve ser

¹⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart, 1979, p. 263-264.

imediatamente associada à comarca por si só, mas às etapas já percorridas nas carreiras e também a outros fatores, como a execução de diligências específicas e à mercê anteriormente concedida de um futuro lugar de desembargador. Acreditamos que a importância das comarcas estava vinculada ao número de vilas e cidades que a compunham, da população nelas existentes e da coincidência das suas cabeças com o centro político da capitania, aliado também ao número de funções anexos ao cargo de ouvidor.

Por isso, acreditamos que a lógica de nomeação dos magistrados seguia a hierarquia judicial dos lugares de letras e de suas comarcas, assim como acontecia aos governadores. Na América, os principais lugares de letras associavam-se à importância das capitanias onde se encontravam. Desse modo, parece-nos que, assim como os governadores com folhas de serviços mais extensas e de serviços dignificantes ocupavam, em geral, as capitanias principais, os magistrados mais bem avaliados nos concursos (através de boas residências e de diligências específicas realizadas) ou com promessas de mercês eram preferidos para os lugares de letras das capitanias principais. É preciso sublinhar, entretanto, que esse sistema de nomeações apresenta uma aritmética inexata e aspectos diferentes podem entrar na escolha das nomeações.

Servir na Paraíba representava o mesmo que servir em Pernambuco? Nossa resposta a esse questionamento é, ao mesmo tempo, positiva e negativa. Significava o mesmo no interior do quadro da hierarquia dos lugares de letras, de uma judicatura de correição que apresentava o mesmo regimento, ordenado inicial e valores de emolumentos que o de Pernambuco. Entretanto, o peso político e comercial adquirido pela capitania de Pernambuco eleva o lugar de ouvidor dessa capitania no interior da hierarquia dos espaços judiciais a um patamar superior ao da Paraíba.

A diferença que apontamos reside na concentração da jurisdição judicial na figura do ouvidor. Os ouvidores de Pernambuco, ao contrário, tiveram sua jurisdição e emolumentos diminuídos com a criação da ouvidoria das Alagoas, desmembrada de seu território, e com a criação do lugar de juiz de fora em Olinda, que se estendia também à vila de Recife. Além disso, havia a presença de outros oficiais régios, como o bispo e o governador. Este sim projetava sua autoridade sob um território muito mais amplo do que o governador da Paraíba, colocando, com isso, os ouvidores de Pernambuco numa posição de interlocutores menos acionados pela Coroa do que os da Paraíba, como referimos no capítulo anterior.

Em contrapartida, a comarca de Pernambuco tinha outros atrativos, como uma população maior, uma dinâmica comercial mais intensa e a presença de homens de negócios com grande cabedal. Isto retornava aos ouvidores na forma de emolumentos mais generosos, alguns deles provenientes dos testamentos dos homens ricos da capitania. Não por acaso, também, todas as mulheres com que os ouvidores de ambas as comarcas contraíram casamento eram naturais de Pernambuco. Não se pode, portanto, subtrair o impacto da capitalidade política e da importância econômica das capitanias aos lugares de letras nelas existentes. Todavia, o desdobramento do serviço nessa comarca tinha um impacto mais a nível pessoal do que propriamente no *cursus honorum* dos magistrados. Lembremos, outrossim, que os bacharéis nomeados para a ouvidoria de Pernambuco concorriam, concomitantemente, para outros lugares de letras de mesma graduação, deixando entrever que não havia preferência, na forma como institucionalmente os concursos estavam organizados, por um lugar específico. Pessoalmente sabemos que sim, pois de outra forma não haveria pedidos de dispensa de bacharéis já nomeados para a disputa de outros lugares de letras.

Uma vez selecionados, nomeados e embarcados, esses bacharéis estavam designados a passarem três ou mais anos na Paraíba. A estadia de alguns deles foi marcada por conflitos de naturezas diversas. Sobre alguns desses episódios passaremos a tratar no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 5

Entre agravos e agravos:

Conflitos de jurisdição e o mau uso da justiça

Um dos tópicos, possivelmente, mais discutidos pela historiografia brasileira dedicada ao tema da administração da América portuguesa é o dos conflitos. Os conflitos têm a vantagem de produzir uma quantidade mais expressiva de documentação e de permitir, boa parte das vezes, vislumbrar a posição de todas as partes envolvidas.

O tema dos conflitos costuma ser abordado através de estudos de caso. Não nos distanciaremos muito desse tipo de abordagem, mas nos dedicaremos a uma tipologia de conflitos de caráter *jurisdicional*. Isto implica desconsiderar atritos de teor pessoal, ainda que não haja um rigor cirúrgico entre as fronteiras do foro íntimo, das motivações meramente particulares e da esfera pública da administração. Com isto se quer dizer que se privilegia os conflitos movidos por questões de jurisdição.

Partiremos dos casos melhor documentados, sabendo, todavia que a ausência de fontes manuscritas não representa inexoravelmente a inexistência de conflitos. Por vezes, trata-se de perda de registros, mas por outras decorria da tentativa de se remediar as diferenças no próprio âmbito local. Nosso interesse nesse capítulo é, através da exploração de alguns conflitos, observar matérias de jurisdição que foram disputadas entre os ouvidores da Paraíba e outros atores do espaço da comarca e também da capitania de Pernambuco, dado que a anexação da Paraíba, a partir de 1755, a colocou sob a jurisdição deste governo.

Também procuraremos mostrar como os ouvidores e oficiais da justiça poderiam utilizar o poder conferido por seu cargo para favorecer seus parciais e beneficiar-se de negócios. Muitas vezes essas ações materializavam-se em práticas de *mau uso da justiça*, o que contrariava o ideal de *juiz perfeito* cultivado na literatura jurídica de Antigo Regime.

5.1. Conflitos de jurisdição

A jurisdição representava a base em que estavam organizados os poderes no Antigo Regime. *Iurisdictio* significava o poder de dizer o direito, isto é, de resolver conflitos, mas também remetia a atos de governo, indicando a detenção de autoridade para executar determinadas competências¹. A organização do espaço político a partir das jurisdições tem raízes medievais, remetidas ao período da formação dos reinos enquanto espaços políticos. Com o avançar do período primo-moderno o rei foi detendo a supremacia do poder jurisdicional, ou seja, foi cabendo apenas ao monarca a legitimidade em delegar jurisdições². Na base disso estava o entendimento predominante da teoria política da época, o corporativismo, a partir de basicamente dois princípios: o da atribuição do lugar de cabeça do corpo social ao rei e a delegação de poderes dos povos ao monarca para os reger. O rei se tornou, portanto, o responsável por sustentar a ordem imanente do cosmo, tarefa que passava principalmente por garantir a justiça³.

Os juízes régios que representavam o rei nessa função estavam assim legitimados por terem recebido do monarca a jurisdição para tal, a qual se dividia em ordinária e extraordinária⁴. A primeira estava na base da atuação da magistratura régia, apresentando funções estáveis e se materializavam nas cartas de nomeação e nos regimentos passados. O segundo tipo representava um acréscimo na jurisdição originalmente delegada ou uma autorização excepcional, habitualmente concretizada em atividades de sindicância ou de devassa.

A jurisdição determinava, portanto, as matérias que cabiam e os limites de ação de cada unidade do sistema político (juiz, oficial, câmara, junta, tribunal, etc). Essas questões eram estabelecidas através de instrumentos normativos como leis, alvarás e regimentos, mas também iam sendo definidos casuisticamente pelas decisões dos tribunais (assentos) ou, disruptivamente, pelos próprios estilos e práticas locais.

¹ A historiografia sobre o assunto é extensa. Ver principalmente HESPANHA, António Manuel, *As vésperas...*; HOMEM, António Pedro Barbas, *Judex perfectus...*; VALLEJO, Jesús & LORENTE, Marta (org), *Manual de Historia del Derecho...*; GROSSI, Paolo, *El orden jurídico medieval*, Madrid, Marcial Pons, 1996; GROSSI, Paolo, *A History of European Law*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2010.

² AGÜERO, Alejandro, «Las categorías básicas de la cultura jurisdiccional», In LORENTE, Marta (coord.), *De justicia de jueces a justicia de leyes: hacia la España de 1870*, Madrid, Consejo General del Poder Judicial, 2007, p. 21-58, *maxime* p. 36-38.

³ XAVIER, Ângela & HESPANHA, António, 1993.

⁴ HESPANHA, António, 2015, p. 43-44.

Toda jurisdição estava associada a um espaço e sobre ele era exercida⁵. Na transição do período tardo-medieval para a primeira modernidade começou-se a assistir à criação de unidades jurisdicionais que organizaram o território. No Reino eram preponderantemente os coutos e honras, julgados, vilas/cidades, comarcas, provedorias, bispados e províncias. No Brasil couberam aos julgados, vilas/cidades, capitanias, comarcas e bispados. Em ambos os lados do Atlântico havia, entretanto, estruturas que cobriam áreas fora dessa divisão político-administrativa. É o caso dos tribunais de relação e, para o Brasil, dos governos-gerais. As jurisdições funcionavam, portanto, como camadas que iam se aderindo assimetricamente aos territórios, criando concentrações mais espessas nas áreas de maior densidade populacional e, em contraposição, mais rarefeitas nos sertões, onde as fronteiras territoriais e jurisdicionais assumiam formas intersticiais difusas⁶.

Ainda que pudesse haver, e assim mostrou-se ser frequente, a sobreposição de jurisdições num mesmo espaço, que comumente dava azo para conflitos, como o já bem conhecido caso do Governo-geral do Estado do Brasil e o governo da capitania de Pernambuco no pós-restauração⁷, uma mesma jurisdição não costumava ser compartilhada. Como exemplo disto antecipamos uma questão a ser tratada nesse capítulo referente ao ouvidor de Itamaracá. A vacância da capitania, ocorrida por morte do donatário, levava a que a mesma retornasse à posse da coroa enquanto se determinava se haveria uma nova confirmação. Nesse momento, o ouvidor da Paraíba assumia Itamaracá não mais como corregedor, mas como ouvidor daquela parte. Neste caso, ainda que o ouvidor do donatário não tivesse finalizado seu triênio, era suspenso do cargo porque não poderia haver dois ouvidores numa mesma comarca.

Outra situação que pode ser citada se desenvolveu nos sertões do Rio de São Francisco. Este rio dividia os limites entre as comarcas de Pernambuco e da Jacobina (Bahia). Por se tratar de uma área de difícil alcance para os ouvidores de ambas as comarcas, mas ainda mais para os de Pernambuco, e por ser uma zona de facilidade de crimes, porém comercialmente importante por nela existirem muitas fazendas de gado que abasteciam Pernambuco e as Minas, foi sugerido, pelo ouvidor da Jacobina que as

⁵ HESPANHA, As Vésperas do Leviathan, 1994, p. 94.

⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno, *Arraiais e Vilas del Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas* [e-book], Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011, p. 268.

⁷ ACIOLI, Vera Lúcia Costa, *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – século XVII*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

justiças de ambas as comarcas pudessem executar os mandados dos juízes nas margens opostas do rio⁸. Ainda que a permuta valesse para ambos os lados, tornava-se proporcionalmente desigual à medida que a cabeça da comarca da Jacobina ficava mais próxima (cerca de 70 léguas) da freguesia da Barra do Rio São Francisco do Sul do que Olinda, distante mais de 200 léguas.

O perigo de tal proposta residia na entrada em uma jurisdição que cabia a outro magistrado. Pelo caminho institucional, a execução de prisões em jurisdição diversa era solicitada através de carta precatória e realizada pelos oficiais de justiça da comarca em questão. Naturalmente, o tempo gasto nesta depreciação favorecia a fuga dos réus.

As opiniões se dividiram acerca desta proposição. Enquanto o ouvidor de Pernambuco foi favorável, o vice-rei da Bahia e o desembargador da Relação, que havia servido de ouvidor na comarca da Bahia, mostraram-se contundentemente contra. Basicamente alegaram que o ouvidor da Jacobina, Manuel da Fonseca Brandão, procurava por este meio aumentar seus lucros e sua jurisdição ao ir em correição à freguesia da Barra do Rio Grande do São Francisco do Sul, que ficava na margem que cabia a Pernambuco, sendo uma das maiores povoações daquela parte. De modo assaz assertivo, o vice-rei asseverou que apenas alcançando o ouvidor da Jacobina a qualidade de “anjo do Apocalipse”, para ter um pé no mar e outro na terra, seria capaz de alcançar tão dilatada extensão⁹.

Numa atitude invulgar, porque sempre havia muita cautela, nas matérias de jurisdição, em evitar decisões que pudessem promover futuras dúvidas ou conflitos, o Conselho Ultramarino acatou a proposição, ficando, por conseguinte, autorizada pelo rei a passagem dos oficiais de justiça para a margem do rio oposta à sua jurisdição para execução de diligências¹⁰.

As jurisdições poderiam ser ampliadas quando se fazia indispensável remediar alguma circunstância. O “desta vez somente” conferia o caráter excecional dessas situações. Quando em 1744 houve em São Tomé um levante de negros e os principais cabeças foram presos e enviados para Salvador a fim de serem sentenciados pela Relação

⁸ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 73, D. 7114.

⁹ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 73, D. 6114. Sobre esta e outras questões relacionadas à criação da comarca da Jacobina ver CONCEIÇÃO, Hélida Santos, *O sertão e o império: as vilas do ouro na Capitania da Bahia (1700-1750)*, Tese de doutoramento em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 228-247.

¹⁰ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 92, D. 7456 e Cx. 102, D. 8027.

da Bahia, estes entraram com uma “exceção de incompetência” ao acórdão da Relação, alegando que eram moradores em São Tomé e que os delitos tiveram lugar nessa ilha, a qual estava fora da jurisdição da Relação da Bahia, e pediam que as culpas fossem sentenciadas na Corte¹¹. O rei, através de consulta ao Conselho Ultramarino, resolveu que os réus fossem sentenciados na Bahia, “dispensando na incompetência por esta vez”, vista a demora que já levava o caso, tendo morrido alguns na cadeia, e ficando o delito esquecido e “sem castigo para exemplo”¹². Interessante perceber que a falta de jurisdição nesse caso foi apontada pelos réus e não pelos próprios desembargadores, o que nos remete a considerar essa circunstância como um mecanismo de resistência ao buscarem formas institucionais dilatórias da sentença ou de disporem de algum favorecimento, que se desconhece, com um julgamento pelos tribunais do Reino.

A cartografia das jurisdições no Brasil forma, portanto, um desenho que não se coaduna com os limites territoriais das capitanias. Elas poderiam se sobrepor, apresentar pontos de intersecção, como demonstra o caso do São Francisco, ou simplesmente cortar circunscrições civis ou eclesiásticas¹³. A jurisdição constitui uma moldura ou suporte conceitual que permite articular três variáveis: espaço, direito e poderes¹⁴.

Como já foi dito em outro capítulo, a comarca é uma forma artificial e arbitrária de organização político-administrativa do espaço. Ela nem sempre promove coesão identitária entre as populações que a integra¹⁵. Defendemos que a comarca é uma construção teórica que se efetiva, em termos práticos, em zonas onde a comunicação

¹¹ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 102, D. 8076 e Cx. 105, D. 8292.

¹² AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 107, D. 8475.

¹³ É o caso da freguesia de Congonhas do Campo, na capitania de Minas Gerais, dividida entre os termos da cidade de Mariana e da Vila de São José e das comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes. Ver FONSECA, Cláudia Damasceno, *Arraiais e vilas d’el Rei*, 2011, p. 270.

¹⁴ Valemo-nos aqui dos trabalhos que procuram articular história do direito e geografia, a fim de compreender a construção jurídica dos espaços e a territorialização do direito. Esta discussão já teve lugar na década de 1980, inclusive através de António Hespanha, mas vem sendo atualmente retomada. Sobre o assunto ver SANTOS, Boaventura de Sousa, «Law: a map of misreading. Toward a postmodern Conception of law», In *Journal of Law and Society*, vol. 14, n. 3, 1987, p. 279-302; HESPANHA, António Manuel, El espacio político, In *La gracia del derecho*, op. cit., 1992, p. 85-121; BLOMLEY, Nicholas K. & BAKAN, Joel C., «Spacing out: towards a critical geography of law» In *Osgoode Hall Journal*, vol. 30, n. 3, 1992, p. 661-690; FARMER, Lindsay, «Territorial jurisdiction and criminalization», In *The University of Toronto Law Journal*, vol. 63, n. 2, 2013, p. 225-246; PASTERNAK, Shiri, «Jurisdiction and settler colonialismo: Where do laws meet?», In *Canadian Journal of Law and Society*, vol. 29, n. 2, 2014, p. 145-161; MECCARELLI, Massimo & SASTRE, María Julia Solla (eds.), *Spatial and temporal dimensions for Legal History. Research experiences and itineraries*, Frankfurt am Main, Max Planck Institute for European Legal History 2016.

¹⁵ É nesse sentido que António Hespanha fala em “rigidez e indisponibilidade político-administrativa do espaço”. Tanto este autor quanto Cristina Nogueira da Silva apresentam vários exemplos de comarcas com enclaves e territorialmente descontínuas. HESPANHA, António Manuel, *As vésperas do Leviathan...*, p. 94-95 e SILVA, Cristina Nogueira da, *O modelo espacial...*

político-administrativa alcançava¹⁶. Tomando por exemplo a comarca da Paraíba, os limites territoriais da jurisdição do ouvidor não correspondiam ao alcance efetivo do seu controle sobre o território. Em 1756 houve a intenção de elaboração de uma carta geral do Brasil, para a qual ordenou o secretário de Estado ao vice-rei do Estado do Brasil que mandasse que os ouvidores elaborassem “uma relação dos lugares e povoações do seu distrito com os nomes e as distancias que há de umas a outras praticando-se a mesma descrição dos rios que pelas ditas povoações passam individuando os seus nascimentos, e os que são navegáveis e em cada uma das vilas se declararão as distâncias de léguas ou dias de jornada que há das outras vilas circunvizinhas”¹⁷.

Esta ordem chegou para o ouvidor da Paraíba e a partir de sua execução dispõe-se de um mapa descritivo de quase toda a comarca (a exceção é a capitania de Itamaracá que não consta no documento enviado ao Conselho Ultramarino). Este mapa mostra a comarca da Paraíba a partir de 5 zonas da Capitania da Paraíba e 5 da Capitania do Rio Grande. Na primeira, as zonas correspondem aos pontos mais povoados do território da capitania, que eram a Cidade da Paraíba, a povoação do Piancó, a “capitania” de Mamanguape, a “capitania” de Taipú e a povoação do Cariri de Fora. Na capitania do Rio Grande são mencionadas cinco freguesias: N^a S^a da Apresentação (cidade de Natal), N^a S^a dos Prazeres (Goianinha), São João da Ribeira do Açu, N^a S^a da Conceição e Santa Ana¹⁸.

Em termos jurídicos, os limites geográficos, em alguns pontos ainda imprecisos, apenas representavam um enquadramento jurisdicional que permitia o conhecimento do território que pertencia à ouvidoria da Paraíba. Isto era fundamental para o recebimento dos pleitos judiciais e para tomar conhecimentos dos crimes que aconteciam. Entretanto, a área que o ouvidor efetivamente circulava era muito mais restrita, de modo que uma amplíssima parte de povoados não tinha acesso à justiça régia a não ser que peticionassem, por si ou por procuradores, ao ouvidor, o que envolvia, na maior parte das vezes, deslocamentos significativos. Em termos práticos, a comarca era constituída por zonas onde o direito era ou podia ser aplicado, o que a aproxima mais à imagem de um arquipélago com um centro (cabeça da comarca) e espaços mais ou menos periféricos a ele.

¹⁶ Nos baseamos nas considerações de António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan...*, p. 88-95.

¹⁷ IHGRN, Cartas e Provisões da Câmara de Natal, Livro 10, fl. 97.

¹⁸ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1564, transcrito em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, vol. 12, João Pessoa, Editora Teone LTDA, 1953, p. 5-14.

A jurisdição do ouvidor era exercida num espaço físico e político em que outros poderes também exerciam suas jurisdições. A dimensão territorial assumida pela comarca da Paraíba e a subordinação política da Paraíba ao Governo de Pernambuco na segunda metade do século XVIII puseram os ouvidores em contato com oficiais de outras capitanias. Os atores de maior projeção política que se relacionavam, direta ou tangencialmente, com os ouvidores da Paraíba foram os capitães-mores do Rio Grande e de Itamaracá, o governador da Paraíba, o ouvidor de Itamaracá, os provedores e câmaras das três capitanias e o governador de Pernambuco. O imbrincado de jurisdições que existia no espaço da comarca da Paraíba, do qual falamos no capítulo 4, serviu de mote para desencadear alguns conflitos relacionados a atos de governo. Mais uma vez sublinhamos que o interesse principal neste capítulo recai sobre entreveros promovidos por matéria de jurisdição, ainda que aí entrem fatores de natureza pessoal ou política.

Os conflitos de natureza jurisdicional envolvendo ouvidores foram mais comuns em comarcas onde existia mais de um ministro régio. Isto porque estava em disputa não só a *iurisdictio* das ações do governo da justiça, mas também a do poder de resolução dos conflitos. Já tivemos oportunidade de explorar esta questão ao longo da tese, fazendo menção a alguns conflitos entre ouvidores e juízes de fora de Pernambuco e de Angola e entre o juiz do crime e o ouvidor da comarca da Bahia. Para a Paraíba é com os ouvidores de Itamaracá que as relações se acirram de modo mais exacerbado.

As tensões de jurisdição entre oficiais que executavam funções políticas distintas entre si, como magistrados e governadores ou provedores, se tornavam mais rarefeitas. Não deixavam de existir porque as fronteiras que separavam as áreas da administração (governo, justiça, governo das almas, *oeconomia* e fiscalidade) tinham pontos de contato, de foro misto ou simplesmente pouco definidos. Essas desinteligências não eram, de modo geral, antecipadas pela Coroa, surgindo espontaneamente. Suas motivações precisam ser buscadas caso a caso, mas normalmente estavam calcadas em excessos na execução das funções, no exceder da própria jurisdição e na falta de moderação, sendo diversas vezes potencializadas por amizades e vínculos pessoais a indivíduos no círculo de poderes régios que criavam uma imunidade à repreensões por parte da Coroa. Os regimentos pelos quais os ouvidores e demais oficiais régios guiavam-se eram instrumentos normativos vagos em diversos assuntos e, como tivemos oportunidade de mostrar, não acompanhavam as dinâmicas políticas dos espaços ao longo do tempo. Tornavam-se, por isto, instrumentos desatualizados para a condução das práticas

administrativas cotidianas, não auxiliando a evitar dúvidas acerca de matérias de jurisdição.

Ainda que as questões jurisdicionais fossem mediadas pelo Conselho Ultramarino, elas não precisavam ser necessariamente vultosas, podendo incidir, como se verá, sob discordâncias acerca de formas de tratamento ou de entendimentos diferentes sobre estilos adotados nos expedientes de governo.

Em meio aos poderes existentes nas Capitanias do Norte, o governador de Pernambuco representava um dos principais interlocutores da Coroa nesse espaço durante a primeira metade do século XVIII. Da correspondência emitida pelo Conselho Ultramarino para essa capitania, mais de 10% referia-se a conflitos e atritos de jurisdição¹⁹, decorrente da *iurisdictio* dos governadores enquanto mantenedores da harmonia entre os poderes locais. É preciso lembrar que o governador ocupava o topo da hierarquia do oficialato periférico no Brasil. Uma passagem bastante expressiva dessa representação é a de Luiz Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco quando diz

Eu não vim “a este continente exceder o que devo, e da conta a Sua Majestade Fidelíssima o defender a regalia dos lugares segundo as qualidades de que os reveste, e não permitido a cada um além do que se lhe faculta pelos seus regimentos, exceto em casos tais que se faça preciso todo o procedimento pela distância do recurso o fazer indispensável e não fazer mais pronto remédio”²⁰

Sobre a relação jurisdicional entre ouvidores da Paraíba e governadores passamos a tratar no tópico a seguir.

5.1.2. Capitães-mores e Governadores

Os capitães-mores governadores²¹ representavam a principal autoridade régia com as quais os ouvidores da Paraíba conviviam cotidianamente na capitania. As fontes

¹⁹ CURVELO, Arthur, 2019, p. 277, gráfico 10.

²⁰ BNP, PBA, códice 121, fl. 558.

²¹ Alguns dos comandantes da Capitania da Paraíba depois da Restauração receberam, consoante as carreiras anteriores, o posto de capitão-mor ao passo que outros receberam de governador. De 1740 em diante, todavia, todos passaram a ter a patente de mestre-de-campo ou coronel.

documentais consultadas não são ricas em apresentar conflitos envolvendo ouvidores e governadores da capitania. Os casos existentes apresentam-se demasiado fugazes. Ainda assim foi possível localizar três episódios que mostram alguns pontos de disputa entre ouvidores e governadores.

O primeiro conflito que destacamos envolve o segundo ouvidor da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão. Seu caso é particularmente interessante porque se trata de um ministro que permaneceu na capitania até o fim da sua vida. Depois de servir como ouvidor da Paraíba, foi nomeado como juiz demarcador de terras nas Capitanias do Ceará e Rio Grande, recebendo, posteriormente, mercê de um lugar de desembargador da Relação do Porto sem concurso²². Aquele parece ter sido a última nomeação de Reimão, que depois recolheu-se à Paraíba onde tinha bens e família²³, sendo, entretanto, acionado para diligências pontuais.

Em 1699, Cristóvão Soares Reimão foi preso pela Câmara da Cidade da Paraíba e enviado ao Reino²⁴. A prisão de um ouvidor não era um acontecimento usual, embora se tenha notícias de alguns casos²⁵. Pelo regimento, a prisão apenas estava permitida em situações de flagrante delito²⁶. Fora desta circunstância, não se podia proceder contra os ministros, apenas dar conta ao rei²⁷.

Cristóvão Soares Reimão foi acusado de ter facilitado a fuga do sargento-mor Matias Vidal de Negreiros, transferindo-lhe da cadeia para a casa da câmara da cidade da Paraíba e indo visitá-lo por duas noites²⁸. A devassa da fuga do preso foi tirada pelo ouvidor de Pernambuco, ficando culpado o ouvidor da Paraíba, que esteve preso cerca de dez meses, primeiro em Recife, depois na Corte. O ouvidor, entretanto, apresentou sua defesa e saiu livre da culpa. Nesse ínterim, um novo concurso já havia sido feito para

²² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 377. Sobre Cristóvão Soares Reimão ver DIAS, Patrícia, de Oliveira, «O tirano e digno Cristóvão Soares reimão: conflito de interesses locais e centrais nas capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande no final do século XVII e início do XVIII» In *Revista Ultramares*, nº 1, vol. 1, 2012, p. 148-172; SILVA, Rafael Ricarte, *A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)*, Tese, Doutorado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2016.

²³ AHU, Códice 258, fl. 148.

²⁴ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 228.

²⁵ Foi o caso também do ouvidor do Ceará Antônio Loureiro Medeiros (AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 3, D. 176) e do ouvidor da comarca do Rio das Mortes, Joaquim Manuel de Seixas Abranches (ANASTASIA, Carla Maria Junho, 2005, p. 127).

²⁶ § 14 e § 15 do «Regimento do ouvidor de Pernambuco, de 1668» In IHGP, Livro Novo 1º do registro da Ouvidoria da Paraíba do Norte (1816), fl. 5.

²⁷ ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1797, fl. 93vs.

²⁸ ANTT, DP, Cascos de Consulta, Maço 933.

substituir Reimão na ouvidoria da Paraíba, mas por petição feita ao Desembargo do Paço, o rei concedeu-lhe o retorno à capitania para terminar o tempo que ainda dispunha como ouvidor²⁹.

Receosos da sua volta, os oficiais da Câmara da Paraíba e o capitão-mor da capitania alegaram não ser conveniente o seu retorno porque Reimão poderia querer vingar-se das pessoas envolvidas na devassa da sua prisão³⁰. Quando Reimão voltou à Paraíba, já havia nela chegado o novo capitão-mor governador, Francisco de Abreu Pereira. Os conflitos com Reimão foram um dos maiores percalços em seu governo. Um dos confrontos foi aberto em decorrência da suspensão do pagamento de algumas praças de soldados da capitania pelo ouvidor, sem consulta ao capitão-mor. O ouvidor ordenou à Câmara apenas o pagamento de não mais que trinta praças de soldado no forte de Cabedelo e de 80 nas duas companhias da cidade, além de não autorizar o pagamento de azeite para as guardas. Francisco de Abreu Pereira viu nesta atitude uma clara tentativa de ultrapassar os limites de sua jurisdição e de intrometer-se naquela que só pertencia aos governadores³¹.

Ainda no âmbito da jurisdição militar, Cristóvão Reimão e Francisco de Abreu se embateram num filão que parece ter sido bastante comum em outras capitanias e refere-se ao governador soltar os presos do ouvidor e vice-versa. Esta questão, entretanto, não nos fica devidamente esclarecida. Ambos tinham autoridade para mandar prender, mas alguns presos deveriam ser entregues à justiça, enquanto outros pertenciam à jurisdição do governador somente. A partir dos Regimentos do Governadores de Armas e dos Auditores de Gente de Guerra³², acreditamos que os presos que fossem militares tinham privilégio de foro e por isso deviam ser julgados pelo governador e pelo ouvidor por exercer a função de auditor da gente de guerra. É possível também que as pessoas presas por descumprir os bandos dos governadores fossem consideradas presos deste apenas. Os demais presos, via de regra, pertenceriam à Justiça.

Outra trincheira de embates foi a nomeação do escrivão de defuntos e ausentes, capelas e resíduos por Francisco Pereira. O ouvidor não aceitou a nomeação, arguindo que lhe competia enquanto Provedor dos Defuntos e Ausentes. O governador insistia na

²⁹ ANTT, DP, Cascos de Consulta, Maço 933; AHU, Códice 257, fl. 39.

³⁰ AHU, Códice 265, fl. 138vs-139.

³¹ ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1797, fl. 92vs-94.

³² «Regimento dos Governadores das Armas, seus Auditores e Assessores (1678)» In SILVA, José Justino de Andrade e, *Coleção Cronológica...* (1675-1683), 1877, p. 45-55.

nomeação, admitindo estarem ele e seus sucessores na posse de mais de quarenta anos dos ofícios de escrivão e tesoureiro dessa Provedoria. Agravando a situação, Reimão prendeu o tabelião enviado pelo governador que levava a provisão de nomeação para que fosse dada cumprimento. Não foi esta a primeira prisão arbitrária feita pelo ouvidor, que também mandou prender um alferes e um soldado da guarda da cadeia, ao que o povo o “habilitava de louco”³³.

Apesar de manter sua convicção na matéria, Francisco Pereira procurou o governador de Pernambuco para sanar as dúvidas. Este aconselhou-o a buscar a ajuda especializada de um letrado, indicando o ouvidor de Pernambuco, João Guedes de Sá. Examinando a questão, João Guedes de Sá disse que o parágrafo 25 do regimento dos oficiais dos Defuntos e Ausentes desfavorecia o governador³⁴. O governador e o ouvidor de Pernambuco entenderam que deveria assumir o cargo o tabelião mais antigo da cidade da Paraíba, “porque desta sorte cessa a questão do provimento, e fica Sua Majestade bem servido que não há de gostar de ver no Conselho Ultramarino papeladas sobre uma matéria que pertence à Mesa de Consciência e que se não compreende no regimento”³⁵.

O conselho de ambos parece ter resultado na acomodação de uma solução entre Francisco Pereira e Cristóvão Soares Reimão. Concordou-se que nenhum dos dois provesse o cargo e que o assumisse um escrivão, até que a decisão fosse resolvida nos tribunais do Reino³⁶. Francisco Pereira solicitava a Fernão de Mascarenhas que fizesse

memória desta minha ação obrada com o dito ouvidor para que em todo o tempo conste que só atende nela ao que Vossa Senhoria lhe pareceu, e ao desembargador João Guedes de Sá com que logo me conformei olhando para o que mais convinha ao serviço de Sua Majestade, e ao bem da Justiça, e do dito ouvidor por meio da reconciliação sem fazer caso dos motivos que tinha de escândalo e desobediências recebidas do dito ouvidor contentando-me com a verdadeira honra, e duelo de vencer

³³ Idem, fl. 101vs-102.

³⁴ “(...) E quando o Thesoureiro ou Escrivão estiverem impedidos, de tal modo, que não possam servir seus cargos, ou falecerem, o Provedor, comparecer do Bispo, se na terra estiver, ou de seu Provisor ou Vigário geral, proverão que na falta dos ditos Officiaes sirva, sendo pessoas suficientes, dando-lhes o juramento que sirvam bem e verdadeiramente, e tomando fiança aos Thesoueiros, como abaixo se dirá; e isto não havendo de durar o impedimento mais de seus mezes; porque havendo de durar mais, me avisarão, para eu provêr (...)”. §25 do «Regimento dos Officiaes das fazendas dos defuntos e ausentes», In SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1613-1619)*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1855, p. 77.

³⁵ ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1797, fl. 107.

³⁶ Idem, fl. 108.

inimigos do nosso Rei, e fortalezas sem fazer caso de trapaças da bacharelise imprudente (...)³⁷

O conagraçamento a que tinham chegado o ouvidor e o capitão-mor da Paraíba foi posto em xeque quando o governador-geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastre, fez menção, em carta dirigida a Francisco de Abreu, das desinteligências que haviam ocorrido com Reimão. Francisco de Abreu viu-se envolto numa situação nebulosa, pois referir-lhe suas razões de indisposição com o ouvidor seria renovar uma chaga que começava a curar³⁸. Ao mesmo tempo, não o fazer corresponderia a dar razão ao ouvidor e prejudicar a inteireza com que procurava governar a capitania.

Novamente, Francisco de Abreu aconselhou-se com o governador de Pernambuco, que era primo do governador-geral. A resposta de Fernando de Mascarenhas continha um alvitre político: “Poucas são as fadas mas, brevemente se verá Vossa Mercê livre desse homem, mas peço-lhe, que agora lhe faça as maiores galantarias que puder, ainda que contrafaça a sua vontade, porque é política, que se não deve desprezar”³⁹.

Houve, por parte de Cristóvão Soares Reimão, um excesso de jurisdição ao tomar para si algumas prerrogativas militares que só cabiam aos governadores, como no caso do pagamento das praças de soldados. No tocante ao provimento do escrivão dos Defuntos e Ausentes, o regimento de provedor lhe favorecia, mas um estilo antigo que estava em vigor na capitania da Paraíba, antecedente inclusive à presença de ouvidor letrado, colocava dúvidas à competência de Reimão em prover este ofício. O fato, entretanto, de Cristóvão Soares Reimão estar já no segundo triênio como ouvidor da Paraíba, tendo havido tempo para esta dúvida ter sido levantada, abre espaço à questão do poder político dos provimentos e da possibilidade de beneficiar aliados ou mesmo criados⁴⁰. Esta questão também foi comum a outras partes do Brasil. Na segunda metade do século XVIII, o governador da Paraíba denunciou o ouvidor por criar um ofício novo na provedoria dos defuntos e ausentes e prover nele um criado seu⁴¹. No caso que adiante se referirá, do escrivão da ouvidoria Antônio Rodrigues Campos, falam os denunciantes que este recebeu dinheiro do ouvidor para arrematar o cargo.

³⁷ *Idem*, fl. 108vs-109 (grifo nosso).

³⁸ *Idem*, fl. 125.

³⁹ *Idem*, fl. 125vs.

⁴⁰ Em 1709, já como juiz demarcador, Reimão declara ter 8 familiares que o servia. AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 23, D. 2105.

⁴¹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 16, D. 1305.

Não demorou muito para chegar o sucessor de Cristóvão Soares Reimão. Entretanto, para o desagrado de seus desafetos, o ouvidor não deixou a Paraíba, tendo sido nomeado como juiz demarcador de terras nas capitanias do Rio Grande e Ceará. A presença de Reimão ainda se faria por mais de uma década naquele território, sendo nomeado para outras diligências, como tirar residências e devassar dos acusados no levante dos Mascates, em Pernambuco⁴².

Cristóvão Soares Reimão era descrito como portador de um gênio inquieto, revoltoso e propenso a violências. É possível que essa característica lhe tenha custado alguns dos atritos nos quais esteve envolvido. Para o Conselho Ultramarino, entretanto, a notícia que se tinha era que Reimão procedera sempre com limpeza de mãos e zelo na administração da justiça e arrecadação da Real Fazenda, e que “se no modo se repara ser mais áspero do que se convinha, que isto lhe fez ter alguma desafeição daqueles moradores”⁴³.

Ainda na querela entre Cristóvão Soares Reimão e Francisco de Abreu Pereira, foi feito um papel, possivelmente por um advogado de Pernambuco, na forma de uma alegação jurídica, para aclarar os pontos de dúvida sobre o argumento do governador. David de Albuquerque, autor da peça, diz que

é certo que os governadores providos para estas capitanias do Brasil equiparam na jurisdição, no que lhes não é limitada, com os governadores de África e naquele território para que são superiores a todos os ministros, e particulares, e como a seus superiores devem todos obedecer nas matérias tocantes ao serviço de Sua Majestade a que mandarem dar cumprimento e quando alguns se sintam agravado deve recorrer aos meios de direito para o desagravo⁴⁴

Esta colocação remete a uma noção de hierarquia de autoridade que nem sempre esteve muito clara para os oficiais régios. No Brasil, os ouvidores estavam subordinados aos governadores, devendo obedecer-lhes nos assuntos do serviço real. Não podiam negar-se a diligências que eram do interesse de Sua Majestade. A desobediência estava autorizada apenas quando se tratasse de algo considerado ilícito ou danoso. Sobre este

⁴² MELLO, Evaldo Cabral de, *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, 1666-1715*, 2ª ed., São Paulo, Editora 34, 2003.

⁴³ AHU, Códice 265, fl. 139.

⁴⁴ ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1797, fl. 116.

particular, o governador do Estado do Maranhão, reclamou que o ouvidor do Pará declarava que “não tem obrigação de obedecer aos seus despachos, a que chama portarias e que ele representa a Pessoa de El Rei”. O ouvidor, por sua vez, defendeu-se, alegando que era o governador que “estribava o conceito de jurisdição que entendia ter absoluto sobre o cargo de ouvidor”⁴⁵.

Acerca dessa circunstância altercaram-se o ouvidor da Paraíba, Manuel José Pereira Caldas, e o governador e capitão-general de Pernambuco, José César de Menezes. No mês de junho de 1786, o ouvidor da Paraíba foi em correição à Vila de Montemor, uma das vilas fundadas no período pombalino a partir de antigas aldeias de índios, e prendeu o seu capitão-mor, José Peixoto de Vasconcelos. Da cadeia da Vila de Montemor foi levado para a da Cidade da Paraíba num cavalo “sem muita decência”, puxado por uma corda e acompanhado por uma tropa de índios. Esta situação foi denunciada ao Secretário de Estado, pelo governador de Pernambuco, alegando ter sido uma prisão arbitrária, pois João Vasconcelos era um homem de distinção e das principais famílias da Paraíba, e humilhante para o capitão-mor na forma como foi conduzido à Cidade da Paraíba, como se fosse “um negro”⁴⁶.

“Alguns ministros, que no tempo do meu Governo tem vindo a esta capitania servir a Sua Majestade seguem o sistema de que em nada são subordinados ao seu General”, inicia José César de Menezes sua missiva. Nesse nefasto sistema concorriam o utilizar escusas supérfluas para não comparecer às Juntas de Justiça ocorridas em Pernambuco, a falta de “atos de civilidade indispensável entre iguais, quanto mais com superiores”, demonstrados em não pedir licença para passar à capitania de Pernambuco, em não ir cumprimentá-lo quando lá estava e na prisão de um capitão-mor sem aviso ao seu general.

Manuel José Pereira Caldas apoiava seu ato a partir da seguinte legislação: §17 do alvará de 17 de maio de 1574, relativo aos capitães-mores⁴⁷, o Regimento dos corregedores das comarcas⁴⁸, os §8 e §26 do Regimento dos Governadores das Armas⁴⁹

⁴⁵ AHU, Avulsos, Pará, Cx. 26, D. 2490.

⁴⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 157, D. 11373.

⁴⁷ <http://www.argnet.pt/exercito/1574provisao.html>

⁴⁸ *Ordenações Filipinas*, livro 1, título 58.

⁴⁹ *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo V, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, p. 164, 165 e 169. Disponível em http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=115&acao=ver&pagina=172. Acesso em 13 de outubro de 2019.

e a provisão de 20 de julho de 1715 enviada ao ouvidor de Pernambuco⁵⁰. O Governador, entretanto, entendia que o ouvidor fundamentou seus argumentos em alguns trechos dessa legislação, desconsiderando outros. O capitão-mor João Vasconcelos Peixoto foi preso sob acusação de *usurpador de jurisdições* e de *perturbador da paz*. José César de Menezes defendeu que essas acusações se baseavam numa demonstração de desagrado pelas prisões feitas pelos capitães-mores aos criminosos em seus distritos. Todavia, esta questão era ainda mais antiga e enraizada e remetia a um conjunto de forças opostas que dividiam a capitania da Paraíba em torno do capitão-mor da Vila de Pombal, Francisco de Arruda Câmara, que contava com o apoio quase irrestrito de José César de Menezes e a objeção de Manuel José Pereira Caldas⁵¹. Para o primeiro, a prisão do capitão-mor de Montemor se tratava de uma maquinação do ouvidor visando embasar a prisão de Arruda Câmara⁵².

Ainda no plano da hierarquia entre governadores e ouvidores, o ouvidor da Paraíba, João Rodrigues Colaço, acusou o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, de tratar com termos menos políticos os ministros do que tratavam os seus subordinados militares. Com estes, utilizavam os governadores o estilo «Informe o Senhor Coronel», que se replicava pelos seus subordinados até o posto de capitão, enquanto que com o juiz de fora e com o ouvidor ora escrevia «Informe o Doutor juiz de fora; o Doutor ouvidor» e ora «Ordeno ao Doutor Juiz de Fora; Doutor Ouvidor»⁵³. A questão que João Rodrigues Colaço colocava remetia a uma situação ocorrida na capitania do Rio de Janeiro na década de 1730, entre o ouvidor Manuel da Costa Mimoso e o governador Luís Vahia Monteiro, referente à forma como este solicitava informações

⁵⁰ “Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves d’aquém e d’além-mar, em África Senhor da Guiné. Faço saber a vós ouvidor geral da Capitania de Pernambuco, que se viu o que escrevestes em carta de trinta de abril de 1713 sobre os sumários de testemunhas que o Governador dessa capitania costuma mandar-vos tirar, e por eles sentenciar os culpados, não sendo casos de devassa pela lei de que resultava grandes inconvenientes ao Serviço de Deus e Meu: e vendo-se também o que sobre o mesmo particular escreveu o dito Governador, queixando-se da repugnância que experimenta em lhe dares as informações, que vos pede em matérias pertencentes ao meu serviço para satisfazer ao que lhe ordeno e me dar com toda a individuação e verdade. Me pareceu ordenar-vos que nas matérias que pertencerem aos soldados procedais como Auditor na forma do Regimento dos Auditores; no que respeita às pessoas que não forem soldados, pertencentes à Administração da Justiça não deveis obedecer ao Governador, que não tem Jurisdição neste caso: porém havendo circunstância em que seja necessário tomar o Governador de vós alguma informação para me dar contas, lhe dareis com o sumário de testemunhas que tirardes, não se procedendo nunca por ele enquanto eu não dispuser o que se deve executar, e esta Ordem mandareis registrar nos Livros dessa Ouvidoria”. AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 157, D. 11373, anexo nº 3.

⁵¹ GUEDES, Paulo Henrique Marques, 2013, p. 141-147.

⁵² AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 157, D. 11373.

⁵³ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 21, D. 1601.

relativas ao serviço real ao ministro, passando aviso pelo secretário de governo, quando deveria escrever cartas assinadas por sua pessoa⁵⁴.

Ainda no Rio de Janeiro, no início do século XVIII, o fato do ouvidor-geral, José de Siqueira, colocar o «cumpra-se» nos bandos que o governador mandava publicar e registrar levou a mais um atrito de jurisdição que subiu ao Conselho Ultramarino. Foi determinado que ouvidor, como auditor, mandasse apenas registrar os bandos, sem pôr-lhes o «cumpra-se»⁵⁵. As questões de jurisdição envolvendo estilos e práticas de governo estavam relacionadas à hierarquia dos cargos e as respectivas formas de tratamento que a cada um cabia⁵⁶. Significavam, no fundo, a demarcação dos privilégios determinados pela jurisdição concedida aos oficiais pelo monarca. Além de resguardarem práticas existentes no Reino, que os próprios oficiais haviam seguido em outros cargos, qualquer inovação nas mesmas era perigosa porque poderia abrir espaço para um novo estilo, que poderia ser utilizado em outros espaços inclusive⁵⁷. Esses episódios locais também se desenvolviam no centro da monarquia, opondo tribunais ou indivíduos⁵⁸.

As circunstâncias conflitantes envolvendo o ouvidor da Paraíba, Tomás da Silva Pereira, e o capitão-mor governador da capitania, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1729-1734), também tocam na jurisdição militar e prendem-se a uma visita ou correição feita pelo ouvidor à Fortaleza do Cabedelo de que resultou um relatório do seu estado⁵⁹. A fortaleza do Cabedelo constituía a principal estrutura defensiva da capitania. No século XVIII ela ainda não havia se reerguido por completo da destruição promovida pelos embates contra os neerlandeses, continuando numa situação precária. No termo lavrado, Tomás da Silva Pereira menciona o estado lastimoso da fortaleza, bem como a existência de obras desnecessárias feitas pelo governador e pedia a realização de uma devassa. Os recursos para os reparos do Cabedelo provinham de Pernambuco. O ouvidor sugeria a

⁵⁴ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 21, D. 2324.

⁵⁵ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 13, D. 2560-2562.

⁵⁶ Uma situação que chegou ao conhecimento do Conselho Ultramarino, mas que não fica claro de quem partiu a informação, aconteceu no Maranhão, no ano de 1717, e referia-se ao fato de os ouvidores e juizes ordinários arrumarem suas varas antes de entrarem na sala onde o governador os recebia, sendo isto contra a lei e contra “o que se observa neste Reino, pois os Ministros que vêm à minha presença são obrigados a trazê-las como insígnias dos lugares que ocupam”. AHU, Códice 269, fl. 85.

⁵⁷ Foi o caso de João Rodrigues Colaço ao citar o exemplo do Rio de Janeiro.

⁵⁸ CARDIM, Pedro, «“Administração”, “governo” e “política”. Uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime», In BICALHO, Maria Fernanda & FELINI, Vera Lúcia do Amaral (org.), *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império português*, São Paulo, Alameda, Editorial 2005, p. 45-68; BICALHO, Maria Fernanda, «Entre a teoria e a prática: dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVII e XVIII)», In *Revista de História*, nº 167, julho/dezembro 2012, p. 75-98.

⁵⁹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 8, D. 668.

existência de um possível descaminho cometido pelo governador e pelo engenheiro militar responsável pelas obras na fortaleza do Cabedelo⁶⁰.

Seguiu-se disto uma acirrada contenda entre as duas autoridades, havendo, inclusive prisões, como a do capitão da Fortaleza, Manuel Fernandes Abrunhosa, por ter permitido a entrada do ouvidor⁶¹. O que nos interessa destacar com este exemplo é que ele também incide sob a jurisdição militar do governador. Francisco Gorjão destacou em uma de suas missivas que “como esta Fortaleza não seja Castelo em que o dito Ministro tenha jurisdição para obrigar os Alcaides-mores à sua reedificação”⁶². Inaldo Chaves Júnior mostra que este conflito de jurisdição apresentava como pano de fundo uma tentativa de atingir o governador e o engenheiro militar. As causas disto não ficam muito claras, mas indicam se tratar de revelias pela forma despótica de agir do governador⁶³.

5.1.2. Ouvidores de Itamaracá

Ao longo de quase todo o período de que tratamos, a capitania de Itamaracá foi um palco de disputas entre Pernambuco e Paraíba. No nível das relações políticas e jurisdicionais, os ouvidores da Paraíba mantiveram com os ouvidores de Itamaracá e com os governadores de Pernambuco uma espinhosa relação. Desde os anos iniciais de funcionamento da ouvidoria da Paraíba pode-se identificar problemas relacionados à atuação dos ouvidores nesse espaço. Como dissemos em outros capítulos, sob o território da capitania de Itamaracá incidiam jurisdições de três agentes: o donatário, o governador de Pernambuco e o ouvidor da Paraíba.

A jurisdição judicial de Itamaracá ficava compartilhada entre o ouvidor dessa capitania e o ouvidor da Paraíba, que entrava em Itamaracá como corregedor da comarca. O ouvidor donatário era nomeado pelo donatário, mas quando este falecia e a Coroa tomava posse da capitania, provia-o o governador de Pernambuco. A ocorrência dessas mudanças e a concessão de jurisdições válidas *uma vez somente* estiveram na raiz da

⁶⁰ CHAVES JÚNIOR, José Inaldo, “*As duras cadeias de hum governo subordinado*”: história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c. 1755-c. 1799), Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 115.

⁶¹ *Idem*, p. 116-117.

⁶² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 8, D. 668.

⁶³ CHAVES JÚNIOR, 2013, p. 115.

controvérsia de jurisdição ocorrida entre o ouvidor de Itamaracá, José Camelo Pessoa, e o ouvidor da Paraíba, Antônio Ferreira Gil⁶⁴.

Segundo José Camelo Pessoa, o ouvidor Antônio Ferreira Gil quis se arvorar de uma jurisdição que foi concedida pelo rei ao primeiro ouvidor da Paraíba. Antônio Gil entendeu que com o falecimento do Marquês de Cascais e o vencimento do alvará de manutenção que garantia a jurisdição da capitania a esta Casa senhorial, Itamaracá passaria para a Coroa e ele assumiria o lugar de ouvidor dessa capitania, como território da ouvidoria da Paraíba. Antônio Ferreira Gil colocou, então, um juiz comissário para assumir o seu lugar nessa capitania e recolheu-se à Paraíba.

Entretanto, o governador de Pernambuco, compreendendo ser sua a jurisdição de investidura do ofício de ouvidor de Itamaracá quando esta se mantinha sob a posse da Coroa, nomeou ouvidor a José Camelo Pessoa. Entrando na posse referida, o ouvidor de Itamaracá suspendeu o juiz comissário posto por Antônio Ferreira Gil e assumiu todas as prerrogativas que ele cria estar na sua alçada, passando cartas de seguro, alvarás de folha corrida e servindo de provedor dos defuntos e ausentes.

Antônio Ferreira Gil, entretanto, voltou a insistir na inteligência da sua jurisdição e reiterou a nomeação que tinha feito de juiz comissário para substituí-lo. Da mesma forma fez o governador de Pernambuco, nomeando por segunda vez ao mesmo José Camelo Pessoa. Para este e para os letrados que consultou sobre a questão,

(...) como esta Capitania era Terra que sempre teve ouvidor pelo Donatário com Território próprio antes da entrada do Holandês, e por isso os proviam os Governadores [de Pernambuco] naquele tempo, que esteve depois da Restauração pela Real Coroa até que Vossa Majestade foi servido por não ocupar outro sujeito, nomear aquele primeiro ouvidor da Paraíba com a mesma jurisdição nesta capitania, ficou por aquela vez somente sendo Território da Paraíba quanto à jurisdição permitida por Vossa Majestade ao dito Ministro⁶⁵.

Poucos anos depois, a mesma questão de jurisdição ressurgiu, sob as mesmas roupagens. Falecendo a Marquesa de Cascais, donatária da capitania de Itamaracá, tomou posse para a Coroa o ouvidor Domingos Monteiro da Rocha. Entendendo, da mesma forma que Antônio Ferreira Gil, pertencer-lhe a jurisdição de ouvidor no território da

⁶⁴ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 70, D. 5931.

⁶⁵ *Idem*.

capitania de Itamaracá, nomeou um juiz comissário para substituí-lo enquanto ia cuidar dos assuntos da frota. Este ouvidor passou a usar da mesma jurisdição dos corregedores, conhecendo da causa do juízo dos ausentes e passando cartas de seguro. Na mesma compreensão que o seu antecessor, o governador de Pernambuco nomeou ouvidor para Itamaracá⁶⁶.

Por resolução do Conselho Ultramarino ficou decidido que não poderia haver mais de um ouvidor na mesma comarca e que Itamaracá era distrito da Paraíba (e não território) e isto significava apenas estar sujeita à correição do ouvidor da Paraíba. Esclarecia também que durante as vacâncias em que Itamaracá passava para a Coroa, a mesma capitania se conservava “na posse e no uso da jurisdição do donatário até ou passar sucessor, ou em determinar o contrário, não se podendo logo haver esta como um lugar da Coroa, nem a nomeação deste ouvidor mais que uma providência interina”⁶⁷.

Interessante perceber que situações como esta pareciam não estar claras após mais de cinquenta anos da criação da ouvidoria da Paraíba. O elevado número de diferentes interventores nesse espaço e a falta de clareza por parte da Coroa na expedição das suas ordens, aliada à prática de não derogar normas anteriores, criava uma zona de jurisdições múltiplas, sobrepostas e mal definidas. Em parte, isto correspondeu a uma prática governativa da Coroa para deter o poder de resolução dos conflitos. Por outro lado, correspondia a uma característica da própria administração portuguesa.

Esta mesma questão não se encerrou com Domingos Monteiro da Rocha. Repetiu-se, uma vez mais, com João Rodrigues Colaço, na década de 1760, e ganhou uma dimensão ainda maior. O ponto de partida foi o mesmo, o falecimento da donatária e a espera pela decisão de uma nova confirmação da posse da capitania aos Marqueses de Lourical. João Rodrigues Colaço deu posse de Itamaracá à Coroa e tirou a residência do ouvidor donatário, Manuel Fernandes Campos, que afirmava não ter terminado os três anos da sua provisão. Este buscou auxílio no governador de Pernambuco, que disse a Colaço que esperasse uma resposta do rei, pois não era tão notória a falta de jurisdição do ouvidor do donatário, ao que tudo desconsiderou Colaço, segundo Luís Diogo Lobo da Silva, governador e capitão-general de Pernambuco e suas anexas à essa época⁶⁸.

⁶⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 83, D. 6915.

⁶⁷ AHU, Códice 261, fl. 284vs-285.

⁶⁸ BNP, PBA, Códice 121, fl. 557.

Para justificar os excessos e interesses com que agiu João Rodrigues Colaço ao tirar sua residência, Manuel Fernandes Campos fez, perante o tabelião local, um auto de justificação, ou seja, uma prova judicial em que apresentava testemunhas que confirmavam os itens que ele declarava no documento. Colaço denunciou o abuso de jurisdição do governador ao tirar este auto do cartório do tabelião, declarando ser contra a lei. Luís Diogo justificou-se dizendo que precisava desses papéis para escrever uma conta a Sua Majestade. Esta era uma prática utilizada pelos juízes para terem disponíveis mais rapidamente os papéis pertencentes a outros juízos, ainda que não fosse fundada em razões de direito. O alvará régio promulgado em 23 de outubro de 1752 proibiu tal prática, estabelecendo que os feitos judiciais fossem pedidos por carta avocatória ou precatório⁶⁹. Se este meio tivesse sido seguido, o ouvidor da Paraíba teria conhecimento da ação, pois sua execução dependeria da sua autorização. O governador também ficaria obrigado a emitir um recibo de recebimento dos papéis⁷⁰.

O desenvolvimento deste episódio mostra que aparentemente havia alianças entre João Rodrigues Colaço e alguns moradores de Itamaracá, como o provedor da Fazenda Real da capitania, João do Rego Vidal, e seu genro, Martinho de Melo, interessados tanto em ocupar o cargo de ouvidor de Itamaracá, como em serem favorecidos pelo ouvidor nas questões que estavam ao seu alcance, como eram as eleições da câmara da vila de Goiana⁷¹.

As múltiplas jurisdições existentes em Itamaracá e a pouca definição das situações de vacância da capitania abriam espaço para disputas políticas, travestidas de jurisdicionais, pelo controle da capitania. Detalhamos em outro capítulo a disputa que havia entre Paraíba e Pernambuco para ampliar suas jurisdições sobre Itamaracá. Os governadores da Paraíba utilizavam, inclusive, a dimensão da jurisdição territorial do ouvidor da Paraíba (comarca) como justificativa para ampliar seu raio de ação política. O mesmo faziam os governadores de Pernambuco, tentando “completar” (pois já a tinham no político, no militar e no fiscal quando se extinguiu a provedoria de Itamaracá, em 1760⁷²) a jurisdição sob a capitania passando a correição de Itamaracá para o ouvidor de Pernambuco. Até o momento, este parece ser um embate protagonizado pelos

⁶⁹ «Alvará de 23 de Outubro de 1752. Ordenando que os Ministros peçam os autos por Cartas Avocatórias ou Precatórias aos outros Ministros e os não mandem tirar por mandado» In SILVA, Antonio Delgado Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa, 1750-1762*, Lisboa, Typographia Maigrense, 1830, p. 145-146.

⁷⁰ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 94, D. 7443, parecer do Procurador da Coroa.

⁷¹ BNP, PBA, Códice 121, fls. 557-752.

⁷² VELEZ, Luciana, 2016, p. 254.

governadores, que fazem uso de um discurso jurisdicionalista para ampliar seu controle sob os territórios. Havia uma comunhão de interesses que ainda fica pouco claro, mas estava evidente no desejo expresso por alguns moradores de Itamaracá em entrar na correição de Pernambuco, como indica Luciana Velez⁷³. Sobre a alteração envolvendo João Rodrigues Colaço, Luís Diogo Lobo da Silva e Manuel Fernandes Campos, o procurador do donatário escreveu para o Marquês de Louriçal as sintomáticas palavras:

No que respeita às desordens que houve na capitania de Vossa Excelência o ano passado, se a Vossa Excelência fosse possível rever as cartas que tenho escrito a essa Augusta Casa de Cascais /de mais de 20 anos a esta parte/ acharia, que sempre disse, digo e direi que enquanto os Doutores Ouvidores da Capitania da Paraíba forem corregedores da de Itamaracá, sempre há de haver nesta inquietações; e para isto a minha instância antigamente se procurou que os D.D. [Doutores] ouvidores de Pernambuco fossem os corregedores de Itamaracá /e esteve este requerimento quase conseguido/ pela boa informação que acerca disso deu o Senhor Duarte Sodré Pereira, e sendo governador e Capitão General deste Pernambuco, que me fez mercê mostrá-la⁷⁴.

Esta “boa informação” dada pelo governador de Pernambuco Duarte Sodré, pode corresponder à conta que escreveu em 7 de setembro de 1730, na qual ele e o governador da Paraíba apresentaram propostas de reforma jurisdicional nos territórios das capitanias do Norte⁷⁵. Os interesses subjacentes de moradores de Pernambuco e de Itamaracá em passar esta capitania para o distrito da comarca de Pernambuco talvez residisse na extensão de famílias, terras e negócios entre uma e outra. Ter as questões judiciais sob a guarda do mesmo ministro talvez lhes facilitasse o bom desempenho nos pleitos. Não se pode desconsiderar o processo de *abrasileiramento* que os juízes régios sofriam nas suas jurisdições⁷⁶. Tendo isto em conta, beneficiar e ser beneficiado pelo mesmo juiz era mais confortável do que conquistar a amizade do ministro da comarca vizinha, não obstante a proximidade entre Paraíba e Pernambuco.

⁷³ VELEZ, Luciana, 2016, p. 192.

⁷⁴ PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/MCS, Caixa 76, pasta 73 [carta de Manuel Ferreira da Costa ao Marquês de Louriçal, 26 de junho de 1760].

⁷⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 41, D. 3705. Este assunto foi tratado com bastante detalhe por José Inaldo Chaves Junior, 2017, p. 168-187.

⁷⁶ SCHWARTZ, Stuart, 1979.

5.1.3. Ouvidores sucessores

Os conflitos com os ouvidores sucessores são, aparentemente, menos frequentes na Capitania da Paraíba, mas se replicam em outras comarcas do Brasil e costumam aparecer sob a forma de recusa em deixar o cargo. Alguns exemplos bastante notórios ocorreram com o ouvidor das Alagoas Manuel da Costa Matoso e com o ouvidor do Ceará Antônio Loureiro de Medeiros⁷⁷. O caso que gostávamos de destacar nessa seção envolve os dois últimos ouvidores do nosso grupo de análise, Antônio Filipe Soares de Andrade Brederode e Gregório José da Silva Coutinho.

Antônio Filipe Brederode foi ouvidor da Paraíba por três triênios (c. 1787- c. 1797)⁷⁸. Antônio Brederode nasceu em Porto Salvo a 26 de maio de 1757. Teve como padrinhos de batismo o Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, e a Condessa Leonor Launn, esposa do Marquês de Pombal. Os padrinhos, por si só, revelam, a proximidade da família do ouvidor com as principais figuras políticas da época. Proximidade esta que se estreita mais com o parentesco entre o pai de Brederode, José Joaquim Soares de Andrade, com Diogo Inácio de Pina Manique, sendo os dois primos em 1º grau pela via materna⁷⁹.

A comarca da Paraíba foi para Brederode sua segunda nomeação. Antes dela, havia servido o lugar de juiz do crime do Bairro do Mocambo, no Reino. Foi para as plagas tropicais no ano de 1787 e permaneceu nelas por toda sua vida, vindo a falecer em 1822, no Rio de Janeiro, sem deixar descendência⁸⁰. Por quase dez anos deteve-se na Paraíba como ouvidor. Tempo suficientemente dilatado para estabelecer nessas terras seu círculo de influência.

A presença de Antônio Brederode na comarca da Paraíba gerou grande balbúrdia. Jerônimo José de Melo e Castro, governador da Paraíba (1764-1797), queixava-se de nunca dantes ministro algum haver descumprido suas ordens ou desrespeitado sua

⁷⁷ PEDROSA, Lanuza, 2010; CARVALHO, Reinaldo Forte, *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2015, p. 121-128.

⁷⁸ A atuação de Antônio Brederode na comarca da Paraíba foi explorada na nossa dissertação de mestrado. Cf. PAIVA, Yamê, 2012.

⁷⁹ OLIVEIRA, Eduardo Fernandes de; SANTOS, Fernando Brederode, *Brederode da Holanda a Portugal. Oito séculos de história de uma família europeia*, Lisboa, Texttype, 2002, pp. 112-113.

⁸⁰ *Idem, ibidem*.

autoridade. O que poderia parecer apenas retórica materializa-se frente à considerável documentação produzida por seus delatores.

Segundo as denúncias feitas, Brederode envolveu-se em diversas sociedades de negócios, extorquiu dinheiro, barganhou com os expedientes da justiça e agiu com violência com alguns indivíduos. Para a execução de suas deliberações serviu-se dos oficiais de justiça e da rede de sócios que construiu. Estes iam, desde os seus oficiais, a advogados, meirinhos, capitães e sargentos-mores, alferes, padres e homens das elites locais⁸¹.

O término da nomeação de Brederode não arrefeceu os ânimos na capitania. A chegada do sucessor, Gregório Coutinho, natural de Goiana, vila da capitania vizinha, Itamaracá, promoveu a formação de dois partidos, cada um encabeçado pelos dois ministros. Gregório Coutinho possuía extensa parentela nas capitanias de Paraíba e Itamaracá, sendo o seu pai capitão-mor da última. Este bacharel ficou responsável por tirar a residência de Brederode, sendo esta ação o ponto de partida para o conflito que se seguiu.

Antônio Brederode acusou o sucessor de tê-lo prejudicado, apontando-lhe culpas que disse não serem verdadeiras. Outra residência foi, então, tirada e desta vez por um ministro de fora, enviado do Reino. Brederode ficou livre das culpas e Gregório Coutinho acusou o seu antecessor de ter favorecido o juiz sindicante para sair beneficiado⁸².

Considerando-se o tirar residências uma função jurisdicional, sendo, nesse caso, delegada, em razão de ser preciso uma autorização para executá-la, Gregório Coutinho parece ter-se excedido no seu exercício, deixando transparecer motivações pessoais ao querer incriminar Brederode por procedimentos que executou contra seus parentes⁸³. O ouvidor ultrapassou, portanto, seu próprio limite jurisdicional (na forma, procedimento e motivações com que conduziu a residência), sem que, nesse caso, houvesse prejuízo das funções de outro oficial.

Não referimos aqui outros agentes políticos, como câmaras e provedores porque os (poucos) conflitos que os envolvem apresentam características essencialmente políticas. As queixas recaíam basicamente sob fraudes nos pelouros pelos ouvidores para eleger parciais e denúncias dos ouvidores de cobrança exacerbada pelas câmaras de

⁸¹ PAIVA, *op. cit.*, capítulo 3.

⁸² PAIVA, *op. cit.*, capítulo 3.

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 114.

emolumentos com festividades. Na base de alguns desses conflitos encontram-se ações que remetem ao mau uso da justiça por parte dos juízes e seus oficiais. Sobre este aspeto passamos a tratar a seguir.

5.2. O mau uso da justiça ou a justiça como negócio

Grande parte das queixas e dos conflitos envolvendo magistrados no Brasil estava, na maioria das vezes, ligada a questões relacionadas ao *mau uso da justiça*. Por mau uso da justiça entende-se o desvio das finalidades que os juízes deveriam seguir para o bem comum da República⁸⁴. A teoria política predominante na sociedade ibérica de Antigo Regime atribuía à justiça a função de um pilar fundamental de sustentação das monarquias. Reforçando esta ideia, a literatura jurídica de *ius commune* ajudou a construir uma imagem idealizada da justiça e dos juízes, que se pautava na reunião de um conjunto de qualidades assentadas na virtude cristã, conduta moral e profissional e decoro público⁸⁵.

Na prática, todavia, deparamo-nos com inúmeras queixas que revelam desvios das principais virtudes dos juízes, provenientes, em sua origem, das próprias qualidades dos príncipes que eles representavam. Essas queixas estavam ligadas a ações que alguns historiadores denominam por *corrupção*. Este conceito tem sido repensado a partir dos tratados políticos e da literatura jurídica da época, assim como do emprego que este vocábulo tinha nas fontes de natureza administrativa⁸⁶. Concordando que corrupção era uma palavra pouco usada para designar práticas ilícitas, e dado o peso que a mesma ganhou na atualidade, preferimos recorrer aos termos da época que referiam à transgressão dos comportamentos e virtudes esperadas dos juízes e oficiais da administração, como ilicitude, descaminho, peita, prevaricação, barataria. A palavra

⁸⁴ MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «El mal uso de la justicia en la Castilla del siglo XVII», In PÉREZ, José Ignacio Fortea; GONZÁLEZ, Juan Eloy Gelabert; MOVELLÁN, Tomás Mantecón (coord.), *Furor et rabies: violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, 2ª edición digital, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, 2013, p. 73.

⁸⁵ Sobre este assunto conferir HOMEM, Antônio, 2003, p. 589-612 e HESPANHA, António Manuel, «O modelo moderno do jurista perfeito», In *Tempo*, vol. 24, n. 1, jan./abr. 2018, p. 60-88.

⁸⁶ Ver, por exemplo, os artigos do dossiê *Corrupción en la América hispana y portuguesa en los siglos XVI y XVIII* da Revista Complutense de Historia de America, vol. 43, 2017; ROMEIRO, Adriana, *Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017; BERTRAND, Michel, «Viejas preguntas, nuevos enfoques: la corrupción en la administración colonial española», In CASTILLO, Francisco Andújar & FUENTE, María del Mar Felices (Eds), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, p. 46-62.

corrupção como é empregada hoje não encontra uma correspondência exata ao modo como os homens e a organização política pré-estatalista consideravam estas ações, porque ela está atualmente moldada a partir do conceito de um sistema político que busca, através de uma legislação específica, evitar e punir os vícios dos seus integrantes. Convém lembrar que o período de que tratamos é regido por uma justiça de juízes e não de leis⁸⁷, do que se depreende que os juízes não eram aplicadores intransigentes e imparciais da lei. Eles a interpretavam segundo um corpo normativo e doutrinário, mas a partir de uma matriz jurisdicional do período moderno, que, como já se disse, sustentava uma ordem indisponível, porque estabelecida pela divindade, destinada a salvaguardar o bem comum e atribuir a cada um aquilo que lhe pertencia.

Pretendemos, entretanto, embasar nossa discussão sob a noção de *mal uso da justiça* porque, além de estar correlacionada a formas de corrupção, ela se aproxima mais estreitamente da noção da época de *juiz perfeito* e do seu reverso, o *mau juiz*⁸⁸. O mau juiz podia ser aquele que julgava com dolo. A natureza das fontes que utilizamos não possibilita ver esta vertente da prevaricação dos juízes. Ela apresenta-se com frequência nos processos judiciais, os quais, pelas várias instâncias que percorriam, iam-se confirmando ou corrigindo as sentenças dos juízes inferiores. «Julgou bem» ou «julgou mal» o juiz, costumava-se dizer. O julgar mal por imprudência ou negligência distinguia-se do dolo. Naqueles casos, o reequilíbrio da justiça fazia-se com a condenação em custas para o juiz⁸⁹. Assim se passou com Antônio Vanguerve Cabral, enquanto ouvidor donatário na Capitania de Itamaracá, na causa crime de furto de um escravo movida pelo sargento-mor Francisco Camelo Valcacer contra Cristóvão Taveira. A Relação da Bahia, para onde foi agravada a sentença dada por Vanguerve, entendeu que o ouvidor julgou mal e determinou a restituição do réu à prisão e o pagamento de 20 mil réis por Antônio Vanguerve para as despesas da Relação⁹⁰.

Detemo-nos, portanto, no mau uso da justiça decorrente da sua utilização para benefícios pessoais ou de terceiros. Antes de mais, importa dizer que a administração da justiça remete a uma relação que envolvia toda a comunidade. Frequentemente, a discussão historiográfica volta-se para a atuação local dos juízes, desconsiderando ou

⁸⁷ Remetemos esta ideia principalmente à obra SARIÑENA, Marta Lorente (coord.), *De justicia de jueces a justicia de leyes: Hacia la España de 1870*, Madrid, Consejo General del poder judicial, 2007.

⁸⁸ Esta noção está presente em muitos manuais jurídicos do século XVIII. Alguns exemplos em HOMEM, António Pedro Barbas, *Judex perfectus...*, p. 602-607.

⁸⁹ Idem, p. 615-617.

⁹⁰ CABRAL, Antonio Vanguerve, *Prática judicial...*, parte II, capítulo 1, §§14 e 15, p. 166-167.

minorando o papel dos atores no seu entorno e convívio. Como refere Tomás Mantecón, os usos da justiça aconteciam de forma variada, podendo-se distinguir três níveis. Um deles quando as próprias pessoas recorriam aos juízes e tribunais para resolverem seus conflitos. Um segundo patamar se dava num nível extrajudicial, ainda que os juízes pudessem atuar enquanto árbitros ou mediadores das contendas. Por último, ocorria através da ação direta dos ministros do rei⁹¹.

As denúncias mais comuns que recaíam sob os magistrados estavam ligadas ao envolvimento com negócios, proteção de pessoas ou facções, extorsões e comportamentos contra a moral, como o viver amancebados⁹². Interessa-nos principalmente, as ações que remetem a descaminhos e malversações na administração da justiça. Nesse sentido, não só os magistrados como os oficiais de justiça poderiam estar envolvidos, em “parceira” com os juízes ou individualmente. As fontes não costumam documentar com provas esse tipo de abuso⁹³. Ainda assim foi possível identificar casos de venda de sentenças ou de papéis por escrivães e tabeliães. Em 1692, o ouvidor da Paraíba descobriu que o capitão Pedro Borges de Macedo, quando servia de escrivão em Itamaracá, vendeu uma devassa por 30 mil réis⁹⁴. Outro ouvidor da Paraíba encontrou, também em Itamaracá, um escrivão com 20 devassas adiantadas com relação aos demais. Concorria para este grave erro, segundo o ouvidor, a parcialidade do escrivão com o distribuidor e com pessoas poderosas da capitania que se aproveitavam para passar contas falsas. Além disso, o escrivão era “pessoa vil por natureza” porque era um mulato liberto⁹⁵.

Um caso superlativo da *justiça como negócio* é descrito pelo ouvidor do Pará, Timóteo de Carvalho, em 1744. O ouvidor relata a facilidade com que “os escrivães deste juízo [da ouvidoria] e também do ordinário vendem, dão e desencaminham devassas, livramentos, feitos e causas cíveis e de grande importância, o que o fazem da mesma sorte os que o são nas residências concorrendo talvez os sindicantes para estas ruínas e desordens”⁹⁶. Estes, por não costumarem passar recibo dos papéis que lhe são entregues, “dão lugar a que seus oficiais, criados e familiares queimam, vendem e desencaminham os papéis em que tem empenho”. O gravame incidia sobretudo sob os escrivães, que

⁹¹ MOVELLÁN, Tomás Mantecón, 2013, p. 71.

⁹² SCHWARTZ, Stuart, 1979; PAIVA, Yamê, 2012.

⁹³ SCHWARTZ, Stuart, 1979, p. 267.

⁹⁴ BNP, PBA, Códice 239, fl. 192-193.

⁹⁵ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1527.

⁹⁶ AHU, Avulsos, Pará, Cx. 27, D. 2550.

vendiam os autos por arrobas de cacau ou os deixavam “apodrecer ao canto de uma casa sem cuidar na sua entrega ou indo para fora da cidade dão as chaves aos seus negros ou a pessoas semelhantes, que dão os feitos aos rapazes ou os vendem às partes prejudicadas”⁹⁷.

Isso ajuda-nos a entender não só as dinâmicas do cotidiano da administração da justiça, com autos perdidos pelas circunstâncias de organização dos cartórios, falta de inventários dos livros dos escrivães, ou mesmo pelo transporte desses papéis em diligências, mas também a compreender a documentação que chegou aos dias de hoje, tantas vezes desorganizada, incompleta e reaproveitada.

A quem interessava este “comércio” de papéis? Aos próprios oficiais da escrita que ganhavam com sua venda e aos poderosos locais, que, podendo pagar por eles, e sendo a parte prejudicada nos pleitos, se beneficiavam com a interrupção do curso dos processos ou com a não execução de uma sentença alcançada contra si, simplesmente porque não se encontrava.

Entrando no campo das colaborações entre oficiais da justiça e ministros os exemplos tendem a ser copiosos. Em Sirinhaém, vila de Pernambuco, o juiz ordinário Cristóvão da Rocha Wanderley foi denunciado pelas violências com que agia tanto na fraude dos pelouros para eleger-se juiz, como na sua atuação enquanto tal, recebendo peitas em troca da soltura presos ou de demorar a deferir requerimentos, tornando-se ainda mais despótico depois que o ouvidor da capitania estava contratado para casar com uma irmã sua⁹⁸.

Ainda em Pernambuco, o juiz de fora João Rodrigues Colaço também foi acusado de negociar com a justiça. Através de uma minuta escrita pelo ouvidor de Pernambuco, João Bernardo Gonzaga, fica-se a saber que Colaço recebeu por quatro dias de uma diligência de inventário 200 mil réis de salário; que recebeu seis moedas de ouro num inventário do qual levou uma tarde para fazer; que rasgou o auto de uma denúncia de faca de ponta por intervenção do padre Antônio de Sousa; que comprou terras por um módico preço, através de um primo, a um João Batista, depois de ter-lhe favorecido numa devassa tirada por uma facada que o mesmo deu em sua casa, onde fazia jogos; e que deixou de tirar devassa da morte de um escravo por empenho de José Vaz Salgado, um dos maiores

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 39, D. 3542.

comerciantes de Recife, sabendo disso “toda aquela vizinhança, e o Reverendo vigário que duvidou enterrá-lo sem proceder o corpo de delito”⁹⁹.

Enquanto ouvidor da Paraíba, João Rodrigues Colaço passou a valer-se do escrivão da ouvidoria, Antônio Rodrigues Campos, seu valido, do qual passamos a tratar mais detalhadamente a seguir.

5.2.1. O escrivão da Ouvidoria, Antônio Rodrigues Campos: extorsões e violências do *valido* do ouvidor

Antônio Rodrigues Campos foi nomeado, por três anos, escrivão da Ouvidoria da Paraíba em 1757, quando servia de ouvidor Domingos Monteiro da Rocha¹⁰⁰. Em 1759, João Rodrigues Colaço, que havia servido de juiz de fora de Pernambuco, foi designado a tirar-lhe a residência e ficou servindo como ouvidor da Paraíba. Nas palavras do governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, “o escrivão Antônio Rodrigues Campos é um dos fatais e primeiros instrumentos da maior parte das desordens praticadas por João Rodrigues Colaço”¹⁰¹.

Em 1761, Antônio Rodrigues Campos arrematou a propriedade do mesmo ofício que servia por 4:800\$000 réis¹⁰². Segundo Luís Diogo Lobo da Silva, foi o próprio Colaço que lhe deu o dinheiro para a arrematação¹⁰³. As acusações que recaem sobre Antônio Rodrigues Campos são de violências diversas, livramento de pessoas após recebimento de dinheiro, recebimento de peitas (suborno), retirada de folhas de autos de culpados, intimidação de presos e advogados, entre outras.

O escrivão, todavia, não agia sozinho. Antônio Rodrigues tinha uma tropa de negros, cabras, mulatos e índios¹⁰⁴ e, ao que parece, não estava propriamente à sombra

⁹⁹ BNP, PBA, Códice 121, fls. 351-356 e 709-711.

¹⁰⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1585.

¹⁰¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.

¹⁰² AHU, Avulsos, Bahia, Eduardo de Castro Almeida, Cx. 31, D.5895-5909.

¹⁰³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.

¹⁰⁴ *Idem*; BNP, PBA, Códice 121, fl. 1251.

do ouvidor Colaço, agindo em conformidade aos seus próprios ditames. Do ouvidor contava, contudo, com o seu valimento e proteção¹⁰⁵.

As denúncias feitas numa devassa tirada ao escrivão mostram que o principal campo de ação de Antônio Rodrigues Campos era o sertão, durante a realização das correições. No sertão do Açu e ribeira do Apodi, capitania do Rio Grande do Norte, foi dito por uma testemunha que Antônio Rodrigues Campos e sua tropa, durante a correição de 1759, provocaram vários distúrbios contra os opositores de Antônio da Rocha Bezerra, coronel de cavalaria da Ribeira do Açu, “por haver deste recebido peitas”. Antônio da Rocha Bezerra é um dos personagens centrais do caso do Açu, a ser tratado no próximo capítulo.

Segundo a testemunha Antônio Gomes Torres, morador no termo da Vila Flor, capitania do Rio Grande do Norte, o escrivão Antônio Rodrigues Campos livrou o vaqueiro Inácio Pereira, culpado numa devassa pela morte de um índio, arrancando as folhas relativas aos seus autos de culpa, tendo recebido cento e tantos mil réis. Disse também que costumava prender várias pessoas e depois soltá-las por dinheiro. Alegou ter sido vítima dos excessos do escrivão quando na noite de dezessete ou dezoito de setembro de 1759 entrara Antônio Rodrigues Campos com alguns homens de sua tropa na sua fazenda, feriram um escravo seu, amarraram a ele testemunha e levaram-no para a fazenda das Melancias, onde estava João Pereira de Mendonça, parente da mulher do escrivão e seu inimigo. A causa dessa situação, alegou a testemunha, foi uma vingança de João Pereira por este ter perdido uma causa de demarcação de terras com o mesmo¹⁰⁶.

Na vila do Pilar, Capitania da Paraíba, foi dito pelas testemunhas que indo, em 1761, em correição Antônio Rodrigues Campos com o juiz ordinário que servia de ouvidor ao sertão dos Cariris, continuou no seu trabalho de extorsão dos moradores, ganhando com as devassas tiradas e com os livramentos dos culpados que delas saíam, tudo por lhe pagarem. Continuando a devassa, foi dito pelo bacharel Antônio José Teixeira Moraes, na vila de Montemor (capitania da Paraíba), que ele e outros advogados temiam requerer ou alegar a favor das partes contra o escrivão ou contra pessoas afeitas ao mesmo. Disse ainda que finda a correição em Goiana em 1760, João Rodrigues Colaço permanecera na vila, enquanto Antônio Rodrigues Campos retornara à cidade da Paraíba, onde encontrara uma “revolução de presos na cadeia”. Campos obrou por si, agindo

¹⁰⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.

¹⁰⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.

violentamente contra os presos, colocando-lhes cal e maltratando-lhes com pancadas, bofetões e injúrias, “chegando a sua ousadia até a dar tratos despoticamente nos mesmos presos apertando a cabeça a dois com cordões e arrocho de pau para confessarem quem foram ou para que os motores daquela revolução”. A tudo isto não houve nenhuma reprimenda por parte de Colaço, que antes fez ficar disfarçado pelos juízes ordinários. Outra violência gratuita ocorreu com um mulato, em Pernambuco, a quem “açoitou e fez açoitar rigorosamente até ser retalhado e salgado nas nádegas”¹⁰⁷.

As testemunhas desdobram-se em exemplos de como Antônio Rodrigues Campos “vendia” a justiça e operava violentamente contra parcialidades ou aleatoriamente, sempre buscando auferir lucros e em tudo amparado no “consentimento e bom agasalho que lhe fazia o seu Ministro o Doutor João Rodrigues Colaço”¹⁰⁸. As vítimas de Colaço e Campos, como acontece em outros casos, eram principalmente homens pobres, desclassificados ou sem prestígio social¹⁰⁹.

Antônio Rodrigues Campos foi preso em 1764¹¹⁰. João Rodrigues Colaço, também foi preso em 1763¹¹¹ e teve seus bens confiscados, em Pernambuco, o engenho Madalena, e no sertão do Açu, a fazenda Cacimbas¹¹², mas por ter saído culpado como mentor de um boato sobre uma sublevação de índios na Paraíba¹¹³. Os rendimentos confiscados do engenho Madalena foram, anos depois, solicitados por Miguel Rodrigues Colaço como tutor dos sobrinhos do ouvidor da Paraíba, filhos de Marcelino Rodrigues Colaço¹¹⁴, também ministro de letras que serviu como ouvidor no Rio de Janeiro pouquíssimos anos antes de João Rodrigues Colaço tomar posse como juiz de fora de Olinda.

João Rodrigues Colaço não representa um caso episódico nem na capitania da Paraíba, nem na América Portuguesa. Em graus variados encontram-se queixas mais ou menos sérias, pontuais ou sequenciadas, do comportamento indecoroso e de distúrbios promovidos por magistrados e oficiais da justiça. A política da Coroa foi quase sempre a

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.

¹⁰⁹ MOVELLÁN, Tomás Mantecón, 2013, p. 82.

¹¹⁰ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 23, D. 1733.

¹¹¹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7735.

¹¹² AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 100, D. 7843.

¹¹³ CHAVES JÚNIOR, José Inaldo, «Reforma dos territórios e das jurisdições nas capitanias do Norte do Estado do Brasil: as atuações do capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva e do “juiz de fora” Miguel Carlos de Pina Castelo Branco na aplicação do *Diretório dos índios (1757-1764)*» In *Lócus: Revista de História*, v. 24, nº1, 2018, p. 93-120.

¹¹⁴ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 134, D. 10082.

de receber essas queixas e de perguntar por elas na ocasião das residências dos juízes e oficiais que serviam com eles. Por vezes baixava-se uma advertência aos ministros¹¹⁵, mas muito poucos deixavam de cumprir os seus mandatos até o tempo final. Pensar numa aparente impunidade da Coroa para com os maus juízes pode ocultar uma ideia anacrônica da qual é preciso evitar.

Como dissemos em outros capítulos, a punição por via de multas ou afastamento do cargo era diminuta e quase sempre comutada. Mas esta postura não estava restrita ao oficialato periférico da Coroa, sendo sentida nas sentenças de pena de morte, pouco executadas em Portugal. Isto remetia à vocação benevolente e paternalista do rei e à sua função como juiz supremo da República. Esta moldura do pensamento político pode ser preenchida ainda com outros fatores. Um deles é a também mencionada autoproteção da magistratura, decorrente de um sistema autopoietico, que regia e controlava a si mesmo, contribuindo para uma ação limitada da Coroa no controle sobre seus agentes da justiça¹¹⁶. Por outro lado, a distância dificultava a resolução dos conflitos e favorecia os ânimos dos maus ministros, juntamente com possíveis alianças ou parentescos com pessoas influentes.

Gostávamos ainda de ressaltar a existência de comportamentos de *disciplinamento social* por parte das comunidades para com os maus juízes. Este aspeto ainda requer mais estudos que mostrem formas de como os indivíduos poderiam reagir a prevaricações dos oficiais da administração. O recurso ao rei e a outros poderes, especialmente dos governadores, já está bem demonstrado nos trabalhos sobre administração colonial. Queremos referir principalmente a ações, como se identifica para o mundo hispânico, de uma *violência reativa*, destinada a responder às manifestações excessivas dos juízes¹¹⁷. Essa resposta da comunidade poderia assumir uma forma violenta (morte de um juiz), como também agressivas apenas em termos simbólicos, a exemplo das calúnias, escárnios, desacatos e, num nível mais extremo, a morte social¹¹⁸.

¹¹⁵ “E porque me persuado que tanta queixa não deixa de assentar em algum fundo de verdade parece-me que se deve escrever a este ouvidor que há muitas queixas dele, de que Sua Majestade se manda informar, e em que a seu tempo tomará a resolução competente; e que em tanto veja como procede, por não dar ocasião a que se multipliquem as queixas”. Parecer do procurador da Coroa, AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 72, D. 6026.

¹¹⁶ SUBTIL, José, «A justiça autopoietica e os municípios portugueses (séculos XVII e XVIII)», In *e-Legal History Review*, nº 22, enero 2016; TEUBNER, Gunther, *O Direito como sistema autopoietico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

¹¹⁷ MOVELLÁN, Tomás Mantecón, 2013, p. 89-94.

¹¹⁸ Sobre a morte social, Tomás Mantecón cita o interessante caso passado com o comissário do Santo Ofício, Laurencio Lopez de Rueda, em Toledo. Rueda foi retirado da hospedaria do convento de monjas de

Por último, consideramos pertinente mencionar que a solução para os juízes que faziam mau uso da justiça para as populações que sofriam com suas opressões, poderia ser apenas o seu afastamento. A vinda de um sucessor poderia bastar para restituir o equilíbrio social, sem que os moradores desejassem consequências mais penosas para os ministros.

As dúvidas ou desentendimentos em torno das jurisdições estavam ligadas a competências que pertenciam aos oficiais. Os conflitos de jurisdição mostram a interferência de um oficial nas competências de outro, sejam por motivos políticos, pessoais ou de controvérsias do entendimento das normas. Procuramos enfatizá-los, em detrimento de outros tipos de conflitos, por considerá-los oportunos momentos que auxiliam no estabelecendo de um entendimento acerca das tênues fronteiras que marcavam separações entre as jurisdições.

Pensamos que a presença de um único ministro de letras na comarca da Paraíba explica, em parte, uma menor existência de conflitos de jurisdição, o que parece acontecer também para a comarca das Alagoas. Os conflitos fazem-se mais notórios na capitania de Itamaracá, um espaço de maior complexidade jurisdicional. É de se esperar, nesse sentido, que a maior presença de oficiais régios, especialmente os de justiça, num mesmo espaço, potencializava a eclosão de tais disputas, como é o caso da comarca de Pernambuco (mas também das capitanias da Bahia e dos Rio de Janeiro, sedes dos tribunais de Relação e em Angola). Não compartilhando o seu espaço jurisdicional com mais nenhum outro bacharel, o ouvidor da Paraíba, esteve, aparentemente, mais desembaraçado deste tipo de conflito, não amenizando, todavia, outros motivados por excessos ou rivalidades pessoais.

Santa Clara por um grupo de pessoas amotinadas, sob a promoção do governador e do vigário, amarrado e conduzido pelas ruas enquanto era xingado e agredido. Em seguida, teve uma corda amarrada ao pescoço e unida, na outra ponta, a uma pedra pesada. Esperava-se que fosse jogado ao rio, mas a turba amotinada deixou-o nu e simbolicamente enforcado. Esta morte social torna-se um caso ainda mais interessante porque remete a uma ação de *contracultura*, visto que os amotinadores utilizaram-se de um procedimento judicial muito comum, que no Brasil chamava-se *pregão e baraço*, que correspondia à exposição pública do sentenciado acompanhado do anúncio do seus crime e sentença, e aplicaram-no a um oficial da administração. *Idem*, p. 91-94.

Os conflitos aqui tratados incidiram basicamente sob os governadores e ouvidores de Itamaracá. Com os primeiros, fica claro que são com relação às competências militares os principais motores de atritos. Em parte, isto devia ao acúmulo de funções pelos ouvidores, que serviam como auditores da gente de guerra. Os atritos com os governadores de Pernambuco e com os ouvidores de Itamaracá diziam respeito a um espaço onde as múltiplas jurisdições e a dupla situação donatarial/régia causavam confusão no entendimento das normas existentes. Todavia, ainda que os conflitos sejam por uma questão jurisdicional, percebe-se que os atores políticos aproveitavam-se das indefinições ou das mal definições para reivindicarem para si uma potência jurisdicional. Entendemos, com Lauren Benton, que este arranjo jurisdicional fluído e intrincado estava na base da arquitetura institucional dos impérios ibéricos e que alimentou o funcionamento de estruturas jurídicas plurais¹¹⁹. Os conflitos jurisdicionais abrem espaço para pensar, outrossim, como questões que nascem nas periferias tornam-se centrais para a Coroa e até que ponto elas podiam ganhar uma forma jurídica mais ampla. Seria interessante perceber como questões jurisdicionais traduziram-se em formas jurídicas de maior alcance, ou seja, como uma ou várias situações semelhantes transformaram-se em leis, alvarás e provisões destinados a diversas partes do Brasil ou mesmo do império.

É indubitável que os conflitos jurisdicionais reforçavam o poder da Coroa como árbitro, que pode ter vindo a crescer ao longo do século XVIII, pois o episódio entre o ouvidor Cristóvão Soares Reimão e o governador Francisco Pereira de Abreu mostra uma articulação a nível intracapitanias para encontrar soluções para a resolução da situação. Queremos destacar ainda nesse ponto a consulta aos letrados, fossem eles ministros de letras ou apenas bacharéis que atuavam como advogados, no aconselhamento jurídico. Pode-se pensar que esses indivíduos, que estavam num nível intermédio da administração, poderiam teorizar sobre questões de ordem jurídica e jurisdicional. O papel feito pelo advogado David Albuquerque aponta nesse sentido.

O próximo capítulo retira um pouco o foco nos ouvidores e dedica-se desvelar formas infrajudiciais de resolução dos conflitos, assim como expressões de poder pessoais nos sertões e alguns mecanismos de oposição às justiças através das resistências aos seus oficiais.

¹¹⁹ BENTON, Lauren, «The Legal Regime of the South Atlantic World, 1400-1750: jurisdictional complex as institutional order», In *Journal of World History*, vol. 11, nº 1, Spring 2000, p. 27-56.

CAPÍTULO 6

Sem temor de Deus nem das justiças:

Violências, infrajudicialidade e formas de resistência

O processo de formação da sociedade colonial brasileira carrega o signo da violência. Esta se manifestou desde a conquista, no confronto aberto com os índios não aliados e foi assumindo formas e maneiras diferentes de expressão. *Sem temor de Deus nem das Justiças* era uma frase corrente, dita pelas autoridades régias para mostrar as insolências e delitos frequentes cometidos nas capitanias. A ela conjugava-se a necessidade da punição à vista de todos e no próprio local do cometimento do delito, para servir de exemplo e evitar a ocorrência de novos crimes.

A violência travestia-se de muitas formas. Roubos, furtos, assassinatos, agressões estupro, raptos e injúrias foram algumas das formas mais comumente encontradas no Brasil e em Portugal¹. Esses delitos poderiam iniciar um processo judicial se a parte agravada fizesse petição ao juiz ou, nos casos dos delitos e crimes públicos, por denúncia de qualquer pessoa². Mas também poderiam encontrar outras formas de solução jurídica ou extrajudicial. Segundo António Hespanha, o acesso à justiça letrada em Portugal do Seiscentos deveria rondar em torno de 15%, enquanto cerca de 85% da vida jurídica das comunidades ficavam reguladas por “padrões de conduta”, ou seja, entendimentos gerais comunitários³.

É expectável que a cifra daqueles que recorriam ao direito erudito se eleve com o crescimento do oficialato periférico régio ao longo do século XVIII. Este aumento, entretanto, não desconstrói esse universo jurídico consuetudinário, especialmente nas áreas de menor população, ou de grande dispersão desta pelo território. O mesmo se passa na América portuguesa. Ao longo do século XVIII, o aparelho judicial cresceu, assim

¹ RIBEIRO, Ana Sofia, *Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos (1750-1772)*, Porto, Edições Afrontamento, 2012; REIS, Liana Maria, *Crimes e escravos na Capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*, São Paulo, Hucitec, 2008; OLIVEIRA, Maria Gabriela Souza de, *O rol das culpas. Crimes e criminosos em Minas Gerais (1711-1745)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

² HESPANHA, António, 2015, p. 606.

³ HESPANHA, António Manuel, «Lei e justiça: história e prospectiva de um paradigma», In HESPANHA, António Manuel (org), *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 15.

como as populações das capitanias. Ao contrário das sociedades europeias, que foram se organizando social e economicamente ao longo de vários séculos, e estabelecendo códigos de comportamento e formas coletivas de solução dos litígios, a sociedade americana resultou de um amálgama de interações culturais num território ainda em pleno processo de ocupação por parte das suas populações locais, do qual acabou por sobressair o Direito português. Não se determinou, como na América hispânica, a manutenção de formas de auto-organização das populações indígenas, incluindo-se aí processos de decisão e de julgamento sobre os membros pelas próprias comunidades.

Ainda assim, o mundo do direito não-letrado operava assumindo formas muito próximas às encontradas no Reino. Ele se expressava pelos *juízes de vintena*, oficiais quase invisíveis nas fontes documentais, que atuavam em pequenas povoações, e por formas de *infrajustiça* baseadas em *amigáveis composições*, *perdões de partes*, ou ainda ajustes pessoais que não produziram registo escrito. Surgiram também, modos privados de justiça local, “com ou sem o respaldo de um formalismo jurídico”⁴, que agregavam moradores, escravos e parcialidades em *bandos* cujas ações frequentemente envolviam meios violentos. Tratou-se, predominantemente, de um fenómeno rural, comum nos sertões do Brasil, onde o nível de institucionalização política era mais baixo⁵.

O presente capítulo pretende abordar essas questões, uma vez que também estão integradas ao mundo jurídico. O direito régio, representado no nosso caso pelos ouvidores, convivia com essas normativas e procedimentos privados de resolução de conflitos. Todos esses canais de justiça tinham meios próprios de ação e não estavam isolados entre si. Pelo contrário, poderiam estar em interação e colaboração, como procuraremos mostrar no caso da desarticulação dos bandos do Açu.

O caso do Açu também expõe modos com que os indivíduos, especialmente nos sertões, tinham de fazer frente à justiça régia. Tomando como ponto de partida esse caso,

⁴ WEHLING, Arno, *História administrativa do Brasil. Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986, p. 153.

⁵ SILVA, Célia Nonata, *Territórios de mando. Banditismo em Minas Gerais, século XVIII*, Belo Horizonte, Crisálida, 2007; ANASTASIA, Carla Maria Junho, *A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005; GOMES, José Eudes, *Um escandaloso teatro de horrores: capitania do Ceará sob o espectro da violência*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2010; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz, *No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na Capitania da Paraíba (1750-1800)*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013; ALVEAL, Carmen, «De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII)», In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 35, nº 70, 2015, p. 41-64.

procuramos explorar também as formas e como se manifestavam as resistências aos juízes e oficiais da justiça.

6.1. Violências e crimes em números, tipos e réus: um esboço

A quantificação dos crimes é tarefa difícil dada a carência de documentos judiciais para o Brasil⁶. Por vezes, somos favorecidos com algumas listas de crimes cometidos, de alvarás de fiança e de fiéis carcereiros ou rol de culpados enviados ao Conselho Ultramarino⁷, mas por se tratar de fontes pontuais, fica inviabilizada a observação do fenômeno da violência ou do acesso aos tribunais ao longo do tempo⁸. Ainda assim, nos oferecem um retrato local, apesar de demasiado parcial.

No ano de 1722, os registos dos tabeliães das cidades da Paraíba e de Natal contavam com 571 criminosos na primeira⁹ e 606 na segunda (sendo 197 de crimes de morte e 409 de outros crimes)¹⁰. A capitania de Itamaracá era considerada um “asilo de todos os facinorosos desses contornos”. Uma das razões comumente apontadas para esse caso específico era que isto “nascia outrossim da diversidade de jurisdição que a governam porquanto no militar manda o governador de Pernambuco e no político o Donatário, e no crime vós [ouvidor-geral da Paraíba] e não é fácil que todos se achem sempre concordes”¹¹. Na segunda metade do século XVIII, de acordo com uma carta do ouvidor da Paraíba, havia mais de mil criminosos em Itamaracá, sendo a maior parte dos delitos furtos, roubos e ferimentos e de morte eram mais de 300. Como o ouvidor só podia entrar em Itamaracá apenas durante o período de correição, correspondente a um mês,

⁶ A Capitania de Minas Gerais é, nesse conjunto, uma rara exceção. Cf. GONÇALVES, Jener Cristiano, *Justiça e direitos costumeiros apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006; TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves, *As cartas de seguros: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1830)*, Tese, Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2011; OLIVEIRA, Maria Gabriela, 2014, dentre outros trabalhos já citados.

⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 10, D. 915; AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 2, D. 114; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 484.

⁸ Para o fenômeno da violência no Porto, ver RIBEIRO, Ana Sofia, 2012. Ainda nos faltam estudos sobre o acesso aos tribunais no império português, mas um excelente estudo para o caso do distrito da Cantábria (Espanha) pode ser encontrado em MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «Did personal violence decline in the Spanish Old Regime?» *Memoria y civilización: anuário de história*, nº 2, 1999, p. 117-140.

⁹ AHU, Códice 258, fl. 281vs.

¹⁰ O valor no original é de 506 crimes, mas acreditamos se tratar de um erro de soma. IHGRN, Cartas e Provisões para o Senado da Câmara de Natal, Livro 7, fl. 51-51vs [Registro de uma carta que se escreveu a Sua Majestade sobre os muitos criminosos que há nessa capitania].

¹¹ AHU, Códice 258, fl. 297.

tornava-se inviável dar conta de tantos crimes e ficavam os criminosos livres porque fugiam ao saber da ida do corregedor¹².

Com relação aos criminosos que cometiam atos contra o Direito, eram maioritariamente negros e mulatos, livres e escravos¹³. Os militares também são apontados como agentes de diversos delitos. Em parte, isto estava ligado a um sistema de recrutamento de soldados para as tropas regulares, que alistava forçosamente homens livres pobres para suas fileiras, muitos deles classificados como “vadios” e “vagabundos”, isto é, sem ocupação¹⁴. O constante atraso do pagamento dos soldos e a situação miserável em que costumavam viver, sempre maltrapilhos, podem ajudar a explicar o envolvimento desses indivíduos em diversos crimes.

A tipologia dos crimes e delitos é mais difícil de ser feita porque falta-nos fontes seriais. Pode-se, contudo, perceber que os assassinatos, roubos, furtos, raptos, estupros, brigas, ferimentos repetem-se exaustivamente nos documentos consultados¹⁵. As querelas constituem uma das formas possíveis de aceder a esse tipo de informação, pois correspondiam a queixas de um ato criminoso cometido por alguém¹⁶.

Através de alguns *autos de querela e denúncia* da Vila de Pombal, antigo julgado do Piancó, podemos visualizar que tipos de causas levavam as pessoas a querelarem diante do juiz ordinário e quem as fazia. Embora seja uma fonte rica para trabalhar criminalidade e violência, a amostra que dispomos não permite fazer um levantamento estatístico. Foi-nos possível consultar 15 querelas apresentadas perante os juízes ordinários de Pombal na segunda metade do século XVIII¹⁷.

¹² AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 14, D. 1145.

¹³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 10, D. 915; AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 14, D. 1223.

¹⁴ SILVA, Kalina Vanderlei, «Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais», In *Lócus*, Juiz de Fora, vol. 8, nº 14, 2002, p. 81-92.

¹⁵ Principalmente lista de réus da Junta de Justiça e Sumários de querelas da Vila de Pombal.

¹⁶ HESPANHA, António, 2015, p. 618-619.

¹⁷ Por questão de estado de conservação dessa documentação, o número aqui referido representa apenas as querelas que nos foi possível ler a informação essencial da denúncia, data, identificação do querelante e querelado e das testemunhas. O número de querelas existentes, no entanto, é superior. Um estudo inicial feito das querelas da Vila de Pombal foi realizado por MENDES, José Claudivan Rocha; CEBALLOS, Rodrigo, «A escrita nos autos de querela: o cotidiano sertanejo nos relatos criminais (Pombal-PB, século XVIII)» In *Anais da VI Semana Nacional de História do CFP/UFCG. Fontes e historiografia na produção do conhecimento*, Cajazeiras, UACS/CFP, 2014, p. 127-135. As querelas relativas a estupro foram tratadas por SOARES, Baíza Faustino, *Dotadas de bens: os enlases matrimoniais no sertão de piranhas e Piancó (capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)*, Dissertação, Metrado em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

As querelas formavam, juntamente com as devassas e as denúncias, os meios mais comuns de iniciar um processo-crime numa instância ordinária ou régia. Os principais crimes que incorriam em querela estavam descritos nas Ordenações Filipinas, livro 5º, título 117. A querela iniciava-se com uma petição do querelante ao juiz, informando sobre o crime cometido e quem o cometeu. Uma vez aceita a petição, formava-se um auto de querela e denúncia, contendo as mesmas informações da petição, acrescidas das testemunhas (nome, local de moradia e ocupação). As querelas eram assinadas pelo juiz ordinário e pelo querelante. Quando este não sabia escrever, assinava com o sinal de cruz.

O juiz tinha o prazo de vinte dias para interrogar as testemunhas, que formariam o sumário da querela. Provado o crime, o querelado virava réu, entrava na lista do rol de culpados e passava-se a ordem de prisão ao mesmo. Não nos foi possível cruzar a informações desses dois tipos de documentos (auto e sumário de querela). Os sumários costumavam ficar num livro separado e só existem para o ano de 1789. Esses livros eram vistos pelos ouvidores quando iam em correição ao julgado/vila. Quando encontravam alguma irregularidade de forma, de estilo ou algum erro cometido pelo escrivão, deixavam escrito um provimento no mesmo livro¹⁸.

As querelas constituíam formas bastante antigas de denúncia e de início dos pleitos judiciais. Por sua simplicidade formal, costumavam ser uma das vias mais acessíveis àqueles que pretendiam litigar perante os juízes. A facilidade com que era recebida poderia, no entanto, servir como um instrumento que beneficiava o seu autor, que poderia utilizá-la para prejudicar alguém ou para pressionar por acordos favoráveis¹⁹.

Nos livros de Notas da Vila de Pombal conseguiu-se aceder a 15 querelas feitas entre 1775 e 1780 aos juízes ordinários da mesma vila²⁰. Dessas, 10 incidem sobre o

¹⁸ Por exemplo: “Visto em correição de 79. Vendo-se o Livro dos Sumários nele se não encontra o correspondente ao auto fl. 7 nem declaração alguma pelo que acha em total culpa o escrivão; e pelo que pertence aos autos a fl. 12vs e fl. 14vs observe-se o que deixo determinado no livro dos sumários. O escrivão sem perda de tempo faça livro para os sumários. Pombal 8 de outubro de 1779. [Sebastião José de Gouveia e] Melo”. Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 15vs. As irregularidades de forma eram passíveis de anulação da querela: “Visto em correição de 88. (...) igualmente [anulo] a querela de Bebiania Fernandes da Conceição que veio a juízo sem autoridade de seu marido e nesta circunstância não podia ser deferida digo admitida e portanto despronuncio a Manuel Ferreira (...). [Antonio Filipe Soares de] Andrada [Brederode]”, Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1789, fl. 15vs.

¹⁹ DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, p. 382.

²⁰ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga: **Livro de Notas de 1770 (autos de querela)**, [Auto de querela e denúncia que dá Inácio Correia morador na Serra do Teixeira de Francisco Xavil de Sousa Estevão Rodrigues moradores na mesma e de João Ferreira Leite morador na Ribeira do Pajeú, 08/05/1780, fls 26-27vs]; [Auto de querela que dá Manuel Alves da Costa morador na Ribeira do Rio do Peixe de Marta

universo feminino, tocando em questões de honra, sendo sobre os crimes de estupro e/ou rapto, que quase sempre ocorriam juntos, e não raras vezes eram também acompanhadas do crime de aleivosia. As outras cinco querelas registam crimes de agressão física (4 delas) e posse de escrava (uma).

A tipologia dos delitos cometidos reflete um padrão comum de crimes que chegavam à justiça oficial na Europa desde finais da Idade Média²¹. Se o número de querelas não nos permite estabelecer um quadro das principais violências cometidas pelos moradores de Pombal, outras informações presentes nesse tipo de fonte deixam entrever alguns comportamentos coletivos. Como era de se esperar de uma sociedade de valores de Antigo Regime, trata-se de um universo predominantemente masculino. Mesmo em questões que envolviam diretamente as mulheres, eram geralmente os homens a acionarem a justiça. Das sete querelas de estupro, três foram iniciadas por mulheres.

No conjunto restante, apenas uma foi feita por uma mulher, que querelou de outra mulher por agressão. Portanto, não somente os autores das violências eram homens, como aqueles que procuram pela justiça local também o eram. É possível que as querelas de

Florentina mulher preta casada com Pedro Lopes de Andrade moradora na Povoação do Jardim da mesma Ribeira, 26/05/1780, fl. 27vs-28vs]. **Livro de Notas de 1775** (autos de querela, folha de abertura de 13 de dezembro de 1775, rubricado pelo juiz ordinário Nicolau de Faria Franco. É uma continuação do Livro de 1770), [Auto de querela e denúncia que João Dias Francisco morador nas Espinharas de Manuel Marques do Nascimento morador na mesma ribeira, 03/12/1775, fls. 1-2]; [Auto de querela e denúncia que dá Manuel Fernandes Ribeiro de Pedro Correia de Brito homem casado e vagabundo, 04/03/1776, fl. 5vs-6vs]; [Auto de querela e denúncia que dá João Monis Ferreira homem solteiro de João Antônio Gomes, 17/06/1777, fl. 7-8]; [Auto de querela e denúncia que dá Domingas Ferreira moça solteira de João Gomes de Sá, homem vagabundo, por estupro, 14/08/1777, fl. 9-11]; Auto de querela e denúncia que dá Antônio Lopes de Mendonça morador na Serra de Mendonça de José do Espírito Santo morador no mesmo lugar, por estupro, 16/09/1777, fl. 11-12vs]; [Auto de querela e denúncia que dá Leonor Gomes Cavalcanti mulher solteira de Ana de tal moça solteira filha do defunto Bartolomeu José Gomes e de sua mulher Arcângela de tal, 14/07/1779, fl. 12vs-13vs]; [Auto de querela e denúncia que dá o tenente Eugênio Cardoso Barreto morador na Várzea comprida ribeira das Piranhas de Luis Pedro dos Santos no Rio Grande cidade de natal, 15/07/1779, fl. 14vs-15vs]; [Auto de querela e denúncia que dá o alferes Nicolau Rodrigues dos Santos digo que dá Manuel de Sousa Olival de João Soares homem branco, 22/11/1779, fl. 16vs-18]; [Auto de querela e denúncia que dá Alexandre Rodrigues homem branco de José Lopes do Nascimento, 21/01/1780, fl. 18vs-19vs]; [Auto de querela e denúncia [de estupro] que dá Maria da Conceição de Jesus mulher solteira de José Lopes do Nascimento, 21/01/1780, fl. 19vs-21]; [Auto de querela e denúncia que dá Cosme de Barros Carneiro morador na Serra das Gamelas, distrito de Pombal, de Vicente Ferreira Vieira (?) homem casado e de Miguel dos Anjos solteiro homem cabra filho de (ilegível) Francisca mestiça, vagabundo sem ofício, 30/03/1780, fl. 21-22vs]; [Auto de querela e denúncia que dá o sargento mor Frutuoso Cabral Travassos de Domingos Gomes cabra filho do preto Francisco Gomes escravo de Caetano Gomes, 07/09/1780, fl. 34-35]; [Auto de querela e denúncia que dá Tereza Maria de Jesus mulher solteira de José Antônio Cavalcanti, 14/09/1780, fl. 35vs-36vs].

²¹ Os crimes de maior incidência em Portugal eram ferimentos, estupro, furto. Cf. RAMOS, Anabela, *Violência e justiça em terras de Montemuro, 1708-1820*, Viseu, Palimage, 1998, p. 33; VENTURA, Liliana de Almeida, *Criminalidade e perdão numa comunidade rural. Sever do Vouga (1752-1831)*, Dissertação, Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, p. 71; ALVES, Dina Catarina Duarte, *Violência e perdão em Óbidos (1595-1680)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade de Coimbra, 2003, p. 111.

estupro contemplem uma participação feminina maior do que aquelas que conseguimos identificar, não só porque colocava em questão a sua honra e a possibilidade de matrimônio, como porque a vítima poderia viver apenas com a mãe viúva, como é o caso de Domingas Ferreira²². Em nenhuma outra, a denúncia foi realizada por irmãos ou parentes próximos, mas apenas pelo pai. Pôde-se localizar também um sumário de querela cuja autora, Maria da Costa Fonseca, denunciava o rapto de sua filha por Luís de Lucena Ramos. Fica expresso por uma das testemunhas que Maria da Costa “tinha em sua companhia e administração uma sua filha Ana que lhe ficou de seu matrimônio vivendo com honra e honestidade”²³. Este caso aponta para a multiplicidade de dinâmicas e situações sociais em que viviam as mulheres no Brasil colonial, especialmente mulheres livres pobres, que frequentemente eram mulatas e mestiças.

Não raramente, os estupros e raptos eram cometidos por pessoas com que se tinha laços de familiaridade ou de amizade. Tratava-se de indivíduos a quem estavam permitidos o convívio doméstico e do trânsito no interior das casas. Por vezes, algumas dessas situações ocorriam em momentos de ausência do pai. Assim aconteceu a Angélica, de 20 anos, quando seu pai se encontrava na praça do Recife e à filha de Manuel Fernandes Ribeiro quando estava nos Cariris Novos²⁴. A tipificação desses crimes costumava ser acompanhada também da acusação de aleivosia, configurada na quebra de confiança depositava em alguém. Estava presente tanto na amizade e parentesco entre as partes, como nas promessas de casamento feitas e não cumpridas.

Quando se observa o tempo decorrido entre o delito e a sua denúncia ao juiz, percebe-se que nos crimes sexuais esse intervalo poderia ser mais dilatado do que nos crimes corporais, por exemplo. Em Pombal, os casos de rapto e estupro eram denunciados desde poucos dias até meses ou anos²⁵. A demora em se apresentar queixa dos crimes de

²² Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fls. 9-11 [Auto de querela e denúncia que dá Domingas Ferreira moça solteira de João Gomes de Sá, homem vagabundo, por estupro].

²³ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1789, fls. 33vs-35 [Sumário de querela e denúncia que dá Maria da Costa da Fonseca de Luís de Lucena Ramos].

²⁴ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1770 (autos de querela), fl. 26-27vs [Auto de querela e denúncia que dá Inácio Correia morador na Serra do Teixeira de Francisco Xavil de Sousa e Estevão Rodrigues moradores na mesma e de João Ferreira Leite morador na Ribeira do Pajeú] e Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 5vs-6vs [Auto de querela e denúncia que dá Manuel Fernandes Ribeiro de Pedro Correia de Brito homem casado e vagabundo].

²⁵ A denúncia de rapto, estupro e aleivosia feita por Inácio Correia foi realizada em 05 de maio de 1780, tendo o crime sido cometido em 19 de abril do mesmo ano [Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1770 (autos de querela), fl. 26-27vs]. Domingas Ferreira foi estuprada por João Gomes em abril de 1777, segundo consta no auto de sua querela, mas só denunciou ao juiz ordinário no dia 14 de agosto do mesmo ano [Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de

estupro poderia decorrer da amizade ou familiaridade dos querelantes com o culpado. Uma possível proximidade poderia encetar, primeiramente, a tentativa de um arranjo que acomodasse ambas as partes, como se verá a seguir. A denúncia acarretava a consequência de tornar pública uma situação, podendo, também, ser esta uma razão que explicasse a demora em fazê-la em alguns casos. Por se tratar de uma questão que incidia sobre a honra da mulher e de sua família, os crimes de estupros podem estar sub-representados nas fontes notariais de uma forma geral, especialmente para as famílias mais distintas e ricas.

As Ordenações Filipinas no livro 5º, título 117, §11 dizem que os escrivães não deveriam acrescentar palavras aos casos a eles relatados. As querelas, como outras fontes notariais e judiciais, apresentam um texto bastante homogêneo, porque seguem um formulário notarial que estabelece previamente as informações a serem registadas. Ainda assim, é possível detetar algumas informações que revelam a hierarquia social das sociedades de Antigo Regime. Um exemplo pode ser encontrado no auto de querela que deu Cosme de Barros Carneiro de Vicente Ferreira, homem *pardo*, e de Miguel dos Anjos, “homem *cabra* filho de Luciana Francisca mestiça, *vagabundo* sem ofício”. Ambos os querelados foram acusados de raptar as duas “filhas moças solteiras Maria de Jesus e Teresa de Jesus que viviam debaixo do pátrio pudor e título de honradas como eram para lhes dar estado [de casadas]”. Tendo amizade com ambos, Cosme de Barros não supunha que “tivessem o arrojo de acometer a suas filhas moças *brancas* e honestas”²⁶. Ao contrário das outras querelas de estupro, esta deixa marcada a distinção das mulheres, não somente pela qualidade de honradas para se casarem, ou seja, virgens, mas também por serem brancas. Tratando-se de um espaço em que a mestiçagem foi predominante, parece que se tornava importante incluir esta característica na denúncia.

Alguns indivíduos são identificados pela sua origem étnica e de cor, mas nem sempre este aspeto está presente, podendo esta ser um traço próprio do escrivão. Ainda que assim o fosse deteta-se que tal traço poderia ou não aparecer. Por exemplo, no auto de querela que deu Leonor Gomes Cavalcanti de Ana de tal, pela agressão recebida,

1775 (autos de querela), fl. 9-11]; Teresa Maria de Jesus apresentou a denúncia de estupro ocorrido em 24 de junho de 1779 no dia 14 de setembro de 1780 [Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 35vs-35]. Finalmente, o estupro de Maria da Conceição acontecido em 02 de outubro de 1778 foi apresentado perante o juízo ordinário da Vila de Pombal em 21 de janeiro de 1780 [Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 19vs-21].

²⁶ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 21-22vs (grifos nossos).

Leonor é descrita apenas como mulher solteira. Entretanto, no auto de vistoria feito das feridas provocadas pela agressão, o mesmo escrivão a descreve como mulher parda. O lugar social de Leonor Gomes fica ainda mais precisamente determinado por na hora e local da violência, “a querelante estar ao rio desta vila *lavando roupa com suas próprias mãos por ser mulher pobre*”²⁷. A categorização dos mestiços ficava às vezes igualmente registrada para as testemunhas das querelas, embora na maior parte dos casos de que tratamos, os escrivães se restringissem a dizer apenas o nome, o local onde viviam e os seus ofícios. Enquanto vila do sertão, as ocupações das testemunhas das querelas de Pombal pouco se afastavam do “viver de suas plantações”, “de suas agências” ou “de criar gado”.

As denúncias de querela deveriam ser apresentadas aos juízes da jurisdição dos queixosos ou dos lugares em que ocorriam os crimes. Os tabeliães ou escrivães procediam ao reconhecimento dos querelantes e se caso não os conhecesse era preciso que os querelantes fossem acompanhados de uma testemunha conhecida que confirmasse sua identidade e morada²⁸. Nas querelas de Pombal, todos os denunciante eram pessoas moradoras no distrito da vila de Pombal, termo entretanto bastante extenso, que abrangia os povoados e freguesias de vários sertões vizinhos (futuras Vilas de Patos, São João do Cariri e Vila Nova de Souza).

No grupo dos querelados já se encontra uma diversidade maior de locais de moradia, havendo, dentre 17 pessoas, 5 moradores na Bahia, ribeira do Pajeú (sertão de Pernambuco), Goiana (capitania de Itamaracá), cidade do Natal e termo da Vila de Portalegre (capitania do Rio Grande do Norte) e também indivíduos sem morada certa, que na maior parte das vezes eram qualificados de vagabundos. Os que tinham local de moradia fora da Paraíba eram normalmente assistentes nela, isto é, moradores sazonais que desenvolviam algum tipo de atividade naquela parte, como o comércio de gado vacuum e cavalar, por exemplo.

Ainda que as querelas se situassem num âmbito de ação processual individual, ou seja, que exigiam compensação e punição pela parte que sofreu o prejuízo, ao contrário das devassas que poderiam ser abertas pela própria justiça, alguns dos crimes ultrapassavam a dimensão particular e alcançavam a esfera da própria *Res publica*. Em

²⁷ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 12vs-14vs (grifos nossos).

²⁸ Ordenações Filipinas, Livro 5º, tit. 117, §§ 9 e 10.

geral, os crimes contra a honra assumiam essa dimensão da comunidade, pois a honra era uma qualidade construída socialmente e quando a mesma via-se maculada, precisava ser reparada no interior do conjunto social, pois constituía um dos pilares em que se sustentava o estatuto social dos indivíduos. Assim, os autos de querela costumam expressar fórmulas como: “para emenda e satisfação tanto do querelante como da res publica”, “para satisfação da res publica, da Justiça e emenda da injúria do querelante” e “tanto pelo direito que lhe assiste [querelante] para satisfação da sua infâmia como para o exemplo dos mais facinorosos e defesa da justiça”. Nesses casos, como também nos de aleivosia e trato ilícito, esta necessidade de reparação pública fazia-se presente porque dizia respeito a um equilíbrio no microcosmo social que concernia a todos os indivíduos, a quem também cabia sua regulação.

Em crimes de agressão e de injúria, nos quais a reparação era de caráter pessoal, as querelas destinam-se a uma compensação igualmente individual. Numa contenda ocorrida entre João Moniz Ferreira e João Antônio Gomes, em 15 de junho de 1777, decorrente de um desentendimento num jogo de cartas, o primeiro abriu querela contra o segundo por conta de um ferimento que este lhe fez. Registou o escrivão que “porque a causa é de querela pela Ordenação do livro quinto, título cento e dezessete querela o querelante como querelado tem para emenda e satisfação de sua injustiça e ser punido o querelado com as penas por direito e leis impostas”²⁹. No auto de querela e denúncia que deu o alferes Manuel de Sousa Olival de João Soares, por posse indevida e posterior furto de uma sua escrava, dava o querelante querela do querelado “para que saia castigado pela atrocidade de seu delito e haver dele toda a mais pena pecuniária com os serviços da escrava”³⁰. Este é o único caso em que se faz menção a uma reparação pecuniária.

As querelas da Vila de Pombal não trazem a indicação da ocupação dos querelantes e querelados, pelo que ficamos a conhecer muito pouco sobre o lugar social desses indivíduos. Por vezes, fica-se a saber que é alguém do corpo de Ordenanças, mas também isto não diz muito por si só. Como referimos antes, nem sempre aparece menção à cor ou à etnia dos querelantes e querelados e esta nos parece ser uma informação aparentemente importante a se constar nos autos do processo porque se tratava de uma

²⁹ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 7vs [Auto de querela e denúncia que dá João Moniz Ferreira homem solteiro de João Antônio Gomes, 17 de junho de 1777].

³⁰ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 17vs [Auto de querela e denúncia que dá o alferes Nicola Rodrigues dos Santos digo que dá Manuel de Sousa Olival de João Soares homem branco, 22 de novembro de 1779].

sociedade cuja hierarquia social também passava por critérios de etnia, de cor e de condição jurídica. Como também dissemos e exemplificamos com o caso de Leonor Gomes Cavalcanti, também reforçado no caso do caboclo João Dias³¹, a informação de mestiço para ambos os casos constava apenas nos autos de vistoria e talvez por isso não fosse repetida na petição de querela.

Se não é possível saber a quais grupos sociais pertenciam os queixosos e denunciados, os autos de querela permitem-nos ter uma noção do nível de alfabetização dos querelantes, que assinavam juntamente com o juiz ordinário e o escrivão. Sabemos que a assinatura constitui um indicador frágil para se avaliar o grau de letramento, dado que ela não revela o nível de conhecimento de leitura e de compreensão do escrito, mas, ainda assim, é um elemento que pode apontar para esta característica. Do total de 14 querelas, oito só foram assinadas pelo juiz ordinário porque o querelante não sabia escrever, sendo três deles mulheres. Dessas oito, três constam o sinal da cruz, que substitui a assinatura, em quatro assinou só o juiz por o querelante não saber escrever e em um caso não assinou o querelante por “razão de falta de vista”. Ainda que não se consiga averiguar o grau de alfabetização dos que assinaram, fica evidente que metade dos querelantes não sabia escrever.

O analfabetismo continuou a ser uma das marcas das sociedades ao longo do período moderno, especialmente entre as comunidades rurais (mas não só), e inclusive no interior do próprio aparelho judicial³². Não saber ler e escrever podia acentuar um comportamento de desconfiança para com a justiça oficial, que, aliado ao desconhecimento do resultado do processo, como se falará adiante, poderia levar a uma procura maior pelas soluções extrajudiciais. Nesse sentido, impressionam os dados existentes para a Vila Nova de Gaia, em Portugal, para onde foram computados 1065 perdões de parte entre 1601 e 1800³³. Impressiona não somente o número, mas o fato de se tratar de uma vila vizinha à sede da Relação do Porto e à cabeça da comarca (Porto) onde o aparelho judicial já estava mais desenvolvido e consolidado e, ainda assim, sua

³¹ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga, Livro de Notas de 1775 (autos de querela), fl. 2-2vs [Treslado do auto de vistoria feito no caboclo João Dias morado na ribeira das Espinharas na fazenda Laranjeiras, 01 de dezembro de 1775].

³² São poucos os estudos nessa direção. Cf. SILVA, F. Ribeiro da, «Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d’Ave e da Maia, na 1ª metade do século XVII» In *Separata de Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 1979, p. 307-336.

³³ MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, «A litigiosidade e o “perdão” em Vila Nova de Gaia (séculos XVII e XVIII)», In *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Universidade Portucalense, vol. XI, 1996, p. 103.

população recorreu com intensidade a formas não judiciais de resolução dos litígios³⁴. É deste nível de solução de dúvidas e disputas que passamos a tratar a seguir.

6.2. A infrajudicialidade na resolução dos conflitos

Na noite de 2 de dezembro de 1727, Manuel Gonçalves de Souza foi assassinado à espingarda na Vila de Igarassú, capitania de Pernambuco. Foi preso pelo crime Pedro Botelho de Barros, considerado mandante do mesmo. Feito corpo de delito e tirada devassa pelo juiz ordinário da vila, seguiu-se um libelo de autoria da viúva e filhos maiores do falecido. Este processo correu pelo juízo da Ouvidoria de Pernambuco, obtendo o réu sentença de absolvição em 20 de setembro de 1729, que foi apelada para a Relação da Bahia. Os desembargadores deste Tribunal consideraram mal julgado o caso pelo ouvidor de Pernambuco e contestaram sua sentença, condenando o réu a 5 anos de degredo para Angola, 600 mil réis para os autores e duzentos mil réis para a despesa da Relação. Esta sentença está datada de 07 de agosto de 1731, entretanto, no início da década de 1740 ainda se podia encontrar Pedro Botelho preso na cadeia de Recife³⁵.

Em 1737, a viúva Catarina de Oliveira, por si e como tutora e administradora dos seus filhos menores, acompanhada dos seus filhos maiores, o Padre José Gonçalves de Souza e Julião Gonçalves, em casa de um Bento Rodrigues, passou uma *carta de perdão* perante o tabelião que até ali foi. A viúva Catarina e seus filhos perdoavam a João Guedes Alcoforado e a Pedro Botelho de Barros, acusados na morte de seu marido e pai. Reconheciam que ambos haviam sido “culpados por ódio e má vontade de pessoas suas inimigas”, mas que “deste dia de hoje para sempre” perdoavam-nos e desistiam da acusação que faziam, pedindo a todas as Justiças de Sua Majestade “os hajam por livres e isentos do dito crime e de toda a culpa”. E davam este perdão “sem constrangimento de pessoa alguma somente por desencargo de suas consciências”³⁶.

Embora tivesse recebido o perdão da família da vítima, era preciso alcançar na Relação da Bahia o perdão de sua sentença. Assim, Pedro Botelho fez petição ao tribunal

³⁴ É preciso ressaltar, entretanto, que apesar de os perdões de parte serem localizados desde do o início do século XVII, eles crescem na centúria seguinte e tem seus maiores picos nos anos de 1771 a 1790. MONTEIRO, Isilda, *op. cit.*, p. 103.

³⁵ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 71, D. 5977; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 55, D. 4811.

³⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 55, D. 4811.

num dia de sexta-feira Santa, quando se costumava passar perdões pela *Mesa* do Tribunal da Relação que despachava negócios pertencentes ao Desembargo do Paço, composta pelo governador, chanceler e ouvidor-geral do crime³⁷. Obtendo escusas ao seu pedido, por conta de uma ordem régia que impunha a necessidade de decreto do rei para os perdões de degredo para Angola, Pedro Botelho requereu, desta vez, junto a D. João V, o perdão de sua sentença. Recebendo o requerimento do réu, o Conselho Ultramarino solicitou o parecer do ouvidor-geral do crime da Relação da Bahia e com base neste e demais papéis subiu a consulta ao rei que se conformou com o parecer do Conselho e passou o dito perdão em 1742³⁸. Durante todo este tempo, manteve-se Pedro Botelho preso em Pernambuco, sustentando-se por ração recebida do convento de São Francisco e por esmolas que pedia sua esposa, por ser homem muito pobre, segundo alegou³⁹.

Poucas vezes se consegue tantos detalhes processuais de um caso judicial que envolve várias instâncias, como foi possível com o de Pedro Botelho. Temos nesse exemplo pontos importantes a considerar, sendo o principal deles o *perdão*. As cartas de perdão remontam, no Reino de Portugal, ao período medieval⁴⁰, podendo ser passada pela parte ofendida, pela *Mesa* dos tribunais de Relação e pelo rei. O perdão concedido pelo rei apoiava-se na sua imagem de representante de Deus na Terra e demonstrava uma atitude cristã para com os súditos que caíram em erro. Coadunava-se também com seu papel, na doutrina política, de dispensador da Justiça e de primeiro juiz da República, já que punir e perdoar não eram atitudes opostas, mas demonstravam tanto a função de *equidade* da justiça, quanto de *clemência* da *potestas* divina⁴¹. O perdão era, portanto, não apenas uma ação caritativa, mas antes de tudo, política. Ela pertencia às engrenagens da *economia de mercês*, que possibilitava a construção e/ou reforço dos laços de lealdade dos súditos para com o soberano.

³⁷ §§10 e 11 do «Regimento da Relação do Estado do Brasil» In MENDONÇA, Marcos Carneiro, *Raízes da formação...*, p. 660; AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 37, D. 3400.

³⁸ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 71, D. 5977.

³⁹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 55, D. 4811.

⁴⁰ O perdão régio mais antigo localizado pertence ao reinado de D. Fernando I (1367-1383). Esses perdões tinham um formulário ainda muito “fluido ou inexistente” (p. 461), que iria ser aperfeiçoado com sua multiplicação nos reinados posteriores. D. Manuel I chegou a promulgar, em 1517, um *Regimento dos perdões*, destinado ao Desembargo do Paço, contendo os valores a serem pagos pelos suplicantes pelos pedidos de perdão, consoante o crime cometido (transcrito pelo autor, p. 726-732). DUARTE, Luís Miguel, 1999, p. 458-462. As cartas de perdão também podem ser encontradas para outros reinos, como França, Castela e Inglaterra. Ver bibliografia referida pelo autor nas páginas 458 e 459.

⁴¹ HESPANHA, António, 2015, p. 676-680, *maxime* p. 677.

Um dos principais momentos em que os perdões régios eram dispensados ocorria na quadra Pascal, mais precisamente na Quinta-feira Santa, chamada também de Endoenças, e na Sexta-feira Santa. Nesses dias, à semelhança do Cristo, o rei perdoava os crimes cometidos pelos vassalos. Este perdão poderia ser relativo à multa aplicada na pena, ao degredo ou ao próprio delito. Entretanto, mesmo se tratando da pessoa do monarca, havia limites para tais perdões. O rei também não poderia ultrapassar o direito de reparação e punição que cabia às partes ofendidas. Portanto, a concessão desta graça régia fazia-se sob o condicionante de os réus apresentarem o perdão das partes. O poder do rei de perdoar sem o perdão das partes era mais restrito e se circunscrevia a uma tipologia limitada de delitos, em geral crimes leves (sem ferimento) e sem parte. A exceção aplicava-se a casos muito limitados, de réus de grandes merecimentos e utilidade à República⁴².

Ainda que pertencesse a uma dimensão da graça do rei, dependente da sua clemência, o perdão percorria um caminho institucional que passava pelo Desembargo do Paço. Este tribunal elaborava uma consulta na qual deliberava sobre a petição de perdão requerida. Este processo envolvia também o pedido de parecer do juiz da causa, como ocorreu, por exemplo, no caso de Pedro Botelho ao ouvidor do crime da Relação da Bahia. Além disso, concedeu o rei este poder ao próprio Desembargo, sendo posteriormente estendido à Mesa do Paço dos Tribunais da Relação do ultramar. Os perdões passados pela Mesa do Desembargo do Paço e dos tribunais de Relação não dispensavam a consulta ao rei, nem os perdões de parte para os casos atrozes⁴³. Nos livros em que se registavam os valores das condenações da Relação da Bahia pode-se encontrar exemplos desses perdões. Um deles, que exemplifica vários outros, é o de Antônio da Silva Passos, perdoado nas Endoenças de 1724 em cem mil réis, embora não se lhe achassem bens em que fosse executado⁴⁴.

O *perdão das partes* estava na base de uma vivência cristã e católica que se encontrava, por sua vez, no lastro da sociedade portuguesa de Antigo Regime. Esse sentimento cristão de concórdia e reconciliação não pode ser desconsiderado na avaliação desse tipo de perdão, ainda que houvesse também outros fatores mais pragmáticos envolvidos. Um deles se tratava de conflitos envolvendo familiares, que por conta do

⁴² CABRAL, Antonio Vanguerve, *Pratica Judicial...*, parte 3, capítulo 28, p. 383-387, *maxime* §§ 28-33.

⁴³ Idem, p. 385, §18.

⁴⁴ AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 24, D. 2178.

parentesco costumavam ser resolvidos no âmbito extrajudicial. Outra razão referia-se aos elevados custos de um processo judicial que nem todos poderiam arcar, além do próprio desgaste nas relações que envolviam as partes, as quais, com frequência, eram vizinhos ou pertenciam à mesma comunidade. Uma certa desconfiança com relação à justiça letrada também pode ser apontada, especialmente entre os analfabetos, a quem este universo de papéis parecia confuso e de difícil compreensão, preferindo solucionar os litígios com os imemoriais mecanismos existentes na própria comunidade. Para além de tudo isto, convém lembrar que a opção por uma forma de solução dos conflitos não invalida a outra. A opção ou preferência por uma delas pode estar ligada a diferentes fatores, como a presença/distância da justiça letrada, características econômicas e demográficas dos povoados, vilas e cidades, valores urbanos e rurais das comunidades e até uma certa especialização notarial, como se dirá adiante.

O perdão de partes integrava, portanto, um conjunto de mecanismos que as comunidades dispunham para solucionar seus conflitos. A historiografia europeia tem identificado e estudado alguns desses meios de ação da própria comunidade na resolução das contendas, dimensão esta a que vem sendo identificada como *infrajustiça*. Por *infrajudicialidade* entende-se formas de arbitragem tecidas em tradições e costumes das sociedades que buscavam a resolução de litígios por meio de acertos entre as partes⁴⁵. Não se tratava “de una justicia asentada en un *espacio sin derecho*, sino amparada por una legitimidade supletoria a la legal, como era la que ofrecia la costumbre”⁴⁶.

O costume desempenhava um importante papel na regulação da vida dos indivíduos nas sociedades de Antigo Regime. No que se refere ao direito, não se tratava apenas de comportamentos repetidos ao longo do tempo. O costume também possuía um valor normativo. Uma norma que, a princípio, não estava escrita, que se guardava na memória e se difundia pela oralidade. Tinha, pois, força de lei. Lei que vinha de baixo⁴⁷. Uma lei que não pertencia à matéria dos juristas, mas à comunidade apenas. Segundo E.

⁴⁵ Sobre o assunto, ver MANTECÓN, Tomás, «El peso de la infrajudicialidad en el control del crimen durante la Edad moderna», In *Estudis: Revista de historia moderna*, nº. 28, 2002, p. 43-76; GARNOT, Benoît, «Justice, infrajustice, parajustice et extra justice dans la France d’Ancien Régimen», In *Crime, Hitoire & Sociétés / Crime, History & Societies* [En ligne], vol. 4, nº 1|2000, p. 103-120; GARNOT, Benoît, «Justiça e sociedade na França do século XVIII», In *Textos de História*, vol. 11, nº 1/2, 2003, p. 13-27.

⁴⁶ MOVELLÁN, Tomás Mantecón, 2002, p. 46 (grifos do autor).

⁴⁷ GARRÉ, Roy, «The Dynamics of law formation in Italian Legal Science during the Early Modern period: the function of custom» In BLOCKMANS, Wim; HOLENSTEIN, André; MATHIEU, Jon (eds.), *Empowering interactions. Political cultures and the emergence of the State in Europe, 1300-1900*, Ashgate, 2009, p. 91-97 e bibliografia citada pelo autor.

P. Thompson, os costumes se inseriam na *interface* entre a lei e a práxis. Não se identificava, em perfeição, com nenhum delas e era, ao mesmo tempo, as duas⁴⁸.

Benoît Garnot chamou atenção para a necessidade de se delimitar com algum rigor a infrajudicialidade para não convertê-la numa panacéia historiográfica que coloca todos os arranjos comunitários nesse campo. Dessa forma, o autor procura diferenciar as resoluções extrajudiciais em *infrajustiça*, *parajustiça* e *extrajustiça*⁴⁹. A primeira, como já enunciado, envolve um acordo semi-público ou público entre as partes, acompanhada pela presença de mediadores ou árbitros, que podiam ser padres, notários ou pessoas notáveis na localidade. Os acordos tomados no nível infrajudicial podiam ser apenas verbais ou registrados num notário. Nesse caso, tinham o poder de interromper pleitos judiciais já iniciados na justiça formal. A *parajustiça* se caracterizava por resoluções privadas e sem a participação de terceiros. Um caso típico de parajustiça são os duelos pela honra⁵⁰. Já a *extrajustiça* não buscava a resolução de conflitos. Ela correspondia à contenção de represálias ou de busca por justiça contra ações perpetradas por sujeitos violentos. O medo causado por eventuais retaliações às agressões sofridas levava à inação das partes ofendidas. Um exemplo seria o da agressão às mulheres por seus maridos⁵¹.

O historiador do direito Mario Sbriccoli prefere, entretanto, denominar este campo de ação da infrajustiça como *justiça negociada*, que se contrapõe à *justiça hegemônica*⁵². A primeira, explica o autor, está na base de uma concepção de justiça de raiz medieval e associava-se à ideia de comunidade. A *justiça negociada* envolvia quase sempre a participação de *mediadores*, que normalmente eram aqueles membros da comunidade portadores de autoridade social ou reconhecidos como elegíveis para resolver os conflitos entre vizinhos⁵³.

⁴⁸ THOMPSON, E. P., «Costume, lei e direito comum, In IDEM, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 86-149, *maxime*, p. 86-88.

⁴⁹ GARNOT, Benoît, 2000.

⁵⁰ LOUZE, Antuanett Garibeh, «Mecanismos alternativos a la justicia oficial en la Edad Moderna: la infrajusticia a través de las escrituras notariales de perdón», In SAMPER, M^a Ángeles Pérez & MOYA, José Luis Betrán (eds.), *Nuevas perspectivas de investigación em História Moderna. Economía, Sociedad, Política y Cultura en el Mundo Hispánico*, Fundación Española de Historia Moderna, 2018, p. 404. Disponível em: https://digital.csic.es/bitstream/10261/172442/1/IV%20Encuentro%20J.Investigadores_Barcelona_2017_pp.401-411_Garibeh_Louze.pdf. Acesso em 26 de maio de 2020.

⁵¹ LOUZE, Antuanett Garibeh, 2018, p. 409-410

⁵² SBRICCOLI, Mario, «Justicia criminal», In FIORAVANTI, Maurizio (ed.), *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*, Madrid, Editorial Trotta, 2004, p. 159-167.

⁵³ Estavam, neste caso, excluídas algumas categorias de indivíduos, como os forasteiros, vagabundos e criminosos. SBRICCOLI, *op. cit.*, p. 161.

A *justiça hegemônica*, por sua vez, apresenta um caráter institucional, tendo surgido entre finais do século XIII e início do XIV, momento em que os poderes dos reis começaram a se diferenciar e se sobrepor cada vez mais aos demais poderes existentes nas sociedades europeias. Nesse processo de afirmação régia, que foi acompanhada pela codificação dos direitos dos reinos e pela constituição de um corpo de oficiais letrados, o direito penal foi assumindo, gradualmente, a primazia na resolução dos conflitos, amparando-se na ideia de que a ofensa à *res publica* devia ser reparada com uma pena. Nesse sentido, a justiça hegemônica, ou oficial, prescindia da participação dos mediadores e contribuiu para ir enfraquecendo o espaço de negociação. Seus pilares eram formados pela lei, pela ação, pela prova e pela pena⁵⁴.

As características da justiça negociada, ao contrário, derivavam do pertencimento, consenso, proteção e oralidade. Assim como a hegemônica, ela também buscava o castigo à ofensa recebida. A diferença, entretanto, consistia na forma assumida pelo castigo, que se aproximava mais à de *reparação* do que a da *punição*. E a reparação envolvia uma *negociação privada* baseada num *consenso* entre as partes.

Importa assinalar que durante o período moderno essas formas de justiça não se excluía, nem ocupavam propriamente campos opostos. Além de conviverem, elas poderiam estar interligadas na medida em que o início do processo judicial poderia funcionar como um meio de forçar uma negociação. Isto ajuda a explicar a quantidade de processos iniciados em diversos juízos, porém não continuados. Nesse caso, a parte querelante assumia vantagem diante do acusado uma vez que estava em seu arbítrio a possibilidade de encerrar a demanda judicial⁵⁵.

As estratégias judiciais do campo da infrajustiça, embora diversas, apresentam grande continuidade geográfica e temporal. Pode-se encontrar esse tipo de comportamento nas comunidades de Portugal, França, Reino Unido, Itália e Espanha desde a época tardomedieval⁵⁶. Na América portuguesa, por força do processo de

⁵⁴ SBRICCOLI, *op. cit.*, p. 162-166.

⁵⁵ DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, p. 382.

⁵⁶ PORTUGAL: MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, «A litigiosidade e o “perdão” em Vila Nova de Gaia (séculos XII e XVIII)», In *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, vol. XI, 1996, p. 101-112; RAMOS, Anabela, *Violência e justiça em terras de Montemuro, 1708-1820*, Viseu, Palimage, 1998; ALVES, Dina Catarina Duarte, *Violência e perdão em Óbidos (1595-1680)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade de Coimbra, 2003; VENTURA, Liliana de Almeida, *Criminalidade e perdão numa comunidade rural. Sever do Vouga (1752-1831)*, Dissertação, Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006; RIBEIRO, Ana Sofia Vieira, *Convívios difíceis. Viver, sentir e pensar a violência no Porto de Setecentos (1750-1772)*, Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar

transferência de instituições, de oficiais e do Direito do Reino e também pela circulação de portugueses e de magistrados nesse espaço, pode-se encontrar comportamentos e estratégias semelhantes de resolução de conflitos pelas comunidades locais.

Este aspecto ainda foi pouco investigado pela historiografia brasileira⁵⁷. Explica-se, em parte, no fato de a infrajustiça estar principalmente documentada em fontes de natureza notarial. Essas fontes, além de esparsas, irregulares e não raro em mau estado, costumam ser consultadas principalmente para aceder a tipos documentais bastante específicos que ficaram registados em livros de notas, nomeadamente testamentos, procurações, cartas de alforria, escrituras de compra e venda de terras e notas de crédito. Mas em meio a esses tipos documentais, pode-se deparar com instrumentos públicos que nos dão conta de ações de infrajustiça. São principalmente escrituras de *concerto*, de *amigável composição* e de *perdão de parte*. Essas escrituras eram lavradas por um tabelião através da presença das partes, ou de seus procuradores, para fazer registrar uma decisão concertada e consensual, dita de livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma.

Os perdões de parte foram parcialmente estudados para o Reino. Em Vila Nova de Gaia, no intervalo entre 1601 e 1800 foram localizados 1065 perdões de parte em dois cartórios, um no Porto e outro na própria Vila Nova de Gaia. Sendo uma região portuária e, conseqüentemente, apresentando um intenso fluxo de pessoas de fora da terra, poder-se-ia pensar que o elevado número de perdões de parte estaria ligado a transeuntes que por lá passavam e se envolviam em algum tipo de conflito, mas o que os perdões de Vila Nova de Gaia revelam é que se tratam predominantemente (90,4%) de pessoas do mesmo concelho. Isto também se explica porque o perdão envolve quase sempre um tipo de

Cultura, Espaço e Memória; Edições Afrontamento, 2012; FRANÇA: CASTAN, Nicole, «A arbitragem dos conflitos sob o “Ancien Régime”», In HESPANHA, António Manuel (coord.), *Justiça e Litigiosidade. História e Prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 469-519; GARNOT, Bernoit (ed.), *L'infrajudicare du Moyen Age à l'époque contemporaine*, Paris, Editions Universitaires de Dijon, 1996; REINO UNIDO: POWELL, Edward; ITÁLIA: SBRICOLLI, *op. cit.*; CUMMINS, Stephen; KOUNINE, Laura (ed.), *Cultures of conflict resolution in Early Modern Europe*, London, New York, Routledge, 2016; CAROLL, Stuart, «Revenge and reconciliation in Early Modern Europe», In *Past and Present*, n° 233, 2016, p. 101-142; BROGGIO, Paolo & PAOLLI, Maria Pia (org.), *Stringere la pace Teorie e pratiche della conciliazione nell'Europa moderna (secoli XV-XVIII)*, Roma, Viella, 2011.

⁵⁷ Para os perdões de parte ver principalmente MATEUS, Elias Theodoro, *O perdão de parte entre a dinâmica judicial e a vida comunitária nas Minas Setecentistas (Mariana, 1711-1821)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017 e OLIVEIRA, Louhana Rosa Dias de, «“Remir cativos, perdoar a quem errou” – o perdão no Rio de Janeiro setecentista», In Castro, Ricardo Figueriredo de (Org.) [et. al.] *Anais eletrônicos do 2º Encontro Internacional História & Parcerias*, Rio de Janeiro, Anpuh-Rio, 2019, Disponível em:

https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1563157200_ARQUIVO_b34b2bd988b0a749e196c823d7b9e03e.pdf. Acesso em 26 de maio de 2020.

vínculo estreito (parentesco, amizade ou vizinhança). Uma explicação também considerada é a de uma possível especialização dos cartórios, especialmente em Vila Nova de Gaia que concentra a maior parte dos registros, que foi institucionalizando um hábito local entre os moradores de incentivar a formalização do perdão por escrito, não deixando de sublinhar os ganhos de emolumentos que os tabeliães percebiam com esta prática⁵⁸.

Para o Brasil, este tipo de fonte foi ainda pouco explorado na sua dimensão quantitativa. Um estudo para a cidade de Mariana (antiga Vila do Carmo), na capitania de Minas Gerais, identificou 162 escrituras de perdão entre 1711 e 1821. Os dados apresentados mostram que os crimes mais perdoados foram agressão (53,1%), furto (16,7%) e homicídio (8%). Os perdoantes e perdoados, como acontece às querelas, eram predominantemente homens. No que se refere à condição social e de cor, a amostra é bastante homogênea, demonstrando que se tratava de um instrumento ao alcance de quase todos. Há que referir que esta informação, como acontece às querelas de Pombal, nem sempre fica dita, fazendo com que o percentual de indivíduos sem dados seja bastante elevado. Outro ponto a se chamar a atenção é a ausência de escravos no grupo dos perdoantes. Isto porque os mesmos não estavam aptos, juridicamente, a recorrer à justiça por si próprios, como se demonstra, no estudo, pelo caso do escravo José Angola, cujo perdão pelo ferimento que sofreu foi passado pelo seu senhor e sua esposa.⁵⁹

Para a Vila de Pombal, localizaram-se seis escrituras de perdão. Três delas remetem a crimes contra a honra (rapto, estupro e aleivosia). Um dos perdões concedido foi por Dona Maria da Encarnação ao seu marido, pelo rapto e estupro feitos antes de se casarem, que foram denunciados por seu pai⁶⁰. O casamento, nesse caso, atenuava e reparava a honra maculada. Os dois outros crimes cometidos contra a honra feminina foram perdoados não apenas por uma postura cristã, mas porque foram reparados mediante o recebimento de um determinado valor. O estupro e aleivosia cometidos por João Vieira da Costa a Faustino de Sousa Dias e sua filha, Joana, foram perdoados depois de uma composição feita na qual pagou João Vieira várias cabeças de gado vacum e

⁵⁸ MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 1996, p. 103-104.

⁵⁹ MATEUS, Elias Theodoro, *O perdão de parte entre a dinâmica judicial e a vida comunitária nas Minas Setecentistas*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017, p. 72-106.

⁶⁰ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livros de notas 1744-1747, fls. 77vs (documento incompleto) [Escritura de perdão que dá Dona Maria da Encarnação a seu marido Luís Pinto de Sousa, 19 de abril de 1766].

cavalar, dez mil réis em dinheiro e meia légua de terra⁶¹. O mesmo se passou com Maria da Cruz Silva, que perdoou a Luís Álvares da Silva pela aleivosia cometida à sua filha, mediante o pagamento de cem mil réis em dinheiro e cento e vinte cabeças de gado vacum e cavalar⁶².

Os outros três perdões tratam de agressões físicas. Tomásia Ribeira, mulher parda, requereu devassa contra João Pereira da Cruz por umas pancadas que lhe dera que lhe deixou com aleijões num braço, “sem dele se poder se servir para o trabalho”. Como mulher parda, e possivelmente pobre, não é difícil supor que Tomásia realizasse trabalhos manuais nas plantações das roças e em atividades da esfera doméstica. Mas “com os olhos de Deus e por lhe mandar o dito José Pereira Cruz dar trinta mil réis para ajuda de sua sustentação pelo dano e injúria que lhe causou”, perdoava-lhe e não queria mais ser parte na devassa e querela em que o acusou⁶³. Já o alcaide Agostinho José da Costa perdoou a Antônio Rodrigues do Espírito Santo sem dele requerer pena, emenda ou satisfação. O ferimento que Antônio Rodrigues lhe fizera na cabeça fora leve, não lhe deixando nenhum “defeito” nem causando prejuízo algum⁶⁴. De modo semelhante, Manuel de Barros e Abreu, como administrador do seu filho Miguel, deu perdão a Manuel Felix de Jesus por uma bordoadada que este dera ao menor e do qual saiu pronunciado na devassa tirada⁶⁵.

Foi possível ainda localizar duas escrituras de perdão na Vila de Arez, capitania do Rio Grande do Norte, comarca da Paraíba. Em uma delas se perdoava o furto de umas estacas e varas de cerca. Na outra, a índia Ana Maria e seu filho Luís de Sousa perdoavam o genro Teodósio Roque, pela morte da filha e irmã Paula, por esta morrer em decorrência de febre maligna e não de “pancadas que lhe fez”⁶⁶.

⁶¹ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livro de notas de 1790 (1º livro), fls. s/n. [Escritura de perdão que dá Faustino de Sousa Dias como administrador de sua filha Joana de Sousa a José Vieira da Costa, 12 de março de 1796].

⁶² Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Livro de Notas 1799/1800, Tabelaio Manuel José de Faria, fls. 77-78vs [Escritura de perdão que dá Maria da Cruz Silva viúva (?) a Luís Álvares da Silva, 10 de junho de 1800].

⁶³ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livros de notas de 1775 (2º livro), fl. 83-83vs. [Escritura de perdão que dá Tomásia Ribeira a José Pereira da Cruz, 28 de agosto de 1776].

⁶⁴ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livros de notas de 1773 (1º livro)

⁶⁵ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livro de notas de 1771, fls. 59-59vs [Escritura de perdão que dá Manuel de Barros e Abreu a Manuel Felix de Jesus filho de Bartolomeu José Gomes, 31 de maio de 1772]

⁶⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Livro de Notas de Goianinha, 1731-1781, fls. [s/n]. [Escritura de perdão que dá João da Rocha de Araújo a Duarte Gomes de Lima e a Manuel Antônio Correia, 15 de agosto de 1781; Escritura de perdão que dão Ana Maria Índia mãe da defunta Paula, mulher de Teodósio Roque e seu filho Luís de Sousa ao dito Teodósio Roque, 22 de outubro de 1781].

Todas as cartas de perdão mencionadas, tanto as da Vila de Pombal, como as da Vila de Arez, referem-se a querelas e devassa iniciadas nos juízos competentes. O perdão, nesses casos, tinha um valor jurídico de embasamento das petições de perdão da pena passada e a interrupção do processo. Os valores cristãos estavam na base dos perdões conforme referimos. Acrescenta-se a isto relações de parentesco, vínculos de amizade e de vizinhança que também interferiam na questão, favorecendo o retorno à harmonia entre os envolvidos. Mas há que reconhecer que outros fatores podiam influenciar esta decisão, tais como o ser o perdoado um poderoso local, o entendimento acerca da criminalização das ações (havendo uma margem mais larga para a tolerância de certas condutas) e um possível pagamento pecuniário pelo perdão, que poderia existir ainda que não ficasse registado na escritura⁶⁷.

Outro mecanismo de justiça negociada que passava pela formalização em cartório foram as *amigáveis composições*. Este instrumento notarial correspondia a um acordo a que se chegava sobre determinado ponto de conflito entre as partes. Tais composições poderiam ser apenas um consenso entre outorgantes e outorgados (a amigável composição), como poderiam agregar outros tipos de negociação, como uma transação ou desistência daquilo que era demandado. Assim, dispõe-se de 22 escrituras para o termo da Vila de Pombal, sendo 3 delas de *amigável composição*, 9 de *transação e amigável composição* e 10 que acrescentam outros tipos de negociação à composição como *trato*, *concerto*, *desistência* e *aviventação de rumos*.

Essas composições recaíam quase sempre sob questões ligadas à terra. São principalmente dúvidas acerca dos limites, divisão e partilha das propriedades. Quase todas mencionam a existência de uma demanda judicial iniciada, a qual se queria pôr fim, “por serem certas e infelizes as despesas e incerto o vencimento por serem diferentes as opiniões dos ministro e tribunais”⁶⁸. A interrupção do pleito ocorria, então, através de um acordo consensual entre as partes. Mais uma vez, o “consensual” aqui pode sempre omitir a pressão de algum grupo ou de indivíduos poderosos. As partes envolvidas nessas composições são muitas vezes oficiais das ordenanças de diversas patentes (desde alferes a capitão-mor), o que nos parece natural visto serem estes homens aqueles que possuíam

⁶⁷ AGÜERO, Alejandro, *Castigar e perdonar* cuando conviene a la República. La justicia penal de Córdoba del Tucumán, siglos XVII y XVIII, Madrid, Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2008, p. 155.

⁶⁸ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livro de notas de 1775 (2º livro), fl. 20 [Escritura de transação e amigável composição e concerto que entre si fazem o Coronel João Dantas Rocha e sua mulher Dona Tereza de Jesus por seus procuradores o licenciado Antônio Luís da Paz e o coronel Timóteo Gonçalves da Silva como abaixo se declara, 06 de setembro de 1775].

sesmarias nos sertões da capitania da Paraíba. Alguns deles pertenciam a famílias que estiveram presentes na fase de conquista desse espaço, como foram os Oliveira Ledo. Outros eram homens que detinham grande poder local e que estiveram envolvidos no centro de diversos conflitos, como bem exemplifica Francisco de Arruda Câmara, que foi capitão-mor da Vila e Pombal⁶⁹.

As composições a que se chegavam nem sempre partiam somente da concórdia entre as partes. Poderia estar por trás das mesmas a atuação de indivíduos que exerciam funções de arbitragem nesses conflitos. Esses árbitros eram na maior parte das vezes pessoas de boa reputação local. Para o caso de Languedoc durante o Antigo Regime, Nicole Castan identificou membros do clero, da nobreza e dos homens de lei como sendo os principais árbitros tanto no campo quanto na cidade. Nesta, também foi expressiva a participação de “burgueses notáveis” nas mediações⁷⁰.

As escrituras de *perdão* e de *composição* existentes para Pombal não trazem explicitamente este tipo de informação, contudo, somos levados a pensar que estes intermediários podem estar presentes entre as testemunhas que presenciavam o conserto ou ainda entre os indivíduos em cuja propriedade se faziam as escrituras. Ao contrário das querelas, que sempre eram apresentadas nas casas de pousada do juiz ordinário, as amigáveis composições poderiam ser formalizadas em diferentes lugares, desde o escritório do tabelião ou escrivão, ao sítio alvo de disputa, como também em locais diversos. A última opção é o caso de, pelo menos, cinco escrituras em que se pôde identificar claramente que o escrivão foi chamado para um local diferente daquele das moradas das partes concertantes⁷¹. Para quatro dos cinco casos são identificadas as moradas de oficiais das Ordenanças e do padre da matriz da vila. É possível, portanto,

⁶⁹ GUEDES, Paulo Henrique Marques, 2013.

⁷⁰ CASTAN, Nicole, «A arbitragem de conflitos sob o “Ancien Régime” In HESPAÑA, António (Org.), *Justiça e litigiosidade. História e Prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 488-508, *maxime* p. 490.

⁷¹ Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livro de notas de 1725-1730, fls. 73-74 (numeração póstuma) [Escritura de transação e amigável composição que fazem o capitão Bento de Araújo Barreto e o capitão Manuel da Cruz Oliveira, 14 de maio de 1727]; fls. 83vs-84 (numeração póstuma) [Escritura de amigável composição que faz Maria do Couto de Bem e seu filho Matias de Figueiredo Rocha, 11 de agosto de 1727]; Livro de Notas de 1730 (2º livro), fls. 93vs-95 [Escritura de amigável composição que fazem o alferes André Pereira Fontes como tutor do órfão Vital Vieira Costa com Manuel Jaques da Costa por si e por sua tia Maria da Conceição, procurador que mostrou ser da dita sua tia, 02 de março de 1730]; Livro de Notas de 1738 a 1740, fls. 26-27 [Escritura de transação e amigável composição que fazem João da Costa e sua mulher Feliciano Dias por seus procuradores, 14 de novembro de 1738]; Livro de Notas de 1775 (2º livro), fl. 19vs-21vs [Escritura de transação e amigável composição e concerto que entre si fazem o Coronel João Dantas Rocha e sua mulher Dona Tereza de Jesus por seus procuradores o licenciado Antônio Luís da Paz e o coronel Timóteo Gonçalves da Silva como abaixo se declara, 06 de setembro de 1775].

que esses homens, ou por conhecerem ambas as partes, ou por terem projeção política na comunidade, estivessem na base dos acordos realizados.

Enquanto nas escrituras de perdão da Espanha parece que se encontra com maior frequência a menção a mediadores⁷², as localizadas neste trabalho e a falta de referência a elas por Elias Mateus para os perdões de Mariana, em Minas Gerais, pode prender-se à questão de diferença de formulário notarial. Entretanto somente mais investigações nesse sentido poderão apontar a consistência dessa suposição.

As questões resolvidas nas composições envolviam, na maior parte das vezes, vizinhos, sócios e familiares. As razões dos litígios incidiam, principalmente, sobre dúvidas acerca de limites de terras e olhos d'água, de partilha de heranças e de terras e de divisão de bens por divórcio⁷³. Algumas das composições eram formalizadas por procuradores. Nesse ponto, é interessante ver como esta função foi predominantemente ocupada por licenciados. De oito composições que continham a presença de procuradores por, pelo menos, uma das partes, em seis delas o procurador se trata de um licenciado. Há quatro nomes mais recorrentes: João da Costa dos Santos, Francisco Gaia da Rocha, seu irmão João Gaia da Rocha e Antônio Luís da Paz.

Licenciados eram os indivíduos que possuíam um curso nos Seminários dos Jesuítas, conforme dissemos em capítulo anterior. Seu conhecimento jurídico era adquirido principalmente pela prática em escritórios de advogados e em auditórios e pela ocupação de outros cargos judiciais. Num espaço circunscrito como a povoação do Piancó, não surpreende que sujeitos como João Gaia da Rocha e Antônio Luís da Paz tivessem ocupado cargos judiciais, tendo, o primeiro, sido tabelião do Público, Judicial e Notas por duas décadas e o segundo, também exercido o mesmo tabelionato e nomeado

⁷² MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «*La acción de justicia en la España Moderna: una justicia dialogada, para procurar paz*», In BROGGIO, Paolo & PAOLI, Maria Pia (ed.), *Stringere la pace. Teorie e pratiche della conciliazione nell'Europa moderna (secoli XVI-XVIII)*, Roma, Viella, 2011, p. 333-367; LOUZE, Antuanett Garibeh, 2018.

⁷³ Escapavam dessas motivações a transmissão de uma tapuia como herança e a restituição de uma terra vendida pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de Pombal. Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB), Livro de notas de 1725-1730, fls. 83vs-84 (numeração póstuma) [Escritura de amigável composição que faz Maria do Couto de Bem e seu filho Matias de Figueiredo Rocha, 11 de agosto de 1725]; Livro de Notas de 1775 (1º livro), fls. s/n. [Escritura de transação e amigável composição que fazem a Irmandade do Santíssimo Sacramento ereta nesta Matriz de Nº Sª do Bom Sucesso do Piancó e Lourenço de Freitas Alves e sua mulher Anacleto Nunes de Bulhões acerca de meia légua em quadra doado ao Santíssimo Sacramento pelo defunto Capitão Sebastião Correa de Lima, 01 de janeiro de 1767].

juiz ordinário em Piancó⁷⁴. Já Francisco Gaia da Rocha atuou principalmente na Cidade da Paraíba, ocupando as funções de advogado, Tabelião do Público, Judicial e Notas, escrivão da Ouvidoria, Procurador da Coroa e Fazenda e escrivão da Câmara da Cidade da Paraíba⁷⁵. E no interior do universo notarial, esses indivíduos ocupavam lugares distintos, aparecendo como outorgantes, procuradores e testemunhas⁷⁶, o que os colocavam numa posição de sujeitos especializados nos assuntos judiciais. Não seria arriscado supor que atuassem como mediadores nos litígios. Como pessoas versadas na prática judicial, poderiam ser procurados pelas partes para opinar acerca de alguma demanda e apresentar como remédio a formalização de uma composição.

As escrituras de amigável composição deveriam pôr fim aos pleitos iniciados na justiça formal, isto porque a “composição ou convenção é contracto que as partes fazem entre si perante o official publico, e o tal contracto recebe as suas forças, e firmeza do consentimento das mesmas partes, e ficção como Ley entre os contraentes, e assim se há de observar, e guardar a dita convenção”⁷⁷. Quando apenas uma das partes queria desistir do pleito, ficava assegurada a continuidade do processo⁷⁸.

As escrituras de *amigável composição* evidenciam, portanto, dinâmicas sociais de resolução de conflitos que partiam da própria comunidade. A justiça formal poderia participar desse processo quando os próprios juízes atuavam como árbitros das tensões e propunham este instrumento como meio de formalização dos acordos e de garantia do seu cumprimento. Outrossim, a própria justiça oficial legitimava as *composições* como um meio válido de solucionar as demandas à medida que reconhecia sua força legal para a interrupção dos pleitos judiciais.

Em espaços onde a justiça régia não chegava, ou chegava esporadicamente, como eram os julgados, esse expediente notarial ficava ainda mais sob o controle dos oficiais da escrita e dos homens de maior expressão e autoridade política local. A autorregulação dos conflitos, era, portanto, significativamente maior. Convém não esquecer que esses mesmos arranjos sociais poderiam acontecer sem a formalização por via da escrita e da fé pública do tabelião. Os mecanismos de infrajustiça também funcionavam ao nível da

⁷⁴ MORAIS, Yan Bezerra de, “*E por ser de conhecida nobreza*”: elites locais e redes de reciprocidade no sertão do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte, 1711-1772, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018, p. 119.

⁷⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 76-78.

⁷⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 114-122.

⁷⁷ CABRAL, Antonio Vanguerve, *Pratica judicial...*, parte VI, cap. 3, § 8, p. 3.

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*, parte VI, cap. 3, §§12-15, p. 4.

oralidade, perdendo-se ou assumindo-se compromissos perante o mediador (havendo-o) e testemunhas. A escrita dessas soluções extrajudiciais garantia, entretanto, a possibilidade de interrupção de um processo, o perdão ou comutação de penas e a perenidade do acordo ou perdão alcançados, pois normalmente as escrituras de amigável composição e as cartas de perdão eram passadas para terem efeito indeterminado. Com isto se garantia o cumprimento das disposições acordadas não somente entre as partes nomeadas, mas projetava a resolução tomada sob os herdeiros inclusive.

Como foi dito, a infrajustiça fazia parte de dinâmicas muito antigas presentes em várias sociedades europeias. A força do costume, da utilização repetida desses meios ao longo do tempo e o seu reconhecimento pelas comunidades fizeram perpetuar os códigos de ajustamentos sociais quando surgiam divergências ou mesmo quando eram cometidos crimes. Essas formulações se manifestaram, em graus diferenciados, na sociedade colonial, e expressavam meios de controle socialmente respaldados e coadunados com a cultura católica fortemente presente. A justiça oficial representava, portanto, apenas uma parcela das questões judiciais que pairavam sob os indivíduos. Sabe-se que este sistema normativo, especialmente no âmbito criminal, foi crescendo e se impondo sob as formas comunitárias de resolução de conflitos, assumindo a prerrogativa na punição e no procedimento contra os criminosos à medida que se avançava para o século XVIII⁷⁹. Entretanto, pelo caráter oral da justiça negociada e pelas questões de sobrevivência das fontes, dificilmente se poderá ter uma noção mais exata do peso de uma e outra nas comunidades no decurso do tempo. O baixo grau de institucionalização política dos territórios e a distância dos mesmos às instâncias de recurso judiciais podiam intensificar a utilização dos mecanismos de infrajustiça, assim como podiam igualmente, favorecer o aparecimento de indivíduos que exerciam amplo controle sob as comunidades locais e cujo poder advinha, em grande parte, do bando que controlava. Sobre esse fenômeno, bastante comum no interior do Brasil falaremos a seguir.

6.3. “como a matéria é melindrosa por originada nos sertões...”: o caso da Ribeira do Açú e do bando de Antônio da Rocha Bezerra

⁷⁹ MECCARELLI, Massimo, «Criminal law before a state monopoly», In Pihlajamäki, Heikki; DUBBER, Markus D; GODFREY, Mark (ed.), *The Oxford Handbook of European Legal History*, Oxford, Oxford University Press, 2018, p. 632-654.

Uma das imagens associadas aos sertões pelos homens da administração colonial foi a de asilo de criminosos. A historiografia brasileira estudou este aspeto, com pormenor para os sertões da capitania de Minas Gerais, ao destacar a ação de potentados, bandos e quadrilhas que cometiam crimes nesses espaços⁸⁰. A distância física das sedes de governo e a impossibilidade de fiscalização pessoal por parte dos oficiais régios, pelo baixo grau de institucionalização política desses espaços, facilitavam a emergência de poderes privados nos sertões.

Nos sertões das Capitanias do Norte, foi comum que os fazendeiros armassem seus escravos, agregados e moradores em suas terras, que geralmente tinham a ocupação de vaqueiros e agricultores, para fazer frente a qualquer ameaça à sua propriedade⁸¹. Durante o processo de ocupação dos sertões e do combate aos tapuias, a Coroa portuguesa permitiu e premiou a ação de homens que, acompanhados por tropas pessoais, compostas predominantemente por indígenas, fizessem guerra aos índios não aliados. Esses homens receberam alguns cargos e sesmarias nos sertões⁸². Eles, juntamente com outros que participaram das conquistas desses espaços, formaram os primeiros nichos de poder no interior das capitanias, sendo esta a base de atuação para o mandonismo local.

Os chamados poderosos locais geralmente congregavam em si riqueza e a nomeação de postos nas Ordenanças. Cabiam a eles a responsabilidade pela segurança nas ribeiras dos sertões.

[João de Abreu Castelo Branco, capitão-mor da Paraíba] considerando assim que tomastes posse da vossa ocupação que um dos mais eficazes meios para o aumento dessa capitania em paz e quietação dos moradores dela vos aplicásseis a atalhar o atrevimento daqueles que *sem temor de Deus nem das minhas Leis*, a perturbavam com diferentes insultos, e vendo que *no dilatado dessa capitania (...) não tinham as minhas justiças e oficiais delas as forças necessárias para tomarem satisfação destes delinquentes* e fazer-se guardar o temor e respeito devido, despachareis ordens aos *oficiais das entradas e ordenanças* que entendíeis serem capazes de as executarem sem dolo *para que todos*

⁸⁰ SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986, *maxime* p. 91-140; ANASTASIA, Carla Juno, 2005; SILVA, Célia Nonata da, Territórios de mando. Banditismo em Minas Gerais, século XVIII, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007.

⁸¹ GOMES, José Eudes, 2009, p. 23-24.

⁸² SILVA, Rafael Ricarte da, *A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)*, Tese, Doutorado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2016; ALVEAL, Carmen; SILVA, Tyego Franklim da, «Na ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na Capitania do Rio Grande (1680-1710)», In POSSAMAI, Paulo (org.), *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, São Leopoldo, Oikos, 2012, p. 235-249.

*que achassem em atual exercício de roubos, violências e mortes ou qualquer outra perturbação da República os prendessem nos seus distritos, e os remetessem a essa cidade para se entregarem ao ouvidor geral, e se castigarem como merecem (...)*⁸³.

Será, predominantemente, em torno dos potentados locais que se organizarão os bandos encontrados nos sertões das Capitanias do Norte. Possuindo os meios necessários (homens, armas e cavalos) para a prisão dos criminosos, também os usavam em proveito próprio e dos seus aliados, promovendo uma justiça privada.

Quando isso atingia, no entanto, um grau que chegava a perturbar os moradores, a Coroa procurava desarticulá-los. As ações para a desarticulação dos bandos eram complexas e demoradas, em virtude da natureza do território, que favorecia a fuga e o acoitamento, da rede de informantes criadas pelos cabeças dos bandos que ficavam a saber com antecipação as estratégias para prendê-los e, às vezes, da proteção e amizade de importantes autoridades régias das capitanias.

A ideia de potentado local é bastante genérica. Aplicamo-la aqui para entender os indivíduos moradores dos sertões das Capitanias do Norte cujo poder advinha da conjugação da posse de terras, do estatuto político (advindo da detenção de postos mais elevados nas Ordenanças) e do efetivo armado que costumavam possuir através de agregados e escravos. Achemos conveniente e interessante a distinção feita por Carmen Alveal entre senhorio colonial e território de mando. A historiadora explica-o através do caso do capitão Antônio Vieira de Melo, morador no sertão do Ararobá, capitania de Pernambuco.

Antônio Vieira de Melo atemorizou os habitantes da região pelas violências e coações impostas aos mesmos através do seu bando armado, formado predominantemente por índios. Antônio Vieira associou-se com o coronel de cavalaria Cristóvão Pinto de Almeida e passaram, juntos, a intimidar os moradores, apossando-se de suas terras e exercendo outras ações violentas, como roubos e crimes contra a propriedade, opressões e prisões arbitrárias aos próprios oficiais de Cristóvão Pinto⁸⁴. Antônio Vieira de Melo e seu bando atuaram durante muitos anos, ao longo dos quais foram sendo feitas diversas queixas ao governador de Pernambuco. Parece ter havido algum relapso em resolver essa

⁸³ AHU, Códice 258, fl. 281vs (grifos nossos).

⁸⁴ ALVEAL, Carmen, 2015.

situação, aliada à própria dificuldade de meios para se agir nos sertões, como mencionou D. Marcos de Noronha Brito⁸⁵.

Para Carmen Alveal, o poder de Antônio Vieira de Melo fundamentou-se, inicialmente, através da sua condição de *senhorio colonial*, isto é, de possuidor de terras, doadas pela Coroa a seu pai como mercê pela conquista e ocupação do interior. Ao senhorio se associava uma parcela de pessoas, como índios, escravos e posseiros, que costumavam ter uma relação de interdependência com o senhor. Sua autoridade estava vinculada ao estatuto de sesmeiro e ao respeito local que possuía enquanto tal. À medida que Antônio Vieira ultrapassou os limites do seu senhorio ao intimidar outros moradores e impor violentamente suas vontades, sua autoridade deixou de estar respaldada pelo reconhecimento recíproco dos locais. Com isto passou a agir em um *território de mando*. Este termo foi usado por Célia Nonata da Silva para referir-se aos limites geográficos de ação de alguns potentados de Minas Gerais, cujo poder amparava-se numa cultura da violência e na concepção de honra, reputação e justiça privada⁸⁶. Os bandos formados por tais indivíduos podiam ser tanto transgressores das leis régias quanto colaboradores em diligências da Coroa, como mostra Ana Paula Pereira Costa⁸⁷.

Contemporaneamente a Antônio Vieira, outros casos podem ser identificados nos sertões das capitanias do Norte. Um deles refere-se a Francisco de Arruda Câmara, capitão-mor da Vila de Pombal, na Paraíba, e antigo juiz ordinário da mesma⁸⁸. Francisco de Arruda Câmara acumulou uma extensa lista de acusações que transpuseram a fronteira do socialmente aceitável e chegaram ao conhecimento das autoridades régias, que buscaram limitar suas ações. O exemplo em questão difere do anterior por estar em disputa o controle político do território da recente vila de Pombal por famílias há muito estabelecidas na região. As acusações, de gravidades que não se consegue confirmar, eram utilizadas como instrumentos políticos pelos adversários de Francisco de Arruda Câmara.

Outro bando atuava nos sertões vizinhos à Ribeira do Piancó. Trata-se do bando de Antônio da Rocha Bezerra, cujo *território de mando* era a ribeira do Açu, localizada na capitania do Rio Grande do Norte. Pouco se conhece sobre o estabelecimento de

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 47.

⁸⁶ SILVA, Célia Nonata da, 2007.

⁸⁷ COSTA, Ana Paula Pereira, «Potentados locais e seu braço armado: as vantagens e dificuldades advindas do armamento de escravos na conquista das Minas» In *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 18-32.

⁸⁸ GUEDES, Paulo Henrique, 2013.

Antônio da Rocha Bezerra nos sertões do Açu. Sabe-se que existem sesmarias concedidas em seu nome nos anos de 1701, 1736, 1737 e 1757⁸⁹ e que foi designado para liderar uma frente de combate aos tapuias nos sertões do Rio Grande em 1708⁹⁰. O Antônio da Rocha Bezerra do início do século XVIII deve ser ascendente do homônimo de que tratamos. Entretanto, ainda não foi possível localizar sua descendência para certificar essa suposição.

Antônio da Rocha Bezerra tornou-se um problema para os moradores da ribeira do Açu e para o governador da capitania de Pernambuco, à qual estava anexado o Rio Grande. O caso passa-se entre finais da década de 1750 e início da seguinte e requer difíceis operações para desarticular e prender o grupo, envolvendo o esforço de diferentes oficiais e militares das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande.

6.3.1. “não carecia de ordem alguma porque só ele governava no Açu e El Rei em Portugal”

Em 1756, o capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pedro de Albuquerque e Melo, retirou uma patente de coronel da cavalaria da Ribeira do Açu de Antônio da Rocha Bezerra, que havia sido dada por seu antecessor, mas não confirmada pelo rei. A atitude do capitão-mor não se deveu propriamente à falta de confirmação régia, mas aos distúrbios que o coronel Antônio da Rocha estava promovendo na dita Ribeira, sertão da capitania. Alegou o capitão-mor que Antônio da Rocha rasgou uma notificação do juiz ordinário da cidade de Natal relativa a uma causa que trazia com outro morador da mesma ribeira. Sendo autuado por esta ofensa à justiça, Antônio da Rocha comprou as testemunhas e acabou sendo absolvido no juízo ordinário. A causa, no entanto, foi apelada para o ouvidor da Paraíba, que entendeu que o juiz ordinário a julgou mal, condenando o réu em 300 mil réis e três anos de degredo para alguma parte da África⁹¹.

Tal sentença não chegou a ser cumprida, visto que as “insolências” cometidas por Antônio da Rocha Bezerra, seus irmãos, cunhados e sequazes tomaram proporções cada vez mais alargadas. As denúncias das ações de Antônio da Rocha e de seus dois filhos,

⁸⁹ Plataforma SILB, RN 0910, RN 0563, RN 0454 e RN 0642.

⁹⁰ Lopes, Fátima Martins Lopes, *Em nome da liberdade. As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2005, p. 46-47.

⁹¹ AHU, Avulsos, Rio Grande do Norte, Cx. 6, D. 394.

Francisco da Rocha e Antônio da Rocha, começaram por volta de 1757, com uma petição anônima feita ao governador de Pernambuco e uma carta do cura da ribeira do Açu, o padre Bernardo de Aragão Cabral. Este relatou o agravamento da situação com a prisão do tenente José do Anjos na porta da matriz da ribeira pelo bando de Antônio da Rocha, desrespeitando a imunidade da Igreja, levando-o até sua casa onde o manteve em cárcere privado e agindo com muitas violências. Ao fim de quatro dias, seus parentes foram tirá-lo “à força de armas”, de cujo confronto saíram dois mortos⁹². Uma vez livre, o tenente José dos Anjos buscou “satisfazer a sua ofensa”, não aguardando pelos meios ordinários da justiça. A rivalidade entre esses dois grupos estabeleceu uma situação insustentável nos sertões do Açu, ao ponto de ser iminente um levante.

Ao ter conhecimento desses distúrbios, o governador de Pernambuco, à época Luís Diogo Lobo da Silva, escreveu ao capitão-mor recém-empossado do Rio Grande, João Coutinho de Bragança, estranhando a falta de notícias de sua parte e da do seu antecessor sobre a situação. Ordenou que sendo verdadeiros, João Coutinho fizesse sossegar os ânimos dos moradores da ribeira, enviando, se fosse preciso, uma diligência com soldados de infantaria, de Henriques e Auxiliares. Como estratégia para esta operação, escreveu o governador,

(...) e sempre é conveniente que nessa diligência vá um escrivão dos que o país o permitir para portar por fé o que nela suceder. Aviso a Vossa Mercê que *havendo os sobreditos em estado de poderem fazer grande resistência, por se lhe ter agregado bastante gente, é conveniente para facilitar a prendê-los deitar alguns Henriques e outras pessoas de quem se possa confiar como fugitivos de prisão que Vossa Mercê lhe quer fazer para que estes se vão incorporar com eles (...) e para que se animem executar o referido e o façam com fidelidade Vossa Mercê lhe prometerá da minha parte não só o serem atendidos mas que concluído a diligência terão a sua gratificação (...)*⁹³.

O disfarce dos oficiais de milícia, das Ordenanças ou dos soldados era uma estratégia comum nas diligências mais difíceis de prisão, assim como a prática de recompensa aos réus que se mostravam mais difíceis de capturar⁹⁴.

⁹² AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 2.

⁹³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 3.

⁹⁴ Por exemplo AUC, CA, Cód. 31, fl. 89vs.

Foi também ordenado ao juiz ordinário do Açu que tirasse uma devassa dos procedimentos de Antônio da Rocha Bezerra e seus sequazes, a qual, relata o cura Bernardo Aragão, acreditava terem ficado “canonizados por bons” por terem deposto na mesma “testemunhas defeituosas”, porque parciais e sem crédito devido a “qualidade de suas pessoas dos que uns são notoriamente *mulatos, caribocas, mamelucos e tapuias*, gente de pouca fé e consciência e sem temor de Deus”, ou, em outras palavras, rústicos e, por isso, inaptos a darem testemunhos de veracidade⁹⁵. Além do cura, o próprio governador de Pernambuco levantou suspeitas da devassa por ter sido tirada em apenas quatro dias, sendo um recorde em se tratando de uma ribeira do sertão, onde não há vizinhanças que sejam menores de duas, quatro, seis e oito léguas”⁹⁶. A parcialidade do juiz ordinário com Antônio da Rocha ficava dessa forma explicitada. O apoio de outros sujeitos a Antônio da Rocha também ficou logo evidente à medida que as denúncias chegavam a Pernambuco e que as diligências para sua captura eram infrutíferas.

Indo em correição à ribeira, o ouvidor da Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha, presenciou duas mortes feitas por Antônio da Rocha e seus filhos, mas nada fez, segundo o cura da matriz do Açu, acomodando-se com o dito Rocha, por medo e por receber dele subornos, passando-lhe ainda 9 cartas de seguro para livrar-se em liberdade dos seus crimes⁹⁷. Defendeu-se o ouvidor, dizendo que desejava suprimir os motins do Açu, mas que por se “achar entre hostilidades, em lugar ermo onde não havia soldados que obedecessem os oficiais e serem poucos os que levava por parte da Justiça, acrescentando mais a extensão dos caminhos solitários de agrestes muito acomodados para qualquer traição” não pôde agir contra Antônio da Rocha e seus parciais⁹⁸. Ainda que houvesse alguma amizade entre o ouvidor da Paraíba e Antônio da Rocha que justificasse a isenção daquele, as razões apontadas pelo ministro não eram infundadas. Pelo contrário, a falta de braço militar suficiente pelas Justiças para efetuar as diligências constituía uma das razões que explicava sua pouca ação nos sertões. Outro motivo ainda mais importante residia no fato de os próprios homens responsáveis pela paz pública serem aqueles que promoviam distúrbios e inquietações, que, associado à distância aos centros de poder, tornava difícil agir contra tais indivíduos, como declarou Luís Diogo Lobo Freire:

⁹⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 5.

⁹⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, carta do governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, de 6 de março de 1759 e anexo 13.

⁹⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 6.

⁹⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 8.

(...) e esta é a natureza dos sertões, nos quais predomina a justiça mais do que enquanto a não embarçam aqueles por conta de quem corre o seus sossego e assim é tudo neste continente, ainda que mais restrito nas Praças por estarem à vista dos Governadores que por inspetores mais qualificados não costumam obrar nem consentir semelhantes excessos mas sim evitá-los quando a ocasião o permite (...) ⁹⁹.

Antônio da Rocha, enquanto coronel de cavalaria das ordenanças da ribeira do Açu, estava compreendido no grupo de homens autorizados a prender criminosos e manter a quietação nas povoações¹⁰⁰. Eram esses homens, como já se disse, os principais responsáveis pela justiça nos sertões, onde os ministros do rei só chegavam esporadicamente, por correição ou por diligências específicas. Antônio da Rocha, ao contrário da designação do posto para o qual estava nomeado, tornou-se um perturbador de incivis procedimentos. Fundamentado nessas razões, o capitão-mor do Rio Grande, Pedro de Albuquerque e Melo, retirou-lhe a nomeação, que ainda não havia sido confirmada pelo rei¹⁰¹, abrindo caminho para a intensificação das desordens produzidas pelo ex-coronel.

Os diversos crimes cometidos por Antônio da Rocha, familiares e a escolta com a qual andava compreendiam o rasgar um mandato do juiz ordinário da cidade de Natal, no qual ele era parte acusada, e também uma patente de sargento-mor que ia para José de Oliveira Leite; prender o tenente José dos Anjos na porta da matriz da ribeira, mantendo-o preso em sua casa; contramarcas gado alheio para aumentar suas reses; descompor moradores, sem nenhum respeito a suas idades inclusivamente, como aconteceu ao coronel Domingos Gonçalves Meireles, senhor de mais de oitenta anos, a quem Antônio da Rocha tirou o apoio com o qual andava e deu-lhe muitas pancadas; descaminho de bens de José Neto; bordoadas dadas num tabelião; posse de terras alheias; suborno às Justiças com dinheiro e mulheres de sua família; acoitamento de criminosos; injúrias e mortes¹⁰².

⁹⁹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, carta do governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, de 6 de março de 1759.

¹⁰⁰ SOUZA, Laura de Mello e, 1986, p. 117.

¹⁰¹ AHU, Avulsos, Rio Grande do Norte, Cx. 6, D. 394 e Cx. 6, D. 397.

¹⁰² BNP, PBA, Códice 121, fls. 801-807; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, diversos anexos, *maxime* anexo 10.

Antônio da Rocha cometia esses distúrbios e violências por si, por filhos e cunhados e por um séquito de homens que estavam sob o seu comando. A este bando integrou-se o de Felipe da Silva, um capitão-do-mato de Goiana, capitania de Itamaracá, homem régulo que andava com outros dezoito que praticavam crimes e a quem ninguém conseguia deter por não ter domicílio certo e por contar com a proteção de pessoas que o temiam ou que eram como eles. Felipe da Silva já havia causado inquietações em Itamaracá e na Paraíba, tendo retirado presos dos oficiais das ordenanças da última¹⁰³. Chegando no Rio Grande, o bando de Felipe da Silva foi contratado e munido com pólvora e balas pelo capitão-mor da capitania João Coutinho de Bragança para unir-se a Antônio da Rocha na perseguição a José dos Anjos, seu opositor, que “pelo espírito de vingança”, tinha reunido uma tropa de parciais para satisfazer sua ofensa, “sem embargo de se lhe não ser permitido pelas Leis o uso de semelhante meio, mas sim esperar pelos da Justiça”¹⁰⁴.

Para a execução dessa diligência, Felipe da Silva e seu bando seguiram até a ribeira das Piranhas, capitania da Paraíba, onde se dizia estava José dos Anjos e sua tropa. Chegando ao sítio do Riacho da Caiçara, não encontraram José dos Anjos, mas mataram Luciano de tal, Inácio de tal e José dos Santos¹⁰⁵. O juiz ordinário do Piancó tirou devassa do caso e dela saíram culpados Antônio da Rocha e o capitão-mor do Rio Grande, João Coutinho de Bragança, mas o juiz não os pronunciou, como se esperava do rito processual, porque, por ser morador na jurisdição do Rio Grande, temeu alguma represália por parte do capitão-mor¹⁰⁶.

Nessa altura se encontrava Antônio da Rocha na Paraíba, em casa do capitão-mor do Piancó, Francisco de Oliveira Ledo. Este capitão-mor pertencia a uma importante família dos sertões da Paraíba, os Oliveira Ledo, que foram um dos principais responsáveis pelo processo de interiorização e povoamento dos sertões da capitania. Por esse trabalho, receberam várias sesmarias e o título de capitão-mor das entradas, dado a Teodósio de Oliveira Ledo¹⁰⁷. Constituíam, portanto, uma família detentora de capital político e fundiário. Fazer-lhe frente era uma questão melindrosa. Ciente disto, o mesmo juiz ordinário deixou de o prender por culpa na destruição de casas, currais e lavouras por

¹⁰³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexos 23 e 24.

¹⁰⁴ Idem, Portaria do governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, de 12 de dezembro de 175[ilegível] e anexo 30.

¹⁰⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 31.

¹⁰⁶ BNP, PBA, Códice 121, fl. 1171-1174.

¹⁰⁷ FORMIGA, Mayara, 2014.

carecer de braço militar para esta diligência e não deu parte ao ouvidor e capitão-mor governador da Paraíba pela certeza que tinha “da especial amizade que conserva com o capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo”¹⁰⁸.

Antônio da Rocha possuía importantes e poderosos aliados que evitavam a sua captura. No Rio Grande contava com o capitão-mor da capitania, João Coutinho de Bragança, sob quem incidia também inúmeras queixas de comportamento e abuso de poder e no Açu podia-se valer do juiz ordinário Bernardo Freitas de Faria¹⁰⁹. Na Paraíba, tinha a amizade e apoio do ouvidor João Rodrigues Colaço, seu “valedor”, do escrivão da ouvidoria, Antônio Rodrigues da Costa, do capitão-mor governador Francisco Xavier de Miranda Henriques¹¹⁰, e nos sertões desta capitania, do capitão-mor do Piancó, Francisco de Oliveira Ledo. Representando esses indivíduos as principais autoridades a quem o governador de Pernambuco recorria para prender Antônio da Rocha e seus sequazes, nenhuma diligência tinha efeito por serem eles próprios parciais.

Além dos principais canais institucionais (juiz ordinário do Açu, capitão-mor do Rio Grande, ouvidor da Paraíba) acionados, o governador de Pernambuco procurou realizar outras diligências para a captura dos perturbadores do Açu, encabeçados por Antônio da Rocha, José dos Anjos e Felipe da Silva. Recorreu, então, ao capitão-mor da Missão dos Pegas, na Paraíba, ao capitão-mor da aldeia do Mipibú, no Rio Grande do Norte e ao tenente Berardo Manuel Guedes, do Regimento de Olinda, para realizar as diligências de prisão¹¹¹. Este último saiu de Recife em direção à cidade da Paraíba, onde lhe foram entregues portarias para que recebesse todo auxílio no seu caminho. Seguiu pelo sertão para o Seridó (Rio Grande do Norte), onde buscou informações a respeito do paradeiro de Antônio da Rocha. Solicitou ao capitão-mor dos Pegas quarenta índios com os quais marchou para o lugar em que estava Antônio da Rocha, que, todavia, já havia sido prevenido pelo capitão-mor do Rio Grande. Conseguiu, entretanto, prender-lhe três escravos, com os quais Antônio da Rocha se valia para fazer roubos e outras desordens. Seguiu para o Açu, onde esperou por 26 dias pelo juiz ordinário, cuja ausência em tão pequena distância de onde estava (Serra do Martins) era mais uma manifesta demonstração da sua aliança ao Rocha¹¹².

¹⁰⁸ BNP, PBA, Códice 121, fl. 1173.

¹⁰⁹ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 30.

¹¹⁰ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 97, D. 7615.

¹¹¹ BNP, PBA, Códice 121, fl. 1003-1005; 1015-1017.

¹¹² AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201, anexo 29.

Diante da falta de sucesso de todas as diligências realizadas no ano de 1758 pelo governador de Pernambuco, uma nova tentativa foi feita, em 1762, através do juiz de fora de Olinda, Miguel Carlos de Pina Caldeira de Castelo Branco, que ia aos sertões das capitanias do Norte para cuidar da criação das Vilas de Índios determinada pelo Diretório Pombalino. Foi preciso utilizar esta diligência como embuste para ocultar a realização da devassa ordenada pelo governador. Este recebeu a informação que Antônio da Rocha encontrava-se nos entornos da Cidade da Paraíba há quase dois anos¹¹³. A contemporização do ouvidor João Colaço e do capitão-mor da Paraíba Francisco Xavier de Miranda Henriques foi indispensável para garantir o ocultamento de Antônio da Rocha, embora sua localização fosse do conhecimento de alguns moradores da cidade, como mostra um sumário de testemunhas tirado pelo juiz de fora de Olinda¹¹⁴.

A prisão de Antônio da Rocha Bezerra só foi possível em agosto de 1762¹¹⁵. Mais de doze pessoas de sua parcialidade também foram presas em diligências anteriores, dentre eles filhos, cunhados, o capitão-mor do Rio Grande, João Coutinho de Bragança, e o juiz ordinário do Açú, Bernardo de Faria Freitas¹¹⁶. A busca pelo bando de Felipe da Silva e por José dos Anjos e seus partidários continuou, mas não foi possível saber se foram capturados.

A dificuldade em prendê-los não se deveu somente ao poder e à gente dos seus bandos, ou à distância e perigo dos sertões, mas principalmente por Antônio da Rocha possuir importantes aliados que lhe informavam acerca das diligências para sua captura. Dentre eles, o ouvidor da Paraíba, João Rodrigues Colaço, foi um dos mais destacados, seu grande “valedor”¹¹⁷, beneficiando-lhe através do sigilo sobre o seu paradeiro e livrando-lhe das culpas que trazia nos processos que chegavam ao juízo da ouvidoria. O ouvidor, em contrapartida, recebia peitas de Antônio da Rocha¹¹⁸.

O caso da ribeira do Açú nos permite visualizar o afrouxamento do poder régio em espaços distantes dos centros políticos, como eram os sertões das Capitanias do Norte. A metáfora do Padre Antônio Vieira sobre *o Sol e a Sombra* replicava-se no interior do espaço ultramarino entre as autoridades régias e seus administrados, como também referiu

¹¹³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 97, D. 7615.

¹¹⁴ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750, anexo 15.

¹¹⁵ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7716.

¹¹⁶ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 94, D. 7459 e Cx. 100, D. 7835.

¹¹⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 97, D. 7615.

¹¹⁸ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750, anexo 15.

o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva no excerto anteriormente mencionado¹¹⁹. O baixo grau de institucionalização política do interior dessas capitanias produziu, em parte, sujeitos como Antônio da Rocha Bezerra. Ao dizer que a matéria era “melindrosa por originada nos sertões”¹²⁰, Luís Diogo referia-se às dificuldades que esse tipo de circunstância impunha quando tinha os sertões como palco. Acessos difíceis, períodos de seca, facilidade de fuga e de emboscadas, custos das diligências e falta de soldados eram algumas delas. Agravaram nesse exemplo em concreto a contemporização dos oficiais a quem competia coibir os abusos de pessoas como Antônio da Rocha e Felipe da Silva.

O caso do Açú também nos permite visualizar como através dos excessos e transgressões de um bando capitaneado por um coronel de cavalaria podemos visualizar como as justiças ordinárias e mesmo a régia ficavam intimidadas para agirem diante de pessoas que como Antônio da Rocha, se amparavam em estratégias de violência. Ao mesmo tempo, permite identificar como a própria justiça régia, aqui identificada na figura do ouvidor João Rodrigues Colaço, fazia um mau uso da justiça, colaborando com tais indivíduos. Finalmente, evidencia a atuação da justiça privada representada pelo bando de Antônio da Rocha Bezerra e também da tropa do escrivão Antônio Campos, que chegámos a referir no capítulo anterior. Nesse sentido, o governador de Pernambuco, constituiu peça fundamental na articulação de forças para a prisão dos implicados, tanto pelo fato do Rio Grande fazer parte da sua jurisdição político-militar, como pelo fato de Pernambuco possuir uma capacidade de efetivo militar superior.

O caso do Açú representa também uma oportunidade de ver os mecanismos utilizados pelas autoridades para prender esses sujeitos. A *comunicação* é, antes de mais, indispensável. São várias as pessoas que se comunicam com o governador, representada por cargos e ofícios de justiça e governo e eclesiásticos. Os moradores representam-se, em seu conjunto, através de petições coletivas e através do cura da paróquia. Também se pode observar a participação de diversas instâncias de justiça (juiz ordinário, ouvidor da Paraíba e ouvidor e juiz de fora de Pernambuco) atuando na averiguação da veracidade das informações noticiadas, através de devassas e sumário de testemunhas e também a

¹¹⁹ Esta metáfora foi explorada por Laura de Mello e Souza para tratar dos aspectos e da natureza da administração portuguesa no Brasil através dos seus governadores. Cf. SOUZA, Laura de Mello e, *O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

¹²⁰ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201.

considerável força militar necessária nas diligências de captura, com destaque para a atuação dos índios nas mesmas.

6.4. Formas de resistência à justiça

As diligências de prisão e captura de criminosos eram acompanhadas, diversas vezes, por enfrentamentos e resistências que poderiam resultar em morte. Mesmo em situações de defesa, os soldados e oficiais de Ordenança que cometessem assassinato eram alvo de processos de devassa que os obrigava a tirar livramentos. Para evitar este inconveniente, chegou o governador da Paraíba a solicitar que as mortes ou ferimentos feitos pelos soldados e oficiais da Ordenanças, nos embates com os criminosos, não resultassem em devassas por parte da Justiça¹²¹.

Toda resistência é exercida em represália a uma forma de dominação. Ela pode assumir ações e práticas muito distintas e se expressar em *espaços sociais* públicos e privados e de maneira ostensiva ou silenciosa¹²². Em se tratando de assunto muito amplo, o par resistência/dominação que aqui nos interessa é aquele exercido em oposição à justiça régia. Da mesma forma que a ampliação do poder dos reis através de oficiais e instituições em várias monarquias do espaço europeu geraram contrapartidas de resistência por parte das populações¹²³, a criação dos espaços jurídicos no Brasil, acompanhados pela ida de juízes desconhecidos pelas comunidades também apresentavam demonstrações de descontentamento ou desconfiança. Vale lembrar aqui a petição do ouvidor nomeado para criar a ouvidoria de São Paulo, Antônio Luís Peleja, quando pediu um indulto para os crimes sem parte cometidos até aquele momento, para

¹²¹ AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 19, D. 1479. A legítima defesa estava permitida nas Ordenações Filipinas (livro 5, tít. 49, §10). O que se procurava avaliar com as devassas era a possível ocorrência de excesso de violência por parte dos oficiais. Uma situação passada em 1711 em Pernambuco ilustra esse aspecto, quando dois negros foram mortos pelos oficiais de justiça, tendo sido, contudo, a cabeça de um deles cortada depois de morto, sendo este ato de “impiedade escandalosa (...) por ser já ato desnecessário para a defesa”. AHU, Códice 257, fl. 351.

¹²² *Espaço social* é entendido aqui a partir do conceito de James Scott de um lugar, que também pode ser físico, mas que é principalmente entendido como um agrupamento de indivíduos que compartilham os mesmos sentimentos de oposição à situação de opressão na qual estão submetidos. Trata-se, portanto, de uma estrutura social na qual este sentimento tanto pode ser exposto como compartilhado mais livremente do alcance do controle exercido pelos dominadores. SCOTT, James C., *A dominação e a arte da resistência: Discursos ocultos*, Lisboa, Letra Livre, 2013, capítulo 5.

¹²³ BLICKLE, Peter (org.), *Resistance, representation and community*, New, York, Oxford University Press, 1997, *maxime* parte II.

que os moradores não se irritassem “sentindo-se tão repentinamente oprimidos, quando voluntariamente se sujeitam a ter Ministro, com o qual se receberem alguma vexação poderá ser não consintam outro ou se afugentem mais agrestes, quando se pretende domesticá-los”¹²⁴. Convém referir, outrossim, que a *voluntária* sujeição, derivada do pedido de juiz letrado, costumava dar-se por requerimentos de autoridades régias ou pelas câmaras, compostas, em princípio, por pessoas que sabiam ler e escrever e que, possuindo terras e negócios, possuíam assuntos a pleitear.

Resistência e *resistir* foram entendidos por Raphael Bluteau como fazer oposição a uma ação ou a alguém. Nesse campo estava inserido o “fazer resistencias às Justiças”, que tinha como destinatário a oposição feita ao corregedor da Corte e ao corregedor da comarca e também o “não consentir ao oficial de justiça, entrar em sua casa a fazer penhora”¹²⁵. A conceção apresentada por Bluteau já estava prevista nas Ordenações Filipinas, livro 5, título 49, «Dos que resistem ou desobedecem aos Officiais da Justiça, ou lhes dizem palavras injuriosas», sendo reeditada em alvará de lei no ano de 1764¹²⁶. A resistência a justiça (juízes e seus oficiais) era punida de acordo com a gravidade da situação (se portava armas, se ocorreu ferimentos, se foi física ou verbal – injúria), cabendo pena de decepamento de mão e degredo.

A oposição à justiça constituía um dos principais sentidos em que a palavra resistência costumou ser utilizada pelos oficiais da administração durante o Antigo Regime. O impedimento da execução de uma diligência de justiça tinha como ação mais recorrente e visível os ferimentos e agressões feitas aos seus oficiais. Estando já previstas nos casos de prisões mais difíceis, as ordens de prisão autorizavam previamente agir com violência em casos de resistência exercida pelo perseguido¹²⁷. A resistência poderia dar-se através de ferimentos ou atos violentos aos oficiais de justiça, militares ou oficiais das ordenanças que costumavam acompanhar as diligências, ou fazê-las sozinhos com ordens

¹²⁴ AHU, Avulsos, São Paulo-Alfredo Mendes Gouveia, Cx. 1, D. 52.

¹²⁵ BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1628, vol. 7, p. 284.

¹²⁶ SILVA, Antonio Delgado da, *Collecção da Legislação portuguesa (1763-1774)*, Lisboa, Typographia Maignense, 1829, p. 128-131.

¹²⁷ Um exemplo comum: Ordem [do governador de Pernambuco, José Félix Machado] ao Capitão André Furtado de Mendonça para ir em companhia do Capitão Plácido de Azevedo Falcão prender "João de Barros Rego, Matias Coelho Barbosa, Sebastião de Carvalho e Manoel Cavalcanti onde quer que chegam em execução desta diligência poderá puxar por toda a gente que lhe for necessária que os capitães-mores e mais cabos e oficiais serão obrigados a dar-lhe toda ajuda e favor que for necessário por ser diligência tanto do serviço de Sua Majestade que Deus guarde e conducente para a quietação deste Povos, tendo entendido que no caso que haja resistência ou fugida entendendo que os não poderão apanhar o poderão matar livremente e aos que forem em favor dos ditos delinquentes cumpram-no assim pontualmente e no caso de resistência passem a espada todos os que lhe opuserem em favor dos ditos criminosos". BNP, PBA, Códice 115, fl. 66.

passadas pelos capitães-mores e governadores. Mas também poderiam ocorrer após as prisões, quando os malfeitores conseguiam livrar-se com fianças e procuravam vingar-se daqueles que o prenderam¹²⁸.

As fugas das cadeias ou a libertação de presos correspondiam a outras formas de resistência à justiça. As fugas eram muito recorrentes em todas as Capitanias do Norte. Concorria para isso o estado lastimável em que as cadeias se encontravam, sempre a necessitar de reparos. Quando foi em correição ao Ceará, o ouvidor da Paraíba notou o péssimo estado da cadeia, que era "feita de canas (bambu ou taboca) e lodo, que com o dedo se desfaz e, finalmente, nenhum preso, que lá se recolheu, ficou, se quis fugir"¹²⁹. A da Paraíba, em 1689, estava "quase caída sem paredes sem sobrados e uma enxovia incapaz de estarem nela negros sem mais segurança que da guarda dos soldados"¹³⁰. A de Goiana era "feita de madeira e se acha tão arruinada que para se terem com segurança os presos necessitam efetivamente de ferros e guardas"¹³¹. A reforma feita à cadeia do Rio Grande em 1724 não a deixou mais segura por falta de cal nas paredes, que "sem instrumento se desfaz com os dedos"¹³².

A cadeia de Olinda padecia do mesmo mal, com paredes "de pedra com muita areia e pouca cal", servindo apenas para "os presos de pouca consideração"¹³³. Mesmo sendo cabeça da comarca, o declínio que Olinda foi sofrendo ao longo do século XVIII expressou-se, inclusive, em sua cadeia. Após alçada à vila, foi feito um grande investimento na casa da Câmara e Cadeia do Recife, cujas obras terminaram em 1732 e custaram 22 mil cruzados, tendo-se tornado a maior e mais segura de todas as Capitanias do Norte, com capacidade para recolher mais de 400 presos¹³⁴. Entretanto, esta cadeia não escapou à mesma sorte das demais e continuou a necessitar de constantes reparos pela qualidade do material com que foi contruída e devido aos estragos causados pelos

¹²⁸ "(...) porque há poucos dias de prisão, acham [os criminosos] meios para sair da cadeia ou seja por alvarás de fiança ou de fiéis carcereiros ou por sentenças de que muitas vezes se não apela por parte da Justiça ainda que o crime seja capital (...)" e "depois de serem soltos, a primeira coisa em que cuidam é vingar-se de quem os prendeu". Carta do capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castelo Branco, ao rei, D. João V In AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 400.

¹²⁹ «Parecer do Ouvidor Geral da Paraíba ao Rei sobre a Cadeia do Aquiraz.», In *Coleção de documentos doados ao Arquivo Público do Estado do Ceará pelo Professor Limério Moreira da Rocha*, 2004, p. 230.

¹³⁰ AHU, Códice 256, fl. 81-81vs.

¹³¹ Idem, fl. 171vs-172.

¹³² Idem, fl. 332vs-333.

¹³³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 53, D. 4637.

¹³⁴ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 43, D. 3855 e Cx. 47, D. 4166.

arrombamentos¹³⁵. Nessas situações, os fugitivos eram sempre numerosos. Em 1749 e 1751 o número de presos que fugiram da cadeia de Recife rondou as quatro dezenas¹³⁶.

O precário estado dos edifícios das cadeias nem sempre foi o inteiro responsável pelas fugas ou arrombamentos. Outros fatores contribuíram para a pouca segurança dos presos, tais como o número insuficiente de soldados que faziam a guarda, a má remuneração destes e dos carcereiros e a falta de iluminação adequada¹³⁷. Os carcereiros não tinham ordenado e ganhavam apenas os emolumentos das carceragens (pagamento dado pelos presos para o seu sustento). Entretanto, sendo os presos muitos pobres, não tinham como pagar ou precisavam contar com o auxílio das Santas Casas de Misericórdia e das ordens religiosas. Abria-se, com isto, oportunidades para subornos que facilitavam as fugas¹³⁸.

As agressões aos juízes régios são um pouco mais difíceis de avaliar. O perigo era permanente e sempre poderia acontecer de levarem algum tiro ou de serem feridos, mas se agravava em algumas situações, como diligências de prisão e atos de correição, especialmente para os sertões como já mencionamos. Se fosse um ferimento leve, talvez não representasse matéria que subisse ao Conselho Ultramarino e isso explica sua pouca menção nas fontes consultadas. Por andarem acompanhados de um corpo de guarda, também se evitavam perigos maiores¹³⁹. Não obstante, sabe-se que estavam vulneráveis a atentados, como aconteceu ao juiz de fora do Cuiabá, em 1784, sendo-lhe disparados

¹³⁵ Ver, entre outros documentos, o auto de vistoria feito no ao de 1741 em AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 58, D. 5019.

¹³⁶ «Diário do governador Correia de Sá, 1749-1756» In *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. LVI, Recife, 1983, p. 39 e 83.

¹³⁷ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 35, D. 3243.

¹³⁸ Ver, por exemplo, REIS, Liana Maria, «Carceragem e corrupção administrativa no Setecentos mineiro», In *Cadernos de História*, Belo Horizonte, vol. 7, nº 8, 2º semestre, 2005, p. 46-56. Outro exemplo, em período mais recuado e diferente espaço de colonização portuguesa, pode ser visto no assento da Relação Goa no ano de 1694: “Assentou-se em Relação perante o sr. Conde Viso Rey e mais ministros abaixo assignados, que por quanto nesta cidade se perde a administração da justiça, por não haver carcereiros, que tenham seguros os presos, os quaes em resão do pouco emolumento, que tem na carceragem, costumão ser pessoas de pouco momento, e assim nem os presos estão seguros, nem as partes tem na cadêa segurança para seus devedores, e ainda para os delinquentes, por ter mostrado a experiencia serem de facil corrupção [sic] os carcereiros, e para se obviarem estes inconvenientes era preciso dar ordenado aos carcereiros, que com o interesse do maior rendimento serão homens de melhor condição, resolverão que os carcereiros de hoje em diante tenham cem xerafins de ordenado, pagos das despesas da Relação aos quartéis, alem das três tangas que pelo novo regimento tem de cada preso de carceragem, e que delinquindo algum em seu officio, se execute a lei com todo o rigor e execução. Goa 29 de outubro de 1694.-Viso Rey-Peres-Sousa-Pereira-Bethenourt-Pinheiro-?”, In GARCIA, José Ignacio de Abranches, *Archivo da Relação de Goa*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1872, nº 861, p. 691.

¹³⁹ Os ouvidores tinham direito a soldados de guarda por serem Auditores da gente de guerra. O ouvidor de Pernambuco era acompanhado por três soldados e o do Maranhão por dois. AUC, CA, Códice 32, fls. 694 e 695vs e AHU, Códice 269, fl. 138-138vs.

tiros¹⁴⁰, ao desembargador sindicante que foi ao Rio de Janeiro, alvo de uma assuada¹⁴¹ e ao ouvidor de Sergipe del-Rei, tendo sido planejado um atentado numa noite em que acontecia uma comédia à qual assistia o ouvidor e não sendo possível executar os tiros, planejou-se colocar pólvora na loja que ficava abaixo da casa da câmara, onde dormia o ministro. “E porque a coisa não foi com tanto segredo” não foi adiante o plano, escapando o ouvidor de prejuízos maiores¹⁴². Em Pernambuco, o ouvidor João Marques Bacalhau foi alvo de uma emboscada que não deu certo, porque, segundo ele, “foi Deus servido que tivesse nele [dia] tanto o que fazer que nem à janela saí, e por isso escapei”, já que o criminoso se encontrava numa casa próxima à da câmara, onde ele residia¹⁴³.

A cultura jurídica da época também entendia a *desobediência* como uma maneira de resistir¹⁴⁴. Entenda-se, neste caso, a desobediência a quem dá ordens, como fica demonstrado na ordem passada pelo governador de Pernambuco ao escrivão da correição e ouvidoria, com conhecimento para o ouvidor da mesma capitania, para que se apresentasse para um negócio de Sua Majestade e que não se obedecendo esta ordem, nem sendo guardada pelo ouvidor, fosse preso com uma escolta de soldados¹⁴⁵.

O ouvidor da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, de quem falamos no capítulo anterior, também protagonizou um episódio de resistência. Quando já não estava mais a servir como ouvidor, mas sendo designado a tirar a residência do governador João da Maia da Gama (1708-1717), não cumpriu as ordens régias, tendo-as, inclusive, escondido, de modo a dilatar essa diligência. O governador do Estado do Brasil mandou que o ouvidor da Paraíba, na altura Francisco Pereira, chamasse Reimão à casa da câmara e o obrigasse a abrir a ordem e responder se queria ser o juiz sindicante¹⁴⁶. Desse encontro resultou ir preso Reimão, por diferentes razões segundo o entendimento de ambos. Nesse caso, independente de ser motivado por uma questão de personalidade ou de falta de urbanidades com o governador João da Maia da Gama, chama-se a atenção para a o

¹⁴⁰ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 17119-1830*, Cuiabá, Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 27.

¹⁴¹ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 9, D. 1016; AHU, Códice 233, fl. 83-84.

¹⁴² AHU, Avulsos, Sergipe, Cx. 2, D. 146.

¹⁴³ AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 26, D. 2397.

¹⁴⁴ FERREIRA, Manuel Lopes, *Pratica criminal*, Porto, Officina de Antonio Alves Ribeiro Guimaraens, 1767, capítulo XI, p. 59. A normativa hispânica também se assemelhava no entendimento acerca das resistências à justiça. Ver ABAD, Miguel Pina, «EL delito de la resistencia a la justicia durante el Antiguo Régimen» In AGUILAR, Miguel Torres & ABAD, Miguel Pina (coords.), *Burocracia, poder político e justicia. Libro-homenaje de amigos del Profesor José María García Marín*, Madrid, Dykinson, p. 613-640.

¹⁴⁵ AUC, CA, Códice 32, fl. 360-360vs.

¹⁴⁶ DHBNRJ, vol. 85, 1949, p. 13-15.

procedimento do desembargador Reimão, retendo as ordens régias com vistas a dilatar a execução da residência do governador.

A desobediência institucional poderia também apresentar um perfil civil, materializando-se em petições ou mesmo em levantes e motins por parte da população quando se punham em contraposição a uma ordem régia. O levante acontecido no Ceará por conta do cumprimento de uma ordem régia para a mudança da Vila de São José do Ribamar para o lugar de Aquiraz, na qual o vigário juntamente com oitenta e tantos moradores “contravieram a dita ordem e obrigaram que o capitão-mor suspendesse a sua execução”¹⁴⁷ é um exemplo de uma resistência civil. Outro exemplo, neste caso de resistência ao poder senhorial, mostrou-se na tentativa, inicialmente frustrada, de posse da Capitania de Itamaracá à Casa dos Marquês de Cascais em 1692, quando, após um longo pleito foi confirmada a D. Luís Álvares de Castro, 2º Marquês de Cascais¹⁴⁸.

Ampliando-se as experiências de resistência à justiça ao entendimento dos coevos, focalizado na ação contrária à execução da justiça pela ofensa física ou verbal aos juízes e oficiais e de desobediência às ordens dos superiores, pode-se identificar modos sutis e ocultos de resistência, materializadas em formas aleatórias e não coordenadas ou planejadas¹⁴⁹, como fez Antônio da Rocha Bezerra ao rasgar uma notificação do juiz ordinário da Cidade de Natal¹⁵⁰. Outros meios não ostensivos expressavam-se na utilização dos canais institucionais para não cumprir com alguma determinação, como é o caso do uso de petições como forma de negociação ou de resistência ao pagamento de tributos, ou ainda a da utilização exaustiva dos recursos judiciais com vistas a tornar mais moroso o processo¹⁵¹. O “empapelamento” enquanto forma de resistência funcionava igualmente como um meio de ação política que poderia, inclusive, ter a finalidade de represália a um adversário¹⁵².

¹⁴⁷ BNP, PBA, Códice 115, fl. 159.

¹⁴⁸ VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho, *Donatários e administração colonial...*, 2016, p. 74-114.

¹⁴⁹ SCOTT, James, *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*, New Haven, London, Yale University Press, 1985, p. 29.

¹⁵⁰ AHU, Avulsos, Rio Grande do Norte, Cx. 6, D. 394.

¹⁵¹ Sobre esse tipo de resistência que ocorre no interior dos tribunais, Antônio Hespanha cita o caso da Câmara de Lisboa que na década de 1630 conseguiu “de forma sutil, persistente e eficaz” ir adiando com expedientes jurídicos decisões tomadas pelo Governo de Madrid. HESPANHA, Antônio Manuel, «Conflito e Resistência na Sociedade do Antigo Regime», In IDEM, *Caleidoscópio do Antigo Regime*, São Paulo, Alameda, 2012, p. 49-57, *maxime* p. 51.

¹⁵² BEJARANO, Pilar López, «“Empapelar” al enemigo. El recurso a los procesos judiciales como estrategia de la acción política (Nueva Granada entre Colônia y República)», In CASELLI, Elisa (coord.), *Justicias, agentes e jurisdicciones. De la Monarquía Hispánica a los Estados Nacionales (España y América, siglos XVI-XIX)*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, Red Columnaria, 2016, p. 79-102.

As formas passivas e sutis de resistência podiam assumir diversos disfarces, como o silêncio e a mentira, tidas como atitudes típicas dos *rústicos*, e se manifestavam em não saberem responder ao que perguntavam os oficiais de justiça e juízes ou em darem falsos testemunhos¹⁵³. Os discursos contraditórios também se revestem com essa roupagem de aparente aceitação da norma, embora subvertendo-a silenciosamente.

Ainda nesse mesmo grupo poderíamos incluir manifestações “teatralizadas” de resistência como acontecia quando se faziam bonecos que representavam alguma autoridade régia, como se passou no Estado da Índia, em 1635, aparecendo uma estátua do vice-rei na forca junto com papéis difamatórios e no Maranhão, no ano de 1713, foi feita uma figura de palha vestida como um enforcado, colocada no pelourinho da cidade com o letreiro “eu sou o cara de pau esta é a minha residência”, que entendeu-se ser feita “em desprezo” do ouvidor antecessor, Antônio da Costa Coelho, que já havia embarcado para o Reino¹⁵⁴.

Pensando-se ainda as resistências às operações da justiça, pode-se incluir a intimidação às justiças, por parte de indivíduos ou de bandos, como uma expressão de resistência não ostensiva. O temor expresso pelo ouvidor Domingos Monteiro da Rocha, anteriormente transcrito, diante de Antônio da Rocha Bezerra e seu séquito, comunicando não ter agido contra o mesmo por receio à sua vida e a não pronúncia a Antônio da Rocha e ao capitão-mor de Piancó pelo juiz ordinário desse distrito, por temer-lhes algum procedimento, mostra-se-nos como uma forma de fazer frente aos representantes da justiça do rei e da justiça local. Esse tipo de resistência se expressa, igualmente, na dificuldade de se executar uma sentença por ser a parte um poderoso local¹⁵⁵.

Os sertões, como espaços distantes dos centros políticos das capitanias, representavam redutos para fuga e esconderijo de malfeitores que buscavam escapar da justiça. Não só a fragilidade dos dispositivos de controle nos sertões favorecia este meio de resistência, como a própria má definição jurisdicional, potencializada pela pouca precisão da demarcação física desses territórios, propiciavam subtrair-se da justiça. Uma demonstração muito peculiar desse aspecto passou-se nos sertões da fronteira entre as comarcas do Piauí e do Ceará, fixada pelo rio Poti, deixando para o Piauí a jurisdição sobre a Serra dos Cocos, a ribeira dos Crateús e outros moradores vizinhos. Para fugirem

¹⁵³ HESPANHA, Conflito e resistência..., 2012, p. 51-53.

¹⁵⁴ AHU, Códice 269, fl. 31vs e AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 11, D. 1156.

¹⁵⁵ AHU, Códice 258, fl. 202-202vs; AHU, Códice 259, fl. 289; AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 40, D. 3610.

dos contratadores dos dízimos e dos oficiais de justiça, os moradores dessa área “deram na ideia de quererem equivocar as jurisdições” para se exonerarem de responder à Justiça e à Fazenda Real¹⁵⁶. Como se observa, as ações de resistências à justiça assumiam formas diferenciadas, desde ostensivas, com enfrentamento violento, até sutis, promovidas por atitudes não planejadas ou beneficiando-se da própria arquitetura administrativa e jurisdicional.

6.5. O governador como um provedor da justiça?

Vimos a partir do caso do Açú como o governador e capitão-general da capitania de Pernambuco desempenhou um papel essencial na captura dos implicados nos distúrbios ocorridos nessa ribeira. Isto porque era o governador que dispunha dos meios (jurisdição militar e política e ação política) para a operacionalização das prisões em questão. Num momento em que a historiografia vem destacando cada vez mais as atribuições da justiça por parte de diversas instituições e oficiais (juízes ordinários e de fora, ouvidores-gerais, Tribunais de Relação e os seus respectivos oficiais), gostávamos de trazer à baila um questionamento: qual o papel dos governadores enquanto agentes responsáveis pela justiça nas capitanias? Observando as rotinas judiciais, e o caso do Açú, nota-se que os governadores possuíam um alto grau de importância nas dinâmicas da justiça, sendo ele um articulador de jurisdições.

Na América hispânica, como apontou-se no capítulo 2, as funções de justiça encontravam-se pulverizadas por uma plêiade de oficiais que concentravam outras competências, como de governo e administrativas. Foi dito também que no Brasil, em contraposição, havia uma maior especialização da administração da justiça por parte do seu oficialato. Entretanto, observa-se, através dos regimentos e das práticas governativas, que aos vice-reis e governadores-gerais do Estado do Brasil e a alguns governadores de capitanias competiam o cumprimento de atividades que pertenciam a assuntos da justiça. Os governadores-gerais do Estado do Brasil presidiam a Relação da Bahia e compunham, juntamente com o chanceler e o desembargador dos agravos mais antigo a *Mesa* que despachava negócios pertencentes ao Desembargo do Paço, responsável por deliberar acerca de petições de alvarás de fiança, perdões, comutações de pena e de outros negócios

¹⁵⁶ AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 4, D. 238.

de justiça. O mesmo acontecia para os governadores do Rio de Janeiro quando foi criada a Relação do Rio de Janeiro¹⁵⁷.

Para algumas capitanias, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro por exemplo, os governadores também presidiam as Juntas das Missões, que tinham jurisdição sobre questões concernentes à liberdade dos índios. Nas capitanias em que haviam Juntas de Justiça, os governadores também participavam como presidentes e decidiam com seu voto os casos de empate pelos ministros. Nisso entrava a decisão acerca de sentenças de morte inclusive.

Apesar da participação acima mostrada dos governadores em competências judiciais, é no governo de Angola que isto fica ainda mais evidente. Os capitães-mores dos presídios do Reino de Angola atuavam como juizes ordinários e eram responsáveis por resolverem diversas questões de justiça. Nesse âmbito, eram juizes no *Tribunal de Mucanos*, arbitrando, verbalmente, causas entre africanos, utilizando-se para isso dos próprios códigos do direito local¹⁵⁸. Deste Tribunal também participavam os governadores nos casos das sentenças apeladas pelos capitães-mores¹⁵⁹. O governador também tinha uma ação direta em assuntos de justiça à medida que lhe foi atribuída toda a jurisdição cível e crime de todos os moradores do Reino e a quem lá fosse. Nos casos crime, tinham, junto com o ouvidor, a jurisdição até pena de morte natural e nos casos cíveis estavam presentes nos despachos com recurso que o ouvidor-geral julgava¹⁶⁰.

A participação em assuntos de justiça ficava enunciada também pela jurisdição militar e política que os governadores detinham nas capitanias. Dado que “a justiça não somente se defendia com o respeito mas também com as armas”¹⁶¹, era aos governadores que os ouvidores solicitavam soldados para acompanhar os oficiais de justiça nas suas diligências. Aos governadores também cabia requisitar os índios aos administradores das

¹⁵⁷ §§10 e 11 do «Regimento da Relação do Estado do Brasil» In MENDONÇA, Marcos Carneiro, *Raízes da formação...*, p. 660; Título IV do «Regimento da Relação do Rio de Janeiro de 13 de outubro de 1751», In SILVA, Antonio Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa, 1750-1762*, Lisboa, Typographia Maignrense, 1830, p. 102-120.

¹⁵⁸ SANTOS, Catarina Madeira, *Um governo polido para Angola...*, p. 356-363, *maxime* p. 357 e 362.

¹⁵⁹ FERREIRA, Roquinaldo, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World. Angola and Brazil during the era of the slave trade*, New York, Cambridge University Press, 2012, capítulo 3, *maxime* p. 101.

¹⁶⁰ § 43 do «Regimento do governador do Reino de Angola de 12 de fevereiro de 1676» In *Boletim do Conselho Ultramarino, Legislação Antiga*, volume 1 (1446 a 1774), p. 326. Disponível em http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=188&id_normas=48030&acciao=ver, acesso 29/09/2019.

¹⁶¹ AHU, Códice 233, fl. 93vs-94.

aldeias, mas, aparentemente, apenas para diligências destinada aos sertões ou prisões mais difíceis.

As rondas feitas pelos soldados onde havia corpo de guarnição, indispensáveis para evitar brigas, confusões e outros tipos de violência, ficavam igualmente a cargo do governador¹⁶². Essas rondas também podiam ser realizadas por oficiais de justiça, mas, ao que parece, ficavam restritas a situações específicas, como a presença de bandos ou de grupos de vadios, gente de cor e outros desclassificados nas vilas e cidades¹⁶³. No Reino, esse tipo de ação estava resguardado principalmente aos quadrilheiros, oficiais de justiça nomeados pelas câmaras que prendiam malfeitores, sendo acompanhados por moradores da localidade¹⁶⁴. A documentação consultada não informa sobre a existência desse oficial no Brasil, mas é provável que tenha havido pelo menos nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro enquanto sedes dos tribunais de Relação, conforme se mostra para a última ao terem sido nomeados quadrilheiros após a instalação desse tribunal¹⁶⁵. Na América hispânica, cidades como Quito também possuíam a prática de fazer rondas noturnas para manter a segurança e evitar desordens¹⁶⁶.

Compreendendo a administração da justiça como um campo da administração que não está circunscrito apenas aos aspetos processuais do direito, mas como um conjunto de práticas que buscam a manutenção do bem comum nas comunidades e a salvaguarda dos direitos e privilégios que cabem a cada um no interior de uma estrutura social hierárquica e desigual, entendemos que no Atlântico português os governadores exerciam um importante papel na realização das atividades judiciais. Em parte, este papel explica-se pela detenção das jurisdições política e militar e, em consequência, o comando do corpo militar dos territórios e também alguns dispositivos que lhe permitiam manter algum controle sob as populações locais, como o lançamento de bandos e a emissão de ordens de captura e prisão. Os bandos podiam incidir sobre questões de segurança, como a proibição de andar embuçado (com o rosto coberto), fazer pendências e portar armas proibidas¹⁶⁷. Por outro lado, entendemos que se deve também ao fato de os governadores serem os oficiais mais disponíveis do território. Por disponíveis queremos dizer que

¹⁶² AUC, CA, Cód. 32, fl. 669 e 683vs.

¹⁶³ DHBNRJ, nº 76, 1947, p. 44-45.

¹⁶⁴ *Ordenações Filipinas*, Livro 1, tít. 73 e BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 7, p. 7 e 8.

¹⁶⁵ AHU, Avulsos, Rio de Janeiro-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 74, D. 17239-17253, anexo 17253.

¹⁶⁶ HERZOG, Tamar, 1995, p. 89-91.

¹⁶⁷ AUC, CA, Códice 32, nº 22, fl. 301vs-302; AUC, CU, Códice 32, nº 379, fl. 524-524vs.

podiam ser localizados com mais facilidade por não se ausentarem dos centros políticos das capitanias, como aconteciam aos ouvidores e juizes de fora, que se deslocavam pela área de sua jurisdição para fazer correições, devassas, demarcações de terras e outras diligências do Real serviço. Por serem mais facilmente localizáveis, é fácil supor que as notícias sobre crimes e desordens chegassem com maior rapidez a esses oficiais, que as transmitiam aos juizes na forma de ordens para irem tirar devassas ou tomarem conhecimento dos casos¹⁶⁸.

Neste capítulo procuramos mostrar como o mundo do direito letrado, ao qual pertenciam os ouvidores, coadunava-se com outras formas de justiça, baseada em consensos estabelecidos pelos indivíduos, entre si, ou por intermediários. Por se realizarem espontaneamente, sem a necessária mediação de agentes do direito, chamamo-las de infrajustiça. Não obstante, só conseguimos acessá-la porque foram produzidas fontes escritas que ficaram registradas em livros notariais. Pelos exemplos apresentados de amigáveis composições e cartas de perdão, observa-se que os indivíduos poderiam optar por soluções consensuais a prosseguir com um pleito. Esta é uma realidade que se conhece bem na sua parte teórica, desenvolvida nomeadamente por António Hespanha para o mundo português, juntamente com alguns estudos de caso para o Reino, mas ainda pouco notada na historiografia brasileira da administração da justiça.

Também procurou-se mostrar como na América portuguesa, os sertões transformaram-se em espaços de atuação de uma justiça privada, representada por potentados locais e seus bandos, que, a princípio, deveriam zelar pela ordem e tranquilidade nos seus distritos, por serem eles, boa parte das vezes, oficiais das

¹⁶⁸ Alguns exemplos: “[Ao Doutor Juiz de fora de Olinda] *Agora me dão parte* de que os presos da enxovia esta noite apagaram a candeia e deram uma facada na guarda, por este dizer queriam fugir. *Vossa Mercê deve logo devassar deste caso* e proibir que hajam armas dentro da cadeia, porque o que se segue são semelhantes absurdos. Este negócio necessita de remédio pronto para que não consigam nesta noite o que não puderam na passada. Recife 27 de julho de 1746. D. Marcos de Noronha Brito”, AUC, CA, Cód. 35, fl. 223; “[Ao Doutor Juiz de fora de Olinda] *Consta-me* que uma noite destas junto aos quartéis da gente da Nau de comboio um preto dera uma ferida em um dos pajes da dita nau de que se acha expirando, *Vossa Mercê deve proceder a devassa* para ser castigado o agressor deste delito, porque ainda no caso de que não se seguisse a morte, que está tão evidente, bastava ser feita a ferida com arma proibida, e de noite. Recife, 10 de abril de 1747. D. Marcos de Noronha Brito”, AUC, CA, Cód. 36, fl. 233vs.

Ordenanças. Ao modo de um microcosmo, explorámos o caso do Açú como um evento de expressão e articulação entre diferentes tipos e instâncias de justiça, acionadas para a desarticulação do bando e prisão dos implicados, como também elas próprias envolvidas em parcialidades com os mesmos. A partir da atuação do governador e capitão-general de Pernambuco, como o principal articulador para a realização das prisões, indagamos acerca do papel deste oficial como um provedor da justiça. A partir disto, pode-se reforçar a ideia aqui já exposta dos juízes como agentes mais responsivos do que ativos na administração da justiça. Ainda pensando o cotidiano da administração da justiça, procurou-se também dar destaque a algumas formas de resistências à justiça, que poderiam admitir modos variados, desde ações ostensivas e violentas até sutis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendemos mostrar uma visão geral do funcionamento da administração da justiça na América portuguesa através da ouvidoria da Paraíba do Norte. Responsável por questões de justiça e de ordem político-administrativa, os ouvidores, como outros oficiais régios, representaram um meio de vencer a distância entre o centro político da monarquia portuguesa e suas possessões ultramarinas. Se a experiência adquirida pela governação de terras no ultramar pelos oficiais de governo, como vice-reis, governadores-gerais e de capitania, foi um requisito valorizado na nomeação para novos postos, com relação aos ouvidores este “aprendizado” era visto de um modo diferenciado, porque o direito aplicado por esses ministros era o mesmo ensinado na Universidade de Coimbra e estendido a toda parte do império, ainda que com as necessárias adaptações.

Por o Direito se tratar de uma matéria “homogênea”, o capital político acumulado pelos *homens da governação* não se aplicava da mesma maneira aos *homens de letras*. Embora o serviço no ultramar fosse valorizado para a nomeação de lugares posteriores, o requisito mais importante para o serviço de algumas judicaturas foi a experiência de nomeações anteriores com boa residência. É difícil identificar nas fontes disponíveis como o serviço em uma ouvidoria ou juizado de fora contribuía para a administração da justiça em outra judicatura ultramarina. Apesar da dificuldade, conseguimos neste trabalho apresentar alguns exemplos de como os ouvidores utilizavam situações ocorridas em outros espaços, ainda que não vivenciadas por si próprios, para justificarem uma mercê de progressão de carreira ou para receberem a mesma jurisdição em algum assunto específico. Portanto, esta memória “burocrática” entre os ouvidores acontecia tanto num nível local¹⁶⁹ através de oficiais de justiça mais antigos e ministros antecessores e dos procedimentos utilizados por estes e também num nível mais amplo da própria magistratura, cuja coesão, circulação e comunicação parece ter favorecido uma difusão de informação interna.

O lugar de ouvidor da Paraíba situa-se entre um dos mais antigos do Brasil, criado ainda em finais do século XVII. Com relação à composição política dessa ouvidoria, há que destacar um traço que a diferencia da maior parte das comarcas do Brasil (mas não

¹⁶⁹ Lembramos aqui a menção ao ouvidor de Angola no capítulo 3, p. 185.

das do Reino) que é a presença de um território senhorial (Itamaracá) que se manteve na comarca mesmo após a extinção da donataria e de sua incorporação à capitania de Pernambuco. Esta característica foi responsável pela existência de uma intrincada teia de jurisdições sobrepostas que esteve na base de alguns dos principais conflitos jurisdicionais envolvendo os ouvidores.

O conhecimento exclusivo de questões judiciais por parte de um oficialato especializado é um ponto que diferencia o Brasil da América hispânica. Nesta havia um número mais elevado de oficiais jurisdicionalmente aptos a solucionar assuntos de justiça. A presença mais cercana desses oficiais pode sugerir uma maior judicialização das sociedades hispano-americanas em relação à luso-brasileira. Se em termos processuais isto se traduzia em maior eficácia e celeridade das ações é uma questão ainda a se verificar. Quanto à cobertura jurisdicional, a da América portuguesa baseou-se nas comarcas, ao passo que na América Hispânica foi promovida pelas *Audiencias*. Já com relação à atividade legislativa das monarquias para as colônias americanas, parece-nos que foi mais intensa pela monarquia castelhana, enquanto que a coroa portuguesa optou por uma estratégia mais ampla de uniformização normativa dos espaços do seu império.

A produção legislação para o Brasil não deixou de ser, entretanto, relevante. É a partir dessa normativa que se pode pensar num direito colonial português, o qual, todavia, não contou com uma compilação como o *Derecho Indiano*, tornando mais difícil dimensionar o seu volume. Esse direito vigente no Brasil deve ser concebido, contudo, a partir da lei comum do Reino e daquelas específicas para esse espaço, mas também a partir da jurisprudência das Relações, dos costumes locais e dos estilos imemorialmente praticados, não reduzindo o direito a uma visão meramente legalista. Isto leva a uma inevitável necessidade de conhecimentos das práticas locais da administração da justiça, que referimos acima, por parte dos ouvidores.

Apesar de sua extensão, percebemos que a administração da justiça na comarca da Paraíba fazia-se a partir de uma zona central, representada pela Cidade da Paraíba, cabeça da mesma comarca, projetando-se de forma irregular e assimétrica pelo território da sua jurisdição. Nesse sentido, a territorialização do poder do ouvidor na comarca também é desigual. A circulação do ouvidor pela comarca deveria, à princípio, garantir essa projeção, possibilitando que a justiça régia chegasse com regularidade aos povos do seu distrito, mas, como referimos, a exígua existência de concelhos para a comarca da Paraíba até o final da primeira metade do século XVIII, aliada a outras atividades

exercidas pelos ouvidores prejudicavam a uniformização da presença da justiça régia na comarca.

Concluímos a partir do caso da comarca da Paraíba, e dos exemplos trazidos neste trabalho, que a administração da justiça régia centrou-se sobretudo nas cabeças de comarca e que o aparelho judicial do território americano estava pouco integrado. A despeito do crescimento do aparelho judicial na América Portuguesa até o final do século XVIII, a justiça régia ainda constituía unidades “insulares” no interior da composição territorial que formava o Brasil. A comunicação jurídica com a instância superior, representada pelo Tribunal de Relação da Bahia para a área da qual tratamos, ocorria de modo irregular e esporádico, com maior ou menor frequência a depender da proximidade geográfica e da facilidade dos caminhos. A pouca ou nenhuma arrecadação das condenações da Relação da Bahia para algumas comarcas reflete, em parte, isto.

Além disso, a criação das Juntas de Justiça no início do século XVIII no Brasil, e ampliadas na segunda metade do mesmo século, embora com uma aplicação diferenciada, tiveram por finalidade diminuir distâncias físicas e processuais. As primeiras juntas, representaram uma espécie de *tribunal para os rústicos*, pois tinham como destinatários *índios, negros, mulatos e carijós*, que representavam o maior número dos presos. A presença dessas juntas no Brasil e na África portuguesa parece mostrar uma política de diferenciação da Coroa direcionada aos rústicos, na modalidade penal, à medida que buscavam as vias sumárias para os procedimentos judiciais, além de garantir a isenção de custas processuais para os negros em Angola.

Com relação às condições materiais, observou-se que a administração da justiça nas Capitanias do Norte, com replicações em outras partes do Brasil, se desenvolveu em circunstâncias bastante deficitárias, com cadeias pouco seguras, cartórios desorganizados, falta de textos normativos básicos, como os livros das Ordenações, audiências feitas em casas dos ouvidores e atrasos nos pagamentos dos ordenados dos mesmos. Além disso, a composição do oficialato da justiça era em número reduzido, contribuindo para dilatar o tempo processual.

Buscando-se uma hierarquia entre as ouvidorias do Brasil, a comparação prosopográfica com os ouvidores de Pernambuco permitiu verificar que este aspeto não resulta de uma simples equação e, por isso, não se pode associar diretamente o servir numa determinada ouvidoria com uma posterior ascensão ao cargo ou estatuto de desembargador. O número de nomeações anteriores, a realização de diligências

específicas do serviço real e a existência de promessas de mercê eram alguns dos fatores que entravam nessa conta. Por outro lado, a remuneração e os ganhos pessoais que os bacharéis poderiam auferir servindo na Paraíba, eram nitidamente diferentes daqueles disponíveis aos ministros nomeados para Pernambuco ou para outra área populosa e economicamente próspera do Brasil.

Procuramos construir uma imagem holística da administração da justiça, ainda que centrada nos ouvidores. Nesse sentido, a justiça oficial representada pelos juízes régios não deve ser tomada como um fator generalizante para a resolução dos conflitos. É certo que a partir da segunda metade do século XVIII em diante, o chamado direito oficial, especialmente na componente criminal, foi sendo imposto progressivamente, mas ele continuou a conviver com formas negociadas de solução de questões entre partes. Isto foi tão mais intenso quanto menor eram as tecnologias de poder da Coroa disponíveis. Como exemplo, mostramos, através do caso da povoação do Piancó (vila de Pombal), como nos sertões das capitanias do Norte, conflitos ou dúvidas relacionadas à terra foram várias vezes resolvidas a partir da infrajustiça, evidenciada nos acordos de amigável composição. Dimensionar, ainda que parcialmente, o acesso à justiça oficial e não-oficial no Brasil é uma das questões postas para os historiadores dedicados ao tema da justiça e do direito na atualidade.

Através deste trabalho concluímos que a administração da justiça régia na comarca da Paraíba realizava-se de modo descontínuo e irregular no tempo e no espaço. As demandas existentes na cabeça da comarca através das diversas funções acumuladas pelos ouvidores, o tempo gasto nas correições e outras diligências e o deslocamento para Recife para assistir nas Juntas de Justiça retinham os ouvidores junto à zona litorânea da comarca, permitindo um controle mais precário das populações do sertão, que, como vimos, possibilitava com mais facilidade a ação de potentados locais com seus bandos. A predominância da atuação dos bandos nos sertões era também potencializada por eventuais colaborações entre juízes e administrados, conforme mostramos no caso do Açu.

A concentração do aparelho judicial na cabeça da comarca impunha a necessidade do deslocamento por parte das povoações mais afastadas em buscar a justiça régia, acrescentando, assim, os custos para acedê-la com viagens ou procuradores. A criação dos julgados nos sertões das Capitanias do Norte procurou, em parte, amenizar esta falta.

Dadas as distâncias com relação às instâncias de recurso, é provável também que os mecanismos de infrajustiça tenham sido utilizados com maior intensidade nesses locais.

O caso da Paraíba mostra como os diversos tipos de distância condicionavam a aplicação da justiça régia. A imagem que emerge é a de uma justiça deficitária nos meios materiais e humanos. Com isto não se quer dizer que não funcionava. Funcionava, mas com bastantes restrições e limites. Ainda que nos falte processos judiciais para comprovar, é possível que a utilização dos tribunais régios ficasse muito limitada aos indivíduos de maior cabedal, que podiam arcar com as dilações da *distância* processual, como senhores de engenho, comerciantes e ordens religiosas. Os menos afazendados também poderiam recorrer a justiça, especialmente para finalidades em que pudessem ser utilizados procedimentos judiciais mais simples e, conseqüentemente, menos onerosos, como as assinações de 10 dias ou os juramentos de alma, usados frequentemente para cobranças de dívidas¹⁷⁰. A interrupção de pleitos iniciados por consenso entre as partes também revela outros usos da justiça por parte das comunidades.

A realidade encontrada na comarca da Paraíba não parece ser destoante de outras partes do Brasil. É certo que ser uma comarca do sertão ou do litoral relativiza ou recrudesce as dificuldades, tornando diferentes o custo de vida local, o acesso a produtos, os perigos enfrentados nos caminhos e a quantidade de emolumentos recebida. As características encontradas na Paraíba parece, portanto, exprimir e sintetizar a administração em boa parte das comarcas do Brasil. Os diferentes tipos de distância que aqui referenciamos estão, em proporções variadas, presentes em outras comarcas, inclusive de outros espaços ultramarinos. O mau estado das cadeias, as queixas contra abusos dos juízes e oficiais de justiça, conflitos de jurisdição a dificuldade em conseguir o isolamento dos juízes perante as suas comunidades são problemas recorrentes em diversas partes. A resposta da Coroa a essas e outras questões também nos parece bastante homogênea. As formas diferenciadas de punição aos magistrados, a utilização dos mesmos para novas funções, evitando-se criar ofícios e estruturas, e a opção por aplicar um direito penal mais célere (sumário) aos réus indígenas (do Brasil e de Angola) e aos mestiços e negros foram algumas delas.

¹⁷⁰ FRIEDMANN, Daniel Isaac, *As práticas judiciais locais e a Lei da Boa Razão: os autos cíveis de Sorocaba, segunda metade do século XVIII*, Dissertação, Metrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p. 94-102.

Por fim, acreditamos que este trabalho contribui para ajudar a suprir, parcialmente, uma lacuna historiográfica, proporcionando uma visão sobre os agentes, o espaço jurisdicional, as condições materiais, a comunicação jurídica e os usos da justiça na comarca da Paraíba. Esperamos também que esta tese ajude a refletir sobre outros espaços da América portuguesa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

1. Papéis avulsos

1.1 Angola

AHU, avulsos, Angola, Cx. 5, D. 499.

AHU, Avulsos, Angola, Cx. 22, D. 2303.

AHU, Avulsos, Angola, Cx. 44, D. 74.

AHU, Avulsos, Angola, Cx. 87, D. 61 (14 de abril de 1798).

1.2 Brasil Geral

AHU, Avulsos, Brasil-Geral, Cx. 10, D. 873.

AHU, Avulsos, Brasil-geral, Cx. 14, D. 1195.

1.3 Capitania de Alagoas

AHU, Avulsos, Alagoas, Cx. 1, D. 10, D. 83.

AHU, Avulsos, Alagoas, Cx. 2, D. 129.

1.4 Capitania da Bahia.

AHU, Avulsos, Bahia, Luiza da Fonseca, Cx. 24, D. 2972

AHU, Avulsos, Bahia, Luiza da Fonseca, Cx. 25, D. 3018

AHU, Avulsos, Bahia, Luiza da Fonseca, Cx. 30, D. 3732.

AHU, Avulsos, Bahia-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 31, D. 5799-5804.

AHU, Avulsos, Bahia, Eduardo de Castro Almeida, Cx. 31, D.5895-5909.

AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 5, D. 424.

AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 9, D. 762.

AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 24, D. 2178.

AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 26, D. 2334.

AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 34, D. 3109.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 37, D. 3400.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 37, D. 3360.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 58, D. 5000.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 71, D. 5977.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 72, D. 6056.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 73, D. 6114.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 73, D. 7114.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 74, D. 6184.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 74, D. 6192.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 77, D. 6412.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 86, D. 7075.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 92, D. 7456.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 93, D. 7496.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 100, D. 7951.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 102, D. 8027.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 102, D. 8056.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 102, D. 8076.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 105, D. 8292.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 107, D. 8475.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 108, D. 8424.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 112, D. 8775.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 119, D. 9296.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 154, D. 11754.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 155, D. 11838.
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 157, D. 11959
 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 159, D. 12111, D. 12113; D. 12114; D. 12131; D. 12136; D. 12137.

1.5 Capitania do Ceará

AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 1, D. 51, D. 53, D. 61, D. 82.
 AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 2, D. 114, D. 134, D. 140.
 AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 3, D. 176, D. 181, 204.
 AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 4, D. 257, 269

AHU, Avulsos, Ceará, Cx. 5, D. 306, D. 321, D. 350.

1.6 Capitania do Espírito Santo

AHU, Avulsos, Espírito Santo, Cx. 3, D. 223.

1.7 Capitania de Goiás

AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 2, D. 162.

AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 3, D. 222.

AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 10, D. 622.

AHU, Avulsos, Goiás, Cx. 22, D. 1363

1.8 Capitania do Maranhão

AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 11, D. 1156.

AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 29, D. 2978.

AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 30, D. 3035.

AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 40, D. 3883.

AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 40, D. 3933.

AHU, Avulsos, Maranhão, Cx. 41, D. 4023.

1.9 Capitania do Mato Grosso

AHU, Mato Grosso, Cx. 1, D. 57.

AHU, Avulsos, Mato Grosso, Cx. 13, D. 765.

AHU, Avulsos, Mato Grosso, Cx. 15, D. 944.

1.10 Capitania de Minas

AHU, Avulsos, Minas Gerais, Cx. 85, D. 57.

AHU, Avulsos, Minas Gerais, Cx. 101, D. 27.

1.11 Capitania do Pará

AHU, Avulsos, Pará, Cx. 9, D. 776.

AHU, Avulsos, Pará, Cx. 22, D. 2026.

AHU, Avulsos, Pará, Cx. 25, D. 2322.

AHU, Avulsos, Pará, Cx. 26, D. 2490.

AHU, Avulsos, Pará, Cx. 27, D. 2550.

AHU, Avulsos, Pará, Cx. 29, D. 290.

AHU, Avulsos, Pará, Cx. 58, D. 5237.

1.12 Capitania da Paraíba

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 1, D. 47, D. 91.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 2, D. 144, D. 152, D. 153, D. 155, D. 160, D. 162, D. 163, D. 172.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 3, D. 190, D. 197, D. 207, D. 209, D. 210, D. 217, D. 219, D. 228, D. 232, D. 237.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 4, D. 276, D. 306, D. 314.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 5, D. 377, D. 398, D. 400, D. 426, D. 428.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 6, D. 433, D. 440, D. 443, D. 484, D. 495, D. 497, D. 522.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 7, D. 591, D. 618.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 8, D. 664, D. 668, D. 685, D. 691

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 720, D. 723, D. 726, D. 727, D. 769, D. 773, D. 779

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 10, D. 800, D. 809, D. 819, D. 857, D. 870, D. 876.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 11, D. 906, D. 907.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 12, D. 981, D. 1011.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 13, D. 1084, D. 1093, D. 1095, D. 1121, D. 1126, D. 1128.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 14, D. 1145, D. 1223.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 15, D. 1253, D. 1277, D. 1286, D. 1295.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 16, D. 1305, D. 1314, D. 1317, D. 1320, D. 1326, D. 1413.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 17, D. 1373, D. 1377, D. 1410, D. 1417.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 18, D. 1458, D. 1459.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 19, D. 1479, D. 1486, D. 1487, D. 1519.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 20, D. 1527, D. 1535, D. 1536, D. 1542, D. 1564, D. 1565, D. 1567, D. 1585.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 21, D. 1594, D. 1598, D. 1601, D. 1613, D. 1622, D. 1630.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 22, D. 1653, D. 1671.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 23, D. 1733, D. 1787.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 24, D. 1842, D. 1843, D. 1844, D. 1873.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 26, D. 1944, D. 1993, D. 2007, D. 2010, D. 2012, D. 2032, D. 2036, D. 2040.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 27, D. 2046, D. 2052, D. 2056.

AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 28, D. 2126.
AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 29, D. 2138, D. 2165.
AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 30, D. 2183.
AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 32, D. 2313, D. 2314.
AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 35, D. 2533.
AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 41, D. 3705.
AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 76, D. 6354.
AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 160, D. 11530.

1.13 Capitania de Pernambuco

AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 6, D. 466, d. 522, d. 556.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 10, D. 915.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 11, D. 1059.
AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 17, D. 1719, D. 1743.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 18, D. 1756, D. 1792, D. 1822, D. 1827.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 23, D. 2120. D. 2124. D. 2091, D. 2067, D. 2124.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 25, D. 2300, D. 2313.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 26, D. 2350.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 27, D. 2420.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 30, D. 2713.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 31, D. 2851
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 32, D. 2886.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 36, D. 3247.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 37, D. 3364.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 39, D. 3496
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 40, D. 3667.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 41, D. 3705, D. 3708
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 42, D. 3803.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 43, D. 3855.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 48, D. 4296, D. 4304.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 49, D. 4328, D. 4330, D. 4389,
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 50, D. 4426, D. 441.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 53, D. 4637.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 55, D. 4756.

AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 58, D. 4969, D. 4987.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 56, D. 4879.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 59, D. 5082.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 63, D. 5356;
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 64, D. 5445.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 65, D. 5505, D. 5534.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 67, D. 5673.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 70, D. 5931.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 76, D. 6351.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 77, D. 6428, D. 6439.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 80, D. 6631.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 83, D. 6915.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 86, D. 7093.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 88, D. 7183, D. 7141.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 89, D. 7201.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 91, D. 7288.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.
AHU, Avulsos, Pernambuco Cx. 97, D. 7593, 7615.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 99, D. 7750.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 100, D. 7843.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 101, D. 7865.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 103, D. 7954, D. 7961, D. 7989, D. 8013
AHU, Avulsos, Pernambuco Cx. 105, D. 8186, D. 8172, D. 8205.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 106, D. 8217, D. 8235, D. 8261.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 114, D. 8775.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 134, D. 10082.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 148, D. 10816
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 152, D. 11015.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 155, D. 11227.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 156, D. 11235, D. 11281.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 160, D. 11492.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 170, D. 12004.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 172, D. 12105.
AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 177, D. 12374.

AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 186, D. 12924.

AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 222, D. 15001.

1.14 Capitania do Piauí

AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 1, D. 12, D. 19, D. 51, D. 52, D. 59, D. 65.

AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 2, D. 100.

AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 4, D. 238, D. 267.

AHU, Avulsos, Piauí, Cx. 9, D. 538.

1.15 Capitania do Rio de Janeiro

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro- Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 1, D. 52.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 6, D. 1078.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 13, D. 2560-2562.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro-Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 74, D. 17239-17253

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 5, D. 520.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 9, D. 1016.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 12, D. 1354.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 21, D. 2324.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 46, D. 4691.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 57, D. 5526.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx., 61, D. 5815.

AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, Cx. 76, D. 6888.

1.16 Capitania do Rio Grande do Norte

AHU, Avulsos, Rio Grande do Norte, Cx. 1, D. 15, D. 19.

AHU, Avulsos, Rio Grande do Norte, Cx. 6, D. 394, D. 397.

1.17 Capitania de São Paulo

AHU, Avulsos, São Paulo, Cx. 1, D. 57 e 58.

AHU, Avulsos, São Paulo, Cx. 5, D. 519.

AHU, Avulsos São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx.1, D. 52.

AHU Avulsos, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 3, D. 341.

AHU, Avulsos, São Paulo-Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 5, D. 519, D. 628.

AHU, Avulsos São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 21, D. 2078.

AHU, Avulsos São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 22, D. 2158.

AHU, Avulsos, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 23, D. 2182.

AHU, Avulsos São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 27, D. 2512.

AHU, Avulsos, São Paulo- Alfredo Mendes Gouvea, Cx. 45, D. 3538.

1.18. Capitania de Sergipe D'El Rei

AHU, Avulsos, Sergipe, Cx. 2, D. 146.

1.19. Secretaria do Conselho Ultramarino

AHU, Avulsos, Secretaria do Conselho Ultramarino, Cx. 1, D. 48.

2. Códices

Códices 15 – Consultas mistas do Conselho Ultramarino, 1621-1660.

Código 52 – Consultas de partes do Conselho Ultramarino, 1702-1711.

Código 84 – Consultas de mercês do Conselho Ultramarino, 1661-1672.

Código 233 – Registro de consultas de diferentes assuntos referentes a várias capitanias do Brasil, 1711-1726.

Código 245 – Registro de várias cartas régias e avisos dirigidos ao governador do Brasil e outras entidades sobre diversos assuntos, 1673-1695.

Código 247 – Registro de ordens régias para o governador e outras entidades da Bahia, 1714-1726.

Código 252 – Registro de consultas de assuntos referentes ao Estado do Brasil e nomeadamente à capitania da Bahia, 1675-1704.

Código 256 – Registro de cartas régias para o governador de Pernambuco e Paraíba, e outras entidades dessas e de mais capitanias do Brasil, 1673-1698.

Código 257 – Registro de cartas regias e cartas dirigidas a várias entidades das diferentes capitanias do Brasil, 1698-1713.

Código 258 – Registro de cartas régias para o governador e outras entidades da capitania de Pernambuco e outras capitanias, 1713-1724.

Código 259 – Registro de cartas régias para os governadores e entidades das várias capitanias do Brasil, em especial da de Pernambuco, 1724-1731.

Código 260 – Registro de provisões para entidades de algumas capitanias do Brasil, 1731-1744.

Código 261 – Registro de provisões régias dirigidas a várias entidades de diferentes capitanias do Brasil, 1744-1757.

Código 262 – Provisões, alvarás, cartas régias e ofícios do Conselho Ultramarino para os governadores e mais entidades das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Ceará, 1757-1805.

Código 265 – Registro de consultas sobre vários assuntos referentes ao Brasil, nomeadamente à Capitania de Pernambuco, 1673-1712.

Código 266 – consultas acerca de vários assuntos respeitantes à capitania de Pernambuco, 1712-1749.

Código 267 – Consultas sobre representações de várias entidades das capitanias de Pernambuco, Paraíba do Norte e Ceará, 1749-1807.

Código 269 – Livro de registro de cartas régias, avisos, ofícios e mais documentação para os governadores e outras entidades do Maranhão e Pará, 1712-1726.

Código 275 – Livro de Registro de cartas do Conselho Ultramarino, 1644-1667.

Código 276 - Livro de Registro de cartas e mandados do Conselho Ultramarino, 1669-1727.

Código 583 – Registro de cartas régias, avisos e provisões para o governador e mais entidades da capitania de Pernambuco, 1756-1780.

Arquivo Municipal de Cascais

PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/MCS, Cx. 76, Pasta 67 [Carta de confirmação de doação, 1617].

PT/CMCSC-AHMCSC/AFML/MCS, Caixa 76, pasta 73 [carta de Manuel Ferreira da Costa ao Marquês de Louriçal, 26 de junho de 1760].

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

1.Chancelarias

ANTT, CHR, D. João IV, Livro 26.

ANTT, CHR, D. Afonso VI, Livro 41.

ANTT, CHR, D. Pedro II, Livros 18, 20, 24, 27, 30, 35, 38, 40, 44, 48, 49, 52, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64.

ANTT, CHR, D. João V, Livros 32, 34, 35, 36, 39, 42, 43, 48, 52, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 71, 73, 78, 81, 83, 85, 93, 94, 101, 103, 106, 108, 110, 112, 113, 115, 119, 125, 127, 128 e 130.

ANTT, CHR, D. José I, Livros 10, 29, 50, 54, 64, 79,

ANTT, CHR, D. Maria I, Livros 17, 24, 29, 30, 32, 35, 37, 41, 45, 46, 67, 70 e 72.

2. Desembargo do Paço

2.1. Leitura de bacharéis

ANTT/DP/LB/ Mç. 1, nº 15, Letra J (Jerônimo Correia do Amaral)

ANTT/DP/LB/ Mç. 1, nº 29, letra A (Antônio Rodrigues da Silva)

ANTT/DP/LB/ Mç. 1, nº 29, Letra S (Sebastião José Rebelo de Gouveia)

ANTT/DP/LB/ Mç. 2, nº 08, Letra C (Cristóvão Soares Reimão)

ANTT/DP/LB/ Mç. 2, nº 21, Letra M (Manuel Costa Ribeiro)

ANTT/DP/LB/ Mç. 2, nº 22, Letra T (Tomás da Silva Pereira)

ANTT/DP/LB/ Mç. 2, nº. 52, Letra J (José de Lima e Castro)

ANTT/DP/LB/ Mç. 3, nº 10, Letra F (Francisco Correia Pimentel)

ANTT/DP/LB/ Mç. 3, nº 16, Letra F (Francisco Pereira de Araújo)

ANTT/DP/LB/ Mç. 3, nº 23. Letra D (Diogo Rangel de Castelo Branco)

ANTT/DP/LB/ Mç. 4, nº 4, Letra G (Gonçalo de Freitas Baracho)

ANTT/DP/LB/ Mç. 4, nº 22, Letra M (Manuel do Monte Fogaça)

ANTT/DP/LB/ Mç. 5, nº 23, Letra G (Gregório José da Silva Coutinho)

ANTT/DP/LB/ Mç. 6, n. 16, Letra A (Antônio Rebelo Leite)

ANTT/DP/LB/ Mç. 6, nº 39, Letra D (Domingos Monteiro da Rocha)

ANTT/DP/LB/ Mç. 7, nº 7, Letra M (Manuel Velho de Miranda)

ANTT/DP/LB/ Mç. 7, nº 46, Letra B (Bernardo Coelho da Gama e Casco)

ANTT/DP/LB/ Mç. 9, nº 8, Letra B (Bento da Silva Ramalho)

ANTT/DP/LB/ Mç. 11, nº 2, Letra J (João Marques Bacalhau)

ANTT/DP/LB/ Mç. 12, nº 23, Letra I (Inácio de Moraes Sarmento)

ANTT/DP/LB/ Mç. 13, nº 9, Letra J (João Guedes de Sá)

ANTT/DP/LB/ Mç. 13, nº 15, Letra L (Luís de Moura Furtado)

ANTT/DP/LB/ Mç. 13, nº 21, Letra J (José de Sá de Mendonça)

ANTT/DP/LB/ Mç. 16, Nº 11, Letra A (Antônio Ferreira Gil)

ANTT/DP/LB/ Mç. 16, nº 43, Letra J (José Inácio de Arouche)

ANTT/DP/LB/ Mç. 18, nº 16, Letra J (João Nunes Souto).

ANTT/DP/LB/ Mç. 18, nº19, Letra I (Inácio de Sousa Jácome Coutinho)
ANTT/DP/LB/ Mç. 19, n. 6, Letra A (Antônio José Pereira Barroso)
ANTT/DP/LB/Mç. 19, nº7, Letra M (Manuel Ferreira da Costa)
ANTT/DP/LB/ Mç. 20, nº 19, Letra J (João Carlos Fontoura)
ANTT/DP/LB/ Mç. 23, nº 27, Letra J (José Januário de Carvalho)
ANTT/DP/LB/ Mç. 22, nº 46, letra J (João Marcos de Sà Barreto Soutomaior)
ANTT/DP/LB/ Mç. 24, nº 2, Letra M (Manuel da Fonseca e Silva)
ANTT/DP/LB/ Mç. 24, n. 39, Letra J (José Teotônio Cedron Zuzarte)
ANTT/DP/LB/ Mç. 25, nº 33, Letra A (Antônio Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem)
ANTT/DP/LB/ Mç. 26, nº 12, letra A (Antônio Vanguerve Cabral)
ANTT/DP/LB/ Mç. 40, nº10, Letra I e J (José Teotônio de Campos)
ANTT/DP/LB/ Mç. 43, nº 4, Letra M (Manuel José Pereira Caldas)
ANTT/DP/LB/ Mç. 56, n.º 2, Letra I e J (José Joaquim Nabuco)

2.2. Repartição das Justiças e Despacho da Mesa

2.2.1. Cascos de Consulta que baixaram à Mesa.

ANTT/DP/RJDM/ Maços 803, 929, 930, 932, 941, 942, 948.

2.2.2 Assentos de Leitura de Bacharéis.

ANTT/DP/RJDM/Livros 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137 e 138.

2.2.3 Decretos de Perdões.

ANTT/DP/RJDM/Maço 1733.

2.2.4. Informações dos Bacharéis.

ANTT/DP/RJDM/Maços 1796, 1797, 1798, 1799.

2.2.5. Consultas para Lugares de Letras.

ANTT/DP/RJDM/Maços, 1875, 1876, 1881, 1882, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1910, 1909, 1911, 1912, 1913, 1914 e 2488.

2.2.6. Certidão de Residências.

ANTT/DP/RJDM/Maços 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838 e 1839.

2.2.7. Concursos de bacharéis a lugares de justiça: tribunais superiores e correições ordinárias.

ANTT/DP/RJDM/Maço 1848.

2.2.8. Expediente da Mesa com as Secretarias de Estado e Monarca - Consultas lavradas (1645-1833).

ANTT/DP/RJDM/Maços 841, 842 e 847.

3. Feitos findos

ANTT, Feitos Findos, Maço 26, nº 24.

4. Manuscritos da Livraria

ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1797.

5. Ministério do Reino.

5.1. Consultas do Desembargo do Paço.

ANTT, Ministério do Reino, Maços 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340 e 341.

5.2. Informação de governadores e magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar

ANTT, Ministério do Reino, Maços 500 e 599.

5.3. Consultas do Conselho Ultramarino

ANTT, Ministério do Reino, Maços 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322 e 323.

5.4. Registo de Consultas e Decretos do Conselho Ultramarino.

ANTT, Ministério do Reino, Livro 179.

6. Papéis do Brasil

ANTT, Papéis do Brasil, Códices 1, 2, 3 e 4.

7. Registo Geral de Mercês

ANTT, RGM, D. Pedro II, Livros 1, 7, 8, 9, 16 e 17,

ANTT, RGM, D. João V, Livro 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 28, 30 e 37.

ANTT, RGM, D. José I, Livros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 18, 19, 22 e 26.

ANTT, RGM, D. Maria I, Livros 1, 2, 3, 5, 10, 11, 17, 20, 24 e 27.

ANTT, RGM D. João VI, Livro 19.

8. Mesa de Consciência e Ordens

8.1. Habilitações para a Ordem de Cristo.

ANTT, MCO, HOC, Letra A, Mç. 34, N.º 6 (Antônio José Pereira Barroso)
ANTT, MCO, HOC, Letra A, Mç. 39, nº 25 (Antônio Luís Pereira da Cunha)
ANTT, MCO, HOC, Letra B, Mç. 3, N.º 8 (Bernardo Coelho da Gama e Casco)
ANTT, MCO, HOC, Letra D, Mç. 1, N.º 21 (Domingos Monteiro da Rocha)
ANTT, MCO, HOC, Letra F, Mç. 36, N.º 68 (Francisco Pereira da Costa)
ANTT, MCO, HOC, Letra I E J, Mç. 87, N.º 113 (Inácio de Sousa Jácome Coutinho).
ANTT, MCO, HOC, Letra I E J, Mç. 33, N.º 4 (José Ferreira Gil)
ANTT, MCO, HOC, Letra I E J, Mç. 90, N.º 69 (José Guedes de Sá)
ANTT, MCO, HOC, Letra I E J, Mç. 46, N.º 18 (José Januário de Carvalho).
ANTT, MCO, HOC, Letra I E J, Mç. 68, N.º 69 (José Joaquim Nabuco)
ANTT, MCO, HOC, Letra I E J, Mç. 39, N.º 6 (José Teotônio Cedron Zuzarte)
ANTT, MCO, HOC, Letra L, Mç. 10, N. 3 (Luís de Moura Furtado)
ANTT, MCO, HOC, Letra S, Mç. 5, N.º 11 (Sebastião José Rebelo de Gouveia)

8.2 Habilitações para Familiar do Santo Ofício.

ANTT, MCO, HSO, letra A, Mç. 34, n.º 6 (Antônio José Pereira Barroso)
ANTT, MCO, HSO, letra B, Mç. 7, nº 104 (Bento da Silva Ramalho)
ANTT, MCO, HSO, letra D, nº1389, incompleta (Domingos Monteiro da Rocha).
ANTT, MCO, HSO, letra F, Mç.78, nº1388 (Francisco Pereira de Araújo).
ANTT, MCO, HSO, letra G, Mç. 4, nº 63 (Gregório José da Silva Coutinho)
ANTT, MCO, HSO, letra I, Mç. 5, nº 72 (Inácio de Sousa Jácome Coutinho)
ANTT, MCO, HSO, letra J, Mç. 40, nº 837 (João Marques Bacalhau)
ANTT, MCO, HSO, letra J, Mç. 69, n.1289 (João Rodrigues Colaço).
ANTT, MCO, HSO, letra J, nº3304, incompleta (José de Lima de Castro).

ANTT, MCO, HSO, letra M, Mç. 47, nº1047 (Manuel da Costa Ribeiro)
ANTT, MCO, HSO, letra M, nº 4130, incompleta (Manuel da Fonseca e Silva)
ANTT, MCO, HSO, letra J, Mç. 84, nº1241 (José Teotônio Cedron Zuzarte)

9. Chancelaria da Ordem de Cristo

ANTT, CHOC, Livros 5, 59, 93, 97, 192, 196, 220, 235, 277, 268, 274 e 305.

Arquivo da Universidade de Coimbra

AUC, Atos e Graus, 1698-1701, vol. 50.

AUC, Registo de Matrículas.

AUC, Coleção do Conde dos Arcos:

Código 31, Disposições dos Governadores de Pernambuco, tomo 1 (1648-1699)

Código 32, Disposições dos Governadores de Pernambuco, tomo 2 (1700-1746)

Código 33, Ordens Régias para os Governadores de Pernambuco, tomo 1 (1648-1715)

Código 34, Ordens Régias para os Governadores de Pernambuco, tomo 2. (1715-1746)

Código 35, Índice de tudo o que pertence à Frota que partiu do Porto de Pernambuco no ano de 1746.

Código 36, Índice de tudo o que pertence à Frota que partiu do Porto de Pernambuco no ano de 1747.

Código 37, Índice de tudo o que pertence à Frota que partiu do Porto de Pernambuco nos anos de 1748 e 1749.

Arquivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Código 707.

Biblioteca Nacional de Portugal

Livros de assentos de Leituras de bacharéis - Códices 10856, 10857, 10858.

Memorial de Ministros, microfilmes 1240, 1073 e 1077.

Coleção Pombalina (PBA):

Livro dos assentos da Juntas de Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreverão em Pernambuco no tempo do Governador Felix Jose Machado – PBA 115.

Registo de documentos relativos ao governo da Capitania de Pernambuco e anexas, nos anos de 1755-1761 – PBA 121.

[Portarias, ordens, bandos, editais, etc., sendo D. António Félix Machado, Marquês de Montebelo, Governador de Pernambuco] – PBA 239.

Cartório 1º Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal -Paraíba)

Livro de Notas 1725-1730

Livro de Notas de 1730

Livro de Notas de 1730 (2º livro)

Livro de Notas de 1738-1740

Livro de Notas de 1744 (1º livro)

Livro de Notas de 1747-1750

Livro de Notas de 1767

Livro de Notas de 1767-1788

Livro de Notas, 1770 e 1775 (Autos de Querela)¹⁷¹.

Livros de Notas de 1771

Livro de Notas de 1773 (1º livro)

Livro de Notas de 1774 (1º livro)

Livro de Notas de 1774 (2º livro)

Livro de Notas 1775 (1º livro)

Livro de Notas 1775 (2º livro)

Livro de Notas de 1789 (Sumários de querela)

Livro de Notas de 1790 (1º livro)

Fundação Biblioteca Nacional (RJ)

[PARECER do Conselho Ultramarino tratando da violência na capitania da Paraíba e sendo favorável à união do ministro da referida capitania com a de Pernambuco para resolver os problemas]. Lisboa, Portugal: [s.n.], 18/02/1735. 4 p. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428114/mss1428114.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

[ORDEM régia ao capitão da capitania de Pernambuco tratando dos procedimentos necessários para que se remetam presos de outras Ouvidorias para a Junta de Justiça desta capitania]. Lisboa [Portugal]: [s.n.], [26/01/1751]. 3 p. Disponível em:

¹⁷¹ No interior do livro de notas de 1770 consta o livro de Notas de 1775, com folha de abertura de 13 de dezembro de 1775 e rubricado pelo juiz ordinário Nicolau de Faria Franco. Em razão da numeração não ser contínua entre um e outro as referências usadas são feitas de modo separado (1770 e 1775), acompanhadas pelo termo *auto de querela*, para distinguir dos livros de notas de 1775 (1º e 2º livros) mencionados nessas referências.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_28_42/cmc_ms618_28_42.pdf. Acesso em: 10 fev. 2017.

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

Livro Novo 1º da Ouvidoria da Paraíba (1816).

Livro de notas de 1799/1800, Tabelião Manuel José de Faria.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

Livros de Cartas e Provisões da Câmara de Natal – Livros 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 12.

Livro de Notas de Goianinha (1731-1781), s/n.

Tribunal de Justiça de Pernambuco (Memorial de Justiça)

Comarca de Flores, Cx. 317 - [Sentença de livramento e absolvição que a seu favor alcançou neste régio Tribunal da Junta das Justiças de Pernambuco Antônio Pereira da Silva réu seguro para se lhe dar baixa nas culpas que lhe resultou da devassa e querela que tirou o juiz ordinário do sertão do Pajeú e Paracatú pela morte acontecida a Clemente Ferreira de Amorim contra o dito juiz daquele julgado como abaixo se declara].

Base de dados

Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro). Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>

Fontes impressas

Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Oficina tipográfica da Biblioteca Nacional, vol. XXIV, 1904.

Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Oficina de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, vol. XXVIII, 1908.

Arquivos de Angola, Luanda, Repartição Central de Estatística Geral, vol. II, nº 7 e 8, abril e maio de 1936

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. In: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> .

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolpho Garcia, Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930.

CABRAL, António Vanguerve, *Epílogo jurídico de vários casos críveis e crimes concernentes ao especulativo e prático*, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão, 1729.

CABRAL, António Vanguerve, *Prática judicial muito útil e necessária para os que principiam os ofícios de julgar e advogar e para todos os que solicitam causas nos Auditórios de um e ouro foro*, Coimbra, Oficina de António Simões Ferreira, 1730.

Coleção dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volumes 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 23, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 85 e 86. Rio de Janeiro, 1928-2011. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/documentos-hist%C3%B3ricos/094536>.

Códice Costa Matoso, Belo Horizonte, Fundação Pinheiro, 1999, vol. 2, p. 127.

COSTA, Mário Júlio Almeida (apres.), *Ordenações Filipinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3vols, 1985.

COUTO, Domingos de Loreto, «Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco» In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Oficina tipográfica da Biblioteca Nacional, 1904, vol. XXIV.

CUNHA, Jerónimo da, *Arte de Bacharéis ou o perfeito juiz*, Lisboa, Oficina de São João Batista Lerzo, 1743

«Diário do Governador Luís Correia de Sá». In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. LVI. Recife, 1983, pp. 18-335.

FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da, «Nobiliarchia Pernambucana [1748]», vol. 1, In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935, vol. 57.

GARCIA, José Ignacio de Abranches, *Archivo da Relação de Goa*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1872.

«Ideia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, Agricultura, número de Engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam Generam Jozé Cezar de Menezes», In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LX, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923.

«Informação geral da Capitania de Pernambuco (1749)», In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Officinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908.

Livro 2º do Governo do Brasil (1615-1634), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento do Brasil, Museu Paulista/USP, 2001.

MASCARENHAS, José Freire de Monterroio, *Gazeta de Lisboa*, nº 9, 4 de março de 1723, Lisboa, Oficina Pascoal da Sylva, p. 72; *Idem, ibidem*, nº 13, 01 de abril de 1723, p. 104. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>. Acesso em 26/12/2018.

Ordenações Filipinas, Reprodução fac-símile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, 3 volumes.

RODRIGUEZ, Antonio Dougnac, *Manual de Historia del Derecho Indiano*, 2ª ed, México, Universidad Autónoma de México, 1998, p. 97-110.

SALVADOR, Frei Vicente de, *História do Brasil, 1500-1627*, 4 ed., São Paulo, Melhoramentos, 1954.

SÃO BENTO, Luís de; SOARES, António, *Memorial de Ministros: catálogo alfabético dos ministros de letras*, estudo e transcrição de Nuno Camarinhas, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; São Paulo, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura, 2017.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio De Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. In: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.

SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*, desde a última compilação das ordenações, 1750-1762, Lisboa, Typografia Maigrense, 1830.

SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*, desde a última compilação das ordenações, 1775-1790, Lisboa, Typografia Maigrense, 1828.

SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*, 1763-1774, Lisboa, Typografia Maigrense, 1829.

SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa*, desde a última compilação das ordenações, 1791-1801, Lisboa, Typografia Maigrense, 1828.

SILVA, Antonio Delgado da, *Suplemento à Collecção da Legislação Portuguesa*, Legislação de 1750 a 1762, Lisboa, Typografia Maigrense, 1842, p. 560-563.

SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1603-1612, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1613-1619)*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1855.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1620-1627, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1855.

SILVA, José Justino Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1627-1633, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1855.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1640-1647, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1856

SILVA, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 1657-1674, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1856.

SILVA, José Justino de Andrade e, *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa* (1675-1683), Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1877

SOARES, António, *Memorial de Ministros: catálogo alfabético dos ministros de letras*, estudo e transcrição de Nuno Camarinhas, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; São Paulo, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura, 2017

SOLORZANO PEREIRA, Juan de, *Politica Indiana*, Libro V, cap. II [*De los Gobernadores, i Corregidores de las Ciudades...*], Madrid, Diego Diaz de la Carrera, 1668, p. 754. Disponível em: <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/3552/814/politica-indianab-sacada-en-lengua-castellana-de-los-dostomos-del-derecho-i-gouierno-municipal-de-las-indias-occidentales-que-escribio-en-la-latina-don-ian-desolorzano-pereira-c-por-el-mesmo-autor-diuidida-en-seis-libros-anadidas-muchas-cosas-que-no-estan-en-los-tomos-latinos-i-el-libro-sexto-con-dos-indices/>. Acesso: 13/03/2018.

Sumario das Armadas, Campina Grande, Fundação Universidade Regional do Nordeste, Universidade Federal da Paraíba, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa, *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – século XVII*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

ADAN, Caio Figueiredo Fernandes, *Colonial comarca de Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*, Tese de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

AGÜERO, Alejandro, *Castigar e perdonar cuando conviene a la República. La justicia penal de Córdoba del Tucumán, siglos XVII y XVIII*, Madrid, Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2008.

AGÜERO, Alejandro, «Local law and localization of law. Hispanic legal tradition and colonial culture (16th-18th centuries)» In MECCARELLI, Massimo & SASTRE, María Julia Solla (eds), *Spatial and temporal dimensions for Legal History. Research Experiences and itineraries*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, 2016, p. 101-129.

ALMEIDA, Joana Estorninho de, *A forja dos homens. Estudos jurídicos e lugares de poder no século XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

ALVEAL, Carmen; SILVA, Tyego Franklim da, «Na ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na Capitania do Rio Grande (1680-1710)», In POSSAMAI, Paulo (org.), *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, São Leopoldo, Oikos, 2012, p. 235-249.

ALVEAL, Carmen, «De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII)», In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 35, nº 70, 2015, p. 41-64.

ALVES, Dina Catarina Duarte, *Violência e perdão em Óbidos (1595-1680)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade de Coimbra, 2003.

ANASTASIA, Carla Maria Junho, *A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

ANTUNES, Álvaro de Araújo, *Espelho de cem faces. O universo relacional de um advogado setecentista*, São Paulo, Annablume, 2004.

ANTUNES, Álvaro de Araújo, *Fiat justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*, Tese de doutoramento em História, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARAÚJO, Jorge Filipe Pereira de, *A administração municipal do Porto 1508-1511*, Porto, 2011; CAPELA, José Viriato (Coord.), *O município português na história, na cultura e no desenvolvimento regional*, Braga, Universidade do Minho, 1998.

ARGOUSE, Aude, «“Profesión de papeles” y oficios de pluma: escribanos y escribientes, entre auxilio y justicia (Chile, Perú, 1670-1730)» in *Vencer la distancia*, 22/12/2016, disponível em <https://distancia.hypotheses.org/892>.

BARBALHO, Luciana de Carvalho, *Capitania de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves, «A Câmara de Natal na arquitetura de poderes das Capitanias do Norte (1701-1759)» In SANTOS, Fabiano Vilaça dos; RIBEIRO, Mônica da Silva (Orgs.), *Impérios ibéricos no antigo regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2019. p. 127-155.

BARRIERA, Darío G., «La ciudad y las varas de justicia: justicia, *justicias* y jurisdicciones (ss. XVI-XVII)» In *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, n. 31, 2003.

BARRIERA, Darío, «Un rostro local de la Monarquía Hispánica: justicia y equipamiento político del territorio al sureste de Charcas, siglos XVI y XVII» In *Colonial Latin American Historical Review*, vol. 15, n. 4, 2006, p. 405-409.

BARROS, Edval de Sousa, *Negócios de tanta importância (1643-1661). O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2008.

BATISTA, Adriel Fontenele, *O Sumário das Armadas: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

BICALHO, Maria Fernanda, «Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América portuguesa: uma releitura do ofício de vice-rei do Estado do Brasil», In AZEVEDO, Cecília [et al], *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BLOCH, Marc, «Para uma história comparada das sociedades europeias», In BLOCH, Marc, *História e historiadores. Textos reunidos por Étienne Bloch*, trad. de Telma Costa, Lisboa, Teorema, 1998.

BLOCH, Marc, *História e Historiadores*. Textos reunidos por Étienne Bloch, Lisboa, Editoria Teorema, 1995.

BOMBARDI, Fernanda Aires & PRADO, Luma Ribeiro, «Ações de liberdade de índias e índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará, primeira metade do século XVIII» In *Brasiliiana – Journal for Brazilian studies*, vol. 5, n. 1, nov. 2016

BORAH, Woodrow, «Juzgado General de Indios del Perú o Juzgado Particular de Indios de El Cercado de Lima» In *Revista Chilena de Historia del Derecho*, n. 6, 1970, p. 129-142.

BORAH, Woodrow, *Justice by insurance. The General Indian Court of colonial Mexico and the Legal-Aides of the Half-Real*, Bekerley and Los Angeles, University of California Press, 1983.

BRIGHENTE, Liliam Ferraresi, *Entre a liberdade e a condição particular: a condição jurídica do indígena na Vila de Curitiba (1700-1750)*, Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Federal do Paraná, 2012.

BURKHOLDER, Mark, «The Council of the Indies in the late eighteenth century: a new perspective», In *Hispanic American Historical Review*, vol. 56, n. 3, Duke University Press, 1976.

BURKHOLDER, Mark & CHANDLER, D. S. *From impotence to authority. The Spanish Crown and the American Audiencias, 1687-1808*, Columbia & London, University of Missouri Press, 1977.

BURKHOLDER, Mark, «Los ministros de las Audiencias del Mundo Hispánico durante el siglo XVIII: un estudio prosopográfico» In BARRIOS, Feliciano (Coord.). *El gobierno de un mundo. Virreinos y Audiencias en la América Hispánica*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Fundación Rafael del Pino, 2004.

CAETANO, Antônio Filipe Pereira, Nos confins nas vilas e na Comarca... A construção da autonomia política, administrativa e jurisdicional Alagoana (século XVI-XVIII), In CAETANO, Antônio Filipe Pereira (org.), *Alagoas e o Império Colonial português. Ensaio sobre poder e administração (séculos XVII-XVIII)*, Maceió, Cepal, 2010.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira, A comarca das Alagoas: justiça, trajetórias e conflitos (1712-1817), In CAETANO, Antonio Filipe Pereira, (Org.), *Das partes sul à comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: Ensaio sobre justiça, poder e defesa (século XVII-XVIII)*, Maceió, Viva editora, 2015, p. 181-220.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira, «Nas brenhas da Comarca das Alagoas, que é ouvidor é governador? Poder, Conflitos de Jurisdição e Administração (1712-1817)», In LISBOA, Breno Almeida Vaz [et al] (orgs.), *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades e Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*, Recife, UFPE, 2016.

CAMARINHAS, Nuno, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010a.

CAMARINHAS, Nuno, “Os desembargadores no Antigo Regime (1640-1820)”, In SUBTIL, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, EDIUAL, 2010b.

CAMARINHAS, Nuno, «As residências dos cargos de justiça letrada» In STUMPF, Roberta & CHATURVEDULA, Nandini (orgs.), *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Coleção Estudos & Documentos, n. 14, 2012, pp. 161-172.

CAMARINHAS, Nuno, «A Casa da Suplicação nos finais do Antigo Regime (1790-1810)» In *Cadernos do Arquivo Municipal*, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª série, n. 2, jul.-dez. 2014.

CAMARINHAS, Nuno, «Lugares ultramarinos. A construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna» In *Análise Social*, vol LIII (1º), nº 226, 2018.

CAÑEQUE, Alejandro, «The Political and Institutional History of Colonial Spanish America», In *History Compass*, vol. 11, n. 4, 2013, pp. 280-291.

CAÑEQUE, Alejandro, «El simulacro del rey» In AZNAR, Daniel, HANOTIN, Guillaume, MAY, Niels F. (Coords.), *À la place du roi: vice-rois, gouverneurs et ambassadeurs dans les monarchies française et espagnole (XVIe-XVIIIe siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2014.

CARAVAGLIA, Juan Carlos & SCHAUB, Jean-Frédéric, *Lois, justice, coutume. Amérique et Europe latines (16^e-19^e siècle)*, Paris, École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2005.

CARDIM, Pedro, «Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime», In *Nação e Defesa*, n. 87, 2ª série, 1998, pp. 129-158.

CARDIM, Pedro, «“Administração” e “Governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime» In BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX*, 2 ed., São Paulo, Alameda, 2005, p. 45-68.

CARDIM, Pedro & BALTAZAR, Miguel, «A difusão da legislação régia (1621-1808)» In FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.), *Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, Joaquim Ramos de, «A jurisdição episcopal sobre leigos em matérias de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime», In *Revista Portuguesa de História*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. 24, 1988.

CARVALHO, Juliano Loureiro de, *Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808*, Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2008.

CARVALHO, Reinaldo Forte, *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)*, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

CASTAN, Nicole, «A arbitragem dos conflitos sob o “Ancien Régime”», In HESPANHA, António Manuel (coord.), *Justiça e Litigiosidade. História e Prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 469-519.

CEBALLOS, Rodrigo. «Entre procurações e escrituras: fontes cartoriais para a História do Alto Sertão Paraibano (Arraial de Piranhas, 1720-1750)» In *Revista Ultramares*, nº 2, vol. 2, jan-jul/2012, p. 71-90. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxyZXZpc3RhZWx0cmFtYXJlc3xneDoxNGUyMTM3ZTFjNTE4NGZi>

CHAVES, Cláudia Maria das Graças, «Mercado e costumes: um estudo das reformas da legislação da Câmara de Mariana - século XVIII». In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (orgs.), *Administrando impérios. Porugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo, “*As duras cadeias de hum governo subordinado*”: *história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c. 1755-c. 1799)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2013.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo, *As Capitânicas de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)*, Tese, Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2017.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo, «Reforma dos territórios e das jurisdições nas capitânicas do Norte do Estado do Brasil: as atuações do capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva

e do “juiz de fora” Miguel Carlos de Pina Castelo Branco na aplicação do *Diretório dos índios (1757-1764)*» In *Lócus: Revista de História*, v. 24, nº1, 2018, p. 93-120.

COELHO, Maria Filomena, *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (século XVIII)*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

COSENTINO, Francisco Carlos, *Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*, São Paulo, Annablume; Belo Horizonte, Fapermig, 2009.

COSTA, Ana Paula Pereira, «Potentados locais e seu braço armado: as vantagens e dificuldades advindas do armamento de escravos na conquista das Minas» In *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 18-32.

COSTA, Mário Júlio de Almeida & Marcos, Rui Manoel de Figueiredo, “Reforma pombalina dos Estudos Jurídicos”, Araújo, Ana Cristina (Coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640)*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da & FONSECA, Teresa, História, *Os municípios no Portugal moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*, Évora, Edições Colibri, CIDEHUS, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. E CUNHA, Mafalda Soares (orgs). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da & NUNES, António Castro. «Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII». *Tempo* [online]. 2016, vol.22, n.39, p.1-30.

CUNHA, Mafalda Soares da; BICALHO, Maria Fernanda; NUNES, António Castro; FARRICA, Fátima; MELLO, Isabele, «Corregedores, ouvidores-gerais e ouvidores na comunicação política», In FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.), *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *O senado da câmara de Alagoas do sul. Governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CURVELO, Arthur, «Os Oficiais da Escrita no Governo de Pernambuco: Governadores, Secretários e Notários na construção da governabilidade - Séculos XVII e XVIII» In *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 02 Outubro 2017, consultado o 23 Março 2018. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71399>.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho, *Governar Pernambuco e as capitanias anexas. O perfil social, a comunicação política e as jurisdições dos governadores das Capitanias de Pernambuco (c.1654-c.1759)*, tese de doutoramento atualmente desenvolvida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos, «*As pessoas mais distintas em qualidade e negócio*»: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos, Tese, Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014.

DRAGOSSA, Noberto, *Bibliografía de Historia del Derecho Indiano*, Madrid, Fundación Ignacio Larramendi, 2011.

DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

DUEÑAS, Alcira, «The Lima Indian *Letrados*: Remaking the *República de Indios* in the Bourbon Andes» In *The Americas*, vol. 72(1), jan. 2015, p. 55-75.

DUVE, Thomas & PIHLAJAMÄKI, Heikki (orgs), *New Horizons in Spanish Colonial Law. Contributions to Transnational Early Modern Legal History*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, Global Perspectives on Legal History, 2015.

DUVE, Thomas (coord.), *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*, Madrid, Dykinson, 2017, vol. 1.

ELLIOTT, John, “Espana y América en los siglos XVI y XVII”, BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII*, vol. 2, Barcelona, Editorial Crítica, 1990.

ELLIOTT, John, *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*, Madrid, Taurus, 2006.

ENES, Tiago, *De como administrar cidades e administrar impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*, Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

FARRICA, Fátima, *Poder sobre as periferias. A Casa de Bragança e o governo das terras no Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Edições Colibri/NEHM/CIDHEUS-EU, 2011.

FEITLER, Bruno, *Nas malhas da consciência. Igreja e Inquisição no Brasil, Nordeste 1640-1750*, São Paulo, Alameda, Phoebus, 2007.

FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales, *Normas e práticas durante a vigência das Constituições do Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo, Unifesp, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. «A corrupção no Brasil Colônia», In Leonardo Avritzer [et al] (Org.), *Corrupção: ensaios e críticas*, Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 209-218.

FIGUEIRÔA-REGO, João de, *A honra alheia por um fio. Os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno, *Arraiais e Vilas del Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas* [e-book], Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno, «*Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas*», In *Anais do Museu Paulista*, vol. 20, n. 7, jan/jun 2012.

FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra, (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1995.

FONSECA, Tereza, *Administração senhorial e relações de poder no concelho do Vimieiro (1750-1801)*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 1998.

FORMIGA, Mayara Millena Moreira, *Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690-c.1772)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.), *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

FRIEDMANN, Daniel Isaac, *As práticas judiciais locais e a Lei da Boa Razão: os autos cíveis de Sorocaba, segunda metade do século XVIII*, Dissertação, Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p. 94-102.

GALLO, Alberto, «La venalidad de ofícios públicos en Brasil durante el siglo XVII» In BELLINGERI, Marco (oord.). *Dinámicas de Antiguo Régimen y Orden Constitucional. Representación. Justicia y administración en iberoamérica, siglos XVIII-XIX*, Torino, Otto editore, 2000.

GARNOT, Beoît, «Justice, infrajustice, parajustice et extra justice dans la France d'Ancien Régimen», In *Crime, Histoire & Sociétés / Crime, History & Societies* [En ligne], vol. 4, n° 1|2000, p. 103-120.

GARNOT, Beoît, «Justiça e sociedade na França do século XVIII», In *Textos de História*, vol. 11, n° 1/2, 2003, p. 13-27.

GARRÉ, Roy, «The Dynamics of law formation in Italian Legal Science during the Early Modern period: the function of custom» In BLOCKMANS, Wim; HOLENSTEIN, André; MATHIEU, Jon (eds.), *Empowering interactions. Political cultures and the emergence of the State in Europe, 1300-1900*, Ashgate, 2009, p. 91-97.

GARRIGA, Carlos, «Concepción y aparatos de la justicia: las reales audiências de las Índias», In *Separata de Cuardenos de História*, n. 19, Córdoba, 2009.

BERTRAND, Michel, «Viejas preguntas, nuevos enfoques: la corrupción en la administración colonial española», In CASTILLO, Francisco Andújar & FUENTE, María del Mar Felices (Eds), *El poder del dinero. Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2011.

GIL, Tago Luís; BARLETA, Leonardo Brandão, *Atlas histórico da América Lusa*, Porto Alegre, Ladeira Livros, 2016.

GONÇALVES, Jener Cristiano, *Justiça e direitos costumeiros apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

GOMES, José Eudes, *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

GOMES; José Eudes, *Um escandaloso teatro de horrores: capitania do Ceará sob o espectro da violência*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2010.

GOMES, José Eudes, «As armas e o governo da República: tropas locas e governação no Ceará setecentista» In GUEDES, Roberto (org.), *Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados, séc. XVII-XIX*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2011.

GONÇALVES, Regina Célia, *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630*, Bauru, Edusc, 2007.

GONZÁLEZ, Inés Gómez, «¿Un medio de control extraordinario? Las visitas particulares y secretas a los magistrados de las chancillerías e audiencias castellanas» In STUMPF, Roberta & CATUVERDULA. Nandini (orgs.), *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Coleção Estudos & Documentos, n. 14, 2012, pp. 161-172.

GRANDÓN, Javier Barrientos, *Guía prosopográfica de la judicatura letrada indiana (1503-1898)*, Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2000.

GRAUBAT, Karen B., «Competing Spanish and Indigenous Jurisdictions in Early Colonial Lima» In *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, New York, Oxford University Press, 2016.

GUAPINDAIA, Mayra, «Comunicação e poder: a implantação do Correio Marítimo de 1798 e as respostas dos governos da América Portuguesa» In *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 11 Dezembro 2017, consultado o 23 Março 2018.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz, *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*, Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz, *No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na Capitania da Paraíba (1750-1800)*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

HARING, C. H., *The Spanish Empire in America*, New York, Oxford University Press, 1947

HERZOG, Tamar, *La administración como un fenómeno social. La justicia penal de la ciudad de Quito*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

HERZOG, Tamar, *Mediación, archivos y ejercicio. Los escribanos de Quito (siglo XVII)*, Frankfurt, Vittorio Klostermann Frankfurt am Main, 1996.

HERZOG, Tamar, *Ritos de control, prácticas de negociación: pesquisas, visitas y residências y las relaciones entre Quito y Madrid, (1650-1750)*, Madrid, Fundación Hernando de Larramendi, 2000.

HERZOG, Tamar, «La comunidade y su administración. Sobre el valor político, social y simbólico de las residências de Quito (1653-1753)» In *Mélanges de la Casa de Veázquez* [en línea], 34-2, maio de 2010.

HESPANHA, António (org.), *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel, «El espacio político» In HESPANH, António, *La gracia del Derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993a.

HESPANHA, António Manuel, (org), *Justiça e litigiosidade: história e prolectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993b.

HESPANHA, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel, «Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro» In *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, nº 35, tomo 1, 2006.

HESPANHA, António, *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*, São Paulo, Annablume, 2010.

HESPANHA, António Manuel, «Conflito e Resistência na Sociedade do Antigo Regime», In IDEM, *Caleidoscópio do Antigo Regime*, São Paulo, Alameda, 2012, p. 49-57.

HESPANHA, António Manuel, *Como os juristas viam o mundo, 1550-1750. Direito, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*, Leipzig, Amazon distribution, 2015.

HESPANHA, António Manuel, «O ‘Direito de Índias’ no contexto da historiografia das colonizações ibéricas» In DUVE, Thomas (coord.), *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano* vol. 1. (Berlim, 2016), Madrid, Dykinson, 2017.

HESPANHA, António Manuel, «O modelo moderno do jurista perfeito», In *Tempo*, vol. 24, n. 1, jan./abr. 2018, p. 60-88.

HOMEM, António Pedro Barbas, *Judex Perfectus. Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820*, Coimbra, Almedina, 2003.

JESUS, Nauk Maria de, «A administração da justiça: ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa», In Roberto Guedes Ferreira (Org.), *Dinâmica Imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteira, poderes, legados*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2011, p. 173-187.

KAGAN, Richard, *Universidad y sociedade en la España moderna*, Madrid, Editorial Tecnos, 1981.

KEATS-ROHAN, K. S. B., «Camaleon or Quimera? Understanding Prosopography», In KEATS-ROHAN, K. S. B (ed.), *Prosopography approaches and applications. A Handbook*, Oxford, Prosopographica et Genealogica, 2007, p. 1-32.

KOOKTAS, Thomas, *Royal Police Ordinances in Early Modern Sweden. The emergence of voluntaristic understanding of law*, Leiden, Boston, Brill, 2014.

LEJONAGOITIA, Guillermo Burgos, *Gobernar las Indias. Venalidad y méritos en la provisión de cargos americanos, 1701-1746*, Almería, Editorial Universidad de Almería, 2014.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira D’Ávila, *Governantes da Paraíba no Brasil colonial (1585-1808), Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica*, 2 ed (revista e corrigida), João Pessoa, Edições Fotograf, 2007.

LISBOA, Breno Vaz de Almeida, *Uma das principais dos domínios de Vossa Majestade: poder e administração na Capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V*, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.

LOHMANN VILLENA, Guillermo, *Los ministros de la Audiencia de Lima (1700-1821). Esquema de un estudio sobre un núcleo dirigente*, Sevilla, Escuela de Estudios hispano-americanos de Sevilla, 1974.

LOHMANN VILLENA, Guillermo, *El Corregidor de Indios en el Perú bajo los Austrias*, 2 ed., Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2001.

LORENTE, Marta; VALLEJO, Jesús (coord.), *Manuel de Historia del Derecho*, Valencia, Tirant lo Blanch, 2012.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *A Casa e o Estado do Infantado 1654-1706: formas e práticas administrativas de um património senhorial*, Lisboa, JNICT, Universidade de Lisboa, Centro de História, 1995.

LOUZE, Antuanett Garibeh, «Mecanismos alternativos a la justicia oficial en la Edad Moderna: la infrajusticia a través de las escrituras notariales de perdón», In SAMPER, M^a Ángeles Pérez & MOYA, José Luis Betrán (eds.), *Nuevas perspectivas de investigación em História Moderna. Economía, Sociedad, Política y Cultura en el Mundo Hispánico*, Fundación Española de Historia Moderna, 2018, p. 401-411.

LUCIANI, Fernanda Trindade, *Municípios e escabinos. Poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007.

MACHADO, Alex Rolim, “*PARA SE ADMINISTRAR A JUSTIÇA, CONTER OS CRIMES E MELHORAR A ARRECADAÇÃO...*”: desenvolvimento social e motivações econômicas na institucionalização da Comarca das Alagoas. Capitania de Pernambuco, 1654-1712, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

MACHADO, Maximiano Lopes, *História da Província da Paraíba*, vol. 1, João Pessoa, Editora da UFPB, 1977 [1912].

MAIER, Charles S., *Once within borders. Territories of power, wealth, and belonging since 1500*, Cambridge, Mass, Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «O enquadramento do espaço nacional», In MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal. No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Concelhos e organização municipal na Época moderna. Miunças I*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

MARCOS DE DÍOS, Ángel, *Portugueses en la Universidad de Salamanca (1580-1640)*, Tese de Doutorado, Facultad de Filosofía y Letras de Salamanca, 1975.

MARCOS DE DÍOS, Ángel, *Os portugueses na Universidade de Salamanca desde a Restauração até às reformas iluministas do Marquês de Pombal*, Salamanca, Luso-Española de Ediciones, 2001.

MARQUES, José, «A Universidade de Salamanca e o Norte de Portugal, nos séculos XV-XVII», In *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n. 0, 2003, p. 87-105.

MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MATEUS, Elias Theodoro, *O perdão de parte entre a dinâmica judicial e a vida comunitária nas Minas Setecentistas*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MECCARELLI, Massimo & SASTRE, María Julia Solla (eds.), *Spatial and temporal dimensions for Legal History. Research experiences and itineraries*, Frankfurt am Main, Max Planck Institute for European Legal History 2016.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de, «Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão nordestino no período colonial» In *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 27.1, ano 2009, p. 331-361.

MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de, *A fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, 2 ed., São Paulo, Ed. 34, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de, *O bagaço da cana*, São Paulo, Penguin & Companhia das Letras, 2012.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de, *Poder, administração e justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

MELLO, Isabelle Matos Pereira de, *Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*, Tese de Doutorado em História, UFF, 2013.

MELLO, Isabelle Matos Pereira de, *Magistrados a serviço do rei: Os ouvidores-gerais e a administração da justiça na comarca do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015.

MELLO, Isabele, «Sindicantes e sindicatos: os magistrados e suas residências na América portuguesa (século XVIII)», *Revista Historia y Justicia* [em linha], 8|2017

MELLO, Josemar Henrique, *A ideia de arquivo: a secretaria do governo de Pernambuco (1687-1809)*. Tese (Doutorado), Universidade do Porto, 2006.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza, «Desvendando outras Franciscas: mulheres cativas e as ações de liberdade na Amazônia colonial portuguesa», In *Portuguese Studies Review*, vol. 13, nº 1, 2005.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e, *Fé e império. As Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*, Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e, «As apelações de liberdade dos índios na América portuguesa (1735-1757)» In *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005, p. 4-8. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0652.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2018.

MENDES, José Claudivan Rocha; CEBALLOS, Rodrigo, «A escrita nos autos de querela: o cotidiano sertanejo nos relatos criminais (Pombal-PB, século XVIII)» In *Anais*

da VI Semana Nacional de História do CFP/UFCG. *Fontes e historiografia na produção do conhecimento*, Cajazeiras, UACS/CFP, 2014, p. 127-135.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia, *Parochos imperfeitos: Justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*, Universidade Federal Fluminense, 2011.

MENEZES, Mozart Vergetti de, *Colonialismo em ação. Fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*, Tese, Doutorado em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005a.

MENEZES, Mozart, Vergetti de, Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII, In FERLINI, Vera Lúcia & BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2005b, p. 327-340.

MENEZES, Mozart Vergetti. de. *Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012.

MESA, Enrique Soria, «Family, Bureaucracy and the Crown. The wedding market as a form of integration among Spain elites in the Early Modern Period» In CARDIM, Pedro [et al], *Polycentric monarchies: how did early modern Spain and Portugal achieve and maintain a global hegemony?*, Eastbourne, Sussex Academic Press, 2012.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, «A litigiosidade e o “perdão” em Vila Nova de Gaia (séculos XII e XVIII)», In *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, vol. XI, 1996.

MONTEIRO, John, «Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo», In *Revista de História*, São Paulo, nº 120, jan./jul. 1989, p. 45-57.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.), *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

MORAES, Ana Paula Cruz Pereira de, *Entre mobilidades e disputas: o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal do Ceará, 2015.

MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «Did personal violence decline in the Spanish Old Regime?» *Memoria y civilización: anuário de história*, nº 2, 1999, p. 117-140.

MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «El peso de la infrajudicialidad en el control del crimen durante la Edad moderna», In *Estudis: Revista de historia moderna*, nº. 28, 2002, p. 43-76.

MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «El mal uso de la justicia en la Castilla del siglo XVII», In PÉREZ, José Ignacio Fortea; GONZÁLEZ, Juan Eloy Gelabert; MOVELLÁN, Tomás Mantecón (coord.), *Furor et rabies: violència, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, 2ª edición digital, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, 2013.

MOVELLÁN, Tomás Mantecón, «La acción de justicia en la España Moderna: una justicia dialogada, para procurar paz», In BROGGIO, Paolo & PAOLI, Maria Pia (ed.), *Stringere la pace. Teorie e pratiche della conciliazione nell'Europa moderna (secoli XVI-XVIII)*, Roma, Viella, 2011, p. 333-367; LOUZE, Antuanett Garibeh, 2018.

NOGUEIRA, Patrícia Moreira, Considerações sobre os relatórios de visitas *ad limina apostolarum* do bispado de Pernambuco (1680-1746): aspectos históricos e historiográficos, In *Revista de fontes*, n. 2, 1º semestre de 2015, p. 1-50.

NONATO, Nuno; PEREIRA, Nyll, A câmara de Filipeia, João Pessoa, 1997.

NÓVOA, Maurício, *The protector of Indians in the Royal Audience of Lima. History, careers and legal culture, 1575-1775*, Leiden, Brill Nijhoff, 2016.

NUNES, António Castro, *Comunicação e prática política nas monarquias ibéricas de Antigo Regime (1700-1750): Évora, Córdova, Ouro Preto e Quito*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Évora, 2016.

OFFUTT, William M, «The Atlantic Rules. The legalistic turn in Colonial British America» In MANCKE, Elizabeth & CHAMMAS, Carole (ed.), *The creation of the British Atlantic World*, Baltimore, London, The Johns Hopkins University Press, 2005.

OLIVAL, Fernanda, *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001.

OLIVEIRA, António Resende de, «A mobilidade dos universitários» In *História da Universidade em Portugal, vol. 1 (1290-1536)*, Coimbra, Lisboa, Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

OLIVEIRA, César de (dir.), *História dos Municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Ibérica)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

OLIVEIRA, Eduardo Fernandes de; SANTOS, Fernando Brederode, *Brederode da Holanda a Portugal. Oito séculos de história de uma família europeia*, Lisboa, Textype, 2002.

OLIVEIRA, Elza Régis de, *A Paraíba na crise do século XVIII. Subordinação e autonomia (1755-1799)*, 2 ed., João Pessoa, Editora universitária/UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Luís Cabral, «Goa oitocentista, terra de letra e terra de juristas. O caso dos advogados provisionários», in Matos, Artur Teodoro de e Cunha, João Teles e (coord.), *Goa: Passado e Presente*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Centro de História de Além Mar, 2012.

OLIVEIRA, Luís Cabral, «Magistrados letrados ou provisionários? O caso de André Francisco de Bragança (Goa, 1832-1836)», In *Revista Teoria e História do Direito*, Nº1,1/2016, p. 95-108.

OLIVEIRA, Maria Gabriela Souza de, *O rol das culpas. Crimes e criminosos em Minas Gerais (1711-1745)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

OLIVEIRA, Maria Gabriela Souza de, *A força e a pena: a Junta de Vila Rica (1731-1832)*, Tese em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

PAIVA, Yamê Galdino de, *Vivendo à sombra das leis: Antonio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*, Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

PAIVA, Yamê Galdino de, «Ouvidores e administração da justiça no Brasil colonial. O caso da comarca da Capitania da Paraíba (c.a. 1687-c.a.1799)», In *Revista Jurídica*, Universidad Autónoma de Madrid, nº 33, 2016, p. 79-95.

PAIVA, Yamê Galdino de, «Os regimentos dos ouvidores de comarca na América portuguesa, séculos XVII e XVIII: esboço de análise», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 11 décembre 2017. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71578>.

PAQUETE, Gabriel (Ed.), *Enlightened reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*, England, Ashgate, 2009.

PEDROSA, Lanuza Maria Carnaúba, “Entre prestígios e conflitos: formação e estrutura da Ouvidoria alagoana por intermédio de seus ouvidores-gerais (séculos XVII e XVIII)”, Caetano, Antonio Filipe Pereira (Org.), *Alagoas e o império colonial português: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII-XVIII)*, Maceió, Cepal, 2010

PEGORARO, Jonas Wilson, *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)*, Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PENNA, Patrícia Ladeira, *Benta Pereira: mulher, rebelião e família em Campo dos Goytacases, 1748*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz, «Índios livres e índios escravos: os princípios a legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)» In CUNHA, Manoela Carneiro da (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 2 ed., 1992, p. 115-132.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva, *As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial*, Tese, Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2003.

PHELAN, John Leddy, *The Kingdom of Quito in the Seventeenth century. Bureaucratic politics in the Spanish Empire*, Madison, Milwaukee and London, The University of Wisconsin Press, 1967.

PIETSCHMANN, Horst, *El Estado y su evolución al principio de la colonización Española de América*, México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

PIHLAJAMÄKI, Heikki, «The Westernization of Police Regulation. Spain and British colonial laws compared», In DUVE, Thomas & PIHLAJAMÄKI, Heikki (orgs), *New Horizons in Spanish Colonial Law. Contributions to Transnational Early Modern Legal History*, Berlin, Max Planck Institute for European Legal History, Global Perspectives on Legal History, 2015.

PINTO, Irineu Ferreira, *Datas e notas para a História da Paraíba*, vol. I, João Pessoa, Editora universitária/UFPB, 1977.

PIRES, Maria do Carmo, «As Câmaras Municipais e as Freguesias: o poder vintenário», In VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (orgs.), *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, 23 ed., São Paulo, Brasiliense, 2004.

PUJOL, Xavier Gil, «Notas sobre el estudio del poder como nueva valorización de la historia política», in *Pedralbes. Revista de Historia Moderna*, n. 3, 1983, pp. 61-88. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/Pedralbes/issue/view/8276/showToc>.

PUJOL, Xavier Gil, *Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 2006.

PUNTONI, Pedro, *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2002.

PUNTONI, Pedro, «Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII» In FERLINI, Vera Lúcia & BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI-XIX* São Paulo, Alameda, 2005.

RAMINELLI, Ronald. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista, In VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos & NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.), *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, Niterói, EDUFF, 2006, p. 279-295.

RAMOS, Anabela, *Violência e justiça em terras de Montemuro, 1708-1820*, Viseu, Palimage, 1998.

RIBEIRO, Ana Sofia, *Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos (1750-1772)*, Porto, Edições Afrontamento, 2012.

RESENDE, Maria Leônia Caves de, «Brasis coloniales: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas», In VILLALTA, Luiz Carlos & LAGE, Maria Efigênia (Orgs.), *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*, vol. 1, 1ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

REIS, Liana Maria, *Crimes e escravos na Capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*, São Paulo, Hucitec, 2008.

RODRIGUES, José Damião, «“Com exorbitância inaudita”: elites locais e magistrados régios na Horta em finais de Setecentos», In GARRIDO, Álvaro, COSTA, Leonor Freire, DUARTE, Luís Miguel (orgs.), *Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, instituições e império*. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 215-225.

RODRIGUES, Miguel Jasmins, «Descontinuidade e comunicação: o reino e a construção do império» In SANTOS, Maria Emília Madeira & LOBATO, Manuel (coord.), *O Domínio da distância. Comunicação e cartografia*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

ROMÁN, Alberto Yalí, Sobre alcaldías mayores y corregimientos en Índias. Un ensayo de interpretación, In *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina*, vol. 9, nº 1, 1972, p. 1-39.

ROMEIRO, Adriana, *Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

ROSS, Richard J., «Legal communications and imperial governance: British North America and Spanish America compared» In GROSSBERG, Michael & TOMNLINS, Christopher L. (ed.), *The Cambridge History of Law in America. Early America (1580-1815)*, vol. I, New York, Cambridge University Press, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Fidalgos and Philanthropists. The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, London, Macmillan, 1968.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., «Educação universitária no Império português: relato de um calo Luso-Brasileiro do século dezessete», In *STVDIA* (Separata), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº. 36, julho 1973, p. 7-38.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., «Governantes e agentes», In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.), *História da expansão portuguesa*, Navarra, Temas e Debates, 1998, vol. 3, pp. 169-192.

SALDANHA, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil. Antecedente, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2ª ed., 2001.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Catarina Madeira, *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800)*, Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

SANTOS, Fabrício Lyrio, *Da catequese à civilização. Colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1808)*, Tese em História, Universidade Federal da Bahia, 2012.

SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça dos, *A justiça do bispo: o exercício da justiça eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII*, Tese, Doutoramento em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SANTOS, Marília Nogueira dos, “O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil”, *Tempo*, vol. 14, n. 27, p. 101-117.

SANTOS, Patrícia Ferreira dos, *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na «confusão de latrocínios» em Minas Gerais (1748-1793)*, Tese em História, Programa de Pós-graduação em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Raphael Freitas, «A vila, a comarca, a capitania: conjunturas econômicas e políticas a partir da análise de escrituras registradas em cartório» In *Anais do XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Universidade de Coimbra, 2011.

SBRICCOLI, Mario, «Justicia criminal», In FIORAVANTI, Maurizio (ed.), *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*, Madrid, Editorial Trotta, 2004, p. 159-167.

SCARDAVILLE, Michael C., «Justice by paperwork: a day in life of a court scribe in Bourbon Mexico city» In *Journal of Social History*, vol. 30, n. 4, 2003, p. 979-1007.

SCHAFÈR, Ernst, *El Consejo Real y Supremo de las Indias. Su historia, organización y labor administrativa hasta la terminación de la Casa de Austria*, Sevilla, Escuela de Estudios hispano-americanos de Sevilla, 2 vols, 1947.

SCHAUB, Jean-Frédéric, «A História Política nos Annales E.S.C.: mutações e reformulações», In *Penélope*, n. 14, 1994, p. 151-177.

SCHWARTZ, Stuart, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Bahia e seus juízes, 1609-1751*, São Paulo, Perspectiva, 1979.

SCOTT, James, *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*, New Haven, London, Yale University Press, 1985.

SCOTT, James C., *A dominação e a arte da resistência: Discursos ocultos*, Lisboa, Letra Livre, 2013.

SEIXAS, Wilson Nóbrega, *O velho arraial de Piranhas (Pombal)*, João Pessoa, A imprensa, 1962.

SEIXAS, Wilson Nóbrega, *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, 385 anos*, João Pessoa, Gráfica Santa Marta, 1987.

SELLERS-GARCÍA, Sylvia, *Distance and documents at the Spanish Empire's periphery*, Standford, Stanford University Press, 2014.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Estampa, 1998.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro (orgs)., *António Manuel Hespanha: entre a História e o Direito*, Coimbra, Almedina, 2015.

SILVA, Bruno Cezar Santos da, *Entre defesa e ordem: os corpos militares da Paraíba na trama da subordinação à capitania de Pernambuco (1755-1799)*, Dissertação, mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVA, Célia Nonata, *Territórios de mando. Banditismo em Minas Gerais, século XVIII*, Belo Horizonte, Crisálida, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei, *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*, Recife, Cepe Editora, 2010.

SALGADO, Graça (coord.), *Fiscais e Meirinhos. Política e administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SLEMIAN, Andréa, “A primeira das virtudes: justiça e reformismo ilustrado na América portuguesa face à espanhola”, *Revista Complutense de História de América*, vol. 40, 2014.

SILVA, Evandro Marques Bezerra da, *Mandos e desmandos: os ouvidores da Capitania de Pernambuco no reinado de D. João V (1708-1750)*, Tese de mestrado em História apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010

SILVA, Priscilla de Souza Mariano e, *A justiça no período josefino: atividade judiciária e irregularidades dos ouvidores na comarca de Pernambuco entre 1750 e 1777*, Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, Rafael Ricarte da, *A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)*, Tese, Doutorado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2016.

SIMÕES, Mariane Alves, *A câmara da Vila do Carmo e seus juizes ordinários (1711-1731)*, Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

SOARES, Baíza Faustino, *Dotadas de bens: os enlaces matrimoniais no sertão de piranhas e Piancó (capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)*, Dissertação, Metrado em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

SOUZA, George Cabral de, *Elites e exercício de poder no Brasil colonial, A câmara municipal do Recife, 1710-1822*, Recife, Editora UFPE, 2015.

SOUZA, George Cabral de Souza, «Nos sertões e no Atlântico. A trajetória de um grande comerciante na América portuguesa do século XVIII», In: LISBOA, Breno Almeida Vaz [et al] (orgs.), *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades e Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*, Recife, UFPE, 2016.

SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.

SOUZA, Laura de Mello, *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Maria Eliza de Campos, *Ouvidores de comarcas na capitania de Minas Gerais no século XVIII, (1711-1808): origens sociais, remuneração de serviços, trajetórias e mobilidade social pelo “caminho das letras”*, Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

STANGL, Werner, «¿Provincia y partidos o gobiernos y corregimientos? Los principios rectores del desordenamiento territorial de las Indias y la creación de un sistema de información histórico-geográfico» In *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de Historia de América Latina*, vol. 54, 2017.

STONE, Lawrence, «Prosopografia», In *Revista de Sociologia Política*, v. 19, n. 39, junho/2011.

STUMPF, Roberta, «Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português» In *Topoi, Revista de História*, vol. 15, n. 29.

SUBTIL, José, «Os ministros do rei no poder local, ilhas e ultramar (1772-1826), In *Penélope*, nº 27, 2002, p. 37-58.

SUBTIL, José, *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*, Lisboa, EDIUAL, 2010.

SUBTIL, José, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, EDIUAL, 2011.

SUBTIL, José, «Os poderes dos Juizes no Império português: o caso do Brasil», In FURTADO, Júnia Ferreira; ATALLAH, Cláudia Azevedo; SILVEIRA, Patrícia Ferreira dos Santos (orgs.), *Justiça, governo e bem comum na administração dos Impérios Ibéricos*, Curitiba, Editora Prismas, 2017, p. 33-91

TAPIA, Ángel Sanz, «La justicia en venta. El beneficio de cargos americanos de audiencias bajo Carlos II (1683-1700)» In *Anuario de Estudios Americanos*, vol. 69, n. 1, 2012.

TAU ANZOÁTEGUI, Victor, *Casuísmo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho Indiano*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992, p. 125-134.

TAU ANZOÁTEGUI, Victor, «Acerca de la elaboración y publicación de las leyes», In *Anuario de história del derecho español*, tomo LXXX, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2010.

TAU ANZOÁTEGUI, «El poder de la costumbre. Estudios sobre el derecho consuetudinario en América hispana hasta la emancipación (2000)», In Andrés-Gallego, José (coord.), *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica: ensayos y monografías*, Madrid, Fundación Ignacio Larramendi, 2011. Disponível em http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1000174. Acesso em 14 de junho de 2018.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves, *As cartas de seguros: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1830)*, Tese, Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2011.

THOMPSON, E. P., «Costume, lei e direito comum, In IDEM, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 86-149, *maxime*, p. 86-88.

TORRE, João Veiga, «Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil», In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº40, 1994.

VALLEJO, Jesús, *Ruda equidad, ley cosumada: concepción de la potestad normativa (1250-1350)*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

VALLEJO, Jesús, «Derecho como cultura. Equidad y orden desde la óptica del ius commune» In DE DIOS, Salustiano; INFANTE, Javier; ROBLEDO, Ricardo; TORIJANO, Eugenia (Coords.), *Historia de la propiedad: patrimonio cultural*, Madrid, Servicio de Estudios del Colegio de Registradores, 2003.

VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho, *Donatários e administração colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)*, Tese, Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2016.

VENTURA, Liliana de Almeida, *Criminalidade e perdão numa comunidade rural. Sever do Vouga (1752-1831)*, Dissertação, Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2000.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. «A representação da sociedade e do poder», In MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, 121-145.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. «Redes Clientelares», In: MATTOSO, José (ed.). *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 381-393.

WEHLING, Arno, *História administrativa do Brasil. Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, *Direito e justiça no Brasil colonial. O Tribunal de Relação do Rio de Janeiro (1752-1808)*, Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, «Sem embargo da ordenação em contrário: a adaptação da norma à circunstância colonial», In VENÂNCIO, Renato Pinto, GONÇALVES, Andréa Lisly, CHAVES, Cláudia Maria das Graças (orgs.), *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

ZORRAQUÍN BECÚ, Ricardo, «Nuevas consideraciones sobre el derecho indiano», In *Revista de História del Derecho*, nº 25, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de História del Derecho, 1997, p. 501-524.

ANEXOS

ANEXO 1

Ouvidores das Comarcas da Paraíba e de Pernambuco (c. 1687-c. 1799)

	Ouvidores da Paraíba	Data de nomeação	Referência
1	Diogo Rangel de Castelo Branco	03/07/1687	RGM, D. Pedro II, liv. 1, fl.356vs
2	Cristóvão Soares Reimão	22/02/1695	CHR, D. Pedro II, liv. 59, fl. 250vs, 251
3	Manuel Velho de Miranda	24/04/1702	CHR, D. Pedro II, liv. 27, fl. 157vs
4	Gonçalo de Freitas Baracho	26/04/1705	CHR, D. Pedro II, liv. 63, fl. 120vs, 121
5	Jerônimo Correa do Amaral	04/11/1709	CHR, D. João V, liv. 33, fl. 114.
6	Francisco Pereira da Costa	04/02/1716	CHR, D. João V, liv. 45, fl. 57
7	Manuel da Fonseca e Silva	22/03/1720	CHR, D. João V, liv. 52, fl. 341.
8	João Nunes Souto	28/03/1726	CHR, D. João V, liv. 68, fl. 153vs.
9	Tomás da Silva Pereira	03/06/1730	CHR, D. João V, liv. 78, fl. 138vs
10	Jorge Salter de Mendonça	22/02/1733	CHR, D. João V, liv. 85, fl. 70.
11	Inácio Jácome da Silva Coutinho	20/05/1739	CHR, D. João V, liv. 94, fl. 293
12	Antônio Ferreira Gil	25/02/1744	CHR, D. João V, liv. 108, fl. 26vs
13	João Carlos Fontoura	10/09/1748	CHR, D. João V, liv. 116, fl. 348.
14	José Ferreira Gil	18/02/1750	CHR, D. João V, liv. 119, fl. 172
15	Domingos Monteiro da Rocha	03/10/1753	RGM, D. José I, liv. 6, fl. 419.
16	João Rodrigues Colaço	13/01/1759	AHU, avulsos, Paraíba, Cx. 21, D. 1613
17	José Januário de Carvalho	1763 (?)	
18	Luís de Moura Furtado [Quintanilha]	29/10/1772	CHR, D. José I, liv. 10, fl. 270.
19	Sebastião José Rebelo de Gouveia e Melo	03/04/1778	CHR, D. Maria I, liv. 83, fl. 343vs
20	Manuel José Pereira Caldas	29/01/1781	AHU, avulsos, Paraíba, Cx. 27, D. 2082.
21	Antônio Filipe Soares de Andrada Brederode	1786	ANTT, DP, RJ, 136, fl. 124v
22	Gregório José da Silva Coutinho	05/11/1797	CHR, D. Maria I, liv. 46, fl. 341

	Ouvidores de Pernambuco	Data de nomeação	Referência
1	Manuel Ferreira da Costa	13/05/1686	CHR, D. Pedro II, liv. 64, fl. 73vs
2	José de Sá e Mendonça	14/03/1689	CHR, D. Pedro II, liv. 48, fl. 226vs, 227
3	Inácio de Moraes Sarmiento	14/12/1694	CHR, D. Pedro II, liv. 22, fl. 180
4	Manuel da Costa Ribeiro	04/02/1698	CHR, D. Pedro II, liv. 52, fl. 250, 250vs

5	João Guedes de Sá	1701	CHR, D. Pedro II, liv. 44, fl. 94vs, 95
6	José Inácio de Arouche	24/11/1704	CHR, D. Pedro II, liv. 56, fl. 42, 42vs
7	João Marques Bacalhau	19/01/1711	RGM, D. João V, liv. 4, fl. 541
8	José de Lima e Castro	20/02/1715	CHR, D. João V, liv. 48, fl. 286vs
9	Fernando Luiz Pereira	18/03/1719	CHR, D. João V, liv. 125, fl. 271vs
10	Francisco Lopes de Carvalho	26/03/1722	CHR, D. João V, liv. 32, fl. 12
11	Manuel do Monte Fogaça	20/02/1725	CHR, D. João V, liv. 65, fl. 244
12	Antônio Rodrigues da Silva	01/06/1730	CHR, D. João V, liv. 76, fl. 366
13	Bento da Silva Ramalho	26/10/1733	CHR, D. João V, liv. 85, 222vs
14	Antônio Rebelo Leite	27/09/1736	CHR, D. João V, liv. 74, fl. 26vs
15	Francisco Correia Pimentel	21/04/1742	CHR, D. João V, liv. 103, fl. 191
16	Francisco Pereira de Araújo	14/08/1747	CHR, D. João V, liv. 116, fl. 162vs
17	João Bernardo Gonzaga	20/11/1751	RGM, D. José I, liv. 3, fl. 400
18	Bernardo Coelho da Gama e Casco	30/01/1758	CHR, D. José I, liv. 85, fl. 150 vs
19	João Marcos de Sá Barreto [Soutomaior]	10/05/1765	CHR, D. José I, liv. 50, fl. 331
20	José Teotônio Cedron Zuzarte	20/12/1768	RGM, D. José I, liv. 22, fl. 118
21	Francisco José de Sales	08/11/1773	CHR, D. José I, liv. 77, fl. 37vs
22	Antônio José Pereira Barroso	1777 08/10/1781 (recondução)	RGM, D. Maria I, liv. 1(2), fl. 205. CHR, D. Maria I, liv. 17, fl. 131
23	Antônio Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem	12/04/1787	CHR, D. Maria I, liv. 30, fl. 171vs
24	José Teotônio de Campos	27/03/1789	RGM, D. Maria I, liv. 24, fl. 296vs
25	Antônio Luís Pereira da Cunha	04/02/1793	CHR, D. Maria I, liv. 45, fl. 58vs
26	José Joaquim Nabuco	21/06/1798	CHR, D. Maria I, liv. 55, fl. 272.

ANEXO 2

Despesas das câmaras da Comarca da Paraíba com o ouvidor no ano de 1779

		Capitania da Paraíba							Capitania de Itamaracá	Capitania do Rio Grande						
		Cidade da Paraíba	Vila de Monte-mor	Vila do Pilar	Vila do Conde	Baía de São Miguel	Vila de Alhandra	Vila de Pombal	Vila de Goiana	Cidade de Natal	Povoação de São João Batista do Açú	Vila de Extremós	Vila Flor	Vila de Arez	Vila de São José	Vila de Portalegre
Propinas	Aposentadoria	100\$000														
	Arrematações dos contratos	234\$000							25\$000	138\$840						
	Do gado de vento									24\$000						
	Festas e Luto de morte dos reis	140\$960	12\$800	12\$800	12\$800		16\$000	12\$800	6\$000				12\$800			25\$600
	Nascimento ou casamento dos príncipes															
Emolumentos	Audiência de correição e capítulos de correição	16\$000	16\$000	16\$000	16\$000	19\$200	16\$000	16\$000	16\$000	19\$980		19\$200	16\$000	19\$200	16\$000	16\$000
	Eleições das Justiças (faturas dos pelouros)	8\$000	8\$000	8\$000	8\$000		8\$000	8\$000					8\$000			8\$000
	Tomar contas do concelho	1\$000	\$770	\$700	\$700		\$700	\$770					\$770			
	Das cartas de usança		3\$600	\$210	3\$600			\$710					3\$600			
Rendimentos incertos	Rubricas dos livros da câmara		\$030		\$030			\$030	\$030				\$030			
	Não especificado									\$480	40\$000	\$800				
Total		499\$960	41\$200	37\$710	41\$130	19\$200	40\$700		47\$030	44\$460	40\$000	20\$000	41\$200	19\$200	16\$000	49\$600

Fonte: AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 134, D. 10033.

ANEXO 3

Ouvidores da Capitania de Itamaracá (c. 1660-c.1760)

Nome	Data da provisão	Quem proveu	Referência
Manuel Freire de Ovedo	1662	Sem informação	DHBNRJ/1928/04/p. 104-105
Felipe Guedes Alcoforado	1672	Governador-geral do Estado do Brasil, Antônio Furtado de Castro Mendonça	DHBNRJ/1929/010/p. 56-57
Domingos Gomes da Silva	1685	Governador-geral do Estado do Brasil, Marquês das Minas	DHBNRJ/1936/33/p.126-127
Dr. Antônio Rodrigues Pinto	Ca. 1694	Sem informação	AUC, CA, Caetano de Melo e Castro, fl. 573vs, nº 55.
José da Silva e Melo	1697 e 1698	Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro	AHU, PE, Cx. 83, D. 6915.
Duarte Albuquerque Melo	1699/1726	Governador de Pernambuco, Dom Fernando Martins Mascarenhas (para o ano de 1699)	AHU, PE, Cx. 83, D. 6915. (1699) AHU, PE, Cx. 34, D. 3152 (1726)
Antônio Vanguerve Cabral	1703	Governador de Pernambuco Francisco de Castro Moraes	AHU, PE, Cx. 83, D. 6915.
Feliciano Pinto de Vasconcelos	c.a. 1714	Sem informação	DHBN, 1953, nº 99, p. 15.
João Pais Tavares	c.a. 1717	Donatário	DHBN, 1953, nº 99, p. 15-16.
Duarte de Albuquerque e Melo	1726	Sem informação	VELEZ, Luciana, 2016, p. 191.
Francisco Gomes da Costa Guerra	1728	Donatário.	AHU, PB, Cx. 9, D. 723
Jorge Salter de Mendonça	1732	Donatário.	AHU, PB, Cx. 9, D. 723
José Camelo Pessoa	1749	Governador de Pernambuco, Luiz Correia de Sá	AHU, PE, Cx. 83, D. 6915.
Manuel Fernandes Campos	1754	Donatário	VELEZ, Luciana, 2016, p. 191.
Lourenço Gomes Pacheco Ferraz	1754	Donatário	AHU, PE, Cx. 76, D. 6363.
Jerônimo de Albuquerque	1755	Sem informação	AHU, PE, Cx. 78, D. 6518.
Manuel Lopes Pereira	1761	Donatário	VELEZ, Luciana, 2016, p. 191.

ANEXO 4

Avaliação dos ofícios de justiça da Comarca da Paraíba (1756)

	PARAÍBA				ITAMARACÁ	RIO GRANDE DO NORTE	
Ofícios	Ordenado	Emolumento	Propina	Outros	Emolumento	Ordenado	Emolumento
Ouvidor-geral	200\$000	36\$000	24\$000	40\$000 (aposentadoria)			
Escrivão da ouvidoria		40\$000					
Meirinho da correição		30\$000					
Escrivão do meirinho da correição		30\$000					
Escrivão da Câmara	50\$000	20\$000			90\$000	10\$000	
Escrivães do Público Judicial e Notas		65\$000					
Tabelião do Judicial e Notas					70\$000		30\$000
Contador, Inquiridor e Distribuidor		30\$000			15\$000		
Meirinho do campo		15\$000			40\$000		
Escrivão do Meirinho do Campo		15\$000			30\$000		
Alcaide		10\$000			20\$000		6\$000
Escrivão do Alcaide		10\$000			15\$000		
Carcereiro		20\$000					
Provedor dos Defuntos e Ausentes		10\$000			20\$000		
Escrivão		15\$000					
Tesoureiro		35\$000					
Meirinho		15\$000					

Fonte: AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 19, D. 1472

ANEXO 5
Avaliação dos ofícios de justiça da comarca da Paraíba (1783)

	PARAÍBA								ITAMARACÁ	RIO GRANDE DO NORTE						
OFÍCIOS	Cidade da Paraíba	Baía de S. Miguel	Montemor	Pilar	Conde	Alhandra	Cariri	Pombal	Goiana	Natal	Estremoz	Assú	Portalegre	São José	Arez	Vila Flor
Escrivão da Ouvidoria	500\$000								70\$000							
Meirinho da Ouvidoria	80\$000								80\$000							
Escrivão deste meirinho	70\$000								70\$000							
Um Escrivão e tabelião	200\$000								260\$000	40\$000						
Um Escrivão e tabelião	200\$000								260\$000	40\$000						
Um Escrivão e tabelião	200\$000								260\$000							
Alcaide	70\$000	16\$000	25\$000	20\$000	32\$000	10\$000	6\$000	40\$000		30\$000	16\$000		12\$000	10\$000	4\$000	12\$000
Escrivão do alcaide	60\$000	15\$000	20\$000	15\$000	14\$000	7\$000	4\$000	30\$000					10\$000	7\$000		
Alcaide e carcereiro									136\$000							
Escrivão do alcaide									70\$000							
Meirinho do campo	70\$000								80\$000	12\$000		50\$000				
Escrivão do Meirinho do campo	60\$000								70\$000			40\$000				
Porteiro	20\$000		6\$000							14\$000						
Inquiridor e contador	100\$000							20\$000		12\$000						
Inquiridor, contador, distribuidor e escrivão da almotaçaria									150\$000							
Carcereiro	50\$000									25\$000						
Escrivão do judicial, notas, câmara, órfãos e almotaçaria		100\$000	100\$000	100\$000	60\$000	80\$000							60\$000	52\$000	30\$000	50\$000
Escrivão do judicial, notas e órfãos							60\$000	260\$000								
Escrivão da câmara e almotaçaria								16\$000								
Escrivão, tabelião da câmara, órfãos e almotaçaria											60\$000					
Escrivão do Judicial, notas e órfãos												260\$000				

Fonte: AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 152, D. 10994.

ANEXO 6
Juntas de Justiça realizadas no governo de Luís Correia de Sá (1749-1756)

Ano	Nº de sessões	Data	Resumo
1751	13	Sexta, 30 de abril	Fui assistir a uma Junta de Justiça, foram os Ministros, o Desembargador Manuel da Fonseca Brandão, o Ouvidor da Paraíba o Dr. Francisco Coelho de Carvalho e o Dr. Alberto de Almeida Amaral
		Quarta, 5 de maio	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Quinta, 6 de maio	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Sábado, 8 de maio	Fui assistir a uma Mesa da Justiça
		Segunda, 10 de maio	Fui assistir a uma Junta de Justiça. Votou-se de morte em uma mulher, a qual teve dois votos da vida e dois de morte, desempatei de vida, ficou condenada em dez anos para Benguela, a baraço e pregão, açoites até o pé da forca e 200 mil réis para as despesas da justiça.
		Quarta, 12 de maio	Fui assistir a uma Junta de Justiça, que se deram fim por ora.
		Sábado, 24 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Quarta, 28 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Quinta, 29 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Quarta, 4 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 7 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Quinta, 02 de dezembro	Assisti a uma Junta de Justiça

		Segunda, 06 de dezembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça
1752	17	Sábado, 22 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Quinta, 27 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Sábado, 29 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Terça, 1 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, nela saíram condenados à morte dois presos, com três votos.
		Quinta, 3 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, na qual se sentenciaram os embargos dos pretos que estavam no Oratório. Tiveram dois votos de morte e dois de vida, desempatei de vida.
		Terça, 08 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça
		Quinta, 17 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, tornaram a ser sentenciados os dois pretos, por se sanar uma nulidade que havia quando foram a primeira vez sentenciados, tiveram sentença de morte. Foram para o Oratório.
		Sábado, 19 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, não pegaram os embargos, morreram enforcados.
		Quinta, 31 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, saiu sentenciado à morte Severino da Silva
		Sábado, 2 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça, não pegaram os embargos de Severino da Silva, saiu a padecer.
		Terça, 5 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 9 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 16 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 23 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Terça, 03 de outubro	Fui assistir a uma Junta de Justiça. Sentenciou-se à morte João Nogueira, Cabra
		Quinta, 05 de outubro	Fui assistir a uma Junta de Justiça, não pegaram os embargos de João Nogueira. Saiu a padecer. Sentenciou-se à morte o mulato José de Vedóia.

1753	14	Sábado, 7 de outubro	Fui assistir a uma Junta de Justiça, pegaram os embargos do Vedóia, foi degredado para Angola
		Quinta, 12 de julho	Fui ao Recife assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 14 de julho	Fui de Manhã assistir a uma Junta de Justiça.
		Terça, 17 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Quinta, 19 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 28 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 4 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Quinta, 9 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Terça, 14 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça; sentenciou-se à morte um negro
		Quinta, 16 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, não pegaram os embargos do preto que estava no Oratório
		Sexta, 17 de agosto	Não se enforcou nesse dia o negro, porque, constando que não estava batizado, e trabalhando-se para o reduzi-rem a receber este Sacramento o não quis admitir até a hora em que lhe lançaram a corda ao pescoço para sair a padecer, e como então é que pediu o Batismo e lho administraram, não podendo antes receber o Sagrado Viático, convocando à minha casa os Ministros, ficou deferida a execução para o dia seguinte.
		Sábado, 18 de agosto	Morreu enforcado o preto, com tão boa morte que deixou todo povo consolado e compungido
		Terça, 21 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, sentenciou-se à morte um preto
		Quinta, 23 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, pegaram os embargos do preto que estava no Oratório.
		Sábado, 25 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Quinta, 30 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.

1754	14	Sábado, 1 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Terça, 23 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 27 de julho	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Quinta, 5 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, sentenciou-se à morte um caboclo
		Sábado, 3 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, sentenciou-se o caboclo, sem embargo dos embargos.
		Quinta, 8 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Terça, 13 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 17 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Terça, 20 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, sentenciou-se à morte um mulato.
		Quinta, 22 de agosto	Fui assistir a uma Junta de Justiça, não pegaram os embargos do mulato.
		Sexta, 23 de agosto	Executou-se a sentença de força.
		Terça, 3 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça, sentenciou-se à morte um caboclo
		Quinta, 5 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça, não pegaram os embargos.
		Sexta, 6 de setembro	Executou-se a sentença de força
		Quinta, 12 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Sábado, 14 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça.
		Quinta, 19 de setembro	Fui assistir a uma Junta de Justiça, foi a última por este ano

Fonte: «Diário do governador Correia de Sá, 1749-1756» In *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. LVI, Recife, 1983, p. 95-248.

ANEXO 7

Lista dos réus sentenciados na Junta de Justiça de Pernambuco no ano de 1745

	Réu	Classificação étnica e jurídica	Proveniência	Crime	Sentença	Informação adicional
1	Félix da Costa	Pardo	Não informado	Morte feita a Antônio de Souza no sertão do Uca (?) da Capitania da Paraíba	Solto e livre, com declaração que não entraria mais na dita capitania	
2	Pascoal	Preto escravo	Não informado	Furto feito ao Alferes Manuel de Oliveira Azevedo	Solto e livre	Escravo de Antônio Dias da Conceição
3	José Salgado	Pardo escravo	Não informado	Morte feita nesta Vila do Recife a Joaquim da Costa	Sentença a seu favor	Escravo de Antônio da Silva Santiago
4	Narcisa da Cunha	Parda	Não informado	Furto que se fez a D. Isabel Pereira de Almeida	Solta e livre	
5	Alberto Pereira de Castro	Pardo	Não informado	Morte feita a José Domingues na Capitania do Ceará	Condenação de três anos para trabalhar nas obras públicas	
6	Carlos Gonçalves Reis	Preto escravo	Não informado	Furto feito a Antônio Luís dos Reis	Condenação de açoites pelas ruas públicas desta Vila e quatro anos de galés	Foi escravo de Domingos Gonçalves Reis
7	João	Preto escravo	Não informado	Furto feito ao Aferes Manuel de Oliveira	Condenação de açoites pelas ruas públicas e cinco anos de degredo para Galés	Escravo de Antónia Pita
8	Antônio	Preto escravo	Não informado	Furto feito ao Alferes Manoel de Oliveira Azevedo	Condenação de açoites pelas ruas públicas, e oito anos para galés e cinquenta mil réis para as despesas da mesma Junta, e que não pagando o dito seu Senhor esta quantia fosse o dito escravo adjudicado para os próprios (sic) de Sua Majestade	Escravo de Manuel João da Silveira
9	Matias Ferreira	Preto escravo	Não informado	Morte feita a Luís de Sousa na capitania do Rio Grande do Norte	Condenação de morte natural	Foi escravo de Francisco da Silva Maquines

10	Nazária Pereira	Índia de nação	Ceará	Culpada na devassa que se tirou no Ceará grande pela morte feita ao cabra João de Faria	Solta e livre e que pagasse as custas de seu livramento	
11	João da Silva	Crioulo forro	Não informado	Culpado na querela de rapto que dele deu Antônio de Souza Pacheco	Solto e livre condenado o Autor nas custas	
12	Josefa	Preta escrava	Não informado	Culpada na devassa que requereu o Alferes José Antônio Pereira pelo furto de uma sua negrinha	Solta e livre e pague do seu livramento	Escrava de João de Barros Penha
13	Manuel	Preto escravo	Não informado	Culpado na devassa da justiça pelo furto feito a Manuel Gomes	Condenado com açoites pelas ruas públicas e cinco anos para galés aonde se acha	Escravo de Manoel dos Santos
14	Antônio	Preto escravo	Não informado	Culpado na devassa ex-offício da justiça pelo furto feito ao Padre Frei Caetano religioso do Desterro	Solto e livre e pague as custas de seu livramento.	Escravo de Domingos Maciel da Silva
15	Pedro	Preto escravo	Não informado	Culpado na devassa que se tirou a requerimento de Dionísio Travassos pela morte feita a seu escravo José pescador	Solto e livre condenado o autor nas custas.	Escravo de Francisco Correia Barradas
16	Manuel	Crioulo escravo	Não informado	Culpado na querela de furto que dele deu Bernardo Gonçalves Lages	Condenado a morte natural em 20 do mesmo mês [maio] lhe foram recebidos os seus embargos em 22 do dito e condenado em pena de açoites e seis anos para Galés aonde se acha.	Escravo de Antônio Francisco da Silva
17	Francisco da Guarda	Pardo	Não informado	Culpado na devassa que ex-offício da justiça se tirou do furto da Coroa de prata de Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiro	Solto e livre e pague custas de seu livramento.	
18	Felipe	Preto escravo	Não informado	Culpado na devassa que ex-offício da justiça se tirou da morte feita no Ararobá à preta Jacinta Mendes	Condenado na pena de morte natural para sempre e separada a cabeça do corpo posta na forca para exemplo o que assim se executou sem embargo dos primeiros e segundos embargos.	Escravo de Bernardo de Bessa (?) de Carvalho
19	Antônio de Sequeira	Não informado	Paraíba	Culpado na devassa que ex-offício da justiça se tirou na dita cadeia pela morte feita à preta Francisca escrava do capitão Francisco de Melo Muni	Confirmada a sentença do Doutor ouvidor geral da dita cidade com declaração de que os três anos de degredo em que foi condenado para	

					um dos lugares de África o seria para o Reino de Angola.	
20	Cosme	Preto escravo	Não informado	Culpado na devassa que ex-ofício da justiça se tirou pelo furto feito a João Gonçalves Barroso	Condenado na pena de açoites e quatro anos para Galés aonde se acha.	Escravo de Josefa Lopes de Abreu
21	João	Preto escravo	Não informado	Culpado na devassa que ex-ofício da justiça se tirou pela morte feita à parda Antónia	Condenado na pena de açoites e galés para toda a vida aonde morreu.	Escravo de João Gonçalves da Silva
22	Pedro da Costa	Crioulo	Não informado	Culpado na devassa que ex-ofício da Justiça se tirou pelo furto feito a Sebastião [ilegível] Nunes	Condenado em degredo de três anos para o serviço das obras públicas onde se acha e nas custas dos autos.	Oficial de marceneiro. Foi escravo de Luís de Fragoa (?)
23	José Gomes de Melo	Não informado	Não informado	Crime de armas curtas	Sentença de açoites pelas ruas públicas, e dez anos de galés, e em cinquenta mil réis de condenação para cativos, e despesas da Junta	
24	Martinho Bezerra	Mameluco escravo	Não informado	Ferimento a Bernardo de Campos para o roubar e por vários furtos, pancadas e absurdos que fazia pelas estradas	Solto e livre	Escravo do sargento mor Francisco da Silva Coelho
25	Antônio Lopes da Silva	Mameluco	Não informado	Culpado na morte feita a José Velho	Solto e livre	
26	Inácio	Não informado	Não informado	Morte feita a Manuel de Oliveira	Solto e livre	Escravo do capitão Paulo Figueiredo
27	Antônio Fernandes	Mulato escravo	Não informado	Furto de uns cavalos	Açoites pelas ruas públicas e em oito anos de degredo para Galés	Escravo de Matias Rodrigues Lima
28	Francisco	Preto escravo	Não informado	Morte feita a Teresa Gomes	Açoites com barão e pregão pelas ruas públicas e dez anos para Galés	Escravo de Nazrº Marques
29	Miguel Velho e Valentino Nunes	Preto forro	Não informado	Furto de uma besta	Soltos e livres	
30	João mina e João arda	Não informado	Não informado	Morte, que resultou de umas pancadas, que deram no escravo João de Manuel Pinto do Rego	Absolvição do crime, e condenados os senhores dos ditos escravos em 20 cruzados para o autor, ou entregarem os escravos <i>pro noxa</i> [por dano].	Escravos dos Cláudio Brandão Malheiros e Felipe da Cruz
31	José	Preto escravo	Não informado	Rapto da parda Clara Pessoa	Açoites com barão e pregão pelas ruas publicas, e oito anos para Galés	Escravo de Dionísia Pereira

32	Simão da Costa	Índio	Não informado	Indução de fuga e adultério	Solto e livre	
33	Amaro Valcacer de Moraes	Pardo	Não informado	Morte feita a Luiz Pereira da Silva	Por acórdão em junta se determinou se passassem as ordens para virem as devassas que do dito caso se haviam de tirar pelo juízo ordinário onde se formou a culpa	
34	Bonifácio da Silva	Pardo	Não informado	Furto feito a Manuel de Brito (?) e João Dantas	Açoites barão e pregão pelas ruas publicas e em dez anos para Benguela, e na satisfação do valor do furto	Executou-se a sentença enquanto açoites e não enquanto ao degredo por falta de embarcação.
35	Maria do Ó	Parda	Não informado	Pancadas dadas em Teresa de Jesus de que procedera abortar	Por acórdão da Junta se mandou que a ré seja presa e recolhida à cadeia	
36	Anacleto, Domingos e Francisco		Não informado	Furto feito a Tomásia da Conceição	Absolvidos os réus Anacleto e Francisco e o réu Domingos condenado em dois anos de degredo para galés que se não executou por morte na cadeia.	Escravos do Ajudante Brás da Silva
37	José	Preto escravo	Não informado	Uso de armas curtas	Solto e livre	Escravo do Vigário do Ceará
38	Luís Gomes	Não informado	Não informado	Morte de Maria da Anunciação	Condenado a que com barão e pregão fosse açoitado pelas ruas públicas e dez anos de degredo para benguela	
39	João de Veras, e sua mulher	Não informado	Não informado	Culpado por querela de induzimento e furto de um escravo de Gonçalo Mendes	Absolutos de culpa e pena com direito reservado contra o Autor para perdas e danos.	
40	Manuel Dias	Pardo escravo	Não informado	Furto aos Padres da Companhia	Absolvição de toda culpa e pena.	Escravo de Marinho Ferreira
41	João Barbosa	Pardo	Não informado	Morte de Maria de Anunciação	Absoluto de culpa e crime	
42	João Lopes	Pardo	Não informado	Furto feito na Igreja de São Gonçalo	Absolvido de culpa e pena	
43	André Gomes	Preto	Não informado	Furto na capela de Santa Apolônia	Absoluto de toda culpa e pena.	
44	Lourenço	Pardo	Não informado	Crime de armas curtas e arrombamento e fuga da cadeia pública	5 anos de degredo para Benguela	Escravo de Antônio Francisco
45	Inês	Preta escrava	Não informado	Furto feito a Ana Maria	Dois anos de degredo para a capitania do Ceará	Escrava de Cosme Pereira Façanha (?)

46	Antônio	Preto escravo	Não informado	Morte do escravo de Luiz da Silva	Absoluto de culpa e pena	Escravo dos herdeiros de Francisco Alemão
47	Luís	Preto escravo	Não informado	Furto a Tomásia da Conceição	Pena de açoites e dez anos de degredo para Galés	Escravo do Padre Apolinário Rebel
48	Teresa	Preta escrava	Não informado	Furto no Colégio desta vila	Absoluta de culpa e pena	Escrava de João Pereira Torres
49	Lourenço	Preto escravo	Capitania de Itamaracá	Furto de uma escrava de Sebastião Rodrigues	Absoluto de culpa e pena	Escravo preto de Miguel Alvares de Paiva
50	José	Preto escravo	Não informado	Furto feito a João Gomes de Souza	Açoites pelas ruas públicas com baraço e pregão e 4 anos para galés	Escravo de Pedro Mariano
51	Leandro	Pardo escravo	Não informado	Furto feito a Ana Maria	3 anos de serviço para as obras públicas e 30 cruzados para as despesas da junta	Escravo de Mariano de Almeida
52	José Dias	Pardo	Não informado	Furto feito aos Reverendos Padres da Companhia	Açoites pelas ruas públicas e 3 anos de degredo para as galés	
53	Capitão Antônio Luiz	Pardo	Ceará	Morte feita a Caetano da Silva na Capitania do Ceará grande	Solto e livre	
54	Gonçalo Bezerra Monteiro	Pardo	Não informado	Manuel Gomes Veigas	Acórdão da Junta em segredo que passasse ordem para este réu ser recolhido à cadeia para dela ouvir a sentença	
55	Gabriel Cordeiro do Vale	Não informado	Ceará	Armas curtas	Remetido para Angola	
56	Francisco	Preto escravo		Furto	Um ano de degredo para o serviço das obras públicas	Escravo de Lourenço Francisco Braga

Fonte: Quadro elaborado a partir da lista dos réus emitida pelos tabeliães da capitania de Pernambuco e contida em AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 67, D. 5673.

ANEXO 8
Formação e matrícula em *Instituta* dos ouvidores das
comarcas da Paraíba e de Pernambuco

OUVIDORES DA PARAÍBA	Formação	Instituta	OUVIDORES DE PERNAMBUCO	Formação	Instituta
Diogo Rangel de Castelo Branco	Cânones	-	Manuel Ferreira da Costa	Cânones	-
Cristóvão Soares Reimão	Cânones	1674	José de Sá de Mendonça	Leis	-
Manuel Velho de Miranda	Cânones	-	Inácio de Moraes Sarmento	Cânones	-
Gonçalo de Freitas Baracho	Cânones	1688	Manuel da Costa Ribeiro	Cânones	1670
Jerônimo Correia do Amaral	Cânones	1691	João Guedes de Sá	Cânones	1673
Francisco Pereira da Costa	Cânones	-	José Inácio de Arouche	Cânones	1689
Manuel da Fonseca e Silva	Cânones	1710	João Marques Bacalhau	Cânones	1697
João Nunes Souto	Cânones	-	José de Lima e Castro	Cânones	-
Tomás da Silva Pereira	Cânones	1708	Fernando Luiz Pereira	Cânones	1699
Jorge Salter de Mendonça	Leis	1721	Francisco Lopes de Carvalho	Cânones	1707
Inácio de Sousa Jácome Coutinho	Cânones	-	Manuel do Monte Fogaça	Cânones	1697
António Ferreira Gil	Cânones	1724	Antônio Rodrigues da Silva	Leis	1703 e 1704
João Carlos Fontoura	Cânones	1723	Bento da Silva Ramalho	Cânones	1701
José Ferreira Gil	Cânones	1731	Antônio Rebelo Leite	Cânones	-
Domingos Monteiro da Rocha	Cânones	1730	Francisco Correia Pimentel	Cânones	1722
João Rodrigues Colaço	Cânones	-	Francisco Pereira de Araújo	Leis	-
José Januário de Carvalho	Cânones	1749	João Bernardo Gonzaga	Leis	1726
Luís de Moura Furtado Quintanilha	Leis	-	Bernardo Coelho da Gama e Casco	Cânones	1728
Sebastião José Rebelo de Gouveia e Melo	Cânones	1760	João Marcos de Sá Barreto [Soutomaior]	Leis	-
Manuel José Pereira Caldas	Leis	1763	José Teotônio Cedron Zuzarte	Leis	-
António Filipe Soares de Andrada Brederode	Leis	-	Francisco José de Sales	Cânones	1756
Gregório José da Silva Coutinho	Leis	-	Antônio José Pereira Barroso	Cânones	1769
			Antônio Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem	Leis	-
			José Teotônio de Campos	Cânones	1766
			Antônio Luís Pereira da Cunha	Leis	-
			José Joaquim Nabuco	Leis	-

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra (registros de matrículas); Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leituras de Bacharéis e Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 10856, fls. 58vs, 119, 126vs, 163vs, 182, 234, 268 e 285.

ANEXO 9
Concursos para os lugares de ouvidor-geral da Paraíba e de Pernambuco

Paraíba

O asterisco* indica o opositor nomeado

Concurso:	Ouvidor da Paraíba (criado de novo)	Data da consulta	13/02/1687
Opositores	Informação	Data da nomeação	28/04/1687
Diogo Rangel de Castelo Branco*	Natural desta cidade. Suficiente estudante, Leu no Desembargo do Paço por todos que leu em 10 de julho de 1670. Há 26 (?) anos serviu de juiz de fora de Vila Nova de Cerveira e do crime desta cidade e dos órfãos com predicamento de correição de que deu duas residências a última em 15 de maio de 1685, dizendo-se nela procedeu bem, com acerto e bom acolhimento às partes e porque este Bacharel assim pelos lugares que tem servido e ano que [ilegível] está a acabar uma correição de primeiro banco vendo Vossa Majestade servido nomear neste lugar lhe deve fazer mercê que acabado o triênio e dando boa residência seja provido em um lugar de Desembargador da Bahia.		
João da Rocha	Natural de Bragança. Medíocre estudante. Leu no Desembargo do Paço por todos que leu em 14 de outubro de 1681. Há cinco anos e quatro meses [ilegível] para o que foi dispensado. Serviu de juiz de fora de Outeiro de que deu boa residência em 8 de julho de 1686.		
Francisco Lopes da Silva	Natural da Vila do Conde. Foi suficiente estudante. Leu no Desembargo do Paço por todos que leu em 16 de maio de 1682. Há 4 anos e 9 meses.		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Maço 1876		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	24/01/1695
Opositores	Informação	Data da nomeação	17/02/1695
Cristóvão Soares Reimão*	Natural de Penafiel. Foi suficiente estudante. Leu no Desembargo do Paço por três votos bem e por um que leu em 5 de abril de 1686. Há 8 anos e 9 meses serviu de juiz de fora de Silves e de Avis de que deu boas residências, a última em 20 de abril de 1694 dizendo-se nela serviu bem com satisfação.	Obs: também concorreu, à mesma data, ao lugar de ouvidor do Estado do Maranhão	

		(ANTT/DP/RJDM/Mç. 1889)	
Mateus Dias da Costa	Natural desta cidade. Foi suficiente estudante. Leu no Desembargo do Paço por 4 votos que leu e por dois que fosse à universidade por mais dois anos, em 10 de maio de 1679. Há 15 anos e 8 meses serviu de juiz de fora de Amarante e de Melgaço e de juiz dos órfãos da cidade de Beira de que deu boas residências, a última em 22 de outubro de 1693 dizendo-se nela haver servido bem com satisfação e limpeza.		
José de Siqueira	Natural de Barreiro. Foi suficiente estudante. Leu no Desembargo do Paço por 5 que leu e por um bem, em 9 de agosto de 1683. Há 5 anos e 5 meses serviu de juiz de fora de Mourão de que deu boa residência em 12 de setembro de 1694 dizendo-se nela serviu bem com satisfação.		
Referência:	ANTT/DP/RMJD/Maç 1890		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	27/07/698
Opositores	Informação	Data da nomeação	07/11/698
José Carvalho de Abreu*	Natural de Lamego, bom estudante, bem procedido, leu no Desembargo do Paço bem em 18 de setembro de 687. Que há dez anos serviu de JF de Sesimbra e de Viana de que deu boas residências, a última em 30 de janeiro de 696, dizendo-lhe nela serviu bem com satisfação.		
Gaspar da Silva Reis	Natural de Lisboa, suficiente estudante, leu no DP e foi aprovado em 12 de fevereiro de 683. Que há 14 anos e 7 meses serviu de JF de Torres Novas, e de Benavente de que deu boas residências, a última em 12 de setembro de 697 dizendo-se nela serviu bem com satisfação.		
João Pinto Lobato	Natural de Borba, muito bom estudante, leu no DP muito bem em 28 de fevereiro de 690. Que há 8 anos e 8 meses serviu de JF de Elvas e de ouvidor do Crato cuja residência se remeteu a Relação [ilegível] e foi sentenciada em dois anos de suspensão e 30 mil réis para as despesas e foi aliviado da suspensão que no mais se cumprisse a sentença em 12 de agosto de 697.		
Joseph Botelho Siqueira	Natural da Guarda, suficiente estudante, bem procedido, leu no DP por dois votos bem e por dois que leu em 17 de setembro de 689. Que há nove anos serviu de JF do Crato e da Ilha de São Miguel de que deu boas residências, a última em 28 de junho de 698 dizendo-se nela serviu bem e com limpeza.		
Luís Mendes de Oliveira Portugal	Natura do Porto, medíocre estudante, leu no DP e foi aprovado em 24 de outubro de 682. Que há 16 anos [ilegível] um mês serviu de JF de Caminha e de Viana de que deu boa residências, a última em 12 de julho de 692, dizendo-se nele serviu bem com limpeza e satisfação.		

Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1891		
Observação:	José Carvalho de Abreu não assumiu o lugar de ouvidor da Paraíba		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	11/08/1701
Opositores	Informação	Data da nomeação	12/09/1701
Manuel Velho de Miranda*	Natural de Lisboa, bom estudante, leu no DP bem em 7 de junho de 690. Que há 11 anos e dois meses serviu de JF de Castelo de Vide e de Évora, de que deu boas residências, a última em 27 de abril de 1700 dizendo-se nela serviu bem e com satisfação.		
José Franco	Natural de Faro, suficiente estudante, leu no DP e foi aprovado por quatro votos, e por um reprovado em 31 de janeiro de 692. Que há 9 anos e 7 meses serviu de JF de Coruche e de Loulé de que deu boas residências a última em 29 de abril de 1701.		
Manuel da Silva Pereira	Natural de Barcelos, suficiente estudante, leu no DP e foi aprovado em 9 de junho de 691. Que há 10 anos e dois meses serviu de JF de Melgaço e de Vila Real de que deu boa residências, a última em 12 de maio de 1700.		
Manuel Tavares Pinheiro	Natural de Covilhã, suficiente estudante, bem procedido, leu no DP e foi aprovado em 24 de março de 685 que há 17 anos e 5 meses para o que foi dispensado e fez termo. Serviu de JF de Aveiro e de Abrantes de que deu boas residências, a última em 8 de janeiro de 695 dizendo-se nela serviu bem com limpeza e satisfação.		
Francisco Alexandre	Natural de Palmela, suficiente estudante, leu no DP e foi aprovado em 27 de novembro de 694. Que há 6 anos e 9 meses serviu de JF de Montemor-o-Velho de que deu boa residência em 12 de maio de 1700		
Diogo de Azeredo Coutinho	Natural do Rio de Janeiro, suficiente estudante, leu no DP 2ª vez e foi aprovado em 11 de março de 695 que há 6 anos e 5 meses serviu de JF de Aldeia Galega de que deu boa residência em 21 de janeiro de 1701.		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1892		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	09/05/1714
Opositores	Informação	Data da nomeação	13/07/1714
José de Lima de Castro	Natural do Porto, Doutor na Faculdade de Leis, suficiente estudante, leu por um voto bem e por outro que foi aprovado em 11 de maio de 1703. Serviu de JF de Chaves e da Guarda de que deu boas residências, a última em 14 de março de 1714.	Nomeado ouvidor de Pernambuco em 1715	
João Vilela do Amaral	Natural de Castelo Branco, suficiente estudante, leu e foi aprovado em 27 de outubro de 1705. Serviu de ouvidor de Ourém de que deu boa residência em 01 de abril de 1710.		
José Correa do Amaral	Natural do Rio de Janeiro, suficiente estudante, leu e foi aprovado em 10 de outubro de 1703. Serviu de JF de Valença e dos órfãos nesta Cidade de que deu boas residências a última em 15 de junho de 1712 e foi reconduzido no mesmo lugar que está exercitando.		

Referência:	ANTT/RJDM/Mç. 1897		
Observação:	O nomeado foi Tomé da Gomes Pereira, que não assumiu por ter sido nomeado Desembargador da Relação de Goa e em razão disto fez-se novo concurso em 1715.		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	08/04/1715
Opositores	Informação	Data da nomeação	10/04/1715
Francisco Pereira*	Natural de Lisboa, bom estudante, leu por todos que leu em 30 de janeiro de 1715, "visto não haver bacharel de lugar servido, e que possa consultar-se a Vossa Majestade"		
Manuel Francisco de Aguiar	Natural de Covilhã, bom estudante, leu e foi aprovado em 05 de maio de 1714.		
João Cardim da Silva	Natural da Bahia, bom estudante, leu por quatro que leu e por um que vá à Universidade um ano, em 06 de fevereiro de 1715.		
Referência:	ANTT/RJDM/Mç. 1897		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	23/12/1732
Opositores	Informação	Data da nomeação	19/02/1733
João Rodrigues Campelo	Natural de Pernambuco, foi bom estudante, leu por todos que leu em 19 de setembro de 1722. Serviu de juiz de fora da Feira de Ourique de que deu boa residência, a última em 7 de setembro de 1732		
Marinho Teixeira Homem	Natural de Ervões, bom estudante, leu por dois votos muito bem e por dois bem em 16 de março de 1728. Serviu de juiz de fora de Montalegre, de que deu boa residência em 28 de março de 1732		
Francisco de Lima e Silva	Natural da Ilha da Madeira, bom estudante, leu por todos em 7 de agosto de 1732 para o que foi dispensado em que fez termo		
Observação:	Foi nomeado Jorge Salter de Mendonça		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1903		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	24/01/1738
Opositores	Informação	Data da nomeação	23/03/1739
Inácio de Souza Jácome*	Natural da Ilha de Santa Maria, bom estudante, leu bem por dois votos e por dois muito bem, em 13 de fevereiro de 1727, serviu de JF do Rio de Janeiro de que deu boa residência em 02 de janeiro de 1732.		

Paulo Pinto da Costa	Natural do lugar de Espadanado, comarca de Bragança, bom estudante, leu bem por todos em 17 de maio de 1731, serve de JF de Redondo, e se acha dispensado por Vossa Majestade para ser opositor neste concurso.		
Pedro Borges Bettencourt	Natural da Ilha de São Miguel, bom estudante, leu bem por todos em 18 de junho de 1734.		
José Gregório Ribeiro	Natural da Cidade de Leiria, bom estudante, leu muito bem por todos em 26 de junho de 1732, para o que foi dispensado, serve de JF de Cintra, de que deu boa residência em 26 de novembro de 1737.		
José Nunes Graces	Natural da cidade do Porto, bom estudante, leu bem por todos, em três de março de 1733.		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1904		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	23/01/1743
Opositores	Informação	Data da nomeação	26/10/1743
João Ferreira Cardoso de Oliveira	Natural de Cogula, foi na universidade bom estudante, leu no DP bem por todos em 19 de agosto de 1734, serviu de JF do Crato, de que deu boa residência em 17 de julho de 1742		
João Libório de Figueiredo	Natural de Candosa, bom estudante, leu no DP por três votos bem e por um muito bem em 17 de outubro de 1742		
Joaquim Alves Moniz	Natural de Lisboa, foi na universidade bom estudante, leu no DP bem por todos em 31 de agosto de 1735 para o que foi dispensado, serviu de JF de Sesimbra e de ouvidor de Azeitão, de que deu boas residências, a última em 18 de setembro de 1742		
António Ferreira Gil*	Natural de Lisboa, bom estudante, leu por um voto bem e por outro muito bem em cinco de junho de 1732, serviu de JF de Alter do Chão e de Ouvidor de Bragança, de que deu boa residência, a última em 11 de outubro de 1742.	Obs: Também concorreu, na mesma data, ao concurso de ouvidor do Rio de Janeiro (ANTT/DP/RJDM/Mç. 1905)	
Matias Pinheiro da Silveira	Natural de Leiria, bom estudante, leu bem por todos em 01 de abril de 1734, serviu de JF de Sertã, de que deu boa residência em 17 de fevereiro de 1739		
João da Fonseca da Cruz	Natural de Aveiro, bom estudante, leu bem por todos em 21 de julho de 1730. Serviu de JF de Caminha e de Miranda, de que deu boa residência a última em três de novembro de 1742.		
João Bernardo Gonzaga	Natural do Rio de Janeiro, bom estudante, leu no DP bem por todos em 24 de outubro de 1733. Serviu de JF de Monte Alegre, de que deu boa residência em 12 de outubro de 1742	Obs: Também concorreu no mesmo ano a juiz de fora do Rio de Janeiro (ANTT/DP/RJDM/mç. 1905). Em 1751 foi	

		nomeado ouvidor de Pernambuco	
Luís Antônio Rosado	Natural de Guimarães, bom estudante, leu no DP bem por todos em 24 de julho d 1733, serviu de JF de Montemor o velho, de que deu boa residência em 20 de dezembro de 1737		
João de Sousa Felgueiras	Natural de Viana do Minho, foi bom estudante, leu muito bem por todos em 27 de outubro de 1741.		
Filipe Pedroso da Crus	Natural da Covilhã, bom estudante, leu no DP bem por todos em 20 de junho 1729, serviu de juiz de fora de Castelo Novo, de Ourique, de que deu boas residências, a última em [ilegível] de julho de 1742.		
Mateus Nunes José de Almeida	Natural de Lisboa, bom estudante, leu no DP bem por todos e, 13 de setembro de 1731, para o que foi dispensado, serviu de JF da Vila Nova de Portimão, de que deu boa residência em 28 de março de 1738.		
Referência	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1905		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	11/12/1747
Opositores	Informação	Data da nomeação	29/07/1748
Pedro Borges Bettencourt e Sá	Natural da Ilha de São Miguel, bom estudante, leu bem por todos em 18 de junho de 1734. Serviu de juiz de fora de Niza de que deu boa residência em 02 de maio de 1744.		
Clemente Nunes Ferreira	Natural da Vila de Setúbal, bom estudante, leu bem por todos em 18 de janeiro de 1735 para o que foi dispensado. Serviu de juiz de fora da Vila Nova de Portimão de que deu boa residência em 10 de maio de 1743.		
João Carlos Fontoura*	Natural da freguesia de Branca comarca de Esgueira, foi bom estudante, leu bem por todos em 07 de julho de 1734. Serviu de juiz de fora de Penamacor de que deu boa residência em 19 de janeiro de 1745.	Obs.: Também concorreu ao concurso de ouvidor do Rio de Janeiro (1745) e ao de ouvidor das Alagoas (1747). ANTT/DP/RJDM/Mç. 1906 e 1907.	
Referência:	ANTT/RJDM/Mç. 1907		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	10/12/1749
Opositores	Informação	Data da nomeação	09/01/1750
Manuel Luís Pereira de Melo	Foi na universidade bom estudante, leu no Desembargo do Paço bem por todos em seis de maio de 1735, serviu de juiz de fora da Ilha de São Miguel de que deu boa residência em quinze de novembro de 1742.		

Antônio Luís Pargana	Foi na universidade bom estudante, leu no Desembargo do Paço bem por todos em seis de setembro de 1736, serviu de juiz de fora de Silves de que deu boa Residência [falta informação do dia] de outubro de 1749		
Sancho de Andrade Magalhães e Lanções	Foi na universidade bom estudante, leu no Desembargo do Paço por três votos bem e por um que leu em 14 de março de 1739, serviu de juiz de fora do Faro de que deu boa residência em 13 de dezembro de 1742.		
José Ferreira Gil*	Foi na Universidade bom estudante, leu no Desembargo do Paço bem por todos em seis de março de 1739, serviu de juiz de fora de Torres Novas de que deu boa residência em 10 de março de 1745.		
Referência:	Ministério do Reino/mç. 333/Cx. 446		

Concurso:	Ouvidor da Paraíba	Data da consulta	09/07/1777
Opositores	Informação	Data da nomeação	30/12/1777
Sebastião José Rebelo de Gouveia e Melo*	Bom estudante, leu muito bem por um e bem por três em sete de julho de 1768, serviu de Juiz dos órfãos de Beja, e deu boa residência em 22 de março de 1777	Obs: Também concorreu, à mesma data, ao lugar de ouvidor do Mato Grosso (ANTT/DP/RJDM/Mç. 1913)	
José António dos Santos Franco	Bom estudante, leu muito bem por todos em oito de outubro de 1771, serviu de JF de Alenquer e deu boa residência em o primeiro de agosto de 1776		
Doutor Jacinto Ribeiro da Silva	Bom estudante, leu bem por um voto e por dois leu em oito de agosto de 1753, serviu de JF de São João da Pesqueira e deu boa residência em 07 de outubro de 1771.		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1913		

Pernambuco

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	23/12/688
Opositores	Informação	Data da nomeação	23/12/688

José de Sá de Mendonça*	Natural da Cidade da Guarda, consta por informação da Universidade que foi suficiente estudante. Leu no Desembargo do Paço por todos que leu em 15 de dezembro de 1698, que há 10 anos serviu de juiz de fora de Numão, e de Auditor de Trás-os-Montes de que deu boa residências, a última em 6 de agosto de 687 dizendo-se nela servia bem com limpeza e satisfação e sendo Vossa Majestade servido nomear a este ministro deve Vossa Majestade ser servido, visto ter dois lugares servidos com bom procedimento e ser homem nobre que dando boa residência seja provido no lugar que estiver vago ou o primeiro que vagar na Relação da Bahia.		
João Coronel	Natural desta cidade, consta por informação da Universidade que foi medíocre, leu no Desembargo do Paço e foi aprovado em 20 de setembro de 681 que há 2 anos e três meses serviu de juiz de fora de cabeça de vide de que deu boa residência em 15 de setembro (?) de 1688 dizendo-se nela serviu bem com limpeza e satisfação.		
Francisco Serqueira Vaz	Natural dos Arcos, consta por informação da universidade que foi suficiente, leu no Desembargo do Paço por três votos que leu e por um que leu bem em 4 de novembro de 683 que há cinco anos e um mês serviu de juiz de fora de Niza de que deu boa residência em 22 de outubro de 688 dizendo-se nela serviu com limpeza.		
Observação:	Nomeia a José de Sá de Mendonça na forma que a Mesa aponta e querendo este ministro vir antes para o Reino se lhe dará um lugar de primeiro banco de corregedor ou provedor.		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Maço 1887		

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	19/08/1694
Opositores	Informação	Data da nomeação	16/10/1694
Inácio de Moraes Sarmiento*	Natural de Prozelo termo de Vinhais consta por informação da universidade que foi licenciado por exame privado, bom estudante e bem procedido, leu no Desembargo do Paço bem em 22 de agosto de 690. Serviu de ouvidor da cidade de Bragança de que deu boa residência em 3 de agosto de 694 dizendo-se nela serviu com muita limpeza de mãos, muito zelo e inteireza na administração da justiça, bom acolhimento às pares e expedição nos despachos.		
Diogo Pacheco de Carvalho	Natural de Trancoso, consta por informação da universidade que foi suficiente estudante, leu no DP por todos bem em 12 de fevereiro de 677, que há 17 anos e 6 meses serviu de juiz de fora de Castelo Rodrigo e de Pinhel de Superintendente do Tabaco no Algarve de que deu boas residências, a última em 8 de agosto de 692, dizendo-se nela haver servido bem com limpeza e satisfação, bom acolhimento às partes e inteireza na administração da justiça.		

Antônio Pinto de Areda	Natural de Arraiolos consta por informação da Universidade que foi suficiente estudante, leu no DP e foi aprovado em 28 de março de 680, que há 14 anos e cinco meses serviu de juiz de fora de Moncaras e de Castelo Branco e de ouvidor de Azeitão de que deu boas residências, a última em 23 de setembro de 692 dizendo-se nela haver servido bem com muita limpeza de mãos, bom acolhimento às pares, despachando os feitos com muita expedição.		
Cristóvão Soares Reimão	Natural de Penafiel, consta por informação da universidade que foi suficiente estudante, leu no Desembargo do Paço por três votos bem e por um que leu em 5 de abril de 686, que há oito anos e quatro meses serviu de juiz de fora de Silves, e de Avis de que deu boas residências a última em 20 de abril de 694 dizendo-se nela serviu bem com satisfação.	obs: Concorreu para ouvidor da Paraíba em 1695, sendo nomeado	
Francisco Rodrigues de Aguiar	Natural de Castelo Branco consta por informação da Universidade que foi medíocre estudante, leu no DP e foi aprovado em 06 de outubro de 682 que há 17 anos e 10 meses serviu de juiz de fora de Beja e ouvidor da mesma cidade de que deu boas residências, a última em 13 de janeiro de 693 dizendo-se nela serviu bem com satisfação.		
Referência	ANTT/DP/RJDM/Maço 1887		

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	26/04/1708
Opositores	Informação	Data da nomeação	?/04/1708
Jerônimo Correa do Amaral	Natural de Vila Real, suficiente estudante, leu no DP e foi aprovado em 09 de agosto de 1702, serviu de JF de Monte Alegre de que deu boa residência em 30 de agosto de 1706.	obs: Foi nomeado ouvidor da Paraíba em 1709	
Francisco de Souza de Moraes	Natural de Torres Novas, suficiente estudante, leu no DP segunda vez e foi aprovado por dois votos e por três que leu bem em 18 de novembro de 1700. Serviu de JF de Mourão de que deu boa residência em 23 de outubro de 1705.		
Gaspar Pimenta do Avelar	Natural de Torres Novas, suficiente estudante, leu no DP segunda vez e foi aprovado em dezessete de dezembro de 1701, serviu de JF de Ourém de que deu boa residência em o primeiro de julho de 1706 e esta se reformou por carta do secretário Diogo de Mendonça Corte Real.		
Observação:	Foi nomeado Miguel Monteiro Bravo, mas pediu dispensa para concorrer a um lugar de Desembargador da Relação de Goa		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1895		

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	13/?/1710
Opositores	Informação	Data da nomeação	18/07/1710

João Lopes Loureiro	Natural de São Tiago de Encouros, suficiente estudante, leu por quatro votos bem e por três que leu em 26 de junho de 1692. Serviu de JF de Esposende que foi criar de novo e de ouvidor de Barcelos de que deu boas residências, a última em 20 de setembro de 1709.		
Luís Pereira da Silva	Natural de Coimbra, doutor em cânones, suficiente estudante e bem procedido, leu em 14 de outubro de 1703, serviu de JF de Loulé de que deu boa residência em 28 de janeiro de 1709.		
Rodrigo Homem de Brito	Natural do Fundão, suficiente estudante, leu 2ª vez e foi aprovado em sete de fevereiro de 1703. Serviu de JF de Lafões de que deu boa residência a última em 15 de julho de 1709.		
Manuel Ferreira de Carvalho	Natural de Setúbal, bom estudante, leu bem em 18 de agosto de 1696, serviu de JF de Albufeira e de ouvidor de Faro de que deu boas residências, a última em 21 de dezembro de 1705.		
Eusébio da Costa de Figueiredo	Natural da Bahia, suficiente estudante, leu e foi aprovado em 11 de fevereiro de 1695, serviu de JF de Alter do Chão, de Golegã e de Leiria de que deu boas residências, a última em 12 de agosto de 1709.		
Observação:	Foi nomeado João Marques Bacalhau		
Referência	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1896		

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	09/05/1714
Opositores	Informação	Data da nomeação	13/07/1714
Tomé Gomes Moreira	Natural de Lisboa, doutor em leis, bom estudante.		
José de Lima e Castro*	Natural do Porto, Doutor na Faculdade de Leis, suficiente estudante, leu por um voto bem e por outro que foi aprovado em 11 de maio de 1703. Serviu de JF de Chaves e da Guarda de que deu boas residências, a última em 14 de março de 1714.		
João Vilela do Amaral	Natural de Castelo Branco, suficiente estudante, leu e foi aprovado em 27 de outubro de 1705. Serviu de ouvidor de Ourém de que deu boa residência em 01 de abril de 1710.		
Referência	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1897		

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	22/06/1733
Opositores	Informação	Data da nomeação	19/10/1733
João da Mata e Vasconcelos	Natural de Tomar, bom estudante, leu bem por dois votos e por um que leu em dois março de 1730, serviu de juiz de fora de Torres Novas de que deu boa residência em onze de junho de 1733.		

Veríssimo Antônio da Silva	Natural de Carcavelos termo de Penela, bom estudante, leu bem por todos em treze de agosto de 1727. Serviu de juiz de fora de Faro de que deu boa residência em seis de junho de 1733.		
Inácio de Sousa Jácome	Natural da Ilha de Santa Maria, bom estudante, leu bem por dois votos e por dois muito bem em 13 de fevereiro de 1727, Serviu de juiz de fora do Rio de Janeiro de que deu boa residência em dois de janeiro de 1732.	Obs.: Foi ouvidor nomeado ouvidor da Paraíba em 1739	
Agostinho Pacheco Telles	Natural da Quinta do Sobreiro, bom estudante, leu por três votos muito bem e por um que leu em dez de novembro de 1723, serviu de juiz de fora de Braga e de Auditor geral da Província do Minho de que deu boa residência a última em sete de fevereiro de 1733.		
Simão Vaz Borges	Natural da Guarda, bom estudante, leu bem por cinco votos e por dois que leu em dezessete de outubro de 1720, serviu de juiz de fora de Soure e de Castelo Rodrigo de que deu boa residência a última em 28 de maio de 1733.		
Vitoriano Pinto da Costa	Natural de Pomares, bom estudante, leu bem por todos em 27 de agosto de 1726, serviu de juiz de fora de Azurara de que deu boa residência em três de janeiro de 1733		
Observação:	Foi nomeado Bento da Silva Ramalho		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1903		

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	10/03/1745
Opositores	Informação	Data da nomeação	19/04/1747
Francisco Pereira de Araújo*	Natural da freguesia de São Mamede da Caniçada, que foi na Universidade bom estudante leu no DP por três votos bem e por dois muito bem em onze de setembro de 1728, serviu de JF de Amarante, e de ouvidor da Comarca da Feira, de que deu boas residências, a última em quatro de fevereiro de 1745.		
Francisco Marcelino de Gouveia	Natural de Lisboa, bom estudante, leu no DP bem por todos em 15 de abril de 1734, serviu de JF de Campo Maior, de que deu boa residência em dois de agosto de 1742		
Francisco Ângelo Leitão	Natural de Lisboa, bom estudante, leu no DP por todos em quatro de setembro de 1736, serviu de juiz do crime do Bairro Alto de que deu boa residência em três de setembro de 1742.		
Manuel Luís Pereira	Natural do Porto, bom estudante, leu no DP bem por todos em [ilegível] de maio de 1735, serviu de JF da Ilha de São Miguel de que deu boa residência em 15 de novembro de 1742.		
Referência:	ANTT/DP/RJDM/Mç. 1906		

Concurso:	Ouvidor de Pernambuco	Data da Consulta	05/06/1752
------------------	-----------------------	-------------------------	------------

Opositores	Informação	Data da nomeação	s/d
Salvador Jorge Vaz	Natural das Lapas [Torres Novas], foi na universidade bom estudante, leu no Desembargo do Paço por três votos muito bem em 10 de outubro de 1742, serviu de juiz de fora de Loulé de que deu boa residência em 16 de março de 1751.		
Bartolomeu da Maia Coimbra	Natural de Fafe comarca de Guimarães, foi na universidade bom estudante, leu no Desembargo do Paço bem por todos em 27 de outubro de 1740, serviu de juiz de fora de Idanha-a-Nova deu boa residência em 15 de abril de 1751.		
Vitorino Soares Barbosa	Natural desta cidade, foi na universidade bom estudante, leu no desembargo do Paço por um voto bem e por dois que leu em 13 de janeiro de 1741 (?) para o que foi dispensado, serviu de juiz de fora de Mourão, e de ouvidor de Azeitão, deu boas residências, a última em 5 de dezembro de 1750.		
Bartolomeu Vieira de Castro	Natural do Porto, foi na universidade bom estudante, leu no Desembargo do Paço bem por todos em 18 de março de 1739, serviu de juiz de fora de Cabeça de Vide de que deu boa residência em 24 de novembro de 1750.		
Observação:	Foi provido ouvidor a Gonzaga [João Bernardo Gonzaga, que foi votado na consulta de corregedor da comarca de Miranda]		
Referência:	Ministério do Reino/Consultas do DP/Maço 333/Caixa 446		

Anexo 10

Juízes sindicantes das residências dos ouvidores da Paraíba e de Pernambuco

Ouvidores da Paraíba	Juiz sindicante	Cargo do juiz sindicante	Referência
Diogo Rangel de Castelo Branco	Belchior Ramires de Carvalho (1692)	Desembargador Relação da Bahia	AHU, Códice 256, fl. 130-130vs AHU, Códice 256, fl. 191
	Cristóvão Soares Reimão (1695)	Sucessor	
Cristóvão Soares Reimão	Manuel Velho de Miranda	Sucessor	AHU, Códice 257, fl. 110vs
Manuel Velho de Miranda	Gonçalo de Freitas Baracho	Sucessor	AHU, Códice 257, fl. 172
Gonçalo de Freitas Baracho	Sem informação		
Jerônimo Correa do Amaral	Francisco Pereira	Sucessor	ANTT, DP, RJDM, Maço 1803
Francisco Pereira da Costa	Manuel da Fonseca e Silva	Sucessor	AHU, Códice 258, fl. 146vs
Manuel da Fonseca e Silva	Jorge Salter de Mendonça	Ouvidor da Paraíba	AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 9, D. 748
João Nunes Souto	Francisco Lopes de Carvalho	Desembargador Relação da Bahia	ANTT, DP, RJDM, Maço 1811
Tomás da Silva Pereira	Jorge Salter de Mendonça	Sucessor	ANTT, DP, RJDM, Maço 1813 AHU, PB, Cx. 8, D. 709
Jorge Salter de Mendonça	Inácio Jácome da Silva Coutinho	Sucessor	ANTT, DP, RJDM, Maço 1816 AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 11, D. 883
Inácio Jácome da Silva Coutinho	Joaquim Álvares Moniz	Ouvidor das Alagoas	ANTT, DP, RJDM, Maço 1815 AHU, avulsos, Pernambuco, Cx. 60, D. 5157
Antônio Ferreira Gil	Manuel de Moura de Serqueira (1º lugar) João Rodrigues Campelo (2º lugar)	Desembargador Desembargador da Relação da Bahia	AHU, avulsos, Paraíba, Cx. 15, D. 1251

João Carlos Fontoura (faleceu)			
José Ferreira Gil	João Bernardo Gonzaga	Ouvidor de Pernambuco	ANTT, DP, RJDM, Maço 1822
Domingos Monteiro da Rocha	João Rodrigues Colaço	Sucessor	AHU, avulsos, Paraíba, Cx. 21, D. 1594; AHU, Códice 583, fl. 24.
João Rodrigues Colaço	Sem informação		
José Januário de Carvalho	Luís de Moura Furtado (1º lugar)	Sucessor	AHU, avulsos, Paraíba, Cx. 25, D. 1934
	José Antônio de Alvarenga (2º lugar)	Juiz de fora de Pernambuco	
Luís de Moura Furtado [Quintanilha]	Sebastião José Rebelo de Gouveia e Melo	Sucessor	ANTT, DP, RJDM, Maço 1832
Sebastião José Rebelo de Gouveia e Melo	Manuel José Pereira Caldas	Sucessor	ANTT, DP, RJDM, Maço 1834 AHU, avulsos, Paraíba, Cx. 27, D. 2104
Manuel José Pereira Caldas	Sem informação		
Antônio Filipe Soares de Andrada Brederode	Gregório José da Silva Coutinho	Sucessor	AHU, Avulsos, Paraíba, Cx. 34, D. 2452; Cx. 35, D. 2541.
	José de Melo Freire da Fonseca	Desembargador	
Gregório José da Silva Coutinho	Sem informação		
Ouvidores de Pernambuco	Juiz sindicante	Cargo do juiz sindicante	Referência
Manuel Ferreira da Costa (faleceu)			
José de Sá e Mendonça	Diogo Rangel de Castelo Branco (1692)	Ouvidor da Paraíba	APEP, Ordens Régias, livro 02 (1675-1700), fls. 97vs-98 AHU, Códice 256, fl. 186.
	Inácio de Moraes Sarmiento (1694)	Sucessor	

Inácio de Moraes Sarmento	Manuel da Costa Ribeiro	Sucessor	AHU, Códice 256, fl. 267-267vs
Manuel da Costa Ribeiro (faleceu)		Ouvidor de Pernambuco (residência <i>post mortem</i>)	AHU, Códice 258, fls, 180vs-181
João Guedes de Sá	José Inácio de Arouche	Sucessor	AHU, Códice 257, fl. 172vs
José Inácio de Arouche	Sem informação		
João Marques Bacalhau	José de Lima e Castro	Sucessor	ANTT, DP, RJDM, Maço 1803 AHU, PE, Cx. 28, D. 2503
José de Lima e Castro	Não consta		ANTT, DP, RJDM, Maço 1805
Fernando Luiz Pereira	José de Lima e Castro	Antecessor	ANTT, DP, RJDM, Maço 1806 AHU, Códice 258, fl. 232vs
Francisco Lopes de Carvalho	Manuel da Fonseca e Silva	Ouvidor da Paraíba	ANTT, DP, RJDM, Maço 1808 AHU, Códice 259, fl. 25
Manuel do Monte Fogaça	Pedro Cardoso de Novais (1º lugar) Antônio Rebelo Leite (2º lugar)	Ouvidor do Ceará Ouvidor das Alagoas	AHU, Códice 259, fl. 304vs e 311
Antônio Rodrigues da Silva	Manuel da Fonseca e Silva	Ouvidor da Paraíba	ANTT, DP, RJDM, Maço 1813
Bento da Silva Ramalho	Jerônimo Correia do Amaral	Ouvidor da Paraíba	ANTT, DP, RJDM, Maço 1816
Antônio Rebelo Leite	Vitorino Pinto da Costa	Ouvidor do Ceará	AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 57, D. 4930
Francisco Correia Pimentel	Alexandre de Proença Lemos	Ouvidor do Ceará	AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 68, D. 5781
Francisco Pereira de Araújo	Sem informação		
João Bernardo Gonzaga	Dispensado		AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 88, D. 7158.
Bernardo Coelho da Gama e Casco	Antônio Ferreira Gil	Ouvidor da Paraíba	ANTT, DP, RJDM, liv. 132, fl. 185vs

			AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 103, D. 8003
João Marcos de Sá Barreto [Soutomaior]	Sem informação		
José Teotônio Cedron Zuzarte	Sem informação		
Francisco José de Sales	Antônio José Pereira Barroso (1º lugar)	Sucessor	AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 127, D. 9649
	Luís de Moura Furtado (2º lugar)	Ouvidor da Paraíba	
Antônio José Pereira Barroso			
Antônio Xavier de Moraes Pinto Teixeira Homem	Francisco José de Sales (1º lugar)	Ex-Ouvidor de Pernambuco	AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 170, D. 11971
	José Teotônio de Campos (2º lugar)	Sucessor	
José Teotônio de Campos	Sem informação		
Antônio Luís Pereira da Cunha	José Joaquim Nabuco	Sucessor	AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 216, D. 14639; Cx. 225, D. 15216; Cx. 228, D. 15444
José Joaquim Nabuco	João de Freitas e Albuquerque	Sucessor	AHU, Avulsos, Pernambuco, Cx. 244, D. 16343